incluir para NÃO excluir!



Organizadores
Irene Rizzini
Paulo Silveira

editora
rede unida

incluir para NÃO excluir!





editora
redeunida

Coordenador Nacional da Rede UNIDA
Túlio Batista Franco

Coordenação Editorial
Editor-Chefe: Alcindo Antônio Ferla

Editores Associados: Ricardo Burg Ceccim, Márcia Fernanda Mello Mendes, Júlio César Schweickardt, Sônia Lemos, Fabiana Mânica Martins, Denise Bueno, Maria das Graças, Frederico Viana Machado, Márcio Mariath Belloc, Karol Veiga Cabral, Daniela Dallegrave.

Conselho Editorial:
Adriane Pires Batiston
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil).

Alcindo Antônio Ferla
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Àngel Martínez-Hernáez
(Universitat Rovira i Virgili, Espanha).

Angelo Stefanini
(Università di Bologna, Itália).

Ardigó Martino
(Università di Bologna, Itália).

Berta Paz Lorido
(Universitat de les Illes Balears, Espanha).

Celia Beatriz Iriart
(University of New Mexico, Estados Unidos da América).

Denise Bueno
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Emerson Elias Merhy
(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil).

Êrica Rosalba Mallmann Duarte
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Francisca Valda Silva de Oliveira
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil).

Hêider Aurélio Pinto
(Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil).

Izabella Barison Matos
(Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil).
João Henrique Lara do Amaral
(Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil).

Júlio Cesar Schweickardt
(Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil).

Laura Camargo Macruz Feuerwerker
(Universidade de São Paulo, Brasil).

Leonardo Federico
(Universidad Nacional de Lanús, Argentina).

Lisiane Bôer Possa
(Universidade Federal de Santa Maria, Brasil).

Liliana Santos
(Universidade Federal da Bahia, Brasil).

Luciano Bezerra Gomes
(Universidade Federal da Paraíba, Brasil).

Mara Lisiane dos Santos
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil).

Márcia Regina Cardoso Torres
(Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil).

Marco Akerman
(Universidade de São Paulo, Brasil).

Maria Augusta Nicoli
(Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália).

Maria das Graças Alves Pereira
(Instituto Federal do Acre, Brasil).

Maria Luiza Jaeger
(Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil).

Maria Rocineide Ferreira da Silva
(Universidade Estadual do Ceará, Brasil).

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira
(Universidade Federal do Pará, Brasil).

Quelen Tanize Alves da Silva
(Grupo Hospitalar Conceição, Brasil)

Ricardo Burg Ceccim
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Rodrigo Tobias de Sousa Lima
(Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil).

Rossana Staevie Baduy
(Universidade Estadual de Londrina, Brasil).

Sara Donetto
(King's College London, Inglaterra).

Sueli Terezinha Goi Barrios
(Associação Rede Unida, Brasil).

Túlio Batista Franco
(Universidade Federal Fluminense, Brasil).

Vanderléia Laodete Pulga
(Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil).

Vera Lucia Kodjaoglanian
(Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil).

Vera Maria da Rocha
(Associação Rede Unida, Brasil).

Vincenza Pellegrini
(Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial
Alana Santos de Souza
Jaqueline Miotto Guarnieri
Márcia Regina Cardoso Torres
Renata Riffel Bitencourt

Diagramação
Lucas Bezerra
Silas Nascimento

editora redeunida

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

R627i **Rizzini,** Irene; **Silveira,** Paulo (org.).

Incluir para não excluir! / Organizadores: Irene Rizzini e Paulo Silveira. – 1. ed.
Porto Alegre, RS : Editora Rede Unida, 2022.
763 p. (Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde, v. 24).
E-book: PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-54329-83-9
DOI 10.18310/9788554329839

1. Cuidado. 2. Pessoas em Situação de Rua. 3. Saúde Pública. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 614:305.56
22-30180136 **CDU 614-058.51**

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO
1. Medicina: Saúde Pública; Grupos sociais: Moradores de rua.
2. Serviços de Saúde Pública; Morador de rua.

INCLUIR PARA NÃO EXCLUIR!





RIZZINI, Irene; **SILVEIRA,** Paulo (org.). **Incluir para não excluir!.** 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2022. (Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde, v. 24). E-book (PDF). ISBN 978-85-54329-83-9.

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.”

Paulo Freire

Dedicamos este livro a todes aqueles que ao longo desses últimos anos têm sido colocados às margens da sociedade e seus direitos usurpados, num sistema que prioriza uns poucos em detrimento da imensa maioria.

De nossa parte, nos comprometemos a continuar na luta para que nos orgulhemos de fazer parte da humanidade.

Desculpem-nos se ainda somos insuficientes para viabilizar uma humanidade onde todos tenham seus direitos e sua cultura respeitados, suas vozes escutadas, mas pior que a derrota é não lutar!



incluindo...

Aspectos do cuidado integral para pessoas em situação de rua acompanhadas por CAPS ad e unidade de acolhimento – um olhar para e pela terapia ocupacional 19

Fernanda Oliveira Mota, Rafaela Maria Alves Martins Fonseca, Josenaide Engracia dos Santos e Andrea Donatti Gallassi (correspondências)

Ronda de Direitos Humanos – RONDADH "A Defensoria Pública além do gabinete" 51

Carla Beatriz Nunes Maia e Gabriela Veras Mourão

A Transformação dos Papéis policiais: "Protetores da Saúde Pública e Protetores da Segurança Pública" *(versão Português)* 67

Dr. R. Dan Small

The Transformation of Police Roles: Protectors of Public Health and Protectors of Public Safety *(versão Inglês)* 115

Dr. R. Dan Small

A Lógica da "Inclusão" Através da Repressão Um desafio à ideia de exclusão social através da análise da atuação do Estado nas Favelas do Rio de Janeiro 161

Francisco Rebel Barros

O Jornal Boca de Rua como espaço de mobilização política de pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre/RS 187

Caroline Silveira Sarmento, Luiza Maia Fagundes e Talita Fernandes

Inclusão social é parte central da sustentabilidade corporativa 219

Marco F. Simões-Coelho

Da margem ao centro: a visibilidade das crianças sul americanas nos estudos da infância 231

Monique Aparecida Voltarelli

Educação inclusiva de jovens com deficiência até o nível mais alto no México A importância da transparência da informação para garantir o direito à educação *(versão Português)* 259

Norma Del Río Lugo

Educación inclusiva de jóvenes con discapacidad hasta el nivel superior en México La importancia de la transparencia informativa para garantizar el derecho a la educación *(versão Espamhol)* 283

Norma Del Río Lugo

pandemia

Os desafios da população em situação de rua em sobreviver durante a pandemia da covid-19 309

Ana Paula Santos Diniz

Infâncias e adolescências periféricas: Encontro de uma política de violação de direitos com uma pandemia 333

Estela Scheinvar e Laura Souza Fonseca

Pandemia: Lições olhando para o passado de 2050 *(versão Português)* 359

Fritjof Capra e Hazel Henderson

Pandemics: Lessons looking back from 2050 *(versão inglês)* 373

Fritjof Capra e Hazel Henderson

Para além da tempestade: Pandemia, crises e a emergência de um novo presente 385

Igor Mendes

Crianças, adolescentes e os desafios da pandemia de Covid-19 399

Irene Rizzini, Caroline de Souza Araujo e Renata Mena Brasil do Couto

Saúde mental e globalização: as faces da vulnerabilidade do "novo normal" 435

Marcello Roriz de Queiroz

Experiências de Ampliação da Vida na Escola: "bora" jogar? 453

Pedro Victorino Carvalho de Souza e Ranulfo Cavalari Neto

Saúde E Vida Digna Dos Povos *(versão Português)* 483

Vivian Camacho Hinojosa

Salud Y Vida Digna De Los Pueblos *(versão Espamhol)* 495

Vivian Camacho Hinojosa

Registros

"Rat Park" e o Futuro das Pesquisas sobre Adições *(versão Português)*..... 509

Bruce K. Alexander

Opening Sheet "Rat Park" and Future Addiction Research *(versão Inglês)*..... 547

Bruce K. Alexander

Auto-Ethnografia e Suposições Naturalizadas sobre Drogas e Sociedade: O Professor e as 4 Gentilezas Pedagógicas *(versão Português)*..... 583

Dr. R. Dan Small e Bruce K. Alexander

Auto-Ethnography and Naturalized Assumptions about Drugs and Society: The Teacher and the 4 Pedagogical Kindnesses *(versão Inglês)*..... 599

Dr. R. Dan Small e Bruce K. Alexander

Instalação de Coletores Solares Térmicos com Materiais Recicláveis em Comunidades de Baixa Renda..... 615

Carlos Eduardo Leal, José Carlos Xavier e José Alcino Alano

Ouvindo vozes de sujeitos (in)visíveis: Narrativas e vivências em uma cena de uso de crack no Rio de Janeiro..... 631

Cristiane Cavalcante da Silva

Reflexões sobre violência endêmica em uma prisão segurança máxima em Jalisco, México *(versão Português)*.....659

Danielle Strickland

Reflections on endemic violence from a high security prison in Jalisco, Mexico *(versão Inglês)*.....687

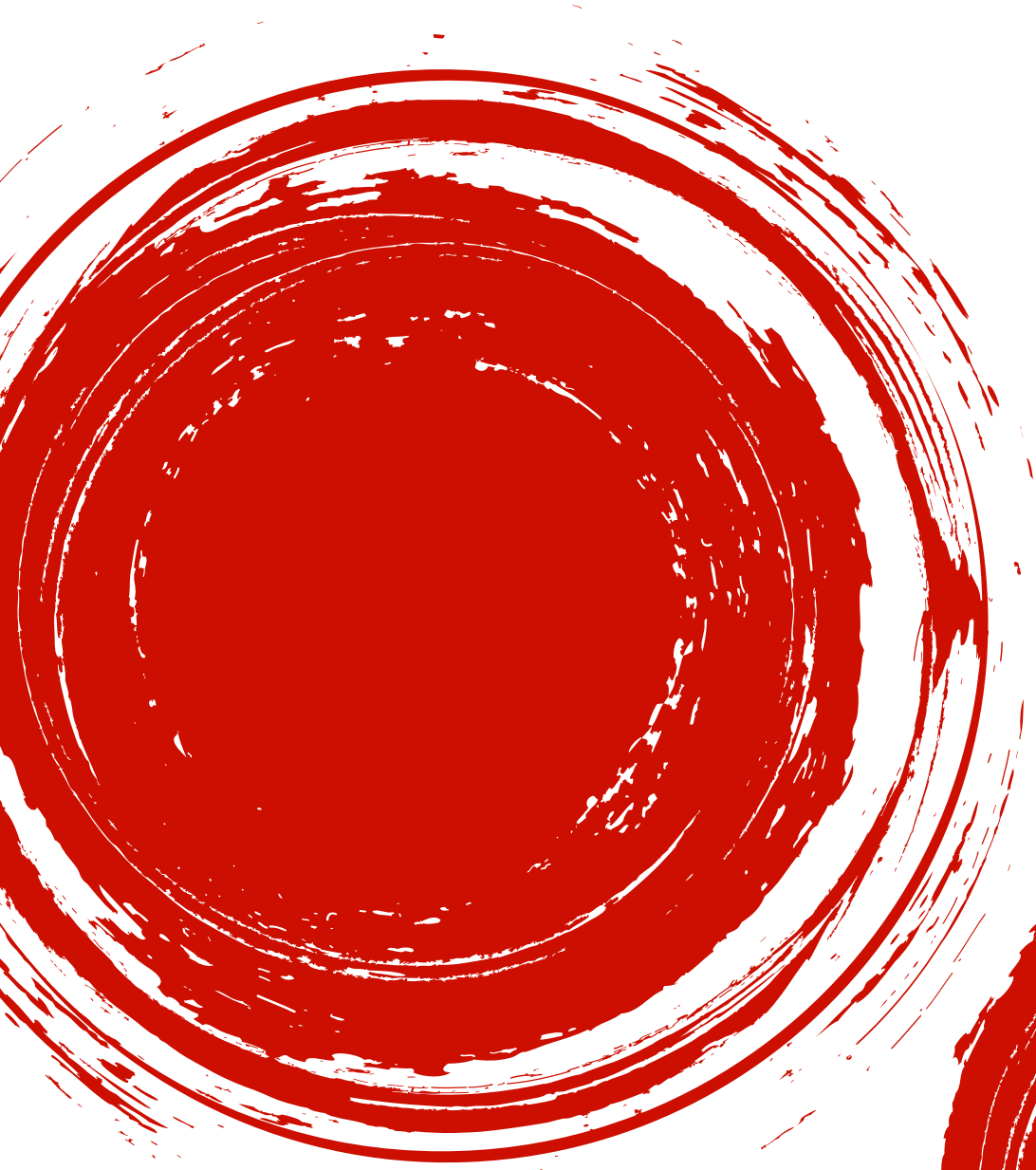
Danielle Strickland

Convocar o Vento e Mostrar o Crachá:dilemas de certificação e reconhecimento emprocessos de saúde intercultural..... 715

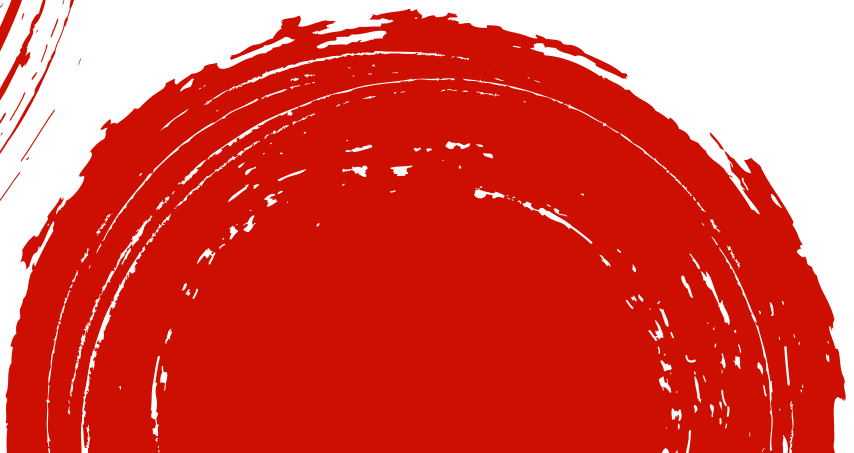
Diana Marcela Agudelo Ortiz

A Força do Afeto.....737

Paulo Silveira



incluindo...





Aspectos do cuidado integral para pessoas em situação de rua acompanhadas por CAPS ad e unidade de acolhimento – um olhar para e pela terapia ocupacional:

Fernanda Oliveira Mota
Rafaela Maria Alves Martins Fonseca
Josenaide Engracia dos Santos
Andrea Donatti Gallassi **(correspondências)**

Universidade de Brasília, Campus Ceilândia,
Brasília, DF, Brasil
email:

andrea.gallassi@gmail.com

Resumo

A população que (sobre)vive nas ruas se caracteriza, muitas vezes, pela ruptura dos vínculos sociais e pelo uso de drogas, necessitando de cuidados de saúde e de assistência social.

Objetivo

Identificar e analisar as percepções dos profissionais terapeutas ocupacionais e dos usuários sobre a atuação e especificidade da terapia ocupacional junto às pessoas em situação de rua atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas (CAPS-ad III) e pela Unidade de Acolhimento (UA).

Método

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com 3 terapeutas ocupacionais e 5 usuários de um CAPS-ad III do Distrito Federal e da UA referenciada por este CAPS-ad III; os dados foram analisados a partir do método de Análise de Conteúdo de Bardin.

Resultados

Os dados foram organizados em três categorias temáticas:

(1) uso de drogas, a situação de morador de rua e o tratamento no CAPS-ad III;
(2)o cotidiano de atuação da Terapia Ocupacional; e
(3) Terapia Ocupacional e Reinserção Social.

CONCLUSÃO. A Terapia Ocupacional atua com população em situação de rua com olhar para o cotidiano e desempenho de Atividades de Vida Diária (AVD), trabalhando na perspectiva da Redução de Danos como forma de buscar uma maior qualidade de vida dos usuários. Torna-se necessário levar espaços de saúde e de assistência social para o contexto do usuário, realizar ações extrapolando o espaço físico do CAPS-ad e colocando o usuário como participante ativo desse processo.

Palavras-chave: população em situação de rua; álcool e outras drogas; Terapia Ocupacional.

Introdução

A população que (sobre)vive nas ruas vem aumentando por diversos motivos, tais como: pela situação de pobreza, desemprego, rupturas dos vínculos familiares e das redes sociais de suporte, migrações face a violência urbana, e/ou uso problemático de álcool e outras drogas (SILVA et al., 2018).

Em países da Europa e no Brasil, as respostas institucionais frente a esta questão, historicamente compuseram o rol de ações da assistência social a partir de uma abordagem assistencialista e pouco problematizada sobre os elementos constituintes do fenômeno. Especialmente no Brasil, a partir da década de 1960, o debate passa, então, a ser compreendido de uma perspectiva sanitária, "medicalizante", que mantém o estreitamento da compreensão de sua complexidade passando a considera-la partir de um diagnóstico médico, recrudescendo a perspectiva higienista de remoção de populações indesejadas dos centros urbanos. Tal compreensão acaba por ser reproduzida pelos próprios serviços de saúde (FOUCAULT, 1979; VARANDA; ADORNO, 2004; AMARANTE, 2007).

A visibilidade que a população em situação de rua (PSR) adquiriu exigiu do Estado políticas públicas que pudessem responder às suas necessidades, que eram até então ignoradas. O parágrafo único da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) a define:

> *[...]grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos e/ou a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).*

A PNPSR versa sobre os direitos desta população, incluindo o respeito à pessoa humana, direito à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e cidadania. Além destes, é destacado o direito à saúde, ao atendimento pelos diversos serviços e categorias profissionais e de forma humanizada, visando também a concretização dos princípios de equidade, universalidade, integralidade e igualdade do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2009).

A compreensão do processo saúde-doença se constitui ferramenta indispensável para a definição das ações do setor saúde junto à PSR. As práticas, no entanto, acabam por ocorrer somente em situações de emergência e realizadas, muitas vezes, por profissionais sem o devido preparo técnico; esta abordagem, porém, deve, necessariamente, ocorrer a partir da compreensão de fatores que extrapolem o universo da saúde e dialoguem com os aspectos sociais e da cultura de rua, a história de vida dessas pessoas e suas estratégias de sobrevivência. O Consultório na Rua, dispositivo de cuidado que compõe a atenção básica em saúde, foi criado com o objetivo de prestar atendimento in loco à PSR numa perspectiva menos emergencial, mas de acompanhamento contínuo e prevenção realizado por profissionais capacitados. O estar vivo, muitas vezes, é o necessário para se considerar com saúde, e a doença passa a ser compreendida somente quando se encontram em uma situação debilitante que os impeça de trabalhar para ganhar dinheiro e garantir sua sobrevivência (PAIVA et al., 2016; SILVA; FRAZÃO; LINHARES, 2014).

Dentre as políticas públicas de saúde voltadas para a PSR, destaca-se a Portaria 3.088 (BRASIL, 2011) que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por serviços articulados que buscam uma atenção integral para pessoas com transtorno mental e/ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do SUS. Dentre os serviços especializados que compõem a RAPS, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) se configura como um articulador desta rede, classificados como I, II, III (24 horas), i (infantil) ou ad (álcool e drogas), variando de acordo com número de habitantes do município e o público alvo.

O CAPS-ad III, um dos objetos deste estudo, é um serviço portas abertas, de funcionamento 24 horas que oferece atendimento aos que dele necessitam e sua família. Possui equipe multidisciplinar formada, majoritariamente, por enfermeiros, assistentes sociais, médicos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Conta com leitos de retaguarda para desintoxicação – denominados de acolhimento integral – onde o usuário pode permanecer por até 14 dias, de acordo com sua necessidade clínica e social, participando das atividades do CAPS-ad III durante o dia (acolhimento diurno) e permanecendo no serviço também durante a noite. Neste serviço, a terapia ocupacional atua no cotidiano destas pessoas, buscando ampliar e retomar seu repertório de atividades com vistas à maior participação social e consequente diminuição ou interrupção do uso de álcool ou outras drogas (GALLASSI et al., 2016). No caso das pessoas em situação de rua e que são atendidas no CAPS-ad, há uma série de questões específicas relacionadas aos cuidados de saúde e às rupturas sociais, o que torna ainda mais desafiadora a intervenção (ANDRADE et al., 2011).

Outro ponto de atenção que integra a RAPS, segundo objeto de estudo, é a Unidade de Acolhimento (UA). Trata-se de um serviço de caráter residencial transitório, cujo objetivo é oferecer acolhimento voluntário e cuidados contínuos para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em situação de extrema vulnerabilidade social e familiar e que demandem acompanhamento terapêutico e protetivo. Os critérios para acessar a UA são: ter um Plano Terapêutico Singular (PTS) preestabelecido junto à equipe do serviço de referência que o encaminhou (que inclui, quando for o caso, além da permanência na UA o tratamento no CAPS-ad ou em outro serviço da RAPS), estar em busca de trabalho, estudo, ou como meio temporário para reorganização de vida (BRASIL, 2011). Ou seja, residir na UA é parte do PTS do usuário, tanto no que se refere ao tratamento pelo uso de álcool ou outras drogas, quando for o caso, quanto às estratégias de reinserção social, elementos que se articulam e são imprescindíveis para o processo de reabilitação psicossocial destas pessoas, diferenciando-se do simples abrigamento noturno realizado pelos dispositivos de assistência social.

As atividades de tratamento que os usuários residentes da UA realizam são estabelecidas pela equipe do serviço de referência, e podem não incluir sua frequência diária ao tratamento, considerando que parte de suas necessidades de saúde e social requer articulações comunitárias para a busca de emprego, retomada dos laços familiares, na maioria das vezes rompidos, e moradia. Ao final do dia, os usuários devem retornar à UA em um horário pré-determinado (de acordo com o PTS) e não devem estar sob efeito de álcool ou de outras drogas. Em outras palavras, a UA funciona como uma espécie de "república" e em uma estrutura física independente, porém próxima, do CAPS-ad III que a referencia; os afazeres domésticos são compartilhados e as regras estabelecidas pelos próprios residentes, cabendo à equipe do CAPS-ad III atuar como mediadora das relações interpessoais e apoio para o cumprimento do PTS.

Ema ambos os serviços – CAPS-ad III e UA – o desafio das profissões é buscar a sua especificidade e identidade, dada a complexidade e intersecção das demandas sociais e de saúde (BOCCARDO et al., 2011). Coloca-se, portanto, a necessidade e o desafio dos profissionais, dentre eles o terapeuta ocupacional, que atuam neste campo de relação entre a saúde e o social, de elaborar, discutir e implementar ações de acordo com as necessidades locais e dos usuários, tendo claro o objetivo de efetivar políticas públicas pautadas pelos direitos sociais e de saúde (MALFITANO, 2005).

O objetivo deste estudo é identificar e analisar as percepções dos profissionais terapeutas ocupacionais e dos usuários sobre a atuação e especificidade da terapia ocupacional junto às pessoas em situação de rua atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas (CAPS-ad III) e pela Unidade de Acolhimento (UA).

Método

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa. Foram entrevistados três profissionais terapeutas ocupacionais que atuam em um CAPS-ad III do Distrito Federal (DF) e cinco usuários que estavam residindo temporariamente na UA e faziam tratamento neste CAPS-ad III.

O DF conta com 07 CAPS-ad, sendo três com funcionamento 24 e que contam com leitos de retaguarda para desintoxicação (acolhimento integral), e atendem adultos e adolescentes a partir de 16 anos em uso problemático de álcool e outras drogas; 05 CAPS "transtorno", para adultos com outros transtornos mentais que não relacionados ao uso problemático de álcool e outras drogas; 03 equipes de Consultório na Rua, que atuam, especialmente, em cenas urbanas de uso de álcool e outras drogas; 02 CAPS i, para crianças e adolescentes com transtornos mentais; 02 enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais; 01 hospital psiquiátrico e 01 UA adulto. Os CAPS funcionam com portas abertas e são os principais articuladores da rede psicossocial do DF, encaminhando os usuários quando necessário para os demais serviços que compõem a RAPS.

Os critérios de inclusão para os profissionais participarem do estudo foram: terem formação em terapia ocupacional, estarem atuando no CAPS-ad III que referencia a UA, desenvolverem ações de cuidado com usuários que se encontram em situação de rua e aceitarem participar do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os critérios de inclusão para os usuários foram: estarem em tratamento no CAPS-ad III, estarem em situação de rua quando acolhidos no serviço, residirem temporariamente na UA referenciada por este CAPS-ad III, serem acompanhados por terapeuta ocupacional, e aceitarem participar do estudo mediante a assinatura do TCLE.

Para a coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada (MINAYO, 1993) composto por 24 questões que abordavam com os profissionais terapeutas ocupacionais sobre a rotina do serviço, a atuação da equipe multidisciplinar, as demandas dos usuários em situação de rua, a relação interprofissional, bem como os desafios e as experiências positivas na relação terapêutica com estes usuários. O roteiro de entrevista com os usuários foi distinto do utilizado com os profissionais, e contou também com 24 questões que abordavam sobre a vida anterior ao início do tratamento no CAPS-ad III, o contexto de situação de rua em que estavam inseridos, as demandas prioritárias, a visão sobre a equipe multidisciplinar, a visão específica sobre a terapia ocupacional e a experiência na UA.

A coleta de dados ocorreu entre o período de outubro a novembro de 2017. Com os profissionais, foi realizada no espaço do CAPS-ad III de forma individual de acordo com a disponibilidade de cada participante; com os usuários, a coleta ocorreu no espaço da UA também individualmente. A definição dos espaços para a coleta de dados foi determinada levando em consideração o que seria mais conveniente para os participantes segundo eles próprios. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição. As entrevistas com os usuários ocorreram após as entrevistas com os profissionais e todas as perguntas norteadoras do roteiro de entrevistas aos profissionais foram correlacionadas às perguntas feitas aos usuários, para possibilitar uma maior compreensão acerca do tratamento, como também para realizar possíveis relações comas informações obtidas.

A análise dos dados foi feita pelo método de Análise de Conteúdo de Bardin (2009), que compreende um conjunto de técnicas, e foi realizada em duas etapas: na primeira, a partir da marcação de palavras chaves a fim de identificar possíveis categorias de análise; na segunda, as categorias que emergiram foram discutidas à luz dos referenciais teóricos que fundamentaram essa pesquisa – a abordagem psicossocial de pessoas em situação de rua e que fazem uso problemático de drogas, e o cotidiano de atuação do terapeuta ocupacional junto a esta população. Os dados foram organizados em planilha categorial.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com parecer número 1.081.907/2015. Foi entregue no momento da entrevista o TCLE para assinatura dos participantes, bem como o termo de autorização de uso de som de voz para fins de pesquisa. Os nomes dos participantes foram mantidos em sigilo, utilizando somente referência à fala de acordo com a ordem de entrevista.

A partir dos relatos, observa-se que os usuários não tinham a compreensão exata sobre o funcionamento do CAPS-ad III. Chegaram por indicação de terceiros, de familiar, ou por demanda espontânea, e ouviram comentários ruins sobre esse tipo de serviço, relacionando-o à prisão e ao tratamento para "gente doida", não entendendo, de início, o seu objetivo; quando passaram a frequenta-lo, ficaram surpresos com a abordagem:

A partir dos relatos, observa-se que os usuários não tinham a compreensão exata sobre o funcionamento do CAPS-ad III. Chegaram por indicação de terceiros, de familiar, ou por demanda espontânea, e ouviram comentários ruins sobre esse tipo de

Resultados

De acordo com a ordem de entrevista, os usuários foram nominados como Usuário 1, Usuário 2, Usuário 3, Usuário 4 e Usuário 5 e tinham idade de 29, 47, 52, 26 e 57 anos, respectivamente; todos eram do sexo masculino, estavam em situação de rua há mais ou menos 6 meses, 5 anos, 15 anos, 1 ano e 21 anos, respectivamente; estavam residindo na UA há mais ou menos 3 meses, e eram assistidos pelo CAPS-ad III há pelo menos 6 meses frequentando o serviço ao menos 3 vezes por semana. Estes usuários relataram que o principal motivo que os levaram a viver nas ruas foi o uso de álcool e outras drogas e a consequente desavença familiar; referem que tiveram tentativas anteriores de retornarem às casas de suas famílias, mas, novamente, por conta do uso, os conflitos se intensificaram e a saída de casa acabou sendo inevitável.

Os profissionais de terapia ocupacional eram do sexo feminino e também foram nominados de acordo com a ordem das entrevistas, sendo Profissional 1, Profissional 2 e Profissional 3, com idades de 26,

35 e 21 anos, respectivamente. O tempo de formação de cada uma foi de 4, 13 e 1 ano(s), respectivamente, e a área de formação complementar foi saúde mental (residência), hospitalar (aprimoramento) e a última estava cursando a residência em saúde mental. As duas primeiras eram servidoras da Secretaria de Estado da Saúde do DF (SES/DF) e atuavam no CAPS-ad III há 5 anos, e a última há 6 meses.

Os dados foram organizados em três categorias temáticas, sendo que a primeira e a terceira emergiram das entrevistas com os usuários, e a segunda e a terceira das entrevistas com os profissionais: (1)uso de drogas, a situação de morador de rua e o tratamento no CAPS-ad III; (2) o cotidiano de atuação da Terapia Ocupacional; (3)Terapia Ocupacional e Reinserção Social.

Uso de droga, a situação de morador de rua e o tratamento no CAPS-ad III

A vida na rua se configurou como um marco para esses usuários. Relataram que não tinham a percepção real sobre o que era estar em situação de rua e da exposição às situações de violência e ao uso de drogas. Relacionaram um aumento no padrão de consumo com as perdas sofridas, como no trabalho e, especialmente, na família, buscando a substância muitas vezes para tapar um vazio existente. Alguns referiram a sensação de medo por não saberem o que aconteceria no dia seguinte, se iam ter o que comer ou se iam estar vivos, por passarem cotidianamente por diversas situações de violência:

> *Eu tenho filhos né, me afastei para não prejudicar a eles, nem a mim nem a eles né, principalmente a eles. Eles sabem que eu estou em Brasília, mas, não tenho contato, face, whatsapp. Não tenho contato de nada sabe, pra não atrapalhar a vida deles eu larguei de mão, já fiquei em situação de rua, mas nunca procurei eles não*
> *(Usuário 5)*

O Usuário 1 relata que tinha uma vida "normal", trabalhava, mas não possuía mais vínculos com a família, porque saiu de casa muito novo e não tinha bom relacionamento com os irmãos, que eram usuários de drogas. Refere ter estudado e construído uma carreira: fez curso técnico na área da saúde e trabalhou em laboratórios como Exame e Pasteur. Começou a usar drogas por influência de amigos e com o tempo passou a fazer uso pesado, principalmente de cocaína, o que o levou aos "corres" no centro de Taguatinga (Região Administrativa do DF), segundo ele, para roubar, traficar e se prostituir, sendo a partir desta experiência que passou a viver realmente na rua.

Atualmente fez um exame e descobriu uma doença sexualmente transmissível (sífilis) e isso o deixou bastante assustado: "graças ao tratamento do CAPS eu descobri e estou tratando essa doença". A descoberta do serviço para esse usuário foi aleatória:

> *Fui na agência do trabalhador e me deparei com o CAPS, e busquei ajuda; vim no CAPS e fiz acolhimento com a Maria e contei a minha história; também contei que tentei suicídio" (Usuário 1).*

A partir dos relatos, observa-se que os usuários não tinham a compreensão exata sobre o funcionamento do CAPS-ad III. Chegaram por indicação de terceiros, de familiar, ou por demanda espontânea, e ouviram comentários ruins sobre esse tipo de serviço, relacionando-o à prisão e ao tratamento para "gente doida", não entendendo, de início, o seu objetivo; quando passaram a frequenta-lo, ficaram surpresos com a abordagem:

> *Pra mim, é meu porto seguro, pode ser exagerado, mas assim… Em toda a minha vida eu nunca tive amor, apesar que eu também não sei se tenho amor no CAPS, mas aparenta ser. Me acolhem, me escutam, me medicam, cuidam de mim, e isso me ajuda muito pro meu EGO, até para o meu próprio vício, porque eu acho que quando temos um vício é a perda de alguma coisa, é a perda de algo que você não consegue saber o que é. Você fica naquela busca infinita (Usuário 2).*

Sobre a atuação da equipe multidisciplinar, de uma maneira geral, os usuários relataram que a assistência é adequada e os profissionais estão sempre disponíveis para ouvi-los.

> *Aqui no CAPS eu tenho achado isso, eu me emociono porque vejo a vontade das pessoas, e já fui muito maltratado. Quando vejo o ato de gentileza comigo, dá vontade de pegar no colo sabe, e caminhar. (Usuário 2)*

Porém, relatam que há algumas exceções:

> *Eu vejo um trabalho muito bom, pessoas acolhedoras, profissionais de excelência. Tem seus profissionais que estão somente pelo dinheiro, mas tem também aqueles que estão aqui por amor à profissão, sempre poderá contar com eles, estão sempre abertos ao diálogo, a um conselho. Resumindo eu os vejo muito humanos e muito profissionais. (Usuário 1)*

O cotidiano de atuação da Terapia Ocupacional

De acordo com a fala das profissionais, o serviço possui uma grande demanda diária, principalmente por funcionar 24 horas, e todos os usuários que chegam são acolhidos (serviço porta aberta). Neste momento do acolhimento é que acontece a escuta qualificada, o levantamento dos objetivos terapêuticos e a elaboração do PTS, de acordo com as demandas e interesses do usuário:

> *A partir do momento que ele entra no acolhimento inicial, a gente faz avaliação, escuta e verifica quais são as demandas e prioridades dele, e damos os devidos encaminhamentos. (Profissional 1).*

Na elaboração do PTS, o usuário poderá ser encaminhado para o acolhimento diurno ou para o acolhimento integral. No acolhimento diurno, ele passa o dia em tratamento no serviço, participando dos grupos, oficinas e sendo assistido pela equipe de acordo com suas necessidades, e a noite ele volta para casa; nesta modalidade, ele terá acesso às refeições oferecidas pelo serviço.

O usuário será encaminhado ao acolhimento integral (leitos de retaguarda para desintoxicação) de acordo com sua necessidade clínica e situação de vulnerabilidade social. Nesta modalidade, além de participar do acolhimento diurno, ele passará a noite no serviço e poderá ficar até 14 dias "internado", podendo ser prorrogado se houver necessidade:

> *A gente sugere o acolhimento integral quando tem demanda, que geralmente são mais físicas, conflitos psicológicos e também pessoas que estão em situação de rua, a gente considera muito a vulnerabilidade, né. (Profissional 3).*

Quanto à elaboração PTS, instrumento norteador de todo o tratamento do usuário no serviço, há profissional que acredita que

quando se trata de usuários em situação de rua, esta elaboração seria mais complexa pelo fato de, muitas vezes, estarem com os vínculos familiares fragilizados ou rompidos, e por não terem objetivos tão claros quando chegam à unidade. No entanto, outras profissionais acreditam que por ser singular e elaborado de acordo com cada caso, não se difere muito dos demais.

De acordo com as profissionais entrevistadas, a demanda prioritária dos usuários em situação de rua que chegam ao serviço é de abrigamento. É bastante marcante a fala de que o usuário que busca um espaço protegido vê o CAPS-ad III e a UA como sendo estes espaços:

> *A demanda principal muitas vezes é de abrigo né, nem sempre ele quer tratar a droga, mas às vezes ele quer um abrigo. Ou às vezes ele tá fugindo de situação de violência. (Profissional 2).*

Quando há demanda de abrigamento, são feitas as articulações necessárias para que esse usuário tenha um espaço de moradia e condições mínimas para continuar o tratamento. A dificuldade encontrada neste momento é a de conseguir um espaço que seja realmente protegido, pois os próprios usuários relatam que não se sentem seguros em determinados serviços da rede. Ao realizarem a busca pelos locais disponíveis, as profissionais dão preferência pelos abrigos, seguidos das comunidades terapêuticas, posteriormente a própria UA e, caso o usuário tenha demanda, o acolhimento diurno do CAPS-ad III. O acolhimento diurno (passar o dia no serviço) é colocado como última estratégia para esse público, pois, muitas vezes, mesmo estes usuários estando em situação de rua, não há a demanda de permanência no serviço durante o dia todos os dias, e pela perspectiva da Redução de Danos, os usuários poderão acessar o serviço para demandas simples, como banho e alimentação, bem como para o uso de medicação. O acolhimento diurno é indicado para os dias em que as pessoas que fazem tratamento no CAPS-ad III tem atividades/atendimentos programados.

Quanto ao encaminhamento de usuários para UA e a própria compreensão sobre os objetivos deste serviço, os relatos são divergentes. Uma(s) profissionai(s) refere(m) o local como uma unidade apenas para

abrigamento temporário; outra(s) o categoriza(m) como dispositivo de reinserção social:

> *Se fosse para destacar quais os serviços da rede intersetorial que mais nos acessam, temos a Casa Santo André, com serviço de abordagem na rua, que faz parte da SEDESTMIDH [Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos], que é da rede mesmo de assistência social. Tem encaminhamentos da UNAF que é um dos abrigos do DF, e também temos encaminhamentos de comunidades terapêuticas que possuem equipes atuando no território, aí trazem os pacientes com o intuito de conseguirem encaminhamentos para o abrigamento. (Profissional 1)*

De acordo com as profissionais entrevistadas, a demanda prioritária dos usuários em situação de rua que chegam ao serviço é de abrigamento. É bastante marcante a fala de que o usuário que busca um espaço protegido vê o CAPS-ad III e a UA como sendo estes espaços:

> *A demanda principal muitas vezes é de abrigo né, nem sempre ele quer tratar a droga, mas às vezes ele quer um abrigo. Ou às vezes ele tá fugindo de situação de violência. (Profissional 2).*

Quando há demanda de abrigamento, são feitas as articulações necessárias para que esse usuário tenha um espaço de moradia e condições mínimas para continuar o tratamento. A dificuldade encontrada neste momento é a de conseguir um espaço que seja realmente protegido, pois os próprios usuários relatam que não se sentem seguros em determinados serviços da rede. Ao realizarem a busca pelos locais disponíveis, as profissionais dão preferência pelos abrigos, seguidos das comunidades terapêuticas, posteriormente a própria UA e, caso o usuário tenha demanda, o acolhimento diurno do CAPS-ad III. O acolhimento diurno (passar o dia no serviço) é colocado como última estratégia para esse público, pois, muitas vezes, mesmo estes usuários

estando em situação de rua, não há a demanda de permanência no serviço durante o dia todos os dias, e pela perspectiva da Redução de Danos, os usuários poderão acessar o serviço para demandas simples, como banho e alimentação, bem como para o uso de medicação. O acolhimento diurno é indicado para os dias em que as pessoas que fazem tratamento no CAPS-ad III tem atividades/atendimentos programados.

Quanto ao encaminhamento de usuários para UA e a própria compreensão sobre os objetivos deste serviço, os relatos são divergentes. Uma(s) profissionai(s) refere(m) o local como uma unidade apenas para abrigamento temporário; outra(s) o categoriza(m) como dispositivo de reinserção social:

> *Se fosse para destacar quais os serviços da rede intersetorial que mais nos acessam, temos a Casa Santo André, com serviço de abordagem na rua, que faz parte da SEDESTMIDH [Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos], que é da rede mesmo de assistência social. Tem encaminhamentos da UNAF que é um dos abrigos do DF, e também temos encaminhamentos de comunidades terapêuticas que possuem equipes atuando no território, aí trazem os pacientes com o intuito de conseguirem encaminhamentos para o abrigamento. (Profissional 1)*

A terapia ocupacional atua em ambos os serviços – CAPS-ad III e UA – estando com os usuários desde o primeiro contato. De acordo com as entrevistadas, há um olhar social e integral para os usuários, e quando se trata de uma pessoa em situação de rua, já no acolhimento se busca ter o conhecimento sobre o desempenho nas AVDs, visando sua autonomia e independência.

Terapia Ocupacional e reinserção social

> *A TO nesse público a depender do indivíduo, a gente trabalha a questão da reinserção social, pois muitas vezes é um público que realmente não tem esse manejo de estar desempenhando essas atividades básicas e aí a gente tenta junto com o paciente fazer esse contato, junto com a rede, ou familiares e amigos e até mesmo dentro do nosso serviço para facilitar realmente o desempenho ocupacional. (Profissional 1).*

A busca pela reinserção social é bem marcante no serviço de uma maneira geral, e quando se trata de usuário em situação de rua, essa preocupação é ainda maior, visto que ele está, muitas vezes, em condição de extrema vulnerabilidade:

> *Às vezes a questão não é nem tirar ele da rua, porque muitas vezes ele não quer sair da rua, mas também de tornar a vida dele mais digna e melhor possível, explorando os potenciais que ele tem. Eu acho a TO muito importante nesse campo aí. (Profissional 2).*

> *Expectativa que a gente tem, enquanto pessoa que tem que ter uma casa, um teto, um trabalho. Isso causa algumas frustrações, aí a gente percebe o quanto é importante trabalhar dentro da lógica de redução de dados. Dificilmente a gente percebe no dia a dia, que pacientes que moram na rua conseguem a abstinência. Aí temos que lidar com toda a nossa construção cultural do que seria o ideal para quem está na rua, ou para quem é usuário de substância, acho que isso é o que mais impacta com relação ao plano terapêutico. (Profissional 1)*

As principais dificuldades relatadas pelas profissionais quanto à atuação com esse público, foram acerca da adesão do usuário ao serviço, a rede pouco fortalecida para atende-lo, poucos profissionais de terapia ocupacional atuantes na área, o próprio manejo com a equipe e, principalmente, quanto à rotina do serviço:

> *Um projeto específico, acho que seria até interessante, por exemplo, uma equipe que esteja familiarizada com isso pra dar atenção a eles, porque assim, o CAPS é de base territorial, então uma equipe pra ir mesmo até esse território, conhecer essas pessoas, tentar trazer para os serviços, ou então tentar levar espaços de saúde para lá. (Profissional 2).*

> *Mas é, não só isso, eu acho que também assim, a demanda da rotina do serviço, eu por ser residente, é uma carga horária muito grande, mas não dá pra ser revertida em um maior estudo de um local onde essas pessoas estão, e, de conhecer. A gente acaba sendo atropelada pela demanda institucional do serviço e aí não dá tempo de a gente ir ao território conhecer essas pessoas, ver as principais demandas, fazer uma abordagem com eles mesmos, onde as relações acontecem, a gente fica muito restrito aqui, ao espaço, e a demanda do serviço. (Profissional 3).*

Para avaliar a percepção dos usuários quanto à atuação do terapeuta ocupacional no serviço, foram abordadas duas questões específicas: "O que é a terapia ocupacional para você? Você consegue identificar quais são as atuações específicas da terapia ocupacional no serviço?" Mesmo os usuários que não compreendiam sobre a profissão, definiram como "trabalhar metas e objetivos" e "ocupar a mente". Somente dois dos cinco usuários entrevistados conseguiram explicar de uma forma mais ampla o que seria o trabalho da terapeuta ocupacional no serviço.

> *Pra mim a terapia ocupacional é aquela pessoa que se depara com uma pessoa numa situação de risco, por exemplo, álcool ou drogas, e ela tenta deixá-la à vontade para expor o problema dela pra ela conseguir entrar com uma solução, com uma luz no final do túnel, com uma esperança para aquela pessoa, porque muitas vezes quem está dentro da situação não tem esperança nenhuma em conseguir se tratar, conseguir se reintegrar na sociedade. Então eu vejo a terapia ocupacional como isso, como a reintegração na sociedade, um trabalho mental mesmo. (Usuário 1).*

> *Não sei. Conheço a terapeuta ocupacional Nara, muito gente boa, que me assiste, me vigia, a que toma conta. A Nara tá sempre visando meus objetivos, traçando meus objetivos, procurando saber como eu tô fazendo, como devo fazer como devo proceder. Isso que eu acho que é uma terapeuta ocupacional, ocupar-se e procurar melhoras para o outro. (Usuário 2).*

Por fim, foi destacado que a UA funciona como um importante dispositivo da RAPS para acolher essas pessoas que estão em situação de rua:

> *Bom, eu considero uma preparação pra você voltar a sociedade né. Ter uma visão diferente né, de permanecer sóbrio, e ter autonomia pra tudo. Graças a Deus tenho metas para serem cumpridas, mas nós temos autonomia, porque pra gente aqui é importante porque aprende a viver em comunidade, aprende a viver, cada um tem sua função, seu quarto, então aqui você aprende para quando você morar sozinho, você aprende né. (Usuário 5).*

Ao final das entrevistas, os usuários ressaltaram a necessidade de continuidade do tratamento no CAPS-ad III, mesmo após a saída da UA, pois entendem que o uso problemático de álcool e outras drogas é uma questão de saúde a ser cuidada a médio e longo prazo. Ainda que consigam um emprego e uma moradia, pretendem seguir frequentando o serviço.

Discussão

Para os usuários participantes, a condição de exclusão para a vida nas ruas ocorreu como uma das consequências do uso problemático de álcool e outras drogas. Essa associação e o perfil dos usuários do estudo se assemelham aos dados de outro estudo (ALVAREZ; ALVARENGA; RINA, 2009) e da Pesquisa Nacional sobre População de Rua, que estima que 31.922 adultos vivem nesta situação, sendo 82% do sexo masculino, e tendo como principais motivos problemas relacionados ao uso de álcool ou outras drogas (35,5%) e as desavenças familiares (29%) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

A ruptura dos vínculos familiares é outro fator que se destaca como determinante para essas pessoas viverem nas ruas. Em um estudo de revisão de literatura, foi demonstrado que as relações familiares tem forte associação na relação com o uso de álcool e outras drogas, podendo ser fator de risco ou de proteção; quando a relação familiar é conflituosa, com brigas constantes, torna-se um fator de risco, gerando o afastamento de seus membros.(VASCONCELOS et al., 2015)

A frustração diante da realidade vivenciada e as dificuldades para planejar projetos futuros, resultam, muitas vezes, em disparadores para o uso de álcool e outras drogas; compreende-se que o uso passa a ser uma forma de fuga, de prazer temporário e de preenchimento de um vazio existente (MATOS, 2018).

A nova forma de pensar e lidar com o processo de sofrimento psíquico no Brasil, orienta a implantação de serviços substitutivos ao modelo asilar e que sejam portas abertas às demandas de saúde mental e de álcool e outras drogas do território, como também para identificar populações específicas e mais vulneráveis, as quais devem ser objeto de estratégias diferenciadas de cuidado. Foi possível verificar que o CAPS-ad III, de maneira geral, atua com "porta aberta" e é a entrada da rede de saúde mental da região referenciada, promovendo ações que são sustentadas pelas evidências científicas, no que se refere ao

acolhimento, ao acesso, à escuta qualificada, ao planejamento do PTS, à técnica e à reorientação de serviços (BALLARIN et al., 2011; SALLES; SILVA, 2017; SILVA; CID; MATSUKURA, 2018).

Quanto à elaboração do PTS dos usuários em situação de rua, os resultados demonstraram não haver um consenso sobre esta questão; algumas profissionais referiram não encontrar dificuldades adicionais na elaboração do PTS quando se tratam de PSR; outras já referiram ter dificuldades. Tais dificuldades podem estar relacionadas às mudanças que ocorreram nos serviços diante do novo modelo de cuidado, exigindo uma revisão de saberes e práticas, ampliando o foco da intervenção para além do sintoma relatado, trazendo para a clínica os aspectos sociais e de história de vida das pessoas, com a missão de cumprir com os pressupostos da reabilitação psicossocial fundamentados pela clínica ampliada (VASCONCELOS et al., 2016). Este novo modelo de cuidado se encontra ainda em processo de implantação, revelando fragilidades persistentes da rede socioassistencial e das políticas públicas voltadas para populações vulneráveis, como as PSR, e que fazem uso problemático de álcool e outras drogas; a articulação intersetorial nestes casos, se torna ainda mais necessária para a garantia de direitos, seja de saúde, moradia, assistência social, trabalho, entre outros.

O acolhimento integral (leitos de retaguarda para desintoxicação existentes nos CAPS-ad III – 24h) foi um recurso utilizado por todos os participantes antes de serem encaminhados para a UA ou mesmo durante sua permanência. Torna-se indispensável sua utilização nestes casos de maior complexidade clínica e social, uma vez que o cuidado oferecido é contínuo e, desde sua entrada, se inicia o processo de participação dos usuários das atividades do CAPS-ad III (VAINER, 2016).

Nos casos em que o usuário "não quer sair da situação de rua" – compreendido como um processo de desfiliação, segundo Castel (1995), em que há uma situação de perda de direitos sociais e de progressivas rupturas de redes sociais, onde a rua passa a ser o local de moradia e de trabalho, permitindo uma articulação do cotidiano deste usuário em torno desta nova realidade – as profissionais de terapia ocupacional

referiram utilizar como estratégia terapêutica de redução de danos o encaminhamento para o acolhimento diurno, onde o usuário permanece apenas o dia no serviço e a noite pode retornar para a rua. Neste caso, o ganho terapêutico não está na redução ou interrupção total do uso de drogas, mas no auxílio à reorganização do cotidiano e das atividades de vida diária do usuário (GALHEIGO, 2003), considerando, inclusive como ganho, o tempo em que ele passa no serviço e que não está fazendo uso de álcool ou de outras drogas. (CONTE et al., 2004). Nesse sentido, o trabalho articulado dos profissionais do CAPS-ad III com as equipes de Consultório na Rua torna-se fundamental para o processo de aproximação da rede de cuidado a estes usuários, sensibilizando-os para o tratamento e viabilizando possíveis mudanças em seu cotidiano com vistas à melhora de sua qualidade de vida por meio do acesso à saúde e à assistência social, conforme sugerido pela Profissional 2 em uma de suas falas.

Os usuários destacaram a importância dos profissionais do serviço, considerando-os como pessoas fundamentais para o seu tratamento e demonstrando relação de confiança e vínculo, porém não conseguiram explicar a especificidade do terapeuta ocupacional, pontuando apenas como "ocupar a mente" e "trabalhar metas e objetivos" O conceito de ocupação é central para os terapeutas ocupacionais e decorre de como desenvolvem sua intervenção; o termo ocupação pode ser utilizado como atividade, ou como papéis ocupacionais produtivos; no entanto, ambos devem dar sentido à vida humana cumprindo com o seu papel terapêutico para a recuperação e central para a saúde e o bem-estar (SALLES; MATSUKURA , 2016). É, ainda, um desafio para os terapeutas ocupacionais atuarem com pessoas que apresentam necessidades de saúde interrelacionadas sobremaneira com carências sociais, reveladas pela falta de acesso a direitos fundamentais, como moradia e emprego, tornando o planejamento e a execução das ações de cuidado um processo complexo e que depende do acúmulo de diferentes saberes (DE SOUZA; PEREIRA; GONTIJO, 2014).

Ao identificar a necessidade de se criar estratégias para a inclusão de novos e diversos saberes em seu contexto de atuação, a Terapia Ocupacional passa, então, a ser "credenciada" como partícipe neste cenário de práticas interdisciplinares; sua contribuição se revela a partir do momento em que, ao longo de sua história, o processo terapêutico ocupacional rompe com uma prática diretiva com foco na doença e incorpora novas tecnologias oriundas de outros campos do conhecimento, para além da saúde, empodera os usuários nas tomadas de decisões sobre seu PTS, democratiza a assistência atuando extramuros, e desloca seu foco da doença para a promoção de saúde mental e reinserção social (ALMEIDA; TREVISAN, 2011). Além disso, a própria Prática Centrada no Cliente dialoga com outros campos do conhecimento, uma vez que prioriza no processo terapêutico áreas do desempenho ocupacional referentes ao lazer, produtividade e autocuidado, que fazem sentido para o usuário naquele momento e contexto de vida (MÂNGIA, 2002). Nesse sentido, a percepção dos próprios terapeutas ocupacionais acerca do trabalho interdisciplinar e a visão de sua especificidade neste novo contexto de atuação, passa a ser, ao mesmo tempo, um desafio e um alento, uma vez que mesmo que as dificuldades se manifestem, encontram respaldo teórico e prático para subsidiarem suas práticas.

Um dos principais objetivos dos serviços de saúde mental se refere à reinserção social dos usuários. A Terapia Ocupacional no cuidado das PSR e em uso problemático de álcool e outras drogas deve lançar mão de estratégias que busquem reconstruir processos de ressocialização e vínculos dentro e fora do espaço institucional (MALFITANO et al., 2014), por meio de atividades grupais, oficinas, rodas de conversa, visitas domiciliares, acompanhamento terapêutico, estratégias de cuidado interdisciplinar e intersetorial, projetos de geração de renda e outros, criando espaços de experimentação e aprendizagem, explorando reflexões e subjetividades que os aproximam de seus territórios e das relações de conflitos e afeto nele presentes (SABINO et al., 2017; ASSAD; PEDRÃO; CIRINEU, 2016). Além disso, o terapeuta ocupacional deve oferecer reais possibilidades para os usuários exercitarem sua participação social com autonomia, por meio da oferta do acesso a bens e direitos sociais rompendo com a lógica excludente e alienante dos processos terapêuticos circunscritos ao espaço institucional (CASTRO

et al., 2001). As atividades realizadas pelo terapeuta ocupacional com PSR e em uso problemático de álcool e outras drogas devem enriquecer, reestruturar, integrar e fortalecer os sentimentos da vida dos usuários, lançando mão de diferentes linguagens, sejam elas artísticas, corporal ou literária, com vistas ao favorecimento da reconstrução da cidadania e da reinserção social, da melhora/retorno das relações familiares e sociais, e que devem ir além de uma abordagem exclusivamente individual, mas considere pontos coletivos e territoriais ao longo do processo de cuidado (SILVA et. al., 2015).

Sabe-se, contudo, que é um desafio para os serviços e para os terapeutas ocupacionais contemplarem as singularidades de cuidado desta população, que vão desde a essencial disponibilidade de materiais, recursos e equipamentos adequados à prática do profissional, até a própria capacitação destes terapeutas ocupacionais para atenderem à complexidade de demandas que estes usuários apresentam como necessidades de saúde. A articulação com as redes sociais de suporte, assim como a mediação de conflitos entre usuários e seus familiares, exigem uma multiplicidade de saberes e práticas:

> *os objetivos terapêuticos ocupacionais estão pautados em dimensões humanas impossíveis de serem segmentadas, visando redimensionamento dos projetos de vida, promoção e produção de vida. O que revela também desafios de ordem macrossocial que devem ser considerados.*
> *(Silva et. al.; 2015, p. 332)*

O que se pode destacar a partir deste e de outros estudos é que as estratégias utilizadas pelas terapeutas ocupacionais na relação com as pessoas em situação de rua e em uso problemático de álcool e outras drogas perpassam os campos da saúde e do social, e se sustentam nos conhecimentos sobre a atividade humana para a construção do cuidado à luz dos pressupostos da reabilitação psicossocial. Ainda, cabem a estas terapeutas ocupacionais a atuação em defesa das políticas sociais e de saúde para o fortalecimento de ações e pesquisas que busquem diminuir desigualdades e promover acesso a direitos de uma forma mais justa e digna (MUÑOZ, 2014; LOPES et al., 2008).

Conclusão

A reinserção social de pessoas em situação de rua e em uso problemático de álcool e outras drogas é um desafio presente para terapeutas ocupacionais e demais profissionais que atuam neste campo.

As práticas cotidianas enquanto lugar de ação do terapeuta ocupacional junto a essa população, devem ser pensadas a partir de seu contexto histórico, cultural e social, favorecendo o cuidado integral e em consonância com a complexidade da demanda. O avanço da intersecção entre os saberes da saúde e do social possibilitarão a expansão do fazer terapia ocupacional, no sentido de lhe atribuir a devida magnitude revelada no processo de produção de vida que se dá a partir de sua relação com pessoas que se beneficiam de seu conhecimento.

Referências

ALVAREZ, A. M. S.; ALVARENGA, A. T.; RINA, S. C. S. A. D.
Histórias de Vida de Moradores de Rua, Situações de Exclusão Social e Encontros Transformadores. Saúde Soc., São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-272, 2009.

AMARANTE, P.
Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ALMEIDA, D. T.; TREVISAN, E. R.
Estratégias de intervenção da terapia ocupacional em consonância com as transformações da assistência em saúde mental no Brasil. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 15, n. 36, p. 299-308, 2011.

ANDRADE, T.
et al. 'What a pity!'–Exploring the use of 'pitilho'as harm reduction among crack users in Salvador, Brazil. Drugs: education, prevention and policy, v. 18, n. 5, p. 382-386, 2011.

ASSAD, F. B.; PEDRÃO, L. J.; CIRINEU, C. T.
Estratégia de cuidado utilizada por terapeutas ocupacionais em Centros de Atenção Psicossocial. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 743-753, 2016.

BALLARIN, M. L. G. S.; FERIGATO, S. H.; CARVALHO, F. B. D.; MIRANDA, I. M. S. D.
Percepção de profissionais de um CAPS sobre as práticas de acolhimento no serviço. O mundo da Saúde, v. 35, n. 2, p. 162-168, 2011.

BARDIN, L.
Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOCCARDO, A. C. S.
et al. O projeto terapêutico singular como estratégia de organização do cuidado nos serviços de saúde mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 85-92, 2011.

BRASIL.
Decreto nº 7.053. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL.
Portaria GM/MS nº 3088 de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

CASTEL, R.
Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat. Paris: Gallimard, 1995.

CASTRO, E. D.; LIMA, E. M. F. A.; BRUNELLO, M. I. B.
Atividades humanas e Terapia Ocupacional. In: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus, 2001. p. 41-59

CONTE, M
et al. Redução de Danos e Saúde mental na Perspectiva da atenção básica. Boletim da saúde, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2004.

DE SOUZA, V. C. A.; PEREIRA, A.R.; GONTIJO, D. T.
A experiência no serviço de Consultório de Rua na perspectiva dos profissionais: Contribuições para a atenção ao usuário de álcool e outras drogas. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, v. 22,1 SE, p. 37-47, 2014.

FOUCAULT, M.; ALVAREZ-URÍA, F; VARELA, J.
Microfísica del poder. Barcelona: La Piqueta, 1992.

GALHEIGO, S. M.
O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v.14, n. 3, p.104-109, 2003.

GALLASSI, A. D.
et al. Characteristics of clients using a community-based drug treatment service ('CAPS-AD') in Brazil: an exploratory study. International Journal of Drug Policy, v. 31, p. 99-103, 2016.

LOPES, R. E.
et al. Juventude pobre, violência e cidadania. Saúde e sociedade, São Paulo, v. 17, p. 63-76, 2008.

MALFITANO, A. P.; BIANCHI, P. C.
Terapia Ocupacional e atuação em contextos de vulnerabilidade social: distinções e proximidades entre a área social e o campo de atenção básica em saúde. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 3, 2013.

MALFITANO, A. P. S; LOPES, R. E; MAGALHÃES, L; TOWNSEND, E. A.
Social occupational therapy: Conversations about a Brazilian experience. Canadian Journal of Occupational Therapy, Canada, v. 81, n. 5, p. 298-307, 2014.

MÂNGIA, E. F.
Contribuições da abordagem canadense "Prática de Terapia Ocupacional Centrada no Cliente" e dos autores da desinstitucionalização italiana para a Terapia Ocupacional em Saúde Mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, São Paulo, v.13, n.3, p.15-21, 2002

MÂNGIA, E. F.; MURAMOTO, M.
Integralidade e construção de novas profissionalidades nos contexto dos serviços substitutivos de saúde mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, São Paulo, v.17, n.3, p.115-22, 2006.

MATOS, A. C. N.
População em situação de rua: a drogadição como escape para fuga da realidade. Psicologia.pt, p. 1-11, 2018.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O.
Quantitative and qualitative methods: opposition or complementarity? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.
Pesquisa Nacional Sobre a População Nacional em Situação de Rua. Brasília, 2009.

MUÑOZ, C. G. M.
La labor de la terapia ocupacional en el marco de los determinantes sociales de la salud en Chile. Revista Chilena de Terapia Ocupacional, Chile, v. 14, n. 1, p. 73-80, 2014.

PAIVA, I. K. S.
et. al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, p. 2595-2606, 2016.

SABINO, J. S.
et al. As ações da terapia ocupacional com adolescentes em situação de vulnerabilidade social: uma revisão de literatura. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 25, n. 3, p. 627-640, 2017.

SALLES, D. B.; SILVA, M. L.
Percepção de profissionais da área de saúde mental sobre o acolhimento ao usuário de substância psicoativa em CAPS-ad. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 25, n. 2, p. 341-349, 2017.

SALLES, M. M.; MATSUKURA, T. S.
O uso dos conceitos de ocupação e atividade na Terapia Ocupacional: uma revisão sistemática da literatura. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 24, n. 4, p. 801-810, 2016.

SILVA, C. R.; SANTOS, C. N., NOGUEIRA, J. N., MALFITANO, A. P. S.
Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo. Cad. Bras. Ter. Ocup, São Carlos, v. 23, n. 2, 2015.

SILVA, F. P. D.; FRAZÃO, I. D. S.; LINHARES, F. M. P.
Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. Cadernos de Saúde Pública, v. 30, p. 805-814, 2014.

SILVA, J. F.; CID, M. F. B.; MATSUKURAB, T. S.
Atenção psicossocial de adolescentes: a percepção de profissionais de um CAPSi. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 2, p. 329-343, 2018.

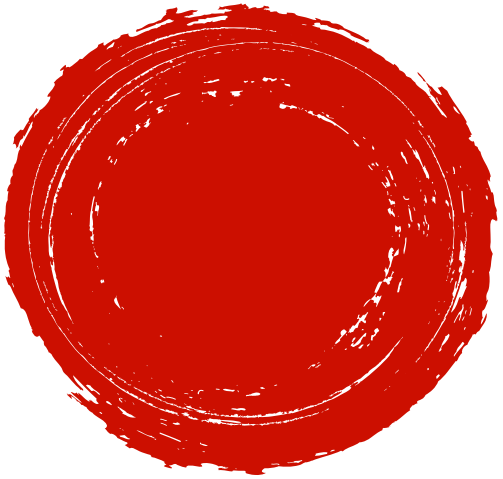
SILVA, I. C. N.
et al. Representações sociais do cuidado em saúde de pessoas em situação de rua. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v.52, n.e03314, p.1-7, 2018.

VAINER, A. A.
Demanda e Utilização do Acolhimento Noturno em Centro de Atenção Psicossocial III na Cidade do Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F.
Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, p. 56-69, 2004.

VASCONCELOS, A. C. M.
et al. Relações Familiares e Dependência Química: Uma Revisão de Literatura. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, João Pessoa, v. 19, n. 4, p. 321-326, 2015.

VASCONCELOS, M. G. F.
et al. Projeto terapêutico em Saúde Mental: práticas e processos nas dimensões constituintes da atenção psicossocial. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 313-23, 2016.



Ronda de Direitos Humanos – RONDADH

"A Defensoria Pública além do gabinete"

Carla Beatriz Nunes Maia

Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro aposentada e mestranda em Políticas Públicas e m Direitos Humanos na UFRJ.

cbeatriznm@gmail.com

Gabriela Veras Mourão

Gabriela Veras Mourão, Servidora Pública lotada no Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e bacharel em direito.

gabysveras91@gmail.com

Sumário

A Ronda de Direitos Humanos (RONDADH) foi criada em 2015 com o objetivo de coibir e prevenir a violação de direitos humanos da população em situação de rua, tendo em vista a proximidade dos jogos olímpicos e a provável intensificação de operações ordenadas pelo município, vislumbrou-se a possibilidade da ocorrência de uma política de higienização (retirada dos moradores de rua da região central e locais turísticos da cidade). A Ronda de Direitos Humanos (RONDADH) percorre diversos logradouros da cidade do Rio de Janeiro para receber diretamente as denúncias de violações dos direitos desse grupo vulnerabilizado.

Palavras-chave: promoção dos direitos humanos, violação de direitos humanos, grupos vulnerabilizados, pessoas em situação de rua.

Introdução

Havia no Rio de Janeiro um sentimento de impunidade por parte dos agentes públicos que constantemente violavam os direitos da PSR (população em situação de rua), as ações ficaram conhecidas como "Choque de Ordem", traduzidos em atos de violência que sequer eram apurados ante a vulnerabilidade daqueles que, por serem obrigados a continuarem nas ruas, não denunciavam seus agressores por medo de sofrerem mais represálias.

Nessa linha, primeiro precisava-se romper esse ciclo de impunidade existente, bem como expor as violações que permaneciam invisíveis aos órgãos públicos de fiscalização e responsáveis pela promoção da defesa dos direitos das pessoas em situação de rua.

Em 2015, após reuniões com lideranças ligadas ao movimento de pessoas em situação de rua e com organizações da sociedade civil, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro juntamente com a Defensoria Pública da União resolveram formar uma equipe para percorrer os logradouros da cidade do Rio de Janeiro, criando a Ronda de Direitos Humanos com vistas a receber diretamente das pessoas em situação de rua possíveis denúncias de violações a seus direitos.

As atividades da prática são coordenadas pelo Defensor Público em atuação no Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro que fica responsável pelo Programa Defesa de Grupos Socialmente Vulneráveis – Pessoas em Situação de Rua.

Metodologia Da Prática E Funções Intitucionais Efetivadas:

Os membros da RONDADH percorrem as ruas da cidade do Rio de Janeiro onde há maior concentração de pessoas em situação de rua, com foco especial nos bairros do centro e da zona sul da cidade, onde o contraste social é mais evidente e onde se concentram a maioria das ações do município por serem áreas nobres e turísticas.

Ao abordar as pessoas solicita-se o documento de identidade e em seguida há o preenchimento de um questionário. As perguntas existentes têm por objetivo fundamental verificar se a população em situação de rua da cidade vem sofrendo algum tipo de violência por parte dos agentes públicos geralmente vinculados aos órgãos de segurança, como a Guarda Municipal, a Polícia Militar e o Programa Segurança Presente.

Após um número expressivo de denúncias recebidas é realizada uma mediação com os órgãos públicos, bem como é empreendida litigância estratégica. As denúncias são divulgadas em redes sociais da internet e em eventos promovidos pelas Defensorias Públicas, como palestras, seminários e audiências públicas. Os eventos também visam conscientizar os diversos seguimentos sobre os direitos humanos dessas pessoas vulneráveis.

A escolha por uma solução não judicial é um anseio da instituição em cumprir sua função institucional de promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, seja por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos nos termos do inciso II, art. 4º, da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar 80/94).

É de conhecimento geral que o judiciário se encontra abarrotado de processos e, a depender da questão a ser solucionada, uma demanda judicial pode seguir por muito tempo sem efetivamente atingir os objetivos almejados.

Contudo, se constatadas que persistem as situações de arbitrariedade contra as pessoas em situação de rua, como "ultima ratio" são propostas ações judiciais para a defesa daquelas pessoas que tiverem seus direitos violados.

Ademais, são promovidas Ações Sociais em pontos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro, como praças públicas, pois além do recebimento das denúncias, promove-se acesso a documentação básica, orientação jurídica e encaminhamentos para cadastro nos programas sociais do governo.

Importante destacar que durante a RONDADH, as pessoas também são orientadas que em caso de qualquer abuso por parte dos agentes públicos devem se dirigir ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Avenida Rio Branco 147, 12º andar, Centro da cidade.

É surpreendente o fato de que muitos não se vêem como sujeitos de direito, pois em algumas entrevistas, durante os relatos, observa-se que as situações de violações pelas quais eles enfrentam são tratadas como pertencentes à normalidade.

No extremo oposto, busca-se também conscientizar os agentes estatais que a população em situação de rua merece o mesmo tratamento dispensado a qualquer outro cidadão.

A Defensoria Pública já firmou termos de cooperação com órgãos do governo tendo por objeto a realização de cursos voltados para os agentes que atuam nas abordagens da população em situação de rua e, assim, imbuir um pensamento que limite as ações dentro dos parâmetros necessários e em respeito aos direitos fundamentais.

Recentemente foi realizada parceria com o Programa Segurança Presente para a elaboração de vídeos que serão apresentados num curso de capacitação que visa ensinar a forma correta e adequada para uma abordagem à população em situação de rua.

Desse modo, a Defensoria Pública cumpre outro papel institucional importante, o de promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, conforme previsão constante no inciso terceiro, do mesmo art. 4º, que trata das funções institucionais, da lei supracitada.

Principais Políticas Públicas Debatidas:

intercâmbio promovido pelos encontros realizados com a participação da Defensoria Pública e os diversos órgãos e seguimentos envolvidos com a temática assistencial da população em situação de rua, como já foi informado anteriormente, não visa somente debater a violência sofrida pelas as pessoas em situação de rua.

Além das denúncias trazidas pela RONDADH e a educação em direitos, são discutidos outros assuntos de interesse das pessoas em situação de rua como a elaboração de novas políticas públicas que possam ser mais efetivas.

Ressalte-se que, somente após o desenvolvimento das atividades da RONDADH, iniciou-se um movimento para a criação do Comitê Gestor Intersetorial para a População em Situação de Rua no âmbito do Município do Rio de Janeiro.

O Comitê possui previsão no art. 3º, do Decreto 7053/09 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

São de suma importância que as políticas públicas sejam frutos da transversalidade, nascendo da participação dos setores do poder público, da sociedade civil e do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua, como bem preconiza a diretriz do Decreto Presidencial.

Reunir-se por intermédio de um Comitê é primordial para a elaboração de políticas públicas eficazes que venham a tratar do tema de uma forma mais participativa para aqueles a quem a política se destina.

A discussão para a elaboração de novas políticas de habitação é o primeiro passo para conferir o mínimo de dignidade.

É de conhecimento que os centros de acolhimento, além de serem temporários não atendem a demanda, seja pela falta de vagas, seja pela falta de estrutura, somando-se a isso a forma como são tratados pelos educadores nos abrigos, a imposição de regras que muitos não

conseguem cumprir, transformando os centro de acolhida em locais que ao invés de inclusivo, causa o retorno dessas pessoas às ruas.

Isso acontece justamente, porque os abrigos voltam-se para uma visão macro do problema, isto é, não há um enfoque sob uma ótica mais individualizada das necessidades de cada pessoa.

Um exemplo bem simples sobre essa questão é que os abrigos não possuem um espaço destinado aos animais pertencentes a essas pessoas, o que já é determinante para alguns não buscarem esse atendimento.

Importante destacar que está inserida em uma unidade acolhedora, a pessoa não deixa a condição de rua, visto que o abrigo é temporário e não se enquadra na definição de moradia adequada, bem como não devolve o sentimento de pertencer a um meio social.

A Divisão de Estatística do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas definiu a situação de rua de duas formas, sendo a "situação de rua primária" aquela em que as pessoas vivem sem um abrigo ou lugar habitável e a "situação de rua secundária" como aquela em que as pessoas não têm um lugar de residência habitual, é nesta última que se incluem justamente aquelas que estão temporariamente nos abrigos públicos.

Não diferente, a legislação interna segue o mesmo entendimento internacional para qualificar pessoa em condição de rua.

No Brasil, as políticas de moradia para população em situação de rua ainda são mínimas, encontramos poucos projetos nesse sentido e os que existem a grande maioria pertencem à rede privada.

O Projeto Ruas é uma associação sem fins lucrativos e alguns de seus membros participam da Ronda de Direitos Humanos. A entidade privada foi pioneira no Rio de Janeiro ao colocar em prática programa de moradia denominado Habitação Primeiro ou como ficou conhecido no inglês "Housing First" , trata-se de política pública já desenvolvida nos Estados Unidos, no Canadá e na maioria dos países europeus, com o objetivo de promover dignidade a pessoas sem moradia com a colocação numa habitação definitiva e individualizada, proporcionando

o acesso a serviços adicionais que sejam indispensáveis ao sucesso da permanência na nova residência.

Um dos méritos do método está no fato da pessoa beneficiária participar da escolha da moradia como forma de exercício da tomada de decisões e despertar o interesse a uma vida melhor.

A Defensoria Pública acredita na iniciativa e tem buscado meios para inclusão do programa Habitação Primeiro como política pública a ser desenvolvida no Rio de Janeiro, sendo os encontros promovidos pela instituição essenciais para a discussão da temática.

A Defensoria Pública Além Do Gabinete E Os Resultados Alcançados:

Com a atuação da RONDADH e a aproximação dos Defensores Públicos das pessoas em situação de rua, saindo de seu gabinete para receber diretamente as demandas desse grupo que se via tão invisível e indefeso, trouxe a confiança para relatarem as violações sofridas.

As atividades realizadas em pontos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro conseguiram alcançar um público cada vez maior, aproximando essas pessoas dos órgãos do sistema de justiça e por consequência promoveu a conscientização dos seus direitos.

A exposição das denúncias em redes sociais na internet, como as páginas do Facebook e do Instagram (@ronda.dh), criadas pela RONDADH para divulgar o trabalho desenvolvido, bem como a utilização dos meios de comunicação, tornaram-se ferramentas eficazes para a retirada do sentimento de impunidade e pela via da consequência, coibiram novas práticas.

As truculências contra os moradores de rua tiveram e continuam tendo visibilidade nos meios de comunicações, pois foram temas de reportagens em diversos sites, recentemente destaca-se as reportagens

na página da Isto É Dinheiro (12/03/2020) , do G1 (20/06/2020), do IG (23/06/2020) e da Folha de São Paulo (17/07/2020).

A reportagem da "Isto É Dinheiro" trata de uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública contra o Município do Rio de Janeiro, que durante uma Ronda de Direitos Humanos do dia 06/06/2019, realizada numa praça pública no bairro da Glória, presenciou a negativa de um acolhimento a uma pessoa idosa.

Ao manifestar interesse em ser acolhida no exato momento que uma equipe da abordagem social da Prefeitura se aproximava, a Defensora Pública, coordenadora da prática humanitária a época, se dirigiu à educadora manifestando o desejo do idoso ao acolhimento, porém para sua surpresa foi comunicada que o atendimento não seria possível em razão da idade.

Cabe esclarecer que uma ação judicial em prol dos direitos das pessoas em situação de rua encontra inúmeras barreiras, principalmente em razão da falta de dados comprobatórios para fundamentar uma demanda.

As informações, na maioria das vezes, estão sob a guarda dos órgãos públicos contra os quais a ação será proposta, o que dificulta por demais a colheita de provas suficientes para o sucesso da demanda, o que faz da RONDADH uma ferramenta importante também para as ações judiciais.

É certo que situações de extrema segregação como essas jamais seriam expostas se a Defensoria Pública baseasse o atendimento desse público tão vulnerabilizado exclusivamente dentro das paredes físicas de seus gabinetes.

Tal exposição é essencial para inibir práticas violadoras e punir os responsáveis. Em outra reportagem veiculada pelo G1 que narra violações em que houve o recolhimento de cobertores de pessoas em situação de rua em plena pandemia, levou a exoneração do agente responsável pela operação.

Entretanto, práticas como essas demonstram uma verdadeira discriminação institucionalizada, por isso tão difícil de serem combatidas, órgãos pertencentes ao ente público responsável pela elaboração de políticas públicas voltadas a esse grupo, agem na contramão, de forma a agravar uma situação que, por si só, já é de extrema vulnerabilidade.

Num determinado momento órgãos municipais participam do recolhimento de cobertores de pessoas em situação de rua em plena pandemia, em outro, aproveitando-se da mesma pandemia da COVID-19 e sem juntar qualquer estudo científico, propõe ação judicial a fim de conseguir autorização para realizar acolhimento compulsório das pessoas em situação de rua sob o pretexto de que a medida objetivava a contenção da doença, numa fase em que o próprio município relativizava as medidas de isolamento.

Porém, a real intenção do ente público fica clara, quando ao realizar o pedido, específica as localidades onde serão realizadas as ações, como áreas localizadas nos bairros do Centro e da Zona Sul do Rio de Janeiro, o que caracteriza verdadeira ação higienista, uma vez que o acolhimento compulsório ocorreria apenas em áreas nobres e turísticas da cidade.

A conduta almejada é desproporcional, criminaliza a pobreza, além de violar direito fundamental mínimo previsto em nossa constituição, pois faz uma escolha extrema em vez de priorizar outras menos gravosas, como a distribuição de kits de higiene e busca ativa de possíveis infectados pelas equipes do Consultório na Rua.

Contudo, por mais absurda que possa parecer o pedido que chegou ao judiciário, nos permite refletir que houve um receio por parte do órgão público de evitar futura responsabilidade civil.

Essa atitude de buscar a legitimidade de suas ações junto ao Poder Judiciário, pode sim ter sido motivada pela notoriedade das ações da Defensoria Pública em prol dos direitos das pessoas em situação de rua, principalmente por meio das atividades da RONDADH, que sempre foram amplamente divulgadas com o objetivo justamente de romper com esse pensamento de impunidade.

Importante salientar que no início das atividades da RONDADH no ano de 2015 era frequente o recebimento de denúncias que tratavam sobre o acolhimento compulsório por parte do Município.

Apesar das atividades da RONDADH estarem suspensas nesse momento de pandemia, existe um grupo de "WhatsApp" para facilitar a comunicação dos participantes da prática e muitos dos parceiros ligados a projetos sociais continuaram realizando suas atividades em favor das pessoas em situação de rua o que fez com que denúncias continuassem a chegar ao conhecimento do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, destaca-se dois casos de pessoas em situação de rua que sofreram sanção de multa por não estarem usando máscara de proteção.

Agindo no interesse dessas pessoas, encaminhou-se a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Guarda Municipal pedido de anulação da multa por violar princípios constitucionais da igualdade material e da razoabilidade. Aqui a divulgação do caso também em mídias jornalísticas com menção, inclusive, de trechos do ofício emitido pela Defensoria Pública, pressionou o Município a emitir nota afirmando que a multa foi retirada assim que o cidadão se apresentou como pessoa em situação de rua.

Para aqueles que não são operadores do direito podem não entender porque as pessoas em situação de rua devem ser tratadas de forma diferente se a lei é para todos, mas o princípio da igualdade material conduz a um dever de não tratar da mesma forma pessoas que se encontram em situações jurídicas distintas sob pena de justamente violar essa igualdade.

Dessa maneira, não se pode exigir o uso de máscara com a imposição da sanção de multa contra aqueles que são privados dos bens mais básicos da vida, como a alimentação e a moradia adequada e que dependem, na maioria das vezes, de ações humanitárias para sobreviverem, pois a medida não estaria submetida ao princípio da razoabilidade uma vez que não atingiria os fins almejados porque não teria o mesmo efeito

quando direcionada a esse grupo de pessoas, muito pelo contrário, haveria a hipervulnerabilização daquele que já se encontra numa situação de vulnerabilidade.

A realização de Audiências Públicas, Seminários, Reuniões e Ações Sociais com a participação de defensores públicos, lideranças da sociedade civil, pessoas sem moradia e representantes dos órgãos públicos responsáveis pela concretização das políticas públicas, foram de grande valia, pois além de oferecer publicidade ao tema, debateram os mais diversos assuntos, compartilharam experiências e garantiram a inclusão dos maiores interessados na discussão dessas políticas, sendo certo que a Defensoria Pública já promoveu e participou de muitos nesse sentido.

Centenas de pessoas em situação de rua já receberam atendimento prestado pela Defensoria Pública nas Rondas de Direitos Humanos, além da colheita de denúncias, as pessoas receberam orientação jurídica e muitos conseguiram ser direcionados para receber direitos pecuniários que nem sabiam que tinham direito.

É notório que a atuação da Defensoria Pública por meio da RONDADH trouxe uma visibilidade que a população de rua tanto necessitava, em especial, quando se refere a cientificar os diversos seguimentos da sociedade de que existe instituições atuantes na defesa dos seus direitos.

Segundo estudo do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apresentado na Nota Técnica n.º 73, estima-se que em março de 2020 o número de pessoas em situação de rua chegou a 221.869. Os dados se basearam nas informações constantes no Censo SUAS e no Cadastro Único.

Ressalte-se que não há um censo da população de rua, pois o IBGE alega não possuir metodologia adequada de atendimento voltada para essa população e não incluiu o grupo no censo de 2020, motivo pelo qual resultou numa ação judicial promovida pela Defensoria Pública da União.

O estudo chama atenção para o crescimento ao longo dos anos e a aceleração recente desse crescimento, sendo que a predominância é registrada na região sudeste cerca de 124.698 pessoas que estão sem moradia.

Em 2017, um levantamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro acredita que cerca de 15 mil pessoas estão em situação de rua na cidade, provavelmente, devido a crise econômica, hodiernamente esse número pode ser ainda maior.

Em conclusão, o estudo do IPEA observou um aumento expressivo (140%) da população em situação de rua ao longo do período analisado (setembro de 2012 a março de 2020), ocorrido em todas as Grandes Regiões e em municípios de todos os portes, sugestivamente em razão do efeito de dinâmicas nacionais e o crescimento mais intenso nos grandes municípios pressupõe que a crise econômica, mais precisamente o aumento do desemprego e da pobreza serem os fatores determinantes para esse crescimento acelerado.

Diante dessa realidade assustadora, foi realizado um levantamento importante pelo Ministério da Saúde, por meio de sua Secretaria de Vigilância, que emitiu em junho de 2019 o Boletim Epidemiológico n.º 14 intitulado "População em Situação de Rua e Violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017 e teve por objetivo descrever os casos notificados de violência envolvendo a população em situação de rua no Brasil.

Durante o período analisado foram notificados 777.904 casos de violência; destes, em 17.386 (2,2%), a motivação principal foi a condição de situação de rua da vítima. Com relação às localidades com maior índice, os Estados que mostraram os maiores percentuais de notificações de violência motivada por situação de rua da vítima foram Minas Gerais (29,1%) e São Paulo (20,1%).

Conclusão

O atendimento realizado pela Defensoria Pública não deve resumir-se aquele desempenhado de forma usual nas suas repartições sob pena de contribuir ainda mais para a condição de invisibilidade social e não cumprir com eficiência o papel que lhe foi conferido constitucionalmente, que é o de promover assistência jurídica aos hipossuficientes, em especial, às pessoas que mais necessitariam desse serviço diante da vulnerabilização a que são submetidos.

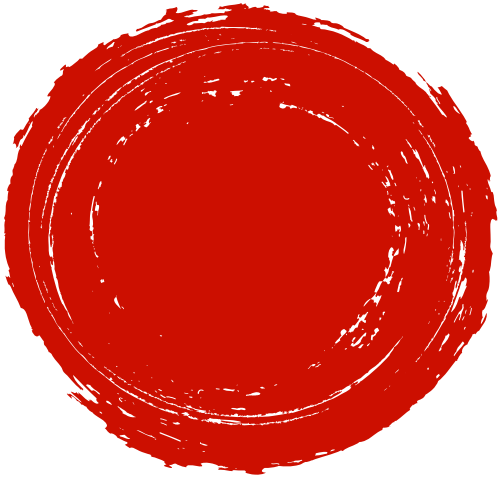
Nessa linha, a Ronda de Direitos Humanos mostrou-se ser uma prática eficaz na promoção dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, ainda que as políticas públicas existentes sejam mínimas e esse público continue invisível em muitos aspectos.

As pessoas não costumam entender porque grupos considerados vulnerabilizados, como as pessoas em situação de rua, são chamados de invisíveis, uma vez que basta sair às ruas para ver um número expressivo de pessoas vivendo de forma precária sem um teto para protegê-las.

Acontece que a invisibilidade se manifesta na escassez de dados existentes, pois o quantitativo tem por base estudos por estimativa, não existe um censo da população em situação de rua o que dificulta a efetivação e a elaboração das políticas públicas voltadas para o setor, consequentemente o que também contribui para que os órgãos responsáveis por tais políticas continuem omissos.

A Ronda de Direitos Humanos faz frente a essa invisibilidade, expõe atos discriminatórios e as omissões do poder público, promove a conscientização de direitos e, assim, rompe com o sentimento de impunidade que rodeava os agentes públicos que hoje trazem na consciência de que as violações de direitos não se quedarão mais na obscuridade.

Considerando que o Rio de Janeiro é uma metrópole que concentra um grande número de pessoas em situação de rua, o fato de não aparecer entre as cidades com os maiores índices de violência contra essa população já é um avanço expressivo e justifica a razão de ser da Ronda de Direitos Humanos.



A Transformação dos Papéis policiais:

"Protetores da Saúde Pública e Protetores da Segurança Pública"

Dr. R. Dan Small

PhD, MPhil Cantab, BA Soc/Anth, BA Psych
Associado de Pesquisa
Departamento de Antropologia Universidade da Colúmbia Britânica

Universidade da Colúmbia Britânica
6303 N.W. Marine Drive
Universidade da Colúmbia Britânica
Vancouver, BC V6T 1Z1

dansmall@mail.ubc.ca

Resumo

Este capítulo descreve como o engajamento da polícia na redução de danos tem uma história significativa em várias jurisdições. Ele introduz um elemento auto-etnográfico, delineando a correspondência de décadas do autor com a força policial nacional do Canadá, a Royal Canadian Mounted Police (RCMP), destinada a envolver a comunidade de aplicação na redução de danos. Descreve uma iniciativa simbólica de redução de danos policiais no Canadá destinada a implantar oficiais do RCMP para salvar a vida de pessoas que usam drogas parando overdoses fatais. A integração da redução de danos na prática de execução da linha de frente sinaliza uma mudança significativa na cultura do policiamento. A polícia não é mais simplesmente acusada das responsabilidades de proteger a segurança pública e reduzir o fornecimento de drogas ilícitas. Seus papéis complexos agora incluem a proteção da saúde pública como socorristas que administram naloxona antidoto por overdose de opioides como uma forma que salva vidas de redução de danos.

Palavras-chave: Redução de danos policiais, segurança pública, saúde pública, inovações de fiscalização, auto-etnografia

Introdução

Estive envolvido no desenvolvimento e operação de uma série de iniciativas de redução de danos, incluindo moradia de baixa barreira para usuários ativos de drogas, distribuição de seringas, programas de álcool gerenciados, distribuição mais segura de tubos de crack, máquinas de redução de danos e o primeiro Centro de Injeção Supervisionada (SIF) da América do Norte, um lugar onde pessoas que injetam drogas (PWID) poderiam injetar sob a supervisão a fim de prevenir a morte por overdose e conter a propagação do HIV e hepatite. Os SIFs também referem o PWID à desintoxicação, tratamento, habitação e outros serviços, reduzindo a injeção pública (transtorno). Quando meu trabalho começou no final da década de 1990 nesta área, a comunidade de execução, como regra, se opôs firmemente às políticas de drogas que incluíam a redução de danos. Apesar dessa oposição, sempre acreditei que a redução de danos e a aplicação não são mutuamente exclusivas e que as duas abordagens têm o potencial de se locar.

Neste capítulo, espero convencer o leitor de que o envolvimento da polícia na redução de danos tem uma história significativa em várias jurisdições. Além disso, nos últimos cinco anos, houve importantes avanços no trabalho policial na redução de danos na América do Norte, indiscutivelmente o epicentro da Guerra mundial contra as Drogas, onde hoje, em minha opinião, atingiu um crescendo que sinaliza uma transformação paradigmática na cultura de aplicação. Essa transformação sociocultural representa um desenvolvimento significativo no papel dos policiais hoje, que englobam muito mais do que a proteção da segurança pública, onde se engajam no trabalho social e na advocacia, bem como na aplicação tradicional. Além disso,a polícia na América do Norte também são contribuintes estabelecidos para a redução de danos e a proteção da saúde pública.

Nuvens escuras se aproximando sobre a aplicação

Esse tom otimista na abertura deste capítulo pode parecer fora de lugar no contexto de demandas de reforma policial ou apelos para o desfinanciamento da aplicação da lei. Enquanto ando pela comunidade onde moro em Vancouver, posso ver facilmente pichações nas calçadas, placas e cartazes denegrindo a polícia e pedindo sua eliminação como instituição.



Pôster, Unidade Comercial, Vancouver, BC: Fotografia porD. Small (agosto de 2020)



Anti-Police Graffiti Strathcona, Vancouver,BC: Fotografia porD. Small (agosto de 2020)



Graffiti, Strathcona, Vancouver,BC: Fotografia porD. Small (junho de 2020

A desaprovação das práticas de execução pesadas na América do Norte atingiu um tom febril na esfera pública após o assassinato do black american George Floyd por um policial de Minneapolis em 25 de maio de 2020 provocou indignação internacional. Protestos emergindo em relação ao incidente e ligados ao Black Lives Matter ocorreram em todo o mundo e em todos os estados da América (Weine et al., 2020). Este caso se junta a inúmeros outros exemplos de racismo estrutural que alguns estudiosos equivalem ao linchamento contemporâneo dos negros americanos (Dreyer et al., 2020).



Graffiti, Strathcona, Vancouver,BC: Fotografia porD. Small (junho de 2020

O impacto da violência estrutural e da racialização dentro da aplicação e do sistema de justiça criminal representa falhas estruturais muito reais dentro da aplicação na América do Norte. Nos Estados Unidos, as pessoas de cor (incluindo negros e hispânicos) representam 67% da população carcerária, apesar de representarem apenas 37% da população global (The Sentencing Project, 2020). Afro-americanos são mais propensos a serem presos, condenados e enfrentar sentenças mais duras do que os americanos brancos. Nos Estados Unidos, homens hispânicos têm mais do que o dobro de chances de serem presos que homens brancos. Homens afro-americanos têm seis vezes mais chances de serem presos que homens brancos.

O Canadá não está imune a falhas estruturais em seu sistema de justiça criminal que também indicam o impacto da racialização (Zinger, 2020). Em 2015, os canadenses negros constituíam 2% da população canadense, mas representavam 6% desses indivíduos presos pelo governo federal (Reasons et al., 2016). Em 2018, os dados mais recentes disponíveis, 7,6% dos indivíduos encarcerados pelo governo federal eram canadenses negros. Os povos aborígenes representam 4,9% da população canadense (Statistics Canada, 2017). Em 2016, os povos aborígenes representaram 25% dos indivíduos sob pena de prisão federal no Canadá (Zinger, 2020). Ao longo do período de cinco anos entre 2013-2014 e 207-2018, o percentual de indígenas encarcerados em nível federal aumentou 14,7% (Segurança Pública do Canadá, 2019). Em 2020, a proporção de povos indígenas sob pena de prisão federal em relação à população em geral aumentou para 30% (Zinger, 2020).

Há, com certeza, problemas estruturais fundamentais dentro da aplicação tanto no Canadá quanto nos Estados Unidos que precisam ser enfrentados. A próxima análise não se concentra nas variáveis estruturais subjacentes em jogo no que diz respeito ao encarceramento em massa e sua manifestação por meio da aplicação de drogas. Isso é uma fraqueza. Os leitores são direcionados para outros lugares para revisões detalhadas da história sociohistórica do encarceramento em massa, racialização e legislação sobre drogas (Drucker, 2011; Fortner, 2015). Meu objetivo é examinar o potencial de narrativas de redução de

danos e narrativas de aplicação para coexistir, se entrelaçar e, ao fazê-lo, talvez aliviar alguns dos sintomas dos problemas estruturais que são jogados fora em relação à política de drogas. A redução de danos não, e não pode abordar a revisão subjacente, mais substantiva, dos problemas fundamentais no que diz respeito aos arranjos sociais que perpetuam as desigualdades que existem dentro, mas também acima e além da aplicação, mas que certamente são perpetradas pela aplicação como o principal agente da sociedade. Este artigo, como todos os artigos desta área,examina apenas parte de um quadro sociocultural complexo.

Contexto etonográfico automático e ressalva

Vou interpor aqui para introduzir um elemento auto-etnográfico na história. O processo de auto-etnografia é um método de pesquisa onde um pesquisador se examina em relação ao contexto sociocultural mais amplo (Bryan, 2010). A autoethnografia coloca de forma transparente a experiência subjetiva na vanguarda de um estudo. Como resultado, a auto-etnografia leva a prática da reflexividade um passo adiante, tornando o eu como um ponto central para uma análise complexa dos fenômenos socioculturais. Esta é, talvez, parte ressalva para o leitor que chooses para ir mais longe; it é também um reconhecimento de que sou um observador socialmente posicionado.

Claro, todas as observações, seja na ciência, na ciência social ou na vida cotidiana, são afetadas pelo ato de observação. Mesmo na física, o status de um elétron, em termos de sua velocidade ou massa, não pode ser exatamente determinado porque o ato de medição altera o objeto que está sendo medido (Heisenberg, 1983 [1927]). Ou seja, para saber tanto a posição quanto o momento de um elétron, o observador também deve levar em consideração o efeito da medição em si. Não se pode, em ciências ou ciências sociais, falar de um fenômeno sem um ponto de referência, ou seja, o arcabouço narrativo do observador. E, assim, no interesse da divulgação completa do meu ponto de referência, meu lugar de observação, eu vou te dizer que eu sou o filho de um policial.

Meu pai foi um oficial da Polícia Montada Real Canadense (RCMP) que serviu a força policial nacional no Canadá por 30 anos. Ao longo de sua carreira, ele serviu como chefe dos crimes graves e esquadrões de drogas de seu destacamento local. Quando comecei a examinar as políticas de drogas na universidade, minha análise foi fortemente influenciada pela orientação do meu pai, como um oficial tradicional de aplicação de drogas, sobre as questões em jogo. Nem eu, nem meu pai, apoiamos abordagens de redução de danos. Estávamos mergulhados na guerra dominante contra a orientação das drogas de nossas respectivas gerações.

À medida que minha própria perspectiva sobre a política de drogas começou a mudar como resultado da exposição a outras perspectivas, comecei a analisar criticamente minhas próprias suposições naturalizadas sobre drogas que eu tinha tomado como certo como fatos. Meu pai e eu começamos a ter opiniões divergentes. Essa divergência se estendeu às questões sociais que tentei abordar através do meu trabalho com populações marginalizadas que enfrentam múltiplas vulnerabilidades, incluindo uso de drogas ilícitas, pobreza, desabrigamento, doença mental, envolvimento no comércio sexual de sobrevivência, HIV/AIDS, experiência escolar residencial e conflito com a lei. Apesar de nossas diferenças de perspectiva, perto do fim de sua vida, meu pai veio apoiar cautelosamente a injeção supervisionada que me pareceu ser um triunfo introspectivo à luz de suas raízes como umsoldado foot na guerra contra as drogas. Isso foi notável, dado que a socialização como policial começou quando ele entrou para a polícia aos 18 anos de idade na década de 1960. Quando a Suprema Corte do Canadá afirmou os direitos dos usuários de drogas de acessar o Insite como um programa de saúde que ajuda a mantê-los vivos em 2011, o mundo da política de drogas no Canadá foi estruturalmente alterado (Small, 2012). Gostaria que meu pai estivesse vivo para ver os nove juízes da Suprema Corte do Canadá decidirem por unanimidade proteger os direitos constitucionais das pessoas que injetam drogas (PWID) para salvar vidas de serviços de injeção supervisionada, mas ele faleceu um ano antes da decisão.

Alguns dias antes do meu pai morrer, ele me deu seu distintivo rcmp e longa medalha de serviço significando seus trinta anos de serviço impecável. Até hoje, eu ainda me lembro como parecia que um período de anos se passou enquanto eu cuidadosamente tirei seu distintivo da prateleira onde foi exibido enquanto ele estava em um estado enfraquecido em um ônibus assistindo. Quando fechei a caixa segurando o distintivo e segurei a mão fraca do meu pai mais uma vez, senti como se tivesse envelhecido dez anos em dez minutos. Percebi que me deram um tesouro simbólico cujo valor não podia ser medido: parte da alma policial do meu pai. O distintivo do meu pai é, sem dúvida, o bem mais precioso que possuo.



Crachá do meu pai

E, então, talvez na minha busca para envolver a polícia e encorajar seu envolvimento na redução de danos ao longo dos anos, eu só vi o que eu queria ver, acreditei no que eu queria acreditar. Talvez, um leitor crítico possa pensar que é apenas sentimentalismo, especialmente dado os problemas estruturais inerentes à aplicação que eu revisei brevemente anteriormente, em vez de rigor acadêmico, que me leva a elucidar as contribuições da polícia para a redução de danos. Certamente, apesar de a força policial nacional ter atacado publicamente a injeção supervisionada no Canadá, quando a redução de danos mais precisava do seu apoio, iniciei idealmente uma campanha de escrita de cartas ao longo de vários anos para uma ampla gama de assistentes-comissários, vice-comissários e comissários ao longo de vários anos convidando-os a reconsiderar sua posição. Quando o RCMP gastou secretamente dólares dos contribuintes para contratar consultores para examinar, reexaminar e, em seguida, atacar publicamente as evidências associadas à injeção supervisionada, continuei minha correspondência otimista com o objetivo de engajá-los. Para seu crédito, muitos oficiais de alto escalão tiveram tempo para escrever cartas atenciosas de volta para mim. Talvez, este trem de correspondência fosse apenas um estudioso excêntrico pregando no vento uivando, mas eu acho que não. Vi um papel para a polícia na entrega de políticas eficazes para enfrentar os problemas sociais contemporâneos e ainda o faço.

A oposição histórica da aplicação da redução de danos era esperada, dado que a polícia era e são os guardiões de nossas instituições sociais. Eles são encarregados da responsabilidade de proteger os valores da sociedade, consagrados em nossas leis e, como tal, a desaprovação policial da redução de danos foi meramente um reflexo de seu papel como parte do contexto sociocultural mais amplo na América do Norte. Até 2001, quando o conselho da cidade de Vancouver aprovou formalmente a redução de danos como parte de sua política municipal de drogas, nenhuma instituição governamental ou jurisdições em todo o Canadá ou nos Estados Unidos oficialmente defendeu a redução de danos. Naquela época, quando Vancouver adotou uma "abordagem de 4 pilares" que incluía muito controversamente a redução de danos junto com os outros três pilares: prevenção, tratamento e aplicação

(MacPherson, 2001), eles eram a única cidade do continente a fazê-lo. Além da abordagem excepcional de Vancouver, as políticas dominantes de drogas para todos os governos eram como uma cadeira oscilante com 3 pernas: prevenção, tratamento e aplicação. A perna que faltava que teria estabilizado as abordagens governamentais predominantes era a redução de danos. A polícia apenas apoiou uma cadeira já balançada.

Redução de Danos: Território Sociocultural Controverso

Então, por que tanto alvoroço? O que é redução de danos e o que a torna tão controversa para a polícia? Bem, em primeiro lugar, a redução de danos não é automaticamente controversa. Cintos de segurança são redução de danos. A polícia reforça o uso de cintos de segurança. Cintos de segurança não restringem direção perigosa. Os cintos de segurança só minimizam o dano se alguém tiver um acidente. Da mesma forma, capacetes de motocicleta são redução de danos. A polícia reforça seu uso para indivíduos que dirigem motocicletas. Capacetes não eliminam a má condução de motocicletas ou a tomada de risco. Isso, é claro, é a redução de danos também.

A redução de danos só é controversa quando se trata de drogas. As drogas existem dentro de uma movimentada intersecção moral dentro da sociedade e é dentro desta fronteira que sua controvérsia prospera. As iniciativas de redução de danos são definidas da seguinte forma

> *"estratégias projetadas para reduzir os danos relacionados às drogas para determinados indivíduos e comunidades. O princípio da minimização de danos reconhece que estratégias de intervenção precoce que reduzem os riscos de danos ligados ao uso de drogas, sem necessariamente eliminarouso, podem ser benéficas para os usuários individuais e para a comunidade em geral [ênfase adicionada]" (VictoriaPoliceDrugandAlcoholStrategyUnit, 2008):*

O lado socioculturalmente controverso da redução de danos em relação às drogas para a polícia é o fato de que tais iniciativas não se concentram na cessação do uso de drogas.



Pôster,
Vancouver, BC: Fotografia deD. Small
(Julho 2016)

Dentro do discurso popular, a minimização de danos é tipicamente distinguida das outras três abordagens para o vício em drogas: aplicação, tratamento e prevenção. Embora a separação das diversas estratégias em diferentes fluxos: redução de danos, tratamento, aplicação e prevenção seja uma categoria analítica útil, esses fluxos não são, na realidade, distintos. Redução de danos e tratamento fluem entre si na prática. A injeção supervisionada, por exemplo, pode ser uma porta de entrada para a saúde e considerada um investimento médico. A instalação de injeção supervisionada também pode ser conciliada com a prevenção, pois pode ser considerada parte do contínuo de prevenção, pois ajuda a prevenir comportamentos de risco particularmente perigosos, bem como HIV, HCV e overdose fatal. Da mesma forma, este capítulo pretende ilustrar que a aplicação não precisa ser uma disciplina profissional isolada, mas pode incluir abordagens diversas, incluindo redução de danos e prevenção dentro da prática operacional.

Os perigos da polícia ignorando a redução de danos como uma ferramenta de execução

Os perigos de impedimento policial ou não apoiar a redução de danos foram bem documentados. A eficácia dos programas de agulha e seringa (NSP) como forma de redução de danos foi solidamente estabelecida dentro da base de evidências científicas e médicas. Em algumas jurisdições e instâncias, a ação de alguns policiais dificulta a eficácia do NSP (Monaghan & Bewley-Taylor, 2013). As atitudes policiais em relação ao NSP e à presença perto das atividades de troca de agulhas podem influenciar as taxas de captação de serviço e de retorno da seringa (Aitken, Moore, Higgs, Kelsall, & Kerger, 2002). Dados etnográficos coletados em Melbourne, Austrália, indicaram que os usuários de drogas injetáveis eram mais propensos a descartar seringas usadas de forma rápida e casual, a fim de evitar que fossem encontradas durante as buscas pela polícia que não têm apoio à redução de danos. Atitudes negativas em relação ao NSP pela polícia são comunicadas de uma variedade de formas explícitas ou implícitas, incluindo tratar explicitamente a posse de uma seringa como evidência de um crime na forma de uso ilegal de drogas ou por prejudicar implicitamente as atividades de programas de redução de danos por presença desnecessária que afeta a captação de serviço por usuários de drogas que temem a prisão.

Pesquisas também sugerem que o atendimento policial a overdoses também pode aumentar o risco de danos. Uma pesquisa com 218 usuários regulares de heroína, 48% dos quais sofreram uma overdose e 78% estiveram presentes enquanto outro indivíduo sofreu uma overdose, é ilustrativo (MGregor, Darke, Ali, & Christie, 1998). As respostas indicaram que o contato com os serviços de emergência foi adiado ou negligenciado completamente em 40% dos eventos de overdose. O medo de represálias pela polícia foi descrito como a justificativa por 80 % dos entrevistados. A explicação específica para apreensões pertencia, na maioria das vezes, à ansiedade sobre a prisão por mandados pendentes ou o potencial de acusações de homicídio culposo, a overdose resulta em uma fatalidade. Pode-se logicamente extrapolar que essa apreensão

poderia ser responsável por overdoses fatais que poderiam ter sido evitadas por pessoal de emergência treinado.

Redução de danos no policiamento:

Felizmente, a posição contra a redução de danos por parte dos policiais não é universal. Na verdade, pode-se argumentar que a redução de danos está sob o guarda-chuva do papel juramentado de um policial é proteger o público. A polícia tem a capacidade de reduzir diretamente os danos na atividade ilícita de drogas no contexto do policiamento normal. A discrição policial é uma marca registrada da prática diária. A partir de exemplo, a prática de alertar, em vez de prender, pela primeira vez usuários de drogas ilícitas poderia ser considerada um exemplo de redução de danos no policiamento (Obras, 2003). A discrição policial em relação àprática de atendimento deverdoses também pode incluir elementos de redução de danos que a polícia pode decidir evitar necessariamente buscasde indivíduos presentes por drogas ilegais. Nesses casos, a polícia também está utilizando sua discrição para evitar inadvertidamente criar um clima de medo para usuários de drogas que poderia dificultar as chamadas para serviços de emergência que poderiam salvar vidas durante eventos de overdose (Thomas, 2005).

Disseminação de informações sobre a pureza do uso de drogas ilícitas é uma estratégia empregada pela polícia também pode ser considerada uma forma de minimização de danos (Spooner, McPherson, & Hall, 2004) Os profissionais de saúde e a polícia em Vancouver regularmente disseminam informações sobre os níveis de pureza das drogas que aumentam as chances de overdose.



Como resultado de apreensões rotineiras de drogas ilícitas, a polícia está estrategicamente posicionada para testar as substâncias e fornecer informações sobre sua potência que são relevantes para a redução de danos (Thomas, 2005). Além disso, as áreas de serviço de evasão intencional da polícia onde os usuários de drogas obtêm serviços de redução de danos, como a troca de agulhas, é uma tentativa da polícia de incentivar a captação de serviços.

Police pode tornar a redução de danos mais eficaz, ajudando indivíduos marginalizados que encontram em seu trabalho para usar serviços. Isso pode ser feito por meio de encaminhamento ou incentivo presencial com base no relacionamento estabelecido. Várias jurisdições desenvolveram práticas de execução para apoiar, em vez de dissuadir, serviços de redução de danos (Monaghan & Bewley-Taylor, 2013). A seção a seguir analisa alguns exemplos de trabalhos de liderança relacionados à redução de danos dentro da aplicação dentro de várias jurisdições.

Abordagem Nacional da Austrália para a Polícia e Redução de Danos

A Austrália tem sido líder mundial na exploração da potencial aplicação da redução de danos dentro da aplicação. Essa liderança pode ser traçada para a estratégia nacional de drogas da Austrália, que começou com a criação de sua Campanha Nacional Contra o Abuso de Drogas (NCADA) em 1985 (Dillon, 1995). Desde sua criação, há 35 anos, uma característica fundamental da abordagem australiana tem sido a inclusão da redução de danos como princípio norteador (Ward, 1995). Um relatório parlamentar surgiu durante esse período que destacou mitos associados e desvantagens de uma abordagem estritamente proibicionista às drogas. O documento também identificou uma falta de avaliação rigorosa das estratégias de aplicação da lei na redução da oferta (Autoridade, 1989).. Este exame crítico inicial da prática tradicional de policiamento proporcionou o contexto para o desenvolvimento da redução precoce de danos na aplicação.

Controle local de estratégias de redução de danos e policiamento

Na década de 1990, a Austrália também pilotou uma abordagem comunitária para implementar uma parceria de redução de danos entre a polícia e as partes interessadas locais (Lough, 1997). Essencialmente, membros da polícia e da comunidade desenvolveram políticas de redução de danos que se aplicavam aos usuários de drogas de nível de rua, enquanto mudavam explicitamente o foco de aplicação para traficantes de drogas de nível mais alto. Isso proporcionou uma abordagem localizada para a redução de danos no policiamento.

Estabelecimento de Unidades de Desenvolvimento, Implementação e Treinamento de Redução de Danos

A Austrália também foi líder em um esforço para desenvolver o treinamento de redução de danos na aplicação. Em 1993, o departamento de polícia de Nova Gales do Sul firmou uma parceria de financiamento com a Estratégia Nacional de Drogas da Austrália, a fim de implementar

programas de redução de danos no policiamento (Forell & Price, 1997). O departamento de polícia da NSW empregou aproximadamente 13.000 policiais na época. A iniciativa começou com a criação do cargo de Coordenador do Programa de Drogas e, posteriormente, expandiu-se para uma Unidade de Coordenação de Programas de Drogas que incluiu um Oficial de Avaliação e Oficial de Educação. A educação foi baseada na academia de polícia onde tanto os oficiais especializados (por exemplo, o esquadrão antidrogas) quanto os policiais generalistas receberam treinamento da unidade que incorporou informações sobre manutenção de metadona,programas dedistribuição de seringas e informações sobre os princípios e aplicação de redução de danos no policiamento. Os oficiais também receberam estratégias para apoiar programas de redução de danos.

Além do treinamento global, a unidade também facilitou discussões explorando estratégias para superar situações desafiadoras em torno da redução de danos e forneceu oficinas para patrulhas ou departamentos. Cada unidade de patrulha foi abastecida com kits de informações de redução de danos. O objetivo geral do programa era promover a redução de danos como princípio central da aplicação.

Em 1998, a Austrália apresentou um pedido de propostas para a criação de um programa nacional de treinamento de redução de danos para a polícia em toda a Austrália. Naquela época, havia muito pouca consistência no treinamento de redução de danos para a polícia em todas as jurisdições. O projeto foi incluir um exame do padrão de prática para educação em redução de danos policiais, engajamento de consultores especializados, entrevistas de stakeholders, desenvolvimento de um quadro de avaliação para a iniciativa de treinamento e um plano estratégico de implementação (Fowler, Allsop, Melville, & Wilkinson, 1999).

Financiamento para Pesquisa, Avaliação e Implementação de RH em Policiamento

O compromisso com novas iniciativas no policiamento exige a dedicação dos recursos. A redução de danos não é exceção. A redução de danos e o policiamento foram fomentados na Austrália, criando uma fonte de financiamento através do National Drug Law Enforcement Research Fund (NDLERF) em 1999 para uma ampla gama de iniciativas de treinamento (Works, 2003).

A pesquisa também é elemento essencial de qualquer política social baseada em evidências. A comunidade de aplicação australiana forneceu liderança anterior em colaborações de pesquisa relacionadas ao policiamento e redução de danos. Em 2000, uma série de projetos de pesquisa examinando o papel da polícia na redução de danos foram iniciados em todas as jurisdições policiais na Austrália através do Australian National Drug Law Enforcement Research Fund (NDLERF). Por meio dessa iniciativa, uma série de iniciativas de pesquisa exploraram o papel da polícia na promoção de uso mais seguro de drogas ilícitas, incentivando a captação de tratamento, a redução da demanda, bem como a prevenção e redução de overdoses de drogas (Spooner et al., 2004). A iniciativa incorporou uma ampla gama de consultas com a polícia e organizações parceiras, bem como outras partes interessadas, incluindo prestadores de cuidados de saúde e grupos de usuários de drogas. Foram documentadas estratégias policiais, políticas e práticas em relação à minimização de danos. Os resultados da pesquisa foram utilizados para informar as organizações policiais para o desenvolvimento de políticas e práticas. O objetivo da iniciativa foi avaliar as contribuições das organizações policiais para a estratégia nacional de drogas da Austrália. Os resultados incluíam um relatório, manual operacional para redução de danos policiais e um documento estratégico.

Julgamentos de redução de danos policiais

A polícia da Austrália iniciou um julgamento para examinar a incorporação de redução de danos em programas de execução destinados a drogas ilícitas (Midford, Acres, Lenton, Loxley, & Boots, 2002). O julgamento inicial de redução de danos no policiamento australiano foi bem sucedido. Trouxe uma maior apreciação e compreensão da

redução de danos. O julgamento introduziu 302 policiais para redução de danos e, em seguida, examinou sua estimativa de sua relevância para a prática de policiamento (Midford et al., 2002).

Manual de Operações de Redução de Danos Policiais

Inicialmente, a NDLERF antecipou que um manual de redução de danos policiais seria um documento curto, não mais do que dez páginas, que poderia ser facilmente acessado pelos oficiais da linha de frente (Spooner et al., 2004). No entanto, consultas com organizações policiais de partes interessadas indicaram que tal manual teria sucesso limitado sem uma iniciativa de treinamento mais robusta. Como tal, a visão para o manual expandiu-se para se tornar um recurso maior para os treinadores de polícia que se destinavam a ser adaptados para cada jurisdição e organização policial específica.

Apesar do histórico significativo de discussão e do trabalho para a redução de danos, a implementação da política de redução de danos no trabalho operacional da polícia australiana parece ter ficado aquém. Um protocolo de redução de danos exaustivamente documentado para a aplicação da lei não foi concluído na Austrália e a prática operacional por oficiais no campo foi esporádica (James, 2016). O desafio na Austrália tem sido ir além do reconhecimento explícito da importância da redução de danos no policiamento para a implementação da redução de danos dentro da realidade operacional da prática policial cotidiana (James & Sutton, 2000)..

Aplicação e Redução de Danos no Reino Unido

A polícia do Reino Unido também tem uma longa história de cooperação com as autoridades locais de saúde no que diz respeito a danosvermelhos. Em muitas comunidades do Reino Unido, a polícia e as autoridades de saúde participam juntas em comitês consultivos de vícios. A Polícia de Chesire começou a colaborar com o Merseyside Merseyside Drug Treatment Program em 1983. O Programa Merseyside prescreveu heroína, cílimorfo, diconal, anfetamina e cocaína em forma oral, injetável ou fumávelcomo partedo tratamento baseado em redução de danos para usuários de drogas na região de Mersey (incluindo as comunidades de Liverpool, Wirral, Sefton, St. Helens e Cheshire). As colaborações entre a polícia (incluindo oficiais de linha de frente e o esquadrão antidrogas), prestadoresde serviços desaúde, o serviço de liberdade condicional, médicos da atenção primária e farmacêuticos começaram nas fases iniciais de planejamento antes da abertura das clínicas e continuaram após a implantação (Lofts, 1992). Os oficiais à paisana mantiveram a relação contínua com os operadores da clínica e ajudaram a monitorar a segurança dos medicamentos prescritos, padrões relacionados ao excesso de prescrição e qualquer atividade criminosa. A polícia desestimulou a vigilância de usuários de drogas nas clínicas, a fim de incentivar a absorção do programa.

A polícia do Reino Unido apoia publicamente a distribuição de seringas e não toma medidas legais contra viciados em posse de seringas. Além disso, as autoridades policiais empregam uma abordagem baseada em alertar os usuários de drogas por posse, em vez de processo. O objetivo da polícia é trabalhar com as autoridades de saúde para envolver usuários de drogas em cuidados de saúde. Uma vez que um viciado está oficialmente envolvido em serviços de saúde ou agência de serviços, então eles são legalmente autorizados a transportar drogas ilegais para uso pessoal (Riley, 1996).

A colaboração entre a polícia e os prestadores de serviços de saúde em um programa de redução de danos baseado na substituição de drogas ilícitas por medicamentos medicamente supervisionados foi altamente bem sucedida. Os investigadores de polícia e de saúde monitoraram o envolvimento da justiça criminal de 142 participantes inscritos no programa entre um período de 18 meses entre julho de 1988 e janeiro de 1990. A taxa de condenação reduziu drasticamente de 6,88 condenações por pessoa para 0,44 condenações por pessoa (Lofts, 1992).

Aplicação, Redução de Danos e Crime: A Experiência Suíça

O impacto nas taxas de criminalidade dos programas de substituição farmacêutica tem sido mostrado em várias jurisdições (Small & Drucker, 2006). Na Suíça, o programa nacional de tratamento de heroína que começou em 1995 usou dados de entrevista para comparar as taxas de criminalidade autorrenotadas no momento da internação ao envolvimento em crimes após 12 meses de matrícula no programa de tratamento. No geral, o estudo encontrou uma queda de 68% nos crimes. Os participantes do estudo relataram reduções em uma ampla gama de crimes: venda de drogas mais macias (26,3% para 12,5%), venda de drogas duras (46,9% para 8,2%), loja Levantamento (35% para 16,1%), manuseio de bens roubados (13,1% para 3,9%) e quebra emg e entrada(6,9 % para 0,0%). Os pesquisadores também examinaram as taxas de condenação que caíram 80% (Uchenhagen et al., 1999).

Fiscalização e Redução de Danos na Alemanha

A Alemanha fornece outro exemplo de redução de danos e policiamento. A polícia alemã tem um longo histórico de envolvimento na redução de danos, focando na apreensão de traficantes de drogas, mas tolerando usuários de drogas (Riley, 1996). Algumas jurisdições na Alemanha, como Frankfurt, designaram policiais de redução de danos que são responsáveis pela redução de danos na educação e padrões dentro da força policial. Policiais, prestadores de cuidados de saúde e usuários de drogas trabalham juntos no espírito de parceria para conectar pessoas que vivem com vícios em saúde e serviços sociais.

Aplicação e Redução de Danos nos Países Baixos

A redução de danos no policiamento nos Países Baixos é evidente na forma como as autoridades policiais abordam usuários de drogas e traficantes de drogas (Bammer & Gerrard, 1991). A polícia tem tomado uma abordagem tolerante ao uso de drogas criando zonas onde até mesmo traficantes de baixa nível são conscientemente autorizados a existir em apartamentos, desde que não haja distúrbios para os vizinhos. A polícia, neste caso, concentra-se em minimizar os malefícios do tráfico de drogas em vez do próprio tráfico de drogas. Além disso, a polícia nos Países Baixos tem uma longa história de apoio à descriminalização da maconha e, em alguns casos, as delegacias de polícia de Amsterdã até forneceram troca de agulhas (Riley, 1996).

Redução de danos policiais nos Estados Unidos

A história das iniciativas de redução de danos no policiamento nos Estados Unidos pode ser rastreada à administração de naloxona por policiais de linha de frente. Naloxona neutraliza os efeitos do fentanil, heroína e outros opioides. A administração de naloxona (nome comercial Narcan) é tipicamente entendida como uma iniciativa de redução de danos. A implantação de naloxona pela polícia nos Estados Unidos tem uma longa história. Foi implantado pela primeira vez no Novo México em 2004, nos estados de Espanola e Santa Fé, onde a polícia estadual foi treinada para empregar naloxona para prevenir overdoses fatais (NewMexicoDepartmentofPublicSafety, 2004). Os oficiais foram treinados para identificar os sinais de overdose, administrar naloxona e realizar ressuscitação cardiopulmonar. O principal objetivo da iniciativa não era prevenir o uso de drogas; mas para salvar vidas.

No final de 2014, havia mais de 220 agências de aplicação da lei nos Estados Unidos equipando seus oficiais com naloxona (Davis, Carr, Southwell, & Beletsky, 2015). A partir de 18, o Departamento de Polícia de Quincy (QPD), localizado em uma comunidade de aproximadamente 90.000 habitantes em Massachusetts, implanta naloxona desde 2010 (Davis, Ruiz, Glynn, Picariello e Walley, 2014). Hoje, todos os veículos QPD equipados com kits de naloxona e todos os oficiais são treinados no uso de naloxona pelo Departamento de Saúde Pública de Massachusetts. Os oficiais da QPD administraram naloxona 201 vezes entre 2010 e 2014 (Davis et al., 2014)

Redução de danos na aplicação canadense

A redução de danos no policiamento canadense ocorreu em uma série de iniciativas discretas.

A redução de danos pela polícia toma muitas formas como ilustrado por um estudo de entrevista de 1093 usuários de drogas injetáveis que usaram a instalação de injeção supervisionada de Vancouver (DeBeck et al., 2008). Dezessete por cento dos entrevistados no estudo relataram que oficiais do Departamento de Polícia de Vancouver (VPD) os encaminharam para a instalação em um momento ou outro. 2% relataram que foi a polícia que os apresentou à instalação. A polícia foi especialmente eficaz em alcançar o mais marginal com redução de danos (aqueles indivíduos que estavam entrincheirados nas ruas, os envolvidos no comércio sexual de sobrevivência e aqueles envolvidos na injeção frequente relacionada à cocaína).

Apoio Oficial da Polícia de Vancouver à injeção supervisionada

O VPD também forneceu suporte oficial para a primeira instalação de injeção supervisionada do Canadá (Graham, 2006).. Esse apoio foi simbolicamente ilustrado pela primeira vez em uma carta de apoio ao início do projeto como uma iniciativa de pesquisa em 2003. O Chefe de Polícia forneceu uma segunda carta de apoio após a avaliação bem sucedida do projeto e o pedido de renovação de sua licença em 2006.



City of Vancouver
Police Department

JAMIE H. GRAHAM
Chief Constable

OFFICE OF THE CHIEF CONSTABLE

2120 Cambie Street, Vancouver, British Columbia, Canada V5Z 4N6 604 717-2950 Fax: 604-665-3417

April 21st, 2006

Ms. Beth Pieterson, Director General
Drug Strategy
& Controlled Substances Programme
Health Canada
123 Slater Street
Ottawa, Ontario
K1A 0K9

Dear Ms. Pieterson:

On behalf of the Vancouver Police Department (VPD), I would like to express my support for the Vancouver Coastal Health Authority's (VCHA) application for a continuation of the exemption, under Section 56 of the Controlled Drugs and Substances Act, for another three years.

The VPD has been working together with the VCHA and our government partners in developing a coordinated approach to the issues facing the Downtown Eastside. This coordination has had successes and we hope to continue to build on these in the future.

The Supervised Injection Site Scientific Research Project is an important project that supports the continuation of the Four Pillar approach. Our organization's primary responsibilities are safety and public order. The project will enable us to assess whether these kinds of initiatives contribute to the dismantling of the open drug scene in the Downtown Eastside. We are advised that more time is needed to properly evaluate the outcomes of this Project and for that reason we support the VCHA application for an extension.

My staff has been working on the front-line with the VCHA to ensure that both enforcement and health related goals are addressed in this project. We plan on continuing in the spirit of cooperation to create a more safe and healthy community.

Sincerely,

Jamie H. Graham
Chief Constable

Carta de Apoio do Chefe de Polícia do Departamento de Polícia de Vancouver para a primeira instalação de injeção supervisionada da América do Norte

Discrição policial: Cautela

Outro exemplo de redução de danos no policiamento é pela descriminalização implícita da posse de pequenas quantidades de drogas para uso pessoal. No Canadá, os crimes de drogas são frequentemente processados através do sistema de justiça criminal por discrição do policial ou departamento, em vez de por acusação criminal. De acordo com dados do Uniform Crime Reporting Survey, a fonte oficial de crimes relatados pela polícia no Canadá, 26% dos crimes relacionados com drogas são inocentados por discrição, enquanto 8 % dos outros crimes são inocentados por discrição(Cotter, Groenlândia e Karam, 2015). A prática de utilizar a discricionariedade da aplicação (ou seja, oficial que fornece um aviso ou encaminhamento a uma agência comunitária) para crimes de drogas mais prevalentes na Colúmbia Britânica, onde atinge 47% onde os crimes relacionados com drogas também são os mais altos do país. Cada uma dessas chamadas de julgamento é um exemplo de redução de danos. Não elimina o uso de drogas, nem ignora ou tolera o vício. Estes são exemplos da coexistência pacífica da aplicação séria e da redução de danos.

Política de Redução de Danos da Polícia de Vancouver

A Política de VPD 11.04, Política de Overdose de Drogas Ilícitas Não Fatais é um excelente exemplo de liderança na redução de danos no policiamento canadense. A política foi implementada para abordar os achados da pesquisa de que o comparecimento policial a overdoses pode aumentar o risco de danos. A título de ilustração, uma pesquisa com 218 usuários regulares de heroína, 48% dos quais sofreram uma overdose e 78% dos quais estavam presentes, enquanto outro indivíduo sofreu uma overdose indicou que o contato com os serviços de emergência foi atrasado ou negligenciado completamente em 40% dos eventos de overdose (MGregor et al., 1998). O medo de represálias por parte da polícia foi descrito como a justificativa por 80% dos entrevistados. A explicação específica para apreensões pertencia, na maioria das vezes, à ansiedade sobre a prisão por mandados pendentes ou o potencial de

acusações de homicídio culposo que poderia resultar em uma fatalidade. A abordagem do VPD foi implementada para abordar a possibilidade de que essa apreensão poderia ser responsável por overdoses fatais que de outra forma seriam evitadas por pessoal treinado.


Vancouver Police Department
Regulations & Procedures Manual

1.4 Incident Investigations

VPD Harm Reduction Overdose Policy: Diretrizes para a polícia que atende overdoses ilícitas de drogas

A polícia trabalha para reduzir os danos a indivíduos, comunidades e sociedade o tempo todo. Quando a Polícia de Vancouver originalmente implementou sua Política 11.04 (o precursor da política atual 1.6.28), Política de Overdose de Drogas Ilícitas Não Fatais, eles o fizeram com base em pesquisas baseadas em evidências. Estudos indicaram que aqueles que presenciam overdoses de drogas podem hesitar em entrar em contato com os serviços de emergência devido ao medo de que, se a polícia comparecer, eles ou a vítima de overdose possam ser processados. Como cada minuto conta em uma overdose de drogas, a VPD decidiu, como uma política prática destinada a reduzir os danos aos usuários de drogas, para evitar o atendimento de overdoses não fatais com um objetivo simples: a preservação da vida. Claro, para aqueles de nós que conhecemos pessoas que morrem de overdoses de drogas evitáveis ou infecções por HIV, polícia e não-polícia, entendem que as pessoas que morrem de overdose nunca têm a chance de entrar na desintoxicação, começar a recuperação, completar o tratamento, se envolver em emprego ou atingir o limiar de uma vida de sucesso.

Nota Auto-Etnográfica: Uma Carta de Escrita-Campanha

A partir de 2006, o RCMP produziu um relatório interno criticando duramente a injeção supervisionada e alegando que incentivava o uso de drogas (O'Neil, 2006). O relatório foi vazado para a imprensa e narrado em um artigo de primeira página no Vancouver Sun. Em dezembro de 2006, iniciei o que se tornaria uma correspondência de uma década com o RCMP como parte de um esforço contínuo para engajá-los em um diálogo sobre a redução de danos e a prática de execução. Minha comunicação por escrito envolveu correspondência com uma série de altos oficiais do RCMP, incluindo: Superintendente Chefe Bud Mercer, Comissário Assistente Raf Souccar, Comissário Assistente Gary Bass, bem como quatro comissários sucessivos: Beverley A. Busson, William Elliot, Giuliano Zaccardelli e, finalmente, Bob Paulson.



Amostras da minha correspondência com o RCMP 2006-2016

Em última análise, em 2016, o comissário Bob Paulson tornou-se o primeiro líder do RCMP a concordar que havia um papel potencial para a redução de danos para a força policial nacional. Em agosto de 2016, a pedido do Comissário Paulson, viajei na sede nacional do RCMP em Ottawa, onde me encontrei com altos oficiais e administradores para apresentar meus argumentos sobre redução de danos e aplicação. Fiz duas apresentações. A primeira definiu a redução de danos antes de fornecer uma visão geral da história e do estado atual de redução de danos na aplicação em várias jurisdições ao redor do mundo. As informações transmitidas foram semelhantes às que estão sendo compartilhadas neste capítulo. A segunda apresentação proporcionou uma série de recomendações para a integração da redução de danos dentro da prática do RCMP.

Força Policial Nacional lança iniciativa de redução de danos

Em setembro de 2016, a força policial nacional do Canadá, a Royal Canadian Mounted Police (RCMP) deu um salto monumental na transformação de seus papéis ao entrar no domínio da saúde com uma iniciativa de redução de danos (Bains, 2016). Os oficiais do RCMP, como socorristas, foram equipados pela primeira vez para realizar cuidados de saúde que salvam vidas através da administração de naloxona para indivíduos que sofrem overdoses de drogas. Isso representou uma expansão da fiscalização para incluir elementos da saúde e transformou o papel de policial de um foco tradicional na segurança pública para incluir a proteção da saúde pública. Marcou uma grande contribuição da polícia na luta do Canadá para enfrentar uma epidemia de morte por overdose relacionada a opioides. A iniciativa naloxona do RCMP ilustrou que a aplicação não precisa ser uma iniciativa isolada, mas pode incluir elementos de redução de danos dentro da prática operacional.

O programa de redução de danos do RCMP ocorreu no contexto de uma epidemia de overdose de opioides sem precedentes no Canadá. As pessoas que injetam drogas (PWID) representam um grupo significativo no Canadá. Em 2016, havia aproximadamente 171.900 PWID no Canadá (Jacka et al., 2020). Entre janeiro de 2016 e junho de 2019, houve 13.900 mortes por overdose de drogas no Canadá (Overdoses, 2019). Em 2016, houve 3.005 mortes relacionadas a opioides no Canadá. Esse número subiu para 3.996 em 2017 (Reunião intergovernamental do Grupo de Especialistas sobre Uso Não Médico de Opioides, 2018). A epidemia foi especialmente pronunciada na Colúmbia Britânica, Alberta, Ontário e Quebec, onde o aumento das mortes por overdose aumentou entre 200 e 2000 por cento (CCENDU, 2015). A crise da overdose de opioides afetou até mesmo as taxas de morbidade e mortalidade no Canadá (Fischer, Pang, & Tyndall, 2018). Na Colúmbia Britânica, por meio de uma ilustração comovente,houve uma redução de 0,38 anos na expectativa de vida entre 2014 e 2016 influenciada que é parcialmente atribuível à mortalidade por overdose (0,12 anos) (Xibiao, Jenny, Bonnie, Tyndall Mark, & Kendall, 2018).

A iniciativa RCMP naloxona foi especialmente adequada, dado que as mortes por overdose estão geograficamente espalhadas em áreas rurais e urbanas do país. Como a força policial nacional tem responsabilidade pela maioria do policiamento rural, os oficiais do RCMP podem muito bem ser os primeiros a alcançar uma potencial vítima de overdose na maioria dos casos. Em muitas jurisdições, carros de polícia e pessoal são mais abundantes do que ambulâncias e paramédicos. Além disso, a prática policial é patrulhar continuamente por todas as cidades, enquanto bombeiros e paramédicos normalmente operam através de um sistema de despacho caso a caso. Policiais são, simplesmente, mais propensos a encontrar uma overdose do que outros pessoal de emergência.

O plano rcmp foi um passo cultural ousado para a comunidade de execução. Reconheceu que o papel complexo de um policial inclui a manutenção da lei, a salvaguarda do público e a proteção da saúde pública. Essa iniciativa de fiscalização enfatizou o fato de que a polícia é mais do que guardiã da ordem pública e da lei; são parceiros na

saúde pública. A primeira pesquisa revisada por pares que examinou o impacto da instalação de injeção supervisionada do Canadá (Insite) sobre overdose identificou 336 intervenções por overdose durante um período de 15 meses (Kerr, Tyndall, Lai, Montaner, & Wood, 2006). Na época da iniciativa de redução de danos naloxona do RCMP, a primeira e única instalação de injeção supervisionada do país, a Insite, tinha 12 baias de injeção e operava por 18 horas por dia em uma comunidade. A iniciativa RCMP naloxona funcionaria com uma força de trabalho de 24 horas de 28.000 pessoas espalhadas por todo o país e mais de 15.000 oficiais em policiamento de linha de frente, deixando a força policial nacional do Canadá pronta para salvar uma quantidade considerável de vidas de PWID não alcançadas por serviços de injeção supervisionada.

Nota auto-etnográfica: uma chamada telefônica reveladora

Enquanto aguardava o resultado de um dos procedimentos judiciais sobre o destino da única instalação de injeção supervisionada da América do Norte, entrei em contato com o atual Chefe de Polícia do Departamento de Polícia de Vancouver (VPD) na época, o Chefe de Polícia Jamie Graham. Pedi-lhe que esboçasse a posição de VPD na instalação se não lhe fosse concedida sua permissão para operar. Eu estava interessado em saber se ele reconheceria a importância intrínseca do programa de saúde que salva vidas independente de seu status regulatório. Sua resposta foi instantânea e franca: "Dan: Eu sou, antes de mais nada, um policial. O papel de um policial é simples. Uma atividade é legal ou ilegal. Se a instalação de injeção supervisionada perder sua licença, será ilegal e vamos desligá-la imediatamente. É melhor estar preparado. Na época, como um dos responsáveis pela operação do Insite, tive que considerar as ramificações da perda da nossa licença devido à interferência política do governo conservador predominante da época. Fiquei impressionado com a forma como os oficiais depiolhos, mesmo os mais velhos, foram constrangidos por estruturas sociais.

Possíveis conclusões?

Recentemente, um dos meus alunos descreveu sua aspiração de longo prazo para se tornar um policial e perguntou se eu achava que havia um papel útil para a polícia no que diz respeito ao trabalho no que diz respeito à política de drogas. A questão veio no contexto de uma crise pública no policiamento hoje na trágica esteira do assassinato de George Floyd pela polícia em Minneapolis descrita no início deste ensaio. Eu disse ao aluno que, embora as contribuições socialmente conscientes da polícia possam ser, no momento, obscurecidas pelo lado mais sombrio da má prática de execução, há um lado mais esperançoso. Este capítulo pretende iluminar parte desse lado esperançoso.

Este capítulo não se destina a avaliar estratégias individuais de redução de danos ou policiamento. Meu objetivo tem sido dar uma sensação de que a redução de danos e o policiamento podem coexistir pacificamente lado a lado e estão integrados dentro de algumas jurisdições de policiamento. A polícia pratica redução de danos em uma variedade de reinos. Assim como a polícia tem iniciativas agressivas de fiscalização contra o excesso de velocidade e há duras penalidades contra as corridas de estrada, também temos cintos de segurança e capacetes de motocicleta como redução de danos. Os cintos de segurança não param de correr ou dirigem mal, mas ajudam a manter as pessoas vivas se houver um acidente. Os cintos de segurança não enviam a mensagem "errada" mais do que agulhas limpas ou injeção supervisionada. Ambas as abordagens podem existir e, na prática, elas existem.

Vou adicionar mais alguns elementos auto-etnográficos à história. No funeral do meu pai, seu uniforme foi exibido com orgulho. Oficiais participaram do cerimonial Red Serges e cada um prendeu uma papoula em uma cruz ao lado de uma fotografia do meu pai em um cavalo no dia em que ele se formou em seu treinamento inicial. Um dos oficiais que treinou sob meu pai, agora um oficial comandante, fez uma pausa para compartilhar sua opinião comigo que ele me assegurou que era "independente da política". Ele me disse que muitos dos rcmp e arquivos, em sua estimativa, apoiam a redução de danos. Ele continuou dizendo

que achava que o vício sério seria melhor tratado como uma questão médica do que de aplicação. Notei uma medalha de prata significando 30 anos de serviço impecável, como o do meu pai, preso no peito.

Para o que, exatamente, o policial sênior se referia ao descrever uma visão, do chão, que era "independente da política?" Alguns podem argumentar que os departamentos de polícia que não incorporam redução de danos em sua prática falharam em atingir o mais alto padrão da prática de aplicação moderna. No entanto, talvez seja a sociedade, e não a polícia, que falhou nesses casos. A polícia está dentro e afetada pela sociedade mais ampla dentro da qual eles existem. Cada sociedade tem o potencial de desenvolver narrativas mais complexas que possam facilmente conciliar redução de danos e policiamento. A polícia está constrangida pelos valores sociais implícitos ou explícitos que impulsionam ideias abrangentes sobre a aplicação e o papel dos oficiais. À medida que a sociedade é povoada por atores sociais, os valores sociais que restringem os papéis policiais são a nossa criação. Em muitos casos, a sociedade definiu de forma muito restrita os deveres policiais e, ao fazê-lo, não lhes proporcionou them um contexto de apoio que valide o uso da redução de danos na prática cotidiana. Uma parte significativa do trabalho, depois que a polícia reconheceu a importância da redução de danos, é nossa para completar. Nosso trabalho, como cidadãos mais amplos,é criarcircunstâncias dentro das quais a polícia pode facilmente incorporar a redução de danos na aplicação na fase final: a prática.

Para ajudar mais as forças policiais a integrar de forma mais proativa a redução e a fiscalização de danos, precisamos criar narrativas sociais mais sofisticadas sobre os papéis policiais que permitam a integração da aplicação, redução de danos, tratamento e prevenção. Precisamos, em suma, modernizar as concepções sociais da polícia.

A redução de danos deve tornar-se parte do senso comum da caracterização da sociedade do papel juramentado de um policial para

proteger o público. Vejo seis itens de ação no que diz respeito à redução de danos e à aplicação::

- Os policiais precisam evitar ser um impedimento para a redução de danos, pois isso pode afetar drasticamente a absorção de serviços, o que é particularmente importante na tentativa de enfrentar crises epidemiológicas (por exemplo, epidemias de HIV ou overdose)

- Os policiais precisam ter conhecimento das medidas de redução de danos e sua eficácia dentro da prática de execução e saúde

- Os policiais precisam ser reconhecidos como um valioso recurso de saúde pública, baseado em sua experiência enraizada no terreno com indivíduos marginalizados que encontram diariamente, para que possam ajudar a promover e, em alguns casos,, medidas deredução de danos

- A comunidade de execução precisas desenvolver políticas rigorosas institucionalmente articuladasem relação à implementação das melhores práticas na redução de danos na aplicação (por exemplo, não atendimento a overdoses, administração narcana para socorristas,encaminhamento a serviços de redução de danos como injeção supervisionada e NSP)

- A polícia precisa de parceiros ativos em pesquisas que colaborem com cientistas sociais para desenvolver rigorosos esquemas de avaliação revisados por pares que medem os resultados associados ao envolvimento policial na redução de danos (por exemplo, medir a quantidade de intervenções por overdose por agentes de execução)

- A polícia e os pesquisadores precisam colaborar no projeto, coleta, publicação e divulgação de rigorosos pesquisadores revisados por pares avaliando iniciativas de redução de danos policiais e seu impacto

Os itens de ação acima precisam ser aplicados proativamente como padrões de prática,pesquisa, avaliação e publicação em todas as comunidades de policiamento..

Ao longo dos anos, me perguntaram várias vezes sobre como provocar mudanças abrangentes nas políticas sociais de drogas. Minha resposta sempre se concentrou em iniciativas localizadas como o ponto de partida de uma transformação social mais ampla. Minha visita em 2016 com o RCMP em sua sede nacional foi concluída com uma reunião privada com o Comissário Bob Paulson. Ele me pediu para fazer uma recomendação sobre a melhor maneira de proceder em relação à redução de danos. Ao contemplar minha resposta, lembrei-me de uma música de uma banda canadense que estava no noticiário daquele ano:The Tragically Hip. Infelizmente, o vocalista da banda, Gord Downey, infelizmente diagnosticado com câncer cerebral contou que tinha menos de um ano de vida. Ele escolheu usar seu tempo restante para viver para se conectar com canadenses como parte de uma turnê final. Tive o privilégio de estar no último show dele em Vancouver. Uma canção da banda veio à mente como parte da minha resposta ao Comissário do RCMP: Bobcaygeon. A canção conta a história de um policial e parte da letra descreve como:"as constelações são reveladas uma estrela de cada vez". Baseei-me nessa letra de música para responder à pergunta do Comissário do RCMP sobre como avançar diante da necessidade de uma mudança social abrangente. Argumentei que o RCMP deveria começar com uma iniciativa de linha de frente tangível, como equipar a polícia de linha de frente com naloxona e, ao fazê-lo, dar um passo simbólico para revelar as constelações uma estrela de cada vez. Esta é a abordagem de lançar uma única iniciativa significativa no terreno, como havia sido feito no caso da primeira instalação de injeção supervisionada da América do Norte em Vancouver, que pode percorrer um longo caminho para criar uma base para uma estrutura social abrangente na plenitude do tempo. Uma iniciativa simbólica. Umíon inovador (como a implantação de naloxona por policiais). Uma nova política (como a política de overdose de VPD). Uma estrela. E, então, talvez, se tivermos sorte,podemos ver asconstelações reveladas.

Referências

Aitken, C., Moore, D., Higgs, P., Kelsall, J., & Kerger, M. (2002).
O impacto de uma repressão policial em uma cena de drogas de rua: evidências da rua. International Journal of Drug Policy, 13, 193-202.

Autoridade, P. J. C. o. t. N. C. (1989).
Drogas, Crime eSociedade. Canberra: Serviço de Publicação do Governo Australiano recuperado de file:///Users/dansmall/Downloads/report_pdf.pdf

Bains, C. (2016).
Oficiais do RCMP devem ser equipados com kits de naloxona para lidar com a exposição ao fentanil. A imprensa canadense.

Bammer, G., & Gerrard, G. (1991).
Tratamento de Heroína - Nova Alternativa: Proceedings of a seminar realizado em 1 de novembro de 1991. Artigo apresentado no Tratamento de Heroína - Nova Alternativa.

Bryan, B. (2010).
De Boston a Brixton: Uma conta autoenográfica de educação da Jamaica para o Reino Unido. Trocando inglês, 17(2), 141-152.

CCENDU, C. C. E. N. o. D. U. (2015).
CCENDU Bulletine: Mortes envolvendo fentanil no Canadá, 2009-2014 [Comunicado à imprensa]. Recuperado da Biblioteca http://www.ccsa.ca/Resource/CCSA-CCENDU-Fentanil-Mortes-Canadá-Boletim-2015-en.pdf

Cotter, A., Groenlândia, J., & Karam, M. (2015).

Crimes relacionados com drogas no Canadá, 2013. Recuperado de Ottawa: http://www.statcan.gc.ca/pub/85-002-x/2015001/article/14201-eng.pdf

Davis, C. S., Carr, D., Southwell, J. K., & Beletsky, L. (2015).

Engajar a aplicação da lei em iniciativas de reversão de overdose: Autorização e responsabilidade para a administração naloxona. American Journal of Public Health, 105(8), 1530-1537.

Davis, C. S., Ruiz, S., Glynn, P., Picariello, G., & Walley, A. Y. (2014).

Acesso expandido à Naloxona entre bombeiros, policiais e técnicos médicos de emergência em Massachusetts. American Journal of Public Health, 104(8), e7-e9.

DeBeck, K., Wood, E., Zhang, R., Tyndall, M., Montaner, J., & Kerr, T. (2008).

Parcerias policiais e de saúde pública: Evidências da avaliação da instalação de injeção supervisionada de Vancouver. Tratamento, Prevenção e Política de Abuso de Substâncias, 3(11), 1-5. Recuperado em http://download.springer.com/static/pdf/292/art%253A10.1186%252F1747-597X-3-11.pdf?originUrl=http%3A%2F%2Fsubstanceabusepolicy.biomedcentral.com%2Farticle%2F10.1186%2F1747-597X-3-11&token2=exp=1452609341~acl=%2Fstatic%2Fpdf%2F292%2Fart%25253A10.1186%25252F1747-597X-597X-597X-23-11.

Dillon, P. (1995).

Prefácio. Artigo apresentado na Estratégia Nacional de Drogas: Os primeiros dez anos e além: Procedimentos do Oitavo Simpósio Anual do Centro Nacional de Pesquisa de Drogas e Álcool, Landmark Hotel, Potts Point.

Dreyer, B.P., Trent, M., Anderson, A.T., Askew, G. L., Boyd, R., Coker, T.R., ... Stein, F. (2020).

A Morte de George Floyd: Dobrando o Arco da História para a Justiça por Gerações de Crianças. Pediatria. doi:10.1542/peds.2020-009639

Drucker, E.

Impacto populacional do encarceramento em massa sob as leis de drogas rockefeller de Nova York: uma análise de anos de vida perdidos. Revista de Saúde Urbana, 79(3), 434-435.

Drucker, E. (2011).

Uma Praga de Prisões: A Epidemiologia do Encarceramento em Massa naAmérica. Nova Iorque: A Nova Imprensa.

Fischer, B., Pang, M., & Tyndall, M. (2018).

A crise da morte dos opioides no Canadá: lições cruciais para a saúde pública. The Lancet Public Health, 4(2), PE81-E82. doi:https://doi.org/10.1016/S2468-2667(18)30232-9doi:https://doi.org/10.1016/S2468-2667(18)30232-9

Forell, S., & Price, L. (1997).

Usando políticas de redução de danos dentro da aplicação da lei de drogas no Serviço de Polícia do NSW, Austrália. Crime, polícia e tráfico. Recuperado de http://www.drugtext.org/Crime-police-trafficking/using-harm-reduction-policies-within-drug-law-enforcement-in-the-nsw-police-service-australia.html

Fortner, M. J. (2015).

Maioria Silenciosa Negra: As Leis de Drogas Rockefeller e a Política de Punição. Harvard: Harvard University Press.

Fowler, G., Allsop, S., Melville, D., & Wilkinson, C. (1999).

Educação de minimização de danos causados por drogas para a polícia na Austrália. Um relatório colaborativo do Centro Nacional de Educação e Treinamento sobre Dependência. . Recuperado de Queensland:

Graham, J. (2006).

[Carta de Apoio do Gabinete do Chefe de Polícia, Cidade de Vancouver para uma continuação da isenção, sob a Seção 56 da Lei de Drogas e Substâncias Controladas].

Heisenberg, W. (1983 [1927]).

O Conteúdo Físico da Cinemática Quântica e Mecânica: O Princípio do Indeterminismo ("Uber den anschaulichen Inhalt der quantentheoretischen Kinematik und Mechanik"). Em J. A. Wheeler & W. H. Zurek (Eds.), Teoria Quântica e Medição (pp. 62-84). New Jersey: Princeton University Press.

Reunião intergovernamental do Grupo de Especialistas sobre Uso Não Médico de Opioides. (2018).

Estigma das Drogas e a Crise dos Opioides:A Experiência Canadense. Recuperado de Ottawa:

Jacka, B., Larney, S., Degenhardt, L., Janjua, N., Høj, S., Krajden, M., ... Bruneau, J. (2020).

Prevalência de uso de drogas injetáveis e cobertura de intervenções para prevenir a infecção pelo vírus HIV e hepatite C entre as pessoas que injetam drogas no Canadá. American Journal of Public Health, 110(1), 45-50.

James, S. (2016, 16 de julho de 2016).

[Protocolo de Redução de Danos da Aplicação da Lei].

James, S., & Sutton, A. (2000).

Desenvolvimentos na Aplicação da Lei australiana de Drogas: Fazendo ações. Atuais questões na Justiça Criminal, 11(3), 257-272.

Kerr, T., Tyndall, M. W., Lai, C., Montaner, J. S. G., & Wood, E. (2006).

Overdoses relacionadas com drogas dentro de uma instalação de injeção mais segura supervisionada medicamente. International Journal of Drug Policy, 17, 436-441.

Lofts, M. (1992).

Policiamento do Programa de Tratamento de Drogas de Merseyside: "A Experiência de Cheshire". Em G. Bammer & G. Gerrard (Eds.), Tratamento de Heroína — Nova Alternativa (pp. 97-114). Canberra, ACT, Austrália: Centro Nacional de Epidemiologia e Saúde Pública, Universidade Australiana.

Lough, G. (1997).

Aplicação da lei e redução de danos: mutamente exclusivo ou mutuamente compatível. International Journal of Drug Policy, 9, 169-173.

MacPherson, D. (2001).

Um quadro de ação: uma abordagem de quatro pilares para problemas com drogas em Vancouver. Recuperado de Vancouver:

MGregor, C., Darke, S., Ali, R., & Christie, P. (1998).

Experiência de overdose não fatal entre usuários de heroína em Adelaide, Austrália: circunstâncias e percepções de risco. Vício, 93(5), 701-711.

Midford, R., Acres, J., Lenton, S., Loxley, W., & Boots, K. (2002).
Policiais, drogas e a comunidade: estabelecendo estruturas consultivas de redução de danos em dois locais da Austrália Ocidental. International Journal of Drug Policy, 13, 185-192.

Monaghan, G., & Bewley-Taylor, D. (2013).
A polícia apoia as políticas e práticas de redução de danos para as pessoas que injetamdrogas. Recuperado de http://idpc.net/publications/2013/02/policesupport-for-harm-reduction-policies-and-practicestowards-people-who-inject-drugs

NewMexicoDepartmentofPublicSafety. (2004).
Policiais estaduais treinados no uso de Narcan. Santa Fé: Departamento de Segurança Pública do Novo México recuperado de http://www.dps.nm.org/newsReleases/NMSP/2004/NMSPnewsRelease_08.19.04.htm

O'Neil, P. (2006, 11 de dezembro).
RCMP toma um golpe na injeção stie: Mounties dizem que o menor risco de Insite incentiva o uso de drogas. O Vancouver Sun.

Overdoses, S. A. C. o. t. E. o. (2019).
Relatório nacional: Danos relacionados com opioides no Canadá Relatório baseado na Web. Recuperado de Ottawa: https://health-infobase.canada.ca/substance-related-harms/opioids

Segurança Pública Canadá. (2019).
Correções e Divulgação Condicional Visão Geral Estatística: Relatório Anual 2018. Recuperado de Ottawa, Canadá: https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrcs/pblctns/ccrso-2018/ccrso-2018-en.pdf

Razões, C., Hassan, S., Ma, M., Monchalin, L., Bige, M., Paras, C., & Arora, S. (2016).
Race and Criminal Justice in Canada International Journal of Criminal Justice Sciences 11(2), 75-99.

Riley, D. (1996).
Política de Drogas e Redução de Danos: Redução de Danos em todo o mundo. Boletim de Política e Direito canadense de HIV/Aids, 2(4), 1-6.

Pequeno, D. (2012).
A mais alta corte do Canadá unchains usuários de drogas injetárias; implicações para a redução de danos como padrão de saúde. Revista de Redução de Danos, 9(34), 1-11. Recuperado de http://www.harmreductionjournal.com/content/9/1/34

Small, D., & Drucker, E. (2006).
Formuladores de políticas ignorando a ciência e os cientistas ignorando a política: os desafios éticos médicos do tratamento da heroína. Revista de Redução de Danos, 3(16), 1-14.

Spooner, C., McPherson, M., & Hall, W. (2004).
O papel da polícia na prevenção e minimização do uso de drogas ilícitas e seusdanos. Recuperado da Austrália:

Estatísticas canadá. (2017).
A população aborígene no Canadá. Recuperado de Ottawa: https://www150.statcan.gc.ca/n1/en/pub/11-627-m/11-627-m2017027-eng.pdf?st=uo_7t0Rr

O Projeto Sentença. (2020).
Fatos da Justiça Criminal. Recuperado de Washington, D.C.: https://www.sentencingproject.org/criminal-justice-facts/

Thomas, G. (2005).
Políticas e programas de redução de danos para pessoas envolvidas no sistema de justiça criminal. Recuperado de Ottawa, Ontário: http://www.ccsa.ca/Resource Library/ccsa-003900-2005.pdf

Uchenhagen, A., A, D.-M., Steffen, T., Gutzwiller, F., Blattler, R., & Pfeifer, S. (1999).

Prescrição de Narcóticos para Viciados em Heroína: Principais Resultados do Estudo Nacional suíço de Coorte. Zurique: Instituto de Medicina Social e Preventiva; Universidade de Zurique.

VictoriaPoliceDrugandAlcoholStrategyunit. (2008).

Unidade de Estratégia de Drogas e Álcool da Polícia de Vitória: O que é Minimização de Danos. Recuperado de http://www.police.vic.gov.au/content.asp?Document_ID=5059

Ward, J. (1995).

Vício em heroína, tratamento de manutenção de metadona e a Estratégia Nacional deDrogas. Artigo apresentado na Estratégia Nacional de Drogas: Os primeiros dez anos e além: Procedimentos do Oitavo Simpósio Anual do Centro Nacional de Pesquisa de Drogas e Álcool, Landmark Hotel, Potts Point.

Weine, S., Kohrt, B. A., Collins, P. Y., Cooper, J., Lewis-Fernandez, R., Okpaku, S., & Wainberg, M. L. (2020).

Justiça para George Floyd e um acerto de contas para a saúde mental global. Saúde Mental Global, 7(e22), 1-5.

Obras, S. (2003).

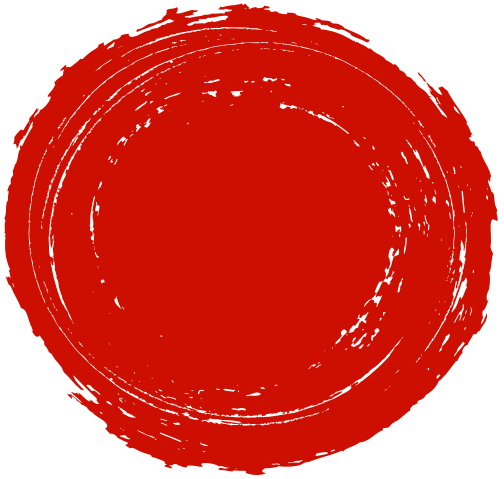
Avaliação do Quadro Estratégico Nacional de Drogas 1998-99-2003-04. Recuperado de Canberra, Austrália: http://www.nationaldrugstrategy.gov.au/internet/drugstrategy/publishing.nsf/Content/33B3F1FD97B13446CA2575B4001353A3/$File/ndsf_eval.pdf

Xibiao, Y., Jenny, S., Bonnie, H., Tyndall Mark, M., & Kendall, P. R. W. (2018).

De relance - Impacto de mortes relacionadas à overdose de drogas na expectativa de vida ao nascer na Colúmbia Britânica. Saúde Promoção Crônica Dis Prev Can, 38(6), 248-251. doi:10.24095/hpcdp.38.6.05

Zinger, I. (2020).

Os indígenas em custódia federal ultrapassam 30% de declaração e desafio de investigadores correcionais. Recuperado de Ottawa, Canadá: https://www.oci-bec.gc.ca/cnt/comm/press/press20200121-eng.f*~hmac=cf1b57d6a7b489e92894890fd8c39e6819ada50421a4287596988a272cda2df4



The Transformation of Police Roles:

Protectors of Public Health and Protectors of Public Safety

Dr. R. Dan Small

PhD, MPhil Cantab, BA Soc/Anth, BA Psych
Research Associate
Department of Anthropology
University of British Columbia
6303 N.W. Marine Drive

University of British Columbia
Vancouver, BC V6T 1Z1

dansmall@mail.ubc.ca

Summary

This chapter describes how police engagement in harm reduction has a significant history in a number of jurisdictions. It introduces an auto-ethnographic element by outlining the author's decade-long correspondence with Canada's national police force, the Royal Canadian Mounted Police (RCMP), aimed at engaging the enforcement community in harm reduction. It describes a symbolic police harm reduction initiative in Canada's aimed at deploying RCMP officers to save the lives of persons who use drugs by halting otherwise fatal overdoses. The integration of harm reduction in front-line enforcement practice signals a significant shift in the culture of policing. Police are no longer simply charged with the responsibilities of protecting public safety and reducing illicit drug supplies. Their complex roles now include the protection of public health as first responders administering opioid overdose antidote naloxone as a life-saving form of harm reduction.

Key Words: Police harm reduction, public safety, public health, enforcement innovations, auto-ethnography

Introduction

I have been involved in the development and operation of a range of harm reduction initiatives including low barrier housing for active drug users, syringe distribution, managed alcohol programs, safer crack pipe distribution, harm reduction vending machines and North America's first Supervised Injection Facility (SIF), a place where persons who inject drugs (PWID) could inject under the supervision in order to prevent overdose death and curb the spread of HIV and Hepatitis. SIFs also refer PWID to detox, treatment, housing and other services while reducing public injection (disorder). When my work began in the late 1990's in this area, the enforcement community, as a rule, was staunchly opposed drug policies that included harm reduction. Despite this opposition, I have always believed that harm reduction and enforcement are not mutually exclusive and that the two approaches have the potential to go hand in hand.

In this chapter, I hope to convince the reader that police engagement in harm reduction has a significant history in a number of jurisdictions. Moreover, the past five-years has seen important advances in police work in harm reduction in North America, arguably the epicenter of the world's War on Drugs, where today it has, in my view, reached a crescendo which signals a paradigmatic transformation in enforcement culture. This sociocultural transformation represents a significant development in the role of police officers today which encompass much more than the protection of public safety where they engage in social work and advocacy as well as traditional enforcement. Moreover, police in North America are now also established contributors to harm reduction and the protection of public health.

Dark Clouds Looming Over Enforcement

This optimistic tone at the opening of this chapter may seem out of place in the context of demands for police reform or calls for the defunding of enforcement. As I walk through the community where I live in Vancouver, I can readily see graffiti on sidewalks, signs and posters denigrating the police and calling for their elimination as an institution.



Left: Poster, Commercial Drive, Vancouver, BC: Photograph by D. Small (August 2020)



Right: Anti-Police Graffiti Strathcona, Vancouver, BC: Photograph by D. Small (August 2020)



Graffiti, Strathcona, Vancouver, BC: Photograph by D. Small (June 2020)

Disapproval of heavy-handed enforcement practices in North America reached a fevered-pitch in the public sphere following the murder of Black American George Floyd by a Minneapolis police officer on 25 May 2020 sparked international outrage. Protests emerging in relation to the incident and connected to the Black Lives Matter took place all over the world and in every state in America (Weine et al., 2020). This case joins numerous other examples of structural racism which some scholars equate to contemporary lynching of Black Americans (Dreyer et al., 2020).



Graffiti, Strathcona, Vancouver,BC: Fotografia porD. Small (junho de 2020

The impact of structural violence and racialization within enforcement and the criminal justice system represents very real structural flaws within enforcement in North America. In the United States, people of colour (including both Black and Hispanic) represent 67% of the prison population despite making up only 37% of the overall population (The Sentencing Project, 2020). African Americans are more likely to be arrested, convicted and face stiffer sentences than white Americans. In the United States, Hispanic men are more than twice as likely to be arrested as white men. African American men are six times as likely to be imprisoned as white men.

Canada is not immune to structural flaws in its criminal justice system that also indicate the impact of racialization (Zinger, 2020). In 2015, Black Canadians comprised 2% of the Canadian population but represented 6% of those individuals federally incarcerated (Reasons et al., 2016). In 2018, the most recent data available, 7.6% of federally incarcerated individuals were Black Canadians. Aboriginal peoples represent 4.9% of the Canadian population (Statistics Canada, 2017). In 2016, Aboriginal peoples represented 25% of individuals under federal prison sentencing in Canada (Zinger, 2020). Over the course of the five year period between 2013-2014 to 207-2018, the percentage of Indigenous individuals incarcerated at the federal level increased by 14.7% (Public Safety Canada, 2019). By 2020, the proportion of Indigenous peoples under federal prison sentencing relative to the wider population had increased to 30% (Zinger, 2020).

There are, to be sure, fundamental structural problems within enforcement in both Canada and the United States that need to be addressed. The forthcoming analysis does not focus on the underlying structural variables at play with regard to mass incarceration and its manifestation through drug enforcement. This is a weakness. Readers are directed elsewhere for detailed reviews of the sociohistorical history of mass incarceration, racialization and drug legislation (Drucker, 2011; Fortner, 2015). My aim is to examine the potential for harm reduction narratives and enforcement narratives to co-exist, intermingle and, in so doing, perhaps ease some of the symptoms of the structural problems

that are played out in relation to drug policy. Harm reduction does not, and cannot address the underlying, more substantive, revision of foundational problems with regard to societal arrangements that perpetuate inequalities that exist within but also above and beyond enforcement, but which are most certainly perpetrated by enforcement as the foremost agent of society. This paper, like all papers in this area, examines only part of a complex sociocultural picture.

Auto-Ethnographic Context and Caveat

I will interject here to introduce an auto-ethnographic element to the story. The process of auto-ethnography is a research method where an investigator examines themselves in relation to the wider sociocultural context (Bryan, 2010). Auto-ethnography transparently places subjective experience in the forefront of a study. As a result, auto-ethnography takes the practice of reflexivity a step further by making the self as a centering point for a complex analysis of sociocultural phenomena. This is, perhaps, part caveat for the reader that chooses to go further; it is also an acknowledgment that I am a socially-positioned observer.

Of course, all observations, whether in science, social science or everyday life are affected by the act of observation. Even in physics, the status of an electron, in terms of its velocity or mass, cannot be exactly determined because the act of measurement changes the object being measured (Heisenberg, 1983 [1927]). That is to say, in order to know both the position and momentum of an electron, the observer must also take into consideration the effect of the measurement itself. One cannot, in science or social sciences, speak of a phenomenon without a reference point, that is, the narrative framework of the observer. And, so, in the interests the full disclosure of my reference point, my place of observation, I will tell you that I am the son of a police officer.

My father was a Royal Canadian Mounted Police (RCMP) officer who served the national police force in Canada for 30 years. Over the course of his career, he served as the head of the serious crimes and drug squads of his local detachment. When I first began to examine drug policies in university, my analysis was heavily influenced by my father's orientation, as a traditional drug enforcement officer, on the issues at play. Neither I, nor my father, were in support of harm reduction approaches. We were steeped within the dominant war on drugs orientation of our respective generations.

As my own perspective on drug policy began to change as a result of exposure to other perspectives, I began to critically analyze my own naturalized assumptions about drugs that I had taken for granted as facts. My father and I began to have divergent views. This divergence extended to the social issues that I attempted to address through my work with marginalized populations facing multiple vulnerabilities including illicit drug use, poverty, homelessness, mental illness, survival sex trade involvement, HIV/AIDS, residential school experience and conflict with the law. Despite our differences in perspective, near the end of his life, my father came to cautiously support supervised injection which seemed to me to be an introspective triumph in light of his roots as a foot soldier in the war on drugs. This was remarkable given that socialization as a police officer began when he joined the force at eighteen years of age in the 1960s. When the Supreme Court of Canada affirmed the rights of drug users to access Insite as a healthcare program that helps to keep them alive in 2011, the world of drug policy in Canada was structurally altered (Small, 2012). I wish that my father had been alive to see the nine judges of the Supreme of Court of Canada unanimously rule to protect the constitutional rights of persons who inject drugs (PWID) to life saving supervised injection services but he passed away a year before the ruling.

A few days before my father died, he gave me his RCMP badge and long service medal signifying his thirty years of unblemished service. To this very day, I still remember how it seemed as though a period of years passed while I carefully took his badge down from the shelf where it was displayed while he lay in a weakened state on a coach watching. When I closed the box holding the badge and held my father's weak hand one more time, I felt as though I had aged ten years in ten minutes. I realized that I have been given a symbolic treasure whose value could not be measured: part of my father's policeman soul. My father's badge is, without question, the single-most precious possession that I own.



My Father's Badge

And, so, perhaps in my quest to engage police and encourage their involvement in harm reduction over the years, I have only seen what I wanted to see, believed what I wanted to believe. Perhaps, a critical reader might think that it is only sentimentality, especially given the inherent structural problems with enforcement that I briefly reviewed earlier, rather than scholarly rigor, that brings me to elucidate the contributions by police to harm reduction. Certainly, despite the fact that the national police force publicly attacked supervised injection in Canada, when harm reduction needed their support most, I idealistically began a letter-writing campaign over the course several years to a wide range of Assistant-Commissioners, Deputy-Commissioners and Commissioners over the course of several years inviting them to reconsider their position. When the RCMP covertly spent tax payer dollars to hire consultants to examine, reexamine and then publicly attack the evidence associated with supervised injection, I continued my optimistic correspondence aimed at engaging them. To their credit, many high-ranking officers took the time to write thoughtful letters back to me. Perhaps, this train of correspondence was just an eccentric scholar preaching in the howling wind, but I think not. I saw a role for police in the delivery of efficacious policies to address contemporary social problems then and I still do.

The historical opposition by enforcement towards harm reduction was to be expected given that police were and are the gatekeepers of our societal institutions. They are charged with the responsibility to protect society's values, enshrined in our laws and, as such, police disapproval of harm reduction was merely a reflection of their role as part of the wider sociocultural context in North America. Until 2001 when Vancouver city council formally endorsed harm reduction as part of its municipal drug policy, no government institutions or jurisdictions in all of Canada or the United States officially espoused harm reduction. At that time, when Vancouver adopted a "4 pillar approach" which very controversially included harm reduction along with the other 3 pillars: prevention, treatment and enforcement (MacPherson, 2001), they were the only city on the continent to do so. Aside from Vancouver's exceptional approach, the dominant drug policies for all governments were like a wobbly chair

with 3 legs: prevention, treatment and enforcement. The missing leg that would have steadied the prevailing government approaches was harm reduction. The police merely propped up an already wobbly chair.

Harm Reduction: Controversial Sociocultural Territory

So, then, what's all the fuss about? What is harm reduction and what makes it so controversial for police? Well, first of all, harm reduction isn't automatically controversial. Seatbelts are harm reduction. Police enforce the wearing of seatbelts. Seatbelts don't curb dangerous driving. Seat belts only minimize harm if someone has an accident. Likewise, motorcycle helmets are harm reduction. Police enforce their use for individuals driving motorcycles. Helmets don't eliminate bad motorcycle driving or risk taking. This, of course, is harm reduction as well.

Harm reduction is only controversial when it comes to drugs. Drugs exist within a busy moral intersection within society and it is within this borderland that its controversy thrives. Harm reduction initiatives are defined as follows:

> *"strategies designed to reduce drug-related harm for particular individuals and communities. The principle of harm minimisation acknowledges that early intervention strategies that reduce the risks of harm connected with drug use, without necessarily eliminating use, can be of benefit to the individual users and the wider community [emphasis added]" (VictoriaPoliceDrugandAlcoholStrategyUnit, 2008)*

The socio-culturally controversial side of harm reduction with respect to drugs for police is the fact that such initiatives do not focus on the cessation of drug use.



Poster, Vancouver, BC:
Photograph by D. Small (July 2016)

Within popular discourse, harm minimization is typically distinguished from the three other approaches to drug addiction: enforcement, treatment and prevention. While the separation of the various strategies into different streams: harm reduction, treatment, enforcement and prevention is a useful analytical category, these streams are, in reality, not distinct. Harm reduction and treatment flow into one another in practice. Supervised injection, by way of example, can be a doorway into healthcare and considered to be a medical investment. Supervised injection facility can also be reconciled with prevention in that it can be considered part of the prevention continuum in that it helps prevent particularly dangerous risk taking behaviour as well as HIV, HCV and fatal overdose. Similarly, this chapter is intended to illustrate that enforcement need not be an isolated professional discipline but can include diverse approaches including harm reduction and prevention within operational practice.

The Perils of Police Ignoring Harm Reduction as an Enforcement Tool

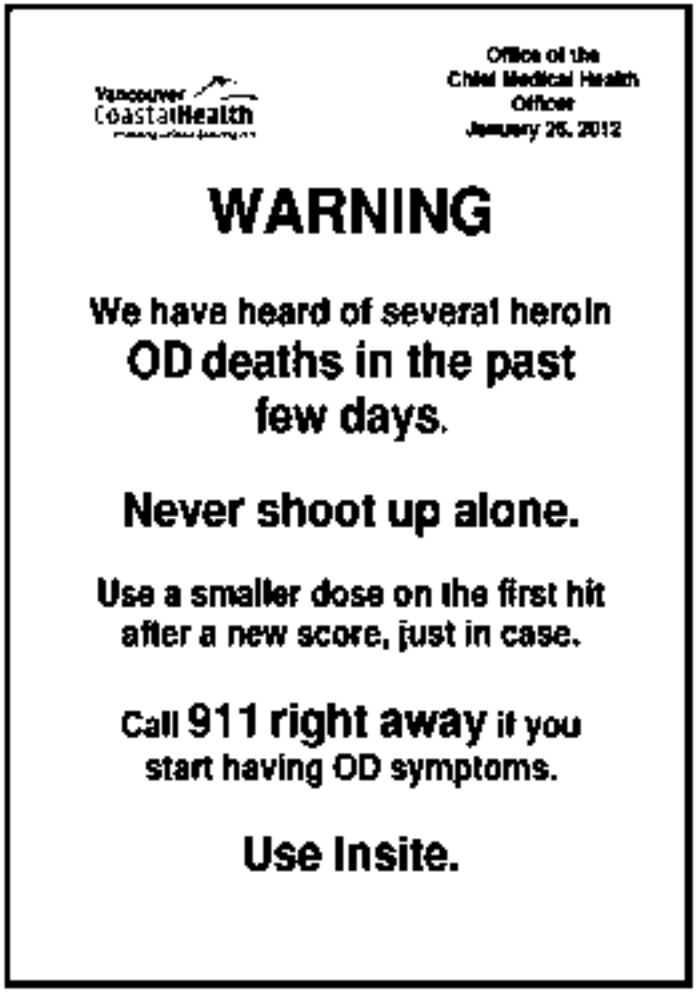
The perils of police impeding or failing to support harm reduction have been well documented. The effectiveness of needle and syringe programs (NSP) as a form of harm reduction has been solidly established within the scientific and medical evidence base. In some jurisdictions and instances, the action of some police officers hamper the effectiveness of NSP (Monaghan & Bewley-Taylor, 2013). Police attitudes towards NSP and presence near needle exchange activities can influence service uptake and syringe return rates (Aitken, Moore, Higgs, Kelsall, & Kerger, 2002). Ethnographic data collected in Melbourne, Australia indicated that injection drug users were more likely to discard used syringes quickly and haphazardly in order to avoid them being found during searches by police that are unsupportive of harm reduction. Negative attitudes towards NSP by police is communicated in a variety of explicit or implicit ways including explicitly treating the possession of a syringe as evidence of a crime in the form of illegal drug use or by implicitly undermining the activities of harm reduction programs by unnecessary presence that affects service uptake by drug users who fear of arrest.

Research also suggests that police attendance at overdoses can also increase risk for harm. A survey of 218 regular users of heroin, 48% of whom had experienced an overdose and 78% had been present while another individual experienced an overdose, is illustrative (MGregor, Darke, Ali, & Christie, 1998). Responses indicated that contacting emergency services was delayed or neglected altogether in 40% of overdose events. Fear of reprisal by police was described as the rationale by 80 % of respondents. The specific explanation for apprehensions pertained, most often, to anxiety about arrest for outstanding warrants or the potential for manslaughter charges the overdose result in a fatality. It can be logically extrapolated that this apprehension could be responsible for fatal overdoses that could have been prevented by trained emergency personnel.

Harm Reduction in Policing:

Fortunately, the stance against harm reduction by police officers is not universal. In fact, it could be argued that harm reduction falls under the umbrella of a police officer's sworn role is to protect the public. Police have the ability to directly reduce harm in illicit drug activity in the context of normal policing. Police discretion is a hallmark of daily practice. By way of example, the practice of cautioning, rather than arresting, first time users of illicit drugs could be considered an example of harm reduction in policing (Works, 2003). Police discretion with regard to overdose attendance practice by can also include elements of harm reduction in that the police can decide to avoid necessarily searches of individuals present for illegal drugs. In these instances, police are also utilizing their discretion in order to avoid inadvertently creating a climate of fear for drug users that might hamper calls for emergency services that might otherwise save lives during overdose events (Thomas, 2005).

Dissemination of information about the purity of illicit drug use is a strategy employed by police could also be considered a form of harm minimization (Spooner, McPherson, & Hall, 2004) Health providers and the police in Vancouver regularly disseminate information about the purity levels of drugs that increase chances of overdose.



As a result of routine seizures of illicit drugs, police are strategically positioned to test the substances and provide information about their potency that is relevant to harm reduction (Thomas, 2005). Furthermore, police intentional avoidance service areas where drug users obtain harm reduction services such as needle exchange is an attempt by police to encourage service uptake.

Police can make harm reduction more effective by helping marginalized individuals that they encounter in their work to use services. This can be accomplished through referral or face to face encouragement based on established rapport. A number of jurisdictions have developed enforcement practices to support, rather than deter, harm reduction services (Monaghan & Bewley-Taylor, 2013). The following section reviews some examples of leading work related to harm reduction within enforcement within a number of jurisdictions.

Australia National Approach to Police and Harm Reduction

Australia has been a world leader in exploring the potential application of harm reduction within enforcement. This leadership can be traced to Australia's national drug strategy which began with the creation of its National Campaign Against Drug Abuse (NCADA) in 1985 (Dillon, 1995). Since its inception 35 years ago, a key feature of the Australian approach has been the inclusion of harm reduction as a guiding principle (Ward, 1995). A parliamentary report emerged during this period that highlighted myths associated with and disadvantages of a strictly prohibitionist approach to drugs. The document also identified a lack of rigorous evaluation of law enforcement strategies in supply reduction (Authority, 1989). This early critical examination of traditional policing practice provided the context for the development of early harm reduction in enforcement.

Local Control of Harm Reduction and Policing Strategies

In the 1990's, Australia also piloted a community based approach to implementing a harm reduction partnership between police and local stakeholders (Lough, 1997). Essentially, police and community members developed harm reduction enforcement policies that applied to street level drug users while explicitly shifting enforcement focus to higher level drug traffickers. This provided a localized approach to harm reduction in policing.

Establishment of Harm Reduction Development, Implementation and Training Units

Australia was also a leader in an effort to develop harm reduction training in enforcement. In 1993, the New South Wales police department entered into a funding partnership with Australia's National Drug Strategy in order to implement harm reduction programs in policing (Forell & Price, 1997). The NSW police department employed approximately 13,000 police officers at that time. The initiative began with the creation of Drug Program Coordinator position and the was subsequently expanded into a Drug Programs Coordination Unit that included an Evaluation Officer and Education Officer. Education was based in the police academy where both specialist (e.g. drug squad) and generalist police officers received training from the unit that incorporated information about methadone maintenance, syringe distribution programs as well as information about the principles and application of harm reduction in policing. Officers were also provided with strategies to support harm reduction programs.

In addition to global training, the unit also facilitated discussions exploring strategies to overcome challenging situation around harm reduction and provided workshops for patrols or departments. Each patrol unit was supplied with harm reduction information kits. The overarching goal of the program was to promote harm reduction as a core principle of enforcement.

In 1998, Australia put out a request for proposals for the creation of a national harm reduction training program for police across Australia. At that time, there was very little consistency in harm reduction

training for police across jurisdictions. The project was to include an examination of the standard of practice for police harm reduction education, engagement of expert consultants, stakeholder interviews, development of an evaluation framework for the training initiative and a strategic plan for implementation (Fowler, Allsop, Melville, & Wilkinson, 1999).

Funding for HR Research, Evaluation and Implementation in Policing

Commitment to new initiatives in policing requires the dedication of resources. Harm reduction is no exception. Harm reduction and policing was fostered in Australia establishment of a funding source through the National Drug Law Enforcement Research Fund (NDLERF) in 1999 for a broad range of training initiatives (Works, 2003).

Research is also essential element of any evidence-based social policy. The Australian enforcement community provided earlier leadership in research collaborations related to policing and harm reduction. In 2000, a series of research projects examining the role of police in harm reduction were initiated across all police jurisdictions in Australia through by Australian National Drug Law Enforcement Research Fund (NDLERF). Through this initiative, a series of research initiatives explored the role of police in the promotion of safer illicit drug-use, encouraging treatment uptake, demand reduction as well as the prevention and reduction of drug overdoses (Spooner et al., 2004). The initiative incorporated a broad range of consultations with police and partner organizations as well as other stakeholders including healthcare providers and drug user groups. Police strategies, policies and practise with regard to harm minimisation were documented. The results of the research were used to inform police organizations for the development of policy and practice. The goal of the initiative was to evaluate the contributions of police organizations to Australia's national drug strategy. The deliverables included a report, operational manual for police harm reduction, and a strategic document.

Police Harm Reduction Trials

Police in Australia initiated a trial to examine the incorporation of harm reduction into enforcement programs aimed at illicit drugs (Midford, Acres, Lenton, Loxley, & Boots, 2002). The initial trial of harm reduction into Australian policing was successful. It brought about a greater appreciation of and understanding of harm reduction. The trial introduced 302 police officers to harm reduction and then examined their estimation of its relevance to policing practice (Midford et al., 2002).

Police Harm Reduction Operations Manual

Initially, the NDLERF anticipated that a police harm reduction manual would be short document, no longer than ten pages, that could be easily accessed by front line officers (Spooner et al., 2004). However, consultations with stakeholder police organizations indicated that such a manual would have limited success without a more robust training initiative. As such, the vision for the manual expanded to become a larger resource for police trainers that was intended to be adapted for each jurisdiction and specific police organization.

Despite the significant record of discussion and work towards harm reduction, the implementation of harm reduction policy into operational work of Australian police appears to have fallen short. A thoroughly documented harm reduction protocol for law enforcement was not completed in Australia and operational practice by officers in the field was sporadic (James, 2016). The challenge in Australia has been to move beyond the explicit recognition of the importance of harm reduction in policing to implementation of harm reduction within the operational reality of everyday police practice (James & Sutton, 2000).

Enforcement and Harm Reduction in the United Kingdom

Police in the United Kingdom also have a long history of cooperating with local health authorities with regard to harm reduction. In many

UK communities, police and health officials participate together on addiction advisory committees. The Chesire Police Constabulatory began collaborating with the Merseyside Drug Treatment Program in 1983. The Merseyside Program prescribed heroin, cyclimorph, diconal, amphetamine and cocaine in oral, injectable or smokable forms as part of harm reduction based treatment for drug users in in the Mersey region (including the communities of Liverpool, Wirral, Sefton, St. Helens and Cheshire). Collaborations between the police (including front-line officers and the drug squad), healthcare providers, the probation service, primary care physicians and pharmacists began in the initial planning stages before the clinics opened and continued after implementation (Lofts, 1992). Plainclothes officers maintained ongoing rapport with the clinic operators and helped to monitor the security of the prescribed drugs, patterns related to over-prescription and any criminal activity. The police discouraged surveillance of drug users at the clinics in order to encourage uptake of the program.

The UK police publicly support the distribution of syringes and do not take legal action against addicts in possession of syringes. Furthermore, law enforcement officials employ an approach based on warning drug users for possession rather than prosecution. The police aim is to work with health officials to engage drug users into healthcare. Once an addict is officially engaged in healthcare or service agency, then they are legally permitted to carry illegal drugs for personal use (Riley, 1996).

The collaboration between police and healthcare providers in a harm reduction program based on replacement of illicit drugs with medically supervised drugs was highly successful. The police and healthcare researchers monitored criminal justice involvement of 142 participants enrolled into the program between over an 18-month period between July 1988 and January 1990. The conviction rate reduced dramatically from 6.88 convictions per person to 0.44 convictions per person (Lofts, 1992).

Enforcement, Harm Reduction and Crime: The Swiss Experience

The impact on crime rates of pharmaceutical replacement programs have been shown in a number of jurisdictions (Small & Drucker, 2006). In Switzerland, the national heroin treatment program that commenced in 1995 used interview data to compare self-reported crime rates at time of admission to involvement in crime after 12 months of enrollment in the treatment program. Overall, the study found a 68% drop in crime offences. The study participants reported reductions in a wide range of crimes: sale of drugs of softer drugs (26.3% to 12.5%), sale of hard drugs (46.9% to 8.2%), shoplifting (35% to 16.1%), handling stolen goods (13.1% to 3.9%) and breaking and entering (6.9 % to 0.0%). The researchers also examined conviction rates which dropped by 80% (Uchenhagen et al., 1999).

Enforcement and Harm Reduction in Germany

Germany provides another example of harm reduction and policing. The police in Germany have a lengthy history of engaging in harm reduction by focusing on the apprehension of drug dealers but tolerating drug users (Riley, 1996). Some jurisdictions in Germany, such as Frankfurt, have designated harm reduction police officers that are responsible for harm reduction education and standards within the police force. Police, healthcare providers and drug users work together in the spirit of partnership to connect people living with addictions to healthcare and social services.

Enforcement and Harm Reduction in the Netherlands

Harm reduction in policing in the Netherlands is evident in the way that enforcement officials approach drug users and drug dealers (Bammer & Gerrard, 1991). Police have taken a tolerant approach to drug use by creating zones where even low level drug dealers are knowingly allowed to exist in apartments as long as there are not disturbances for neighbours. The police, in this instance, focus on minimizing the harms of drug dealing rather than the drug dealing itself. Furthermore, police in the Netherlands have a long history of supporting the decriminalization of marijuana and, in some instances, police stations in Amsterdam have even provided needle exchange (Riley, 1996).

Police Harm Reduction in United States

The history of harm reduction initiatives in policing in the United States can be traced to the administration of naloxone by front-line police officers. Naloxone counteracts the effects of fentanyl, heroin and other opioids. The administration of naloxone (trade name Narcan) is typically understood as a harm reduction initiative. The deployment of naloxone by police in the United States has a lengthy history. It was first deployed in New Mexico in 2004, in the states of Espanola and Santa Fe, where state police were trained to employ naloxone to prevent fatal overdoses (NewMexicoDepartmentofPublicSafety, 2004). Officers were trained to identify the signs of overdose, administer naloxone and perform cardiopulmonary resuscitation. The main purpose of the initiative was not to prevent drug use; but to save lives.

By the end of 2014, there were more than 220 law enforcement agencies in the United States equipping their officers with naloxone (Davis, Carr, Southwell, & Beletsky, 2015). By way of example, the Quincy

Police Department (QPD), located in a community of approximately 90,000 residents in Massachusetts, has been deploying naloxone since 2010 (Davis, Ruiz, Glynn, Picariello, & Walley, 2014). Today, all QPD vehicles equipped with naloxone kits and every officer is trained in the use of naloxone by the Massachusetts Department of Public Health. QPD officers administered naloxone 201 times between 2010 and 2014 (Davis et al., 2014).

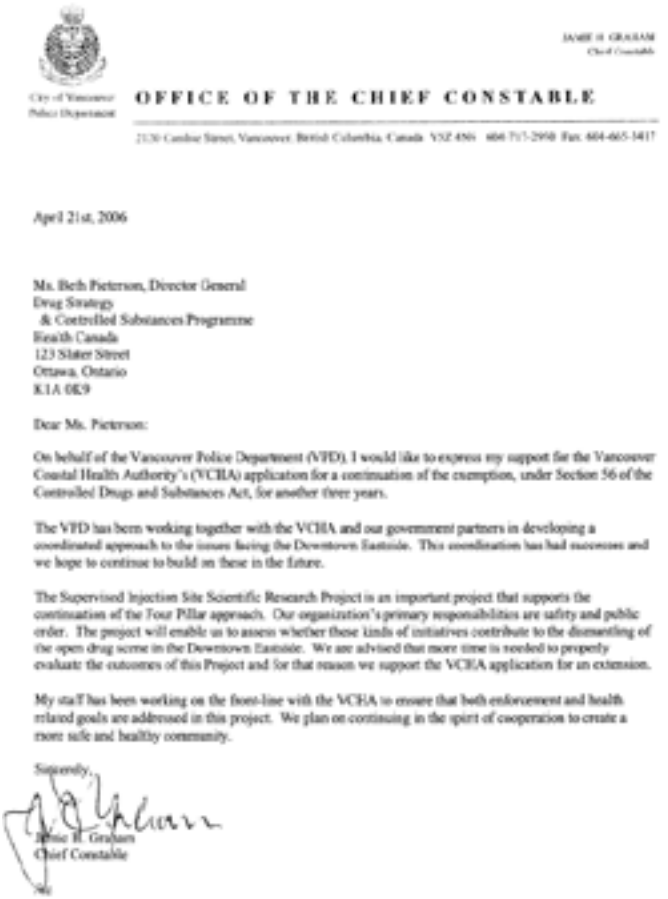
Harm Reduction in Canadian Enforcement

Harm reduction in Canadian policing has occurred in a number of discrete initiatives.

Harm reduction by police takes many forms as illustrated by an interview study of 1093 injection drug users that used Vancouver's supervised injection facility (DeBeck et al., 2008). Seventeen percent of the respondents in the study reported that officers from the Vancouver Police Department (VPD) referred them to the facility at one time or another. Two-percent reported that it was in fact police that introduced them to the facility. The police were especially effective in reaching the most marginal with harm reduction (those individuals that were street entrenched, those involved in the survival sex trade and those engaged in cocaine related frequent injection).

Vancouver Police Official Support of Supervised Injection.

The VPD also provided official support for Canada's first supervised injection facility (Graham, 2006). This support was symbolically first illustrated in a letter of support for the commencement of the project as a research initiative in 2003. The Chief of Police provided a second letter of support following the project's successful evaluation and application for a renewal of its permit in 2006.



City of Vancouver
Police Department

OFFICE OF THE CHIEF CONSTABLE

2120 Cambie Street, Vancouver, British Columbia, Canada V5Z 4N6 604 717-2950 Fax 604-665-3417

April 21st, 2006

Ms. Beth Pieterson, Director General
Drug Strategy
& Controlled Substances Programme
Health Canada
123 Slater Street
Ottawa, Ontario
K1A 0K9

Dear Ms. Pieterson:

On behalf of the Vancouver Police Department (VPD), I would like to express my support for the Vancouver Coastal Health Authority's (VCHA) application for a continuation of the exemption, under Section 56 of the Controlled Drugs and Substances Act, for another three years.

The VPD has been working together with the VCHA and our government partners in developing a coordinated approach to the issues facing the Downtown Eastside. This coordination has had successes and we hope to continue to build on these in the future.

The Supervised Injection Site Scientific Research Project is an important project that supports the continuation of the Four Pillar approach. Our organization's primary responsibilities are safety and public order. The project will enable us to assess whether these kinds of initiatives contribute to the dismantling of the open drug scene in the Downtown Eastside. We are advised that more time is needed to properly evaluate the outcomes of this Project and for that reason we support the VCHA application for an extension.

My staff has been working on the front-line with the VCHA to ensure that both enforcement and health related goals are addressed in this project. We plan on continuing in the spirit of cooperation to create a more safe and healthy community.

Sincerely,

Jamie H. Graham
Chief Constable

Letter of Support from the Chief Constable of the Vancouver Police Department for North America's first Supervised Injection Facility

Another example of harm reduction in policing is by the implicit decriminalization of possession of small amounts of drugs for personal use. In Canada, drug offences are often processed through the criminal justice system by discretion from the police officer or department rather by criminal charge. According to data from the Uniform Crime Reporting Survey, the official source of police reported crimes in Canada, 26% of drug related crimes are cleared by discretion while 8 % of other crimes are cleared by discretion(Cotter, Greenland, & Karam, 2015). The practice of utilising enforcement discretion (i.e. officer providing a warning or referral to a community agency) for drug offences most prevalent in British Columbia where it reaches 47% where drug related crimes are also the highest in the country. Every one of these judgment calls is an example of harm reduction. It doesn't eliminate drug use, nor does it ignore or condone addiction. These are examples of the peaceful coexistence of earnest enforcement and harm reduction.

Vancouver Police Harm Reduction Overdose Policy

The VPD Policy 11.04, Non-Fatal Illicit Drug Overdose Policy is an outstanding example of leadership in harm reduction in Canadian policing. The policy was implemented to address research findings that police attendance at overdoses can increase risk for harm. By way of illustration, a survey of 218 regular users of heroin, 48% of whom had experienced an overdose and 78% of whom had been present while another individual experienced an overdose indicated that contacting emergency services was delayed or neglected altogether in 40% of overdose events (MGregor et al., 1998). Fear of reprisal by police was described as the rationale by 80% of respondents. The specific explanation for apprehensions pertained, most often, to anxiety about arrest for outstanding warrants or the potential for manslaughter charges that might result in a fatality. The VPD approach was implemented to address the possibility that this apprehension could be responsible for fatal overdoses that would otherwise be prevented by trained personnel.



Vancouver Police Department
Regulations & Procedures Manual

1.6 Incident Investigations

POLICY

PROCEDURE

NON FATAL ILLICIT DRUG OVERDOSE RESPONSE POLICY

1. When a member is advised of a drug overdose while in the performance of their duties, they shall immediately notify EHS through ECOMM and attend to the location of the victim until EHS arrives.
2. When EHS receives a call of "a possible drug overdose" EHS dispatch will verify Police Dispatch, through ECOMM, who shall, by way of a general broadcast, advise District Units that "EHS is responding to a possible drug overdose, the location and assistance not requested."
3. Police will not normally attend EHS calls for a routine drug overdose unless EHS has advised ECOMM that "assistance is Requested," for any or all of the reasons below:
   a. Death of a person from an overdose is likely; or
   b. EHS personnel request police attendance to assist with public safety; or
   c. EHS personnel request police attendance because there is something suspicious about the incident; and
   d. In each instance when police assistance is requested, the reason for the request will be broadcast to police units by the district dispatcher.

FATAL DRUG OVERDOSE CALLS

4. In the case of a drug overdose death, the member will fully investigate the incident as a sudden or suspicious death (refer to: Section 1.6.28 Sudden Deaths, Section 1.6.32 Witnessing Procedure and Section 1.7.1 Major Crime Scene Responsibilities).
5. The assigned unit shall notify their Supervisor of the fatal overdose, and record the details of the incident in the District Watch Book for discussion at the Daily Operations Management Meeting. The assigned patrol unit will ensure that a copy of the General Occurrence Report is routed to the Inspector i/c of the Drug Squad for follow up consideration.

VPD Harm Reduction Overdose Policy: Guidelines for Police Attending Illicit Drug Overdoses

VPD Harm Reduction Overdose Policy: Guidelines for Police Attending Illicit Drug Overdoses

Police work to reduce harm to individuals, communities and society all the time. When the Vancouver Police originally implemented its Policy 11.04 (the precursor to the current policy 1.6.28), Non-Fatal Illicit Drug Overdose Policy, they did so on the basis of evidenced based research. Studies had indicated that those that witness drug overdoses may be hesitant to contact emergency services due to fear that if police attend, they or the overdose victim may be prosecuted. As every minute counts in a drug overdose the VPD decided, as a practical policy aimed at reducing harm to drug users, to avoid attending non-fatal overdoses with one simple objective: the preservation of life. Of course, for those of us who have known people to die of preventable drug overdoses or HIV infections, police and non- police, understand that people that die of an overdose never have the chance to enter detox, begin recovery, complete treatment, engage in employment or reach the threshold of a successful life.

Auto-Ethnographic Note: A Letter Writing-Campaign

Beginning in 2006, the RCMP produced an internal report harshly criticizing supervised injection and claiming that it encouraged drug use (O'Neil, 2006). The report was leaked to the press and chronicled in a front-page article in the Vancouver Sun. In December of 2006, I began what was to become a decade-long correspondence with the RCMP as part of an ongoing effort to engage them in a dialogue about harm reduction and the enforcement practice. My written communication involved correspondence with a range of senior RCMP officers including: Chief Superintendent Bud Mercer, Assistant Commissioner Raf Souccar, Assistant Commissioner Gary Bass as well as four successive Commissioners: Beverley A. Busson, William Elliot, Giuliano Zaccardelli and, finally, Bob Paulson.



Samples of my correspondence with the RCMP 2006-2016

Ultimately, in 2016, Commissioner Bob Paulson became the first leader of the RCMP to agree that there was a potential role for harm reduction for the national police force. In August 2016, at the request of Commissioner Paulson, I travelled RCMP national headquarters in Ottawa where I met senior officers and administrators in order to present my arguments about harm reduction and enforcement. I made two presentations. The first defined harm reduction before providing an overview of the history and current state of harm reduction in enforcement in various jurisdictions around the world. The information conveyed was similar to that being shared within this chapter. The second presentation provided a series of recommendations for integrating harm reduction within the practice of the RCMP.

The National Police Force Launches a Harm Reduction Initiative

In September 2016, Canada's national police force, the Royal Canadian Mounted Police (RCMP) made a monumental leap in transforming their roles by entering into the realm of healthcare with a harm reduction initiative (Bains, 2016). RCMP officers, as first responders, were equipped for the first time to perform life-saving healthcare through the administration of naloxone to individuals experiencing drug overdoses. This represented an expansion of enforcement to include elements of healthcare and transformed the role of police officer from a traditional focus on public safety to include the protection of public health. It marked a major contribution by police in Canada's struggle to address an epidemic of opioid related overdose death. The RCMP naloxone initiative illustrated that enforcement need not be an isolated initiative but could include elements of harm reduction within operational practice.

The RCMP harm reduction program took place within the context of an unprecedented opioid overdose epidemic in Canada. Persons who inject drugs (PWID) represent a significant group in Canada. In 2016, there were approximately 171,900 PWID in Canada (Jacka et al., 2020). Between January 2016 and June 2019, there have been 13,900 drug overdose deaths in Canada (Overdoses, 2019). In 2016, there were 3,005 opioid related deaths in Canada. That number raised to 3,996 in 2017 (Intergovernmental Expert Group Meeting on Non-Medical Use of Opioids, 2018). The epidemic had been especially pronounced in British Columbia, Alberta, Ontario and Quebec where the increase in overdose deaths had risen between 200 and 2000 per cent (CCENDU, 2015). The opioid overdose crisis has even affected morbidity and mortality rates in Canada (Fischer, Pang, & Tyndall, 2018). In British Columbia, by way of poignant illustration, there has been a 0.38 year reduction in life expectancy between 2014 and 2016 influenced that is partially attributable to the overdose mortality (0.12 years) (Xibiao, Jenny, Bonnie, Tyndall Mark, & Kendall, 2018).

The RCMP naloxone initiative was especially fitting given that overdose deaths are geographically spread across both rural and urban areas of the country. As the national police force has responsibility for the majority of rural policing, RCMP officers may very well be the first responder to reach a potential overdose victim in the majority of cases. In many jurisdictions, police cars and personnel are more abundant than ambulances and paramedics. Furthermore, police practice is to patrol continuously throughout entire cities while firefighters and paramedics more typically operate through a dispatch system on a case by case basis. Police officers are, quite simply, more likely to encounter an overdose than other emergency personnel.

The RCMP plan was a bold cultural step for the enforcement community. It acknowledged that a police officer's complex role includes upholding of the law, safeguarding the public and protecting public health. This enforcement initiative emphasized the fact that police are more than gatekeepers of public order and law; they are partners in public health. The first peer-reviewed research examining the impact of Canada's supervised injection facility (Insite) on overdose identified 336 overdose interventions over a 15-month period (Kerr, Tyndall, Lai, Montaner, & Wood, 2006). At the time of the RCMP's naloxone harm reduction initiative, the nation's first and only supervised injection

facility, Insite, had 12 injection bays and operated for 18 hours a day in one community. The RCMP naloxone initiative would operate with a 24-hour workforce of 28,000 spread out across the country and over 15,000 officers in front-line policing, leaving Canada's national police force poised to save a considerable amount of lives of PWID not reached by supervised injection services.

Auto-Ethnographic Note: A Telling Phone-Call

While waiting for the outcome of one of the court proceedings regarding the fate of North America's only supervised injection facility, I contacted the current Chief Constable of the Vancouver Police Department (VPD) at the time, Chief Constable Jamie Graham. I asked him to outline the VPD position on the facility if it was not granted its permit to operate. I was interested in whether he would recognize the intrinsic importance of the life-saving healthcare program independent of its regulatory status. His response was instant and forthright: "Dan: I am, first and foremost, a police officer. A police officer's role is simple. An activity is either lawful or unlawful. If the supervised injection facility loses its permit, it will be unlawful and we will shut it down immediately. You had better be prepared." At the time, as one of the individuals responsible for Insite's operation, I had to consider the ramifications of losing our permit due to political interference from prevailing conservative government of the time. I was struck by the way that police officers, even the most senior, were constrained by societal structures.

Possible Conclusions?

Recently, one of my students described their long-term aspiration to become a police officer and asked whether I thought that there was a helpful role for police with regard to work with regard to drug policy. The question came in the context of a public crisis in policing today in the tragic wake of the murder of George Floyd by police in Minneapolis described in the beginning of this essay. I told the student that although the socially conscious contributions of police may be, for the moment, obscured by the darker side of bad enforcement practice, there is a more hopeful side. This chapter is intended to illuminate part of that hopeful side.

This chapter is not intended to evaluate individual harm reduction or policing strategies. My aim has been to provide a sense that harm reduction and policing can peacefully coexist side by side and are integrated within some policing jurisdictions. Police practice harm reduction in a variety of realms. Just as police have aggressive enforcement initiatives against excessive speeding and there are stiff penalties against road racing, we also have seat belts and motorcycle helmets as harm reduction. Seat belts don't stop racing or poor driving, but they help to keep people alive if there is an accident. Seat belts don't send "the wrong" message any more than clean needles or supervised injection. Both approaches can exist and, in practice, they do.

I will add some further auto-ethnographic elements to the story. At my father's funeral, his uniform was proudly displayed. Officers attended in the ceremonial Red Serges and each pinned a poppy on a cross beside a photograph of my father on a horse the day he graduated from his initial training. One of the officers that trained under my father, now a commanding officer, paused to share his view with me that he assured me was "independent of the politics." He told me that many of the rank and file RCMP, in his estimation, support harm reduction. He went on to say that he felt that serious addiction would be better addressed as a medical rather than enforcement issue. I noticed a silver medal signifying thirty-years of unblemished service, like my father's, pinned on his chest.

To what, exactly, was the senior police officer referring when describing a view, from the ground, that was "independent of politics?" Some might argue that the police departments that do not incorporate harm reduction into their practice have failed to reach the highest standard of modern enforcement practice. However, perhaps it society, rather than the police, that has failed in these instances. Police are embedded within and affected by the wider society within which they exist. Each society has the potential to develop more complex narratives that can easily reconcile harm reduction and policing. Police are constrained by the implicit or explicit societal values that drive overarching ideas about enforcement and the role of officers. As society is populated by social actors, the societal values that restrict police roles are our creation. In many instances, society has too narrowly defined police duties and in so doing failed to provide them with a supportive context that validates their use of harm reduction in everyday practice. A significant part of the work, after the police have acknowledged the importance of harm reduction, is ours to complete. Our work, as wider citizens, is to create circumstances within which police can easily incorporate harm reduction in enforcement into the final stage: practice.

In order to help more police forces more proactively integrate harm reduction and enforcement, we need to create more sophisticated societal narratives about police roles that allow for the integration of enforcement, harm reduction, treatment and prevention. We need, in short, to modernize societal conceptions of police.

Harm reduction should become part of the common-sense of society's fall characterization of a police officer's sworn role to protect the public. I see six action items with respect to harm reduction and enforcement:

- Police officers need to avoid being an impediment to harm reduction as this can dramatically affect service uptake which is particularly important when trying to address epidemiological crises (e.g. HIV or overdose epidemics)

- Police officers need to be knowledgeable of harm reduction measures and their efficacy within enforcement and healthcare practice

- Police officers need to recognized as a valuable public health resource, based on their experience rooted on the ground with marginalized individuals that they encounter on a daily basis, so that they can help promote and, in some instances, implement harm reduction measures

- The enforcement community needs to develop rigorous institutionally based policies in relation to the implementation of the best practices in harm reduction in enforcement (e.g. non-attendance at overdoses, narcan administration for first responders, referral to harm reduction services like supervised injection and NSP)

- Police need to active partners in research collaborating with social scientists to develop ongoing rigorous peer-reviewed evaluation schemes that measure the outcomes associated with the police involvement in harm reduction (e.g. measure the amount of overdose interventions by enforcement officers)

- Police and researchers need to collaborate on the design, collection, publication and dissemination of rigorous peer-reviewed researcher evaluating police harm reduction initiatives and their impact

The action items above need to be proactively applied as standards of practice, research, evaluation and publication within all policing communities.

Over the years, I have been asked a number of times about how to bring about overarching changes in societal drug policies. My answer has always focused on localized initiatives as the beginning point of wider societal transformation. My visit in 2016 with the RCMP at their national headquarters was concluded with a private meeting with Commissioner Bob Paulson. He asked me to make a recommendation about how best to proceed with respect to harm reduction. As I contemplated my answer, I was reminded of a song by a Canadian band that was in the news that year: The Tragically Hip. Sadly, the lead singer of the band, Gord Downey, had sadly diagnosed with brain cancer told that he had less than a year to live. He choose to use his remaining time to live to connect with Canadians as part of a final tour. I had the privilege to be at his final concert in Vancouver. A song by the band came to mind as part of my answer to the RCMP Commissioner: Bobcaygeon. The song tells the story of a police officer and part of the lyrics describe how: "the constellations are revealed one star at a time." I drew on this song lyric to answer the RCMP Commissioner's question about how to move forward when facing the need for overarching societal change. I argued that the RCMP should begin with a tangible frontline initiative, such as equipping front-line police with naloxone and, in so doing, make a symbolic step towards revealing the constellations one star at a time. This is the approach of launching a single significant initiative on the ground, as had been done in the case of North America's first supervised injection facility in Vancouver, which can go a long way to creating a foundation for one all-encompassing societal structures in the fullness of time. One symbolic initiative. One innovation (such as naloxone deployment by police officers). One new policy (like the VPD overdose policy). One star. And, then, maybe, if we're lucky, we might see the constellations revealed.

Referências

Aitken, C., Moore, D., Higgs, P., Kelsall, J., & Kerger, M. (2002).
O impacto de uma repressão policial em uma cena de drogas de rua: evidências da rua. International Journal of Drug Policy, 13, 193-202.

Autoridade, P. J. C. o. t. N. C. (1989).
Drogas, Crime eSociedade. Canberra: Serviço de Publicação do Governo Australiano recuperado de file:///Users/dansmall/Downloads/report_pdf.pdf

Bains, C. (2016).
Oficiais do RCMP devem ser equipados com kits de naloxona para lidar com a exposição ao fentanil. A imprensa canadense.

Bammer, G., & Gerrard, G. (1991).
Tratamento de Heroína - Nova Alternativa: Proceedings of a seminar realizado em 1 de novembro de 1991. Artigo apresentado no Tratamento de Heroína - Nova Alternativa.

Bryan, B. (2010).
De Boston a Brixton: Uma conta autoenográfica de educação da Jamaica para o Reino Unido. Trocando inglês, 17(2), 141-152.

CCENDU, C. C. E. N. o. D. U. (2015).
CCENDU Bulletine: Mortes envolvendo fentanil no Canadá, 2009-2014 [Comunicado à imprensa]. Recuperado da Biblioteca http://www.ccsa.ca/Resource/CCSA-CCENDU-Fentanil-Mortes-Canadá-Boletim-2015-en.pdf

Cotter, A., Groenlândia, J., & Karam, M. (2015).

Crimes relacionados com drogas no Canadá, 2013. Recuperado de Ottawa: http://www.statcan.gc.ca/pub/85-002-x/2015001/article/14201-eng.pdf

Davis, C. S., Carr, D., Southwell, J. K., & Beletsky, L. (2015).

Engajar a aplicação da lei em iniciativas de reversão de overdose: Autorização e responsabilidade para a administração naloxona. American Journal of Public Health, 105(8), 1530-1537.

Davis, C. S., Ruiz, S., Glynn, P., Picariello, G., & Walley, A. Y. (2014).

Acesso expandido à Naloxona entre bombeiros, policiais e técnicos médicos de emergência em Massachusetts. American Journal of Public Health, 104(8), e7-e9.

DeBeck, K., Wood, E., Zhang, R., Tyndall, M., Montaner, J., & Kerr, T. (2008).

Parcerias policiais e de saúde pública: Evidências da avaliação da instalação de injeção supervisionada de Vancouver. Tratamento, Prevenção e Política de Abuso de Substâncias, 3(11), 1-5. Recuperado em http://download.springer.com/static/pdf/292/art%253A10.1186%252F1747-597X-3-11.pdf?originUrl=http%3A%2F%2Fsubstanceabusepolicy.biomedcentral.com%2Farticle%2F10.1186%2F1747-597X-3-11&token2=exp=1452609341~acl=%2Fstatic%2Fpdf%2F292%2Fart%25253A10.1186%25252F1747-597X-597X-597X-23-11.

Dillon, P. (1995).

Prefácio. Artigo apresentado na Estratégia Nacional de Drogas: Os primeiros dez anos e além: Procedimentos do Oitavo Simpósio Anual do Centro Nacional de Pesquisa de Drogas e Álcool, Landmark Hotel, Potts Point.

Dreyer, B.P., Trent, M., Anderson, A.T., Askew, G. L., Boyd, R., Coker, T.R., ... Stein, F. (2020).

A Morte de George Floyd: Dobrando o Arco da História para a Justiça por Gerações de Crianças. Pediatria. doi:10.1542/peds.2020-009639

Drucker, E.

Impacto populacional do encarceramento em massa sob as leis de drogas rockefeller de Nova York: uma análise de anos de vida perdidos. Revista de Saúde Urbana, 79(3), 434-435.

Drucker, E. (2011).

Uma Praga de Prisões: A Epidemiologia do Encarceramento em Massa naAmérica. Nova Iorque: A Nova Imprensa.

Fischer, B., Pang, M., & Tyndall, M. (2018).

A crise da morte dos opioides no Canadá: lições cruciais para a saúde pública. The Lancet Public Health, 4(2), PE81-E82. doi:https://doi.org/10.1016/S2468-2667(18)30232-9doi:https://doi.org/10.1016/S2468-2667(18)30232-9

Forell, S., & Price, L. (1997).

Usando políticas de redução de danos dentro da aplicação da lei de drogas no Serviço de Polícia do NSW, Austrália. Crime, polícia e tráfico. Recuperado de http://www.drugtext.org/Crime-police-trafficking/using-harm-reduction-policies-within-drug-law-enforcement-in-the-nsw-police-service-australia.html

Fortner, M. J. (2015).

Maioria Silenciosa Negra: As Leis de Drogas Rockefeller e a Política de Punição. Harvard: Harvard University Press.

Fowler, G., Allsop, S., Melville, D., & Wilkinson, C. (1999).

Educação de minimização de danos causados por drogas para a polícia na Austrália. Um relatório colaborativo do Centro Nacional de Educação e Treinamento sobre Dependência. . Recuperado de Queensland:

Graham, J. (2006).

[Carta de Apoio do Gabinete do Chefe de Polícia, Cidade de Vancouver para uma continuação da isenção, sob a Seção 56 da Lei de Drogas e Substâncias Controladas].

Heisenberg, W. (1983 [1927]).

O Conteúdo Físico da Cinemática Quântica e Mecânica: O Princípio do Indeterminismo ("Uber den anschaulichen Inhalt der quantentheoretischen Kinematik und Mechanik"). Em J. A. Wheeler & W. H. Zurek (Eds.), Teoria Quântica e Medição (pp. 62-84). New Jersey: Princeton University Press.

Reunião intergovernamental do Grupo de Especialistas sobre Uso Não Médico de Opioides. (2018).

Estigma das Drogas e a Crise dos Opioides:A Experiência Canadense. Recuperado de Ottawa:

Jacka, B., Larney, S., Degenhardt, L., Janjua, N., Høj, S., Krajden, M., ... Bruneau, J. (2020).

Prevalência de uso de drogas injetáveis e cobertura de intervenções para prevenir a infecção pelo vírus HIV e hepatite C entre as pessoas que injetam drogas no Canadá. American Journal of Public Health, 110(1), 45-50.

James, S. (2016, 16 de julho de 2016).

[Protocolo de Redução de Danos da Aplicação da Lei].

James, S., & Sutton, A. (2000).

Desenvolvimentos na Aplicação da Lei australiana de Drogas: Fazendo ações. Atuais questões na Justiça Criminal, 11(3), 257-272.

Kerr, T., Tyndall, M. W., Lai, C., Montaner, J. S. G., & Wood, E. (2006).

Overdoses relacionadas com drogas dentro de uma instalação de injeção mais segura supervisionada medicamente. International Journal of Drug Policy, 17, 436-441.

Lofts, M. (1992).

Policiamento do Programa de Tratamento de Drogas de Merseyside: "A Experiência de Cheshire". Em G. Bammer & G. Gerrard (Eds.), Tratamento de Heroína — Nova Alternativa (pp. 97-114). Canberra, ACT, Austrália: Centro Nacional de Epidemiologia e Saúde Pública, Universidade Australiana.

Lough, G. (1997).

Aplicação da lei e redução de danos: mutamente exclusivo ou mutuamente compatível. International Journal of Drug Policy, 9, 169-173.

MacPherson, D. (2001).

Um quadro de ação: uma abordagem de quatro pilares para problemas com drogas em Vancouver. Recuperado de Vancouver:

MGregor, C., Darke, S., Ali, R., & Christie, P. (1998).

Experiência de overdose não fatal entre usuários de heroína em Adelaide, Austrália: circunstâncias e percepções de risco. Vício, 93(5), 701-711.

Midford, R., Acres, J., Lenton, S., Loxley, W., & Boots, K. (2002).

Policiais, drogas e a comunidade: estabelecendo estruturas

consultivas de redução de danos em dois locais da Austrália Ocidental. International Journal of Drug Policy, 13, 185-192.

Monaghan, G., & Bewley-Taylor, D. (2013).
A polícia apoia as políticas e práticas de redução de danos para as pessoas que injetamdrogas. Recuperado de http://idpc.net/publications/2013/02/policesupport-for-harm-reduction-policies-and-practicestowards-people-who-inject-drugs

NewMexicoDepartmentofPublicSafety. (2004).
Policiais estaduais treinados no uso de Narcan. Santa Fé: Departamento de Segurança Pública do Novo México recuperado de http://www.dps.nm.org/newsReleases/NMSP/2004/NMSPnewsRelease_08.19.04.htm

O'Neil, P. (2006, 11 de dezembro).
RCMP toma um golpe na injeção stie: Mounties dizem que o menor risco de Insite incentiva o uso de drogas. O Vancouver Sun.

Overdoses, S. A. C. o. t. E. o. (2019).
Relatório nacional: Danos relacionados com opioides no Canadá Relatório baseado na Web. Recuperado de Ottawa: https://health-infobase.canada.ca/substance-related-harms/opioids

Segurança Pública Canadá. (2019).
Correções e Divulgação Condicional Visão Geral Estatística: Relatório Anual 2018. Recuperado de Ottawa, Canadá: https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrcs/pblctns/ccrso-2018/ccrso-2018-en.pdf

Razões, C., Hassan, S., Ma, M., Monchalin, L., Bige, M., Paras, C., & Arora, S. (2016).
Race and Criminal Justice in Canada International Journal of Criminal Justice Sciences 11(2), 75-99.

Riley, D. (1996).
Política de Drogas e Redução de Danos: Redução de Danos em

todo o mundo. Boletim de Política e Direito canadense de HIV/Aids, 2(4), 1-6.

Pequeno, D. (2012).
A mais alta corte do Canadá unchains usuários de drogas injetárias; implicações para a redução de danos como padrão de saúde. Revista de Redução de Danos, 9(34), 1-11. Recuperado de http://www.harmreductionjournal.com/content/9/1/34

Small, D., & Drucker, E. (2006).
Formuladores de políticas ignorando a ciência e os cientistas ignorando a política: os desafios éticos médicos do tratamento da heroína. Revista de Redução de Danos, 3(16), 1-14.

Spooner, C., McPherson, M., & Hall, W. (2004).

O papel da polícia na prevenção e minimização do uso de drogas ilícitas e seusdanos. Recuperado da Austrália: Estatísticas canadá. (2017).
A população aborígene no Canadá. Recuperado de Ottawa: https://www150.statcan.gc.ca/n1/en/pub/11-627-m/11-627-m2017027-eng.pdf?st=uo_7t0Rr

O Projeto Sentença. (2020).
Fatos da Justiça Criminal. Recuperado de Washington, D.C.: https://www.sentencingproject.org/criminal-justice-facts/

Thomas, G. (2005).
Políticas e programas de redução de danos para pessoas envolvidas no sistema de justiça criminal. Recuperado de Ottawa, Ontário: http://www.ccsa.ca/Resource Library/ccsa-003900-2005.pdf

Uchenhagen, A., A, D.-M., Steffen, T., Gutzwiller, F., Blattler, R., & Pfeifer, S. (1999).
Prescrição de Narcóticos para Viciados em Heroína: Principais Resultados do Estudo Nacional suíço de Coorte. Zurique: Instituto de Medicina Social e Preventiva; Universidade de Zurique.

VictoriaPoliceDrugandAlcoholStrategyunit. (2008).

Unidade de Estratégia de Drogas e Álcool da Polícia de Vitória: O que é Minimização de Danos. Recuperado de http://www.police.vic.gov.au/content.asp?Document_ID=5059

Ward, J. (1995).

Vício em heroína, tratamento de manutenção de metadona e a Estratégia Nacional deDrogas. Artigo apresentado na Estratégia Nacional de Drogas: Os primeiros dez anos e além: Procedimentos do Oitavo Simpósio Anual do Centro Nacional de Pesquisa de Drogas e Álcool, Landmark Hotel, Potts Point.

Weine, S., Kohrt, B. A., Collins, P. Y., Cooper, J., Lewis-Fernandez, R., Okpaku, S., & Wainberg, M. L. (2020).

Justiça para George Floyd e um acerto de contas para a saúde mental global. Saúde Mental Global, 7(e22), 1-5.

Obras, S. (2003).

Avaliação do Quadro Estratégico Nacional de Drogas 1998-99-2003-04. Recuperado de Canberra, Austrália: http://www.nationaldrugstrategy.gov.au/internet/drugstrategy/publishing.nsf/Content/33B3F1FD97B13446CA2575B4001353A3/$File/ndsf_eval.pdf

Xibiao, Y., Jenny, S., Bonnie, H., Tyndall Mark, M., & Kendall, P. R. W. (2018).

De relance - Impacto de mortes relacionadas à overdose de drogas na expectativa de vida ao nascer na Colúmbia Britânica. Saúde Promoção Crônica Dis Prev Can, 38(6), 248-251. doi:10.24095/hpcdp.38.6.05

Zinger, I. (2020).

Os indígenas em custódia federal ultrapassam 30% de declaração e desafio de investigadores correcionais. Recuperado de Ottawa, Canadá: https://www.oci-bec.gc.ca/cnt/comm/press/press20200121-eng.f*~hmac=cf1b57d6a7b489e92894890fd8c39e6819ada50421a4287596988a272cda2df4



A Lógica da "Inclusão" Através da Repressão

Um desafio à ideia de exclusão social através da análise da atuação do Estado nas Favelas do Rio de Janeiro.

Francisco Rebel Barros

Cientista Social graduado pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Criminologia pela Université d'Ottawa, exassessor de direitos humanos e segurança pública do mandato do deputado estadual Flavio Serafini e pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos.

franciscorebel@gmail.com

Sumário

O artigo questiona a ideia de exclusão social através de uma análise da atuação do Estado no espaço estigmatizado das favelas do Rio de Janeiro. A falta de serviços públicos e de infraestrutura, nestes territórios onde a violência policial é tão marcante, é apresentada como uma forma de o Estado estar presente e não como sua ausência. Também é discutida a ideia de a presença policial ser vista como um sinônimo de presença Estatal.

Assim, busca-se demonstrar que o que ocorre nos ambientes dos morros cariocas não é uma ausência de Estado e sim, a presença do mesmo, com suas características específicas constituídas numa sociedade profundamente marcada pela desigualdade, violência e racismo. Entender a forma desta sociedade operar permite compreender que a negação de direitos e a violência cometida por policiais não exclui o indivíduo dela, mas marca a sua inclusão e o tipo de sociedade na qual ele está inserido.

Palavras-chave: inclusão social, exclusão social, Estado, polícia, repressão, corrupção, violência, favela.

É comum serem classificadas como "excluídas" as pessoas que vivem em moradias precárias, têm pouco acesso à educação formal, a serviços de saúde básica e costumam ter suas liberdades restringidas de várias formas. Seriam aqueles e aquelas que têm diversos de seus direitos de cidadania negados pelo Estado. A análise que se segue pretende questionar a noção de exclusão social através de um olhar sobre a forma de o Estado agir nas favelas do Rio de Janeiro. Sua presença no espaço estigmatizado dos morros cariocas, como será demonstrado, muitas vezes é confundida com a da polícia, ao passo que a falta de políticas públicas é percebida como ausência dele. Assim, será desenvolvida a ideia de que o que aparenta ser ausência da institucionalidade Estatal é, na verdade, o que ajuda a dar forma à sua maneira de agir nestes locais, seja pelo desrespeito aos direitos sociais mais básicos da população, seja pelas relações - oficiais ou oficiosas - de seus agentes com a sociedade.

Sendo o Brasil um país extremamente desigual, com sua nação forjada sobre a violência da escravidão que ajudou a produzir uma alta concentração de renda, o país tem a sua História marcada pela permanente presença dos chamados "excluídos da sociedade". De acordo com Millar (2018), o termo "exclusão social" foi importado da Europa na década de 1990 e faz referência não apenas aos excluídos do mercado de trabalho, mas também de processos políticos e culturais, e estabelece a ideia de que os pobres são "retirados" da sociedade. Curiosamente, dependendo dos parâmetros utilizados para definir quem são os excluídos, eles podem constituir uma maioria esmagadora. Portanto, antes de aprofundarmo-nos na análise sobre nossa sociedade, é interessante questionar o que chamamos de "exclusão social".

Uma metáfora interessante para a ideia de exclusão social pode ser encontrada no filme de ficção científica Elysium (2013), no qual uma distopia futurista desenha um planeta Terra com seus recursos naturais esgotados, onde a pobreza e a violência se alastraram e uma minoria de privilegiados chamados de cidadãos vive num satélite artificial que, assim como a lua, orbita a superfície terrestre. O satélite conta com toda a infra estrutura para garantir excelente qualidade de vida aos seus habitantes, que podem viver com todo conforto e, dentre diversas regalias, têm acesso a tecnologias avançadas para tratamentos de saúde

que não estão disponíveis no planeta. Vale destacar que o roteiro foi desenvolvido pelo cineasta sul-africano Neill Blomkamp, que tem sua obra marcada pelas profundas referências ao sistema racista de apartheid que imperou na África do Sul até 1994 e cujas sequelas ainda são observadas no presente.

Ao contrário da ficção construída por Blomkamp, as drásticas desigualdades observadas no Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro, não estão separadas por grandes distâncias ou fronteiras físicas. Muito pelo contrário, convivem com grande proximidade em espaços sociais compartilhados. A área mais nobre da capital fluminense, a Zona Sul, possui bairros com imóveis caríssimos vizinhos a favelas com graves problemas de infra estrutura, como falta de saneamento básico, de assistência social, de serviços médicos, etc. além de enfrentar permanentemente a violência e sofrer o estigma que esse espaço social carrega em si.

A convivência entre realidades tão distintas no mesmo espaço é demonstrada de forma original no documentário etnográfico Faixa de Areia (2006), que tem as praias do Rio de Janeiro como objeto de análise. Como se trata espaço público, de acesso gratuito e capaz de garantir sustento para alguns e lazer para outros, a faixa de areia da cidade acaba recebendo diversos segmentos da sociedade. Sem qualquer fronteira física que impeça a livre circulação, seria o local democrático de convivência entre pessoas que vivem realidades absolutamente distintas.

Apesar desse aparente fácil acesso aos cartões postais da cidade e do país, o que o documentário demonstra é que há diversas compartimentações que dividem socialmente a praia e fazem com que o uso do local de lazer e trabalho seja vivenciado de formas distintas por quem ali circula. Há os espaços frequentados pelas famílias da classe média ou da elite carioca, pelos favelados, pela comunidade LGBTQ+, pelos esportistas, "maconheiros", prostitutas, turistas etc.

Assim, as mesmas divisões que separam os diferentes segmentos sociais cariocas acabam se manifestando no espaço tido como mais democrático da cidade. Os entrevistados do documentário mencionam

incessantemente a "democracia" com a qual todos têm acesso às praias, mas ao mesmo tempo descrevem com precisão as fronteiras invisíveis que separam os diferentes grupos que frequentam o território comprimido entre os morros, as ruas da cidade e o oceano.

Os usos e compartimentações da faixa de areia da praia nos ajudam a entender como transcorrem as divisões sociais observadas no Rio de Janeiro. De maneiras muitas vezes implícitas e outras explícitas, esses espaços físicos e sociais são construídos e segmentados. O documentário demonstra, então, que as desigualdades cariocas não se constróem necessariamente a partir da separação, do distanciamento ou da interdição. Elas podem ser estabelecidas mediante a inclusão dos desiguais nos mesmos espaços e, muitas vezes, como veremos adiante, através de mecanismos que geram opressões que, de diferentes formas, operam com a inclusão dos oprimidos.

O paradoxo presente na ideia de tal "exclusão social" também pode ser observado quando se utiliza o termo "ressocialização", referido ao desejado processo de oferta de oportunidades de entrada no mercado de trabalho a egressos do sistema penitenciário. A ideia de que a pessoa que esteve presa precisa se ressocializar, traz consigo a noção de que o indivíduo esteve de alguma maneira "fora" da sociedade. Se neste caso existem os muros físicos da prisão que separam o preso do convívio permanente com o mundo extramuros, há também uma ideia embutida de que, por muitas vezes, sua "ausência" da sociedade dá-se desde antes do momento de prisão, na medida em que seu comportamento criminoso já o isolava ou o separava dos outros membros da sociedade. Assim, de forma curiosa, a cadeia que afasta o indivíduo do convívio social é vista como parte deste processo de ressocialização. Ou seja, as pessoas condenadas à prisão são separadas das outras com a perspectiva de que possam vir a se ressocializar. Não é demais lembrarmos que as prisões, presentes em todos os Estados ditos modernos, são parte constituinte das sociedades que as constróem.

O sistema penal é um dos produtos que, junto aos ideais liberais, difundiu-se pelo mundo pós revolução Francesa e, ao mesmo passo que cerceia a liberdade dos indivíduos, afirma o objetivo de ressocializá-los.

Aqui é preciso atentar para alguns pontos importantes a respeito da ideia de "ressocialização" aderida ao sistema de justiça penal.

O primeiro refere-se ao prefixo "re" que evidenciaria que o indivíduo já esteve socializado. Cabe questionar: o que o "separou" da sociedade? De certa maneira, os próprios muros dos presídios podem exercer tal função de segregação ou distanciamento. Contudo, não é comum observarmos o discurso de necessidade de ressocialização para condenados por "crimes de colarinho branco" (SUTHERLAND, 2016). A necessidade de tal ressocialização é portanto predominantemente atribuída aos criminosos "comuns" - aqueles que são oriundos dos estratos sociais tidos como "excluídos" - que teriam deixado de compor a sociedade ao adotarem um comportamento criminoso. Ou seja, os presos "comuns" demandam ressocialização ao passo que os de colarinho branco não. Portanto, não seria o ato criminoso que teria criado a necessidade de "reintegração" do indivíduo à sociedade e sim a sua origem social e formação.

A análise das trajetórias de vida percorridas pelos egressos do sistema penal consiste no segundo ponto a observar. Ou seja, vemos que a prisão cria estigmas e obstáculos das mais distintas naturezas que, de diversas formas, irão dificultar o seu ingresso no mercado de trabalho, bem como o acesso a seus direitos plenos. Desta maneira, mais uma vez, a ideia de inclusão pode coexistir com o sofrimento e a negação de direitos. E mesmo a noção de exclusão pode ser questionada, uma vez que, mesmo separando os indivíduos, as cadeias são parte constitutiva da sociedade.

Inclusão social e segurança pública:

Em entrevista dada em julho de 2019 ao jornalista Pedro Bial, o vice presidente da República, Hamilton Mourão, ao ser indagado sobre qual seria o programa do seu governo para o país, deu a seguinte resposta: "(...) Nós temos que recuperar a capacidade econômica do país de modo em que a gente entre num ciclo de desenvolvimento sustentável e que o conjunto da nação passe a ter emprego e renda. Para nós recuperarmos a capacidade econômica do Brasil, temos que agir em dois problemas estruturais da nossa economia. Um: o desequilíbrio fiscal onde o governo gasta muito mais do que arrecada e nós estamos endividados.

Então nós temos que romper essa lógica por meio da reforma da previdência, privatizar o que tiver que ser privatizado, diminuir o número de funcionários públicos, ou seja, diminuir o conjunto do Estado. E a agenda de produtividade é o famoso custo Brasil. Então aí entra a reforma tributária, concessões na área de infraestrutura, desburocratizar, desregulamentar. Então esse é o grande projeto do governo Bolsonaro. Paralelo, o outro foco principal é conseguir a questão da segurança pública. Daí ele ter escolhido o ministro Sérgio Moro para ministro da justiça e da segurança pública. E a segurança pública passa por quatro eixos: ela passa pela legislação; ela passa pelo sistema prisional; ela passa pelo sistema policial; e ela passa pela questão social porque se nós, nas nossas periferias, não resolvermos o problema de ter água, de ter esgoto tratado, de ter luz, de a pessoa ter casa com número, rua de modo que o carteiro chegue lá e entregue a carta, né? Que ele [o morador] construiu o barraco dele lá, que transformou numa casa, você dá o título de propriedade para ele para trazer ele para o capitalismo"

A resposta do vice presidente apresenta diversos elementos relevantes a respeito do olhar conservador brasileiro sobre exclusão social e segurança pública que conseguiu apelo popular suficiente para chegar à presidência da República. Primeiro, porque ele coloca a diminuição da estrutura de Estado que atende à maior parcela da população, como necessidade para crescimento econômico. No Brasil, de forma geral, são os mais pobres que necessitam de serviços prestados pelo quadro de funcionários públicos que o vice presidente almeja diminuir (profissionais de educação, de saúde, assistentes sociais, etc.)

Em seguida, atrás do crescimento econômico, a segurança pública é elencada como segundo elemento do projeto de nação do governo. Na visão dele, ela é composta por 4 eixos: os três primeiros voltados para a repressão - uma legislação mais firme capaz de tipificar atitudes criminosas e manter presas por mais tempo as pessoas condenadas, um sistema prisional cada vez mais abrangente e uma polícia mais truculenta que dê conta de levar mais indivíduos à justiça ou mesmo de agir por outros meios, como defende permanentemente o presidente da República - e, finalmente, a questão social.

Trata-se, portanto, de um projeto que visa a diminuir o que o vice presidente chama de "custo Brasil", que seriam os custos do capital com a força de trabalho brasileira. Para isso ele determina que retirar direitos dos trabalhadores através de reformas como a previdenciária seria algo necessário. Mourão ainda omite o fato de o endividamento (que nunca foi auditado) do Estado brasileiro ter sido gerado em sua maior parte pelo arrolamento da dívida pública, cujos juros são pagos com recursos da previdência. Desconsidera também que, em grande parte, a dívida foi gerada originalmente no período da ditadura militar que implementou o mesmo projeto econômico e de político que hoje ele defende e que o governo que ele integra adota. De forma resumida, trata-se um projeto que determina que os menos abastados trabalhem mais com menos direitos e gerando menos gastos aos empregadores.

Contudo, o mais interessante talvez seja o fato de que, depois de defender a diminuição dos mecanismos já escassos que poderiam ajudar os mais pobres a ter uma perspectiva de direitos sociais, ele finalmente elenque - em último lugar - a "questão social" nas periferias, indicando de forma implícita que seriam responsáveis pela violência a ser combatida. Portanto, trata-se de uma perspectiva de negar direitos sociais de maneira análoga ao processo descrito por Loïc Wacquant (1999) nos Estados Unidos da América e Europa, onde o neoliberalismo avança com o crescimento do Estado Penal em detrimento do Estado de bem estar social.

É importante ressaltar ainda que Mourão faz referência a um conjunto de direitos absolutamente elementares, por reconhecer a inexistência deles para uma parcela significativa da população brasileira que vive nos guetos e nas periferias do país. Ter acesso a água, esgoto tratado, luz e moradia são alguns dos mais básicos direitos assegurados pela Constituição brasileira e por diversos tratados internacionais dos quais o Estado Brasileiro é signatário. Assim, o vice presidente da República conclui que é através desses direitos que o indivíduo passará a estar incluído no capitalismo.

Se por um lado, é contraditório apontar para a democratização de direitos mínimos para pessoas que não têm recursos para obtê-los, ao mesmo tempo em que se clama por um Estado que deve diminuir suas abrangência e atribuições, por outro é importante ressaltar que o indivíduo braileiro que não tem esses direitos não vive nem nunca viveu em uma sociedade feudal, muito menos socialista. Portanto, não se trata de trazê-lo para o capitalismo, como afirma Mourão. O indivíduo que não tem água, esgoto tratado, energia elétrica e não pode sequer receber uma carta em casa, não só está incluído numa sociedade capitalista, como é produto dela. Assim como é a pessoas dessa camada da sociedade a quem o capitalismo recorre como mão de obra para continuar existindo.

O discurso do vice presidente nos ajuda a decifrar a noção de "exclusão social". A pessoa que já tem seus direitos básicos negados e deve ter cada vez menos direitos - como determinam as reformas da previdência e a trabalhista defendidas pela gestão da qual participa Hamilton Mourão - não vive num sistema político paralelo. Ela vive o capitalismo brasileiro, e, no discurso político do vice presidente e general, aparece como objeto de controle da "segurança pública". Ou seja, nem defesa de sua dignidade nem garantia de direitos mínimos - que devem ser diminuídos e que são mencionados depois da necessidade de leis, polícia e prisões mais rígidas - estão no estão no centro do discurso, pois só são mencionadas quando se fala na necessidade de a pessoa não adotar um comportamento violento.

Como se pode observar, a ideia de "inclusão social" pode ter em si elementos violentos, por não reconhecer as características da sociedade na qual as pessoas com seus direitos mais básicos negados estão inseridas. Passa a falsa idéia de que elas estariam ausentes de tal inclusão. Portanto não se trata de trazê-las para o capitalismo, como afirma o vice presidente, mas compreender que esse tipo de negação de direitos é parte constituinte deste sistema.

"Ausência" do Estado, presença da polícia, violência e exclusão social nas favelas:

Uma forma muito comum de se reportar a ausência de serviços públicos como creches, escolas, hospitais, etc. nas favelas é apontando para uma suposta ausência do Estado nelas. Em outras palavras, é muito comum dizer-se que o Estado não está presente nesses espaços da cidade onde costumam faltar serviços públicos voltados para garantir direitos básicos como, dentre outros, tratamentos de saúde, educação e saneamento. Esta noção de ausência de Estado nas favelas costuma ser associada a duas ideias comuns que aqui serão objeto de análise: a primeira é de que a suposta ausência do Estado nas favelas seria conseqüência da presença do comércio de drogas ilícitas que controlariam o território; a segunda é de que tal ausência seria a causa da "exclusão social" das pessoas que habitam nestes lugares, por elas supostamente não terem acesso aos bens que o Estado só conseguiria distribuir se estivesse presente nestes locais.

Um momento especial no qual a presença do Estado nas favelas foi amplamente debatida no Rio de Janeiro, ocorreu quando as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram implantadas na capital fluminense a partir do ano de 2008 (BARROS, 2014). A implementação das UPPs trouxe consigo a ideia de "retomada" dos espaços das favelas como consta no artigo da Folha de São Paulo intitulado "Para entender o processo de pacificação das favelas". Nele, afirma-se que: "A Retomada do território e a Estabilização (fases 1 e 2) são responsabilidades do Bope. A retomada, o nome já indica, consiste na entrada da polícia na favela. Pode parecer algo simples, mas esse sempre foi um dos principais entraves no combate ao tráfico de drogas. A polícia simplesmente não conseguia entrar em favelas como a Rocinha e o Complexo do Alemão." Ou seja, tem-se uma ideia de que o espaço que uma vez pertenceu ao Estado foi tomado por criminosos que atuam no comércio de drogas ilegais nas favelas e que as UPPs estariam recuperando estes espaços de volta para o Estado.

A noção de "retomada" do território pelo Estado através da Polícia é tão difundida, que pode ser encontrada em diversos outros artigos jornalísticos e científicos como, por exemplo, no artigo que diz "A onda das UPPs, ao que tudo indica, tem futuro. Ela se apresenta como uma luz no fim do túnel. De um modo geral os moradores das UPPs (SIC) instaladas no RJ as valoram positivamente. Isso significa a retomada de territórios perdidos pelo Estado." Aqui, nota-se de forma explícita a ideia de que o Estado retomou o espaço que havia perdido.

O artigo "A polícia à frente da retomada de favelas no Rio de Janeiro" (2012) fala sobre a policial militar que recebeu em Washington o prêmio internacional "Mulheres de Coragem" em 2012, e inicia afirmando que as UPPs "chegaram a dezenas de comunidades pobres do Rio de Janeiro, após décadas de domínio do narcotráfico". E continua com uma afirmação da jovem policial "Conseguimos transformar um lugar temido pela população e pelos turistas em um local que hoje pode ser visitado" em entrevista concedida "na parte mais alta do Morro da Providência onde, no final do século XIX, nasceu a primeira favela carioca, atualmente também retomada pela Polícia".

Na reportagem na revista Exame (2016) lê-se que "o foco das UPPs era formar uma geração de agentes capaz de reverter o distanciamento entre polícia e moradores — item essencial para a retomada do Estado em áreas dominadas pelo tráfico.".

As ideias de "ausência do Estado" e "retomada" através da ocupação policial do território tornam explícitas algumas noções a respeito do Estado brasileiro. Embora não se pretenda aqui pôr em dúvida a forma autoritária e violenta através da qual operam os membros das quadrilhas que atuam no comércio de drogas ilícitas, é importante questionar se tal violência - que conta recorrentemente com o uso de armas de fogo de grosso calibre e diversas formas de coerção - implica no controle dessas quadrilhas sobre as favelas nas quais atuam. A ideia de senso comum de que essas pessoas que administram o comércio varejista de drogas ilícitas substituem o "Estado democrático" nos territórios onde atuam, não é apenas encontrada nos jornais sensacionalistas, mas também no discurso de alguns cientistas sociais (ZAVERUCHA & OLIVEIRA, 2007) que apontam para a existência de um suposto "poder paralelo"

ou "Estado paralelo" ignorando características importantes do Estado brasileiro e como ele estrutura a sua presença nas favelas em coexistência e mesmo confluência com o comércio de drogas.

A afirmação de um dos gestores das UPPs sobre o processo de pacificação - "Com a paz não se justifica mais o mal funcionamento do Estado na favela" (RODRIGUES et al, 2012, p.77) - deixa evidente, não apenas a hipocrisia política presente no discurso dos que buscam culpar o comércio de drogas por toda a falta de infraestrutura e serviços nos locais mais pobres da cidade (escondendo a ineficiência do Estado em prestar tais serviços), mas também explicita a aceitação desta tese por parte da sociedade. Ou seja, para muitos não soa absurdo o fato de um gestor público culpar o comércio de drogas ilícitas pela falta de serviços que o Estado tem a obrigação de prestar, pois, aparentemente, seria a violência que impediria que escolas, creches, hospitais, etc. fossem construídos e funcionasse adequadamente nas favelas.

A noção de que os comerciantes de drogas possuiriam controle político sobre as favelas está associada à ideia de apropriação privada por eles dos locais onde atuam. É comum fazer-se referência à liderança do grupo que administra a venda de drogas numa determinada favela, como o "dono do morro". Esta categoria está presente no título do relatório feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (CANO, 2012) sobre os impactos das UPPs na sociedade: "Os Donos do Morro". Aqui os donos seriam essas pessoas ligadas ao comércio de drogas que estariam dando lugar a outros "donos" com a chegada da Polícia Pacificadora.

A ideia de que essas pessoas que atuam na venda de drogas controlariam o território onde o Estado não poderia agir pode ser contrastada com a noção de "cidade bazar" (RUGGIERO & SOUTH, 1977). Esta, desenha os grandes centros urbanos ocidentais como uma espécie de mercado oriental no qual ocorrem permanentes negociações e barganhas que, por muitas vezes, operam ultrapassando os limites das regulamentações convencionais. Ou seja, as trocas não necessariamente são reguladas pelas normas oficiais do Estado e as moralidades e legalidades são constantemente negociadas. Para Misse (2002), nos

países emergentes, estas negociações são organizadas de uma maneira peculiar na qual é recorrente o apelo à violência como ferramenta de controle político sobre as mercadorias e serviços. Mais especificamente, no Rio de Janeiro, o suborno de policiais ocorre como uma imposição feita pelos agentes do Estado que recebem para não usar a violência contra os grupos que operam mercados às margens da legalidade como clínicas de aborto, jogo do bicho, prostituição ou comércio de drogas.

Assim, o conceito de mercadoria política (MISSE, n.d.) é utilizado para designar o mercado informal no qual as trocas combinam não apenas a dimensão econômica, mas também política. Ou seja, o valor das mercadorias não é determinado apenas pela lei da oferta e da procura, mas por uma dimensão política que muitas vezes é operada pela violência. A avaliação estratégica do poder - a capacidade de se utilizar da violência para se impor a própria vontade - é um elemento fundamental para o cálculo das negociações monetárias. Portanto, a corrupção policial é um exemplo peculiar de mercadoria política, porque a mercadoria é produzida através da apropriação do poder do Estado pelo policial através da autoridade que lhe outorgado.

Esse tipo de negociação política pode ocorrer, por exemplo, quando um policial deixa de prender ou de executar um membro de uma quadrilha que atua no comércio de drogas ilícitas ou mesmo cobrar uma taxa permanente sobre a operação deste comércio. Se o policial tem grande liberdade para agir violentamente no Rio de Janeiro, ele tem também liberdade para não atuar desta forma, cobrando pela sua "benevolência". O fato de os comerciantes do varejo de substâncias ilícitas participarem deste tipo de negociação, não faz com que eles substituam o Estado (ou constituam um poder paralelo), mas sejam submissos aos seus agentes.

O uso de violência expropriada do monopólio Estatal, ou a ameaça de usá-la, é algo necessário para a existência da mercadoria política. Ou seja, se o policial não tiver a capacidade de ser violento contra o comércio de drogas proibidas, sua capacidade de cobrar fica reduzida. De acordo com Misse (n.d, p. 3): "É uma forma de o princípio do mercado desregulado 'invadir', por assim dizer, o princípio da soberania

do Estado." Portanto, o uso ilegal do poder do Estado feito pela polícia permite a atividade de uma rede de dominação ilegítima.

Como o comércio de algumas drogas não é permitido no Brasil, seus mercadores precisam desenvolver formas de conseguir proteção para operar. A polícia pode vender esta proteção usando sua própria capacidade de prejudicar este mercado ilícito, bem como seus operadores, negociando armas, apreensões de drogas, a liberdade dos comerciantes e mesmo suas vidas. Uma vez que os operadores deste mercado ilegal pagam para exercer suas atividades, cria-se a aparência de que são os "donos" do território onde agem.

Admitindo-se que a sociedade não se resume ao Estado e a autoridade dele não se resume à atuação direta e permanente sobre as pessoas, percebe-se então que ele nunca esteve ausente das favelas. Assim, uma forma de estar presente é através das negociações políticas e econômicas legítimas e ilegítimas empreendidas por seus agentes.

É importante destacar que, embora nem todos os policiais participem diretamente destas negociações, há inúmeros e expressivos relatos (alguns serão apresentados mais adiante) sobre a importância da participação das forças policiais com papel central no comércio de drogas ilícitas no Rio de Janeiro. Também é necessário ressaltar que a corrupção policial é apenas a mais visível nas negociações de mercadorias políticas. É como a ponta de um iceberg pois, embora tais negociações envolvam diversos outros agentes do Estado, o policial é quem costuma interagir diretamente com os comerciantes do mercado varejista de drogas no Rio de Janeiro.

As negociações de mercadorias políticas no Rio de Janeiro estão conectadas à noção de desigualdade social. Esta desigualdade segrega a sociedade em camadas, legitima tratamentos desiguais entre os indivíduos - como é o caso da frase "Você sabe com quem está falando?" (DaMATTA, 1979) tão comumente utilizada no Brasil para acionar tratamento desigual através de relações privadas. Legitima também desigualdades presentes na lei - como as prisões especiais e o foro privilegiado. Assim, as favelas tornam-se locais privilegiados para

as negociações ilegais e do controle do Estado sobre o comércio de drogas, pois os favelados sofrem diversos tipos de estigmas. São muitas vezes desprovidos de relações pessoais que lhes garantam tratamento privilegiado por parte da polícia, estando constantemente vulneráveis ao arbítrio de seus agentes. Este processo que de criminalização das favelas (BARROS, 2014)) ocorre através de uma atuação extremamente violenta das forças policiais nestes territórios e também do "privilégio" com o qual os favelados são tratados pelo sistema de justiça criminal.

Não se pretende aqui afirmar que a truculência e a arbitrariedade policial só ocorrem nas favelas, mas sim que o estigma atribuído a estes lugares legitima e, ao mesmo tempo, explicita uma desigualdade de tratamento por parte do Estado para com esse território. Tal estigma permite, por exemplo, compreender o porquê de o uso dos veículos blindados da polícia apelidados de "caveirões" ser socialmente aceitável nas favelas, ao mesmo tempo que sua utilização é praticamente inimaginável fora delas.

Agentes do Estado e Favela:

Misse (n.d.) faz uma observação extremamente relevante quando demonstra que os agentes do Estado não são meramente comprados ou controlados pelo comércio de drogas ilícitas. Eles impõem as suas condições aos operadores deste mercado na medida em que a demanda por repressão ao "tráfico de drogas" aumenta a legitimidade para a polícia atuar violentamente e, consequentemente, aumenta a sua capacidade de negociar com aqueles que atuam no mercado de drogas ilícitas.

Pires (2010) explica através de pesquisa empírica que o arrego (o dinheiro recebido por agentes do Estado para não utilizarem o seu poder coercitivo) não é estipulado através de uma negociação voluntária, mas determinado em uma relação assimétrica de poder entre agentes do Estado e operadores de mercados ilegais. Ou seja, o arrego é algo imposto pelo policial investido da autoridade e da força que o Estado lhe concede.

Um elemento que ajuda a explicar como essa relação entre as pessoas que atuam no comércio varejista de drogas e a polícia, é a própria estrutura deste mercado que opera de forma peculiar no Rio de Janeiro através das chamadas bocas de fumo. Ao contrário do que ocorre em diversos centros urbanos do mundo, no Rio o comércio de drogas ilícitas não costuma ocorrer através da oferta aleatória dos narcóticos pelas ruas das cidade. Ele é operado a partir das bocas, que que ficam em locais comumente conhecidos pelos moradores das favelas, pelos compradores e pela polícia. Esta configuração do mercado pode ser explicada pela atuação da polícia que cria a necessidade de "compra" do direito de operar tais mercados. Como o Estado praticamente garante não apenas a superioridade física e material, mas todas as condições jurídicas para que a polícia tenha a capacidade de matar livremente - o que torna a polícia do estado do Rio de Janeiro a mais letal do mundo ocidental (MISSE, GRILLO, TEIXEIRA & NERI, 2013) - este mesmo poder garante à polícia a liberdade de não matar e de "vender" aos operadores do negócio de drogas nas favelas o "direito de permanecerem vivos", o que cria uma mercadoria política extremamente valiosa.

A ideia de que o comércio de drogas ilícitas paga voluntariamente a polícia apenas para evitar problemas perde força quando o conceito de mercadoria política é utilizado porque o arrego não é apenas uma despesa para facilitar os negócios e reduzir riscos. Ao invés disso, ele é imposto pelos agentes do Estado como necessário para permitir a continuidade das atividades no local. Como a força de trabalho para atuar no comércio de drogas é abundante, a polícia pode aumentar o valor da sua mercadoria política através do aumento de sua letalidade. O valor desta mercadoria não é determinado apenas pela sua oferta, mas principalmente pela sua dimensão política - capacidade de imposição de poder - que é medida pela capacidade de uso da força. Resumidamente: se a polícia pode matar mais, ela pode cobrar mais para não matar.

Os índices de letalidade da polícia fluminense demonstram que o aumento do número de pessoas mortas por policiais não representou uma diminuição do comércio de drogas ilícitas nem implicou na

diminuição de índices de criminalidade violenta. Se assim fosse, esses exorbitantes números indicariam que o estado do Rio de Janeiro é um dos lugares com menor comércio de drogas ilícitas e mais seguro do planeta. O gráfico abaixo (dados oficiais do Instituto de Segurança Pública) apresenta, em números, as mortes em decorrência produzidas pela polícia do estado do Rio de Janeiro (Polícia Civil e Polícia Militar), que não encontram paralelo em nenhuma outra democracia do planeta.

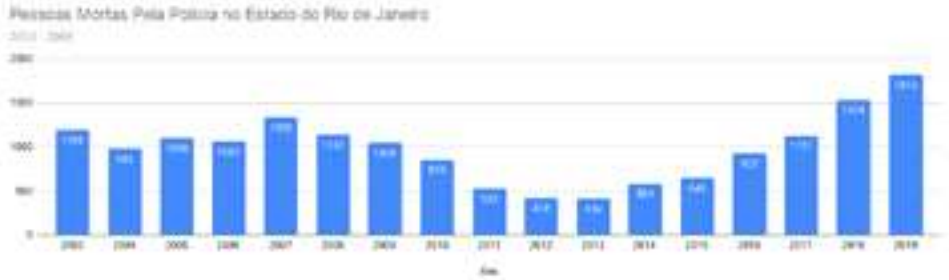


Gráfico 1
Fonte: Instituto de Segurança Pública

Portanto, o controle do Estado sobre as favelas não requer necessariamente a permanência física de seus agentes no local. Se nas favelas que não contam com a presença de UPPs a polícia atua realizando incursões, isso não quer dizer que o Estado entre na favela quando a polícia chega ao local e se ausente de lá quando os policiais saem da comunidade. Assim como a falta de estrutura urbana e garantia de direitos básicos que é permanentemente observada nas favelas não signifique que "falta Estado" ou que ele não esteja presente nestes locais. A falta de oferta de serviços de educação, saúde, pavimentação, saneamento e outros direitos civis e humanos é uma característica importante que dá a forma da presença do Estado nestes locais.

A presença do Estado nas Favelas:

A noção do Estado como uma espécie de "provedor" de cidadania é perceptível em algumas análises sociológicas sobre a ação das UPPs (World Bank, 2012, Outubro, p.12): "Essa pacificação tinha como meta transferir o controle das favelas das gangues de traficantes e milícias para o Estado brasileiro – literalmente de um dia para o outro – e proporcionar aos moradores o mesmo tipo de direitos de cidadania de que goza o resto da cidade." Entender que os direitos sociais são tidos como benefícios garantidos pelo Estado, ao invés de conquistas coletivas, cria a ilusão de que a polícia pode ser uma instituição capaz de prover cidadania. Esta percepção não é singular e isolada, uma vez que é frequente encontrá-la na mídia como é o caso da reportagem que traz a manchete UPP do Chapéu Mangueira e Babilônia, no Rio, resgata cidadania. Também pode-se encontrá-la em diversos textos acadêmicos, como por exemplo: "A implementação das UPPs, além de converter o comandante da UPP em importante mediador ("solucionador de problemas") e garantir o funcionamento da UPP Social (que só é possível por conta da instalação das UPPs visto que associa a atuação precária do Poder Público fundamentalmente ao controle anteriormente exercido pelas facções criminosas), também facilita o acesso de outras organizações não governamentais a essas favelas." (RODRIGUES, A., et al., 2012, p. 77).

A passagem acima também demonstra uma percepção de que as UPPs viabilizam a efetiva ação do poder público nas favelas. Isso torna explícita a equivalência à brasileira entre poder público e Estado, pois ambos são comumente entendidos como sinônimos no Brasil. A partir da premissa dessa equivalência entre poder público e Estado, quando a polícia permanece na favela, entende-se que o Estado se mantém no local onde antes estava ausente e só "entrava" esporadicamente, com as incursões policiais. Esta idéia ficou simbolicamente expressa com a fotografia que estampou as primeiras páginas de diversos jornais, mostrando o hasteamento das bandeiras do Brasil e da Polícia Civil na favela, na ocasião da operação policial que precedeu a implementação da UPP no Complexo do Alemão, em novembro de 2009.



Essa mega operação policial, que pode ser definida como cinematográfica, foi aclamada pela mídia e lançou mão de dois mil e seiscentos homens do Exército Brasileiro e das polícias Civil, Militar e Federal, além de tanques de guerra da Marinha do Brasil (OLIVEIRA, 2010). O consenso jornalístico sobre a incursão a reportou como um evento histórico da retomada do território pelo Estado brasileiro. Era possível ler por toda parte passagens como "A retomada do Complexo do Alemão pelas forças de segurança aconteceu no fim de novembro de 2010 e representa um marco para a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro." (GRIESINGER, 2014, jul 16). "A retomada do Complexo do Alemão neste domingo (28) foi a maior ofensiva contra o tráfico de drogas no Rio de Janeiro." Mesmo o então presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, falou sobre a suposta falta de controle do Estado sobre o território: "Eu acho que a operação está sendo um sucesso. Obviamente que ela não terminou, ela apenas começou. (...) De qualquer forma, nós demos o primeiro passo: entramos dentro (SIC) do Complexo do Alemão". Um livro intitulado A Retomada do Complexo do Alemão escrito por Grecco, Monteiro & Bettini em 2013 teve a operação de 2010 como objeto de análise.

Todas as congratulações da mídia para a "retomada" do território "marginalizado" realizada pelo Estado que finalmente permitiria que o poder público beneficiasse o local antes controlado pelo "tráfico de drogas", fez passar despercebido um fato importante: o local escolhido para o teatral hasteamento das bandeiras, o teleférico do Complexo do Alemão, foi construído pelo mesmo Estado que aparentemente era incapaz de entrar na favela.

Posteriormente, a prisão de cerca de trinta policiais que participaram da operação de "retomada" do território chocou o ufanismo que impregnara a narrativa a seu respeito. Descobriu-se que drogas e armas apreendidas na ocasião das incursões policiais (que curiosamente encontraram pouca ou nenhuma resistência dos operadores do comércio de drogas) estavam sendo vendidas de volta para os "criminosos". Escutas telefônicas autorizadas pela Justiça registraram diálogos de

policiais acusados de vender drogas e armas e vazar informações sobre as operações policiais. Até mesmo o chefe da Polícia Civil - assim como o chefe que o precedeu, que teve suas ligações com atividades criminosas descobertas - foi acusado de envolvimento com o esquema de revenda de drogas apreendidas descoberto pela Polícia Federal. Numa tarde de domingo, dois dias depois da operação que prendeu os policiais acusados de envolvimento com tráfico de drogas no Complexo do Alemão, o chefe da Polícia Civil acusado de corrupção ordenou o lacramento da delegacia que auxiliara a PF a investigar policiais envolvidos com o tráfico de drogas. Ele afirmou ter recebido em seu apartamento uma carta anônima denunciando irregularidades na delegacia que o investigava . Desta forma, através do documento de origem misteriosa, contra atacou a própria investigação policial sem qualquer elemento substancial que justificasse tal ação. Esta disputa dentro da própria polícia (que foi reportada como uma represália às investigações contra a corrupção policial) lança luz sobre as relações econômicas entre o comércio de drogas e agentes que, negociando mercadorias políticas, ajudam a moldar a presença do Estado nas favelas.

Assim, fica evidente que o comércio de mercadorias políticas permite o controle dos territórios sem a necessidade de presença permanente nos locais. Como essas relações entre polícia e redes que operam ilegalmente não apresentam características de excepcionalidade, é possível afirmar que são uma parte significante da interação entre Estado e sociedade que caracteriza e estrutura o comércio de drogas nas favelas.

Portanto, uma análise mais cuidadosa sobre essas relações entre Estado ew sociedade, faz cair por terra a ideia de que as favelas são espaços sociais abandonados por Ele. Ela explicita que há uma forma específica de o Estado agir e controlar estes territórios, muitas vezes através do uso da força imposta por seus agentes a membros dessas comunidades. Esta conclusão nos permite desafiar a ideia de "exclusão" de tais locais e daqueles que ali habitam. Mesmo que os operadores do comércio de substâncias ilegais atuem de forma violenta nesses territórios, há uma submissão dos mesmos a uma estrutura de poder submetida à força o Estado. Desta forma, a ideia de exclusão social

dificulta a compreensão de que a ausência de políticas e equipamentos públicos capazes de reduzir as desigualdades sociais não implica numa espécie de "retirada da sociedade" das pessoas que têm seus direitos reincidentemente negados. Tanto a falta de escolas, hospitais e infraestrutura de maneira geral, quanto a forma violenta de a polícia agir nas favelas - permanecendo no território através de programas como UPPs ou realizando incursões esporádicas - são o que caracteriza a maneira de essa sociedade, profundamente marcada pela desigualdade e pelo racismo estrutural, lidar com as pessoas que vivem nos morros da cidade. Portanto não se trata de incluí-las, mas sim de compreender a fundo e questionar o tipo de sociedade na qual vivemos.

Bibliografia

Barros, F. R. (2014).
UPPs and the "criminalization" of favelas. A Challenge to the Comprehension of the Notion of "Public Space" in Brazil. Thesis submitted to the Faculty of Graduate and Postdoctoral Studies. Department of Criminology. Faculty of Social Sciences, University of Ottawa.

Barros, R. P. de, Henriques, R., & Mendonça, R. (2000).
Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15(42), 123-142. https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009

Cano, I. (Coord). (2012, May).
"Os donos do morro: Uma Avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ). Disponível em: http://riorealblog.files.wordpress.com/2012/07/relatc3b3riofinalcaf13.pdf.

DaMatta, R. (1979).
Você sabe com quem está falando? In: _____. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Elysium (2013).
Direção: Neill Blomkamp. Culver City, Califórnia: Media Rights Capital QED International; Kinberg's Genre; Alphacore (109min). Color. 35mm.

Faixa de areia (2007).
Direção: Daniela Kallmann, Flávia Lins e Silva. Brasil. (95 min). Color.

Grecco, R. , Monteiro, A. & Bettini, E.M. (2013).
A Retomada do Complexo do Alemão. Niterói, Brasil: Impetus.

Griesinger, D. (2014, July 16).
Policiais fazem operação de cerco e varredura no Complexo do Alemão. Agência Brasil. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-07/policiais-fazem-operacao-de-cerco-e-varredura-no-complexo-do-alemao.

Millar, K.M. (2018).
Reclaiming the discarded: life and labor on Rio's garbage dump. Durham: Duke University Press.

Misse, M. (n.d.).
Mercadorias Políticas: para uma abordagem analítica. Disponível em: http://www.proppi.uff.br/ineac/curso/nufep/artigos/docente/6/01.pdf

Misse, M. (2002).
O Rio como bazar: A Conversão da ilegalidade em mercadoria política. Revista Insight Inteligência. 3(5), 12-16. Disponível em: http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/2oriocomoumbazar.pdf

Misse, M., Grillo, C. C., Teixeira, C.P. & Neri, N.E. (2013)
Quando a polícia mata: Homicídios por "Autos de Resistência" no Rio de Janeiro (2001 - 2011). Rio de Janeiro, Brasil: Booklink.

Oliveira, E. (2010, November 29).
Dilma antecipa encontro com o governador Sérgio Cabral, e Lula elogia operação da polícia no Rio. O Globo. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/dilma-antecipa-encontro-com-governador-sergio-cabral-lula-elogia-operacao-da-policia-no-rio-2918183#ixzz38OPNxGet

Pires, L. (2010)
Arreglar não é pedir arrego. Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Niterói, Brasil: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: http://www.uff.br/ppga/wp-content/uploads/2013/06/ARREGLAR-N%C3%83O-%C3%89-PEDIR-ARREGO_Lenin-dos-Santos-Pires.pdf

Ramos, T.N.P.P.
Vim buscar sua alma. A governamentalidade da política Caveirão. Niterói: UFF, Programa de Pós graduação em Sociologia e Direito. (Dissertação de Mestrado)

Rodrigues, A., Casanova, C., Siqueira, R., Mendonça, T. & Guariento, S. (2012).
Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs. Unidades de Polícia Pacificadora. Debates e Reflexõtes. Comunicações do ISER. 31(67), 53-77. Disponível em: http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/Comunicaçoes-do-Iser-UPP-n.67-2012.pdf

Setti, R. (2010, December 15).
O Brasil precisa exigir do Paraguai que colabore contra o crime. Revista Veja. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/o-brasil-precisa-exigir-do-paraguai-que-colabore-contra-o-crime/

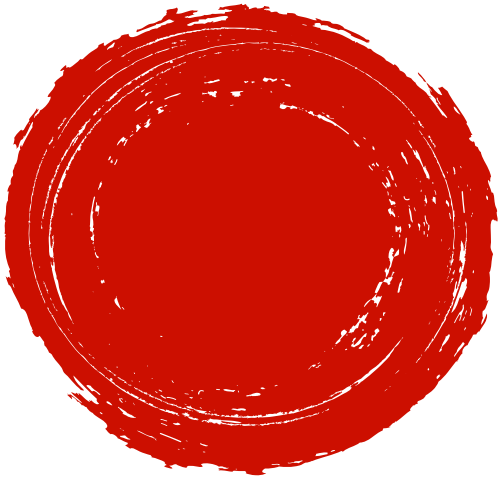
Sutherland, E.H. (2016)
Crime do colarinho branco. Rio de Janeiro: Revan.

Wacquant, L. (1999).
As prisões da miséria. Paris: Raisons d'Agir.

World Bank. (2012, October).
Bringing the state back into the favelas of Rio de Janeiro: Understanding changes in community life after the UPP pacification process. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/03/15/000333037_20130315115010/Rendered/PDF/760110ESW0P12300Rio0de0Janeiro02013.pdf

Zaccone Filho, O. (2007).
Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro, Brasil: Revan.

Zaverucha, J. & Oliveira, A. (2007, January 16).
As milícias e a falta de Estado. Folha de São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1601200709.htm



O Jornal Boca de Rua como espaço de mobilização política de pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre/RS

Caroline Silveira Sarmento

Colaboradora-militante no Jornal Boca de Rua.
Mestra e doutoranda em Antropologia Social na UFRGS.

caroline.sarmento@gmail.com

Luiza Maia Fagundes

Colaboradora-militante no Jornal Boca de Rua.
Arquiteta e Urbanista.
Residente da Residência AU+E/UFBA: Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade.

maialluiza@gmail.com

Talita Fernandes

Colaboradora-militante no Jornal Boca de Rua.
Mestra e doutoranda em Geografia na UFRGS.

talitageografias@gmail.com

Resumo

O Jornal Boca de Rua surgiu no ano de 2000 na cidade de Porto Alegre como um veículo de comunicação alternativa elaborado por pessoas em situação de rua. Primeiro no mundo neste formato, completa 20 anos e se constitui como um espaço de luta por justiça, reivindicação de direitos e denúncia de violações, além de expor aquilo que a sociedade não quer ver. "Enquanto você dormia, muita coisa acontecia", frase do já falecido integrante do Boca, José Ramires, se tornou um dos lemas do Jornal que tem como objetivo mostrar a cidade tal como ela é: com problemas e qualidades não só para aqueles que vivem sob um teto e com boas condições, mas principalmente para os pobres, negros, moradores de rua. A partir de materiais escritos anteriormente e edições passadas do Jornal, e levantamento bibliográfico, pretende-se com este artigo apresentar o Jornal, seus repórteres e como a atuação nesse veículo de comunicação tem efeitos no exercício da cidadania das pessoas em situação de rua em Porto Alegre.

Palavras-chave: Jornal Boca de Rua; Cidadania; População de rua; Inclusão; Mobilização Politica de pessoas em situação de rua; Necropolitica.

Introdução

Leandro o mais antigo do boca. Entrou com 19 anos e estava com 36. Ele era um mentor, tinha ideias e atitudes, ele incentivava o pessoal. Ele ensinava a vender o jornal. [...] era muito honesto e amigo. Não deixou nenhuma lembrança ruim. Sempre foi parceiro, sempre dividia o pão, ajudava os irmãos da rua. [...] foi morto pelo sistema. Quando foi preso por burocracia da justiça, deixaram de dar a medicação do HIV. Meses depois, quando apareceu doente numa reunião do boca, depois de dias sem comer, o grupo se mobilizou para levar ele para o hospital. Mas ele demorou uma semana para ser internado, passando pelo Hospital Conceição, o Santa Marta, o Posto de Saúde Modelo, o Postão da Cruzeiro e, finalmente, o Vila Nova, onde faleceu, no dia 28 de agosto. Não fizeram os exames necessários e, duas vezes, deram apenas um soro e mandaram ele de volta "pra casa". Baixou o hospital com complicações gastrointestinais, mas no seu atestado de óbito está escrito: "insuficiência respiratória, síndrome da imunodeficiência, infecção pelo vírus da imunodeficiência humana. Tipo de morte: natural". Parece natural para vocês? Para nós parece um crime perfeito.
(JORNAL BOCA DE RUA, 2020)

Criado em 2001 pelas jornalistas Rosina Duarte e Clarinha Glock, o Jornal Boca de Rua é elaborado e comercializado por pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre/RS, na região Sul do Brasil. Todo o processo de construção do Jornal, desde os textos, entrevistas, fotos e ilustrações, é elaborado pelas pessoas que fazem ou que já fizeram da rua sua moradia - estas últimas consideradas como pessoas com trajetória de rua. Semanalmente, há mais de 20 anos, uma equipe com cerca de 40 integrantes/repórteres se reúne na capital gaúcha para debater não apenas as questões próprias da população de rua, mas também a cidade e a sociedade como um todo a partir de sua perspectiva.

Vale ressaltar que, neste texto, quando utilizamos a nomenclatura integrantes ou repórteres, estamos nos referindo aos integrantes do grupo que são moradores de rua ou possuem trajetória de rua, respeitando a nomenclatura que se utiliza no grupo. Das sugestões de pauta até a venda direta ao leitor nos logradouros, sinaleiras e praças, tudo é decidido pelos "moradores de rua", como em sua maioria eles se intitulam.

O Boca - como é carinhosamente chamado - é um dos projetos da ONG ALICE (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação) e sua estreia enquanto veículo de comunicação foi no 1º Fórum Social Mundial (2001) em Porto Alegre, naquele tempo simultaneamente tão distante e tão próximo em que acalentávamos sonhos de que um outro mundo era possível. Entre milhares de pessoas vindas de dezenas de países, os repórteres do Boca vendiam seus jornais, cujo dinheiro arrecadado é, desde então, revertido integralmente para cada um deles, constituindo uma fonte alternativa de renda. Assim, o Boca de Rua funciona como trabalho, veículo que denuncia as mais diferentes problemáticas e violações e também como um espaço que mantém viva a memória daqueles que já se foram, como forma de afeto e ato político, como é o caso de Leandro, que apresentamos na epígrafe.

Um dos mais antigos integrantes do Jornal, Leandro era muito carismático, combativo e inteligente. "Força na peruca!" era seu lema, que repetia sempre a cada percalço que enfrentava(mos), como um sopro de otimismo e esperança. Características marcantes do homem de expressivos olhos verdes que, aos 36 anos de idade, sucumbiu após ser negligenciado por um sistema precarizado que permitiu passagem por quatro serviços de saúde que o enviaram "de volta pra casa" com tratamentos ineficazes e sem um diagnóstico adequado de sua situação.

Uma análise apressada poderia colocar sua morte na conta da pandemia da Covid-19, pois, mesmo tendo obtido resultado negativo no teste, os atendimentos aquém do necessário poderiam talvez serem entendidos como reflexo da sobrecarga das equipes de saúde. Entretanto, como veremos na seção Do luto à luta, neste texto, o que

aconteceu com Leandro não foi uma exceção, se trata do cotidiano das pessoas em situação de rua. As desigualdades de condições de vida, as vulnerabilidades e a situação de precariedade social e política são históricas e permanecem no tempo para esta população (SCHUCH; FURTADO; SARMENTO, 2021, no prelo). A produção de populações vulneráveis e o seu extermínio são herança de uma violência colonial que nunca cessou (LEMÕES, 2017).

Leandro fazia tratamento para o HIV há muitos anos, contudo, durante os meses em que permaneceu preso não lhe foi garantido o direito de seguir tomando a medicação. Fragilizado, ao deixar o cárcere, não conseguia se alimentar e adquirir forças sequer para atividades básicas como o trabalho. A urgência sanitária provocada pela Covid-19 foi mais uma dificuldade em sua vida - poucos dos nossos colegas do Boca de Rua conseguiram acessar o Auxílio Emergencial do Governo Federal, em que pese serem público-alvo pela vulnerabilidade econômica.

Mais expostos ao vírus (da Covid-19 e/ou do HIV) e, assim, à morte, aqueles que vivem nas ruas se tornam uma população produzida como sacrificável (FERNANDES, 2020), visto que em pleno ano de 2020 continuam morrendo de causas evitáveis, como em decorrência da AIDS. A indignação que tomou conta do Boca não foi apenas pela morte precoce de uma doença incurável, mas "também e acima de tudo o acúmulo de violência social que tornou sua existência o que é. A AIDS está tirando sua vida, mas que vida tem sido? Seu protesto não é contra um destino biológico, mas contra um fato político" (FASSIN, 2007, p. 24, tradução nossa). Esse fato político que produz corpos matáveis é diuturnamente denunciado no Boca de Rua.

Consequência evidente do sistema capitalista e racista em que vivemos, as pessoas que vivem nas ruas são consideradas um problema, que como tal deve ser resolvido - enfrentado, combatido, eliminado - como muito bem pontuou o rapper MV Bill na canção Soldado do Morro: "A sociedade me criou, agora manda me matar". São vidas matáveis: sejam mortes como

as de Leandro ou mortes sociais, que jogam grupos vulneráveis cada vez mais para a margem, onde faltam direitos básicos como moradia, trabalho, educação, saúde. Essas formas desiguais de estruturação da vida de certas populações (SCHUCH; FURTADO; SARMENTO, 2021, no prelo) são continuamente denunciadas pelo Boca de Rua.

Todavia, o Jornal vai além do ressentimento, ele transforma luto em luta e faz uso disso com o objetivo de visibilizar práticas negligentes que produzem mortes como as de Leandro, que estampou a capa da edição nº 76 de 2020. Em articulação com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/RS), o Boca também faz propostas coletivas de mudanças sociais e as encaminha para quem tem poder decisório: "O fato de terem a oportunidade de se expressar sem intermediários externos os torna parte integrante de uma sociedade que os excluiu, colocando-os como sujeitos da sua história" (JORNAL BOCA DE RUA, 2017, p. 201). São 20 anos inovando e criando suas próprias histórias, novas narrativas possíveis construídas desde a rua como um lugar potente de comunicação, de análise social, de política, de vivência, de mobilização e luta por direitos.

Se na virada do século, quando o Boca surgiu, o vocabulário que frequentemente os definia era formado por nomenclaturas como "vagabundos", "drogados", "ex-presidiários", "aidéticos", com o decorrer do tempo, passaram a trabalhadores e cidadãos participantes de um grupo organizado (JORNAL BOCA DE RUA, 2017, p. 200). Pioneiro em sua configuração, na qual os moradores de rua protagonizam as diferentes etapas de construção do Jornal, o Boca de Rua é membro da Rede Internacional de Publicações de Rua (International Network of Street Papers – INSP), entidade com sede na Escócia, que reúne jornais e revistas vendidos por populações em situação de risco em 40 países.

Na INSP ele é o único produzido pelos próprios vendedores. Tal ineditismo marca a atuação do Boca e costuma chamar atenção nas palestras que o grupo é frequentemente convidado a proferir em universidades, escolas, eventos, etc. A forma como o Jornal nasceu e como se mantém até os dias de hoje, sendo um veículo reconhecido por sua importância em "mostrar aquilo que a sociedade não quer ver" - um

dos lemas do Boca - demonstra uma poderosa capacidade de resistência e a grandiosidade do papel de comunicação que cumpre com excelência.

Nesse lócus que promove comunicação alternativa a partir de uma população vulnerabilizada, participamos, as três autoras do presente texto, como colaboradoras. Essa é a denominação que recebem(os) pela atuação no Boca aqueles que não estão/estiveram em situação de rua e que procuram o Jornal por diferentes motivos, dentre eles: leitores que se interessam e buscam conhecê-lo melhor, jornalistas e/ou estudantes de Jornalismo com intuito de elaborar alguma matéria, estagiários de Psicologia e universitários participantes de projetos de pesquisa e/ou extensão ou com objetivo de realizar algum trabalho acadêmico.

Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), este último foi o nosso caso. Luiza Maia ingressou no Boca no começo do ano de 2015 pela atuação no Programa Universidade na Rua, quando era estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo; Caroline Sarmento entrou alguns meses depois, a partir de um Projeto de Extensão do curso de Antropologia, enquanto estudante de Ciências Sociais; Talita Fernandes iniciou no Boca no ano de 2018 devido ao seu interesse de pesquisa, quando estava concluindo mestrado em Geografia e pensando seu projeto de doutorado na mesma área.

É deste lugar que falamos: o de colaboradoras-militantes, como costumamos nos denominar. Empenhadas no trabalho cotidiano do Jornal, aliado à luta ativista pelos direitos da população de rua, realizamos também pesquisa engajada na academia. Conectadas a partir de anos de atuação no Boca, inauguramos neste artigo mais uma tarefa coletiva: escrever juntas a respeito de como o Boca, enquanto espaço singular de comunicação alternativa ao sul do Brasil, se constitui como terreno fértil para a mobilização política e, consequentemente, para o exercício da cidadania.

O presente texto está assim dividido: após esta introdução apresentamos a seção intitulada Do luto à luta, na qual mostramos temas que foram discutidos em edições históricas do Jornal e que tiveram

grande repercussão e/ou mobilizaram lutas políticas. Dado o fato de que estamos vivenciando o segundo ano da pandemia de Covid-19, iniciamos discutindo a questão da necropolítica e suas formas de operar sobre a população em situação de rua.

Tal política de morte, que se faz presente estruturalmente nas condições de existência dessa população, encontra nessa pandemia mais uma ferramenta a ser utilizada para o extermínio dos corpos indesejados (CASSAL, FERNANDES, 2020). Essa seção dá seguimento à discussão iniciada com o caso do Leandro, apresentado acima, e apresenta outras discussões e mobilizações políticas que ilustram a ação do Estado enquanto agente ativo na morte das pessoas em situação de rua e a força de mobilização do Boca frente a essas situações.

Nas considerações finais, cujo subtítulo é De cidadanias mutiladas à luta por direitos, realizamos uma breve discussão da questão da cidadania, sobretudo na situação de rua. Escrevemos a respeito de como os casos apresentados no tópico anterior demonstram, simultaneamente, as maneiras pelas quais as pessoas em situação de rua são impedidas de viver plenamente seus direitos, ao passo que utilizam o Jornal Boca de Rua como uma ferramenta de denúncia dessa realidade e de reivindicação desses direitos.

As discussões aqui apresentadas foram construídas a partir de nossa atuação enquanto colaboradoras no Jornal, bem como de levantamento bibliográfico de edições passadas do Boca e também de aporte teórico acadêmico - este último servindo como um apoio para nossas elaborações. Nesse sentido, esse texto se configura como uma construção que parte do interior da experiência de construção do jornal, que não é protagonizada por nós, mas da qual fazemos parte, como colaboradoras-militantes, acadêmicas imersas na experiência de luta e aprendizagem com o grupo.



Figura 1 - Boca de Rua edição nº 76
Fonte: Jornal Boca de Rua



Figura 2 - Boca de Rua edição nº 75
Fonte: Jornal Boca de Rua

Do luto à luta

Ao longo de mais de 20 anos de história, o Boca tem acompanhado seus integrantes em diferentes momentos da vida. Quando se trata da morte de algum integrante, independente do motivo, não é diferente. Nesta seção abordaremos diferentes momentos em que o Jornal se viu na condição de ter que elaborar um luto coletivo como forma de resistência às violências contra seus membros. Na resistência, o que se fortalece é a luta, que mostra que seus integrantes não estão dispostos a silenciar diante das injustiças.

Luto: necropolítica e situação de rua

Ainda que tenham surgido novas informações e formas de enfrentamento à Covid-19 no decorrer da pandemia, desde o início se mantiveram algumas das orientações a respeito de como evitar o contágio, entre elas "fique em casa!" e "lave as mãos". Sabemos que a pandemia tornou ainda mais visíveis as desigualdades, mas quando voltamos o olhar às pessoas em situação de rua, percebemos com mais nitidez a ausência de políticas públicas voltadas à população em questão. Como orientar que fiquem em casa e lavem as mãos com frequência aqueles que sequer têm um teto para se abrigar? A dificuldade de acesso aos equipamentos de acolhida (abrigos, albergues), ausência de banheiros públicos e o difícil acesso à saúde faz com que essa população esteja ainda mais exposta ao vírus, e, se contaminada, a dificuldade de acesso a tratamentos e aos equipamentos de saúde é imensa. A pandemia e a impossibilidade de seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde sobrepõem ainda mais uma camada à dificuldade de sobrevivência dessa população.

Com a ausência de políticas e recursos para evitar o contágio pela Covid-19, o Estado dita quem deve morrer ou viver, executa ações de necropolítica (MBEMBE, 2016), fazendo essa população morrer. Sendo assim, o Estado torna-se responsável pelas vidas expostas e ceifadas pelo vírus.

"Foucault afirma claramente que o direito soberano de matar (droit de glaive) e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos; de fato, eles podem ser vistos como elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade" (MBEMBE, 2017, p. 128).

Ao revés dessas formas de operar do Estado, que produzem a morte da população em questão, o Jornal Boca de Rua nasceu com a intenção de que seus integrantes pudessem ser ouvidos. Desde o começo busca encontrar ferramentas de enfrentamento às violências cometidas pelo Estado, na tentativa de manter não somente a vida dos seus integrantes, mas também suas narrativas e memórias. Em decorrência da pandemia de Covid-19, o jornal passou a ser comercializado também em formato virtual, através de assinaturas semestrais ou anuais. Na edição número 76, a qual começou a circular em julho de 2020, teve como uma das matérias a de título "Cadê o Estado?" na qual os jornalistas denunciaram a inexistência de uma política pública eficaz e as violências institucionais que vêm enfrentando durante a pandemia.

"A verdade é que o governo anda patifando para nós. Não temos nem acesso à saúde pública. Os horários de consulta no posto de saúde diminuíram e falta até remédio. Quem tinha que dar assistência, está te podando. Precisaria de mais consultório na rua e mais informação sobre o vírus para o povo da rua. Ao invés disso, aconteceram até remoções nessa quarentena" (JORNAL BOCA DE RUA, 2020).

De um lado, grupos da sociedade civil, coletivos e movimentos populares tentavam pensar em soluções para o enfrentamento à COVID-19, como a possibilidade de usar hotéis como moradia provisória, escolas, ginásios e outros espaços, que no momento estavam esvaziados, como abrigos e albergues, ou através de projetos mais pontuais realizar a instalação de pias pela cidade para que a população em situação de rua tivesse condições de seguir, mesmo que parcialmente, as recomendações da OMS.

Por outro lado, ao contrário de tudo que estava sendo recomendado e do papel que se esperava do poder público, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre manteve sua postura higienista e elitista. Há anos em Porto Alegre já existe um processo de "parceirização", no qual a Prefeitura passa para ONGs e instituições religiosas a administração dos equipamentos de acolhida e de assistência, tirando de si a responsabilidade e levando ao desmonte da rede de atendimento da assistência social.

Durante a pandemia, a gestão municipal se mostrou ainda mais perversa, quando mais seria necessária a criação de vagas nos abrigos e albergues, foi fechado um dos abrigos municipais, o Abrigo Municipal Bom Jesus. As pessoas que lá viviam foram encaminhadas para o Abrigo Marlene, resultando em uma superlotação, justamente no momento em que a prefeitura deveria estar buscando soluções de novos espaços de acolhida para que não haja aglomeração. De acordo com o que os integrantes do Jornal Boca de Rua denunciam, em 2020 foi mantida a postura higienista de remoções frequentes da então gestão municipal, e houve redução no número de vagas dos equipamentos de assistência, bem como no número de funcionários para atender a população em situação de rua.

"[...] a prefeitura diz que é para ficar recolhido, mas quando o cara faz barraca para se recolher, ela tira. Levam até os documentos das pessoas, enquanto tá quase impossível fazer novos neste momento. A pandemia não é momento de remoção. Se o cara não tiver barraca, vai ficar andando para lá e para cá e muito mais exposto"
(JORNAL BOCA DE RUA, 2020)

Ao mesmo tempo que a gestão municipal segue no caminho de precarizar a assistência social da cidade, justamente na maior crise dos últimos tempos, a sociedade civil organizada e diversos coletivos agem na tentativa de mitigar os problemas enfrentados pelos moradores de rua, com a distribuição de comida, máscaras e sabonetes. Ainda que iniciativas como essas sejam essenciais nesse momento, sabemos que a solução para os problemas não está em ações pontuais, mas sim na construção e aplicação de políticas públicas eficazes, que possibilitem uma moradia digna, oportunidade de empregos (possibilidade de capacitação profissional quando necessário), acesso ao sistema de saúde e a toda infraestrutura que garanta o acesso aos direitos humanos. Como os integrantes do jornal ressaltam, a demanda da luta é por direitos, não por caridade.

"Claro que tem muita gente parceira, consciente que, além de ajudar, luta para responsabilizar o Estado, luta pelas políticas públicas. Porque, se ficar como está, se retira a responsabilidade do governo e fica tudo na mão das pessoas. E nós queremos direitos, não apenas caridade"
(JORNAL BOCA DE RUA, 2020).

Rita e sua trajetória de luta e fortalecimento coletivo

Rita era uma mulher negra, esteve em situação de rua desde os sete anos de idade até o fim de sua vida. A Rita fazia parte do Jornal Boca de Rua e do Movimento Nacional da População de Rua. Na sua trajetória teve passagens pela FEBEM, por abrigos e pelo sistema carcerário. Rita foi uma das figuras femininas mais conhecidas da rua, falava o que pensava e inclusive por isso era uma referência para os colegas do Jornal Boca de Rua.

> *"De vez em quando Rita armava um barraco porque não era de levar desaforo para casa. No começo brigava bastante nas reuniões, mas depois começou a gostar e a ser uma pessoa muito importante que era ouvida por todos. Também gostava de dar entrevistas sobre o jornal e a vida na rua"*
> *(JORNAL BOCA DE RUA, 2017).*

Em meados de 2015 ela engravidou, estava morando na rua e não conseguiu acesso a nenhum equipamento de acolhida – na época já havia uma notável precarização dos serviços de assistência social. Durante toda a sua última gestação ela morou na rua, fez o pré-natal e o acompanhamento da sua gestação em um hospital público de Porto Alegre. Quando ela já estava com a data do parto marcada, sofreu uma internação compulsória, foi um episódio muito traumático para todos que conviviam ao seu redor. Para interná-la à força, utilizaram todo um aparato de polícia, ambulância, justiça e guarda municipal. Na época, a justificativa dada foi que ela estava fazendo uso de drogas e por isso teve que ser contida à força. No momento da internação, havia companheiros de rua junto à Rita, os quais tentaram intervir e protegê-la, ainda assim a força do Estado foi maior e Rita foi levada.

As duas últimas semanas de gestação ela passou presa em um hospital. Logo depois do parto, o bebê foi retirado, a tutela passou para outra pessoa. Quando teve alta do hospital ela voltou para a rua e, a partir desse episódio de extrema violência, a Rita teve uma notável piora no seu quadro de saúde, tendo que lidar com cinco doenças diferentes.

> *"Eu tenho pedra nos rins, tenho pneumonia, tenho úlcera nervosa, o HIV e agora apareceu essa asma. Cinco doenças. [...] eu não consigo caminhar muito, me dá fraqueza nos ossos, fraqueza no corpo, dá preguiça no corpo. Tem dias que eu fico me cagando, tem dias que eu não tenho fralda e me cago todinha na calça, me mijo nas calça, tem dia que eu não consigo ir até o cantinho, até me levantar eu não consigo"*
> *(SARMENTO, 2017, p. 72-73).*

O quadro de saúde da Rita foi piorando ao ponto de às vezes não conseguir se levantar e ir para as reuniões do Boca de Rua, e ela acabou morrendo em decorrência dessa fragilidade de saúde cerca de nove meses depois que nasceu o bebê. O Estado levou a vida da Rita, deixou uma lacuna e um vazio que dificilmente será superado para nós todos do Jornal Boca de Rua.

> *"O último recado [de Rita] ao Boca - pouco antes de ser internada - foi: "Não posso ir à reunião porque preciso fazer um curativo no coração". Agora quem precisa de curativo no coração somos nós, seus colegas, pois sentimos muita saudade. Ela tinha uma grande família no jornal e também uma família verdadeira - o companheiro Lênon e os irmãos Angélica e Adriano - que fazem parte do grupo"*
> *(JORNAL BOCA DE RUA, 2017).*

A partir da morte da Rita muitos movimentos aconteceram na população de rua, sejam eles físicos ou não. A esquina onde Rita ficava nunca mais foi habitada desde sua morte, no final de 2016. E também, várias pessoas voltaram para o Boca, numa espécie de tentativa de viver o luto coletivamente. Além disso, muitas mulheres quiseram, tentaram e se empenharam em retomar os contatos com seus filhos que haviam sido retirados em situação diferentes, mas também de extrema violência, assim como na história da Rita. Algumas mulheres, também em situação de rua, não sabiam dos paradeiros de seus filhos, e se empenharam em ir atrás deles. A Rita nos foi tirada, mas ela nunca será esquecida, foi símbolo de força e de luta em vida, e sempre seguirá sendo.

Assassinato de Paulinho: o luto por um crime que poderia ter sido solucionado

Paulo Ricardo Camargo de Oliveira, o Paulinho, foi integrante do Jornal Boca de Rua. Além disso, ele era artista, músico e trabalhava como guardador de carros. Paulinho era uma pessoa muito gentil, sempre que o encontrávamos e perguntávamos como ele estava, ele respondia "melhor agora que te vi". Era muito ativo no jornal, não tinha medo de falar o que pensava, sempre trazia notícias e pautas e gostava de ir às entrevistas e visitas aos albergues e equipamentos da assistência social para verificar como as coisas estavam e poder denunciar no jornal quando necessário. Foi uma pessoa muito importante para todos ao seu redor, criou verdadeiros laços afetivos na sua vida e trajetória de rua. No que depender do Jornal Boca de Rua, ele jamais será esquecido.

"O caso de Paulinho saiu nos jornais, porque não tinha como esconder. Mas, ao contrário do que aconteceria se ele fosse de classe média, não se falou uma linha sobre ele, sobre seus sonhos e sua personalidade. Ninguém disse que ele era um baita desenhista, que tocava violão, que era um trabalhador com duas fontes de renda - o jornal Boca de Rua e a atividade de guardador de carros - que participava do Movimento Nacional da População de Rua"
(JORNAL BOCA DE RUA, 2017)

Paulinho foi assassinado em praça pública, na Praça Marechal Deodoro, conhecida como Praça da Matriz, dia 21 de março de 2017, à tarde, com a praça cheia de frequentadores e transeuntes. A Praça da Matriz, cercada por câmeras de segurança em toda sua extensão, é uma das principais praças de Porto Alegre, localizada no coração do bairro Centro Histórico e ao seu redor se encontram o Palácio da Justiça, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Palácio Piratini (sede do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul) e a Catedral Metropolitana. "Paulo Ricardo levou vários tiros em plena praça da Matriz, cercado por todos os poderes do céu e da terra: legislativo, executivo e judiciário, além da Catedral Metropolitana." (JORNAL BOCA DE RUA, 2017)

Diferente da maioria dos casos de mortes da população em situação de rua, o caso de Paulinho saiu nos jornais na cidade, como ressaltaram os jornalistas do Boca de Rua, "nesse caso seria impossível esconder". Em meio ao desespero de receber a notícia de assassinato, havia uma ponta de esperança de que o caso fosse investigado e de que quem cometeu o crime fosse responsabilizado devido à localização que o crime ocorreu, a proporção que tomou e o fato de quem matou ter deixado um celular cair no local do crime. Entretanto, não. Desde o dia em que o crime ocorreu, mesmo antes de qualquer investigação, as autoridades já davam a entender que poderia ser um acerto de contas ligado ao tráfico. Além das vidas das pessoas em situação de rua serem descartáveis para parte da sociedade, enquanto vivos com muita frequência são vinculados à criminalidade, independente do quem são, ou de quais são suas histórias, em um processo constante de marginalização da pobreza.

"O assassino perdeu um celular com impressões digitais, informações e fotos, mas um mês depois nada havia sido descoberto pela polícia. Poucos minutos após o crime, antes de ouvir qualquer testemunha, o tenente coronel Eduardo Amorim, da Brigada Militar, disse que as árvores poderiam prejudicar a identificação do criminoso pelas câmeras e declarou não descartar a hipótese de ser um acerto de contas do tráfico" (JORNAL BOCA DE RUA, 2017).

Em sua homenagem, em protesto por sua morte e pelo aumento dos casos de violência contra a população em situação de rua, no dia 5 de abril de 2017 foi realizado um ato, "Luto e Luta", o qual foi organizado pelo MNPR-RS, no local em que Paulinho foi assassinado, a Praça da Matriz. A manifestação contou com diversas pessoas de diferentes movimentos, foram acendidas velas, espalhadas faixas denunciando a situação enfrentada e houve uma exposição dos desenhos do Paulinho.

Em maio de 2017 os jornalistas do Boca de Rua entrevistaram a delegada responsável pelo caso, na data ela alegou que não poderia dar informações para não atrapalhar a investigação, estamos em 2021 e ainda aguardando qualquer informação. Na entrevista os jornalistas aproveitaram a situação para expor à delegada a violência crescente que vinham enfrentando, inclusive com queima de barracos, e perguntaram se ela sabia se algo estava sendo feito para reparar essa questão, ela respondeu: "Não tem aumentado. Tenho bastante casos de brigas. O que a gente tem envolvendo mortes é em função de brigas."

Luta: a Audiência Pública "O extermínio, as agressões e a falta de políticas públicas para o povo da rua"

A Audiência Pública "O extermínio, as agressões e a falta de políticas públicas para o povo da rua" aconteceu no dia 24 de maio de 2017 e reuniu cerca de 200 moradores de rua. Foi solicitada pelo Jornal Boca de Rua, pela Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação e pelo Movimento Nacional da População de Rua. A solicitação de audiência ocorreu para ter uma oportunidade de denunciar a crescente violência que estava sendo enfrentada pelos moradores de rua, que se antes, segundo as denúncias feitas no Jornal Boca de Rua, era principalmente violência policial, na época passaram a ser registrados diversos casos de violência partindo de outras pessoas e grupos. Na audiência também foram relembradas as mortes que haviam ocorrido naquela época, ou por assassinatos ou por ausência de acesso à saúde pública. "Além do aumento da violência, foram denunciadas as péssimas condições de assistência e saúde dos moradores de rua. O atendimento também piorou muito nos últimos meses. É como se os governos quisessem exterminar de vez os moradores de rua." (JORNAL BOCA DE RUA, 2017)

A Audiência Pública foi conquistada através da organização e luta coletiva, que se mostra imprescindível para a sobrevivência nas ruas. Ao passo que o Estado se isente do esforço de execução da Política Nacional para a População em Situação de Rua, são as relações afetivas formadas na rua que dão alguma chance de sobrevivência diária. Portanto, salientamos a relevância da organização coletiva, tanto para sobrevivência quanto para conquista de espaços nos quais possam ser denunciadas as violências sofridas e ressaltamos a importância do Jornal Boca de Rua como um local de encontro, organização e fortalecimento da coletividade.

Boca de Rua, ele jamais será esquecido.

"Para quem vive na rua, é muito difícil denunciar porque fica exposto à vingança e à represália. Eles (policiais) dizem que vão dar proteção, mas a gente sabe que isso não funciona. Mexer com peixe grande não é bem assim. Por isso, é importante que a gente faça as denúncias coletivamente, lembra Edisson" (JORNAL BOCA DE RUA, 2017).

A luta coletiva foi reforçada e reafirmada depois da audiência, os integrantes do Jornal Boca de Rua e outros coletivos se organizaram para conseguir cobrar as providências prometidas na ocasião. Entre outras definições, foi decidido que iriam seguir cobrando as autoridades, com ainda mais frequência, e mapeando a evolução dos problemas enfrentados.

> *"Entre outras coisas, se pensou em montar uma "Operação de Guerra" no sentido de bombardear as autoridades com cobrança de providências. O jornal também está fazendo um grande levantamento sobre a questão da saúde, assim como fez sobre a violência e que acabou sendo muito importante para conseguir a Audiência na Assembleia" (JORNAL BOCA DE RUA, 2017).*



Figura 3 - Boca de Rua edição nº 63
Fonte: Jornal Boca de Rua



Figura 4 - Boca de Rua edição nº 64
Fonte: Jornal Boca de Rua

"Por que não podemos ser mães?"

Seguindo o legado de Rita, tomada pelo grupo como um símbolo de luta, muitas mulheres quiseram retomar o contato com seus filhos. Então, no ano de 2017 as colaboradoras do Jornal iniciaram um trabalho conjunto para auxiliá-las nesse processo de tentar encontrar os filhos que haviam sido retirados. Acompanharam as mães em visitas aos abrigos, nesse processo de tentar retomar o contato mais próximo com essas crianças. Essa questão permaneceu latente no decorrer do ano de 2017, quando se tornou inegável a força que a maternidade tinha na vida dessas mulheres.

Então, ao fim daquele ano, saiu a matéria de uma outra capa histórica, da qual tomamos emprestado o título desta subseção: "Por que não podemos ser mães?". Ali se juntaram todos esses casos que vinham acontecendo com outros, mais antigos, que começaram a ganhar repercussão no jornal, e todos foram denunciados naquela edição. Aquela edição, de número 65, ganhou uma grande visibilidade, chegou em muitas pessoas e produziu muitos efeitos. Acabou pautando a questão da maternidade em muitos lugares.

Estudantes universitários procuraram o Boca para realizar trabalhos da faculdade sobre esse tema, a imprensa procurou o grupo para entrevistar essas mulheres e saber mais sobre essa realidade, e tal repercussão chegou na assembleia legislativa, nas mãos da então deputada estadual Manuela d'Ávila, que propôs, dentro da Comissão de Cidadania e Direitos humanos a audiência pública sobre a retirada compulsória de filhos de mulheres em situação de vulnerabilidade, realizada no mês de maio de 2018.

Nessa ocasião, estavam presentes o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública do Estado, hospitais, representantes da universidade, toda uma rede de pessoas e grupos que trabalham com população em situação de rua e o Boca de Rua também foi representado. O grupo estava presente para pautar essa

questão e o objetivo era entender como que acontecem essas retiradas, quem decide por elas. Em suma, nessa audiência ficou nítido que essa retirada está vinculada a uma criminalização da pobreza, porque são hospitais públicos que têm essa prática de retirada dos filhos das mulheres em situação de rua. Esse fluxo de informações que existe entre sistema de justiça, Conselho Tutelar e hospitais só se dá em hospitais públicos, não em hospitais privados.

Transcrevemos aqui um trecho da matéria que levou a toda essa mobilização, no qual é contada a história de Sabrina (nome fictício utilizado para preservar a identidade da integrante do grupo):

> *"Um problema muito grave que a maioria das mulheres que vive ou viveu em situação de rua enfrenta é a retirada dos filhos. Parece que o Estado não nos considera dignas de ser mães. Quando a gente engravida, procura atendimento médico e faz o pré-natal direitinho o pessoal da saúde nos dá bastante atenção nesse período. Mas tudo muda quando baixamos o hospital para ganhar o bebê. Muitas de nós saíram do hospital sozinhas, sem saber pra onde levaram nossos filhos. Foi o que aconteceu com a Sabrina. Alguns anos atrás, quando engravidou, ela estava em um abrigo municipal. Estava limpa, sem usar droga, fez o pré-natal conforme orientação. Quando ganhou o bebê no hospital não deixaram ela amamentar no peito, só com mamadeira. Em seguida, ela recebeu alta e perguntou pela criança. Foi informada que a criança não sairia com ela. Nunca mais viu o bebê. Nunca assinou nenhum papel autorizando a entrega ou a adoção. Sabrina hoje sonha reencontrar seu único filho"*
> *(JORNAL BOCA DE RUA, 2017).*

A partir da audiência pública que mencionamos, foi possível perceber que há uma noção de vulnerabilidade muito atrelada, na visão de quem estava naquela audiência, à ideia de vulnerabilidade financeira e material. E, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, não é permitido que seja apenas a vulnerabilidade financeira que retire uma criança do seio familiar, do vínculo com a mãe. Nesse sentido, entendemos que houve avanços que partiram das denúncias realizadas por meio do Boca, mas que há, certamente, um longo caminho a trilhar na busca pelo direito ao exercício da maternidade e à não discriminação de mães com trajetória de rua.



Figura 5 – Boca de Rua edição nº 62
Fonte: Jornal Boca de Rua



Figura 6 – Boca de Rua edição nº 65
Fonte: Jornal Boca de Rua

Considerações finais: de cidadanias mutiladas à luta por direitos

> *Muita gente acha que os morador de rua são uns mendigo, mas eu acho que não. Eu acho que o que a gente fala [no Jornal] é a verdade. O que a gente sente e o que a gente vive dentro da sociedade. Se não fosse o Boca, não teria outra maneira de fazer isso sendo ouvido por tanta gente da sociedade. E o jornal também me tirou da rua. Porque eu vivi três anos e meio na rua e eu saí depois de uns meses indo pro jornal. Eu fui guardando um dinheiro e comecei a alugar o meu espaço [...] Antes eu não ganhava o meu dinheiro, dependia do meu companheiro pra tudo. Faz diferença pra mim, eu gosto de ter meu dinheiro (ELISÂNGELA, 2020).*

Em um país como o Brasil, no qual a cidadania é tomada como um privilégio e não como um direito, como bem descreveu o geógrafo Milton Santos, é questionável o quanto de cidadania resta para uma pessoa em situação de rua exercer. Aqui entendemos que cidadania é "o exercício de direitos e supõe a ciência dos direitos que temos e a capacidade de reivindicar seu exercício pleno e também de reivindicar mais" (SANTOS, 1996/1997, p. 135). Tendo em vista que pessoas em situação de rua têm inúmeros direitos básicos negados cotidianamente – direito a uma moradia adequada, à alimentação, à saúde, e inclusive o direito à vida e à maternidade, como escrevemos ao longo deste texto – é urgente denunciar a violação desses direitos, bem como reivindicar sua garantia.

A realidade é que a população em situação de rua não é esquecida, como se costuma afirmar no senso comum. O Estado sempre esteve de olhos abertos em relação a ela, e disposto a visibilizá-la negativamente, em prol de seu "projeto civilizacional" (LEMÕES, 2019). Ou a invisibilizá-la, por exemplo, ao não realizar censos nacionais unificados e com periodicidade satisfatória, que nos permita acompanhar a evolução dessa população ao longo do tempo (FERNANDES; PIRES, no prelo).

Ela é estigmatizada nas grandes mídias cotidianamente, quando o que se faz, geralmente, são matérias que exibem os moradores de rua de longe, sobrepostos por uma narrativa carregada de preconceitos convenientes à suposta necessidade de eliminá-los do espaço urbano. Não se ouve o que essas pessoas têm a dizer. Como afirmou Elisângela na citação de abertura desta seção: não haveria outra maneira de fazê-los serem ouvidos por tantas pessoas se não fosse por meio do Boca. Assim, compreendemos o Boca como um instrumento de exercício de cidadania, pois ele se constitui em um espaço de diálogo, luta, mobilização, autonomia e, portanto, transformação social.

Ao construir o jornal, os jornalistas denunciam violações de direitos, mas também mostram, nas suas palavras, a potência de vida que possuem e a capacidade de lutar por seus direitos. Ao vender o jornal, não estão pedindo, mas sim vendendo um trabalho produzido por eles mesmos. Quem compra não está apenas contribuindo com a renda do vendedor, mas tendo a oportunidade de ver o seu rosto e ouvir sua voz - literalmente, no momento da venda, e também simbolicamente, ao ler as matérias construídas pelo grupo. Essa dinâmica vai na contramão do que Estado e sociedade, tantas vezes, buscam: silenciar suas vozes e esconder os seus rostos, cobrindo-os com um manto de miséria que esconde a potência de vida e de luta que carregam consigo.

O grupo tem a potência de um movimento social - o que de fato ele é. Ao discutir os acontecimentos da cidade - seja algo que aconteceu consigo mesmo, com algum conhecido ou algum fato da política institucional - ou seja, ao fazer notícia, os integrantes constroem mobilização política. A palavra tem o poder de denúncia, e a mobilização política do grupo começa na palavra, mas não para por aí. Um exemplo são as várias audiências públicas articuladas pelos membros do grupo, como as que foram apresentadas no tópico anterior.

Ao privilegiar uma parcela da população e deixar outra grande parcela de fora do exercício de seus direitos, como um processo da política (SANTOS, 1996/1997), o estado brasileiro executa ações que visam deixar os moradores de rua cada vez mais à margem da sociedade. São tratados como lixo, quando, por exemplo, o departamento de limpeza urbana é encarregado de retirar seus pertences de logradouros públicos - o que acontece na cidade de Porto Alegre. Nas campanhas políticas, pouco ou nada são ouvidos sobre suas demandas.

Resta, então, criar espaços de resistência. O que a estética da miséria propagada pelas grandes mídias não deixa entrever é toda a força de vida que existe nessa população. Não são corpos jogados sobre papelões, "improdutivos", como a lógica capitalista quer nos fazer pensar. São corpos que pensam, que se movimentam incessantemente pela cidade, reproduzem seus modos de vida e lutam por eles. São pessoas de carne, osso, e voz.

O que acontece no Jornal Boca de Rua é um dos resultados possíveis de quando essas pessoas se reúnem: suas vozes se unem em coro para denunciar as violências que sofrem, mas também para mostrar o que são capazes de construir. Em suas próprias palavras:

> *"O afeto e a honestidade são componentes importantes na construção do sentimento de coletividade. Olhar nos olhos e conseguir expressar uma contrariedade com clareza, respeito e calma são considerados avanços tão importantes quanto o retorno ao colégio, ou a conquista de uma moradia"*
> *(JORNAL BOCA DE RUA, 2017, p. 200)*

Assim, o Boca surgiu como um desafio, e cresceu como uma possibilidade. Como disse Rosina, uma das idealizadoras:

> *"O que seria da vida não fossem os sonhos. Todo mundo dizia que era impossível fazer um jornal sem jornalistas e sem recursos. Nós contrariamos a lógica e superamos todas as dificuldades. Hoje o Boca de Rua está completando 15 anos de existência e é muito mais que um jornal feito por moradores de rua"*
> *(COSTA, 2020).*

Compreendendo "o passado como carência, o presente como situação, o futuro como uma perspectiva" (SANTOS, 1996/1997, p. 135), o Boca contrariou todas as expectativas e não somente sobreviveu, mas criou vida própria, caminha com as próprias pernas e segue, cada dia mais, "botando a boca no mundo", como os integrantes gostam de dizer.

Referências

CASSAL, Milena; FERNANDES Talita.

A população negra em situação de rua e a Covid-19: vidas negras importam? Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia. v. 8, n. 1, 2020.

COSTA, Alexandre.

O que seria da vida não fossem os sonhos. Esquina Democrática. 3 nov. 2020. Disponível em: https://www.esquinademocratica.com/post/o-que-seria-da-vida- n%C3%A3o-fossem-os-sonhos-boca-de-rua-completa-20-anos. Acesso em: 19 mar. 2021.

FASSIN, Didier.

When Bodies Remember: experiences and politics of Aids in South Africa. University of California Press, 2007.

FERNANDES, Adriana.

Coronel vírus Chegou: Notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana. n. 35, 2020.

FERNANDES, Talita; PIRES, Cláudia.

Rua, corporeidades e multipli-cidades: experiências de mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas/RS. No prelo.

JORNAL BOCA DE RUA.

"A gente mudou a história": experiências e olhares do Jornal Boca de Rua. In: SCHUCH; GEHLEN; SANTOS. População de rua: políticas públicas, práticas e vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: ALICE, n. 62, 2017.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: ALICE, n. 63, 2017.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: ALICE, n. 64, 2017.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: ALICE, n. 65, 2017.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: ALICE, n. 76, 2020.

LEMÕES, Tiago.

De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos. 2017. 298 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172916>. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____. A máquina de guerra contra o estado tóxico: captura e conjuração estatal na luta pelos direitos da população de rua.

In: Anuário Antropológico, vol. 44, n. 1, 2019: 189-216.

MBEMBE, Achille.

Necropolítica. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dezembro 2016.

MV BILL. Soldado do Morro.

In: Traficando Informação. Rio de Janeiro: Natasha Records, 1999. CD, faixa 8 (6 min 52 s).

SANTOS, Milton.

As cidadanias mutiladas. In: O Preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SARMENTO, Caroline Silveira.

O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Porto Alegre, 2017.

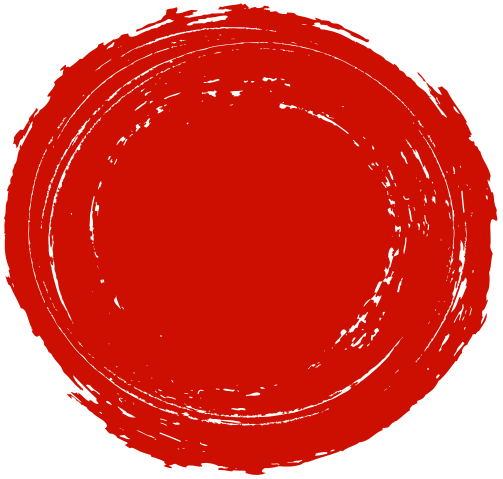
SCHUCH, P.; GEHLEN, I.

A "Situação de rua" para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Orgs.)

A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.

SCHUCH, Patrice; FURTADO, Calvin da Cas; SARMENTO, Caroline Silveira.

Permanências, Urgências e Resistências: população em situação de rua e a pandemia da Covid-19. 2021. No prelo.



Inclusão social é parte central da sustentabilidade corporativa

Marco F. Simões-Coelho

Phd, MBA
Pesquisador, Coppead/UFRJ
Managing Partner, MSDpar Investimentos Sustentáveis

msimoes@msdpar.com

Sumário

O Desenvolvimento Sustentável (DS) começou como um movimento da ONU, foi encampado por outros organismos multilaterais, pelos governos nacionais e subnacionais e, por fim, assumido como responsabilidade pelas empresas. Nos últimos anos, a sigla em inglês ESG, para ambiental, social e governança, passou a ser um tema prevalente entre as empresas de ponta. De um lado, há preocupações legítimas da sociedade com o futuro do nosso planeta; de outro, as próprias empresas percebem a necessidade de contribuírem para o bem-estar das pessoas e das sociedades como um todo.

O social é um dos pés do tripé ESG. Na matriz de motivações corporativas para a sustentabilidade desenvolvida em pesquisa deste autor, a inclusão é chave entre as grandes motivações. Mesmo assim, há um caminho ainda longo a ser trilhado, mesmo por organizações avançadas.

Este artigo traça a história do DS para chegar às empresas e ao movimento de inclusão social por parte delas. E tem a ambição de terminar com ponderações que demonstram que mais empresas devem se engajar de forma mais abrangente para não ficarem para trás.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade Corporativa; Inclusão Social; ESG; Motivação Corporativa; Engajamento Empresarial; Golden Triangle

O século 21 se iniciou com a popularização do tema da sustentabilidade. Discutido desde a década de 1970, com diferentes nomenclaturas, o Desenvolvimento Sustentável (DS) foi finalmente descrito e codificado nas duas últimas décadas do século passado (UN WCED, 1987; United Nations Organization, 1992). A Humanidade deveria perseguir metas para assegurar o bem-estar tanto das pessoas de hoje como o das gerações futuras. Um plano foi criado pela ONU para buscar atingir metas básicas comuns, lançando primeiro os Objetivos do Milênio para vigorar entre 2000 e 2015 e depois os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de 2015 a 2030 (United Nations Organization, 2015).

As empresas inicialmente não se envolveram diretamente com as questões da sustentabilidade, já que seus modelos de negócio em geral não levavam o tema em consideração (Schneider, 2014) e nem mesmo havia consenso sobre eventuais efeitos positivos para as empresas perseguirem o DS (Garcia-Castro et al., 2010; Marques et al., 2018). Mesmo assim, muitas empresas passaram a se engajar indo além de suas obrigações legais de controle ambiental e social (Achabou and Dekhili, 2016) e seus líderes aos poucos aceitaram ser corresponsáveis na busca de mais sustentabilidade (Epstein and Roy, 2003). A sociedade também passou a exigir que as empresas fossem além do seu papel tradicional de gerar empregos e pagar impostos, se transformando em modelos de cidadania (Sierra-Garcia et al., 2013). Os temas Ambiental, Social e Governança (ESG na sigla em inglês) aos poucos dominaram o cenário global e se tornaram um modelo de ganha-ganha para os negócios (Beckmann et al., 2014), passando a ser prevalente em muitas das discussões de empresas em fóruns internacionais (Dsouli et al., 2018; Godfrey, 2019; Porter and Derry, 2012).

As preocupações com inclusão social se tornaram, assim, parte efetiva das estratégias empresariais junto com as questões ambientais e econômicas, que formam o chamado “Golden Triangle” ou triângulo

de ouro da sustentabilidade (Elkington, 2004). Para além da ética dos acionistas e executivos, existem fortes motivações que levam ao envolvimento em estratégias de inclusão das parcelas menos favorecidas da sociedade, as motivações mais relacionadas à inclusão são denominadas Legitimidade e Seguro Social (Simoes-Coelho and Figueira, 2021). Para operar em qualquer sociedade, uma empresa necessita se legitimar junto às autoridades e aos demais públicos que podem influenciar seu negócio, cumprindo as expectativas das instituições e adaptando suas práticas ao sistema de credos locais (Bitektine et al., 2016). Ao mesmo tempo, precisam se precaver de eventuais perdas de reputação corporativa, protegendo seus sócios de problemas financeiros que não podem ser segurados regularmente no mercado financeiro (Brammer and Pavelin, 2005; Godfrey et al., 2009). Esse Seguro Social protege do risco associado a comunidades descontentes com algum aspecto de uma empresa, que entenderam a necessidade de planejar atividades de relacionamento que minimizem o risco para suas operações (Simoes-Coelho, 2017; Trebeck, 2008).

Motivadas pelo ambiente externo e, muitas vezes, em função de uma escolha ética, a inclusão passou a ser um tema difundido nas organizações à medida que as preocupações com a sustentabilidade se tornavam mais presentes. Desde o ano 2000, o número de artigos de campo sobre o tema crescem consistentemente, sendo que as questões de Legitimidade e Seguro Social juntas estão refletidas em mais da metade dos estudos realizados (Simoes-Coelho and Figueira, 2021). O debate sobre benefícios sociais promovidos pelas empresas cresce em todo o mundo e em diferentes indústrias (Hamidu et al., 2016; Jenkins and Yakovleva, 2006; Lueg et al., 2015), mas demonstra que o real trabalho de inclusão é desigual e pode ter menos foco que os temas econômicos e ambientais nas empresas.

Uma das multinacionais de origem brasileira de maior reputação mundial é a Natura &Co, graças ao seu apelo ecológico, que nasceu junto com a marca. Suas credenciais permitiram vantagem competitiva para ela se tornar uma das grandes empresas de cosméticos globais (Dalmarco et al., 2015; Francke and Castro, 2013) e fazer parte do

índice de empresas sustentáveis nas bolsas de São Paulo e de Nova York (B3 Stock Exchange, 2019; S&P Global, 2019). A inclusão de gênero aparece como um dos pontos fortes para a empresa, que é ranqueada como uma das que conta com o maior número de mulheres em postos vitais (Proni and Proni, 2018). Mesmo com tais credenciais, no entanto, a Natura aparenta ter no social sua menor força dentro do tripé "Golden Triangle". As questões de minorias como deficientes físicos, LGBT+, indígenas são citadas esparsamente e não parece haver negros no alto escalão da empresa, como observado no seu relatório anual (Natura &Co, 2020). Sua atuação externa na área social também ainda é de pequeno porte, com programas como o Crer para Ver, que busca promover a educação.

O mesmo pode ser observado em uma série de outras empresas menos reconhecidas por sua atuação sustentável. As questões econômicas têm a precedência da necessidade, pois sem elas não há sobrevivência empresarial. As questões do meio ambiente tem sido expostas de forma "sexy" há alguns anos, buscando atrair os jovens para a luta contra as mudanças climáticas (Green, 2019) e empresas como a Coca-Cola tem respondido com uma série de projetos voltados para diminuir sua pegada ambiental e para responder especificamente ao grupo mais jovem (The Coca-Cola Company, 2020). As questões sociais sofrem pela diversidade de necessidades e pelas pressões de muitos grupos e camadas distintas da sociedade, criando um bloqueio na resposta das empresas diante da quantidade e enormidade de questões.

O bom planejamento de sustentabilidade, o ESG, exige o compromisso das empresas em todo o tripé. É imperioso que as questões sociais atinjam o mesmo nível de resposta da área de governança/econômica e da área ambiental. O mapeamento de stakeholders (Simoes-Coelho, 2017) é um bom começo, mas as empresas podem definir prioridades com base na sua possibilidade de impactar significativamente um segmento social, para além das pressões de grupos específicos. Assim, o foco deve seguir por dois caminhos. Nas questões internas, a empresa precisa assegurar ampla

diversidade dos funcionários, agregando diferentes formas de pensar e reagir para impulsionar seu negócio.

No campo externo, nunca é possível fazer tudo em todas as áreas. Assim, é preciso delimitar programas voltados para inclusão e melhoria social em segmentos onde se possa obter alto impacto. No caso das empresas citadas, a Natura é reconhecida pelo crescimento no envolvimento comunitário de sua cadeia de valor (Le Tourneau and Greissing, 2010) e a Coca-Cola globalmente abraçou a cadeia de reciclagem, com resultados crescentes de melhorias ambientais mas também de inclusão através de catadores e das compras diretas de pequenos beneficiadores de materiais reciclados (The Coca-Cola Company, 2020). Com focos claros e resultados de alto impacto, as empresas poderão efetivamente contribuir para a inclusão social e ainda obter bons resultados para seus negócios.

Referências

Achabou, M.A., Dekhili, S., 2016.
Why do French companies become green? Int. J. Sustain. Dev. 19, 342–364.

B3 Stock Exchange, 2019.
PORTFOLIO OF THE CORPORATE SUSTAINABILITY INDEX - ISE [WWW Document]. URL http://www.b3.com.br/en_us/

Beckmann, M., Hielscher, S., Pies, I., 2014.
Commitment Strategies for Sustainability: How Business Firms Can Transform Trade-Offs Into Win-Win Outcomes. Bus. Strateg. Environ. 23, 18–37.

Bitektine, A., Lucas, J., Schilke, O., 2016.
Institutions under a microscope : experimental methods in institutional theory Microfoundations of institutions. In: Bryman, A., Buchanan, D.A. (Eds.), Unconventional Methodology in Organization and Management Research. Oxford University Press, Oxford, pp. 1–21.

Brammer, S., Pavelin, S., 2005.
Corporate Reputation and an Insurance Motivation for Corporate Social Investment. J. Corp. Citizsh. 39–51.

Dalmarco, D.D.A.S., Hamza, K.M., Aoqui, C., 2015.
The Implementation of Product Development Strategies Focused on Sustainability: From Brazil — The Case of Natura Sou Cosmetics Brand. Environ. Qual. Manag. 1–15.

Dsouli, O., Khan, N., Kakabadse, N.K., Skouloudis, A., 2018.
Mitigating the Davos dilemma: towards a global self-sustainability index. Int. J. Sustain. Dev. World Ecol. 25, 81–98.

Elkington, J., 2004.
Enter the Triple Bottom Line. In: Henriques, A., Richardson, J. (Eds.), The Triple Bottom Line: Does It All Add Up? Earthscan, London, UK, pp. 1–16.

Epstein, M.J., Roy, M.-J., 2003.
Making the Business Case for Sustainability. J. Corp. Citizsh. 79–96.

Francke, I.C.M., Castro, J.F.W., 2013.
Carbon and water footprint analysis of a soap bar produced in Brazil by Natura Cosmetics. Water Resour. Ind. 1–2, 37–48.

Garcia-Castro, R., Ariño, M.A., Canela, M.A., 2010.
Does social performance really lead to financial performance? Accounting for endogeneity. J. Bus. Ethics 92, 107–126.

Godfrey, L., 2019.
Waste plastic, the challenge facing developing countries—Ban it, change it, collect it? Recycling 4, 2–7.

Godfrey, P.C., Merril, C.B., Hansen, J.M., 2009.
The Relationship between Corporate Social Responsibility and Shareholder Value: an Empirical Test of the Risk Management Hypothesis. Strateg. Manag. J. 30, 425–445.

Green, M., 2019.
Climate change fight should be “sexy” and “fun”, Japan’s new environment minister says [WWW Document]. Indep. URL https://www.independent.co.uk/climate-change/news/climate-change-sexy-fun-japan-environment-shinjiro-koizumi-a9115941.html (accessed 6.15.21).

Hamidu, A.A., Haron, H.M., Amran, A., 2016.
Exploring the Drivers and Nature of Corporate Social Responsibility Practice from an African Perspective. Int. Rev. Manag. Mark. 6, 696–703.

Jenkins, H., Yakovleva, N., 2006.
Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. J. Clean. Prod. 14, 271–284.

Le Tourneau, F.-M., Greissing, A., 2010.
A quest for sustainability : Brazil nut gatherers of São Francisco do Iratapuru and the. Geogr. J. 176, 334–349.

Lueg, R., Pedersen, M.M., Clemmensen, S.N., 2015.
The Role of Corporate Sustainability in a Low-Cost Business Model - A Case Study in the Scandinavian Fashion Industry. Bus. Strateg. Environ. 24, 344–359.

Marques, T., Reis, N., Gomes, J.F.S., 2018.
Responsible Leadership Research: A Bibliometric Review. BAR - Brazilian Adm. Rev. 15, 1–25.

Natura &Co, 2020.
Annual Report 2019. São Paulo.

Porter, T., Derry, R., 2012.
Sustainability and Business in a Complex World. Bus. Soc. Rev. 117, 33–53.

Proni, T.T. da R.W., Proni, M.W., 2018.
Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. Rev. Estud. Fem. 26, 1–21.

S&P Global, 2019.
Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index [WWW Document]. URL https://assessments.robecosam.com/survey/documents/DJSI_Components_EmergingMarkets.pdf

Schneider, A., 2014.
Reflexivity in Sustainability Accounting and Management: Transcending the Economic Focus of Corporate Sustainability. J. Bus. Ethics 525–538.

Sierra-Garcia, L., García-Bernal, M.A., Zorio, A., 2013.
Credibility in Latin America of Corporate Social Responsibility Reports. RAE - Rev. Adm. Empres. 54, 28–38.

Simoes-Coelho, M., 2017.
Engajamento Externo. In: Prado, E. (Ed.), Gestão de Reputação: Riscos, Crise e Imagem Corporativa. ABERJE, São Paulo, SP, pp. 130–137.

Simoes-Coelho, M.F., Figueira, A.R., 2021.
Why Do Companies Engage in Sustainability? Propositions and a Framework of Motivations 18, 40.

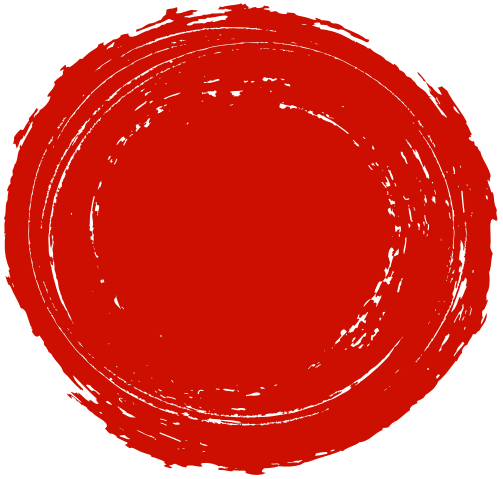
The Coca-Cola Company, 2020.
2019 Business & Sustainability Report. Atlanta, USA.

Trebeck, K., 2008.
Exploring the responsiveness of companies: Corporate social responsibility to stakeholders. Soc. Responsib. J. 4, 349–365.

UN WCED, 1987.
Our Common Future, Report of the World Commission on Environment and Development. New York, NY.

United Nations Organization, 1992.
Rio 92 - Earth Summit [WWW Document]. UN website. URL http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html

United Nations Organization, 2015.
SDGs Knowledge Platform [WWW Document]. URL https://sustainabledevelopment.un.org/ (accessed 6.20.04).



Da margem ao centro: a visibilidade das crianças sul americanas nos estudos da infância

Monique Aparecida Voltarelli

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI/ FEUSP). Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação Modalidade Profissional da Universidade de Brasília (UnB).

moniquevoltarelli@yahoo.com.br

: "Artigo já publicado na Revista Social em Debate https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/5496. "

Sumário

Este texto tem por intenção apresentar alguns indicativos sobre a visibilidade da infância nas pesquisas da América dos Sul, em diálogo com o campo dos estudos sociais da infância, a partir da análise de produções científicas em países hispano-falantes do continente. A partir da década de 80 tem se discutido a invisibilidade das crianças no contexto científico e social, o que fez com que o grupo de crianças estivesse à margem dos estudos e pesquisas, mas que a partir da formulação de um novo paradigma (JAMES; PROUT: 1991) passam a ser compreendidas como atores sociais e a infância enquanto categoria geracional da estrutura social. Nesta direção, os resultados de uma pesquisa doutoral (VOLTARELLI: 2017) sobre as publicações acadêmicas sul-americanas acerca da infância indicam que as investigações e estudos científicos tem se ocupado das crianças socialmente excluídas e apresentado discussões relacionadas à elaboração de políticas públicas para garantir a proteção, o bem-estar social e a efetivação dos direitos das crianças. As publicações indicam que os estudos sociais da infância além de contribuir com o campo científico, colaboram para intervenções sociais e políticas direcionadas às crianças.

: Infância; América do Sul; Estudos sociais da infância; Produção acadêmica; Campo científico; Crianças à margem; Visibilidade da infância; Direitos das crianças.

Desde o início do século XX, as crianças eram vistas a partir de disciplinas como a medicina, a psicologia, a educação e o direito (MORAN-ELLIS: 2010), sendo que estas ciências determinaram concepções de criança e de infância que as concebiam como seres passivos. A medicina, por meio da pediatria, se ocupou do desenvolvimento físico das crianças; os aspectos psicológicos relacionados a comportamento e emoções, dentre outros dessa natureza, ficaram a cargo da psicologia; e a pedagogia focalizou a dimensão cognitiva e social por meio de sua escolarização.

Conforme pontua Andrade (2010), as crianças eram reconhecidas por estas disciplinas a partir da necessidade de proteção, visto serem consideradas vulneráveis, dependentes, passivas, imaturas, ao contrário dos adultos, vistos como o ideal a ser atingido. Em relação à sociologia, esta tradicionalmente pouco se ocupou da infância, e, desde seu surgimento como disciplina científica, tratou da socialização das crianças.

A sociologia surge no século XVIII como disciplina científica em busca de compreender a sociedade após as grandes Revoluções Industrial e Francesa (MARTINS: 1994). Esta disciplina se propõe a entender o contexto social, as relações estabelecidas pelas diferentes classes, as transformações ocorridas e as novas condições de vida na sociedade posteriormente à Revolução Industrial. Bauman (2010) aponta que a sociologia faz referência a um corpo de conhecimentos acumulados no que diz respeito ao "mundo feito pelos seres humanos" (p.13). Isso quer dizer que ela produz conhecimento que serve a diversos tipos de interesses, tendo diferentes abordagens metodológicas para explicar a realidade social, e com uma produção histórica que abrange a compreensão dos homens sobre si mesmos, sobre as estruturas sociais e as relações de poder que envolvem a ordem social (BOURDIEU: 1996).

A sociologia se ocupou da educação das crianças, de forma a prepará-las para viver em sociedade, sendo que por meio conceito da socialização, o qual tradicionalmente se referiu aos processos que

possibilitam às crianças tornarem-se membros da sociedade, acabou compreendendo a infância enquanto etapa de preparação para a vida adulta. As maneiras pelas quais elas se inserem progressivamente no meio social, a aquisição de condutas e competências necessárias para atuar na sociedade são elementos que caracterizam esse conceito.

Durkheim foi quem estabeleceu as primeiras relações entre a sociologia e a educação, ao compreender que "a educação não é, pois, para a sociedade, senão o meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência" (DURHEIM: 1955, p. 38). Para ele, as crianças são frágeis, instáveis, incompletas e, para tornarem-se seres sociais faz necessário que se submetam à transformação, à mudança e à assimilação rápida do meio, ou seja, em processo até que atinjam um completo desenvolvimento. Em outras palavras, as crianças vão sendo transformadas em seres sociais por meio do processo de socialização. As instituições sociais, família, igreja e escola, são as responsáveis por este processo e têm por objetivo desenvolver nas crianças a capacidade moral e social, de modo que elas se identifiquem com o sistema social. Desta maneira, percebe-se que a educação e o processo de socialização são essenciais para a manutenção, conservação e, principalmente, para o funcionamento das sociedades.

Na obra intitulada "Sociologia, Educação e Moral", Durkheim (1984) aponta que os três aspectos que nomeiam o livro têm a função de promover certo número de estados físicos e mentais que a sociedade considera como indispensáveis a todos os seus membros. Além disso, pretende assegurar a disciplina, fornecer à criança o pertencimento a um grupo social, identificar o seu papel na sociedade, a sua autonomia e a autodominação, com a finalidade de consolidar as consciências sociais (que são coletivas) e constituir o ser social em cada indivíduo.

No que se refere aos elementos para pensar o processo de internalização da sociedade encontram-se da teoria de Parsons (1951), autor que, em seu livro, The Social System, constrói a estrutura da organização social, segundo a qual as crianças devem adquirir

capacidades necessárias para a vida adulta, internalizando regras fundamentais para o funcionamento da sociedade. Diz o sociólogo que o indivíduo é funcional para a manutenção da ordem social, sendo que as crianças aceitam, assimilam e internalizam as regras da sociedade na qual estão inseridas, contribuindo com a manutenção e a propagação dos valores e normas que conduzem o seu funcionamento.

O autor destaca que a falta de maturidade biológica das crianças é um elemento evidente e que, durante o seu desenvolvimento, elas carecerão de aprendizados de condutas esperadas para viver em sociedade. "A prática social da criança é sublimada pelos presumíveis interesses do teórico [Parsons] a manter a integração e a ordem no nível analítico [do Sistema Social]" (JENKS: 2002, p.205).

Outros sociólogos que apontaram a sociedade como um produto humano e o homem como um produto social foram Berger e Luckmann, no conhecido livro "A Construção Social da Realidade", publicado em 1966. Na obra, os autores argumentam que a criança não nasce membro da sociedade, mas nasce com a predisposição para tornar-se membro dela. Isso ocorre por meio da interiorização do mundo enquanto realidade social provida de sentido e pela compreensão de nossos semelhantes. Esse processo é realizado pela socialização, que pode ser definida como "a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela" (BERGER; LUCKMANN: 1985, p.175).

Percebe-se que a infância era considerada como um período transitório, por meio do qual as crianças iriam internalizando passivamente a cultura adulta, e durante esse período às crianças foram associadas a compreensões relacionadas à incompletude, imaturidade, incompetência, uma vez que o padrão estabelecido como referencia era o cidadão adulto.

Em texto de 1994, Jens Qvortrup argumenta que os estudos sociológicos tradicionalmente privilegiavam a socialização da criança, voltando seu olhar para a família e para a escola, grupos dos quais era

considerada dependente. O autor retoma a documentação elaborada pela socióloga canadense Anne-Marie Ambert, em 1986, para ressaltar "a 'quase inexistência' de estudos sobre a infância nas principais correntes da Sociologia", num estudo que incluiu "sociólogos clássicos como Comte, Marx, Pareto, Weber, Durkeim, Simmel, Mead, Parsons e Merton, os quais evitavam, propositadamente ou não, a infância" (QVORTRUP:2010, p.633).

Alanen (2001a), por sua vez, aponta que a sociologia abordava as crianças por meio de uma "pseudo-inclusão" nas discussões do campo, uma vez que as crianças pareciam ser a preocupação central, mas na verdade estavam sendo consideradas como uma variável dependente sendo incluída nas discussões da sociologia da família e da educação, mas sem trazer as crianças e suas preocupações para dentro da sociologia. A autora pontua ainda que a ausência das questões das crianças nas ciências demonstra o adultocentrismo neste campo científico, pois as crianças só eram retratadas pelo ponto de vista dos adultos e de seus interesses específicos ou nas perspectivas que os adultos gostariam que as crianças fossem quando crescessem, com projeções para quando se tornassem seres sociais.

No final da década de 1980, questões sobre a infância e sobre as crianças começaram a ser formuladas em diferentes países, e as investigações realizadas trouxeram informações sobre a infância e revelaram a marginalização das crianças no âmbito científico. Em 1987, Qvortrup afirmava que "a compreensão sociológica da infância na interface entre proteção e interesses sociais estruturais permaneceu rudimentar" (p.3), pois os primeiros estudos da infância sob uma abordagem sociológica estavam relacionados à vulnerabilidade das crianças, a questões de proteção, a situações de risco e a problemáticas afins. O sociólogo liderou pesquisa pioneira e defendeu o estudo da infância por meio de fatores macros-sociológicos que determinam o bem-estar das crianças, ou seja, que os sociólogos, a partir das orientações teórico-metodológicas de sua disciplina, olhem "para as relações causais entre as demandas dominantes da sociedade e as condições gerais em que crianças vivem" (Ibid., p.4).

Além disso, pesquisas sobre crianças - com foco nas relações de pares, na amizade, na cultura de pares das crianças (CORSARO: 1985, 1997) - e a preocupação em ouvir o que as crianças dizem, considerar seus pontos de vista e discutir a competência de sua atuação e sua agência forneceram maior visibilidade para as crianças e para a infância no campo científico e social.

O sociólogo norte-americano William Corsaro realizou pesquisa sobre os processos de socialização das crianças e criou o termo reprodução interpretativa, como denominação alternativa ao processo. Ele afirma que o uso do termo "socialização" pode remeter à ideia de preparação da criança para uma vida futura, enquanto "reprodução interpretativa" pode superar a interpretação individualista do conceito historicamente elaborado para a socialização. Interpretativa por considerar a criatividade das crianças na participação social e reprodução pelo fato de as crianças não apenas internalizarem o meio social, mas modificarem-no e reproduzirem-no nas relações sociais (CORSARO: 2011, p.31).

Segundo ele, as crianças são "agentes sociais que contribuem para a reprodução da infância e da sociedade, por meio de negociação com adultos, e de sua produção criativa de uma série de culturas de pares com outras crianças" (CORSARO: 2011, p.26). Para o autor, "a noção interpretativa desafia a sociologia a levar as crianças a sério e a apreciar as contribuições infantis para a reprodução e para a mudança social" (Ibid., p.26).

Em 1990, James e Prout definem um novo paradigma para a infância. Jens Qvortrup (1991) propõe a infância como uma construção social, elaborada para e pelas crianças, e considera-a como uma variável de análise, assim como classe, gênero e etnia. Desenvolve-se o argumento de que as crianças podem e devem ser estudadas para os seus próprios direitos e referidas como "ativas na construção e determinação de suas próprias vidas sociais, a vida de si mesmas e da sociedade em que vivem" (JAMES; PROUT: 1990, p.8).

Assim, ao longo do tempo, diferentes conceitos e temas são apropriados, amplificados ou desenvolvidos pela sociologia da infância como um campo em construção e desenvolvimento. A existência de uma ordem geracional composta por infância, idade adulta e velhice distingue grupos específicos da população, e as crianças como um grupo social, estabelecendo infância como categoria de estrutura social (ALANEN: 2001, p.13).

Evidencia-se que a definição do ramo "infância" ainda é jovem na sociologia (BÜHLER-NIEDERBERGER: 2010, p.155) e traz novas definições teóricas para a perspectiva dos estudos da criança e da infância, impulsionando não apenas discussões por diferentes perspectivas, mas propondo abordagens metodológicas que possam considerar a perspectiva das crianças nas pesquisas.

Este campo da sociologia considera a infância como categoria social geracional e concebe as crianças como sujeitos de direitos. Sua ação social é reconhecida pelo fato de, ao ingressarem no mundo, modificarem as relações sociais estabelecidas com as pessoas ao seu redor. Elas são compreendidas como membros da sociedade, o que serve de base para indicar a importância de se conhecerem as maneiras como as crianças pensam e agem na sociedade, além de investigar como os processos econômicos, políticos e sociais interferem sobre suas vidas.

A partir do momento em que se percebe a infância como uma realidade socialmente construída (ÀRIES, 1986), considera-se que as variações históricas e culturais produzem um modo de ser criança em determinado momento histórico (GAITÁN MUÑOZ: 2006, p.44). Nesse sentido, a infância passa a ser vista como parte permanente da estrutura social, de forma que as crianças são afetadas pelas mesmas situações que os adultos e que os fatores macros-sociais que interferem no mundo adulto e na velhice também atingem a infância (QVORTRUP: 1991, 2011).

Partir do novo paradigma de estudos das crianças pressupõe considerar novas aproximações científicas para infância e discutir as maneiras como os trabalhos no campo se apropriam desse paradigma para realizar as pesquisas; caracterizando e problematizando questões específicas da infância em determinados países, bem como tendo a preocupação de colocar a criança em foco.

De acordo com Nascimento (2018) conhecer as crianças demanda pensá-las a partir de uma condição de estranhamento, que em consonância com Jenks (2002, p.187) cabe destacar que "a criança não é imaginada senão em relação a uma concepção de adulto, embora seja impossível criar uma noção precisa da adultez e da sociedade adulta sem primeiro tomar em consideração a criança". Desde modo, reconhecer que as crianças compreendem o mundo de maneiras distintas dos adultos, e que possuem particularidades e singularidades na forma de se expressar e de se relacionar com ele, desafia pesquisadores a conhecê-las e investigá-las a partir de diversas perspectivas.

A complexidade da infância parece requerer, portanto, diferentes campos de conhecimento para o desenvolvimento de seu estudo. Conforme afirma Sarmento (2008) a sociologia da infância "propôs-se a colocar a infância no centro da reflexão das Ciências Sociais" (p.32). Segundo o autor, a sociologia da infância constitui o campo interdisciplinar conhecido como Estudos da Infância (Childhood Studies), o qual inicialmente foi composto pela sociologia e pela a antropologia, que tiveram dificuldade em utilizar conceitos e métodos investigativos de cada área para pesquisar as crianças e a infância, tendo sido desafiadas a uma interlocução entre referências teórico-metodológicas distintas (QVORTRUP; CORSARO; HONIG: 2009).

O campo dos estudos sociais da infância vai trazendo visibilidade ao um grupo que historicamente foi marginalizado no campo científico, de forma a propor uma "autonomia conceitual" (QVORTRUP: 2010)

para estudar as crianças, trazendo suas vozes e perspectivas para o campo científico, e assim, elas passam a ser estudadas por seu direito próprio e não mais referenciando a produção da sociedade adulta.

Centrar as pesquisas com a participação das crianças, reconhecendo-as como sujeitos atuantes, falantes, com opiniões e pontos de vista sobre as experiências que vivem, bem como as situações que as afetam, explicando o mundo que as crianças conhecem, uma vez que elas, enquanto sujeitos sociais que vivem as experiências plurais da infância e nela participam, é uma forma de levar as crianças a sério no meio científico (ALANEN: 2001a), colocando-se como um caminho promissor na reconstrução do papel das crianças na sociedade.

Os estudos sociais da infância na América do Sul: visibilidades e perspectivas a partir das publicações científicas

Desenvolvido inicialmente nos países do hemisfério Norte, o campo dos estudos da infância tem-se expandido para diversos países do mundo com produções e publicações que visam a "libertação" das crianças dos estudos da família e da psicologia do desenvolvimento e das teóricas clássicas da socialização, a partir de um ponto de vista sociológico, considerando as crianças como sendo na sociedade e não apenas como um vir a ser, trazendo visibilidade para os diversos contextos políticos, sociais, culturais e geográficos que influenciam a vida das crianças e o modo de compreender a infância.

Pesquisa concluída em 2017, financiada pela FAPESP, com objetivo de mapear as produções científicas sobre a infância na América do Sul desde a perspectiva dos estudos sociais da infância, e que estabeleciam diálogo com o paradigma proposto por James e Prout em 1990, permitiu localizar 1165 produções sendo que destas 501 foram consultadas por apresentar maior proximidade com o campo (VOLTARELLI: 2017).

Assim para essa discussão retomam-se alguns dados da pesquisa de forma a apresentar indicativos sobre temáticas e discussões sociológicas relacionadas à infância nos países hispano-falantes do continente a fim de ressaltar quais perspectivas e/ou problemáticas tem sido colocadas ao centro das publicações científicas nos últimos anos.

Compreender a infância desde o hemisfério Sul, tendo em conta as particularidades dos países que o compõem, implica considerar a colonização, efeitos da globalização e neoliberalismo. As hierarquias estabelecidas não ocorrem apenas economicamente, mas nas formas de produzir o conhecimento científico, que estiveram submersas a relações dominantes de produção e de difusão do conhecimento, além de demonstrar a constante necessidade de superar o pensamento hegemônico e excludente, que desconsidera as realidades sociais e problemáticas que emergem dos países subdesenvolvidos (GOMES: 2012).

No Brasil, os estudos sobre a infância destacavam as crianças como problemas sociais, sendo que após a aprovação da Constituição Federal (1988), com a ratificação da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (1989), e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as crianças passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos. Este elemento, de acordo com Castro e Kosminky (2010), aponta a transformação das pesquisas acadêmicas que passam a trazer maior visibilidade para a infância, bem como a focaliza na agenda política. Cabe destacar que enquanto campo científico nota-se que os estudos da infância atualmente no país estabelecem estreita relação com o campo da educação infantil (NASCIMENTO et al: 2013).

Nos países hispano-falantes da América do Sul verifica-se que o campo emerge a partir de campos disciplinares distintos, tais como antropologia da educação, sociologia da juventude e da educação, direitos humanos, história social e da psicologia social, no qual se observa um movimento interdisciplinar para dialogar sobre os estudos sociais da infância (VOLTARELLI: 2017).

Demonstrando a necessidade de um diálogo multidisciplinar desde o princípio, o campo dos estudos sociais da infância na América do Sul demarca que a compartimentação dos estudos adotam visões parciais da infância, as quais se colocam como insuficientes para compreender a diversidade dos contextos que mesclam "linguagens, trajetórias políticas, econômicas, sociais e composições étnicas que afetam a vida das crianças" (SZULC; COHN: 2012).

Pautando-se na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças – CDC - (1989) enquanto marco para estruturação dos estudos sociais da infância nos países que compõem a América do Sul, nota-se que a militância pelos direitos das crianças para garantir a efetivação em cenários com imposições paternalistas, que desconsideram as reais necessidades das crianças nestes países, se fazem presentes nas discussões científicas, juntamente com abordagens acerca dos interesses de participação social, tal como no âmbito do trabalho por exemplo.

Liebel (2016) aponta que muitas crianças do hemisfério Sul são vistas sem infância por fugir da compreensão universal e ideal associada à escolarização e as brincadeiras, sendo protegida em espaços institucionais que garantam seu desenvolvimento integral. Baseado nos estudos da antropóloga holandesa Nieuwenhuys (2013, p.254), o autor destaca três perspectivas para o desenvolvimento dos estudos da infância no Sul, a saber: 1) a infância do Sul não deve ser comparada aos padrões de infância predominantes do Norte ao ponto de qualificá-las como problemáticas; 2) o predomínio normativo da infância do Norte traz uma vasta produção do conhecimento que não considera os contextos da infância do Sul e que impõe uma visão eurocêntrica; 3) faz-se necessário levar em conta essas limitações para pensar a ação social das crianças do Sul, que difere dos padrões de infância comuns nos países do hemisfério Norte.

Sabe-se que os problemas sociais na América do Sul possuem uma magnitude distinta dos países do hemisfério Norte, associados à violência, exploração infantil, abusos sexuais, pobreza, crianças em situação de rua, maus-tratos, tráfico de crianças, que se configuram como alguns

exemplos dos problemas múltiplos associados às condições de vida das crianças nestes países. Assim, as produções sul-americanas indicam discursos sobre políticas sociais relacionadas à assistência, ao controle dos menores, a proteção das crianças em situação de vulnerabilidade, em situação de risco, em processos migratórios, expostas a violência e sobre o trabalho infantil (VOLTARELLI: 2017)

Deste modo, nota-se que a preocupação de pesquisadores do campo dos estudos sociais da infância nos países da América do Sul, é trazer visibilidade aos temas relacionados como bem-estar e as políticas públicas direcionadas à infância, com discussões sobre a maneira que as crianças vivem e as suas necessidades reais diante do contexto sul-americano.

Pensar no bem-estar infantil remete ao diálogo sobre as intervenções públicas para garantir os direitos sociais, melhorar a qualidade de vida das crianças juntamente com aspectos relacionados com a cidadania. A esta discussão cabe acrescentar que se por um lado observa-se no âmbito legal, científico e político avanços na compreensão e no discurso sobre os direitos das crianças, por outro ainda nota-se que as práticas voltadas para as crianças continuam arraigadas na compreensão da proteção como assistencialismo, correção e disciplinamento (ARANTES, 2012). Discorrer sobre os direitos das crianças, nos países sul-americanos, nos quais se nota que a fome, desnutrição, mortalidade infantil continuam fortemente presentes nas sociedades, a garantia de efetivação dos direitos se distancia da realidade, na qual desigualdade social, as situações de extrema pobreza, violência e vulnerabilidade agravam ainda mais as condições de vida das crianças.

As produções indicam que as teorias sobre o desenvolvimento humano, o conceito de criança universal e a criança como devir influenciaram a elaboração e desenvolvimento das políticas para infância, e com a ratificação da CDC e a necessidade de elaborar sistemas de proteção social para as crianças e adolescentes tornou-se objeto central nas discussões científicas, a fim de garantir os direitos das crianças, além de promover a visibilidade das crianças como sujeitos de

direitos e não apenas como objetos de proteção (GAITÁN MUÑOZ: 2006).

Segundo Arantes (2012) os direitos pontuados pela CDC definem que atenção e ações as crianças não devem limitar-se apenas a partir da leitura de sua vulnerabilidade (proteção) e dependência do adulto (provisão), mas assegurar que as crianças possam exprimir suas opiniões livremente, devendo ter suas perspectivas consideradas (participação). A autora ressalta que a escuta das crianças continua sendo uma das principais dificuldades na compreensão e implementação deste direito, uma vez que as crianças possuem diversas formas de expressão que não são consideradas pelos adultos, além do entendimento das crianças como sujeitos sociais e cidadãs no presente ainda não são compartilhadas pelos profissionais que trabalham com a infância.

Cabe mencionar que se soma às políticas sociais, indicada anteriormente, a baixa capacidade do Estado em garantir e fortalecer os direitos das crianças devido a fatores relacionados à realidade social e econômicas destes países, muitas vezes pela ausência de intervenções direcionadas para a infância, pela existência de planos e/ou de agenda política desarticulados, além dos problemas de gestão, o que tem configurado políticas direcionadas a proteção das crianças, deixando de lado a participação na sociedade e o exercício da cidadania (LLOBET, 2011, 2013; QUINTERO et al., 2007; TORRADO, 2009).

Entretanto as publicações pontuam que a criação de instituições não governamentais e/ou acadêmicas tem sido instrumento para promover estímulos, campanhas, investigações, projetos, e ações a favor dos direitos das crianças, sendo que entre eles destacam-se o Observatório de Infância da Universidade Nacional da Colômbia; o Instituto de Formação de Educadores de Jovens, Adolescentes e Crianças Trabalhadoras (IFEJANT) no Peru; o Centro de Investigações da Infância, Adolescência e Juventude (CINAJ) no Equador; o Observatório da Infância e Adolescência no Chile, dentre outros.

As discussões nas pesquisas reforçam que as políticas públicas para além de favorecer a provisão e a proteção, devem proporcionar subsídios com o intuito de potencializar a cidadania ativa e a participação infantil nas diversas esferas sociais. Destacam a emergência de alinhar as políticas para infância com as da família e de gênero, de modo que as crianças que vivem distantes de suas famílias (seja por separação dos pais, imigração ou refugiadas) tenham assegurados seus interesses e direitos.

As crianças à margem foram retratadas por meio de pesquisas que focalizaram as situações de vulnerabilidade em que se encontram, relacionadas à pobreza, vivência nas ruas ou estando em situação de rua, conflitos com a lei, institucionalização da infância e menoridade. Estas pesquisas buscaram compreender não apenas as relações com Estado e políticas públicas, mas também os direitos e a participação social das crianças, ressaltando o protagonismo de meninas e meninos inseridos em contextos plurais e complexos, que assumem responsabilidades distintas, demarcando o papel social da infância como fundamental na estrutura das sociedades, mas que historicamente não foram elucidados nas pesquisas por priorizar a ação adulta.

Na Argentina as crianças em situação de rua foram um dos temas centrais de pesquisa, a fim de compreender as relações entre os pares, as estratégias para lidar com as situações da rua, com análises a partir do gênero das crianças, os motivos que foram para as ruas e também o modo como ali passam significativa parte do dia para realizar trabalhos no meio urbano, a fim de ajudar suas famílias (GENTILE: 2008; MACRI: 2013). As trajetórias laborais de crianças e adolescentes também foram temas de pesquisa, a fim de trazer a perspectiva das crianças sobre a necessidade do trabalho para contribuir com a economia familiar, devido aos impactos da crise e a necessidade de sobrevivência; assim como o trabalho infantil também foi abordado nas pesquisas realizadas com as crianças enquanto atividade formativa, com importante participação social no ambiente familiar e para a apropriação da cultura (PADAWER, 2010).

No Chile destaque é dado para as produções que abordam a imigração infantil, constituindo-se como referencial teórico para a América Latina por trazer o ponto de vista das crianças nos processos migratórios, com recorte geracional, étnico e de gênero, as produções indicam as relações estabelecidas entre adultos e crianças e como as negociações de autoridade são modificadas com a chegada em outro contexto social; como as crianças lidam com os pares na inserção escolar; bem como discussões acerca dos preconceitos que sofrem por serem imigrantes (PAVEZ SOTO: 2010, 2012).

Na Colômbia a participação das crianças em conflitos armados e o papel da escola na reconstrução da paz foram aspectos centrais discutidos em âmbito científico, sendo que esse cenário demandou dos pesquisadores estudos relacionados a políticas sociais de forma a pensar em projetos que promovessem a construção da paz, juntamente com a releitura sobre as crianças e infância, enquanto atores sociais na mudança políticas e culturais da sociedade, destacando também suas participações e perspectivas.

A infância rural e campesina foi abordada pelas produções peruanas e bolivianas, de forma destacar a agência das crianças no interior das famílias e também diante do meio urbano. Vistas como essenciais para a economia familiar, as crianças iniciam a participação no trabalho desde muito cedo, estabelecendo relações com os pares que contribuem para que sigam o trabalho sem a supervisão adulta, o que fortalece e gera laços entre as crianças e traz indicativos de uma cultura da infância campesina que ainda é pouco estudada no âmbito científico. Além disso, o cuidado dos irmãos menores, as responsabilidades assumidas desenvolvem a identidade e sentido de pertencimento no meio rural, bem como as aprendizagens sobre o meio doméstico e agrícola proporcionam maior participação social.

Participação e protagonismo infantil também foram elucidadas na pesquisas sul-americanas. Pensar a participação na América do Sul implica considerar, desde um ponto de vista socioeconômico, as desigualdades sociais, as opressões, a segregação social, discriminação,

preconceitos, racismo estrutural, subordinação, além de discursos colonizadores que limita a possibilidade de participação das crianças na sociedade. Protagonismo infantil é um conceito que, segundo o autor peruano Cussiánovich (2001) surge na América do Sul, a partir da educação popular vinculado aos movimentos das crianças e jovens trabalhadores que por volta dos anos 70 se organizam para exigir melhores condições de vida e reconhecimento de suas capacidades de decisão em relação a seus interesses e circunstâncias que afetam suas vidas. Cabe mencionar que o termo ganha evidência com a ratificação da CDC a qual reconhece o direito da participação das crianças em âmbito internacional.

A infância indígena também foi evidenciada nas publicações, que por meio de estudos antropológicos e sociológicos, buscaram investigar a participação das crianças na configuração das aldeias; a influência da educação colonialista que desconsidera e desvaloriza o saberes das crianças e de suas famílias; as perspectivas e tradições religiosas; bem como a diversidade lingüística, os quais foram elementos pontuados para compreender as crianças indígenas nos diversos países sul-americanos, trazendo visibilidade para a efetivação dos direitos destas crianças e consideração dos modos distintos de suas infâncias, devendo ter suas singularidades respeitadas.

Do mesmo modo as produções acerca da infância andina dialogam com as construções sócio-culturais da infância, apontando para as experiências heterogêneas de ser criança entre as culturas, bem como nas diferencias de gênero, pertencimento étnico, classes sociais, idades, contextos geográficos em que vivem, o que imprime modos de compreensão sobre a pluralidade de infâncias questionando perspectivas eurocêntricas, etnocêntricas, colonizadoras, androcêntricas que invisibilizam as infâncias do continente sul americano.

A essa discussão acrescenta-se as considerações de Cavagnoud et al (2013) quando pontua que as ciências sociais na América Latina começam a por no centro das discussões científicas as crianças enquanto atores e participantes da sociedade, o que demanda compreender

como se dá o sentido de pertencimento nas sociedades em que estão inseridas; que responsabilidades assumem; quais tipos de relações geracionais elas são estabelecidas no interior das comunidades em que vivem; entendimento dos papéis que assumem nas tarefas domésticas, no trabalho econômico, no trabalho nas ruas, nas atividades escolares e em toda a sociedade de um modo mais amplo.

Pautados no diálogo com campos da história, sociologia e antropologia da infância, as produções científicas indicam que o reconhecimento das crianças como agentes e participantes da sociedade colocam em evidencia as tomadas de decisões individuais e coletivas que as crianças realizam em seus diversos cotidianos, elaborando estratégias de sobrevivências em sociedades onde a desigualdade social marca as infâncias e demonstra como a precariedade da ação estatal demanda como elas ajustem comportamentos diante das circunstâncias e problemas que enfrentam, sendo diferente e muitas vezes similar as posturas adultas (AMES, 2013).

Metodologias de pesquisa e preocupações éticas com a participação das crianças também foram centrais nas publicações científicas sul-americanas, o modo com as crianças são convidadas a participar, a escolha dos instrumentos de coleta de dados, a forma como suas perspectivas são pontuadas nos textos finais produzidos pelos adultos, assinalam a preocupação com a manipulação das crianças e uso decorativo de suas falas nos textos acadêmicos, o que demonstraria uma falta de respeito com as crianças (SZULC, 2008), bem como se sugere que as vozes sejam respeitadas e contextualizadas nas publicações. Nos últimos anos a consideração das crianças enquanto co-investigadoras e co-autoras das investigações tem se apresentado de forma tímida, entretanto em algumas pesquisas essa participação foi identificada no âmbito escolar (MILSTEIN, 2010).

Enquanto campo em pleno desenvolvimento, os estudos da infância deste continente tem demonstrado esforços em localizar as sociedades que as crianças vivem e o que significa viver a infância em cada espaço demográfico, que de acordo com Moss (2011) estaria o cerne deste campo científico.

Jaramillo Garcia (2018) aponta que ademais de explorar a relação infância e sociedade é necessário construir uma representação da infância desde o hemisfério Sul, de forma a abranger as características, história, saberes, e culturas originárias, considerando os contextos de violência, dominação e subalternização que perpassam a vida das crianças nos países, em suas diversas particularidades sociais, econômicas e políticas, de maneira que se possa produzir um pensamento científico que esteja de acordo com a nossa realidade.

Considerações finais

De maneira geral os estudos aqui considerados assinalam as contribuições do campo dos estudos da infância e evidenciam discussões sobre o direito das crianças, ressaltando as lacunas em relação à cidadania, trazendo visibilidade para o campo acadêmico e político, apontando os problemas sociais que perpassam as infâncias do continente, os espaços que as crianças têm ocupado socialmente, ampliando a compreensão da infância para além da família e sociedade.

Tirar as crianças da marginalidade social e científica ainda é um desafio para pesquisadores, estudiosos e para elaboração de uma agenda pública comprometida com a infância, além disso, o enfoque teórico e metodológico precisa alcançar a pluralidade de infâncias no contexto sul americano, de maneira a compreender como as crianças afro-descendentes, mestiças, indígenas, andinas, amazônicas, quilombolas, ribeirinhas, dentre tantas outras presentes no continente constroem a sociedade e por elas são construídas, questionando posturas paternalistas, eurocêntricas, discriminadoras, autoritárias e antidemocráticas que desconsideram o protagonismo infantil e as contribuições das crianças para a estrutura social.

Pensar as infâncias fora dos muros das escolas, dialogar com as crianças sobre as situações que vivem e promover diálogos metodológicos e éticos que respeitem e visibilizem essas infâncias, são desafios que ainda estão vigentes para pesquisadores e estudiosos da infância.

Conforme ressalta Padawer (2015), a realidade latino-americana "tem uma particularidade que, digamos, onde a infância majoritária é uma infância pobre, uma infância indígena, e então dá-lhe como uma impressão e certos interesses que talvez nos Estados Unidos ou na Europa não tiveram".

As investigações que focalizam os diferentes grupos de crianças sul-americanas vão provocar e convocar, portanto, diversos tipos de projetos de pesquisa, além disso, pode-se dizer ainda que os principais conceitos do campo dos estudos sociais da infância produzidos no hemisfério norte não sejam suficientes para compreender os contextos socioculturais diversos e plurais, requerendo que ao menos, tenham que ser problematizados quando forem utilizados em outros cenários sociais. O que alude compreender que existem diferenças nas maneiras como as crianças são teorizadas no hemisfério norte e sul, o que demanda por avanços no campo, em âmbitos teóricos e metodológicos.

Reconhecer a potencialidade que os pesquisadores sul-americanos possuem para compreender os contextos em que estão inseridos, teorizar o hemisfério Sul e aprender a partir do Sul e com o Sul, conforme propõem Santos e Meneses (2010), parecem ser indicativos para a consolidação e manutenção do campo na América do Sul, bem como na América Latina.

Referências

Alanen, L. (2001)
'Childhood as a Generational Condition: Children's Daily lives in a Central Finland Town', in L. Alanen, and B. Mayall (eds) Conceptualizing Child-adult Relations. London: Falmer Press, 129–143.

Alanen, L. (2001a).
Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: Castro, L. R(Org.) Crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: NAU, 19-46.

Ames, P. Niños y niñas andinos en el Perú: crecer en un mundo de relaciones y responsabilidades. BULLETIN de l'Institut Français d'Études Andines, Tome 42 (3), Lima- Perú, 389- 410.

Ames, P.; Rojas, V. (2010).
Infancia, transiciones y bienestar en Perú: una revisión bibliográfica. Lima: GRADE; Niños del Milenio.

Andrade, L.B.P. De. (2010).
Direitos da infância: a tutela e proteção à cidadania e educação. In: Andrade, L.B.P. de Educação Infantil. Discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica.

ARANTES, E. M. M. de. (2012).
Direitos da criança e doadolescente: um debate necessário. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, 24 (1), 45 – 56.

Ariès, P. (1986).
A história social da criança e da família (2a ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.

Bauman, Z; May, T. (2010).
Aprendendo a Pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Berger, P.; Luckmann, T. (1985).
A construção social da realidade. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bourdieu, P. (1996).
As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras.

Bühler-Niederberger, D. (2010).
Childhood Sociology in Ten Countries: Current Outcomes and Future Directions. Current Sociology, 58 (2), 369-384.

Castro, L. R. De; Kosminsky, E. (2010).
Childhood and its Regimes of Visibility in Brazil. An Analysis of the Contribution of the Social Sciences. Current Sociology, 58 (2), 206-231.

Cavagnoud, R.; Suremain, Charles-Édouard de & González, Palmira La Riva (2013).
Introducción. BULLETIN de l'Institut Français d'Études Andines, Tome 42 (3), Lima- Perú, 323-332.

Corsaro, W. (2011).
Sociologia da infância. Porto Alegre, RS: Artmed.

Corsaro, W. (1997).
The sociology of childhood. Thousand Oaks. Pine Forge Press.

Corsaro, W. (1985).
Friendship and peer culture in the early years. Norwood, N.J.: Ablex.

Cussiánovich, A. (2001).
Whatdoes protagonism mean? In: Liebel, M.; Overwien, B.& Recknage, A.(Eds.)Working children's protagonism: Social movements and empowerment in Latin America, Africa and India, (157-69). London: IKO.

Durkheim, E. (1978).
Educação e sociologia. Trad. Lourenço Filho, 4ª edição, São Paulo: Edições Melhoramento, 1955, 11ª edição.

Durkheim, E. (1984).
Sociologia, Educação e Moral. Porto: RÉS-Editora.

Gaitán Muñoz, L. (2006).
El bienestar social de la infancia y los derechos de los niños. Política y sociedad, 43 (1):63-80.

Gentile, M. F. (2008).
Ser niña o niño y 'estar' en la calle. Género y sociabilidad. In: Pojomovsky, J. (Org). Cruzar la calle. TOMO 2: Vínculo con las instituciones y relaciones de género en niños, niñas y adolescentes en situación de calle, Buenos Aires, Espacio.

Gomes, F.M. (2012).
As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. Revista Páginas de Filosofia, 4 (1), 39-54.

James, A.; Prout, A. (1990).
Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the Sociological Study of Childhood. London: The Falmer Press.

Jaramillo, E. (2018).
Pensamiento social sobre la infancia: una mirada sociohistórica desde el sur global. Discursos Del Sur, Revista De Teoría Crítica En Ciencias Sociales, (2), 203-232.

Jenks, C. (2002).
Constituindo a Criança. Educação, Sociedade e Culturas. Crescer e aparecer ou... para uma sociologia da infância. n. 17. Porto: Afrontamento, 185-216.

Liebel, M. (2016).
¿Niños sin Niñez? Contra la conquista poscolonial de las infancias del Sur glob. Millcayac - Revista Digital De Ciencias Sociales, 3(5), 245-272.

Llobet, V. (org.).(2013).
Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO.

Llobet, V. (2011).
Las políticas para la infancia y el enfoque de derechos en América Latina: algunas reflexiones sobre su abordaje teórico. Fractal: Revista de Psicología, 2 (3): 447-460.

Macri, M. (2013).
Trabajos infantiles e Infancias: Deconstruir mitos para ganar derechos. Revista Infancias de Latinoamérica-Culturas y Derechos, jun.,1 (1), 1-10.

Martins, C. B. (1994).
O que é sociologia.São Paulo: Brasiliense.

Milstein, D. (2010).
Children as Co-Researchers in Anthropological Narratives in Education. Ethnography and Education,5 (1), 1-15.

Moran-Ellis, J. (2010).
Reflections on the sociology of childhood in the UK. Current Sociology, 58 (2), 186-205.

Moss, P. (2011).
Beyond Early Childhood Education and Care. Early Childhood Education and Care. Stockholm.

Nascimento, M. L. B. P. (Coord.) (2013).
Infância e Sociologia da Infância: entre a invisibilidade e a voz. Relatório Científico. São Paulo: FEUSP/ CNPq.

Nascimento, M. L. B. P. (2018).
Estudo da infância e desafios da pesquisa: estranhamento e interdependência, complexidade e interdisciplinaridade. Childhood & philosophy, Rio de Janeiro, 14(29), 11-25.

Nieuwenhuys, O. (2013).
Theorizing childhood(s): Why we need postcolonial perspectives. Childhood , 20(1), 3-8.

Padawer, A. (2015).
[Entrevista cedida a] Monique Ap. Voltarelli. In: Voltarelli, M.A. Estudos da infância na América do Sul: pesquisa e produção na perspectiva da sociologia da infância, 2017. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, SP.

Padawer, A. (2010).
Tiempo de estudiar, tiempo de trabajar: la conceptualización de la infancia y la participación de los niños en la vida productiva como experiencia formativa. Horiz. antropol., Porto Alegre, 16 (34), 349-375.

Parsons, T. (1951).
The Social System. New York: Free Press.

Pavez Soto, I. (2012).
Inmigración y racismo: experiencias de la niñez peruana en Santiago de Chile, Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos, 17 (1), 75-99.

Pavez Soto, I. (2010).
La participación infantil en los procesos migratorios. Las niñas y los niños de familias peruanas en Barcelona. Papers, Revista de Sociología, 95 (2), 441-455.

Quintero, L .F. A.; A. Estrada; A. M. O. Mejía, J. R. A. Castro y M. G. Jiménez (2007):
Una perspectiva internacional de los derechos de la niñez, Perspectivas Internacionales, 3(1), 85-103.

Qvortrup, Jens. (2010).
A infância enquanto categoria estrutural. Educação e Pesquisa, 36(2), 631-644.

Qvortrup, J. (2011).
Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". Pro-Posições, 22 (1), 199-211.

Qvortrup, J. (1991).
Childhood as a Social Phenomenon: an Introduction to a Series of National Reports. Eurosocial Report. Vienna: European Centre, 36.

Qvortrup, J. (1987)
Introduction, International Journal of Sociology, 17(3), 3-37.

Qvortrup, J; Corsaro, W.; Honig, Michael-Sebastian.(2009).
The Palgrave Handbook of Childhood Studies. Palgrave Macmillan.

Santos, B. De S.; Meneses, M. P. (Org.) (2010).
Epistemologias do Sul.São Paulo: Cortez.

Sarmento, M. J. (2008).
Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: Gouvea, M.C.; Sarmento, M.J. (orgs.) Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 17-39.

Szulc, A. ; Cohn, Clarice.(2012).
Anthropology and Childhood in South America: Perspectives from Brazil and Argentina. AnthropoChildren, 1 (1).

Szulc, A. (2008).

La investigación etnográfica con niños y niñas. aportes e inquietudes. Simposio "Antropología y Niñez: Desafíos contemporáneos en América Latina". Buenos Aires.

Torrado, M.C.(2009).
Retos para las políticas de primera infancia.Bogotá: CES.

Unda, R. (2003). Sociología de la Infancia y Política Social ¿compatibilidades posibles?, In: IFEJANT: Infancia y adolescencia en América Latina. Aportes desde la sociología, Tomo I, Lima: IFEJANT, 15-29.

Voltarelli, M. A. (2017).
Estudos da infância na América do Sul: pesquisa e produção na perspectiva da Sociologia da infância. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.



Educação inclusiva de jovens com deficiência até o nível mais alto no México

A importância da transparência da informação para garantir o direito à educação

Norma Del Río Lugo

Membro do Conselho Consultivo
do Sistema Nacional de Proteção
Integral à Criança e ao Adolescente.
Membro da Aliança pelos Direitos da
Criança e do Adolescente, México.

nadelrio@gmail.com

Resumo

O trabalho tem como foco a análise documental da opacidade da informação sobre a inclusão educacional de jovens com deficiência nos níveis de ensino médio e superior no México, bem como as disparidades nos números relatados de forma dispersa e com problemas para a repartição dos dados. As informações especializadas coletadas pelos órgãos oficiais de informação omitem muitos indicadores que são dados para a população em geral, de forma que seja muito difícil verificar os avanços ou retrocessos na inclusão educacional, nas quatro dimensões do direito à educação: acessibilidade, acessibilidade, adaptabilidade, aceitabilidade.

Palavras-chave: Inclusão educacional, jovens com deficiência, ensino superior, indicadores educacionais, transparência da informação, México.

A desigualdade implica distância entre um e outro, a exclusão implica uma distância irrecuperável, a degradação dos excluídos, que passa para a categoria de negado.
(Gimeno, 2001:160)

Já na Convenção contra a Discriminação na Educação de 1960 (UNESCO) definida em seu primeiro artigo, a discriminação educacional como: "a) exclui uma pessoa ou um grupo do acesso às várias notas e tipos de educação b) limite a um nível inferior a educação de uma pessoa ou de um grupo" (UNESCO, 2010).

Relatórios internacionais sobre deficiência enfatizam repetidamente a falta de informações confiáveis e claras para apoiar programas e políticas públicas (OMS, 2011). Em seu Relatório sobre o Direito à Educação das Pessoas com Deficiência, o ex-relator da ONU Vernor Muñoz afirmou que "a insuficiência de supervisão pública da educação das pessoas com deficiência levou à incerteza sobre a extensão exata de sua exclusão do sistema educacional" (Muñoz, 2007:5).

Esta afirmação parece se aplicar ao sistema educacional mexicano, especialmente quando resiste a conceber a educação inclusiva "de uma perspectiva expansiva", como aponta Muñoz, "abrangendo até mesmo a formação profissional" conforme estabelecido no artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007). O Relatório de Observações Conclusivos da ONU sobre a Convenção recomenda, entre outros pontos, a "coleta sistemática de dados e estatísticas sobre a situação de mulheres e meninas com deficiência com indicadores que possam avaliar a discriminação interseccional"(ONU, 2014). Somente em 2018 foi aprovado o decreto presidencial sobre diversos acréscimos às leis de saúde e população para ordenar o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, que garanta um Cadastro Nacional de População com Deficiência e sua atualização por meio dos certificados de incapacidade emitidos pelo Setor saúde e a inclusão das informações nos registros únicos de identidade da população (Presidência da República, 2018). O órgão responsável por essa tarefa,

oInstituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI),apresentou em seu relatório deatividades de 2019, a proposta metodológica de implementar nos diversos inquéritos e censos, a correspondente divisão de dados e indicadores.

Problematização do acesso à informação

É bastante difícil estabelecer números aproximados que possam nos orientar sobre pessoas com diversidade funcional que conseguem ter trajetórias educativas que os colocam como possíveis candidatos ou estudantes de nível superior. As estatísticas oficiais mais recentes fornecidas pelo INEGI datam de 2014 (INEGI, 2016),derivadas da Pesquisa Nacional de Dinâmica Demográfica (ENADID 2014), da Pesquisa Nacional de Renda e Despesa Familiar (ENIGH 2014) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (ENH, 2014).

Os números absolutos são quase inexistentes e os dados escassos são dados em números relativos, em termos percentuais, onde o universo de referência está em constante mudança e não há padrões de corte de idade estáveis que permitam análises comparativas. A partir de um único número: 7,1 milhões de pessoas com deficiência, o que coloca a população jovem (15-29 anos) em aproximadamente 667.400 9,4% da população total com deficiência e representando 2,2% da população jovem do país.

Para os números relativos à educação temos um corte realmente embaçado: a população de 15 anos ou mais (o que reduz o universo para quase 6,5 milhões), um ponto de partida de pouca ajuda, pois sabemos que a população com deficiência é uma população envelhecida em termos demográficos (82% tem mais de 30 anos, o que nos deixa 18% na faixa de 15 a 29 anos). Assim, os dados que eles nos dão sobre os níveis de escolaridade são fortemente sobrecarregados sobre a população adulta e idosa. Se olharmos para os dados sobre o nível de escolaridade, não nos dá um quadro de acesso à educação, uma vez que boa parte

deles pode ter adquirido a deficiência em idades após sua escolaridade (apenas 11,6% da população adulta afirma que a causa da incapacidade foi congênita). Apesar disso, os níveis de exclusão são muito ilustrativos:

Apenas 6,7% têm ensino superior, contra 18,6% da população sem deficiência, três vezes mais. Esse número escasso varia significativamente, dependendo da entidade em questão, já que no caso da Cidade do México pode subir para quase 15%, enquanto o estado de Guanajuato registra menos de 3%. Mas também se forem homens da Cidade do México, um quinto estará localizado neste nível, ao contrário das mulheres (apenas uma em cada dez), enquanto em Oaxaca a proporção de mulheres é de 1/100. As enormes desigualdades se refletem tanto espacialmente quanto em termos de lacunas de gênero.

Outro dado das estimativas das Pesquisas de Renda e Participação Econômica (ENIGH 2014, ENH 2014) mostra que cerca de 7.701 jovens com deficiência (15 a 29 anos) são estudantes, o que implica que apenas 1,15% do total de jovens nessa faixa etária permanecem no circuito escolar. Esse percentual contrasta com o da frequência escolar na população de 15 a 29 anos, que gira em torno de 32,4%, uma diferença muito considerável, uma vez que seria equivalente à estimativa da população estudantil jovem com deficiência em 216.237. É possível que a diferença seja porque também inclui jovens que trabalham e estudam? Não é muito provável, mas não temos o colapso para poder colocar os jovens nessa condição. Se decidirmos aceitar esse percentual de frequência como válido, seria o equivalente ao da população estudantil mexicana jovem em 2000 (15-24 anos), uma defasagem de quase duas décadas.

Também é conhecida a inclusão diferencial por tipo de deficiência. Para o ensino médio, apenas 4,6% dos jovens com limitações mentais comparecem, ao contrário daqueles com deficiência visual (72,3%) e, em geral, 55,8% dos jovens com deficiência que frequentam, têm menos direito a bolsas educacionais do que seus pares sem deficiência (11,7 vs. 22,2%), por isso não é de surpreender que o comparecimento caia para um terço se residir em cidades pequenas (CONEVAL, 2018; SEP, 2018b).

Nenhum desses dois números divergentes sobre o acesso à educação dos jovens (condição dos alunos ou o atendimento), assegura-nos ou que eles estão em conformidade com a demanda de ensino superior, uma vez que um bom número ainda pode estar estudando nos níveis mais baixos, hipótese plausível dada a enorme defasagem educacional apresentada pela população jovem com deficiência (18-29 anos) de 42,7% para 2016 (CONEVAL, 2018). A escolaridade média dos jovens com deficiência é de 8 anos, três anos a menos do que para jovens sem deficiência, longe da estimativa para alcançar o domínio pleno da leitura e da escrita: 12 anos (Torres del Castillo, 2005).

Deve-se considerar que, em 2014, havia cerca de 526.293 jovens alfabetizados com deficiência, embora não se saiba quantos podem voltar ao analfabetismo funcional que será somado aos 26,7% de jovens analfabetos com deficiência (18-29 anos) (CONEVAL, 2018). Embora não seja o problema em questão, as políticas de pagamento dessa dívida social grave são quase nulas: o Instituto Nacional de Educação de Adultos (INEA) relata apenas uma estratégia focada para atender a população deficiente visual com módulos impressos em Braille para o nível primário e secundário, tendo atendido 66 pessoas (CONADIS, 2016:28)e apenas 1,1% da população com deficiência que tem atraso educacional (CONEVAL, 2018).

Segregação de dados para maior inclusão educacional, o resíduo assimilável?

Há uma novidade na publicação estatística consultada (INEGI, 2016),ao adicionar uma nova categoria à contagem de incapacidades: a população com limitações leves ou moderadas para realizar atividades diárias, fato importante, pois constitui 13,2% da população que seria somada aos 6% da população com deficiência (dificuldades graves ou graves). Com isso, já estamos falando de um quinto da população do país nessa categoria de diversidade funcional: 22,9 milhões, em que a população adulta constitui quase 80%.

Para este novo grupo temos 1.959.200 jovens entre 15 e 29 anos, dos quais 35.145 são indígenas e ainda apresentam atrasos em seus 7,4 anos de escolaridade média, o que equivale ao registrado para a população jovem de Chiapas, a entidade mais desfaçadora social e educacional do país. Essa lacuna aumenta significativamente quando estamos nos referindo a mulheres com chiapanecas ou limitações oaxacanas, cuja escolaridade média equivale ao analfabetismo funcional: menor ou igual a cinco anos.

A limitação mais importante desse grupo de jovens é visual (56,2%), seguida pelo motor (18%) e aprendizado (14,4%). Ao contrário de um terço da população jovem com deficiência frequentando a escola, quase metade do grupo de alunos da escola (45,5%) está nesse grupo com limitações. No entanto, a faixa etária correspondente ao grupo de ensino superior (19-29 anos) participante está entre 15 (incapacidade) e 19% (limitação).

Se olharmos para qual proporção da população economicamente não ativa que estudamos, encontramos novamente grandes disparidades nos dados pouco coletados. Só temos os dados para a população de 15 anos + que é de 7,6% e onde há grandes lacunas de gênero em favor dos homens. A diferença pode ser de 19 pontos percentuais, o que é o caso do Querétaro: enquanto apenas 6,5% das mulheres estudam, 22% dos homens estudam.

Canalizando a demanda educacional de jovens com deficiência

Segundo dados do Ministério da Educação Pública, enquanto no ano letivo de 2014-2015 foram matriculados 18.866 alunos com deficiência (Governo da República, 2015),um aumento do dobro é registrado para o ciclo 2016-2017. De acordo com o formato estatístico 911 (SEP, 2017b),cerca de 36.000 são relatados integrados às escolas de ensino médio regular, embora 55% das escolas não tenham rampas e o fato de mais da metade dos professores relatarem que ajustes curriculares quase nunca foram feitos para atender jovens falantes da língua indígena (INEE, 2017b).

Um pequeno número de alunos com deficiência (620) é atendido no CONALEP (Conselho Nacional de Educação Profissional Técnica) da Cidade do México e Oaxaca (CONALEP, 2017),equivalente a 0,2% de sua matrícula total.

Para o ano letivo 2015-2016, 13.873 alunos foram atendidos nos 273 Centros de Atendimento ao Estudante com Deficiência (CAED) em todas as entidades do país, quase três mil a mais do que no ciclo anterior, e para o ciclo 2016-2017 chegam a "quase" 20 mil alunos que frequentam o ensino médio aberto em um sistema segregado (Governo da República, 2015). Apenas 47 CAEDS, ou seja, um em cada cinco centros, possuem salas de aula chamadas POETA com todas as ferramentas tecnológicas

de informação e redes que apoiam a acessibilidade à aprendizagem, mas nesses centros estão concentrados quase dois terços do alumnado. Segundo o INEE, metade dos jovens com deficiência intelectual estuda nesses centros e, dado o número limitado de CAED's, há um grande número de alunos com deficiência múltipla nos bacharelados regulares (22%), seguindo em frequência os alunos com deficiência visual (INEE, 2017a).

A modalidadede Ensino MédioOnline, programa nacional de bacharelado do Ministério da Educação Pública (SEP), com grande concentração na Cidade do México e no estado do México, conta com cerca de 5% dos alunos com deficiência. O perfil dos alunos tem uma idade mediana de 29 anos, trabalhando, com crianças, um cenário que coloca a população estudantil em estudo com o atraso escolar para trás. Para o ciclo de 2015, havia 4.634 alunos com deficiência e somente neste programa é a decomposição por tipo e grau de incapacidade: quase 70% deles têm limitação visual, 9% limitação auditiva, 15% com deficiência motora, 3% deficiência visual e outros 3% deficiência auditiva. O documento consultado afirma ter materiais visuais e auditivos e textos interativos, embora ainda não haja software de leitura. O programa relata altas taxas de abandono e abandono para toda a população e tem uma matrícula ativa de 150 mil alunos projetados para 2018, três vezes mais do que em 2015 (SEP, 2015).

De acordo com todos esses dados, 35% dos 56.000 jovens em um sistema de "educação especial" de nível médio superior, que são muito propensos a exceder a faixa etária de 15 a 18 anos, bem como a população do ensino médio online,estariam sendo atendidos no CAED jádescrito. O princípio da equidade está ausente para os jovens que vivem em pequenas comunidades. Não há CAED em localidades inferiores a 30.000 habitantes que não possuem os serviços básicos necessários para sua instalação (água, drenagem elétrica, telefone, entre outros) que agrava o vão rural-urbano (SEP-CONEVAL, 2018). Ressalta-se, ainda, que as políticas da Subsecretaria de Ensino Superior seguem esse critério discriminatório de realização de ações de acessibilidade apenas em localidades com população de pelo menos 50 mil habitantes, tendo adaptado para 2016 52% da meta de seis anos (11.085 escolas) (CONADIS, 2016).

Acesso ao ensino superior para jovens com deficiência

A Declaração de Yucatán adotada durante a Segunda Reunião Binacional México-Espanha, em 22 de julho de 2008, sobre "os Direitos das Pessoas com Deficiência na Universidade", foi um primeiro posicionamento público de representantes da Rede de Defensores, Advogados e Chefes de Organizações para a Defesa dos Direitos Universitários para fornecer "um piso mínimo de igualdade" (Conapred, 2008),umasituação que veremos está longe de ser alcançada. Da mesma forma, podemos ver na recente reforma da Lei Geral da Educação no campo da educação inclusiva, a obrigação estabelecida no terceiro transitório para as autoridades educacionais em qualquer um dos níveis, incluindo o nível superior: "estabelecer dentro de um prazo de não mais de 180 dias, critérios gerais para fazer ajustes razoáveis para garantir a educação inclusiva, com atenção ao princípio da progressividade"(SEP, 2016).

Podemos citar pelo menos dois estudos que se concentram na análise

Estados	Total de inscritos	Com Deficiência	porcentagem
Yucatán	33019	1730	5.24
Baja California Sur	17304	849	4.91
Oaxaca	56021	2171	3.88
Queretaro	41066	1296	3.16
Campeche	22923	576	2.51
Chiapas	59103	1257	2.13
México	256318	4561	1.78
Zacatecas	42658	719	1.69
Hidalgo	68255	1125	1.65
Aguascalientes	31503	497	1.58
Tamaulipas	68001	920	1.35
Sonora	84087	1114	1.32
Michoacán	85905	1087	1.27
Colima	17720	202	1.14
Guanajuato	83674	876	1.05
Baja California	86689	904	1.04
Nayarit	27511	263	0.96
Guerrero	58247	545	0.94
Jalisco	148983	1303	0.87
Quintana Roo	22889	188	0.82
San Luis Potosí	56348	412	0.73
Nuevo León	125650	845	0.67
Coahuila	60853	407	0.67
Puebla	136922	849	0.62
Tlaxcala	28554	157	0.55
Sinaloa	126458	669	0.53
Chihuahua	94795	415	0.44
Tabasco	61846	267	0.43
Cidade do México	392226	1637	0.42
Veracruz	170955	485	0.28
Morelos	41115	103	0.25
Dgo	37987	42	0.11
Total	2645585	28471	1.08

Tabela nº 1. (ANUIES 2017-2018) Matrícula absoluta e relativa por estado de Estudantes com deficiência no IES (Elaboração Própria).

da disseminação de programas de inclusão do IEScomo parte de seus serviços educacionais em seus sites institucionais. Das 53 universidades estudadas, apenas 12 apresentaram informações específicas para pessoas com deficiência. (Cruz Vadillo, 2017). O restante estaria "tornando seus serviços invisíveis, uma vez que pela Lei Geral de Transparência e Acesso à Informação Pública eles são obrigados a mostrar e tornar visíveis os serviços que prestam, se os tiverem e, portanto, estiverem em condições de discriminação" (Guajardo Ramos, 2017).

Quanto ao acesso ao nível de ensino superior, no ano letivo de 2014-2015 apenas 1.143 alunos com deficiência foram atendidos em universidades tecnológicas e 91 em politécnicos. Para dezembro de 2015, 1.544 e 251 alunos foram matriculados em politécnicos, um aumento de 652 alunos em relação ao ciclo anterior (Governo da República, 2015).

No entanto, a SEP relata um quadro bastante diferente: para o ciclo 2014-2015, "291 instituições de ensino superior (IPES) relatam matrícula de alunos com algum tipo de deficiência, representando um total de 11.064 alunos... suscetível a ser apoiado pelo Programa [Programa de Inclusão e Equidade Educacional]" (SEP, 2017a).

A Associação Nacional de Universidades e Instituições de Ensino Superior (ANUIES) registra, por sua vez, no Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015-2016, um aumento surpreendente, quase três vezes mais do que o que a SEP relatou no ciclo anterior, com um total de 28.080 tanto na modalidade escolar quanto fora da escola, o equivalente a 1,42% da população estudantil no nível superior no México. Essa população está concentrada em universidades e tecnologia (94,2%). Os normais são os mais exclusivos porque apenas 129 alunos estão matriculados de um total de 30.243 e o nível superior da universidade técnica recebe apenas 1.496 alunos (Bernal Zárate, 2018).

Para o ciclo 2016-2017, 29 mil alunos com deficiência estavam matriculados no ensino superior (SEP, 2017b). Mais surpreendentes são os dados sobre a concessão de 68.944 bolsas para alunos e professores com algum tipo de deficiência pela Coordenação Nacional de Bolsas de Ensino Superior (CNBES) da SEP no ano letivo de 2015-2016, número muito superior ao registrado (CONADIS, 2016).

A ANUIES registra para o ciclo 2017-2018 uma matrícula com deficiência de 28.471, em universidades, normal e tecnológica, além de agências governamentais de saúde que oferecem programas de formação, o que equivale a 1,08% da matrícula nacional de mais de dois milhões de 645.585 jovens estudantes no país (ANUIES, 2018). Esse valor é semelhante ao oferecido pela SEP para o ciclo anterior.

Os estados mais inclusivos por inscrição são apresentados na Tabela nº 1. Vale ressaltar que Oaxaca e Chiapas estão entre as entidades mais inclusivas, com 3,8 e 2,1%, respectivamente, enquanto a Cidade do México, que concentra grande parte das entidades, está entre as entidades mais exclusivas em termos relativos, com 0,42%. O Estado do México é a entidade que atende mais pessoas com deficiência: 4.561, seguida por Oaxaca com 2.171 alunos, dos quais 1.696 estão em universidades. Esses últimos dados podem parecer surpreendentes, mas Oaxaca mostra uma taxa de analfabetismo de 7,7 entre os jovens com deficiência menor que o Nacional de 9,6 e apenas 1,5% entre seus jovens com limitação (Nacional: 2,5), quando a Cidade do México tem 3,5% na última categoria (INEGI, 2016).

O grande compromisso da política educacional para atender a demanda de jovens com deficiência é o ensino a distância aberto, com um grande número de programas com menos de cinco anos de idade.

Deve-se notar que as maiores disparidades de domicílios com deficiência estão localizadas na posse de computadores que atingem 15,1 pontos percentuais de diferença com domicílios sem deficiência; essa diferença é de 7,5% no caso de domicílios com pessoas com limitações; a presença do celular mostra 14,4% de desvantagem nos domicílios com deficiência e 6,5% em domicílios de pessoas com limitações e a possibilidade de ter internet mostra 11,9% de diferença de acesso quando se trata de domicílios com deficiência ou 6,2 pontos percentuais para domicílios com deficiência em comparação com domicílios onde vivem apenas pessoas sem deficiência (INEGI, 2016),de modo que essa modalidade virtual, tão defendida pelo seu potencial de acessibilidade, estaria deixando muitos desses domicílios sem essa possibilidade de acesso educacional.

Essa modalidade fora da escola atendeu 2.638 alunos com deficiência para o ciclo 2015-2016 (1,09% da matrícula total de quase um quarto de milhão de alunos), enquanto no ciclo anterior atendeu 1.444; abriga quase 10% daqueles que buscam o ensino superior, repetindo o padrão de distribuição entre universidades, tecnológicas (que concentram mais de 90%) e de nível técnico mais alto. A maioria dos estudantes vem da Cidade do México (2.098); o estado de Guanajuato se destaca por sua baixa matrícula (10) apesar de ter a Universidade Interativa e A distância e a Universidade Virtual do Estado de Guanajuato(Bernal Zárate, 2018). É importante ressaltar que três quartos das instituições que operam essa modalidade são de natureza pública e que as instituições privadas tiveram um aumento significativo quando, em 2001, apenas 11% indicaram participação(ANUIES, 2015).

As políticas de inclusão educacional são sustentáveis no México?

Embora as informações apresentadas apresentem saltos significativos na cobertura, existem dados que nos fazem duvidar de uma mudança sustentável ao longo do tempo. Nos dados recentes da ANUIES 2017-2018, apenas 941 alunos com deficiência são notificados no sistema universitário aberto e a distância, embora a proporção tenha aumentado em relação ao total de matrículas (1,91%). Outro comunicado de imprensa da SEP que celebra o florescimento da educação a distância

informa que há apenas 1.125 pessoas com deficiência, sendo o motor o mais frequente (384), seguido pela deficiência visual (356). É interessante notar que pela primeira vez a deficiência múltipla é mencionada como categoria e que abrange 245 alunos (SEP, 2018a).

Talvez não devêssemos nos preocupar com essas reduções, dadas as mudanças e flutuações nas informações dependendo da fonte, mas é, se considerarmos a significativa redução orçamentária e a opacidade em sua operação, o que significou a fusão de sete programas orçamentários independentes em 2014, em um único programa orçamentário destinado a apoiar a inclusão educacional e a equidade (PIEE). , S244), como apoio a crianças de famílias de agricultores migrantes (PRONIM-S111), crianças indígenas (I042), integração educacional e fortalecimento da educação especial (PFEIE-S033), educação para pessoas com deficiência (U022), Programa Técnico de Assessoria Pedagógica para Atenção Educacional Social, Diversidade Linguística e Cultural (PAED-S119) e o serviço de ensino telesecondário (que não aparece mais nas regras de funcionamento do programa em 2018), para a atenção educacional de grupos em situação de vulnerabilidade (U015), e que atualmente trata do apoio à educação indígena, centros educacionais para população migrante, serviços de educação especial nos níveis de educação básica, agregando apoio ao CAED (Centros de Atenção aos Estudantes com Deficiência) no ensino médio e apoios por meio de bolsas e projetos apresentados por instituições de ensino superior para favorecer a inclusão e a equidade de grupos vulneráveis e deficiência. Um grande pega-tudo.

A última avaliação deste programa pelo Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL) recomenda que sejam avaliados critérios que foram reservados para a fusão dos sete programas:

> *Recomenda-se que a SEP faça uma análise que avalie os critérios que foram levados em conta para a fusão dos sete programas. Uma análise mais profunda, baseada em uma revisão conceitual do significado e significado da vulnerabilidade, da incapacidade, da inclusão e da equidade no âmbito do direito à educação de qualidade, poderia levar ao inverso da fusão que deu origem à PEP, com elementos mais substantivos do que a mera conveniência de simplificar o processo orçamentário e seu registro na Conta Pública (SEP-CONEVAL, 2018).*

A opacidade no ano orçamentário se soma ao corte significativo resultante da fusão e das reduções subsequentes de US$ 534,07 milhões disponíveis em 2016 para US$ 211,5 milhões de pesos em 2017, uma redução da ordem de 60% em relação a 2016. Esta auditoria também aponta a opacidade nos gastos, na impossibilidade de localização dos alunos atendidos nos diferentes níveis e programas e a razão pela qual em 2017 são relatadas escolas zero atendidas no Ensino Superior, relatando um avanço de 3,51% e com um exercício de 1 milhão e 760 mil pesos quando o valor da meta foi fixado em 50 milhões. Para o nível superior, apenas 56 Instituições de Ensino Superior foram atendidas quando sua população-alvo foi fixada em 415 para 2017, com a qual a cobertura teria sido de 13,49%, embora em termos de cobertura seja apontado que "superou em muito a meta de 22% ao atingir uma matrícula de 53%, superior a 2016 por 243% (SEP-CONEVAL, 2018).

A prestação de contas sem informação ou transparência levou a auditoria de 2015 a concluir que "este programa não representa uma política pública abrangente sobre cobertura, inclusão e equidade que aborda os problemas identificados no planejamento nacional e setorial" (SEP-PIEE, 2015:19).

O direito à educação no nível mais elevado das pessoas com deficiência continua a ser ignorado como parte de políticas públicas. O Relatório Especial sobre o Estado dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência (CNDH, 2018) observa que dez entidades não enviaram informações a esse respeito e apenas quatro expressaram políticas inclusivas para o direito à educação no nível superior para este estudo (Colima, Querétaro, Sinaloa e Morelos). Há muitas omissões neste relatório sobre programas de longo prazo, como os realizados em Nuevo León na Universidade Tecnológica de Santa Catarina desde 2004, instituição emblemática e pioneira no ensino superior de alunos

com deficiência e que é um modelo para outros estudantes tecnológicos, com um programa de formação no nível de diploma. Inclui a inserção trabalhista de seus graduados. Também não mencionam a Universidade Autônoma do estado de Morelos desde 1989(Guajardo Ramos, 2017).

No entanto, há importantes avanços recentes, mas com pouca divulgação, na avaliação dos órgãos credenciadores quanto à presença de indicadores de inclusão como medidas de qualidade educacional das instituições de ensino superior (IES). O estudo realizado por (Toscano de la Torre, 2017) e colaboradores da Universidade Autônoma de Nayarit, revisou em 25 órgãos de credenciamento a presença de indicadores em termos de pessoal acadêmico, estudantes, currículo, avaliação de aprendizagem, formação integral, serviços de apoio à aprendizagem, infraestrutura e equipamentos. Encontrou poucos indicadores em metade desses corpos. Apresenta uma proposta de 67 indicadores nas categorias descritas acima, somando o título de pesquisa, vinculação e extensão, para que a dimensão da inclusão possa ser considerada um eixo transversal. Vale destacar entre os indicadores propostos a existência de uma "comissão interdisciplinar composta por representantes dos diferentes grupos sociais... (grupos majoritários, deficientes, minorias étnicas, mulheres) que promovam o trabalho de inclusão a partir do conceito de diferenças individuais e dos direitos humanos inerentes ao indivíduo, sob o conceito de respeito e equidade".

As recentes mudanças legais para estabelecer um Sistema Nacional de Informações sobre Pessoas com Deficiência são encorajadoras no sentido de ter dados confiáveis com a decomposição adequada, mas a atual política de austeridade republicana cortou pela metade o orçamento para a instituição responsável pela implementação de dados atualizados ao sistema (INEGI), além das restrições políticas que estão sofrendo com todos os órgãos autônomos como este instituto e o Instituto Nacional de O Acesso à Informação (INAI), também autônomo para garantir a transparência e que provavelmente será assimilado à Secretaria do Serviço Civil. O direito ao acesso à informação, à transparência, são tão importantes para possibilitar ao cidadão o exercício da avaliação crítica das políticas públicas como ela é, a proteção de dados pessoais e sensíveis da população.

Bibliografia

ANUIES. (2015).
Diagnóstico do Ensino Superior a Distância. México. Disponível em: http://sined.mx/sined/files/acervo/Diagnostico%20ESaD%20en%20Mexico.pdf Data do último acesso: 26-01-2019.

ANUIES. (2018).
Anuário Estatístico do Ensino Superior 2017-2018. Disponível em: http://www.anuies.mx/informacion-y-servicios/informacion-estadistica-de-educacion-superior/anuario-estadistico-de-educacion-superior Último acesso: 24-024-2019.

Bernal Zárate, I.D., Marín Alvarado; Francisco Javier, Chávez Maciel. (2018).
Perfil das pessoas com deficiência no nível superior no México na modalidade distância. Fórum de Inclusão, Avaliação e Qualidade. Disponível em: http://recursos.portaleducoas.org/sites/default/files/5181.pdf Data de acesso: 26-01-2019.

O CNDH. (2018).
Relatório Especial da Comissão Nacional de Direitos Humanos sobre o estado dos direitos humanos das pessoas com deficiência nos estados do país. México: CNDH.

O CONADIS. (2016).
Programa Nacional de Desenvolvimento e Inclusão de Pessoas com Deficiência 2014-2018. Conquistas 2016. México: CONADIS

O CONALEP. (2017).
Quarta Sessão Ordinária do Conselho de Administração 2017 (CXIV). No México. O CONALEP.

O Conapred. (2008).
É necessário desenvolver políticas inclusivas nas universidades que garantam o acesso às pessoas com deficiência: México:Conapred [Comunicado à imprensa].

O CONEVAL. (2018).
Estudo diagnóstico do direito à educação 2018. México: Coneval

Cruz Vadillo, R.M. A., Casillas Alvarado. (2017).
Instituições de ensino superior e estudantes com deficiência no México. Revista de Ensino Superior, 46(181), 37-53.

Governo da República. (2015).
Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018. Progresso e Resultados 2015. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/262842/11ps_educacionL2015_B.pdf Última data acceso_: 16-02-2019.

Guajardo Ramos, E. (2017).
Ensino superior inclusivo. s.n.: Editorial Académica Española.

O INEE. (2016).
Panorama educacional do México 2015. Indicadores do Sistema Nacional de Educação. Ensino fundamental e médio. México: INEE.

O INEE. (2017a).
Oportunidades educacionais para crianças e adolescentes com deficiência. Em E. G. Backhoff Escudero, Guevara Niebla (Ed.), La educación obrigaia en México. Relatório 2017 (pp. 79-109). México: Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación.

O INEE. (2017b).
Políticas para melhorar a permanência escolar de jovens no ensino médio no México. México:INEE.

O INEE. (2019).
Projetar e implementar uma política de inclusão educacional para pessoas com deficiência [Press Release] México: INEE.

O INEGI. (2016).
Deficiência no México, dados de 2014. México: Instituto Nacional de Estadística e Geografía. México: INEGI

Muñoz, V. (2007).
Implementação da Resolução da Assembleia Geral 60/251, de 15 de março de 2006, intitulada "Conselho de Direitos Humanos". O direito à educação das pessoas com deficiência Relatório do Relator Especial sobre o direito à educação. ONU

Narro Robles, J.D.,
Moctezuma Navarro. (2012).

Analfabetismo no México: uma dívida social. Realidade, dados e espaço. Revista Internacional de Estatística e Geografia, 3(3), 5-17. quem. (2011).

Relatório Mundial sobre Deficiência. Resumo. Genebra: OMS

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Opcional (2007).

ONU. (2014).
Observações finais sobre o relatório inicial do México. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Genebra: OMS

Decreto que altera e acrescenta diversas disposições da Lei Geral de Inclusão da Pessoa com Deficiência, da Lei Geral de Saúde e da Lei Geral da População(2018).

Decreto por el que se reforman y adicionan diversas disposiciones de la Ley General para la Inclusión de las Personas con Discapacidad, de la Ley General de Salud y de la Ley General de Población., (2018).

SEP. (2015).

Servicio Nacional de Bachillerato en línea "Prepaen línea-SEP" Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/14864/Prepa_Linea_SEP_2015.pdf Fecha de último acceso: 16-02-2019.

DECRETO por el que se reforman y adicionan diversas disposiciones de la Ley General de Educación, en materia de Educación Inclusiva (2016).

SEP. (2017a).

Diagnóstico del Programa. Actualización. Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa S244. Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/261717/S244_Programa_para_la_Inclusio_n_y_la_Equidad_Educativa_-_Diagno_stico_2017.pdf Fecha de última consulta: 16-02-2019.

SEP. (2017b).

Modelo Educativo. Equidad e Inclusión. México: SEP.

SEP. (2018a).

Comunicado 218 Se consolida la Universidad Abierta y a Distancia de México como opción de educación superior de calidad [Nota de Prensa]. Disponible en: https://www.gob.mx/sep/prensa/comunicado-218-se-consolida-la-universidad-abierta-y-a-distancia-de-mexico-como-opcion-de-educacion-superior-de-calidad Fecha de última consulta: 16-02-2019.

SEP. (2018b).

Modelo Educativo. Equidad e inclusión (2a. ed.).México: Secretaría de Educación Pública.

Setembro. (2015).

Serviço Nacional online de Bacharelado "Prepa en línea-SEP" Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/14864/Prepa_Linea_SEP_2015.pdf Data do último acesso: 16-02-2019.

DECRETO que altera e acrescenta diversas disposições da Lei Geral de Educação, no campo da Educação Inclusiva (2016).

Setembro. (2017a).

Diagnóstico do Programa. atualização. Programa de Inclusão Educacional e Equidade S244. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/261717/S244_Programa_para_la_Inclusio_n_y_la_Equidad_Educativa_-_Diagno_stico_2017.pdf Data da última consulta: 16-02-2019.

Setembro. (2017b).

Modelo Educacional. Equidade e Inclusão. México: SEP.

Setembro. (2018a).

Comunicado de Imprensa 218 A Universidade Aberta e a Distância do México está consolidada como uma opção de ensino superior de qualidade [Press Release]. Disponível em: https://www.gob.mx/sep/prensa/comunicado-218-se-consolida-la-universidad-abierta-y-a-distancia-de-mexico-como-opcion-de-educacion-superior-de-calidad Data da última consulta: 16-02-2019.

Setembro. (2018b).

Modelo Educacional. Equidade e inclusão (2a. ed.). México:

Secretaría de Educación Pública.

SEP-CONEVAL. (2018).
Avaliação de Consistência e resultados 2017-2018. Programa de Inclusão Educacional e Equidade S244. México: SEP-CONEVAL.

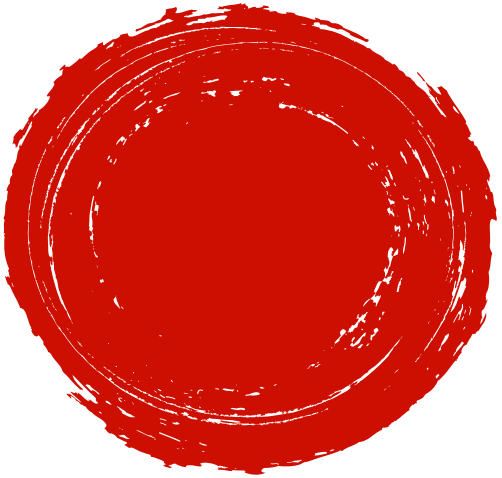
SEP-PIEE. (2015).
Auditoria de Desempenho: 15-0-11100-07-0166 (166-DS). México: SEP.

Soto Galindo, J. (2020, 24-11-2020).
O Serviço Civil não cumpriu a lei de vazamento de dados pessoais: INAI. The Economist. Disponível em: https://www.eleconomista.com.mx/politica/Funcion-Publica-incumplio-con-la-ley-por-fuga-de-datos-personales-Inai-20201124-0082.html Data da última consulta: 13-01-2021.

Torres del Castillo, R.M. (2005).
Justiça educacional e justiça econômica. 12 teses para mudança educacional. Fe y Alegría. s.l.: Movimiento de Educación Popular y Promoción Social.

Toscano de la Torre, B. A. l. J.C., Ponce Gallegos; Alma de los Ángeles, Cruz Juárez; América, Zapién de la Torre; Gerardo, Contreras Vega; Juan Carlos, Pérez Arriaga. (2017).
Análise da Inclusão no Ensino Superior no México. Uma proposta de Indicadores para Órgãos Credenciadores. Tecnología Educativa Revista CONAIC, IV (2), 35-51.

UNESCO. (2010).
Relatório de Monitoramento de Educação para Todos 2010. Alcançando os marginalizados. Paris: UNESCO.



Educación inclusiva de jóvenes con discapacidad hasta el nivel superior en México

La importancia de la transparencia informativa para garantizar el derecho a la educación

Norma Del Río Lugo

Miembro del Consejo Consultivo
del Sistema Nacional de Protección
Integral de Niños, Niñas y Adolescentes.
Miembro de la Alianza por los derechos
de Niños, Niñas y Adolescentes, México.

nadelrio@gmail.com

Resumen

El trabajo se centra en el análisis documental de la opacidad informativa sobre la inclusión educativa de jóvenes con discapacidad en los niveles de educación media superior y superior en México, así como las disparidades en las cifras reportadas de manera dispersa y con problemas para el desglose de los datos. La información especializada recabada por instancias oficiales de información omite muchos indicadores que se dan para la población general, de tal manera que se hace muy difícil constatar los avances o retrocesos en la inclusión educativa, en las cuatro dimensiones del derecho a la educación: asequibilidad, accesibilidad, adaptabilidad, aceptabilidad.

Palabras-clave: Inclusión educativa, jóvenes con discapacidad, educación superior, indicadores educativos, transparencia informativa, México.

La desigualdad implica distancia entre unos y otros, la exclusión supone un alejamiento irrecuperable, la degradación del excluido, que pasa a la categoría de negado.
(Gimeno, 2001:160)

Ya en la Convención relativa a la lucha contra las discriminaciones en la esfera de la enseñanza de 1960, UNESCO definía en su primer artículo, a la discriminación educativa como: "a) excluir a una persona o a un grupo del acceso a los diversos grados y tipos de enseñanza b) limitar a un nivel inferior la educación de una persona o de un grupo" (UNESCO, 2010).

Los informes internacionales sobre discapacidad reiteradamente enfatizan la falta de información confiable y clara que sustente los programas y políticas públicas (OMS, 2011). En su Informe sobre el derecho a la Educación de las Personas con discapacidades, el ex relator de la ONU, Vernor Muñoz, afirmaba que "la insuficiente supervisión pública de la educación de las personas con discapacidad, ha sido motivo de incertidumbre sobre el grado exacto de su exclusión del sistema educativo" (Muñoz, 2007:5).

Esta afirmación parece aplicarse al sistema educativo mexicano, sobre todo cuando se resiste a concebir la educación inclusiva "desde una perspectiva expansiva" como señala Muñoz, "que abarque hasta la formación profesional" tal como lo establece en su artículo 24 la Convención sobre los Derechos de las Personas con discapacidad (ONU, 2007). Las Observaciones finales de la ONU sobre el Informe de México sobre dicha Convención recomienda entre otros puntos la "recopilación sistemática de datos y estadísticas sobre la situación de las mujeres y niñas con discapacidad con indicadores que puedan evaluar la discriminación interseccional"(ONU, 2014). Es hasta el 2018 que se aprobó el decreto presidencial referente a diversas adiciones a las leyes de salud y población para mandatar el desarrollo de un Sistema Nacional de Información en Discapacidad, que garantice un Registro Nacional de Población con discapacidad y su actualización mediante los certificados de discapacidad expedidos por el Sector Salud y la inclusión de la información en los registros únicos de identidad de la población

(Presidencia-de-la-República, 2018). El organismo responsable de dicha tarea, el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), presentó en su informe de actividades del 2019, la propuesta metodológica para implementar en las diversas encuestas y censos, el desglose correspondiente de datos e indicadores.

Problematización del acceso a la información

Es bastante difícil establecer cifras aproximadas que nos puedan orientar sobre las personas con diversidad funcional que logran tener trayectorias educativas que les ubiquen como candidatos(as) posibles o estudiantes del nivel superior. Las estadísticas oficiales más recientes que proporciona INEGI datan del 2014 (INEGI, 2016), derivadas de la Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica (ENADID 2014), la Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares (ENIGH 2014) y la Encuesta Nacional de los Hogares (ENH, 2014).

Las cifras absolutas son casi inexistentes y los escasos datos se dan en cifras relativas, en términos de porcentajes, donde el universo de referencia cambia constantemente y no hay patrones de corte etario estables que permitan el análisis comparativo. Partimos de una sola cifra: 7.1 millones de personas con discapacidad, lo que coloca a la población joven (15-29 años) en aproximadamente 667,400 un 9.4% del total de población con discapacidad y que representa un 2.2% de la población joven del país.

Para las cifras relativas a la educación tenemos un corte verdaderamente borroso: la población de 15 años y más (que reduce el universo a casi 6,5 millones), punto de partida de poca ayuda, pues sabemos que la población con discapacidad es una población envejecida en términos demográficos (un 82% es mayor de 30 años, lo cual nos deja un 18% en el rango de 15-29 años). Así que los datos que nos ofrecen sobre los niveles de escolaridad están fuertemente cargados a la población adulta y adulta mayor. Si buscamos los datos de nivel de escolaridad tampoco nos da un panorama del acceso a la educación, pues una buena parte pudo haber adquirido la discapacidad en edades posteriores a su escolarización (sólo el 11.6% de la población adulta declara que la causa de discapacidad fue congénita). A pesar de ello, los niveles de exclusión son muy ilustrativos:

Sólo un 6.7%, tiene nivel educativo superior, comparado con un 18.6% de la población sin discapacidad, tres veces más. Este exiguo dato oscila de manera significativa, según la entidad de que se trate, ya que si se trata de la Ciudad de México puede subir a casi un 15%, mientras que el estado de Guanajuato registra menos de 3%. Pero además si son hombres de la ciudad de México, una quinta parte estará ubicada en este nivel, a diferencia de las mujeres (sólo una de cada diez), mientras que en Oaxaca la proporción de mujeres es de 1/100. Las enormes desigualdades se plasman tanto espacialmente como en términos de brechas de género.

Otro dato proveniente de cálculos aproximados de las Encuestas de ingreso y de participación económicas (ENIGH 2014, ENH 2014) arroja que alrededor de 7,701 jóvenes con discapacidad (15-29 años) son estudiantes, lo que implica que sólo 1.15% del total de jóvenes de este grupo etario permanece en el circuito escolar. Este porcentaje contrasta con el que se da de asistencia escolar en la población de 15-29 años que es de alrededor del 32.4%, diferencia muy considerable, ya que equivaldría a estimar la población joven estudiantil con discapacidad en 216,237. ¿Será posible que la diferencia se deba a que incluya también a jóvenes que trabajan y estudian? No es muy probable, pero no tenemos el desglose para poder ubicar a las y los jóvenes en esta condición. En caso de decidir aceptar este porcentaje de asistencia como válido, sería el equivalente a la que tenía la población joven estudiantil mexicana en el año 2000 (15-24 años), un rezago de casi dos décadas.

También se conoce la inclusión diferencial por tipo de discapacidad. Para educación media superior sólo asisten 4.6% de jóvenes que presentan limitación mental, a diferencia de quienes presentan discapacidad visual (72.3%) y en general el 55.8% de jóvenes con discapacidad que asisten,

son menos acreedores a becas educativas que sus pares sin discapacidad (11.7 vs. 22.2%), por lo que no es de extrañar que baje la asistencia a una tercera parte si viven en localidades pequeñas (CONEVAL, 2018; SEP, 2018b).

Ninguna de estas dos cifras discrepantes sobre el acceso a la educación de los jóvenes (la condición de estudiantes o la de asistencia), nos asegura tampoco que conformen la demanda de educación superior, pues un buen número puede estar estudiando todavía en los niveles inferiores, hipótesis plausible dado el enorme rezago educativo que presenta la población joven con discapacidad (18-29 años) de 42.7% para 2016 (CONEVAL, 2018). El promedio de escolaridad para los jóvenes con discapacidad es de 8 años, tres años menos que para los jóvenes sin discapacidad, lejos de lo estimado para alcanzar el dominio pleno de la lectura y escritura: 12 años (Torres del Castillo, 2005).

Hay que considerar que había en 2014, alrededor de 526,293 jóvenes alfabetas con discapacidad, aunque no podemos saber cuántos podrán caer de nuevo en el analfabetismo funcional que se sumarán al 26.7% de analfabetas jóvenes con discapacidad (18-29 años) (CONEVAL, 2018). Aunque no es el tema que nos ocupa, las políticas para saldar esta grave deuda social son casi nulas: el Instituto Nacional de Educación para Adultos (INEA) sólo informa de una estrategia focalizada para atender a la población con discapacidad visual con módulos impresos en Braille para el nivel primaria y secundaria, habiendo atendido a 66 personas (CONADIS, 2016:28) y sólo asiste un 1.1% de casi la mitad de la población con discapacidad que tiene rezago educativo (CONEVAL, 2018).

Segregación de los datos para dimensionar la inclusión educativa ¿el residuo asimilable?

Hay una novedad en la publicación estadística consultada (INEGI, 2016), al agregar una nueva categoría al conteo de la discapacidad: la población con limitaciones leves o moderadas para realizar actividades cotidianas, dato importante pues constituye un 13.2% de la población que se añadiría al 6% de población con discapacidad (dificultades graves o severas). Con esta adición, hablamos ya de un quinto de la población del país en esta categoría de diversidad funcional: 22.9 millones, en que la población adulta constituye casi el 80%.

Para este nuevo grupo tenemos 1,959,200 jóvenes entre 15-29 años, de los cuales 35,145 son indígenas y todavía muestra rezago por sus 7.4 años de escolaridad promedio, que equivale a la registrada para la población joven en Chiapas, la entidad más rezagada social y educativamente del país. Esta brecha se ensancha significativamente cuando estamos refiriéndonos a las mujeres con limitación chiapanecas u oaxaqueñas, cuyo promedio de escolaridad equivale al analfabetismo funcional: menor o igual a cinco años.

La limitación más importante de este grupo de jóvenes es visual (56.2%), seguida de la motriz (18%) y de aprendizaje (14.4%). A diferencia de un tercio de la población joven con discapacidad que asiste a la escuela, se reporta en este grupo con limitaciones, a casi la mitad que asiste a la escuela (45.5%). Sin embargo, el grupo etario correspondiente al de educación superior (19-29 años) que asiste, está entre un 15 (discapacidad) y 19% (limitación).

Si consultamos qué proporción estudia de la población económicamente no activa, de nuevo nos encontramos con grandes disparidades en los datos apenas recabados. Sólo tenemos el dato para la población de 15 años+ que es del 7.6% y en donde se constatan grandes brechas por género a favor de los varones. La brecha puede ser de 19 puntos porcentuales que es el caso de Querétaro: mientras sólo un 6.5% de las mujeres estudian, un 22% de hombres lo hace.

Canalización de la demanda educativa de jóvenes con discapacidad

Según datos de la Secretaría de Educación Pública, mientras que en el ciclo escolar 2014-2015 se matricularon 18,866 estudiantes con alguna discapacidad (Gobierno-de-la-República, 2015), se reporta un aumento del doble para el ciclo 2016-2017. De acuerdo con el formato estadístico 911 (SEP, 2017b), se reportan integrados en los planteles de educación regular alrededor de 36,000 en el nivel medio superior, aun cuando 55% de los planteles escolares carecen de rampas y el hecho de que más de la mitad de los docentes informó que casi nunca se hacían adecuaciones curriculares para atender a jóvenes hablantes de lengua indígena (INEE, 2017b).

Un ínfimo número de estudiantes con discapacidad (620) es atendido en el CONALEP (Consejo Nacional de Educación Profesional Técnica) de la Ciudad de México y Oaxaca (CONALEP, 2017), equivalente al 0.2% de su matrícula total.

Para el ciclo escolar 2015-2016 se informa de 13,873 estudiantes atendidos en los 273 Centros de Atención para estudiantes con Discapacidad (CAED) en todas las entidades del país, casi tres mil más que en el ciclo anterior, y para el ciclo 2016-2017 llegan a "casi" 20,000 estudiantes que cursan la preparatoria abierta en un sistema segregado (Gobierno-de-la-República, 2015). Sólo 47 CAEDS, es decir uno de cada cinco centros, cuentan con aulas denominadas POETA con todas las herramientas tecnológicas de información y redes que apoyen la accesibilidad para el aprendizaje, pero en estos centros se concentran casi dos terceras partes del alumnado. De acuerdo con el INEE, la mitad de los jóvenes con discapacidad intelectual estudian en estos centros y dado el limitado número de CAED's, se encuentran un gran número de estudiantes con discapacidad múltiple en los bachilleratos regulares (22%), siguiéndole en frecuencia a los estudiantes con discapacidad visual (INEE, 2017a).

La modalidad de Prepa en línea, programa nacional de bachillerato de la Secretaría de Educación Pública (SEP), con gran concentración en la ciudad de México y el estado de México, cuenta con alrededor de un 5% de estudiantes con discapacidad. El perfil de alumnos tiene una edad mediana de 29 años, trabajadores, con hijos, panorama que sitúa a la población estudiantil objeto de estudio con rezago escolar. Para el ciclo 2015, había 4, 634 alumnos con discapacidad y sólo en este programa se cuenta con el desglose por tipo y grado de discapacidad: casi un 70% de ellos tienen limitación visual, 9% limitación auditiva, un 15% con discapacidad motriz, 3% discapacidad visual y otro 3% discapacidad auditiva. El documento consultado afirma tener materiales visuales y auditivos y textos interactivos, aunque todavía no se cuenta con software de lectura. El programa reporta altas tasas de abandono y deserción para toda su población y tiene proyectada al 2018 una matrícula activa de 150,000 estudiantes, tres veces más que para 2015 (SEP, 2015).

De acuerdo con todos estos datos, se estaría atendiendo en los CAED's ya descritos, a un 35% de 56,000 jóvenes bajo un sistema "de educación especial" en el nivel medio superior, quienes con gran probabilidad rebasan el rango de edad de 15-18 años, al igual que la población de prepa en línea. El principio de equidad está ausente para los jóvenes que viven en pequeñas comunidades. No hay CAED's en localidades de menos de 30,000 habitantes que no cuentan con los servicios básicos requeridos para su instalación (agua, drenaje electricidad, teléfono, entre otros) con lo que se agrava la brecha rural-urbana (SEP-CONEVAL, 2018). Hay que anotar también que las políticas de la Subsecretaría de Educación superior siguen este criterio discriminatorio de llevar a cabo las acciones de accesibilidad sólo en localidades con población de cuando menos 50,000 habitantes, habiendo adecuado para el 2016 el 52% de la meta sexenal (11,085 planteles)(CONADIS, 2016).

El acceso a la educación superior (ies) de jóvenes con discapacidad

La Declaración de Yucatán adoptada durante la Segunda Reunión Binacional México-España el 22 de julio de 2008 sobre "los Derechos de las Personas con discapacidad en la Universidad", supuso un primer posicionamiento público de representantes de la Red de Defensores, Procuradores y Titulares de Organismos de Defensa de los Derechos Universitarios para dotar de "un piso mínimo de igualdad" (Conapred, 2008), situación que veremos está muy lejos de alcanzarse. Asimismo, podemos constatar en la reciente reforma a la Ley General de Educación en materia de educación inclusiva, la obligación establecida en el tercer transitorio para que las autoridades educativas en cualquiera de los niveles, incluido el superior: "establezcan en un plazo no mayor a 180 días, criterios generales para realizar los ajustes razonables que garanticen la educación inclusiva, con atención al principio de progresividad"(SEP, 2016).

Podemos mencionar al menos dos estudios que se centran en el análisis de la difusión de programas de inclusión de las ies, como parte de sus servicios educativos en sus páginas web institucionales. De 53 universidades estudiadas, sólo 12 de ellas mostraron información de algún tipo específicamente para personas con discapacidad. (Cruz Vadillo, 2017). El resto estarían "invisibilizando sus servicios, ya que por la Ley General de Transparencia y Acceso a la Información Pública están obligados a mostrar y hacer visible los servicios que prestan, si es que los tienen y por tanto están en condiciones de discriminación" (Guajardo Ramos, 2017).

En cuanto al acceso al nivel de educación superior, en el ciclo escolar 2014-2015 se atendieron tan sólo a 1,143 alumnos con discapacidad en universidades tecnológicas y 91 en politécnicas. Para diciembre del 2015 se registran 1,544 y 251 en politécnicas, un incremento de 652 alumnos con respecto al ciclo anterior (Gobierno de la República, 2015).

Sin embargo, la SEP informa un panorama bastante distinto: para el ciclo 2014-2015, "291 instituciones de Educación Superior (IPES) reporta matricula estudiantil con algún tipo de discapacidad, lo que representa un total de 11,064 alumnos…susceptibles de ser apoyados por el Programa [Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa]" (SEP, 2017a).

La Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES) registra por su parte, en el Anuario Estadístico de Educación Superior 2015-2016, un incremento sorprendente, casi tres veces más que lo que reportaba SEP el ciclo anterior, con un total de 28,080 tanto en la modalidad escolarizada como no escolarizada, equivalente al 1.42% de la población estudiantil a nivel superior en México. Esta población se concentra en las universidades y tecnológicos (94.2%). Las normales son las más excluyentes pues sólo se registran 129 alumnos de un total de 30,243 y el nivel técnico superior universitario acoge a sólo 1,496 estudiantes (Bernal Zárate, 2018).

Para el ciclo 2016-2017 se matricularon 29,000 estudiantes con discapacidad en educación superior (SEP, 2017b). Más sorprendente resulta el dato sobre el otorgamiento de 68,944 becas a estudiantes y docentes con algún tipo de discapacidad por parte de la Coordinación Nacional de Becas de Educación Superior (CNBES) de la SEP en el ciclo escolar 2015-2016, cifra muy superior a la matrícula reportada (CONADIS, 2016).

ANUIES registra para el ciclo 2017-2018 una matrícula con discapacidad de 28,471, en universidades, normales y tecnológicos, así como organismos gubernamentales de salud que ofrecen programas de formación, y que equivale al 1.08% de la matrícula nacional de más de dos millones 645,585 de jóvenes estudiantes en el país (ANUIES, 2018). Esta cifra es semejante a la que ofrece SEP para el ciclo anterior.

Los estados más incluyentes en función de su matrícula se presentan en el cuadro No. 1. Llama la atención que Oaxaca y Chiapas se coloquen entre las entidades más incluyentes con un 3.8 y 2.1% respectivamente,

mientras que la Ciudad de México que concentra gran parte de las ies, está entre las entidades más excluyentes en términos relativos con el 0.42%. El Estado de México es la entidad que atiende a más personas con discapacidad: 4,561, le sigue Oaxaca con 2,171 estudiantes, de los cuales 1,696 están en universidades. Este último dato puede parecer sorprendente, pero Oaxaca muestra un porcentaje de analfabetismo de 7.7 entre los jóvenes con discapacidad menor al Nacional de 9.6 y sólo un 1.5% entre sus jóvenes con limitación (Nacional: 2.5), cuando la ciudad de México tiene un 3.5% en este último rubro (INEGI, 2016).

Entidades Federativas	Total Matriculados	Con Discapacidad	Porcentaje
Yucatán	33019	1730	5.24
Baja California Sur	17304	849	4.91
Oaxaca	56021	2171	3.88
Querétaro	41066	1296	3.16
Campeche	22923	576	2.51
Chiapas	59103	1257	2.13
México	256318	4561	1.78
Zacatecas	42658	719	1.69
Hidalgo	68255	1125	1.65
Aguascalientes	31503	497	1.58
Tamaulipas	68001	920	1.35
Sonora	84087	1114	1.32
Michoacán	85905	1087	1.27
Colima	17720	202	1.14
Guanajuato	83674	876	1.05
Baja California	86689	904	1.04
Nayarit	27511	263	0.96
Guerrero	58247	545	0.94
Jalisco	148983	1303	0.87
Quintana Roo	22889	188	0.82
San Luis Potosí	56348	412	0.73
Nuevo León	125650	845	0.67
Coahuila	60853	407	0.67
Puebla	136922	849	0.62
Tlaxcala	28554	157	0.55
Sinaloa	126458	669	0.53
Chihuahua	94795	415	0.44
Tabasco	61846	267	0.43
Ciudad México	392226	1637	0.42
Veracruz	170955	485	0.28
Morelos	41115	103	0.25
Dgo	37987	42	0.11
Total	2645585	28471	1.08

Cuadro No. 1. (ANUIES 2017-2018) Matriculación Absoluta y relativa por entidad federativa de Estudiantes con discapacidad en IES (Elaboración propia).

La gran apuesta de la política educativa para cubrir la demanda de jóvenes con discapacidad es la educación abierta a distancia, con una gran cantidad de programas que llevan menos de cinco años de antigüedad.

Hay que acotar que las brechas de disparidades más amplias de los hogares con discapacidad, se ubican en la posesión de computadoras que alcanzan los 15.1 puntos porcentuales de diferencia con los hogares sin discapacidad; esta brecha es de 7.5% en el caso de los hogares con personas con limitaciones; la presencia del teléfono celular muestra 14.4% de desventaja en hogares con personas con discapacidad y 6.5% en hogares de personas con limitación y la posibilidad de contar con internet muestra 11.9% de diferencia en el acceso cuando se trata de hogares con discapacidad o de 6.2 puntos porcentuales para los hogares con personas con limitaciones en comparación con los hogares en donde viven sólo personas sin discapacidad (INEGI, 2016), por lo que esta modalidad virtual, tan defendida por su potencial de accesibilidad, estaría dejando a muchos de estos hogares sin esta posibilidad de acceso educativo.

Esta modalidad no escolarizada atendió para el ciclo 2015-2016 a 2,638 estudiantes con discapacidad (1.09% de la matrícula total de casi un cuarto de millón de alumnos), mientras que en el ciclo anterior atendió a 1,444; acoge a casi el 10% de quienes están cursando estudios superiores, repitiéndose el patrón de distribución entre universidades, tecnológicos (que concentran a más del 90%) y de nivel técnico superior. La mayor parte de los alumnos provienen de la ciudad de México (2,098); destaca el estado de Guanajuato por su escasa matrícula (10) a pesar de que cuenta con la Universidad Interactiva y a Distancia y la Universidad Virtual del Estado de Guanajuato(Bernal Zárate, 2018). Es importante señalar que tres cuartas partes de las instituciones que operan esta modalidad son de carácter público y que las instituciones particulares han tenido un incremento importante cuando en el 2001 sólo 11% indicaban participar(ANUIES, 2015).

¿Son sustentables las políticas de inclusión educativa en México?

Aunque la información presentada registra saltos significativos en la cobertura, hay datos que hacen dudar de un cambio sostenible en el tiempo. En los recientes datos de ANUIES 2017-2018, se reporta a solo 941 alumnos con discapacidad en el sistema de Universidad abierta y a distancia, aunque la proporción haya subido en relación con el total de la matrícula (1.91%). Otro comunicado de prensa de SEP que celebra el florecimiento de la educación a distancia, nos informa de que hay registradas sólo 1,125 personas con discapacidad, siendo la motriz la más frecuente (384), seguida de la discapacidad visual (356). Es interesante notar que por primera vez se mencione a la discapacidad múltiple como categoría y que engloba a 245 estudiantes (SEP, 2018a).

Quizá no debiéramos preocuparnos por estos decrementos dados los cambios y fluctuaciones en la información dependiendo de la fuente, pero sí lo es, si atendemos a la reducción presupuestal significativa y a la opacidad en su operación, que supuso la fusión de siete programas presupuestales independientes en 2014, en un solo programa presupuestal diseñado para apoyar la inclusión y equidad educativa (PIEE, S244), como el apoyo a niños y niñas hijos de familias jornaleras agrícolas migrantes (PRONIM-S111), a niños y niñas indígenas (I042), a la integración educativa y fortalecimiento de la educación especial (PFEIE-S033), a la educación para personas con discapacidad (U022), al Programa Asesor Técnico Pedagógico para la atención Educativa a la diversidad Social, Lingüística y Cultural (PAED-S119) al servicio de educación telesecundaria (que ya no aparece en las reglas de operación del programa en 2018), a la atención educativa de grupos en situación vulnerable (U015), y que actualmente se ocupa de apoyar a la educación indígena, centros educativos a población migrante, a servicios de educación especial en los niveles de educación básica, añadiendo el apoyo a los CAED (Centros de Atención a Estudiantes con Discapacidad) en educación media superior y los apoyos mediante becas y proyectos que presenten las instituciones de educación superior para favorecer

la inclusión y equidad de grupos vulnerables y discapacidad. Un gran cajón de sastre.

La última evaluación de dicho programa por el Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) recomienda que se evalúen criterios que se dejaron a un lado para fusionar los siete programas:

> *"Se recomienda a la SEP hacer un análisis que valore los criterios que se tomaron en cuenta para fusionar los siete programas. Un análisis más profundo, a partir de una revisión conceptual sobre el sentido y significado de vulnerabilidad, discapacidad, inclusión y equidad en el marco del derecho a una educación de calidad, podría derivar en que se revertiera la fusión que dio origen al PIEE, con elementos más sustantivos que la sola conveniencia de simplificar el proceso presupuestario y su registro en la Cuenta Pública" (SEP-CONEVAL, 2018).*

La opacidad en el ejercicio del presupuesto, se suma al recorte significativo que resultó de la fusión y de las siguientes reducciones de $534.07 millones que se disponía en 2016 a $211.5 millones de pesos para el 2017, una reducción del orden del 60% con respecto al 2016. Dicha auditoría también señala la opacidad en el gasto, en la imposibilidad de localizar a los estudiantes atendidos en los distintos niveles y programas y la razón de por qué en 2017 se reportan cero planteles atendidos en Educación Media Superior, reportándose un avance de 3.51% y con un ejercicio de 1 millón 760 mil pesos cuando el valor de la meta se había fijado en 50 millones. Para el nivel superior se atendieron sólo 56 Instituciones de Educación Superior cuando su población objetivo se fijó en 415 para el 2017, con lo cual la cobertura habría sido de 13.49% aunque en cuestión de cobertura se señala que "superó muy ampliamente la meta de 22% al alcanzar una matrícula de 53%, superior al 2016 en 243%" (SEP-CONEVAL, 2018).

La rendición de cuentas sin información ni transparencia, motivó ya en la auditoría del 2015 a que se concluyera que "este programa no representa una política pública integral en materia de cobertura, inclusión y equidad que atienda la problemática señalada en la planeación nacional y sectorial" (SEP-PIEE, 2015:19).

Se sigue ignorando el derecho a la educación en el nivel superior de las personas con discapacidad, como parte de las políticas públicas. El Informe Especial sobre el estado de los derechos humanos de las personas con discapacidad (CNDH, 2018) constata que diez entidades no enviaron información al respecto y sólo cuatro manifestaron políticas inclusivas para el derecho a la educación en el nivel superior para este estudio (Colima, Querétaro, Sinaloa y Morelos). Hay muchas omisiones en este informe sobre programas de largo aliento como los que se realizan en Nuevo León en la Universidad Tecnológica de Santa Catarina desde el 2004, institución emblemática y pionera en la educación superior de alumnos con discapacidad y que es modelo para otros tecnológicos, contando con un programa de formación a nivel de diplomado. Incluye la inserción laboral de sus egresados. Tampoco mencionan a la Universidad Autónoma del estado de Morelos desde el año 1989 (Guajardo Ramos, 2017).

Hay sin embargo avances importantes recientes, pero con muy poca difusión, sobre la evaluación de los organismos acreditadores en cuanto a la presencia de indicadores de inclusión como medidas de calidad educativa de las Instituciones de Educación Superior (IES). El estudio de (Toscano de la Torre, 2017) y colaboradores de la Universidad Autónoma de Nayarit, revisó en 25 organismos de acreditación la presencia de indicadores en cuanto a personal académico, estudiantes, plan de estudios, evaluación de aprendizaje, formación integral, servicios de apoyo para el aprendizaje, infraestructura y equipamiento. Sólo encontró muy pocos indicadores en la mitad de dichos organismos. Presenta una propuesta de 67 indicadores en las categorías antes descritas, añadiendo el rubro de investigación, vinculación y extensión, para que la dimensión de inclusión pueda considerarse un eje transversal. Cabe destacar entre los indicadores propuestos la existencia de una "comisión

interdisciplinaria constituida por representantes de los diferentes grupos sociales…(grupos mayoría, discapacitados, minorías étnicas, mujeres) que promueva el trabajo hacia la inclusión a partir del concepto de las diferencias individuales y los derechos humanos inherentes al individuo, bajo la concepción del respeto y equidad".

Los recientes cambios jurídicos para establecer un Sistema Nacional de Información en Discapacidad, es alentador en el sentido de poder contar con datos confiables con el desglose debido, pero la actual política de austeridad republicana ha recortado a la mitad el presupuesto para la institución encargada de implementar con datos actualizados al sistema (INEGI), además de las restricciones políticas que están sufriendo todos los organismos autónomos como este instituto y el Instituto Nacional de Acceso a la Información (INAI), también autónomo para garantizar la transparencia y que con mucha probabilidad será asimilada a la Secretaría de la Función Pública. El derecho al acceso a información, la transparencia, son tan importantes para posibilitar un ejercicio ciudadano de evaluación crítica de las políticas públicas como lo es, la protección de datos personales y sensibles de la población (ONU, 2014).

Referencias Bibliográficas

ANUIES. (2015).
Diagnóstico de la Educación Superior a Distancia. México. Disponible en: http://sined.mx/sined/files/acervo/Diagnostico%20ESaD%20en%20Mexico.pdf Fecha de último acceso: 26-01-2019.

ANUIES. (2018).
Anuario Estadístico de Educación Superior 2017-2018. Disponible en: http://www.anuies.mx/informacion-y-servicios/informacion-estadistica-de-educacion-superior/anuario-estadistico-de-educacion-superior Fecha de último acceso: 24-024-2019.

Bernal Zárate, I. D., Marín Alvarado; Francisco Javier, Chávez Maciel. (2018).
Perfil de personas con discapacidad en el nivel superior en México en la modalidad a distancia. Foro Inclusión, Evaluación y Calidad. Disponible en: http://recursos.portaleducoas.org/sites/default/files/5181.pdf Fecha de último acceso: 26-01-2019.

CNDH. (2018).
Informe Especial de la Comisión Nacional de los Derechos Humanos sobre el estado que guardan los derechos humanos de las personas con discapacidad en las entidades federativas del país. México: CNDH.

CONADIS. (2016).
Programa Nacional para el desarrollo y la inclusión de las personas con discapacidad 2014-2018. Logros 2016. México: CONADIS

CONALEP. (2017).
Cuarta Sesión Ordinaria de la Junta directiva 2017 (CXIV). México. CONALEP.

Conapred. (2008).
Es necesario desarrollar políticas incluyentes en las universidades que garanticen el acceso a las personas con discapacidad: México:Conapred [Nota de prensa].

CONEVAL. (2018).
Estudio diagnóstico del derecho a la educación 2018. México: Coneval

Cruz Vadillo, R. M. A., Casillas Alvarado. (2017).
Las instituciones de educación superior y los estudiantes con discapacidad en México. Revista de la Educación Superior, 46(181), 37-53.

Gobierno-de-la-República. (2015).
Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018. Avance y Resultados 2015. Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/262842/11ps_educacionL2015_B.pdf Fecha de último acceso_: 16-02-2019.

Guajardo Ramos, E. (2017).
Educación inclusiva en la enseñanza superior. s.n.: Editorial Académica Española.

INEE. (2016).
Panorama educativo de México 2015. Indicadores del Sistema Educativo Nacional. Educación básica y media superior. México: INEE.

INEE. (2017a).
Oportunidades educativas de niñas, niños y adolescentes con discapacidad. In E. G. Backhoff Escudero, Guevara Niebla (Ed.), La educación obligatoria en México. Informe 2017 (pp. 79-109). México: Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación.

INEE. (2017b).
Políticas para mejorar la permanencia escolar de los jóvenes en la educación media superior en México. México:INEE.

INEE. (2019).
Diseñar e implementar una política de inclusión educativa de las personas con discapacidad [Nota de Prensa] México: INEE.

INEGI. (2016).
La discapacidad en México, datos al 2014. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía. México: INEGI

Muñoz, V. (2007).
Aplicación de la resolución 60/251 de la Asamblea General, del 15 de marzo de 2006, titulada "Consejo de derechos humanos". El derecho a la educación de las personas con discapacidades Informe del Relator Especial sobre el derecho a la educación. ONU

Narro Robles, J. D., Moctezuma Navarro. (2012).
Analfabetismo en México: una deuda social. Realidad, datos y espacio. Revista Internacional de Estadística y geografía, 3(3), 5-17.

OMS. (2011).
Informe Mundial sobre la Discapacidad. Resumen. Ginebra: OMS

Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad. Protocolo Facultativo, (2007).

ONU. (2014).
Observaciones finales sobre el informe inicial de México. Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Ginebra: OMS

Decreto por el que se reforman y adicionan diversas disposiciones de la Ley General para la Inclusión de las Personas con Discapacidad, de la Ley General de Salud y de la Ley General de Población., (2018).

SEP. (2015).
Servicio Nacional de Bachillerato en línea "Prepa en línea-SEP" Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/14864/Prepa_Linea_SEP_2015.pdf Fecha de último acceso: 16-02-2019.

DECRETO por el que se reforman y adicionan diversas disposiciones de la Ley General de Educación, en materia de Educación Inclusiva (2016).

SEP. (2017a).
Diagnóstico del Programa. Actualización. Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa S244. Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/261717/S244_Programa_para_la_Inclusio_n_y_la_Equidad_Educativa_-_Diagno_stico_2017.pdf Fecha de última consulta: 16-02-2019.

SEP. (2017b).
Modelo Educativo. Equidad e Inclusión. México: SEP.

SEP. (2018a).
Comunicado 218 Se consolida la Universidad Abierta y a Distancia de México como opción de educación superior de calidad [Nota de Prensa]. Disponible en: https://www.gob.mx/sep/prensa/comunicado-218-se-consolida-la-universidad-abierta-y-a-distancia-de-mexico-como-opcion-de-educacion-superior-de-calidad Fecha de última consulta: 16-02-2019.

SEP. (2018b).
Modelo Educativo. Equidad e inclusión (2a. ed.). México: Secretaría de Educación Pública.

SEP-CONEVAL. (2018).
Evaluación de Consistencia y resultados 2017-2018. Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa S244. México: SEP-CONEVAL.

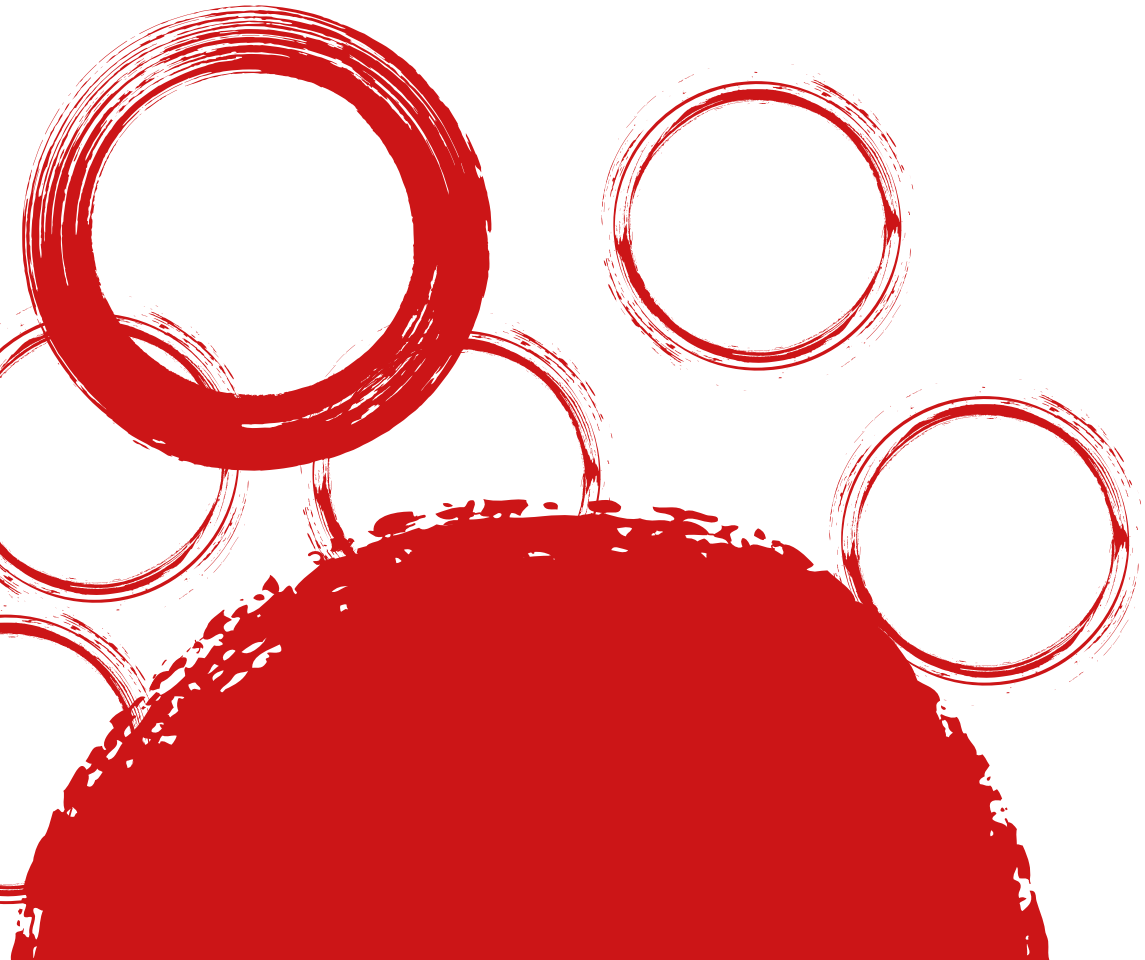
SEP-PIEE. (2015).
Auditoría de Desempeño: 15-0-11100-07-0166 (166-DS). México: SEP.

Soto Galindo, J. (2020, 24-11-2020).
Función Pública incumplió con la ley por fuga de datos personales: INAI. El Economista. Disponible en: https://www.eleconomista.com.mx/politica/Funcion-Publica-incumplio-con-la-ley-por-fuga-de-datos-personales-Inai-20201124-0082.html Fecha de última consulta: 13-01-2021.

Torres del Castillo, R. M. (2005).
Justicia educativa y justicia económica. 12 tesis para el cambio educativo. Fe y Alegría. s.l.: Movimiento de Educación Popular y Promoción Social.

Toscano de la Torre, B. A. l. J. C., Ponce Gallegos; Alma de los Ángeles, Cruz Juárez; América, Zapién de la Torre; Gerardo, Contreras Vega; Juan Carlos, Pérez Arriaga. (2017).
Análisis de la Inclusión en la Educación Superior en México. Una propuesta de Indicadores para los Organismos Acreditadores. Tecnología Educativa Revista CONAIC, IV (2), 35-51.

UNESCO. (2010).
Informe de Seguimiento de la Educación para Todos 2010. Llegar a los marginados. París: UNESCO.



pandemia



Os desafios da população em situação de rua em sobreviver durante a pandemia da covid-19

Ana Paula Santos Diniz

Professora, pesquisadora em Direitos Humanos. Mestre em Direitos Fundamentais e Processo Coletivo. Doutoranda em Filosofia pela Universitat de Barcelona

anapaulasantosdiniz@gmail.com

Resumo

Este estudo versa sobre os desafios que a população em situação de rua no Brasil encontra em tempos de pandemia do Covid-19, considerando que o isolamento ou distanciamento social, a higienização das mãos com água, sabão e álcool em gel, bem como o uso de máscaras têm sido fundamentais para a não contaminação da população.

A problemática consiste em saber se o ambiente urbano está preparado para enfrentar a situação com a inclusão dessas pessoas nas medidas de cuidado e proteção. Tem-se como hipótese que não, especialmente porque se considera que esse grupo populacional é composto por sujeitos que têm a sua existência negada pelo estado, em função de uma trajetória de vida marcada por constantes violações a direitos e, em especial, ao direito à moradia.

Palavras-chave: pandemia Covid 19, "fique em casa", direito à moradia, população em situação de rua, desafios, saúde, vida.

Introdução

Este é um estudo condensado e preliminar sobre uma questão complexa, que integra um conjunto de análises realizadas e desenvolvidas pela autora em sua tese de doutoramento em Filosofia, com ênfase em Direitos Humanos e Cidadania. O recorte temporal compreende o período pandêmico anterior à fase de vacinação.

O tema foi escolhido pensando nos diversos problemas decorrentes do capitalismo financeiro, da sociedade neoliberal, como a desigualdade, precariedade, exclusão social e negação de direitos. Sendo assim, a análise do problema perpassa pela compreensão de alguns pressupostos teóricos, tais como meio ambiente urbano, pandemia e população em situação de rua.

O pressuposto "meio ambiente urbano" é aqui entendido como o meio urbano ou ambiente urbano em contraposição ao meio rural. É no meio ambiente urbano onde estão localizadas as cidades, espaços de relações humanas com infraestrutura para residências, indústrias, lazer, atividades e práticas econômicas, sociais e culturais. O meio urbano se diferencia do rural, também, por apresentar, juntamente com os demais elementos citados, uma densidade populacional mais elevada. O fato de o meio ambiente urbano ser considerado um lugar de vivência dos sujeitos configura-se, também, como um lugar de promoção, emancipação e garantia de direitos, no contexto do sistema sócio-jurídico brasileiro. A partir da ideia de garantia e realização de direitos na cidade, surge a noção de direito à cidade, desenvolvido por Lefebvre como um direito de não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios decorrentes da vida urbana. O direito à cidade implica em uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados, principalmente aqueles cuja moradia se localiza em áreas periféricas da cidade. Portanto, é neste contexto que o termo "meio ambiente urbano" será compreendido.

A categoria "pandemia" é entendida à luz do estabelecido pela Organização Mundial de Saúde – OMS - como sendo o auge de abrangência geográfica de uma doença, ou seja, quando uma determinada doença atinge todos os continentes. A doença em questão se trata da Covid-19, decorrente do contágio pelo vírus "SARS-CoV-2", um tipo de Coronavírus, o primeiro a ser classificado como pandemia. Diante dessa situação, o diretor-geral da OMS, em 11 de março de 2020, ao reconhecer o estado pandêmico da doença, ressaltou que todos os países devem ativar e ampliar os mecanismos de resposta a emergências em saúde, que consistem em proteger, encontrar, isolar, testar e tratar todos os casos e rastrear todos os contatos com o novo Coronavírus. Nesse sentido, a pandemia a que este estudo se refere é a do Coronavírus SARS-CoV-2, cuja forma de evitar o contágio está relacionada a práticas de assepsias, como lavar as mãos com água e sabão e/ou higienizá-las com álcool em gel, usar máscara que tampe o nariz e a boca, bem como distanciamento ou isolamento social, que tem como campanha o lema "Fique em casa!".

A fim de compreender o pressuposto teórico "população em situação de rua", tem-se o previsto no Decreto Presidencial n. 7.053/09, que descreve esse grupo populacional como sendo:

> *"[um grupo de pessoas] heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória".*

Assim, as análises feitas neste trabalho têm o objetivo de ver o direito não somente como norma, mas, também, como fenômeno humano e cultural. Para que essa compreensão seja possível, aporta-se na macrofilosofia, que são os estudos dos processos, estruturas e sistemas sociais, econômicos de grande alcance significativo e temporal e dos grandes conceitos agregados significativos:

"falamos de Macrofilosofía quando se realizam análises "holísticas" e comparativos que, de fato ou potencialmente, se projetam em processos de grande alcance, qual seja: a) temporal: nos referimos a processos de "longe durée" e duração muito longa. É por isso que a "macrofilosofia" pressupõe uma profunda consciência histórica e tende a uma perspectiva que aponta - pelo menos em harmonia - para toda a história da humanidade; b) geográfico: obviamente, a tendência é mundial, superando o etnocentrismo ocidental que ainda é muito importante na filosofia. Tende, portanto, a análises globais e sistêmicas, nas quais elas devem ser tratadas em condições estritas de igualdade e com atenção semelhante às filosofias não ocidentais (por exemplo: chinês, islâmico, indiano, japonês, ameríndio etc.); c) cultural: a macrofilosofia é vocacionalmente interdisciplinar em resposta à literatura e ciência, arte e tecnologia, símbolos e economia, religião e política, etc. Naturalmente, o objetivo final não é mera erudição, mas a seleção e determinação crítica dos elementos mais relevantes e mutuamente inter-relacionados".

Feitas essas considerações de ordem teórico-metodológica, passa-se à análise do problema levantado e à exposição dos resultados.

1. Aspectos gerais sobre a população em situação de rua no Brasil

O fenômeno "população em situação de rua" não é característica do mundo moderno, tampouco as estratégias de sobrevivência que utiliza e a forma excludente como a sociedade o trata. A discriminação sempre existiu, as pessoas nessa situação eram chamadas de vagabundas, criminosas, vadias. Essa discriminação é uma característica da criminalização e penalização da pobreza.

A população em situação de rua é formada por um grupo de pessoas heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

O perfil das pessoas em situação de rua apresenta características comuns e incomuns. Comuns no que diz respeito à precariedade do modo de viver entre elas e incomuns no tocante ao modo de vida imposto pelo sistema capitalista e à forma binária de habitar a cidade. São pessoas que vivem na contramão do sistema produtivo mercantil, porque não possuem uma moradia convencional, não são inquilinas nem proprietárias, estão à margem do sistema, vivem à margem da riqueza gerada pelo sistema, são pessoas que não têm onde viver dignamente, mas existem com seus diferentes modos de existir. A característica comum a essas pessoas também contribui para a sua invisibilização, uma vez que a precariedade do modo como vivem, sendo um elemento comum que as une, também as generaliza, homogeneíza, o que dificulta a percepção de suas necessidades individuais. São tratadas como excedentes, como algo que deve ser descartado porque, em tese, não têm utilidade, não contribuem para o enriquecimento financeiro da cidade.

Assim, ambas as características contribuem para que essas pessoas inexistam enquanto sujeitos de direitos, lhes sendo negado pelo estado todo tipo de direito e garantia fundamental, tanto pela dificuldade em individualizá-las como quantificá-las, contá-las. O erro de contagem, ou a falsa contagem da produção de desigualdade instaura essa não existência.

O Brasil não conta com dados oficiais sobre a quantidade de pessoas que estão em situação de rua atualmente, nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem entre seus objetivos sequer a averiguação do número total da população não domiciliada. Em 2020, até o mês de março, encontravam-se registradas no Cad-Único 140.331 famílias em situação de rua e 146.802 pessoas em situação de rua, em 2022, esse número subiu para 161.961 e 168.113 respectivamente. Tendo em vista que o cadastro nos órgãos governamentais é facultativo, não se pode precisar quantas pessoas estão em situação de rua, de fato, hoje, no Brasil, e a falta desses dados impede que seja elaborada uma estratégia para enfrentamento de situações adversas, como a da pandemia.

Segundo Souza, membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH e representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o principal dado que se tem hoje sobre a população em situação de rua é a própria falta de dados que digam quantas pessoas são quantas estão sendo mortas.

A desinformação, a falta de dados completos trazem outras consequências, como a elaboração deficiente de políticas públicas voltadas para este grupo populacional, o que se entende como violação de direitos na modalidade omissão por parte do poder público em cumprir o seu dever de garantir direitos, vez que o Brasil é um país que, pelo texto constitucional, tem por obrigação garantir a dignidade da pessoa humana e a transformação positiva da realidade social.

A partir desta perspectiva, tem-se a população em situação de rua como um público vulnerabilizado, invisibilizado e exposto a todo tipo de risco, especialmente, pelo fato de não ter o acesso ao direito à moradia digna e adequada efetivado, o que trará enormes consequências ao enfretamento da pandemia.

2. A Pandemia do Covid-19 e a campanha "Fique em casa"

A Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus – SarsCov-2 - emitiu uma Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde e, considerando a disseminação desse novo Coronavírus e sua classificação mundial como pandemia, os estados, municípios e Distrito Federal teriam (estão tendo) que adotar medidas para prevenir a disseminação do vírus, dentre elas, garantir a oferta regular de serviços e programas socioassistenciais voltados à população mais vulnerável e em risco social. Nesse contexto, as pessoas em situação de rua vêm demandando especial atenção, sobretudo aquelas que integram os grupos de risco, como as pessoas idosas; com tuberculose; com cardiopatias; com pneumopatias; HIV/AIDS; distúrbios metabólicos, incluindo diabetes melllitus; gestantes e puérperas; crianças.

Outra medida de prevenção adotada como recomendação foi (é) manter o distanciamento social, cuja campanha teve (tem) como lema "Fique em casa". Essa medida tem por objetivo diminuir a circulação de pessoas, principalmente nos grandes centros urbanos, onde boa parte da população faz uso de transporte coletivo, muitas vezes, com a sua capacidade de lotação máxima; frequenta espaços coletivos públicos e privados com alta rotatividade, como shoppings, praças, parques, mercados, estações de metrô/trem, escolas.

Não obstante, as medidas mais seguras para prevenir a disseminação do novo Coronavírus consistem em ficar em casa (isolamento, distanciamento social, quarentena), realizar uma assepsia com água e sabão e/ou higienizar as mãos com álcool em gel e, se precisar sair de casa, usar máscara e, ao voltar, realizar a assepsia das mãos, roupas, calçados e, por ventura, produtos vindos da rua.

Essa campanha evidenciou a desigualdade social existente no Brasil, a precariedade de algumas habitações, bem como o déficit habitacional, frutos de uma ausência de planejamento, estruturação e organização do espaço urbano sustentados por uma política capitalista neoliberal.

A partir do que ficou evidenciado, a campanha "Fique em casa" não pôde (pode) abranger todas as pessoas, aumentando, assim, o risco de contágio. Ainda que parte da população fosse abrangida, um grupo de pessoas ainda continuaria exposto ao risco de contágio mesmo ficando em casa, devido ao número de pessoas dividindo a mesma casa, como é comum de se ver em favelas, comunidades carentes, periferias e ocupações.

Considerando estes aspectos, passa-se a analisar a importância de se efetivar o direito à moradia, em um meio ambiente urbano sustentável e planejado, realizado a partir de políticas públicas estruturantes e includentes.

3. O meio ambiente urbano e a moradia como mercadoria

Considerando a predominância de pessoas vivendo nas cidades, adquire importância a compreensão da sustentabilidade do meio, especialmente as condições de habitabilidade.

Atualmente, em tempos de pandemia, está sendo possível observar com mais clareza as estruturas urbanas, os espaços de uso coletivo, o uso da cidade pelas pessoas, a necessidade de acesso à água e a uma infraestrutura sanitária adequada.

Em decorrência da cultura de consumo excessivo, as cidades vêm se desenvolvendo para atender aos consumidores e fornecedores, seja no ramo de turismo, hotelaria, eventos, shoppings em detrimento das necessidades e desejos dos moradores locais, mesmo que estes é que tenham que arcar com o custo do aumento do lixo produzido, com a

degradação do meio ambiente, com o aumento no preço dos aluguéis, com as consequências da gentrificação.

Assim, começa-se a perceber que as cidades vêm se desenvolvendo não para servir o sujeito, mas o mercado. Uma constatação disso é a quantidade de imóveis ociosos - desrespeitando a função social da propriedade - versus o número de pessoas em situação de rua; a largura das ruas versus o tamanho e acessibilidade das calçadas; a construção de grandes edifícios onde antes havia casarões antigos versus a proteção do patrimônio histórico, cultural e afetivo de um povo. Neste aspecto, as cidades com essas características são mais afetadas pelo contágio do novo Coronavírus, por estarem com a "saúde" mais fragilizada, em decorrência da poluição advinda do excesso de veículos, das grandes edificações que dificultam a circulação do ar, de fábricas que não trocam regularmente o filtro de suas chaminés, da superpopulação.

É nesse sentido que se compreende a necessidade de um planejamento urbano, que respeite os limites do crescimento populacional, o uso e ocupação do solo e dos recursos naturais. Deve-se ressaltar que um edifício de grande porte traz um impacto enorme em seu entorno, pois, vai exigir uma infraestrutura compatível com a demanda que vai criar, tanto em relação à água e esgoto, como transporte e circulação de pessoas. E todo esse impacto tem um custo econômico para a cidade, muitas vezes arcado pelo próprio município como forma de estimular esse tipo de empreendimento, acreditando em seus benefícios sem pesar os riscos socioambientais para toda a população. O Plano Diretor é um instrumento importante e eficaz para regularizar o uso e ocupação do solo urbano e a preservação dos recursos naturais, conforme está previsto no Estatuto da Cidade. Contudo, apresenta muita resistência por parte de grandes construtoras, por acreditarem trazer ônus aos seus projetos de edificações.

Essa cultura de explorar economicamente a cidade, de fazer com que todo espaço seja fonte de renda, que não se possa ter um ambiente limpo de todo tipo de poluição para que o cidadão usufrua gratuita e coletivamente gera, equivocadamente, a noção de que tudo deve existir

para o mercado, e isso significa precificar. Essa noção tem trazido um grande prejuízo para as pessoas, porque os seus direitos estão sendo precificados, têm se tornado mercadorias, como se pode ver com o acesso à água, à saúde, à moradia. Em tempos de pandemia, tanto a água como a moradia têm sido fundamentais para evitar o contágio. Assim, urge compreender e apreender a moradia enquanto direito e não mercadoria.

Inicialmente, importa destacar que, somente, o acesso à moradia que ofereça segurança da posse; disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; economicidade; habitabilidade; acessibilidade; localização; adequação cultural é que tem mais condições de representar a efetivação do direito constitucional à moradia, pois, é esse tipo de moradia que contribui para a promoção da dignidade da pessoa humana, o que difere de uma mera edificação ou local para passar a noite. Em que pese ser um direito constitucional, a moradia vem sendo tratada e percebida como mercadoria, principalmente diante da atual crise econômica, política e ética pela qual vem passando as sociedades capitalistas ocidentais, em especial, depois de 2008, nos Estados Unidos, na Europa e na América do Sul.

Neste contexto, o direito fundamental social à moradia não se efetiva, o que compromete, também, a efetivação de outros direitos fundamentais, como a vida, a saúde, a privacidade, a intimidade, vez que o sujeito busca na moradia um lugar de segurança, proteção, sossego, referência, reconhecimento, o que em tempos de pandemia têm se mostrado mais do que essenciais, têm se mostrado urgentes.

A respeito da proteção legal da moradia enquanto direito, o Brasil promulgou o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pelo Decreto n° 591, de 6 de julho de 1992, assinou a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, cujo texto foi aprovado pelo Congresso Nacional em 21 de junho de 1967 e foi promulgada em 1969, pelo qual os Estados Partes se comprometem a proibir e eliminar a discriminação racial e a garantir a igualdade de todos perante a lei, principalmente quanto ao

gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais o que, como já visto, inclui o direito à moradia. Disposições semelhantes são encontradas na Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, promulgada em 2002 e também na Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada em 1990, por meio do qual os Estados assumem o compromisso de colaborar para que responsáveis por crianças gozem do efetivo direito à moradia. A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, promulgada em 1961, assegura que o alojamento concedido aos refugiados deve ser equivalente ao que é oferecido aos estrangeiros em geral. Outro instrumento promulgado no Brasil é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que estabelece que o governo brasileiro deve buscar a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade e garantir o acesso a programas habitacionais de natureza pública. Em 2005, entrou em vigor a Lei nº 11.124, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e instituiu o Conselho Gestor do FNHIS. Em seu artigo 2º foi estabelecido como um dos objetivos do SNHIS a viabilização para a população de menor renda de acesso à habitação digna e sustentável. E, para centralizar e gerenciar os recursos orçamentários para os programas do SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais para a população de menor renda, que o FNHIS foi criado, pois, é nessa parcela da população que se concentra o maior déficit habitacional brasileiro, conforme estudos da Fundação João Pinheiro.

A ausência de políticas públicas habitacionais efetivas e includentes, em um contexto agravado pelo capitalismo financeiro, pelo neoliberalismo estimula o crescimento da desigualdade, precariedade, exclusão social, pobreza, produzindo, assim, diversos modos de viver, modos inexistentes de existir. Marx explica que o capitalismo ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto.

Todavia, há na legislação brasileira, vários instrumentos que podem e devem ser utilizados para mitigar ou evitar os danos desse sistema, promovendo uma proteção ambiental e um desenvolvimento da cidade, sendo o principal deles o Plano Diretor, previsto na Lei n. 10.257/01. Esta lei prevê instrumentos da política urbana, tais como os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território, o planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões e, no âmbito do planejamento municipal, o plano diretor, a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, o zoneamento ambiental, a instituição de unidades de conservação, instituição de zonas especiais de interesse social, o estudo prévio de impacto ambiental e o estudo prévio do impacto de vizinhança.

Não obstante a esse arcabouço normativo, a sua efetividade ainda fica comprometida pelos interesses do sistema, contribuindo para a mercantilização do direito à moradia e impedindo ou dificultando o acesso a um lugar para morar, o que deve ser combatido com a ampla participação popular nos projetos para a cidade.

4 Os desafios da população em situação de rua em tempos de pandemia do Covid-19

Considerando as medidas de proteção a serem adotadas contra o novo Coronavírus, o maior desafio da população em situação de rua é ficar em casa, por motivos aparentemente óbvios: não ter uma casa. Para esse desafio, algumas possíveis soluções poderiam ser apresentadas, como os abrigos provisórios para pernoite, por exemplo. Contudo, mesmo que esses abrigos sejam utilizados também durante o dia, esbarra-se em um problema que é a quantidade de vagas ofertadas em relação à demanda. Em Belo Horizonte, por exemplo, o número de vagas é de 1076 nos abrigos e albergues da prefeitura, sendo que são quase dez mil pessoas em situação de rua. Deve-se ressaltar que as medidas de segurança adotadas pela OMS indicam, ainda, a necessidade da não aglomeração de pessoas, de forma que a superlotação dos abrigos existentes pode contribuir para a propagação do vírus e para um agravamento da situação.

Considerando que a oferta de vagas não corresponde à demanda, organizações não governamentais, movimentos sociais, instituições de defesa da população em situação de rua têm reivindicado junto aos órgãos públicos e setor privado que sejam tomadas providências, como é o caso do Fórum Nacional da População em Situação de Rua que vem articulando junto à rede hoteleira a cessão de quartos vazios para essas pessoas.

Dentro dos abrigos o desafio que se apresenta está relacionado à possibilidade de reduzir o número de pessoas por quarto, de maneira a evitar a rotatividade, assegurando-se a disponibilização de cama fixa para cada pessoa determinada, além de garantir uma distância recomendada entre elas, a partir de recomendações emitidas pela área da saúde.

Outro grande desafio é a higienização constante das mãos com água, sabão e/ou álcool gel. Considerando que essa higienização é feita em casa - ou no caso de serviços essenciais, no trabalho -, volta-se à questão anterior, que é a falta de casa. Em relação ao trabalho da população em situação de rua, é importante ressaltar que parte dela tem como fonte de renda a catação de material reciclável. Se se considerar a atividade de catação como essencial, deve-se destacar que a falta de luvas, máscaras e de um lugar para a higienização das mãos – como em depósitos, por exemplo – é uma constante na rotina desses catadores, ou seja, eles não têm acesso a equipamentos de segurança individual, na maior parte das vezes. O que se tem tido notícias, atualmente, é que algumas associações, entidades, órgãos não governamentais têm feito a distribuição de máscaras gratuitamente, mas, são ações pontuais, de caráter caritativo, que não constituem em política pública. Nesse sentido, a medida de proteção que consiste em higienização das mãos está comprometida.

O acesso à água, sabão, banheiro para a população em situação de rua é uma demanda antiga, mas que ainda não foi atendida pelo poder público como uma política pública.

A partir desta perspectiva, espera-se do poder público a execução de medidas e procedimentos previstos em cada localidade para a proteção dessas pessoas, buscando mitigar riscos de exposição à infecção. As providências a serem tomadas devem observar a demanda de cada localidade, reconhecendo e avaliando os riscos dessas pessoas ficarem desprotegidas. Portanto, deve-se pensar em distribuir itens básicos de subsistência de caráter emergencial, como, por exemplo: alimentação, água potável, produtos de higiene e máscara. Em caso de suspeita ou confirmação de contaminação, é urgente considerar que a população em situação de rua precisa de espaços para a realização de higiene pessoal e de roupas, bem como de um alojamento ou espaços específicos para acolhimento.

Muitas pessoas que estão em situação de rua formam uma rede de apoio solidária entre elas e se reúnem para se proteger, para dividir o que têm, logo, precisam de orientação no que diz respeito às aglomerações nos espaços públicos.

Em relação aos que integram os grupos de risco, precisam ser atendidos e encaminhados à rede de saúde, socioassistencial e às demais políticas e órgãos de defesa de direito.

Pelo exposto, essas são as principais demandas e desafios da população em situação de rua, diante da atual pandemia, que puderam ser identificados pela metodologia adotada e no período analisado. Consideram-se essas as mais urgentes e gerais, não desconsiderando questões específicas e que devem ser enfrentadas tanto em curto, médio, como em longo prazo, o que se defende seja feito por meio de políticas públicas e não tão-somente por ações pontuais.

5. Conclusão

Considerando que este estudo teve como objetivos principais demonstrar que o meio ambiente urbano brasileiro, em regra, não oferece condições para a população em situação de rua superar os riscos da pandemia trazidos pelo novo Coronavírus; apresentar os desafios que esse grupo populacional vem enfrentando para evitar o contágio, bem como, demonstrar a importância de uma política habitacional efetiva para o desenvolvimento sustentável das cidades, entende-se que foram alcançados, ainda que parcialmente, devido à complexidade e especificidade do tema; assim, como a hipótese foi parcialmente confirmada.

Em relação ao primeiro objetivo, de fato, o meio ambiente urbano brasileiro não oferece condições para a população em situação de rua superar os riscos da pandemia, por carecer, principalmente de um projeto estruturante que garanta a efetividade das políticas habitacionais e do direito à moradia. Isso pode ser percebido pela existência de imóveis ociosos e o déficit habitacional.

A respeito dos desafios apresentados pela população em situação de rua, foram identificados dois grandes principais: a falta de moradia para cumprir a orientação de ficar em casa, como a falta de água para a correta assepsia.

A partir dos problemas constatados, pode-se inferir que uma política de planejamento urbano includente, voltada para o sujeito e não para o mercado é fundamental para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Acredita-se que existam muitos outros desafios para a população em situação de rua superar em tempos de pandemia, contudo, pela metodologia, esses foram os principais identificados.

Entende-se que a hipótese foi parcialmente confirmada por terem sido identificadas ações de proteção a esse grupo populacional, ainda que pontuais e de iniciativa da sociedade civil organizada. No entanto, especificamente, no aspecto planejamento urbano, não se identificou possibilidades para a superação dos desafios apresentados pela pandemia.

A adoção de medidas de proteção em caráter urgente e provisório, devido à exigência do momento, não atende às necessidades historicamente negadas pelo estado a esses sujeitos. Um plano de urbanização sustentável e includente não se faz de uma hora para a outra, demanda tempo e exige a participação de todos os setores e atores da sociedade, e do poder público em todas as suas esferas. Sendo assim, o que não foi feito em anos ou décadas, não se fará em dias, para atender a um grupo de pessoas que nem sequer são vistas como sujeitos de direitos pelo estado. Soluções emergenciais não devem substituir uma luta mais ampla, por urbanização e moradia adequada, que dependem da ação dos governos e do investimento constante em políticas públicas.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio.
Homo sacer: o poder soberano e a vida nua, v 1, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah.
A mentira na política: considerações sobre os Documentos do Pentágono. In: Crises da república, São Paulo: Perspectiva, 2004.

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo. Ofício a Luiz kohara e Alderon Costa. São Paulo, 2020.

BRASIL. Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htmAcesso em: maio 2020.

_____. Lei Nº 11.124, de 16 de Junho De 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm Acesso em: maio 2020.

_____. Bolsa Família. Cadastro Único. Conhecer para incluir.

Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/Acesso em: março 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: maio 2020.

_____. Decreto Presidencial nº 7.053/09. Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua.

Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7053-23-dezembro-2009-599156-norma-pe.htmAcesso em: maio 2020.

_____. Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019.

Disponível em: http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633285 Acesso em: set. 2019.

_____. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo Coronavírus, responsável pelo surto de 2019.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm Acesso em: maio 2020.

_____. Ministério de Cidadania. População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam? Brasília. 2019.

Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf Acesso em: março, 2020.

_____. Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. BPC.

Disponível em: http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/bpc Acesso em: março 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS/Sagi, abr. 2008.

Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf Acesso em: março, 2020

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf Acesso em: março, 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Tabulador do Cadastro Único.

Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php Acesso em: março, 2020.

_____. Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos. Racismo, invisibilidade e violência letal contra população em situação de rua são debatidos em seminário. 2018.

Disponível em: https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/setembro/racismo-invisibilidade-e-violencia-letal-contra-populacao-em-situacao-de-rua-sao-debatidos-em-seminario Acesso em: março, 2020.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à moradia adequada. Brasília, DF: 2013.

Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf Acesso em: maio, 2020.

CLÈVE, Clèmerson Merlin.

A eficácia dos direitos fundamentais sociais. Revista de Direito Constitucional e Internacional. Vol. 54, p. 28. Jan/2006.

CHOMSKY, Noam.

O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e a Ordem Global. Rio de janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

Declaração de Emergência em Saúde Pública Internacional da Organização Mundial de Saúde, de 30 de janeiro de 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/oms-declara-coronavirusemergencia-de-saude-publica-internacional/Acesso em: maio 2020.

EVANGELISTA, Guillem Fernandez.

Geographies of exclusion. Open Democracy. 20 September 2011. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/en/5050/geographies-of-exclusion/Acesso em maio 2020.

Fundação João Pinheiro.

Déficit habitacional. Belo Horizonte. 2018. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871Acesso em: maio 2020.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa.

Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

HARVEY, David.

O Direito à Cidade. Revista do Piauí. 2013. Hoje em Dia. Hipercentro de Belo Horizonte tem pelo menos 89 imóveis ociosos à espera de uma nova utilização. Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/hipercentro-de-belo-horizonte-tem-pelo-menos-89-im%C3%B3veis-ociosos-%C3%A0-espera-de-uma-nova-utiliza%C3%A7%C3%A3o-1.623515 Acesso em: maio 2020.

_____. Pias são instaladas em praças de BH para facilitar a higienização das mãos; veja os locais.

Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/pias-s%C3%A3o-instaladas-em- pra%C3%A7as-de-bh-para-facilitar-a-higieniza%C3%A7%C3%A3o-das-m%C3%A3os-veja-os-locais-1.783197 Acesso em: maio, 2020.

LAPOUJADE, David.

Existências Mínimas. São Paulo: N-1 edições. 2017, p. 90;

LEFEBVRE, Henri.
O Direito à Cidade. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 2010.

MAYOS, Gonçal.
Macrofilosofía de la Modernidad. Madrid: Ediciones dlibro, 2012.

MARX, Karl.
O capital. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 721.

MBEMBE, Achille, Necropolítica. Arte & Ensaios. Revista do PPGAV. Eba. UFRJ. n. 32. 2016.
Organização Mundial da Saúde. OMS. Disponível em: https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-da-saude Acesso em: maio 2020.

PÁL PELBART, Peter.
Por uma arte de instaurar modos de existência que "não existem", Laboratório de Sensibilidades. Disponível em:
https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/05/02/por-uma-arte-de-instaurar-modos-de-existencia-que-nao-existem-peter-pal-pelbart/Acesso em: out 2019.

PAOLINELLI, M.S.
Em meio à crise na política habitacional, as lutas por transformação: O coletivo Habite a Política e os desafios recentes na luta pelo direito à moradia em Belo Horizonte. ENANPUR, Natal, 2019. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=926 Acesso em: maio, 2020.

RANCIÈRE, Jacques.
O Desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34. 1996.

SASSE, Cintia, OLIVEIRA, Nelson.
Pessoas em situação de rua. Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas. Especial Cidadania. Ed. 660, 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua Acesso em: jan. 2020.

SOURIAU, Étienne.
The different modes of existence. Minneapolis: Univocal Publishing, 2015, p. 220.

SNOW, David; ANDERSON, Leon.
Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.



Infâncias e adolescências periféricas:

Encontro de uma política de violação de direitos com uma pandemia

Estela Scheinvar

Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Grupo de pesquisa: Produção de subjetividade e estratégias de poder no campo da infância e da juventude. Bolsista CAPES/Print.

estela@uerj.br

Laura Souza Fonseca

Professora da Área de EJA na FACED/UFRGS. Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH). Bolsista PDS/CNPq.

lsfonseca.lsf@gmail.com

Sumário

A crise sanitária que se agrava com a pandemia de 2020 só pode ser compreendida no agravamento do neoliberalismo que assola o mundo e vai produzindo uma crise humanitária cuja dimensão ainda nos é imprecisa. No Brasil, observamos o encontro de uma persistente política de violação de direitos com esta pandemia, no momento em que o ECA celebra 30 anos. Assim, com base na experiência de uma rede de proteção à criança, ao adolescente e à família, em uma periferia metropolitana no Rio Grande do Sul, realizamos uma série de análises mostrando que a questão social está imbricada na superexploração do trabalho, na despossessão do fundo público, na expropriação de direitos sociais e trabalhistas, intensificando opressões e criminalizando os movimentos sociais. Os elementos apresentados no texto deixam claro que para estas infâncias e adolescências periféricas tem se aprofundado a distância já existente em relação às condições consideradas fundamentais para o sujeito de direitos.

Palavras-chave: Pandemia; Estatuto da Criança e do Adolescente; Políticas Sociais; Neoliberalismo; Direitos; Proteção; Estado Violador; Periferia; Precarização da Vida; Judicialização.

Livros organizados:
(1) Trabalho, Formação de Trabalhadores e Lutas Sociais. Porto Alegre. Edição GTFH. Gráfica UFRGS. 2017.
(2) Trabalho, Formação de Trabalhadoras e Lutas Sociais: no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente. Porto Alegre. Edição GTFH. Gráfica UFRGS. 2018.

A crise sanitária como parte do contexto em que se instala a pandemia

A pandemia da covid-19 potencializa mundialmente uma crise sanitária e humanitária caracterizada pelo aprofundamento da globalização do mercado. Vivemos em uma sociedade virtualmente conectada e gravemente desinformada, com uma política urbana excludente, seletiva, cujo efeito, nas grandes cidades, tem sido uma profunda crise socioambiental, mais visível nas periferias. Estas são territórios caracterizados pelo aglomerado de moradias precárias, inclusive no que se refere ao fornecimento de água tratada e saneamento básico. Nesse contexto, "A pandemia nos coloca diante do espelho, que nos revela um mundo atravessado por muitas crises e carente de mudanças" (Lima; Buss; Paes-Sosa, 2020, p.1).

Assim, discutir os efeitos da pandemia de 2020 provocada pelo novo coronavírus certamente obriga a deter-se nas condições de vida e trabalho no Brasil dos últimos anos e no modo como se governa frente a um acontecimento que surpreende o planeta. Os efeitos diferem não apenas em função do modo de governar um caos sanitário, mas também de acordo com o cenário desenhado por relações concretas que falam tanto dos recursos em meio aos quais o vírus se instala, quanto dos recursos para enfrentá-lo. Nesse sentido, pensar nos efeitos da covid-19 para a população infantojuvenil periférica brasileira é um exercício que remete aos 30 anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – lei federal 8.069 de 1990), por ter sido um instrumento que fez acreditar a muitos que seria um marco para dirimir desigualdades.

O ECA, uma legislação infraconstitucional, foi forjado a partir da Constituição Federal de 1988, cuja base liberal sintetizamos em dois movimentos: 1) na ordenação do Art. 227 que o fundamenta – "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade…" (Brasil, 1988) – expondo a perversidade do Estado burguês ao imputar à família a responsabilidade primeira pela proteção das crianças e dos adolescentes, mesmo quando este mesmo Estado não assegura às famílias direitos sociais básicos; 2)

na sua face privatizante, na medida em que, na democracia burguesa, o Estado se atribui a responsabilidade pelo acesso universal aos direitos sociais e, entretanto, a lei retira dele a função primeira de garantia de direitos, ao colocar à família como a primeira responsável pela função garantista.

Frente à retração legal do Estado como responsável pela garantia de direitos, no escopo liberal proliferam múltiplas formas de gestão das políticas sociais, dentre as quais no capitalismo é exaltado o domínio do privado, com ações focais de governo, em detrimento de políticas públicas de Estado de caráter universal e do apoio e respeito às iniciativas locais, comunitárias. Nesse cenário é importante colocar em questão o meio adotado para o controle social – aqui compreendido como o exercício da crítica e a organização da disputa pela qualidade das políticas, no marco de parcerias público-privadas (PPP) – quando a sociedade se torna executora da política social. Dessa perspectiva, este texto propõe pensar a relação entre os efeitos da pandemia que assola o mundo em 2020 e a política de violação de direitos da criança e do adolescente no Brasil, tendo como campo empírico uma periferia metropolitana no Rio Grande do Sul. Um local que dá visibilidade ao acirramento da lógica destrutiva do capital que, de modo desigual e combinado, compõe o padrão de acumulação em curso. Um processo que associa flexibilização (Harvey, 1993), espoliação (Harvey, 2004) e expropriações (Boschetti, 2018), como estratégias dos capitais, articuladas ao Estado e mediadas pelos governos, para intensificar a exploração da classe trabalhadora e recrudescer as opressões, impondo uma face mais perversa do neoliberalismo, o ultraneoliberalismo.

No Brasil, esta realidade vem sendo identificada desde 2016, quando os grupos políticos que construíram o impedimento de uma presidente eleita aprovaram um pacote de contrarreformas – alterações constitucionais que desmontam direitos trabalhistas e sociais. Antunes (2018a) nomeia tal processo de contrarrevolução neoliberal, caracterizado pelo desmonte da legislação social do trabalho entre 2016-2018. Anderson (2020, p. 140), em sentido semelhante, entende que esse contexto brasileiro faz parte de um regime exemplar da política

neoliberal, na medida em que alterou a constituição econômica do país de forma radical. Ambos autores assim entendem o momento político brasileiro, com base na promoção de novas políticas federais, dentre as quais destacamos três: congelamento do investimento em políticas sociais (EC 95/2016); contrarreforma do ensino médio (MP 746/16) que retrai o campo pedagógico sob o argumento de outorgar autonomia para a juventude e a flexibilização das relações trabalhistas (favorecendo as terceirizações e dando mais força à negociação entre patrão-empregado do que à legislação).

É no governo empossado em 2019 que se configura a perspectiva ultraneoliberal com a EC 103/2019, que altera o regime de trabalho de seus próprios servidores públicos e o regime de trabalho geral da previdência (INSS), mexendo no tempo de serviço, na idade para a aposentadoria, nas pensões, entre outras retiradas de direitos, embora os militares tenham ficado fora desta lei. Por meio da chamada carteira trabalho verde e amarela são garantidos mais benefícios à patronal e menos direitos aos trabalhadores. Trata-se de um processo de retirada de direitos civis, sob um governo eleito e composto por militares (Antunes, 2018b).

Nesta pandemia, nosso país se inscreve com singularidades que pioram as condições socioeconômicas e culturais, e escandalizam o mundo. O governo federal contraria os esforços que vemos em muitas das latitudes do planeta e em alguns governos locais no nosso país. Alguns grupos têm sido capazes de dirimir diferenças políticas para reduzir o número de mortes e o sofrimento frente à covid-19. Não tem sido essa a diretriz federal, tampouco de muitos estados e cidades. Surpreendendo todos os setores e grupos políticos nacionais e internacionais, o presidente brasileiro, sua equipe e apoiadores assumem que a morte de "alguns milhares" é necessária para defender o que entendem ser fundamental: o mercado.

Os movimentos sociais que pautaram condições "minimamente dignas" de vida e trabalho desde o fim da ditadura civil-militar de 1964-1985, por meio da luta por garantias de direitos universalizados,

expressos em leis como o ECA, em parte têm se distanciado dos ideais sob os quais foram formulados. Não podemos dizer que se trata de um erro, mas de um projeto político de país e dos limites da concepção liberal de direito, que emerge no enfrentamento à sociedade senhorial (século XVIII) fundada em privilégios hereditários.

Importante, então, recorrer à história: a sociedade burguesa constrói, conforme Guattari (Guattari & Rolnik, 2000, p. 15), um modo de subjetivação maquínico, produtor de uma subjetividade capitalística que faz dos valores do sistema capitalista a grande referência econômica, moral e afetiva, mesmo em sociedades que mal conseguem se definir como capitalistas economicamente. Um pensamento que faz crer que, à diferença da relação senhorial, são abolidos os privilégios e as possibilidades de escolher modos de vida para os seres humanos estão dadas pelo merecimento, sob a garantia de um poder soberano já não exercido consanguineamente, mas pela lei. Como instrumento de regulamentação, a lei passa a ter um valor em si, como se fosse um mandamento natural, abstraída tanto da relação entre as lutas que a produzem e os limites de suas formulações, quanto da relação que se dá no órgão máximo para a sua defesa, o poder judiciário. Leis, definidas como direitos universais, são sustentadas na máxima do liberalismo: liberdade centrada na defesa do capital, no domínio da propriedade privada.

O ECA, uma lei que prometia instrumentalizar o enfrentamento à desigualdade para os sujeitos de direitos, no compasso da ruína do serviço público, da destruição das carreiras dos servidores públicos nas três esferas de governo, das parcerias-público-privadas e das privatizações, acaba testemunhando a retração da política de garantia de direitos, no compasso de todas as reformas neoliberais acima elencadas. Sob tal cenário, a partir de uma experiência concreta no estado do Rio Grande do Sul, são apresentados alguns dos elementos que produziram o encontro de uma política de violação de direitos – expressa no subfinanciamento, no sucateamento dos espaços promotores das políticas e na precarização do trabalho que as produz – com uma pandemia.

Notas sobre uma rede de proteção ao infantojuvenil

A análise que aqui formulamos é uma aproximação às práticas de garantia de direito promovidas a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Usamos como referência um trabalho de intervenção política-pedagógica coordenado por uma das autoras, Laura Fonseca, durante mais de 20 anos, em uma microrregião do conselho tutelar, em uma periferia metropolitana brasileira. Um trabalho realizado perscrutando a indissociabilidade extensão-pesquisa-ensino em um setor de extrema pobreza, que conta com a interlocução de escolas públicas, rede de proteção, bem como com o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV).

Esse trabalho empírico dá concretude às tensões entre as estratégias neoliberais de governo e o princípio de garantia de direitos contido no ECA. Deslocado de uma abordagem macropolítica, o texto apresenta dados recolhidos de uma experiência pelo viés micropolítico, no que são palpáveis os efeitos da estrutura político-econômica na vida das famílias, assim como o enorme esforço das trabalhadoras das áreas sociais para produzir movimentos capazes de mitigar a violência de Estado naquela região. Macro e micropolíticas observadas pelo trabalho acadêmico da Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS e, em particular, no contexto da pandemia. Interessa sublinhar, por meio das cenas que compõem a vida diária de tais pessoas, o que tem significado a política de direitos para a criança e o adolescente, no contexto desta pandemia.

Os registros dessa experiência no diário de campo do Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH) articulam não só rotinas de vida de crianças e adolescentes, como também a própria precarização das condições de trabalho das mulheres que operam direitos na assistência social, na escola e na saúde, atendendo às demandas da população. Assim, entendemos que é possível dar maior visibilidade às violações de direitos ao abordar situações concretas de uma microrregião, dentre as quais destacamos as que consideramos que têm maior impacto no contexto específico da pandemia:

1) Espaço de apoio diário a crianças e jovens: tanto a escola quanto os serviços de convivência das vilas são estruturas centrais para atividades como estudo, lazer, alimentação, referências afetivas, socialização, higiene, cuidado corporal, entre outras. Entretanto, eles não têm tido regularidade. Sistematicamente são fechados ou limitados em seu uso em nome da escassez de recursos. Uma situação que não se restringe ao momento pandêmico, mas que se encontra com ela dada a sistemática prática nacional de fraude em contratos com as empresas prestadoras, ou a falta de repasse, por parte dos municípios, dos valores devidos. Outro elemento a considerar é a relação interna nos estabelecimentos prestadores de serviços, que em muitos casos não estimulam os usuários ou inclusive os expulsam, sabendo que a desvinculação dos jovens pode ser um modo de aproximá-los a redes de trabalho precoce, frequentemente com risco de vida.

2) Trabalho infantojuvenil explorado com distintos matizes: o trabalho antes dos 18 anos é uma atividade sistemática na própria casa, na casa de outras pessoas, na catação de resíduos sólidos, na mendicância, em feiras livres, no cometimento de pequenos furtos, no comércio ilegal de entorpecentes, na exploração sexual e comercial infantojuvenil. Nos trabalhos ilegais é comum o uso de armas brancas e de fogo, sendo cenas frequentes vermos adolescentes com uma pistola na cintura.

3) Saúde mental: nas reuniões crescem os relatos das trabalhadoras da área de garantia de direitos de automutilação de adolescentes e jovens e de quadros de estresse psicológico frente aos quais as equipes não têm recursos para trabalhar, nem contam com espaços para o encaminhamentos para serviços especializados, que são de difícil acesso.

4) Privação de liberdade: esta é uma realidade reiterada e com duas vertentes. De um lado, as equipes da rede de atendimento apresentam preocupações frente às famílias que têm adolescentes em privação de liberdade. Muitos desses jovens davam suporte para suas famílias; muitos deles provêm de famílias em situação de rua, sendo um apoio para a sustentação de suas mães, seus filhos e irmãos. De outro lado, também é

recorrente o encarceramento dos genitores adultos, muitos bem jovens, deixando as mães – também jovens e adolescentes frequentemente – desamparadas. A sua reclusão traz como consequência falta dos recursos que eles proviam, situação agravada com a mudança drástica na política de apoio às famílias de presidiários, que cortou alguns apoios que vinham recebendo.

5) Apoio à maternidade de adolescentes e jovens: não se conta com serviços de apoio para mulheres de menos de vinte anos que se tornam mães, e por vezes, com vários filhos, cujos genitores em ocasiões estão ausentes ou presos.

6) Violência do Estado: esta é uma prática permanente que se concretiza por meio da presença da polícia, aliada aos sistemas de crime e extorsão, que ameaça a vida diária dos jovens seja por algum ato concreto, seja pelo tratamento suspeito e coercitivo. Efeito dessa violência é a presença sistemática de corpos de jovens negros exterminados.

7) Água e esgoto: nos territórios em que trabalhamos o esgoto a céu aberto acompanha os caminhos que percorremos e ao seu lado permanecemos ao esperar o ônibus. O serviço de fornecimento de água é inconstante e, muitas vezes, deixa desabastecidas casas ou estabelecimentos prestadores de serviços.

Tais situações recorrentes na periferia na que temos trabalhado compõem um cenário de muita tensão, mas também de muita resistência. Mesmo sob as condições acima descritas, o grupo acadêmico da UFRGS convive com uma comunidade organizada e de corajosa luta! Dentre seus movimentos destacamos a construção da greve geral de 2017 quando, a partir de uma assembleia da comunidade com trabalhadoras, crianças, adolescentes e famílias da microrregião, foi elaborado o dossiê entregue à prefeitura de Porto Alegre: “mais direitos e menos ladaia”. Nesse documento foram registradas inúmeras expressões de precarização do trabalho nas políticas sociais – mulheres, em ampla maioria, que trabalham em escolas, serviços de convivência, atendimento a pessoas em situação de rua, saúde básica e saúde mental. Em boa parte dos

serviços tem sido crescente, desde a promulgação do ECA, o número de trabalhadoras terceirizadas ou parceirizadas, e em suas condições de vida e trabalho também estão presentes as violações de direitos.

Suas ações concretas falam de um trabalho no que um território de pobreza pode se apoiar ao enfrentar situações de urgência, como a colocada pela pandemia. As ações previstas pelos estabelecimentos em que as trabalhadoras atendem demandas por garantia de direito fazem diferença na vida daquelas que não têm recursos privados para enfrentá-las. Práticas que, na dimensão micropolítica (Scheinvar & Nascimento, 2019), intervêm aportando elementos importantes para a vida diária, como:

1) a realização da "busca ativa" (Torres, 2016) na perspectiva de inserir crianças, adolescentes e famílias na rede de proteção. Um trabalho meticuloso para reincluir no Benefício de Prestação Continuada(BPC) os que foram retirados por procedimentos burocráticos que invisibilizam as pessoas mais necessitadas;

2) o mapeamento de turmas de Educação de Jovens e Adultos fechadas arbitrariamente, por uma suposta "falta de demanda" que não correspondia aos anseios de estudo na microrregião;

3) a restituição do bilhete social para transporte público: única forma, para alguns, de circulação e de acesso a aparelhos fora do seu território.

Tais cenas são registradas no trabalho de intervenção sistemática no cotidiano da luta pelos direitos inscritos em lei, que mostram o quão longe está o Brasil de garantir condições mínimas de vida para o sujeito infantojuvenil. Importa frisar que não são questões particulares desse local ou que atingem só aos mais jovens. São efeitos de um modo estrutural de governar o país, como mostram dois indicadores da maior relevância para enfrentar a pandemia: 1) No que concerne ao acesso à água – serviço sanitário central – de acordo com uma pesquisa nacional que abordou 211 mil domicílios, 10% dos domicílios com acesso à rede de distribuição de água não conta com esse serviço pelo menos uma vez na semana. Frente a tal realidade, como cobrar higiene como

medida para evitar contágio, na pandemia, de quem não possui água em casa?; 2) De acordo com o IBGE/PNAD 2019 foram registrados 36,8 milhões de trabalhadores informais; 10,16 milhões empregados sem carteira assinada no setor privado; 27,6 milhões de pessoas desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas; 4,8 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego. Tais trabalhadoras/es compõem o universo dos 112,5 milhões que reivindicou, no ano de 2020, um "benefício" de R$ 600 (em torno de 100 dólares) que o Congresso Nacional outorgou por alguns meses aos definidos como mais necessitados no contexto da pandemia.

Uma experiência de vida insegura porque assentada sobre falta de condições estruturais. Falar da precarização das condições de vida de crianças e adolescentes por efeito de uma política pública implica referir às suas famílias, pois em conjunto a população pobre está alijada dos direitos sociais mais básicos. Nesse contexto, em que os adultos perdem trabalho e não têm recursos básicos para permanecer em casa, a situação de crianças e adolescentes explorados no trabalho fragiliza mais ainda o enfrentamento à crise sanitária em curso.

No mesmo contexto deve ser trazida à análise a condição das operadoras de direitos da microrregião que têm por função apoiar a população na garantia dos direitos sociais, as quais trabalham sob relações cada vez mais esgarçadas e mediadas por inúmeras formas do privado. O direito, como mecanismo de gestão da sociedade burguesa, mostra sua eficiência para alimentar a desigualdade e defender os princípios do capital. A precarização da vida inclusive de trabalhadoras e serviços para "enfrentar a desigualdade" tem sido produzida politicamente pelos sucessivos governos, tornando mais escassos os recursos próprios para enfrentar uma ameaça tão radical como é o atual coronavírus.

A partir dessa relação alicerçamos a análise do impacto da covid-19 na população infantojuvenil, entendendo os efeitos da pandemia no contexto da produção de desigualdade. Nossa experiência permite colocar em destaque resistências da população e, em especial, da parcela que acolhe as demandas para garantir alguns serviços e cuidados a partir das estruturas formais de governo. São as vítimas da mercantilização da vida, que é uma premissa para a produção da riqueza no capitalismo.

Encontro de uma política de violação de direitos com uma pandemia

As tensões até aqui relatadas sobre as dificuldades da rede de proteção retratam bem o que é a estrutura do que se formulou como política de garantia de direitos, no processo da reconstrução democrática pós ditadura empresarial militar 1964-1985. A lógica neoliberal que vai se instalando no Brasil nesse período é avassaladora e, com uma política de violação de direitos descrita acima, o encontro com a crise sanitária de 2020 reverbera de forma cruel. Um indicador fundamental é a relação com as/os servidoras/es públicas/os nas três esferas de governo cujos direitos trabalhistas conquistados não são garantidos e, a todo momento, retraídos. Como garantir direitos se a equipe encarregada pelas ações de direito é enfrentada?

Embora as atividades na universidade tivessem sido suspensas num primeiro momento da pandemia, elas foram retomadas com uma proposta denominada "ensino remoto emergencial". Não obstante as atividades de campo – pesquisa e extensão, não vinculadas ao novo coronavírus – tivessem sido suspensas, o grupo da UFRGS estabeleceu encontros virtuais. Ao lado das trabalhadoras sociais há sido possível mapear e sistematizar as condições mais alarmantes que está vivendo a população pobre do local em que realizamos nosso projeto. As equipes que compõem as microrredes da cidade trouxeram denúncias que indicam a continuidade e o aprofundamento da retirada de direitos da categoria municipária (servidores públicos municipais), a ampliação do sucateamento dos serviços e o assédio às trabalhadoras de contrato flexível, desqualificando perversamente suas vidas pela subordinação do trabalho aos interesses do capital, mediados por gestores públicos.

Um caso exemplar diz respeito à tentativa da prefeitura de Porto Alegre extinguir, desde setembro de 2019, um órgão central no contexto da pandemia, qual seja, o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF) da cidade de Porto Alegre. Uma ação que não só deixa a população sem os escassos serviços na área de saúde, mas também deixa sem trabalho a cerca de 1800 servidores municipais da saúde pública,

para substituí-los por trabalhadoras terceirizadas. Como dito acima, uma diretriz central da política neoliberal. Entretanto, é importante mostrar as lutas de resistência, já que tais trabalhadores foram à greve que, judicializada, recebeu liminar proibindo demissões até dezembro daquele ano. Mas a perversidade de um sistema cujos compromissos maiores são com o mercado fez o Prefeito retomar a destruição da política de saúde da família que atende às periferias: foram fechados no ano 2020, em meio à pandemia, postos de saúde, levando à demissão de trabalhadoras municipais da saúde pública. Centenas de famílias cujas condições de vida foram descritas acima e que precisariam ser atendidas por tais profissionais durante a pandemia do coronavírus ficaram em uma situação mais precarizada ainda.

Os direitos da criança e do adolescente foram enfrentados, violados, em uma contingência sanitária da maior gravidade com efeitos em termos de renda, atividades de lazer, saúde, alimentação, serviços básicos enfim, que já eram escassos e agora são retirados. Assim, a prefeitura de Porto Alegre dá continuidade à proposta de repasse do fundo público, que (mal) assegura a prestação de serviços, para uma parceria público-privada gerir esta política de saúde. São modos de garantir a apropriação privada que tem como efeito o incentivo ao pagamento, para quem pode, de algum plano de saúde privado e o abandono para os que não têm recursos próprios.

De acordo com os depoimentos das trabalhadoras sociais com as que se realiza o trabalho da UFRGS, nos serviços da assistência social, prioritários na conjuntura da crise sanitária, grande parte delas seguiu suas atividades, exceto aquelas que compunham o grupo de risco. As informações que temos dão conta de que, quem continuou em campo não recebeu equipamento de proteção (álcool, máscaras, garantia de água e sabão) da gestão municipal. Em alguns casos as ongs forneceram o equipamento. Tanto a gestão pública quanto as parcerias público-privadas não assumiram as suas responsabilidades e, certamente, economizaram às custas da saúde das trabalhadoras.

Tais trabalhadoras sociais reportam um aumento significativo da população em situação de rua e de crianças e adolescentes em situação de trabalho explorado. De acordo com uma trabalhadora da rede de proteção,

> *"a gente foi incentivada a fazer cursos on line para realizar nosso trabalho virtual no primeiro mês. Depois meu contrato e de várias colegas foi suspenso por 60 dias. Outras trabalhadoras, as que tinham convênio com a Smed [Secretaria Municipal de Educação], foram demitidas. Só foi mantida quem tinha convênio pela Fasc [Fundação de Assistência Social e Cidadania], mas entraram em suspensão de contrato. Depois de 60 dias quem estava em suspensão ficou de sobreaviso – o que significa que se eles chamassem teríamos que ir trabalhar. Depois suspenderam nosso contrato por mais 60 dias" (setembro de 2020).*

Um depoimento que ajuda a pensarmos na descontinuidade e precariedade dos serviços prestados e nas condições de trabalho de um setor ao que cabe ser vigilante dos direitos. Não se pode pensar em garantia de direitos sem pensar nos meios para realizá-lo. Desse modo, ficam evidentes as diferenças de tratamento que recebem as trabalhadoras terceirizadas, mediante convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em relação a quem tem cargo efetivo. Não há regularidade na política entre as diferentes contratadoras e inexiste também controle social quer da política ainda pública, quer das PPPs. Apenas uma empresa contratante não pagou salários, assediou e demitiu mais de 700 trabalhadoras terceirizadas de limpeza e cozinha das escolas. Já as parcerias com a Fundação de Assistência Social e Cidadania resultaram em suspensão de contrato, sobreaviso e demissão. Sabemos, ainda, por um trabalhador da rede de proteção, que trabalhadores efetivos, além de manter o vínculo, tiveram um tempo maior de trabalho remoto. A precarização da vida, em tempos de precariedades, é intensificada.

Ouvimos de uma professora da escola pública outro relato importante para pensarmos as condições de trabalho,

> *"O desgoverno não se coloca no cenário da realidade aluno/professor com o ensino remoto. Eu tenho internet boa e notebook, pois meu filho paga a internet. Mas tenho colegas que não têm equipamento. Quando vi a triste realidade tive uma mistura de fúria e tristeza, pois os alunos não têm equipamento, tampouco internet. Um único smarthphone serve para vários filhos e geralmente à noite. Pelo whatsapp a interação até era razoável, dos 46 [estudantes], 18 a 20 alunos eram presentes. Mas após o classroom caiu muito a interação. Pois eu postava no blog da escola e também pelo whats as aulas" (outubro de 2020).*

Não bastasse a falta de recursos para a vida escolar remota, a professora refere o pouco cuidado com a definição das redes com as quais se trabalha. O "classroom", por exemplo, acabou por ser um recurso melhor para os que têm condições eletrônicas e um limitador para a maioria que precariamente acompanha os trabalhos escolares, em geral por meio do aplicativo telefônico Whatsapp. Em relação à educação de jovens e adultos (EJA) e aos cursos técnicos, o governador do Rio Grande do Sul orientou às escolas estaduais que não realizassem novas matrículas para o segundo semestre. Mas à revelia da comunidade escolar decretou o retorno às aulas no módulo EAD causando diversos transtornos tanto para as famílias quanto para as professoras e certamente expulsando estudantes da escola básica. Situação que continua repercutindo sobre as condições de vida, trabalho, estudo e saúde.

Olhando para a realidade de um município do Brasil vemos que crianças e adolescentes, em idade escolar, encontram-se, em sua maioria, frente à impossibilidade de contar com os equipamentos necessários e frente à dificuldade de acesso à internet, o que interfere nas condições de estudo, ampliando a desigualdade educacional/social. Já a espoliada categoria do magistério enfrenta um exercício da docência que avança na superexploração devido à enorme ampliação da jornada de trabalho não paga, dada a necessidade de cursos para aprender o uso das ferramentas virtuais, o tempo de preparação das atividades síncronas e assíncronas e os processos de avaliação. Uma realidade que tem ampliado o adoecimento físico e mental na categoria de trabalhadoras da educação básica.

Relacionado às condições de vida, soma-se o aumento de carga de trabalho e a redução da renda da maior parte da população, uma situação de maior estresse quando associada à invasão da privacidade das famílias independentemente do tamanho das casas, da convivência com crianças muito pequenas, do cuidado com pessoas idosas e com deficiência, do alcoolismo, da violência doméstica... A escola literalmente desnuda os lares. Mais pressão sobre estudantes e professoras, particularmente as mulheres, porque frente a relações patriarcais elas têm maior responsabilidade do cuidado da casa e de suas famílias, aumentando a predisposição ao adoecimento.

Se antes da pandemia a escola municipal já havia perdido salário, plano de carreira, projetos educativos de contraturno, tempo de reunião pedagógica, formações.... Na pandemia, o prefeito de Porto Alegre perversamente fechou uma unidade de saúde e reduziu as linhas de ônibus que atendem aquela região. No território em que o trabalho da UFRGS acontece, ainda hoje existem famílias sendo removidas devido às obras inacabadas que foram iniciadas em nome dos jogos da copa do mundo de 2014.

Com a ociosidade pela falta de trabalho e as escolas fechadas, a gurizada está cada vez mais na rua. Em visita à região realizada por membros da equipe do projeto se percebe que desde o início da pandemia não existem medidas protetivas para evitar o contágio da covid-19. Isso diz muito da forma como diversos governos vêm olhando para as pessoas e jogando nas costas delas essa dicotomia entre ser contaminado ou passar fome. Os gestores estaduais e municipais vêm pressionando à comunidade escolar a aceitar a volta às aulas presenciais, supostamente tendo garantidos os protocolos sanitários. A realidade mostra que não há, minimamente, atendimento a protocolo algum: há escolas em territórios nos que não há água tratada nem saneamento, e onde há, não é raro faltar água por horas ou dias. Não há recurso para garantir condições indispensáveis como sabonete, álcool em gel... O deslocamento dá-se em ônibus superlotados, sem qualquer cuidado e obviamente sem a menor possibilidade de distanciamento. Pelos direitos retirados ao longo da atual gestão municipal e a pressão para a retomada das aulas presenciais, sob a consigna "escola fechadas vidas preservadas", as trabalhadoras das escolas municipais em Porto Alegre realizaram uma greve sanitária, como resposta da categoria à pressão da prefeitura pela volta às aulas presenciais. Sinais explícitos de resistência em meio a um modo de governar que nada tem a ver com os ideais de direitos promulgados como enfrentamento à desigualdade.

Conceitos e contextos para pensar práticas de direitos

As expectativas para uma vida pós-pandêmica não podem ser alvissareiras, mesmo afirmando a capacidade de resistência e luta do povo brasileiro. Analistas já apontam que a crise será sucedida por recessão mundial. Sobre a fração mais precarizada da classe trabalhadora recairá o ônus mais pesado, como de costume, aprofundando a lógica destrutiva do capital que segue desumanizando a vida. Contextos em que aumenta a população em situação de rua e recrudesce o trabalho explorado de crianças e adolescentes. Se o avanço do capitalismo flexibilizou o chão da fábrica e as relações de trabalho características do padrão flexível de acumulação do capital, os tempos atuais avançam na aposta de flexibilizar o chão da escola e, em uma reconfiguração no sentido do trabalho docente, com a institucionalização da vida remota encontraram maiores bases e argumentos para acelerar tal processo.

A escola tem um peso especial no cenário pandêmico analisado, na medida que é, como dito acima, além de um tempo/espaço fundamental para a formação, um espaço essencial de socialização, de higiene e de alimentação. Em meios pobres a luta pela sua qualidade tem sido uma prioridade. Não obstante, os gestores da escola, pública e privada, têm investido, nestes tempos, num arremedo de ensino a distância, seduzidos pela economia calculada de infraestrutura e de emprego, dada a possibilidade de redução de professoras e demais trabalhadores. De fato, as professoras têm sido assediadas para garantir um ensino híbrido – presencial e remoto. Vemos a força de um projeto econômico com forte tendência política para controlar as atividades e os conteúdos formadores, em um contexto em que as professoras, além de conviverem sistematicamente com salários defasados, atrasados e, em alguns estados e municípios, parcelados, têm sido perseguidas e ameaçadas em função dos conteúdos e métodos pedagógicos.

Frente ao quadro político e social que traz o aguçamento da crise sanitária em 2020 e a consumação da terceira década desde a promulgação da garantia de direitos para a criança e o adolescente, cabe pensar na estrutura contemporânea do modo capitalista de produção e reprodução da vida, assim como nos movimentos conformadores da radicalização da política neoliberal, levando-nos a um ultraneoliberalismo.

Importante recorrer à história para melhor contextualizar o momento político internacional e nacional que vivemos e que tem seus efeitos em uma pequena região de uma grande cidade brasileira, que pode ser emblemática para entender o modo como os direitos da criança e do adolescente foram mais retraídos no contexto pandêmico de 2020. A exploração do trabalho vivida hoje é o aguçamento de relações instituídas com a emergência do sistema capitalista. Marx (1991) entende a acumulação originária como um processo histórico assentado na primeira expropriação do trabalhador tanto dos meios para produzir, quanto do produto do seu trabalho. Em seus termos, é a pré-história do capital e do modo capitalista de produção. No padrão de produção chamado taylorista-fordista, no século XX, sob a ideologia liberal, as lutas da classe trabalhadora conquistaram direitos trabalhistas e sociais. Na acumulação flexível (Harvey, 2003) que se abre com vistas a recompor a grande crise dos anos 1970, o superinvestimento em maquinaria produz como reserva o desempregado estrutural, e o capital trata de surrupiar os direitos trabalhistas conquistados fetichizando a flexibilização por falsas promessas de "ser seu próprio patrão", "negociar sua jornada de trabalho", "trabalhar na sua própria casa", "ser um empreendedor". Às frágeis relações trabalhistas expressas na terceirização, parceirização e colaboração associam-se ao sucateamento da esfera pública, a parcerias público-privadas e privatizações como um normal sob a égide do neoliberalismo. A crise sanitária de 2020 agravou as condições precárias vividas por grande parte da população brasileira e o governo atual permitiu um avanço voraz na destruição da natureza e de patamares civilizatórios de convivência. O que vemos em todos os momentos de conflito é a força do padrão de acumulação, que avança cada vez mais sobre a esfera pública e as expropriações (Boschetti, 2018) dos direitos sociais que fomos conquistando, pensando que assegurariam a reprodução da vida.

No Brasil, é sobre este processo de reprodução do capital que se assentam as regulações que, supostamente, nos garantiriam direitos trabalhistas e sociais, dentre os quais aqueles proclamados há 30 anos no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069. Em 1990, quando promulgada essa lei, vivíamos agudos índices de pobreza e inflação. Como dito acima, a luta por direitos, no contexto da luta contra a ditadura instalada em 1964 foi um clamor assentado na mobilização e organização da sociedade para pressionar o poder público em favor de melhores condições de vida. Sequer se pode falar em uma estrutura que enfrentasse o capitalismo, mas na que houvesse espaço institucional para a participação daqueles que não fazem parte das estruturas deliberativas do governo, de modo a lutar por garantir serviços e relações definidas por meio do conceito de direitos (Scheinvar, 2004). Assim, participação e direito são conceitos centrais à nova lógica política selada com a lei para a criança e o adolescente de 1990.

Nesse sentido, se por um lado o direito é um mecanismo de governo próprio à arte de governar democrático-burguesa, proposto pela sociedade liberal como uma conquista, pelo outro remete à soberania judiciária a responsabilidade pelo seu cumprimento. Um mecanismo que fala da judicialização da vida, abstraindo as forças políticas que compõem o Poder Judiciário. Antes de fazer valer as promessas contidas no discurso do direito, ele faz valer a crença na democracia colocando em marcha as práticas de fiscalização, controle e punição, que são e têm sido fundamentais para retrair as lutas em favor da transformação social.

Na defesa democrática pode-se dizer que a participação foi o grande mecanismo encontrado pelo movimento social após a ditadura de 1964-1985 para sentar-se ao lado dos representantes governamentais para discutir, pressionar, deliberar como conduzir a política para crianças e adolescentes. A implantação de conselhos nos três níveis administrativos do país (municipal, estadual e nacional), com composição paritária (50% da sociedade civil e 50% do governo), trouxe a convicção de que a luta que fez aprovar uma lei polêmica ganhava novos espaços. Mas a democracia burguesa atende prioritariamente às demandas do capital – e para isto está a estrutura do Estado! O que temos visto tem sido uma

composição dura, burocratizada e subalternizada dentro dos conselhos, com pouca incidência nos rumos governamentais e com expressiva captura dos representantes da sociedade civil.

A experiência da equipe da UFRGS em Porto Alegre é um bom exemplo: os serviços que dialogam com a garantia de direitos são escassos, fragmentados e absolutamente insuficientes; as estruturas para a garantia de direitos, dentre as quais as condições de trabalho das trabalhadoras sociais, são precárias e instáveis. Com articulações importantes, dentre as quais um projeto de extensão universitária, não se vê a aliança de suas lutas com os conselhos, seja municipal ou estadual, que são os mais próximos da população, obedecendo à diretriz de descentralização do ECA. "Participação" é um conceito a ser problematizado, pois como diz Passetti (2003, p.12),

> *"estamos numa sociedade de controle cujo alvo é o planeta. Pouco importa a população. Hoje em dia não se requer mais um corpo para ser investido como força motriz para a produtividade. Estamos no tempo de um investimento em fluxos inteligentes para os quais as partes devem estar disponibilizadas para a produção e para a participação política controlada pela democracia. Disciplina e controle de fluxos inteligentes caracterizam a época atual..."*

Criar uma estrutura político-administrativa no corpo do Estado não é garantia de lutas, pois muitas forças e modos de governar compõem as práticas, obrigando uma análise cuidadosa de tendências, interesses e formas de produzir subalternidades e rupturas. Incluir a sociedade civil na estrutura governamental implica colocar em análise os modos de subjetivação que atravessam suas práticas, assim como as alianças que são simultaneamente construídas com o ECA, ao subordinar os serviços responsáveis pela garantia de direitos à designação de fundos por parte do governo e das empresas (que também compõem o Estado). Poder público – sociedade civil é uma divisão administrativa, pois como propõem Foucault, Guattari e Deleuze, a governamentalidade liberal está presente nas práticas políticas de Estado. Deleuze e Guattarri (1977) entendem o Estado como um aparelho de captura, na medida em que, como aparelho maquínico, codifica as relações: "a sujeição é apenas uma alternância para o momento fundamental do Estado, captura civil ou servidão maquínica" (p 173). O Estado filtra, processa, se apropria de relações heterogêneas estruturando as práticas, os sujeitos, os espaços, os discursos enfim, já que "...o Estado não é um monstro frio, é o correlato de uma certa maneira de governar" (Foucault, 2008, p. 9).

A capilarização da lógica do Estado é a infiltração de certa lógica de vida e dos mecanismos de governo que também atravessam a sociedade civil. Foucault (2010) nos convoca a pensar o que há de Estado em nós olhando para os modos de subjetivação que nos constituem, nossas práticas, seus sentidos, suas formas, sem operar nem por dicotomias, nem por essências. Na singularidade brasileira, talvez importe refletirmos se na quadra histórica vivida, a força do Estado – representado pelos governos, parlamentos e judiciário – e das mediações de seus aparelhos ideológicos (Althusser, 1985) – nomeadamente as múltiplas faces da sociedade civil, em particular a mídia corporativa e a fração mais conservadora das igrejas – potencializará subjetividades opressoras, que têm produzido a morte de alguns, sempre pobres, muitas vezes mulheres e de preferência negras e negros, ou se daremos a volta do cipó de arueira pela humanização da vida, numa perspectiva anticapitalista.

Referências

Althusser, L. (1985).
Aparelhos Ideológicos de Estado. São Paulo: Martins Fontes.

Anderson, P. (2020).
Brasil à parte: 1964-2019. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2018a).
O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2018b).
A educação pública é a menina dos olhos do capital corporativo global. Entrevista InformANDES. https://www.andes.org.br/img/midias/b210689f6fd0a9f340de376c24e5d1c4_1546627217.pdf.

Boschetti, I. (2018).
Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In Boschetti, I. (Org.) Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez.

Brasil. Constituição Federal de 1988.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. Lei 8.069 de 1990.
Estatuto da Criança e do Adolescente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997).
Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 5). São Paulo: Ed. 34.

Fonseca, L. S. (2010).
Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e a banalização do sujeito de direitos. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.137-153, mar/jul.

Foucault, M. (2008).
Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2010).
Prefácio (Anti-Édipo). In: Ditos e escritos, VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Guattari, F. & Rolnik, S. (2000).
Micropolítica: cartografias do desejo. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes.

Harvey, D. (1993).
A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola.

Harvey, D. (2004).
O novo imperialismo. São Paulo: Loyola.

Lima, N. T.; buss, P. M.; Paes-Sosa, R. P. (2020).
A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fiocruz. https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n7/1678-4464-csp-36-07-e00177020.pdf

Marx, K. (1991).
El Capital I: Crítica de la Economia Política. México: Fondo de Cultura Económica. Clásicos de Economia.

Mészáros, I. (2002).
Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo.

Scheinvar, E. (2004).
Tensões e rupturas na relação entre o conselho tutelar e a escola. Em: Conselhos participativos e escola. Rio de Janeiro: DP&A Ed.

Scheinvar E. & Nascimento, M. L. (2019).
Produzindo a redução da maioridade penal. Políticas de garantia de direito em análise Castelo Branco, Guilherme (org.). Micropolíticas. Curitiba, CRV.

Torres, M. (2016).
Busca ativa. In FERNANDES, R. M. C. e HELLMANN, A. (Orgs.) Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil. (pp.37-39) Porto Alegre: Ed. UFRGS.



Pandemia: Lições olhando para o passado de 2050

Fritjof Capra
Diretor do Centro para Alfabetização Ecológica em Berkeley, EUA

info@fritjofcapra.net

Hazel Henderson
Fundadora da Ethical Markets Media, Membro do Conselho Internacional do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, SP, Brasil, Membro da World Academy of Art and Science e da World Business Academy, Membro honorário do Clube de Roma

info@fritjofcapra.net

Sumário

Imaginando o ano de 2050, realizamos uma retrospectiva das últimas três décadas, desde a origem e a evolução da pandemia do Coronavirus, para discutirmos as diversas transformações tecnológicas, sociais, culturais e econômicas pelas quais passou a humanidade.

Discutimos as mudanças de paradigmas, a partir da introdução de modelos sistêmicos, na economia, na política, na agricultura, na organização das cidades, no comportamento social, na preservação dos ecossistemas etc, com base nos princípios da sustentabilidade, que conduziriam às soluções integradas dos diversos problemas da humanidade, após as primeiras décadas do século XXI.

Deste modo, teriamos chegado em 2050 em um cenário baseado em metas e métricas sociais focadas num desenvolvimento sustentável global com um mundo economicamente próspero, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Palavras-chave: Pandemia, Coronavirus, Alterações climáticas, Mudança de paradigma, Perspectiva sistêmica, Sustentabilidade, Objetivos de desenvolvimento sustentáveis, Economia circular, Cidades ecológicas, Fontes de energia renováveis, Produção local

Imagine, estamos no ano de 2050 e estamos olhando em retrospectiva para a origem e evolução da pandemia de coronavírus nas últimas três décadas. Extrapolando os eventos recentes, oferecemos o seguinte cenário para tal visão do futuro.

À medida que avançamos para a segunda metade do nosso século XXI, podemos finalmente entender a origem e o impacto do coronavírus que atingiu o mundo em 2020 de uma perspectiva sistêmica evolutiva. Hoje, em 2050, olhando para os últimos turbulentos 40 anos em nosso planeta natal, parece óbvio que a Terra se encarregou de ensinar à nossa família humana. Nosso planeta nos ensinou a primazia do entendimento de nossa situação em termos de sistemas inteiros, identificados por alguns pensadores de longo alcance já em meados do século XIX. Essa consciência humana ampliada revelou como o planeta realmente funciona, sua biosfera viva sistematicamente alimentada pelo fluxo diário de fótons de nossa estrela-mãe, o Sol.

No fim das contas, essa consciência expandida superou as limitações cognitivas e as suposições e ideologias incorretas que criaram as crises do século XX. Falsas teorias de desenvolvimento e progresso humano, medidos, de maneira míope, por preços e métricas baseadas em dinheiro, como o PIB, culminaram em crescentes perdas sociais e ambientais: poluição do ar, da água e da terra; destruição da diversidade biológica; perda de serviços ecossistêmicos, tudo exacerbado pelo aquecimento global, aumento do nível do mar e grandes perturbações climáticas.

Essas políticas míopes também causaram colapsos sociais, desigualdade, pobreza, doenças físicas e mentais, vícios, perda de confiança nas instituições - incluindo mídia, academia e a própria ciência - bem como perda da solidariedade da comunidade. Eles também levaram às pandemias do século XXI, SARS, MERS, AIDS, influenza e os vários coronavírus que surgiram em 2020.

Durante as últimas décadas do século XX, a humanidade excedeu a capacidade de carga da Terra. A população humana cresceu para 7,6 bilhões em 2020 e continuou sua obsessão com o crescimento econômico, corporativo e tecnológico que causou as crescentes crises existenciais que ameaçavam a própria sobrevivência da humanidade. Ao impulsionar esse crescimento excessivo com combustíveis fósseis, os humanos aqueceram a atmosfera a tal ponto que o consórcio de ciência do clima das Nações Unidas (ONU), IPCC, observou em sua atualização de 2020 que a humanidade tinha apenas dez anos para reverter essa situação de crise.

Já em 2000, todos os meios estavam disponíveis: tínhamos o know-how, tínhamos projetado tecnologias renováveis eficientes e sistemas econômicos circulares, baseados nos princípios ecológicos da natureza. Em 2000, as sociedades patriarcais estavam perdendo o controle sobre suas populações femininas, devido às forças da urbanização e da educação. As próprias mulheres começaram a assumir o controle de seus corpos, e as taxas de fertilidade começaram a cair antes mesmo da virada do século XXI. As revoltas generalizadas contra o modelo econômico de globalização, de cima para baixo, e de suas elites dominadas por homens, levaram à ruptura dos caminhos insustentáveis de desenvolvimento impulsionados por combustíveis fósseis, energia nuclear, militarismo, lucro, ganância e liderança egocêntrica.

Os orçamentos militares, que haviam esgotado as necessidades de saúde e educação para o desenvolvimento humano, gradualmente mudaram de tanques e navios de guerra para uma guerra de informação menos cara e menos violenta. No início do século XXI, a competição internacional pelo poder concentrava-se mais na propaganda social, tecnologias de persuasão, infiltração e controle da internet global.

Em 2020, as prioridades da pandemia de coronavírus em instalações médicas competiam com as vítimas em salas de emergência, fossem elas feridas por arma de fogo ou pacientes com outras condições de risco de vida. Em 2019, o movimento nacional de crianças em idade escolar nos Estados Unidos uniu-se à classe médica para desafiar a violência

armada como uma crise de saúde pública. Seguiram-se gradualmente leis rígidas sobre armas, junto com a rejeição dos fabricantes de armas nos ativos dos fundos de pensão, paralisando o lobby das armas e, em muitos países, as armas foram compradas de volta pelos governos dos proprietários de armas e destruídas, como a Austrália havia feito no século XX. Isso reduziu enormemente as vendas globais de armas, junto com as leis internacionais que exigiam licenças e seguros anuais caros, enquanto a tributação global reduzia as corridas armamentistas perdulárias dos séculos anteriores. Os conflitos entre as nações são agora amplamente regidos por tratados internacionais e transparência. Agora em 2050, os conflitos raramente envolvem meios militares, mudando para propaganda na Internet, espionagem e guerra cibernética.

Em 2020, essas revoltas exibiram todas as linhas de falha nas sociedades humanas: de racismo e ignorância, teorias da conspiração, xenofobia e " o outro" como bode expiatório a vários preconceitos cognitivos - determinismo tecnológico, cegueira induzida por teoria e o mal-entendido fatal e generalizado que confundiu dinheiro com riqueza real. O dinheiro, como todos sabemos hoje, foi uma invenção útil: todas as moedas são simplesmente protocolos sociais (tokens de confiança físicos ou virtuais), operando em plataformas sociais com efeitos de rede, seus preços flutuando na medida em que seus vários usuários confiam e os usam . No entanto, países e elites em todo o mundo ficaram fascinados com o dinheiro e com o jogo no "cassino financeiro global", encorajando ainda mais os sete pecados capitais sobre os valores tradicionais de cooperação, compartilhamento, ajuda mútua e a Regra de Ouro.

Cientistas e ativistas ambientais alertaram sobre as terríveis consequências dessas sociedades insustentáveis e sistemas de valores retrógrados por décadas, mas até a pandemia de 2020, líderes políticos e corporativos e outras elites resistiram obstinadamente a esses avisos. Anteriormente incapazes de quebrar sua intoxicação com lucros financeiros e poder político, seus próprios cidadãos forçaram o foco no bem-estar e sobrevivência da humanidade e da comunidade da vida. As Indústrias fósseis tradicionais lutaram para manter suas isenções fiscais

e subsídios em todos os países, enquanto os preços do gás e do petróleo despencavam. Mas já não tinham a mesma capacidade de comprar favores políticos e apoio aos seus privilégios. Foram necessárias as reações globais de milhões de jovens, "globalistas raiz" e povos indígenas, que compreenderam os processos sistêmicos de nosso planeta Gaia - uma biosfera auto-organizada e auto-regulada que por bilhões de anos administrou toda a evolução planetária sem interferência de humanos cognitivamente limitados.

Nos primeiros anos de nosso século vinte e um, Gaia respondeu de uma forma inesperada, como tinha feito com tanta frequência durante a longa história da evolução. A derrubada de grandes áreas de florestas tropicais e intrusões massivas em outros ecossistemas ao redor do mundo fragmentaram esses ecossistemas autorreguláveis e fraturou a teia da vida. Uma das muitas consequências dessas ações destrutivas foi que alguns vírus, que viveram em simbiose com certas espécies animais, saltaram dessas espécies para outras e para os humanos, onde eram altamente tóxicos ou mortais. Pessoas em muitos países e regiões, marginalizadas por uma globalização econômica estreita orientada para o lucro, aplacaram sua fome procurando "carne de caça" nessas áreas selvagens recém-expostas, matando macacos, civetas, pangolins, roedores e morcegos como fontes adicionais de proteína. Essas espécies selvagens, carregando uma variedade de vírus, também foram vendidas vivas em "mercados úmidos", expondo ainda mais as populações urbanas a esses novos vírus.

Na década de 1960, por exemplo, um vírus obscuro saltou de uma espécie rara de macacos mortos como "carne de caça" e consumidos por humanos na África Ocidental. De lá, se espalhou para os Estados Unidos, onde foi identificado como o vírus HIV e causou a epidemia de AIDS. Ao longo de quatro décadas, causou a morte de cerca de 39 milhões de pessoas em todo o mundo, cerca de meio por cento da população mundial. Quatro décadas depois, o impacto do coronavírus foi rápido e dramático. Em 2020, o vírus saltou de uma espécie de morcego para o homem na China e, de lá, se espalhou rapidamente pelo mundo, dizimando a população mundial em cerca de 50 milhões em apenas uma década.

Do privilegiado ponto de vista de nosso ano de 2050, podemos olhar em retrospectiva para essa sequência de vírus: SARS, MERS e o impacto global das várias mutações de coronavírus que começaram em 2020. Eventualmente, essas pandemias foram estabilizadas, em parte pela proibição total em "mercados úmidos" em toda a China em 2020. Essas proibições se espalharam para outros países e mercados globais, cortando o comércio de animais selvagens e reduzindo vetores, junto com a melhoria dos sistemas de saúde pública, cuidados preventivos e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos eficazes.

As lições básicas para os humanos em nossos trágicos 50 anos de crises globais autoinfligidas - as aflições de pandemias, cidades inundadas, florestas queimadas, secas e outros desastres climáticos cada vez mais violentos - foram simples, muitas baseadas nas descobertas de Charles Darwin e outros biólogos nos séculos XIX e XX:

- Nós, humanos, somos uma espécie com muito pouca variação em nosso DNA básico.

- Evoluímos com outras espécies da biosfera do planeta por seleção natural, respondendo às mudanças e tensões em nossos vários habitats e ambientes.

- Somos uma espécie global, tendo migrado do continente africano para todas as outras, competindo com outras espécies, causando várias extinções.

- Nossa colonização planetária e sucesso, nesta Era do Antropoceno de nosso século XXI, foram, em grande parte, devido às nossas habilidades de nos unir, cooperar, compartilhar e evoluir em populações e organizações cada vez maiores.

- A humanidade cresceu de bandos itinerantes de nômades para viver em aldeias agrícolas estabelecidas, para pequenas cidades e megacidades do século XX, onde viviam mais de 50%

de nossas populações. Até as crises climáticas e as das pandemias dos primeiros anos do nosso século XXI, todas as previsões previam que essas megacidades continuariam crescendo e que a população humana chegaria a 10 bilhões até hoje, em 2050.

Agora sabemos por que as populações humanas atingiram 7,6 bilhões em 2030, conforme esperado no cenário mais promissor do IPCC, bem como nas pesquisas urbanas globais por cientistas sociais que documentavam o declínio da fertilidade Empty Planet (2019). Os recém-conscientes "globalistas raiz", os exércitos de crianças em idade escolar, ecologistas ao redor do mundo e mulheres empoderadas se uniram a investidores e empreendedores mais éticos para o fortalecimento de mercados locais. Milhões de consumidores foram atendidos por cooperativas de pequenas redes movidas a energia renovável, somando-se a elas os empreendimentos corporativos do mundo todo, que mesmo em 2012 empregavam mais pessoas em todo o mundo do que todas as empresas com fins lucrativos somadas. Essas empresas já não usavam mais as falsas métricas orientadas pelo dinheiro ou pelo PIB, e a partir de 2015 passaram a orientar suas atividades pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com seus 17 objetivos de sustentabilidade e restabelecimento de todos os ecossistemas e saúde humana.

Essas novas metas e métricas sociais focavam na cooperação, compartilhamento e formas mais sábias de desenvolvimento humano, usando recursos renováveis e maximizando a eficiência. Esta sustentabilidade de longo prazo, distribuída de forma equitativa, beneficia todos os membros da família humana dentro da tolerância com as outras espécies de nossa biosfera viva. A competição e a criatividade florescem com boas ideias eliminando as idéias obsoletas e menos úteis, junto com padrões éticos baseados na ciência e aprofundando as informações em

sociedades mais autossuficientes e conectadas em todos os níveis, do local ao global.

Quando o coronavírus surgiu em 2020, as respostas humanas foram inicialmente caóticas e insuficientes, mas logo se tornaram cada vez mais coerentes e até profundamente diferentes. O comércio global encolheu limitando-se a transportar apenas mercadorias raras, e passando a comercializar informações. Em vez de enviar bolos, biscoitos e balas ao redor do planeta, passamos a enviar suas receitas e todas as outras receitas para a criação de alimentos à base de plantas e bebidas; e localmente instalamos tecnologias verdes: solar, eólica, fontes de energia geotérmica, iluminação LED, veículos, barcos e até aeronaves elétricas.

As reservas de combustível fóssil permaneceram seguras no solo, já que o carbono passou a ser visto como um recurso precioso demais para ser queimado. O excesso de CO2 na atmosfera da queima de combustíveis fósseis foi capturado por bactérias orgânicas do solo, plantas de raízes profundas, bilhões de árvores recém-plantadas em um amplo reequilíbrio dos sistemas alimentares humanos com base no agronegócio nas industrias químicas, publicidade e comércio global de algumas culturas de monocultura. Essa dependência excessiva de combustíveis fósseis, pesticidas, fertilizantes, antibióticos em dietas a base de carne de animais criados em cativeiro, era baseada na diminuição da disponibilidade da água doce do planeta e se mostrou insustentável. Hoje, em 2050, nossos alimentos globais são produzidos localmente, incluindo muitas outras plantações indígenas e selvagens negligenciadas, agricultura de água salgada e todas as outras plantas alimentícias que gostam de sal (halófitas), cujas proteínas completas são mais saudáveis para a dieta humana.

O turismo de massa e as viagens em geral diminuíram radicalmente, junto com o tráfego aéreo e o uso obsoleto de combustíveis fósseis. As comunidades em todo o mundo se estabilizaram em centros populacionais de pequeno a médio porte, que se tornaram amplamente autosustentáveis com a produção local e regional de alimentos e energia. O uso de combustível fóssil virtualmente desapareceu, pois já em 2020 ele já não era capaz de competir com o desenvolvimento acelerado de fontes renováveis de energia e as correspondentes novas tecnologias, e o reaproveitamento de todos os recursos, anteriormente desperdiçados, em nossas economias circulares de hoje.

Devido ao perigo de infecções em grandes aglomerações, sweat shops, grandes redes de lojas, bem como eventos esportivos e entretenimento em grandes arenas desapareceram gradualmente. A política democrática tornou-se mais racional, uma vez que os demagogos não podiam mais reunir milhares em grandes comícios para ouvi-los. Suas promessas vazias também foram restringidas nas redes sociais, uma vez que esses monopólios lucrativos foram rompidos em 2025 e agora em 2050 são regulamentados como utilidade pública servindo ao bem público em todos os países.

O cassino global dos mercados financeiros entrou em colapso e as atividades econômicas voltaram do setor financeiro para as cooperativas de crédito e bancos públicos em nossos setores cooperativos de hoje. A manufatura de bens e nossas economias baseadas em serviços resgataram os setores de troca tradicional e voluntária informal, moedas locais, bem como inúmeras transações não monetárias que se desenvolveram durante o auge das pandemias. Como consequência da descentralização generalizada e do crescimento de comunidades autossuficientes, nossas economias de hoje em 2050 se tornaram regenerativas em vez de extrativistas, e as lacunas de pobreza e desigualdade dos

modelos exploradores e obcecados por dinheiro desapareceram em grande parte.

A pandemia de 2020, que destruiu os mercados globais, finalmente derrubou as ideologias do dinheiro e do fundamentalismo de mercado. As ferramentas dos bancos centrais não funcionavam mais, então o "helicopter money" e pagamentos diretos em espécie para famílias carentes, dos quais o Brasil foi pioneiro, tornaram-se os únicos meios de manter o poder de compra para suavizar transições econômicas ordenadas para sociedades sustentáveis. Isso levou os políticos dos EUA e da Europa a criar dinheiro novo e essas políticas de estímulo substituíram a "austeridade" e foram rapidamente investidas em toda a infraestrutura de recursos renováveis em seus respectivos planos de Green New Deal.

Quando o coronavírus se espalhou para animais domésticos, gado e outros ruminantes, ovelhas e cabras, alguns desses animais tornaram-se portadores da doença sem apresentarem sintomas. Consequentemente, o abate e o consumo de animais caíram drasticamente em todo o mundo. As pastagens e a criação industrial de animais correspondiam a quase 15% dos gases de efeito estufa globais anuais. Grandes corporações multinacionais produtoras de carne foram apontadas por investidores experientes como o próximo grupo de "ativos ociosos", junto com as companhias de combustíveis fósseis. Alguns mudaram totalmente para alimentos à base de plantas com vários análogos de carne, peixe e queijo. A carne tornou-se muito cara e rara, e as vacas passaram a ser propriedades das famílias, como tradicionalmente, em pequenas localidades e em fazendas, para obter leite, queijo e carne, junto com os ovos de suas galinhas.

Depois que as pandemias diminuíram e as caras vacinas foram desenvolvidas, as viagens globais foram permitidas apenas com os certificados de vacinação em dia, usados principalmente por comerciantes e pessoas ricas. A maioria das populações do mundo agora prefere os prazeres da comunidade, dos encontros e da comunicação virtual, junto com as viagens locais de transporte público, carros elétricos e veleiros movidos a energia solar e eólica que todos desfrutamos hoje. Como consequência, a poluição do ar diminuiu drasticamente em todas as principais cidades do mundo.

Com o crescimento das comunidades autosustentáveis, as chamadas "vilas urbanas" surgiram em muitas cidades - bairros redesenhados que exibem estruturas de alta densidade combinadas com amplas áreas verdes comuns. Essas áreas apresentam economia significativa de energia e um ambiente saudável, seguro e voltado para a comunidade, com níveis de poluição drasticamente reduzidos.

As cidades ecológicas de hoje incluem alimentos cultivados em prédios altos com telhados com paineis solares, hortas e transporte público elétrico, depois que os automóveis foram proibidos nas ruas urbanas em 2030. Essas ruas foram recuperadas por pedestres, ciclistas e pessoas em scooters que trafegavam por lojas locais menores, galerias de artesanato e mercados de agricultores. Veículos elétricos solares para uso intermunicipal costumam carregar e descarregar suas baterias à noite para equilibrar a eletricidade em casas unifamiliares. Unidades autônomas de recarga de veículos movidas a energia solar estão disponíveis em todas as áreas, reduzindo o uso de eletricidade de base fóssil das obsoletas usinas centralizadas, muitas das quais faliram por volta de 2030.

Depois de todas as mudanças dramáticas que vivemos, hoje percebemos que nossas vidas agora são menos estressantes, mais saudáveis e mais satisfatórias, e nossas comunidades planejam o futuro a longo prazo. Para garantir a sustentabilidade de nossos novos modos de vida, percebemos que recuperar ecossistemas ao redor do mundo é crucial, para que os vírus perigosos para os humanos fiquem novamente confinados a outras espécies animais, onde não causem danos. Para restaurar os ecossistemas em todo o mundo, nossa mudança global para a agricultura orgânica e regenerativa floresceu, junto com alimentos vegetais, bebidas e todos os alimentos cultivados em água salgada e pratos de algas que apreciamos. Os bilhões de árvores que plantamos ao redor do mundo após 2020, junto com as melhorias agrícolas restauraram os ecossistemas gradualmente.

Como consequência de todas essas mudanças, o clima global finalmente se estabilizou, com as atuais concentrações de CO2 na atmosfera voltando ao nível seguro de 350 partes por milhão. Os níveis mais elevados do mar permanecerão por um século e muitas cidades agora florescem em terrenos mais elevados e seguros. Catástrofes climáticas agora são raras, embora muitos eventos climáticos ainda continuem a perturbar nossas vidas, assim como o fizeram nos séculos anteriores. As múltiplas crises e pandemias globais, devido à nossa ignorância anterior dos processos planetários e ciclos viciosos, tiveram consequências trágicas de grande amplitude para indivíduos e comunidades. No entanto, nós, humanos, aprendemos muitas lições dolorosas. Hoje, olhando para o passado de 2050, percebemos que a Terra é nosso professor mais sábio, e suas terríveis lições podem ter salvado da extinção não somente a humanidade, mas também grande parte das comunidades vivas que compartilham o planeta conosco.



Pandemics: Lessons looking back from 2050

Fritjof Capra
Director of the Center of Ecoliteracy,
Berkeley, CA, USA

info@fritjofcapra.net

Hazel Henderson
Founder of Ethical Markets Media, Member of the International Council of the Ethos Institute of Business and Social Responsibility, SP, Brazil, Member of the World Academy of Art and Science and World Business Academy, Honorary member of the Club of Rome

schumacher@centerforneweconomics.org

Summary

Imagining the year 2050, we carried out a retrospective of the last three decades, from the origin and evolution of the Coronavirus pandemic, to discuss the various technological, social, cultural and economic transformations that humanity has gone through.

We discussed paradigm shifts, from the introduction of systemic models, in the economy, in politics, in agriculture, in the organization of cities, in social behavior, in the preservation of ecosystems, etc., based on the principles of sustainability, which would lead to integrated solutions of the various problems of humanity, after the first decades of the 21st century.

In this way, we would have arrived in 2050 in a scenario based on goals and social metrics focused on a sustainable global development with an economically prosperous, socially just and environmentally sustainable world.

Keywords: Pandemic, Coronavirus, Climate change, Paradigm shift, Systemic perspective, Sustainability, Sustainable development goals, Circular economy, Ecological cities, Renewable energy sources, Local production

Imagine, it is the year 2050 and we are looking back to the origin and evolution of the coronavirus pandemic over the last three decades. Extrapolating from recent events, we offer the following scenario for such a view from the future.

As we move into the second half of our twenty-first century, we can finally make sense of the origin and impact of the coronavirus that struck the world in 2020 from an evolutionary systemic perspective. Today, in 2050, looking back on the past 40 turbulent years on our home planet, it seems obvious that the Earth had taken charge of teaching our human family. Our planet taught us the primacy of understanding of our situation in terms of whole systems, identified by some far-sighted thinkers as far back as the mid- nineteenth century. This widening human awareness revealed how the planet actually functions, its living biosphere systemically powered by the daily flow of photons from our mother star, the Sun.

Eventually, this expanded awareness overcame the cognitive limitations and incorrect assumptions and ideologies that had created the crises of the twentieth century. False theories of human development and progress, measured myopically by prices and money-based metrics, such as GDP, culminated in rising social and environmental losses: pollution of air, water and land; destruction of biological diversity; loss of ecosystem services, all exacerbated by global heating, rising sea levels, and massive climate disruptions.

These myopic policies had also driven social breakdowns, inequality, poverty, mental and physical illness, addiction, loss of trust in institutions — including media, academia, and science itself — as well as loss of community solidarity. They had also led to the pandemics of the 21st century, SARS, MERS, AIDS, influenza, and the various coronaviruses that emerged back in 2020.

During the last decades of the 20th century, humanity had exceeded the Earth's carrying capacity. The human family had grown to 7.6 billion by 2020 and had continued its obsession with economic, corporate,

and technological growth that had caused the rising existential crises threating humanity's very survival. By driving this excessive growth with fossil fuels, humans had heated the atmosphere to such an extent that the United Nations (UN) climate science consortium, IPCC, noted in its 2020 update that humanity had only ten years left to turn this crisis situation around.

As far back as 2000, all the means were already at hand: we had the know-how, and had designed efficient renewable technologies and circular economic systems, based on nature's ecological principles. By 2000, patriarchal societies were losing control over their female populations, due to the forces of urbanization and education. Women themselves had begun to take control of their bodies, and fertility rates began to tumble even before the turn of the twenty-first century. Widespread revolts against the top- down narrow economic model of globalization and its male-dominated elites led to disruptions of the unsustainable paths of development driven by fossil fuels, nuclear power, militarism, profit, greed, and egocentric leadership.

Military budgets which had starved health and education needs for human development, gradually shifted from tanks and battleships to less expensive, less violent information warfare. By the early 21st century, international competition for power focused more on social propaganda, persuasion technologies, infiltration and control of the global internet.

In 2020, the coronavirus pandemic's priorities in medical facilities competed with victims in emergency rooms, whether those wounded by gun violence or patients with other life threatening conditions. In 2019, the nationwide US movement of schoolchildren had joined with the medical profession in challenging gun violence as a public health crisis. Strict gun laws gradually followed, along with rejection of gun manufacturers in pension funds' assets crippling the gun lobby and, in many countries, guns were purchased back by governments from gun owners and destroyed, as Australia had done in the 20th century. This greatly reduced global arms sales, together with international

laws requiring expensive annual licenses and insurance, while global taxation reduced the wasteful arms races of previous centuries. Conflicts between nations are now largely governed by international treaties and transparency. Now in 2050, conflicts rarely involve military means, shifting to internet propaganda, spying and cyber warfare.

By 2020, these revolts exhibited all the fault lines in human societies: from racism and ignorance, conspiracy theories, xenophobia and scapegoating of "the other"to various cognitive biases — technological determinism, theory-induced blindness, and the fatal, widespread misunderstanding that confused money with actual wealth. Money, as we all know today, was a useful invention: all currencies are simply social protocols (physical or virtual tokens of trust), operating on social platforms with network effects, their prices fluctuating to the extent that their various users trust and use them. Yet, countries and elites all over the world became enthralled with money and with gambling in the "global financial casino," further encouraging the seven deadly sins over traditional values of cooperation, sharing, mutual aid, and the Golden Rule.

Scientists and environmental activists had warned of the dire consequences of these unsustainable societies and retrogressive value systems for decades, but until the 2020 pandemic corporate and political leaders, and other elites, stubbornly resisted these warnings. Previously unable to break their intoxication with financial profits and political power, their own citizens forced the re-focus on the well-being and survival of humanity and the community of life. Incumbent fossilized industries fought to retain their tax breaks and subsidies in all countries as gas and oil prices collapsed. But they were less able to buy political favors and support of their privileges. It took the global reactions of millions of young people, "grassroots globalists," and indigenous peoples, who understood the systemic processes of our planet Gaia — a self-organizing, self- regulating biosphere which for billions of years had managed all planetary evolution without interference from cognitively-challenged humans.

In the first years of our twenty-first century, Gaia responded in an unexpected way, as it had so often during the long history of evolution. Humans' clear-cutting large areas of tropical rainforests and massive intrusions into other ecosystems around the world had fragmented these self-regulating ecosystems and fractured the web of life. One of

the many consequences of these destructive actions were that some viruses, which had lived in symbiosis with certain animal species, jumped from those species to others and to humans, where they were highly toxic or deadly. People in many countries and regions, marginalized by the narrow profit-oriented economic globalization, assuaged their hunger by seeking "bush meat" in these newly exposed wild areas , killing monkeys, civets, pangolins, rodents, and bats as additional protein sources . These wild species, carrying a variety of viruses, were also sold live in "wet markets," further exposing ever more urban populations to these new viruses.

Back in the 1960s, for example, an obscure virus jumped from a rare species of monkeys killed as "bush meat" and eaten by humans in West Africa. From there it spread to the United States where it was identified as the HIV virus and caused the AIDS epidemic. Over four decades, it caused the deaths of an estimated 39 million people worldwide, about half a percent of the world population. Four decades later, the impact of the coronavirus was swift and dramatic. In 2020, the virus jumped from a species of bats to humans in China, and from there it rapidly spread around the world, decimating world population by an estimated 50 million in just one decade.

From the vantage point of our year 2050, we can look back at the sequence of these viruses: SARS, MERS, and the global impact of the various coronavirus mutations which began back in 2020. Eventually such pandemics were stabilized, partly by the outright bans on "wet markets"all over China in 2020 . Such bans spread to other countries and global markets, cutting the trading of wild animals and reducing vectors, along with better public health systems, preventive care, and the development of effective vaccines and drugs.

The basic lessons for humans in our tragic 50 years of self-inflicted global crises — the afflictions of pandemics, flooded cities, burned forestlands, droughts and other increasingly violent climate disasters — were simple, many based on the discoveries of Charles Darwin and other biologists in the nineteenth and twentieth centuries:

- We humans are one species with very little variation in our basic DNA.

- We evolved with other species in the planet's biosphere by natural selection, responding to changes and stresses in our various habitats and environments.

- We are a global species, having migrated out of the African continent to all others, competing with other species, causing various extinctions.

- Our planetary colonization and success, in this Anthropocene Age of our twenty- first century, was largely due to our abilities to bond, cooperate, share and evolve in ever larger populations and organizations.

- Humanity grew from roving bands of nomads to live in settled agricultural villages, to towns, and the mega-cities of the twentieth century, where over 50% of our populations lived. Until the climate crises and those of the pandemics in the first years of our twenty-first century, all forecasts predicted that these mega-cities would keep growing and that human populations would reach 10 billion by today, in 2050.

Now we know why human populations topped out at the 7.6 billion in 2030, as expected in the most hopeful scenario of the IPCC, as well as in the global urban surveys by social scientists documenting the decline of fertility Empty Planet (2019). The newly aware "grassroots globalists", the armies of school children, global environmentalists and empowered women joined with green, more ethical investors and entrepreneurs in localizing markets. Millions were served by microgrid cooperatives, powered by renewable electricity, adding to the world's cooperative enterprises, which even by 2012 employed more people worldwide that all the for-profit companies combined. They no longer used the false money metrics of GDP, but in 2015 switched to steering their societies by the UN's SDGs, their 17 goals of sustainability and restoration of all ecosystems and human health.

These new social goals and metrics all focused on cooperation, sharing and knowledge-richer forms of human development, using renewable resources and maximizing efficiency. This long term sustainability, equitably distributed, benefits all members of he human family within the tolerance of other species in our living biosphere. Competition and creativity flourish with good ideas driving out less useful ones, along with science-based ethical standards and deepening information in self-reliant and more connected societies at all levels from local to global.

When the coronavirus struck in 2020, the human responses were at first chaotic and insufficient, but soon became increasingly coherent and even dramatically different. Global trade shrunk to only transporting rare goods, shifting to trading information. Instead of shipping cakes, cookies and biscuits around the planet, we shipped their recipes, and all the other recipes for creating plant-based foods and beverages; and locally we installed green technologies: solar, wind, geothermal energy sources, LED lighting, electric vehicles, boats, and even aircraft.

Fossil fuel reserves stayed safely in the ground, as carbon was seen as a resource, much too precious to burn. The excess CO2 in the atmosphere from fossil fuel burning was captured by organic soil bacteria, deep-rooted plants, billions of newly planted trees, and in the widespread re-balancing of the human food systems based on agro-chemical industrial agribusiness, advertising and global trading of a few

monocultured crops. This over-dependence on fossil fuels, pesticides, fertilizers, antibiotics in animal- raised meat diets, all were based on the planet's dwindling freshwater and proved unsustainable. Today, in 2050, our global foods are produced locally, including many more overlooked indigenous and wild crops, saltwater agriculture and all the other salt-loving (halophyte) food plants whose complete proteins are healthier for human diets.

Mass tourism, and travel in general, decreased radically, along with air traffic and phased-out fossil fuel use. Communities around the world stabilized in small- to medium- sized population centers, which became largely self-reliant with local and regional production of food and energy. Fossil-fuel use virtually disappeared, as already by 2020 it could no longer compete with rapidly developing renewable energy resources and corresponding new technologies and upcycling of all formerly-wasted resources into our circular economies of today.

Because of the danger of infections in mass gatherings, sweat shops, large chain stores, as well as sports events and entertainment in large arenas gradually disappeared. Democratic politics became more rational, since demagogues could no longer assemble thousands in large rallies to hear them. Their empty promises were also curbed in social media, as these profit-making monopolies were broken up by 2025 and now in 2050 are regulated as public utilities serving the public good in all countries.

The global-casino financial markets collapsed, and economic activities shifted back from the financial sector to credit unions and public banks in our cooperative sectors of today. The manufacture of goods and our service-based economies revived traditional barter and informal voluntary sectors, local currencies, as well as numerous non- monetary transactions that had developed during the height of the pandemics. As a consequence of wide-spread decentralization and the growth of self-reliant communities, our economies of today in 2050, have become regenerative rather than extractive, and the poverty gaps and inequality of the money-obsessed, exploitive models have largely disappeared.

The pandemic of 2020, which crashed global markets, finally

upended the ideologies of money and market fundamentalism. Central banks' tools no longer worked, so "helicopter money "and direct cash payments to needy families, such as pioneered by Brazil, became the only means of maintaining purchasing power to smooth orderly economic transitions to sustainable societies. This shifted US and European politicians to creating new money and these stimulus policies replaced "austerity" and were rapidly invested in all the renewable resource infrastructure in their respective Green New Deal plans.

When the coronavirus spread to domestic animals, cattle, and other ruminants, sheep and goats, some of these animals became carriers of the disease without themselves showing any symptoms. Consequently, the slaughter and consumption of animals dropped dramatically around the world. Pasturing and factory-raising of animals had added almost 15% of annual global greenhouse gases. Big meat producing multinational corporations became shorted by savvy investors as the next group of "stranded assets", along with fossil fuel companies. Some switched entirely to plant- based foods with numerous meat, fish, and cheese analogs. Beef became very expensive and rare, and cows were usually owned by families, as traditionally, on small farms for local milk, cheese, and meat, along with eggs from their chickens.

After the pandemics subsided, and expensive, vaccines had been developed, global travel was allowed only with the vaccination certificates of today, used mainly by traders and wealthy people. The majority of the world's populations now prefer the pleasures of community and online meetings and communicating, along with traveling locally by public transport, electric cars, and by the solar and wind powered sailboats we all enjoy today. As a consequence, air pollution has decreased dramatically in all major cities around the world.

With the growth of self-reliant communities, so-called "urban villages" have sprung up in many cities — re-designed neighborhoods that display high-density structures combined with ample common green spaces. These areas boast significant energy savings and a healthy, safe, and community-oriented environment with drastically reduced levels of pollution.

Today's eco-cities include food grown in high rise buildings with solar rooftops, vegetable gardens, and electric public transport, after automobiles were largely banned from urban streets in 2030. These streets were reclaimed by pedestrians, cyclists and people on scooters browsing in smaller local stores, craft galleries and farmer's markets. Solar electric vehicles for inter-town use often charge and discharge their batteries at night to balance electricity in single-family houses. Free-standing solar-powered vehicle re-charger units are available in all areas, reducing use of fossil-based electricity from obsolete centralized utilities, many of which went bankrupt by 2030.

After all the dramatic changes we enjoy today, we realize that our lives are now less stressful, healthier, and more satisfying, and our communities plan for the long-term future. To assure the sustainability of our new ways of life, we realize that restoring ecosystems around the world is crucial, so that viruses dangerous to humans are confined again to other animal species where they do no harm. To restore ecosystems worldwide, our global shift to organic, regenerative agriculture flourished, along with plant-based foods, beverages and all the saltwater-grown foods and kelp dishes we enjoy. The billions of trees, which we planted around the world after 2020, along with the agricultural improvements gradually restored ecosystems.

As a consequence of all these changes, the global climate has finally stabilized, with today's CO2 concentrations in the atmosphere returning to the safe level of 350 parts per million. Higher sea levels will remain for a century and many cities now flourish on safer, higher ground. Climate catastrophes are now rare, while many weather events still continue to disrupt our lives, just as they had in previous centuries. The multiple global crises and pandemics, due to our earlier ignorance of planetary processes and feedback loops, had widespread tragic consequences for individuals and communities. Yet, we humans have learned many painful lessons. Today, looking back from 2050, we realize that the Earth is our wisest teacher, and its terrible lessons may have saved humanity and large parts of our shared planetary community of life from extinction.



Para além da tempestade: Pandemia, crises e a emergência de um novo presente

Igor Mendes

Professor.
Autor dos livros “A pequena prisão” (n-1, São Paulo, 2017) e “Esta indescritível liberdade” (Faria e Silva, São Paulo, 2020).

schumacher@centerforneweconomics.org

Sumário

O artigo discute a emergência da atual crise que se abate sobre o mundo. Situa-a no contexto de uma crise não circunstancial, mas estrutural, do sistema capitalista, inerentemente produtor de desigualdades e exclusão.

Busca-se apresentar as conexões entre a pandemia e o desemprego estrutural, a miséria, a reacionalização política, com o quadro de barbárie descrito por Marx e Engels, entendido como "excesso de civilização". Por fim, aponta a eclosão dos protestos, a radicalização ideológico-política que a acompanha e a recuperação de um horizonte de superação social e coletiva da ordem vigente como fios condutores indispensáveis para a interpretação do tempo presente.

Palavras-chave: Luta de classes, crise da democracia liberal, disputa ideológica.

É célebre a tese de Hegel segundo a qual "o que é real é racional, o que é racional é real". Numa leitura ligeira, esta fórmula poderia subentender uma chancela a tudo o que existe, dando-lhe um caráter de permanência. O capitalismo, em sua fase imperialista, existe realmente, com suas armas e seus "acordos" lesivos aos povos; os Estados nacionais também, e a organização da sociedade em classes, no seu interior, embora muitos digam-nos "superados"; as guerras de rapina e as catástrofes - sociais, ambientais, culturais – persistem. Deveríamos, então, acostumarmo-nos docemente com a ideia da eternidade desta ordem de coisas, julgando-a, senão ideal, a mais racional forma de vida que poderíamos ter? Deveríamos limitar a nossa ação à mera ampliação da "civilização" (no sentido burguês do termo), que teria um papel saneador na medida em que incorporasse povos e valores "atrasados" (também no sentido burguês do termo)?

Na verdade, nem Hegel prestava-se a tão reles conformismo nem devemos nós pensar, como certos arautos da "pós-modernidade", que a história abdicou do seu caótico curso e agora só nos resta o paliativo da mudança individual. Porque o Homem, como bicho social, político, é capaz de, pela força da sua ação, fazer perdurar no tempo ideias e instituições anacrônicas; e, igualmente pela força da sua ação, e só através dela, transformá-las de modo radical e impiedoso. Aquilo que não encontra meios de se realizar, não merecia vencer: era irracional. Mas o que é necessário acontece efetivamente: por ser racional (isto é, necessário), abre caminhos e se realiza. Eis que o rio histórico não se detém, e segue seu curso, abrindo novos leitos. Esta a interpretação revolucionária – a única compatível com a dialética – da velha tese hegeliana. Ou, como dizia F. Engels, no mesmo sentido, "tudo o que existe merece perecer". (Engels, s/d).

Se a pandemia e seu séquito de famintos, mortos e contaminados – e também rebelados – nos prova algo, é que a ordem que nos governa tornou-se irracional; naufragou; precisa ser retirada de cena, se quisermos sobreviver.

Excesso de civilização, excesso de barbárie

No curso da pandemia de Covid-19, duas grandes tempestades convergiram: a sanitária e a econômica. Poderíamos dizer ainda mais: não foram apenas os sistemas de saúde de uma série de países que colapsaram; foram edifícios inteiros de ideias, cuidadosamente cultivadas nas últimas décadas, que ruíram.

Desde o fim do chamado "bloco socialista" – que já não era socialista desde meados dos anos de 1950, no caso do Leste Europeu, e desde 1976, no caso da República Popular da China – temos conhecido de perto a arrogância de regimes que decretaram, em seu benefício, o "fim da história". Antiquíssimos valores, jogados fora pelas próprias burguesias imperialistas (pelo menos nas suas sedes) desde o fim da II Guerra Mundial, como desregulamentação econômica, a primazia da "livre iniciativa" e do "livre mercado", individualismo bestial e retirada de quaisquer noções de solidariedade social, reapareceram com força redobrada e foram mesmo apelidadas, vejam só, como um "novo liberalismo".

O velho, deu no fascismo e em duas guerras mundiais, mas, também, nos primeiros triunfos da revolução proletária. E este pretenso "novo", onde daria?

Bem, tivemos uma pista bem significativa com Pinochet. Sua aplicação urbe et orbi resultou, até aqui, num empobrecimento sem paralelo dos povos dos países semicoloniais, expulsos das suas terras, bombardeados em nome da luta contra o "narcotráfico" ou contra o "terrorismo" – os novos inimigos do "mundo livre" – e obrigados a inundar os países imperialistas com bens e pessoas a baixo custo. Em termos políticos, seja na periferia, seja no centro de referido sistema-mundo, tem ocorrido uma involução brutal de valores e conquistas sociais de um século. O chauvinismo, o militarismo reacionário, o fascismo, têm reaparecido no cenário político, ligados por mil elos ao desemprego estrutural, à superexploração do trabalho, à queda acentuada dos níveis de vida. A democracia liberal arde em crise.

Dizíamos que, com a eclosão da pandemia, edifícios inteiros de ideias – ideologias, na verdade – ruíram. De repente, os mesmos que, até há pouco, diziam que a "mão invisível do mercado" era a melhor reguladora da vida social, cobram que os Estados resgatem dívidas e endividados; ortodoxos monetaristas advogam a impressão de papel-moeda e programas de "transferência de renda"; defensores intransigentes do laissez-faire exigem planificação econômica. Numa palavra, as mesmas bestas-feras que têm comandado a depredação dos direitos mais elementares dos trabalhadores, e imposto pacotaços sobre pacotaços, reformas sobre reformas (a rigor, contrarreformas), apresentam-se agora como arautos do "humanismo" em política e do "keynesianismo" em economia. Claro está que é a sua própria ordem e as suas fabulosas riquezas que pretendem salvar. Apenas deram um pequeno passo atrás, quando a maior crise de superprodução relativa desde 1929 ameaça levar de roldão todo o sistema imperialista, como quase ocorreu daquela vez.

Exageramos?

Olhemos os Estados Unidos, epicentro desta época:

Apenas entre março e julho deste ano um total de 30 milhões de norte-americanos haviam solicitado o seguro-desemprego, mais do que a quantidade de postos de trabalho formais gerados na última década. Outros muitos milhões passaram a depender de cupons emitidos pelo governo para comer. Lá, como no Brasil, foram os grandes monopólios que abocanharam a maior parte dos 3 trilhões de dólares despejados na economia pelo Federal Reserve (FED). Aos mais pobres, um enojado valor de 600 dólares semanais por família, permanentemente ameaçado de corte pelo governo federal. Sim, há dinheiro e riquezas de sobra, este nunca foi o problema; e sim o fato de que o Estado não é "público" (ou seja, de todos, um ente neutro pairando sobre a sociedade), como quer o senso comum, e sim um instrumento a serviço das classes dominantes.

Ao mesmo tempo, no coração da metrópole mais rica do país mais rico do mundo, valas comuns eram abertas para enterrar os pobres anônimos mortos pela Covid-19. Como se a Nova York romântica e cosmopolita dos filmes enlatados desse lugar à Mogadíscio (Somália), que aliás os SEALS norte-americanos conhecem muito bem. Toda a pujança tecnológica e militar dos EUA não pôde impedir que fosse lá o epicentro da pandemia, com número impressionante de infectados e mortos. Oras, a tal "pujança" não está voltada para assegurar o bem-estar da população. Ela existe para defender os interesses da plutocracia, contra os povos do mundo e contra seu próprio povo, se necessário.

Na verdade, o desenvolvimento capitalista é um gerador de desigualdades exponenciais. A acumulação capitalista, estudada por Marx e Engels, não pode mais que concentrar fabulosas riquezas sociais num polo da sociedade e miséria em outro. Isto tem dimensão não só histórica mas também geográfica: pode-se "ler" a luta de classes através da divisão entre os bairros abastados numa grande metrópole qualquer do mundo, verdadeiras ilhas de prosperidade, e as enormes e crescentes favelas, cinturões de degradação no seu entorno; e também na paisagem mundial, com o contraste gritante entre as potências – como EUA, Japão, Austrália e Europa Ocidental – e as vastas zonas do terceiro mundo, na Ásia, África e América Latina. Povos subjugados, obrigados a peregrinar rumo às sedes do capital, onde encontram os postos de trabalho mais desvalorizados e um ambiente crescentemente hostil. Não raro, encontram também as valas-comuns.

De tempos em tempos, tal contradição transborda e chegamos a um ponto de ruptura:

"A sociedade se vê de repente em uma situação de barbárie momentânea: a fome e uma guerra geral de extermínio parecem cortar todos os suprimentos de meios de subsistência, a indústria e o comércio parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui civilização demais, meios de subsistência demais, indústria e comércio demais. As forças produtivas de que dispõe não servem mais para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, elas se tornaram poderosas demais para tais relações, sendo obstruídas por elas; e tão logo superam esses obstáculos, elas desorganizam a sociedade e colocam em risco a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas se tornaram estreitas demais para conter toda a riqueza por elas produzida". (Marx e Engels, s/d).

Ou seja, há excesso de riqueza, mas as pessoas são, na sua imensa maioria, pobres. Não falta – como é notório no caso dos EUA – capacidade técnica para lidar com a pandemia; simplesmente a maior parte das pessoas não pode pagar por assistência médica. Não faltam alimentos, nem casas para as pessoas morarem, nem automóveis, mas as pessoas estão famintas, desabrigadas, e o preço do petróleo, numa bela manhã de abril, estava negativo em 40 dólares, porque não havia quem o consumisse. O Estado capitalista monopolista, afinal, precisa entrar em cena para socializar os prejuízos dos monopólios, precisamente, para salvar a propriedade burguesa ameaçada pela desorganização econômica de um lado e pela convulsão política de outro.

Esta contradição revela, simplesmente, e com clareza meridiana, que o sistema capitalista já se tornou entrave para o desenvolvimento social. A sua manutenção, assentada cada vez mais exclusivamente na repressão e no entorpecimento/medicalização de parcelas crescentes da população, só pode gerar barbárie e regressão. O que significa que tal ordem de coisas, na acepção de Hegel-Engels, é irracional e merece perecer.

Libertação significa liberdade

Quando George Floyd foi assassinado daquele modo brutal, o mundo, de algum modo, despertou. Como uma descarga elétrica, o choque de indignação e protestos percorreu todos os EUA e, ato contínuo, o planeta. Vimos, em meio à pandemia, as maiores manifestações de massas naquele país desde o fim dos anos de 1960. Não nos faltam motivos para crer, com Mike Davis, que veremos em breve novas ondas deste desencanto tomar as ruas, e não só nas terras ao norte do Rio

Bravo. Mesmo porque, o "novo normal" de que nos falam não é senão uma piora acentuada dos níveis de vida, não só dos mais pobres, mas também das chamadas classes médias.

Reiteramos: não há nenhuma possibilidade de redução duradoura da desigualdade sob o capitalismo. A "inclusão" neste sistema nada mais é do que a produção de mais exploração; a concentração crescente de capitais nas mãos dos monopólios mais vorazes; o reacionarismo em política e em cultura. Donald Trump e Bolsonaro não são causa deste estado de coisas: estas figuras bizarras são a sua mais contundente expressão; estão para a burguesia no século XXI como Luís XVI para a aristocracia feudal no momento culminante da Revolução Francesa.

Insistir, portanto, em pautas de luta por reconhecimento isoladas de uma perspectiva radicalmente transformadora da sociedade (revolucionária) é não só uma ilusão, como é mesmo atuar para dar sobrevida ao sistema capitalista-imperialista, que não tem dificuldades em incorporar estas questões segundo uma lógica de demanda-consumo. De repente, pessoas negras em destaque nos telejornais, repetindo, a título de fazer análise política, o mesmo "consenso neoliberal" de sempre, ou mulheres formadas na academia militar de West Point, prontas para serem enviadas a bombardear vilas de camponeses no Afeganistão ou no Iêmen, é-nos apresentando como o suprassumo do "empoderamento". Aliás, como bem notou um observador atento, tais figuras exemplares são sempre "jovens, bonitas, limpas e bem alimentadas. A diversidade nunca é de classe". (Bernabé, 2018).

É claro que as lutas específicas devem ser consideradas, e no fim das contas, a cartografia das suas raízes históricas nos levará ao brutal processo de acumulação primitiva (que inclui o colonialismo e a escravidão) que está na gênese do mundo contemporâneo e de cujas entranhas o capital surgiu respingando "lodo e sangue por todos os poros, da cabeça aos pés" (Marx, 1996). Mas estas lutas devem estar combinadas como frentes distintas de um mesmo combate: o combate pela derrocada do capitalismo. Sob este prisma, recusamos qualquer referência a "minorias". Como trabalhadores, que nada possuímos a

não ser nossa força de trabalho, somos a imensa maioria do mundo. Concordamos com os Panteras Negras quando diziam, em seu jornal, que "Libertação significa liberdade", isto é, ação coletiva, inserção do indivíduo nas grandes lutas do seu tempo (este sim, um grande motor capaz de aguçar todas as potencialidades humanas) e não mera ascensão individual, de resto, impossível em 99% dos casos. Ou nos emancipamos todos, ou não se emancipará ninguém.

Marcha acelerada para a frente

Como dito acima, não é apenas o proletariado que sofre de modo duro os efeitos das crises sistêmicas. Elas também golpeiam com força as chamadas classes médias, de origem pequeno-burguesa. Estas, tendem a se radicalizar à medida em que a queda dos níveis de renda, o aumento de impostos e a degradação social ameaçam invadir suas cada vez mais restritas bolhas de estabilidade e segurança, quando não, empurrá-la violentamente para as fileiras do proletariado. Este setor, numeroso, sobretudo nos países como o Brasil, torna-se então sensível à luta política e pode ser arrastado pelos discursos mais altissonantes.

Assim, quando as crises irrompem, é inevitável que no seu desdobramento ocorra um processo de polarização entre os que, diante dela, apontam para cima, ou seja, contra as classes dominantes (banqueiros, tubarões da indústria, grandes senhores de terras), e os que apontam para baixo, ou seja, contra os dominados, tidos como "concorrentes" (imigrantes, mulheres, negros etc). Em geral, os políticos e partidos "tradicionais" tendem a ser os primeiros a naufragar perante a opinião pública, torpedeados de todos os lados. Via de regra, estas correntes moderadas tendem a se dividir, com parte delas aderindo a um dos polos principais (mais à direita ou mais à esquerda). É claro que estas características gerais se adaptam à atmosfera de cada país, mas observamos, em grandes linhas, este fenômeno ocorrer da Grécia aos Estados Unidos, da França ao Brasil, da Tunísia ao Chile. Já no seu "18 Brumário" Marx fez a descrição clássica deste processo, com o parlamento (a burguesia liberal) espremida entre o proletariado insurreto de um lado e o executivo centralizador de outro, terminando por capitular frente a este.

É como se, diante do ocaso de uma época, se defrontassem – não raro de forma sangrenta – os que apontam saltar à frente, para uma ordem que virá, e os que apontam saltar para trás, rumo a um passado mitificado. Este fenômeno apareceu com muita força na sequência da Grande Depressão de 1929, e desembocou tanto num auge das lutas operárias quanto no fascismo. Mutatis mutandis, esta radicalização está em curso agora. É preciso que estejamos atentos ao que fazer e, também, ao que não fazer.

Do ponto de vista da esquerda, ou seja, dos que estão comprometidos com a superação revolucionária do capitalismo, seria crasso erro cerrar fileiras com os partidos conservadores a título de barrar o caminho ao fascismo. Na verdade, seria prestar um favor a este último – e, portanto, praticar um crime contra as forças populares – deixá-lo com o monopólio das ruas e da agitação antissistema. O fascismo clássico já deu exemplos de que, embora represente a política dos setores mais reacionários do capital financeiro, não tem cerimônias em fazer mesmo um acre discurso anticapitalista a fim de recrutar setores do proletariado e da pequena-burguesia arruinada para suas tropas de choque. Dizer, como fazem desde sempre os reformistas, que devemos recuar para não "atiçar a direita" é na verdade deixar a avenida aberta para que ela desfile sem obstáculos.

Pelo contrário, os tempos clamam que os setores populares mais consequentes entendam que o processo de radicalização da luta de classes ora em curso é irreversível e que saibam se conduzir perante ele. É da esquerda que devem partir os petardos mais contundentes contra as instituições burguesas e toda sua venalidade, corrupção e hipocrisia; contra a imposição de um "consenso ideológico" que esvazia a luta por direitos de qualquer conteúdo de classe; contra uma política fiscal e tributária que arrebenta os pequenos e médios proprietários, sempre a favor dos monopólios. Além, é claro, de fazer finca-pé em defesa do proletariado e demais classes populares, organizando de modo ativo suas reivindicações por saúde, habitação, emprego, contra a repressão etc. No âmbito cultural, é preciso escrever, falar, pintar, cantar a odiosa opressão e também a nobre resistência das massas. Devemos apontar o

futuro e, como parte disso, sabermos resgatar as melhores tradições de luta do passado. Afinal, o pouco que temos conquistou-se com suor e sangue generosos vertidos pelos nossos, sob condições também difíceis.

Por outro lado, devemos desmascarar de modo impiedoso os reacionários, que querem se apresentar como "indignados", ocupando como impostores um lugar que não é deles. Agora, vimos as figuras mais abomináveis querendo levantar nas suas mãos a bandeira da liberdade, a defesa do direito de manifestação, o culto da dissidência e outras coisas. Na verdade, como não podem defender à luz do dia a sua visão de mundo fascista (um amálgama de vários reacionarismos), recorrem a subterfúgios, como o uso de palavrões, ou a inversão semântica, chamando sua ditadura reacionária de democracia, buscando com isso travestir seu conformismo radical com uma linguagem aparentemente transgressora. É um artifício ordinário, sem dúvidas, mas da nossa parte simplesmente dar de ombros e indagar: "por que perder tempo com estes desclassificados?" seria repetir um erro que no passado cobrou um alto preço. Também seria absurdo aceitar debater a partir das ditas pautas de costumes, que só servem a dividir as massas populares. É preciso, sempre e em toda parte, partir dos interesses mais imediatos destas, ganhar a sua confiança através da luta e, a partir daí, elevar passo a passo seu nível de consciência. É a ação que constrói o entendimento, não o contrário.

Portanto, como dizíamos, é preciso enfrentar o debate político, não para buscar um diálogo com nossos algozes, e sim, para quebrá-los. Como lembrava o velho filósofo, "sem dúvida a história é uma longa 'discussão' entre os homens. Mas essa 'discussão' histórica real é bem diferente de um diálogo ou discussão filosóficos. 'Discute-se' não com argumentos verbais, mas com clavas e espadas ou canhões, de um lado, e com foices e martelos ou máquinas, do outro". (Kojeve, 2014). Trata-se, no caso, de afiar as ideias para afiar a ação. Sabemos que, ao longo dos tempos, o que hoje é considerado aceitável e mesmo incontestável amanhã torna-se vil e desprezado; os exaltados tornam-se humilhados e vice-versa. Isto vale para os homens, para as ideias, para as instituições. As revoluções, se tomamos um tempo de curta duração, como o que

a nossa vida singular abarca, são acontecimentos excepcionais; numa escala histórica, todavia, são inexoráveis, como os ventos e as chuvas que esculpem as rochas mais sólidas, ou como o ato de se passar, no tribunal acima citado, dos debates à deliberação. A rigor, a única ordem permanente que a sociedade de classes conhece tem sido a sua contínua subversão.

Como dizia um grande estudioso do Brasil, "os povos sobrevivem aos desastres, crises, sofrimentos, na medida em que sabem distinguir a verdade, afirmá-la e amá-la, como condição fundamental para o seu avanço e felicidade. A liberdade acabou sempre por enterrar os seus opressores". (Sodré, 1984).

Não temos razões, pois, para temer a tempestade. Para nós, o melhor é o que virá depois dela.

Bibliografia

Bernabé, Daniel (2018).
La trampa de la diversidad. Akal, Madrid. Espanha.

Engels, Friedrich (S/D).
Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. Em: Obras escolhidas de Marx e Engels, ed. Alfa-Ômega, São Paulo. Brasil.

Kojève, Alexandre (2014).
Introdução à leitura de Hegel. Contraponto. Rio de Janeiro. Brasil.

Marx, Karl (S/D).
O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Em: Textos, vol.3. Edições Sociais, São Paulo. Brasil.
Marx, Karl (1996).
O capital. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, Brasil.

Marx, Karl e Engels, Friedrich (S/D).
Manifesto do Partido Comunista. Em: Textos, vol.3. Edições Sociais, São Paulo. Brasil.

Sodré, Nelson Werneck (1984).
Vida e morte da ditadura. Ed. Vozes, Petrópolis, Brasil.

"Libertação significa liberdade", revista Black Panther, v3, n. 11. Em: Samyn, Henrique Marques (Org) (2018).
Por uma revolução antirracista: uma antologia de textos dos Panteras Negras (1968-1971). Edição do autor. Rio de Janeiro. Brasil.



Crianças, adolescentes e os desafios da pandemia de Covid-19

Irene Rizzini
Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), Rio de Janeiro, Brasil

irizzini.pucrio.ciespi@gmail.com

Caroline de Souza Araujo
Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

carol.s.araujo14@gmail.com

Renata Mena Brasil do Couto
Pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)

renatabrasilciespi@gmail.com

Resumo

Este texto visa contribuir para o debate sobre os impactos da Covid-19 sobre a população infantil e adolescente. Inicialmente considerados fora do grupo de risco, eles foram menos visibilizados e menos ouvidos. Todavia, ainda em fase de desenvolvimento, crianças e adolescentes possuem menos ferramentas emocionais para lidar com a nova realidade e com o distanciamento social necessário para tentar conter o contágio da doença e evitar a sobrecarga dos serviços de saúde. Pesquisas recentes apontam o agravamento de questões relacionadas à ausência da escola, à violência doméstica e sexual, ao estresse infantil e ao aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse texto, as autoras discutem parte das consequências dos acontecimentos atuais, que demandam estratégias específicas de cuidado, em consonância com a pluralidade de contextos sociais, econômicos e culturais nos quais vivem as crianças e adolescentes no Brasil.

Introdução

Este texto visa contribuir para o debate sobre os impactos da Covid-19 sobre a população infantil e adolescente. Esse grupo vem sofrendo, como todos nós, os profundos impactos da pandemia. Todavia, ainda em fase de desenvolvimento, crianças e adolescentes possuem menos ferramentas emocionais para lidar com a nova realidade e com o distanciamento social necessário para tentar conter o contágio da doença e evitar a sobrecarga dos serviços de saúde. Pesquisas recentes apontam o agravamento de questões relacionadas à ausência da escola, à violência doméstica e sexual, ao stress infantil e ao aprofundamento das desigualdades sociais. Aqueles que vivem em contextos de pobreza convivem ainda com a insegurança alimentar; e a precariedade das condições de infraestrutura de suas moradias.

Toda criança e adolescente tem direito à proteção compartilhada pela família, pela sociedade e pelo Estado, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), o

Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e as diversas convenções nacionais e internacionais que versam sobre a proteção à infância e à adolescência. Essa proteção deve se estender a todos os cenários, incluindo o atual, caracterizado como a maior crise sanitária e hospitalar já enfrentada pelo país (FIOCRUZ, 2021), cujos impactos se estendem pelas esferas econômica, social e política.

O novo coronavírus, chamado Sars-CoV-2, causador da Covid-19, foi identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, no final de 2019. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada como uma pandemia. No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou, no dia 26 de fevereiro, o primeiro caso da doença, em São Paulo. Tratava-se de um homem, de 61 anos, com histórico de viagem recente para a Itália, região da Lombardia.

Desde então, acompanhamos apreensivos o avanço da doença que, ainda sem remédios comprovadamente eficazes, fez o mundo adotar o distanciamento social como única estratégia de conter o contágio e evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde. O vírus, que tem transmissibilidade elevada e não "é só uma gripezinha", resulta um número elevado de internações e, caso essa medida não tivesse sido adotada, o número limitado de leitos e equipamentos para tratamento intensivo faria com que as taxas de mortalidade da doença fossem ainda maiores. Embora o Brasil seja o único país do mundo com mais de cem milhões de habitantes com um sistema de saúde público, universal e gratuito, o Sistema Único de Saúde (SUS) não seria capaz de absorver o impacto de todas essas internações.

Por muito tempo, a preocupação com a doença esteve associada aos grupos de risco, maiores de 60 anos e pessoas com comorbidades, mais propensos a sofrer consequências mais graves da doença. Porém, em março de 2021, um levantamento da Associação de Medicina Intensiva Brasileira mostrou que 52% das internações nas unidades de terapia intensiva eram de pessoas com até 40 anos. As novas variantes do vírus, uma maior exposição a ele, vulnerabilidades socioeconômicas

e a vacinação dos idosos são fatores associados à mudança no perfil dos doentes. Em relação às crianças e aos adolescentes, embora ainda se afirme que a maioria deles apresenta quadros assintomáticos ou sintomas leves da doença, estudos recentes, como o da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e do Instituto Adolfo Lutz, mostram que eles podem apresentar sintomas diferentes da doença, uma forma atípica de Covid-19 chamada Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P). Além disso, segundo o DataSUS, até o início de março de 2021, 779 crianças, com até 12 anos, morreram da doença, 11.628 precisaram ser internadas e 2.907 precisaram ir para unidades de terapia intensiva. Deste total, 24% das mortes e 22% das internações aconteceram nos últimos três meses.

Esse cenário reflete a atual posição do Brasil no ranking mundial da Covid-19. Somos o segundo país no número de mortes e o terceiro em casos de contaminação (OUR WORLD IN DATA, 2021). Em meados de maio de 2021, quando finalizamos este artigo, o mundo apresentava 163.869.893 de casos confirmados de Covid-19 e 3.398.302 de mortes (WHO, 2021). No Brasil, eram 15.732.836 de casos e 439.050 óbitos registrados (MS, 2021).

Neste artigo, entretanto, não trataremos dos efeitos assustadores e nefastos da contaminação pelo novo coronavírus no organismo de crianças e adolescentes, mas sim dos impactos atrelados às medidas de contenção da doença, em especial do distanciamento social. Através de notícias, artigos e pesquisas preliminares, sistematizaremos e analisaremos seus principais impactos sobre esse grupo populacional e, particularmente, sobre aqueles que vivem em contextos de pobreza e vulnerabilidade social. Isso porque, sobre eles, pesam violações de direitos com as quais convivem historicamente e que impedem sua proteção de acordo com as recomendações mais básicas dos órgãos nacionais e internacionais de saúde. Além disso, a crise sanitária parece ter jogado luz sobre as desigualdades sociais forjadas ao longo de nosso processo de formação social, desde as raízes escravocratas do capitalismo brasileiro.

Abordaremos a relação das crianças com a escola, o aumento da violência, os efeitos da pandemia na saúde mental dos pequenos e os impactos socioeconômicos da Covid-19. Também abordaremos as especificidades daquelas em situação de rua, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e refugiadas.

As crianças e o distanciamento social

Muitos desafios relacionados à pandemia de Covid-19 são resultados do distanciamento social, importante medida adotada para a contenção do novo coronavírus, em consonância com o uso de máscaras e a higienização das mãos. Em locais de alta transmissão comunitária, como ocorre no Brasil, essa medida visa impedir que pessoas assintomáticas ou oligossintomáticas exponham outras pessoas à doença, aumentando a velocidade de transmissão do vírus. Quando implementada de forma ampliada, ela provoca o fechamento de lojas, bares, parques, cinemas e shoppings, o cancelamento de eventos e estimula o teletrabalho a fim de evitar aglomerações de pessoas. Serviços essenciais, como hospitais, supermercados e órgãos de proteção, como o Conselho Tutelar, permanecem funcionando, mas com restrições para o evitar contaminações, como a limitação de usuários dentro das instalações e aferição de temperatura.

Fechamento das escolas

Quando falamos dos impactos do distanciamento social sobre as crianças é inevitável pensar no fechamento das escolas. Segundo a UNESCO, em abril de 2020, cerca de 190 países fecharam instituições de ensino para impedir a propagação da Covid-19 e isso fez com que cerca de 1,6 bilhão de estudantes ficassem em casa. Esse número representa 91% de todos os estudantes matriculados no mundo. Ainda hoje, um ano após o anúncio de pandemia global, quase metade dos estudantes do mundo ainda são afetados pelo fechamento parcial ou total das escolas.

Todavia, embora fundamental neste momento de crise sanitária, o fechamento das escolas traz consequências para as crianças e suas famílias. Além de ser um espaço de aprendizado e educação, elas podem oferecer um ambiente de estabilidade e normalidade, proporcionando apoio emocional para que as crianças possam lidar com cenários de mudanças. As escolas são também a principal fonte de alimentação da maioria das crianças pobres brasileiras. O acesso restrito às instituições de ensino faz com que a responsabilidade de informar, ensinar, educar e alimentar recaia, quase exclusivamente, sobre pais e responsáveis.

Por isso, diante do fechamento das escolas, a Human Rights Watch recomendou que os órgãos governamentais oferecessem respostas adequadas de ensino à distância, evitando a interrupção do aprendizado e da educação; garantissem alimentação balanceada e contínua para aqueles que dependem da merenda escolar; monitorassem as taxas de abandono escolar, sobretudo no momento de reabertura; e fornecessem informações claras e precisas sobre saúde pública.

No entanto, até hoje, no Brasil, o cenário é desastroso. A adoção preferencial do ensino à distância pela rede pública enfrenta múltiplos desafios e tornou-se alvo de críticas de movimentos sociais e profissionais que atuam na área. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por exemplo, em seus guias Covid-19, destacou "8 motivos para não substituir a educação presencial pela educação à distância (EAD)". Entre os motivos apontados, a ruptura com o princípio de universalidade da educação salta aos olhos. Além de uma série de outras arbitrariedades, a proposta dos governos municipais e estaduais para "salvar" o ano letivo, baseia-se na contratação de serviços de plataformas digitais onde alunos e professores sem acesso adequado à internet e sem treinamento encontram-se para manter a farsa da pátria educadora.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018, em seu suplemento sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no último trimestre de 2018, 75% da população brasileira acessavam a internet e 79% dos domicílios do país tinham acesso a ela. Todavia, na área rural, só 49% acessavam à internet. Além disso, em 45,5% dos casos, somente o celular era utilizado para acessar a internet, equipamento inadequado para o acompanhamento de aulas e para a realização de atividades de longa duração. Acrescentamos ainda o fato de que em 23% dos domicílios era utilizada somente a conexão por banda larga móvel. O custo da banda larga fixa já deveria ser considerado nessa problematização, mas os impactos financeiros da banda larga móvel são ainda maiores, sobretudo porque recaem, principalmente, sobre os mais pobres. Em notícia veiculada no site G1, Alexsandro Santos, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e coordenador do Curso de Pedagogia da Faculdade do Educador, nos lembra que:

> *"A gente gosta de dizer que crianças convivem com internet, com computadores, que elas são letradas na realidade virtual, mas a gente esquece que essas crianças são de classe média. As mais pobres não têm acesso fácil como a gente gosta de imaginar".*

Uma pesquisa feita pela UNICEF Brasil (2020) apontou que muitas crianças tiveram dificuldades em acompanhar as aulas online. Segundo a organização, muitas famílias não têm acesso à internet em suas casas e, por isso, durante pandemia, pôde ser notada uma discrepância na qualidade de ensino e aprendizagem de crianças das classes mais abastadas para as menos. Olavo, Nebot e Chagas (2020) também recordam que a baixa escolaridade dos pais e sua falta de preparo para lidar com o ensino à distância e a precariedade das casas onde, por exemplo, muitas pessoas vivem em poucos cômodos, impossibilita um ambiente adequado para os estudos. Ainda assim, e apesar de durante criticado por entidades científicas e secretarias estaduais de saúde e educação, o Exame Nacional do Ensino Médio 2020 foi realizado em janeiro e fevereiro de 2021, com um índice recorde de abstenção de 55,3%, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

As iniciativas de distribuição de material didático impresso e a transmissão de aulas através de redes de televisão aberta e rádio foram consideradas soluções possíveis para melhorar o ensino à distância. Todavia, elas acabaram sendo implementadas sem planejamento, sem

acompanhamento e à revelia do conjunto dos profissionais de educação. No Rio de Janeiro, por exemplo, houve muitas críticas à distribuição de apostilas autorreguladaspela rede estadual. Elaboradas em 2013, seu objetivo era o de funcionar como um material de apoio onde

> *"estimula-se a busca do conhecimento de forma autônoma, por meio dos diversos recursos bibliográficos e tecnológicos, de modo a encontrar soluções para desafios da contemporaneidade, na vida pessoal e profissional"*
> *(RIO DE JANEIRO, 2013, p.2).*

Que alunos são esses que têm a seu dispor, em meio a uma pandemia que impede a circulação de pessoas, "diversos recursos bibliográficos e tecnológicos"? A distribuição do material foi duramente criticada como mais uma forma de mascarar a desigualdade educacional que opõe pobres e ricos, por exemplo, na disputa por uma vaga no ensino superior. Sobre as aulas transmitidas por canal aberto de televisão e rádio, meios de comunicação de amplo alcance, sobretudo nas áreas rurais, não houve um amplo debate nacional sobre o tema e mais uma vez não houve discussão e planejamento junto aos profissionais da área.

A distribuição de cartões com acesso ilimitado à internet aos estudantes também foi apontada como uma estratégia possível de enfrentamento da questão. Mas, com raras exceções, os alunos seguem dependendo exclusivamente dos recursos de suas famílias para acessar as aulas online. A alimentação das crianças e adolescentes também segue sob responsabilidade de pais e responsáveis. A distribuição de cestas básicas ou cartões de alimentação ainda acontece de forma burocratizada e descontinuada na rede pública de ensino, muito embora tenha sido sancionada pela Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020.

De modo geral, sofremos com a atuação (no mínimo) controversa e a subsequente exoneração do ministro da educação Abraham Weintraub no início da pandemia e, desde julho de 2020, acompanhamos as intervenções discretas do atual ministro Milton Ribeiro. Ele, aliás, homologou o Parecer nº 19, do Conselho Nacional de Educação, que autorizou atividades remotas no ensino básico e superior até 31 de dezembro de 2021 em todo o país e transferiu a responsabilidade sobre a reorganização dos calendários curriculares e pelas adaptações necessárias ao ensino à distância para os sistemas públicos municipais e estaduais de ensino e instituições privadas.

Os desafios parecem se avolumar com a retomada parcial das aulas presenciais em alguns segmentos de ensino e em algumas cidades do país. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, 85% das escolas já estão abertas para atender 140 mil estudantes. Eles podem optar por retornar ou não à sala de aula, ao contrário dos profissionais da educação, que sofrem pressão das direções para voltar ainda que não estejam vacinados, já que sua inclusão na lista de grupos prioritários para a vacinação ocorreu tardiamente. Com altos índices de contaminação na cidade e unidades de terapia intensiva lotadas, o medo tornou-se parte da rotina desses trabalhadores, que agora acumulam atividades remotas e presenciais. Com o ensino híbrido, os professores devem seguir postando tarefas na plataforma Rioeduca, além de marcar presença nas escolas.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, só as unidades aptas a adotar os protocolos sanitários estabelecidos podem reabrir, mas relatos de educadores que atuam na linha de frente sugerem uma realidade diferente. Em depoimento oferecido ao jornal O Dia, A. relata que as atividades presenciais serão retomadas na unidade educacional em que trabalha, mas que a

direção não tem dinheiro para comprar equipamentos de proteção individual e a prefeitura não disponibilizou esse recurso. Cada professor vai ter que levar sua máscara. O governo disponibilizou o álcool gel, mas não os totens para colocá-lo. O Sindicato Estadual de Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro segue em greve em defesa da saúde e da vida, desde a convocação pela Prefeitura para a reabertura das escolas para o trabalho presencial, em fevereiro de 2021. O sindicato envia regularmente à Secretaria Municipal de Educação relatórios sobre a situação da Covid-19 nas escolas municipais, com inúmeros casos de contaminação e morte, a partir de denúncias da categoria.

O abandono do ensino, um problema recorrente no cenário educacional brasileiro se acentuou com a pandemia da Covid-19. Em 2020, cerca de 1,38 milhão de crianças e adolescentes com idades entre 6 e 17 anos abandonaram as instituições de ensino, o que representa cerca de 3,8% dos estudantes. Somamos a isso os 5,5 milhões de crianças e adolescentes sem acesso à educação e os 4,12 milhões de alunos que, apesar de matriculados, não realizaram nenhuma atividade escolar (UNICEF, 2021). Se, por um lado, não é possível ignorar que o distanciamento social e o fechamento das escolas vêm salvando a vida de muitas pessoas, por outro lado, a qualidade de vida de crianças e adolescentes vem sofrendo fortemente com suas consequências, conforme veremos também nas sessões a seguir.

Aumento da violência

A interrupção da vida escolar afasta crianças e adolescentes de adultos que compõem sua rede de proteção. Sua permanência em casa por longos períodos pode aumentar as tensões e conflitos intrafamiliares e o uso irrestrito da internet pode favorecer o aliciamento e o abuso sexual por meio digital. De modo geral,

os professores são profissionais treinados capazes de identificar comportamentos adversos, conversar com as crianças e, se for o caso, denunciar episódios de violência doméstica e violação de direitos. Por isso, a interrupção das aulas pode ter contribuído não só para o aumento dos episódios de violência com crianças e adolescentes, como para a subnotificação das denúncias. Além disso, pedir ajuda a um colega na escola, a um vizinho, padrinho ou outra pessoa com quem a criança tenha proximidade afetiva de tornou um desafio.

Nesse sentido, campanhas como a da Childhood Brasil, "O Covid-19 também é perigoso para crianças e adolescentes", têm sido fundamentais. A ideia da organização é alertar para o vírus em si, mas também para as situações de vulnerabilidade decorrentes do distanciamento social. A campanha provoca os adultos a estarem mais presentes nas atividades cotidianas das crianças, informando sobre as regras de proteção e segurança online; e também orienta crianças e adolescentes sobre o fato de que ninguém tem o direito de agredi-los fisicamente ou verbalmente em casa e nem no ambiente virtual, estimulando-os a conversar com adultos de confiança e denunciar os eventuais abusos.

Nos primeiros meses da pandemia, se acendeu um alerta em relação a questão e autores como Platt, Guederi e Coelho (2020) alertaram para a redução das notificações de violência doméstica contra as crianças e adolescentes em decorrência do distanciamento social, mesmo havendo ciência dos órgãos de proteção de que estas violações não haviam diminuído. Ainda assim, no balanço final de 2020, o Brasil atingiu o maior número de denúncias de violência contra crianças e adolescentes desde 2013. Foram 95.247 denúncias realizadas através do Disque 100, programa do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A maior parte das denúncias se refere a crianças de 5 a 9 anos de idade e o principal agressor da vítima é o pai ou a mãe. Isso não

significa dizer que não houve subnotificação dos dados de violência contra crianças e adolescentes nesse período. Conforme os autores afirmam e os dados reforçam, muitas violações ocorrerem no ambiente familiar: "Paradoxalmente, a casa, ambiente mais seguro para as pessoas estarem protegidas do contágio pelo novo coronavírus, enquanto não se tem vacina disponível, pode ser o local mais inseguro para muitas crianças e adolescentes" (Ibid., 2020, p. 2).

Segundo Levandowski et al. (2020), as suspeitas de subnotificação são válidas, pois o mesmo ocorreu durante o surto de ebola na África Ocidental. De acordo com o UNICEF (2020A), estudos de epidemias e crises anteriores revelam o aumento da subnotificação, atraso nas denúncias e prejuízo na qualidade do atendimento prestado às vítimas de violações de direitos. Estruturas de bem-estar infantil e mecanismos comunitários acabam enfraquecidos e a ausência de redes informais de apoio, como amigos, professores, cuidadores, parentes e membros da comunidade, deixam crianças e famílias mais vulneráveis. Em relação à pandemia de Covid-19, em agosto de 2020, a instituição informou que os serviços de prevenção e resposta à violência foram severamente interrompidos, deixando as crianças em maior risco de violência, exploração e abuso. Dos 136 países que responderam à sua pesquisa acerca do impacto socioeconômico da resposta à Covid-19, 104 relataram uma interrupção nos serviços relacionados à violência contra crianças. De forma contundente, a diretora executiva do UNICEF, Henrietta Fore afirmou que:

> *O fechamento de escolas e as restrições de movimento deixaram algumas crianças presas em casa com abusadores cada vez mais estressados. O impacto subsequente nos serviços de proteção e assistentes sociais significa que as crianças não têm a quem recorrer para obter ajuda.*

Em consonância com essa preocupação, ainda em março de 2020, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente lançou o documento "Recomendações do CONANDA para a proteção integral às crianças e adolescentes durante a pandemia da Covid-19". Em linhas gerais, o órgão afirma a importância de intensificar a proteção integral a crianças e adolescentes durante a situação de risco devido a sua condição peculiar de desenvolvimento, com proteção integral e na defesa de seu melhor interesse. Apesar das restrições de circulação, da adoção de protocolos para evitar a transmissibilidade do vírus e da necessidade de maiores investimentos, políticas e serviços adequados, os órgãos de proteção não devem deixar de prestar atendimentos aos usuários e devem realizar o acompanhamento de eventuais violações que ocorram durante a pandemia.

Considerando que crianças, adolescentes e adultos estão fora de suas atividades habituais [escola/trabalho], com convivência contínua em uma situação de crise, incertezas e estresse em função do isolamento social e das restrições materiais e que este cenário pode ampliar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes a situações de violência no ambiente doméstico/familiar, Conselhos Tutelares e Serviços de Saúde e demais serviços da rede de proteção devem implementar ações para enfrentar o aumento dos casos de violência contra crianças e adolescentes (...) (CONANDA, 2020, p.3).

Conforme aponta o Instituto Fernandes Figueira (2020), os impactos da pandemia sobre o bem-estar de crianças e adolescentes são variados e estão muito além dos riscos de infecção pela Covid-19 e as consequências em sua saúde física, embora esses não devam ser alvo menor de preocupação.

(...) Aumento da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, e a consequente diminuição da procura pelo atendimento aos serviços de proteção; Quedas nas coberturas vacinais em todo o mundo, levando a efeitos devastadores em conquistas de anos de investimento e planejamento na erradicação e

diminuição de doenças imunopreveníveis; Queda na cobertura de programas de triagens universais, como o Teste do Pezinho; Aumento da epidemia de sedentarismo e obesidade; Exagero no uso de mídias/telas, como televisão, computadores, tablets e smartphones; (...) Aumento da fome e do risco alimentar em parte pelo fechamento das escolas e das creches além de perdas nas receitas familiares; Impedimento da circulação da população e dos meios de transporte para serviços não essenciais, aliados ao medo da Covid-19 e a reconfiguração dos sistemas de saúde geraram uma redução no acesso aos serviços tanto da Atenção Primária quanto da Atenção Especializada, incluindo a redução de cirurgias eletivas e até mesmo tratamentos oncológicos e de cuidados de emergências em saúde (IFF, 2020, p. 7-8).

Saúde mental

Ainda sobre os diferentes impactos da pandemia de Covid-19 sobre as crianças e adolescentes, uma outra recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente chama atenção no que tange ao atendimento dessa população. Isso porque coloca em pauta uma temática que as famílias talvez não estejam capacitadas e habituadas a lidar. Não é incomum pais e responsáveis negligenciarem as emoções e necessidades dos filhos, ignorando birras, desobediência, frustrações, desatenção, etc. Ocorre que problemas de comportamento podem ser um pedido de ajuda ou um sinal precoce de que algo não vai bem com a saúde emocional das crianças, especialmente em tempos de pandemia. Assim como os adultos, crianças e adolescentes vêm enfrentando uma série de situações que geram sofrimento, como a limitação do ir e vir, a restrição do espaço, não poder encontrar parentes e amigos, não poder ir a festas, viagens e outros eventos de lazer, o medo de ser infectado e de ter seus familiares doentes, a interrupção do ensino presencial, a percepção da ansiedade, a preocupação e irritação dos pais e responsáveis, entre tantas outras.

O Estado deve garantir a assistência e a promoção de ações de saúde mental, de forma a possibilitar o acesso ao melhor tratamento, consentâneo às necessidades das crianças e adolescentes, em especial no período de confinamento social, considerando que a promoção da segurança afetiva, de interações responsivas e do direito ao brincar somente se efetivam minimizando-se os sentimentos de medo, insegurança e ansiedade (CONANDA, 2020, p.2).

Em agosto de 2020, uma pesquisa nacional realizada pelo Datafolha, em parceria com a Fundação Lemann, o Itaú Social e a Imaginable Futures já apontavam o aumento da ansiedade e da tristeza em jovens estudantes da rede pública.

A falta de motivação, que em maio atingia 46%, chegou a 51% em julho. Os que enfrentam dificuldades para manter a rotina saltaram de 58% para 67%. O percentual dos que estão tristes começou a ser medido em junho, quando chegou a 36%, e passou para 41% em julho. No mesmo período, o de irritados foi de 45% para 48%. Somam 74% os que se sentem tristes, ansiosos ou irritados.

Uma pesquisa realizada no Reino Unido, pelo Serviço Nacional de Saúde (NHS), registrou um aumento de 20% no número de jovens encaminhados para serviços de saúde mental infantil e adolescente no ano de 2020 em relação a 2019. Esse estudo também revelou que, atualmente, uma em cada seis crianças apresenta problemas de saúde mental no país. Há três anos, essa estatística era de uma para cada nove.

O brincar, tão importante para o desenvolvimento e bem-estar das crianças, também acaba sendo afetado nesse contexto. Conforme explica Barba (2020), o brincar

"(...) contribui com as aprendizagens e o desenvolvimento infantis, promove diversão, entretenimento, alegria, autoestima e autoconfiança" (BARBA, 2020, n.p).

Crianças acostumadas a brincar nas ruas, na casa de amigos e na escola, sempre acompanhadas por seus pares, precisam reinventar suas brincadeiras e redescobrir suas casas como espaços de lazer. Essa não é uma tarefa fácil se considerarmos casas pequenas e mesmo a convivência com outros familiares também isolados e muitas vezes obrigados a trabalhar no ambiente domiciliar.

Pais e responsáveis precisaram ampliar as rotinas de cuidado com as crianças, buscando conciliar momentos de lazer e de brincadeira com uma rotina de estudos e trabalho em casa. Acompanhar as aulas online e as atividades escolares das crianças tornou-se parte da dinâmica das famílias, pelo menos daquelas com acesso à internet. No entanto, Abreu e Frassão (2020) afirmam a importância de não "pedagogizar o ambiente familiar", pois a casa e a família não têm obrigação e não devem ser como o ambiente escolar, educacional. Principalmente porque os pais não estão preparados para exercer tal função:

Os adultos, agora, isolados em casa, usando máscaras ao sair, sem toque, ou lazer ao ar livre, preocupados com saúde, manutenção do trabalho, administração financeira, e desnorteados em meio às incertezas e aos descasos governamentais, passaram a se dividir no cuidado e na atenção ao(s) filho(s) assumindo as atividades do trabalho a distância, e nos questionando quanto tempo a escola ficaria suspensa (Ibid., 2020, p. 215).

Muñoz, Pascoal e Crespo (2020) retratam que uma das maiores reclamações das crianças espanholas na pandemia relaciona-se ao fato dos professores passarem muitas atividades escolares para

elas, desconsiderando que, mesmo estando em quarentena, não significa que elas não tenham outros afazeres e que se sintam cansados, exaustos e entristecidos. Ainda segundo os autores, as crianças também demonstram preocupações com os avós, o meio ambiente, o rendimento financeiro dos pais, além de desejarem retornar as aulas. Melgarejo e Linares (2021), ao relatar a rotina de quarentena de crianças mexicanas, com base em seus desenhos, também identificaram questões semelhantes. Foi possível perceber também que havia uma grande preocupação das crianças em "combater" o vírus, retratando-o como um inimigo delas, da família e dos médicos, principalmente por estarem impedidas de se relacionarem presencialmente com parentes e amigos.

Impactos socioeconômicos

Durante a pandemia, muitos brasileiros ficaram desempregados em decorrência das necessárias restrições de circulação e do, consequente, fechamento dos serviços não essenciais. No último ano, o mercado de trabalho brasileiro vem batendo recordes de desemprego e desalento. No trimestre encerrado em fevereiro de 2021, o total de desempregados chegou a 14,4 milhões e a taxa média de desemprego foi de 14,4%. Já os desalentados, aqueles que desistiram de procurar trabalho, chegaram a 5,9 milhões. Uma taxa média de 5,6%.

Isso fez a pobreza aumentar. Estima-se que a taxa de pobreza, que era de 24,8% em 2019, chegue a 28,9% em 2021. Já a taxa de pobreza extrema deve saltar de 6,6% para 9,1%, de acordo com pesquisadoras do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo. Importante mencionar que a pobreza vinha diminuindo no país até 2014, devido ao avanço de políticas sociais como o Bolsa Família, os ganhos reais do salário-mínimo e a ampliação do acesso à educação.

No entanto, desde 2015, a tendência se inverteu e ela voltou a crescer. Em 2020, com a implementação do auxílio-emergencial de R$600 a R$1.200, a trajetória de alta foi interrompida. As cinco parcelas nesses valores e as outras quatro com valores reduzidos à metade representaram um valor de R$295 bilhões. Em julho de 2020, estima-se que o país atingiu os patamares mais baixos de pobreza (20,3%) e pobreza extrema (2,4%) em quarenta anos. No entanto, com a interrupção do auxílio emergencial entre janeiro e março e sua redução para valores entre R$150 e R$375, o Brasil voltou a apresentar uma tendência de alta. O montante disponível para o pagamento do benefício passou a ser de R$44 bilhões e o número de beneficiários também foi reduzido, passando de 68,2 milhões de pessoas em 2020 para 45,6 milhões em 2021. Esse cenário deve fazer com que 61,1 milhões de brasileiros vivam na pobreza e 19,3 milhões permaneçam na extrema pobreza em 2021. Além de impactar a população mais vulnerável, esses cortes terão também um efeito macroeconômico grande, impactando o Brasil como um todo. A queda de 4,1% do Produto Interno Bruto em 2020, por exemplo, só não foi maior porque o benefício permitiu que parcela significativa da população mantivesse níveis mínimos de consumo (NASSIF-PIRES; CARDOSO; OLIVEIRA, 2021).

Sobre o impacto desse cenário sobre as crianças e adolescentes, o UNICEF Brasil realizou uma pesquisa com o Ibope Inteligência e concluiu que, nove meses após o início na pandemia, em dezembro de 2020, a situação de crianças e adolescentes já tinha se agravado consideravelmente. Além do fechamento das escolas, a redução de renda das famílias e a insegurança alimentar vem impactando cada vez mais esse grupo, especialmente entre as famílias pobres. Entre os participantes da pesquisa, 55% disseram que o rendimento do seu domicílio diminuiu desde o início da pandemia, na maioria dos casos em virtude da redução do salário de alguém da família. Entre aqueles que residem com crianças ou adolescentes, esse índice foi de 61%. Ainda segundo a pesquisa, 8% dos entrevistados que moram com menores de 18 anos afirmaram que as crianças e os adolescentes deixaram de comer por falta de dinheiro para comprar alimentos. Entre aqueles de classe D e E, esse percentual é de 21% (UNICEF, 2020B).

A insegurança alimentar, aliás, voltou a ser uma grande preocupação no país. No final de 2020, 59,4% da população brasileira enfrentava algum grau de insegurança alimentar, o equivalente a um total de 125 milhões de pessoas. Esse indicador vem piorando desde 2013, quando o Brasil apresentou seu melhor índice (22,6%). Esse resultado mostra a aceleração do aumento da fome no Brasil, que já tinha voltado a crescer antes da pandemia em um contexto de crise econômica e desmobilização de políticas públicas de segurança alimentar (GALINDO et. al., 2021).

Diante desta problemática, Jaramillo e González (2020) relembram que a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos alertaram que os impactos socioeconômicos da pandemia seriam maiores na América, justamente pela grande desigualdade social existente na maior parte dos países desse continente. Nesse sentido, os autores destacam que os Estados deveriam incentivar e fortalecer as políticas públicas já existentes para que os indivíduos, famílias e grupos não percam ou tenham seus direitos violados durante a pandemia. A CEPAL e o UNICEF (2020) previram rebatimentos econômicos e sociais significativos da pandemia do novo coronavírus na vida de muitas famílias latino-americanas e caribenhas, com impactos que podem afetar 51,3% das crianças e adolescentes pobres e em situação de vulnerabilidade e na região.

Christofell et al. (2020) afirmam que é importante reconhecer a realidade daquelas pessoas que vivem nas periferias, sem infraestrutura e sem condições de saneamento básico essenciais para prevenir o contágio pelo novo coronavírus. Os autores relembram que muitas famílias habitam domicílios com poucos cômodos e muitos membros, o que impossibilita o distanciamento social em caso de contaminação. Também é importante lembrar que muitos destes indivíduos trabalham de maneira informal nas ruas, e, por isso, não podem atuar de forma remota e estão com dificuldades para manter seu sustento com as restrições de circulação.

Brito, Rosa e Trindade (2014) nos relembram que as famílias pobres *"(...) geralmente não são organizadas por um núcleo, e sim por uma rede de confiança, na qual há uma obrigação moral de cuidado com o outro" (Ibid., 2014, p. 402)*.

Dessa forma, a restrição de circulação afeta profundamente as crianças e adolescentes dessas famílias, que costumam contar com os cuidados de avós, tios e vizinhos. Esses pais e responsáveis, de modo geral, não contam com a possibilidade de trabalhar em casa e tiveram que, de uma hora para outra, cuidar dos filhos em tempo integral. Muitos abandonaram seus trabalhos e, outros, sem emprego, não encontram possibilidades de buscar alternativas de sustento para sua família sem sua rede de apoio. Sobreviver em condições minimamente adequadas têm sido um desafio ainda maior para aqueles que dependem de relações comunitárias e da rua para garantir o sustento de suas famílias. Diante disso, é de se considerar que as crianças e adolescentes não venham tendo acesso a atividades essenciais para seu desenvolvimento e bem-estar físico e mental. Muitas dessas famílias não possuem meios (e não sabem como) oferecer esse tipo de atividade em suas casas.

Algumas particularidades

Conforme mencionado anteriormente, em março de 2020, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente lançou o documento "Recomendações do Conanda para a proteção integral às crianças e adolescentes durante a pandemia da Covid-19". O documento trata também das particularidades de crianças em situação de rua e sugere incluí-las no *"grupo de risco para complicações da infecção pelo Covid-19, tendo em vista sua vulnerabilidade social"*. O UNICEF (2020C), em consonância com essa recomendação, elaborou um documento reforçando a necessidade dos serviços, programas e projetos sociais atenderam as necessidades básicas desse grupo durante o período da pandemia, oferecendo a eles higiene, proteção, acolhida e educação.

Ocorre que, mais de um ano desde o início da pandemia, pouco se sabe sobre o que aconteceu com as crianças e adolescentes em situação de rua. Ao analisar a situação do centro de São Paulo, Raphael Boemer, coordenador do programa Refugiados Urbanos, e Tânia Lima, coordenadora de projetos da Fundação Projeto Travessia, acreditam que muitos voltaram para suas casas nos primeiros meses da pandemia por estarem com medo da doença. No entanto, depois de algum tempo, eles acabaram voltando para rua, possivelmente porque a situação que os obrigou a sair de casa inicialmente se agravou. Ao longo do último ano, acompanhamos não só crianças, mas famílias inteiras indo para as ruas em virtude do agravamento da pobreza decorrente da pandemia:

Tivemos famílias cujas mães perderam o emprego porque não puderam fazer entrevista, outras porque os pais foram mandados embora, outras que trabalhavam com bicos e ficaram sem renda. Elas não estão conseguindo dar conta do aluguel ou da manutenção de água e luz .

Não se sabe quantas pessoas estão vivendo nas ruas hoje e quantas chegaram a essa situação em virtude da pandemia. Em março de 2020, estimava-se que 222 mil pessoas viviam nas ruas e que esse número tendia a aumentar com a crise (IPEA, 2020). Sem uma metodologia e dados nacionais, o que temos hoje é apenas uma impressão de que esse número aumentou ao caminhar pelas ruas dos grandes centros urbanos. Contamos também com pesquisas municipais, realizadas anualmente, que trazem pistas sobre esse cenário. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o último Censo, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em outubro de 2020, registrou 7.272 pessoas vivendo em situação de rua. A pesquisa identificou que, pelo menos, 752 pessoas foram para as ruas em consequência da pandemia. A Secretaria também apontou um fator preocupante, o aumento do número de mulheres com crianças (30) e de crianças (112) em situação de rua. Ainda assim, é preciso dizer que participantes do Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua do Rio de Janeiro, que inclui membros do legislativo, da Defensoria Pública, ativistas e voluntários em projetos sociais, afirmam que o número é subestimado. Aqueles que atuam junto a essa população viram a demanda por seus serviços aumentar dia-a-dia e tiveram que se adaptar para oferecer quentinhas, máscaras e produtos de higiene para aqueles em situação de rua, o mínimo.

Conforme explica Natalino:

A invisibilidade social da população em situação de rua é reproduzida na incapacidade do Estado de contá-los, de pensar em suas necessidades (...) O número é um elemento de avaliação da demanda de uma política pública e tem que ser parte de processo dos serviços aos quais a população tem direito.

Sabemos que não houve nenhuma grande medida nacional para orientar os municípios no atendimento à população em situação de rua e, com isso, cada um agiu de uma forma, sem contar com financiamento capaz de dar a robustez necessária a essas ações. Como os recursos da assistência são, em sua maioria, municipais, cada cidade montou uma estratégia com experiências e estruturas diversas. Sabe-se também que muitas dessas iniciativas foram consideradas institucionais, burocráticas e de tutela, que mais afastavam as pessoas do que ofereciam a elas alternativas de moradia e renda autônomas.

Devemos registrar que também não foram tomadas medidas concretas e específicas em relação às crianças e adolescentes dos povos e comunidades tradicionais, dos povos do campo, da floresta e das águas, conforme recomendação do CONANDA (2020). Devemos lembrar da situação assustadora vivenciada pelo estado do Amazonas em janeiro de 2021. À época, acompanhamos a morte de pessoas asfixiadas nos hospitais de Manaus pela falta de cilindros de oxigênio: "(...) entre os entraves para suprir o déficit estão a capacidade de produção dos fornecedores e as dificuldades logísticas do transporte de gás de outros lugares para Manaus". Tentativas de importação do suprimento foram realizadas, além da transferência de pacientes para outros estados, incluindo bebês prematuros que precisavam urgentemente de oxigênio. Apesar da diminuição dos problemas no estado nos meses subsequentes, a situação ainda não está inteiramente controlada.

Nesse estado, existem muitos indígenas, ribeirinhos, refugiados e pessoas pertencentes a áreas rurais. Uma população que tem acesso limitado à saúde, por conta da reduzida estrutura disponível e dos escassos recursos hospitalares. Olavo, Nebot e Chagas (2020) registram também que, na região Amazônica, existem

outros problemas que agravam a situação de vulnerabilidade da população: *"(...) uma área com um PIB per capita muito baixo (RS 6.602,92), uma grande população desempregada (94%), muitas famílias recebendo Bolsa Família (...) e uma população muito jovem (41% entre 0 e 19 anos)"*Os autores apontam que existem recomendações para que haja a diminuição de contato de órgãos das cidades amazonenses com a população ribeirinha e indígena, no intuito de evitar a transmissibilidade do vírus para o interior do estado. Os conselheiros tutelares desta região, por exemplo, privilegiaram os contatos via Whatsapp com a população para não interromper o atendimento, já que o órgão é fundamental para a garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. O transporte fluvial, para os atendimentos que precisavam ser feitos presencialmente, foi um dos grandes desafios, assim como:

> *(...) a) falta de equipamento de proteção individual (EPI) para os conselheiros realizarem as visitas in loco ou atividade de rondas nas ruas; b) desrespeito dos cidadãos quantos as orientações prestadas quanto ao isolamento social; (...); d) dificuldade quanto ao acesso e a navegabilidade de internet, pois nesta região não existe fibra ótica, sendo o acesso via satélite e/ou telefonia móvel que também possui baixa qualidade; e) fechamento de alguns órgãos de apoio aos direitos das crianças e adolescente no município; f) falta de orientação dos pais e responsáveis para que as crianças e adolescentes fiquem em casa. (...).*
> *(Ibid. p. 235).*

Ainda no que se refere aos povos tradicionais, Souza (2020) reflete sobre a situação das crianças quilombolas, cujos direitos já vinham sendo negados mesmo antes da pandemia ser desencadeada. O Estado se mostrou ainda menos presente na garantia de seus direitos no último ano: "(...) as comunidades

remanescentes de quilombo, excluídas de políticas públicas de proteção de suas vidas e territórios, ampliaram as denúncias de descaso do Estado e criaram redes de proteção e auxílio aos seus territórios" (Ibid., p. 1282). De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e o Instituto Socioambiental, os casos de Covid-19 em territórios quilombolas são subnotificados pela falta de dados epidemiológicos para populações quilombolas. Com isso, não são destinadas ações de atenção e proteção específicas para esse grupo, que sofre com dificuldades de acesso a exames e atendimento médico-hospitalar. A necessidade de realizar longos deslocamentos em busca de atendimento adequado já é um problema antigo, assim como o acesso restrito à água em parte dos territórios quilombolas. Podemos citar ainda o limitado acesso à internet e equipamentos, que dificulta, senão impede, seu acesso ao auxílio emergencial.

As "crianças que vivem nas fronteiras, áreas potencialmente mais vulneráveis, em especial para as crianças migrantes, pela situação itinerante em que se encontram, muitas vezes em contextos de aglomeração e afastamento familiar" também foram alvo das recomendações do CONANDA (2020) durante a pandemia de Covid-19. Guedes (2020) destaca que os migrantes, assim como os refugiados e aqueles que se deslocam de maneira precária já passam por diversos problemas por ter que deixar seu país de origem e enfrentar os desafios de viver em outro país, com realidades e costumes diferentes dos seus. Dessa forma, eles comumente são vítimas de problemas relacionados a questões socioeconômicas, de saúde e de proteção e garantia dos seus direitos. A pandemia acabou por agravar esses problemas. Famílias de crianças refugiadas ou migrantes frequentemente se aglomeram em abrigos e/ou nas periferias de grandes centros

urbanos, locais com moradias precárias, muitas vezes sem acesso à saneamento básico e água potável. Elas enfrentam barreiras culturais e linguísticas que dificultam sua comunicação com profissionais da rede de saúde e da assistência social.

Mas fato é que para os refugiados, que sequer possuem condições de realizar o distanciamento social, muitas vezes não tem água para beber, acesso a álcool gel e uso de máscara é algo quase inimaginável, a crise está sendo muito mais cruel e causando-lhes uma dor imensa (GUEDES, 2020, p. 18).

A Agência da ONU para Refugiados afirma, por exemplo, que, mesmo antes da pandemia, metade das crianças refugiadas se encontrava fora das escolas. Elas tinham duas vezes mais chances de estar fora da escola do que uma criança não refugiada. Sua situação, todavia, tendia a piorar com o fechamento das escolas, a dificuldade de pagar mensalidades, uniformes e livros, a falta de acesso à internet e equipamentos e/ou porque precisam trabalhar para contribuir com o sustento de suas famílias (UNHCR, 2020).

A Caritas Arquidiocesana de São Paulo em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados produziu um diagnóstico com 28 núcleos familiares de pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio ou residentes temporários vivendo em São Paulo. Seu objetivo foi avaliar os impactos da pandemia de Covid-19 nas crianças refugiadas. Os núcleos familiares investigados contavam com 120 indivíduos, sendo 59 crianças. O relatório aponta algumas preocupações em relação à dificuldade das famílias em cumprirem integralmente o isolamento social, sobretudo em virtude do trabalho; à falta de acesso a atendimento médico; à alteração de humor devido à falta de convívio social ou de atividades ao ar livre, sendo que 46% relataram que as crianças estavam mais estressadas, irritadas ou tristes; e a dificuldade de

acesso ao aprendizado de modo remoto. Embora não tenham sido objetos de consulta, a pesquisa apontou também que as dificuldades financeiras e a falta de emprego foram frequentemente mencionadas como impactos da pandemia do coronavírus nos núcleos familiares consultados (CARITAS; ACNUR, 2020).

Aqui, poderíamos incluir ainda as particularidades do atendimento às crianças em acolhimento institucional e àquelas cumprindo medidas socioeducativas. Deveríamos considerar também as crianças com deficiências e aquelas na primeira infância. No entanto, nossa intenção foi registar (e não esgotar) a multiplicidade de contextos econômicos, sociais e culturais nos quais se inserem as crianças e adolescentes brasileiros. Buscamos reafirmar a pluralidade das infâncias e das crianças e destacar que adequar políticas, programas e ações às diferentes realidades existentes, desenvolvendo estratégias específicas de cuidado, é fundamental na busca por sua proteção integral, especialmente no cenário atual que aprofundou desigualdades e trouxe à tona a invisibilidade e o silenciamento dessa parcela da população.

Considerações Finais

O cenário que temos colocado para o segundo semestre de 2021 não parece muito melhor do que o exposto ao longo desse artigo. O distanciamento social segue uma medida necessária para conter o avanço da pandemia de Covid-19 e evitar mais mortes, especialmente no Brasil, onde a vacinação segue um ritmo lento e o negacionismo não parece recuar mesmo diante dos alarmantes indicadores da pandemia. Cientistas já especulam sobre uma terceira onda de Covid-19 no país. O Instituto de Métricas de Saúde e Avaliação da Universidade de Washington (EUA), que tem se destacado pela precisão de suas projeções, indica que o país pode chegar a devastadora marca de 751 mil mortes por Covid-19 até o final de agosto.

A economia brasileira vem sofrendo com os impactos desses acontecimentos, mas, ao contrário do que a presidência da república e outros governantes brasileiros querem nos fazer acreditar, sua salvação não depende de um descomprometimento com a saúde que, por si só, geraria aumento de gastos, incerteza, pânico e instabilidade política. Não existe contradição entre medidas de distanciamento social e políticas de proteção socioeconômica. Ainda em abril de 2020, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial da Saúde publicaram um artigo afirmando que haveria um falso dilema entre salvar vidas e salvar meios de subsistência. Estímulos fiscais que garantam a renda das famílias e a saúde financeira das empresas são indispensáveis nesse cenário, assim como o aumento dos gastos públicos (TONETO; CARDOMINGO; CARVALHO, 2021) e a implementação de políticas de transferência renda, inclusive com a elevação da tributação dos estratos mais ricos uma vez que o atual desenho do teto de gastos do governo dificulta a adoção de medidas sustentáveis de estímulo à economia e de redução das desigualdades (TONETO; RIBAS; CARVALHO, 2021).

O bem-estar de crianças e adolescentes não pode ser considerado de forma isolada da sociedade. O que buscamos mostrar nesse artigo é que a infância é plural, assim como a população brasileira. Se enfrentamos as mesmas adversidades, os recursos que temos disponíveis para fazê-lo são muito diferentes. Nossas desigualdades sociais refletem nosso processo de formação social e as contradições da modernização capitalista. São e ainda serão necessários investimentos e políticas públicas robustas para mitigar os efeitos dos ciclos intergeracionais de pobreza; do racismo estrutural; do machismo; e de tantas outras questões que incidem negativamente sobre o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes brasileiros.

Em relação à emergência atual, muito preocupa o silenciamento que eles vêm sofrendo. Fora das escolas e diante do aumento da violência e de seu adoecimento mental, precisamos ouvir o que crianças e adolescentes têm a dizer, quais as suas necessidades, o que aprenderam e eventuais propostas para amenizar as angústias da pandemia. Esse é um elemento importante para sua proteção e também para o planejamento efetivo de ações que possam contribuir para a garantia de seus direitos. Como nos lembra Román (2020), entretanto, a invisibilidade das crianças e dos adolescentes é anterior à crise atual e só vem se aprofundando desde o início de 2020. Considerar as crianças como agentes e transpor a ideia de que a infância é apenas uma fase de preparação para a vida adulta é importante para que elas possam participar ativamente da vida social, compreendendo e defendendo seus direitos com níveis de maturidade conquistados mesmo durante esse processo. Elas podem nos oferecer uma perspectiva nova, com menos vícios e certezas. Essa participação deve ter uma metodologia própria, adequada aos modos de se expressar e de se relacionar de crianças e adolescentes em suas diferentes fases; e os espaços já instituídos precisam ser sensibilizados e remodelados de modo a permitir uma participação intergeracional, construindo um sentimento de cidadania desde a infância, capaz de contribuir de maneira significativa para o fortalecimento de nossa ameaçada democracia.

Referências

BARBA, Patrícia Carla de S. O brincar em tempos de pandemia. Informa SUS/UFSCAR, São Carlos, 10 de junho de 2020. Disponível em: https://www.informasus.ufscar.br/o-brincar-em-tempos-de-pandemia/. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS (MMFDH).

Painel Interativo Disque 100. Disponível em: Microsoft Power BI. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS).

Painel Coronavírus. Disponível em: Coronavírus Brasil (saude.gov.br). Acesso em: 19 de maio de 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 27 de setembro de 1990.

BRITO, Carolina O.; ROSA, Edinete Maria; TRINDADE, Zeidi A.

O Processo de Reinserção Familiar sob a Ótica das Equipes Técnicas das Instituições de Acolhimento. Temas em Psicologia, 2014, v. 22, n. 2, p. 401-413.

CARITAS ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO; ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (CARITAS; ACNUR).

Impactos da pandemia da Covid-19 em crianças refugiadas. São Paulo: Caritas, 2020. Disponível em: RELATORIO_Impactos da pandemia da Covid-19 em criancas refugiadas.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2021.

CHRISTOFFEL, Marialda M. et al.

A (in)visibilidade da criança em vulnerabilidade social e o impacto do novo coronavírus (Covid-19). Rev. Bras. Enferm., Brasília, v. 73, 2020.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA (CEPAL; UNICEF).

Protección social para familias con niños, niñas y adolescentes en América Latina y el Caribe, dezembro de 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46489/1/S2000745_es.pdf. Acesso em: 07 de fevereiro de 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Recomendações do Conanda para a proteção integral às crianças e adolescentes durante a pandemia da Covid-19, 25 de março de 2020. Disponível em: recomendacoes_conanda_covid19_25032020.pdf (mppr.mp.br). Acesso em: 20 de maio de 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF).

"Famílias com crianças e adolescentes são as vítimas ocultas da pandemia", revela pesquisa do UNICEF. UNICEF, Brasília, 25 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/familias-com-criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-ocultas-da-pandemia-revela-pesquisa-do-unicef. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

_____. Protecting Children from Violence in the Time of Covid-19: Disruptions in prevention and response services. Nova Iorque: UNICEF, 2020.

Disponível em: file:///C:/Users/renat/Downloads/Protecting-children-from-violence-in-time-of-COVID-English_2020.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.

_____. Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes. UNICEF, Brasília, 25 de novembro de 2020B.

Disponível em: Slide 1 (unicef.org). Acesso em: 21 de maio de 2021.

_____. Proteção das Crianças e Adolescentes durante a pandemia do Covid-19. UNICEF, Brasília, 25 de novembro de 2020C.

Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/8611/file/covid-19_criancas-adolescentes-e-cuidados-alternativos-ao-acolhimento-institucional.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2020

_____. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar. Brasília: UNICEF, 2021.

Disponível em: enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf (unicef.org). Acesso em: 20 de maio de 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

Boletim Extraordinário do Observatório Covid-19 de 16 de março de 2021. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

GALINDO, Eryka et al.

"Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil." Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

GUEDES, João Bernardo A. de A.

A pandemia do Covid-19 e a dor dos refugiados. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, v. 6, n. 2, p. 01-20, jul./dez. 2020.

INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA (IFF).

Covid-19 e Saúde da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: IFF/FIOCRUZ, 2020.

JARAMILLO, Lina Marcela E.; GONZÁLEZ, Ángela María M.

Pandemia y derechos humanos: decisiones del Estado frente a los niños institucionalizados. Opinión Jurídica, Medellín, v. 19, n. 40, Edición especial, p. 295-311, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

Nota Técnica nº 73: estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

LEVANDOWSKI, Mateus L. et al.

Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, jan. 2021.

MELGAREJO, Patricia M.; LINARES, Roberto S.

Infancias, voces y esperanzas ante el confinamiento del Covid-19 en Mexico. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

MUÑOZ, Marta M.; PASCUAL, Iván R.; CRESPO, Gabriela V.

Infancia Confinada ¿Cómo viven la situación de confinamiento, niñas, niños y adolescentes? Madrid: 2020.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luísa; OLIVEIRA, Ana Luiza M. Nota de Política Econômica nº 010 de 22 de abril de 2021.

Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. São Paulo: MADE-USP, 2021.

OLAVO, Antonio Vagner A.; NEBOT, Carmen P.; CHAGAS, Francisca Carla F. das.

Ações do Conselho Tutelar na garantia dos direitos das crianças e adolescentes na Amazônia durante a pandemia do Covid-19, Sociedad e Infancias, v. 4, 2020.

OUR WORLD IN DATA. Coronavirus Pandemic (Covid-19).

Disponível em: Coronavirus Pandemic (Covid-19) - Statistics and Research - Our World in Data. Acesso em: 19 de maio de 2021.

PLATT, Vanessa B.; GUEDERT, Jucélia Maria; COELHO, Elza B. S.

Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. Rev. Paul. Pediatr., São Paulo, v. 39, 2021.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDUC).

Caderno de atividades pedagógicas de atividades autorreguladas – Caderno do professor. Língua portuguesa e literatura – 1º ano do Ensino médio. Rio de Janeiro: SEEDUC, 2013.

ROMÁN, Berta S.

40 días y 40 años. El confinamiento de la infancia más allá de la pandemia. Sociedad e Infancias, Madri, v. 4, 2020.

SOUZA, Márcia Lúcia A.

(In)visíveis? Crianças quilombolas e a necropolítica da infância no Brasil. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1281-1304, dez./dez., 2020.

TONETO, Rodrigo; CARDOMINGO, Matias; CARVALHO, Laura. Nota de Política Econômica nº 009 de 29 de março de 2021.

Salvando vidas e a economia: a importância dos gastos públicos na crise causada pela Covid-19. São Paulo: MADE-USP, 2021.

TONETO, Rodrigo; RIBAS, Theo; CARVALHO, Laura. Nota de Política Econômica nº 008 de 15 de fevereiro de 2021.

Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? Os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres. São Paulo: MADE-USP, 2021.

UN REFUGEE AGENCY (UNHCR). Coming Together for Refugee Education, 03 de setembro de 2020.

Disponível em: UNHCR - Coming Together For Refugee Education. Education Report 2020. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO).

WHO Coronavirus (Covid-19) Dashboard. Disponível em: https://covid19.who.int/. Acesso em: 19 de maio de 2021.



Saúde mental e globalização: as faces da vulnerabilidade do “novo normal”

Marcello Roriz de Queiroz

Psicólogo, Supervisor regional de saúde mental do Comitê Internacional da Cruz Vermelha para o Oriente Médio. Doutorando em Saúde Global- Università del Piemonte Orientale (UPO), Vrije Universiteit Brussel (VUB).

marcellorqueiroz@gmail.com

Sumário

Não é recente a produção do pensamento crítico sobre os efeitos danosos da globalização ou, ao menos, de um modelo de globalização centrado na desigualdade de oportunidades e de acesso aos recursos básicos de saúde e proteção social. Neste sentido, a atual pandemia do Covid-19 acentua a fragilidade do nosso tempo também no campo da saúde mental, produzindo, ao mesmo tempo, agravos psicossociais adicionais e aumento das lacunas de acesso aos serviços de proteção e cuidado. Este artigo pretende percorrer de forma inicial, e não-sistemática, algumas considerações sobre os efeitos da pandemia para saúde mental com base na literatura produzida no último ano (março 2020 - março 2021), tendo como eixo orientador o olhar sobre a vulnerabilidade acentuada pela pandemia, assim como, a desigualdade de acesso aos recursos de saúde. O texto busca também compilar algumas recomendações para a organização de redes de suporte psicossocial com foco na atenção aos grupos mais vulneráveis.

Palavras-chave: globalização, vulnerabilidade, saúde global, saúde mental global, saúde mental e pandemia

1. Introdução

A pandemia do Covid-19 demonstrou a fragilidade do nosso mundo, a desigualdade define o nosso tempo. Com essas palavras o Secretário Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, resume o atual desafio civilizatório revelado pela pandemia do Covid-19. Desafio revelado, e não produzido, uma vez que os elementos estruturantes dessa fragilidade como a crescente concentração de renda e precarização do acesso aos recursos básicos de saúde e proteção social já vinham produzindo patamares de desigualdades sociais sem precedente na história moderna. Em um documento publicado recentemente pela ONG Oxfam com economistas de 79 paises, 87% dos entrevistados afirmaram esperar o aumento da desiguladade social em seus países como consequência da pandemia, incluindo o aprofundamento da desigualdade de gênero e de raça (Oxfam,2021). Baseado em uma estimativa realizada pelo Banco Mundial, o documento da Oxfam evidencia o impacto desigual da pandemia: demorou apenas 9 meses para que as maiores fortunas globais recuperassem suas perdas financeiras, mas para o segmento mais pobre da população mundial essa recuperação tardará 14 vezes mais, o que significará mais de uma década. Voltando às palavras do Secretário-Geral Guterres, "há o mito que estamos todos no mesmo barco, mas está claro que há alguns navegam em super iates enquanto outros estão em balsas à deriva".

A vulnerabildade social acentuada pela pandemia encontra equivalência também no perfil das milhões de vidas perdidas. No momento em que escrevemos estas linhas em 2021, mais de 2,6 milhões de vidas (sendo mais de 260 mil delas no Brasil) já haviam sido perdidas na batalha da pandemia. Os efeitos dessa tragédia deixa marcas severas para as familias das víitimas, sobretudo para aquelas que viram a esperança da vida sucumbir à falta de recursos materiais e humanos nos sistemas de saúde públicos exauridos por uma demanda abrupta, mas também por longos anos de subfinanciamento.

A desigualdade de acesso aos recursos de saúde também esta presente quando analisamos os dados da vacinação. De acordo com os paineis internacionais de monitoramento, em 22 de Janeiro de 2021, 52 países haviam começado seus programas nacionais de vacinação. De todas a vacinas administradas até então, 75% foram aplicadas em países desenvolvidos. Alguns países como Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia, Australia haviam firmado contratos para compra de doses de vacinas em números equivalentes a 4 vezes suas respectivas populações.

2. Pandemia e saúde mental

A dimensão dos efeitos da pandemia do Covid-19 para a saúde mental ainda é um debate em construção. Os agravos psicológicos e psicossociais produzidos, ou acentuados, pelos longos períodos de distanciamento social, o impacto da interrupção dos serviços de saúde mental e, sobretudo, os efeitos dos novos modelos de interação e organização social exigidas pelo "novo normal" da pandemia ainda necessitam de sistematização e análise retrospectiva. Este artigo pretende percorrer de forma inicial e não-sistemática algumas considerações sobre os efeitos da pandemia para saúde mental com base na literatura produzida no último ano (março 2020 - março 2021), tendo como eixo orientador o olhar sobre a vulnerabilidade acentuada pela pandemia, assim como a desigualdade de acesso aos recursos de saúde e proteção social. O artigo busca também compilar algumas recomendações para a organização de redes de suporte psicossocial com foco na atenção aos grupos mais vulneráveis.

No que se refere aos efeitos da pandemia para a saúde mental, os primeiros estudos e revisões de literatura começam a ser divulgados ainda em 2020. Em geral, o debate situa-se no campo dos agravos psicológicos identificados junto aos pacientes colocados em isolamento, associados aos efeitos de quarentena e também em função dos longos períodos de lockdown. Em uma perspectiva clínica, grande parte da literatura produzida até então enfatiza a predominância de quadros difusos de ansiedade e depressão como raiva, irritabilidade, baixo nivel de tolerância à frustração e isolamento afetivo (Brooks et al, 2020).

Em abril de 2020, no período inicial das medidas de isolamento e lockdown aplicados em diferentes paises, estima-se que um terço da população mundial (aproximadamente 2.6 bilhões de pessoas) experimentou alguma forma de confinamento e quarentena. Alguns autores demonstraram a correlação entre periodos longos de isolamento à ocorrência de transtorno de estress pós-traumático (Bridgland et al, 2021), enquanto outros já propoem dimensões clinicas especificas do que se poderia configurar como uma "síndrome de stress por Covid" (Taylor et all,2020). Ainda associados à condição de isolamento, efeitos secundários de estresse no trabalho e burnout também são identificados como consequência de um equlibrio irregular de tarefas do home office e da esscassez de vida social e fontes de entretenimento.

Embora os estudos apontassem evidências inequívocas da correlação entre as medidas de quarentena e lockdown com os agravos psicológicos (Brooks et al, 2020), os pesquisadores concordam que os estudos clinícos são iniciais e devem acompanhar a evolução do Covid-19, sobretudo, observando como diferentes grupos populacionas são capazes de desenvolver seus recursos individuais e coletivos de resiliência e mecanismos de superação ("coping") para lidar com as consequencias psicológicas da pandemia.

No que se refere a resposta oferecida pelos serviços de saúde durante a pandemia, incluindo os serviços de saúde mental, observou-se uma redução significativa de acesso dos pacientes aos serviços de referência como um efeito das medidas de isolamento social impostos pela pandemia. Em estudo conduzido no Reino Unido e, publicado recentemente, pesquisadores identfiicaram que as medidas de restrição provocaram redução na atenção à quadros agudos de saúde mental, o que potencialmente gera mais sofrimento aos pacientes e complexidade ao tratamento (Mansfield et al, 2021).

3. Os agravos psicossociais e as dimensões de vulnerabilidade

Ao analisar os efeitos da pandemia para a saúde mental, deve-se considerar ainda as consequências relacionadas às mudanças na organização social, e nos efeitos que estas mudança geram no agravamento de condições estruturais de vulnerabilidade social, e na desigualdade de acesso aos recursos de assistência e proteção. Neste contexto, alguns alertas e orientações tem sido feitos por organizações internacionais no sentido de priorizar recursos de atenção aos grupos mais expostos e vulneráveis aos agravos de saúde mental (IASC, 2020).

O primeiro grupo específico refere-se às pessoas idosas, severamente vitimizadas pela primeira onda da pandemia. A mobilzação social entorno do risco elevado do Covid-19 para a população idosa levou à imposição de um restrito isolamento social como medida de proteção, o que gerou por consequência um agravamento de problemas de saúde mental, como piora nos quadros de depressão e demência, com perda significativa no nivel de autonomia e funcionalidade (Numbers & Brodaty, 2021). Estudos mostram que idosos com quadros de demência estão mais expostos à contaminação por conta da dificuldade de entender e seguir as medidas preventivas de uso de máscaras e distanciamento físico. Associa-se, ainda, possíveis agravos por conta da interrupção ou adiamento do acompanhamento médico regular.

Os pacientes em acompanhamento nos serviços de saúde mental também estão vulneráveis às restrições impostas pelas medidas de isolamento social. A interrupção ou adiamento do acompanhamento regular tem um efeito imediato na qualidade do tratamento. Em alguns casos, pacientes perderam o acesso ao medicamento de uso continuo, e acompanhamento profissional regular, o que gera um agravamento severo dos quadros clínicos, perda acentuada no grau de autonomia e uma sobrecarga para familiares e cuidadores. Do ponto de vista psicossocial, pacientes com quadros de saúde mental também estão entre os mais afetados pela restrição de movimento e nas atividades sociais.

A participação regular em atividades cotidianas, e a construção de laços comunitários, é essencial para os pacientes em processo de reabilitação psicossocial, constituindo parte significativa do seu tratamento.

Outro grupo exposto aos agravos de saúde mental são as pessoas privadas de liberdade em centros de detenção. A população prisional enfrenta barreiras ainda maiores de acesso aos serviços de saúde, em especial, no que se refere à atenção em saúde mental. Como já demonstrado na literatura, a prevalência de transtornos mentais em prisões é significativamente maior quando comparada ao encontrado em serviços de saúde comunitários (Fazel et al, 2016), sobretudo, pela vulnerabilidade social e situações de risco anteriores ao período de detenção, como histórico de desemprego, educação precária e falta de acesso a serviços de saúde (Durcan, 2013). As restrições impostas pela pandemia, e o risco de contaminação no período de detenção, expõe essa população à riscos adicionais de estresse e agravos psicológicos (Hewson, T. et al, 2020).

Ainda no campo das vulnerabilidades psicossociais acentuadas pela pandemia, organizações internacionais e da sociedade civil destacam a preocupação com o aumento dos índices de violência doméstica intra-familiar, como decorrência da intensificação do convívio doméstico sob condições adversas, impostas pelas medidas de isolamento social acarretando, de um momento a outro, que as famílias sejam obrigadas a compartilhar o espaço doméstico por longos períodos. Mais uma vez nos deparamos com condições de vulnerabilidade sociais pré-existentes, que são fatores adicionais de agravo durante a pandemia, como condições de moradia e saneamento básico precários. Vale ressaltar que os recuross comunitários de assistência e proteção (creches comunitárias, serviço de proteção às mulheres) também enfretam sérias limitações por conta da pandemia para implementar suas atividades regulares.

Outra dimensão importante a se considerar na esfera da saúde mental refere-se às expectativas da vida pós-pandemia, ou o que se convencionou chamar do “novo normal”. Os efeitos da pandemia na organização social, nas possíveis barreiras de circulação entre países

e, sobretudo, o impacto econômico levam a um quadro de incertezas em relação à reorganização das relações sociais no futuro, à perda de uma noção de estabilidade e da sensação de controle, além da falta de previsibilidade.

No que se refere aos impactos econômicos para a saúde mental, os efeitos advindos do aumento das taxas de desemprego e diminuição da renda familiar foram comparados a outros períodos de crise econômica, e as evidências são preocupantes. Há, por exemplo, estudos que evidenciam a correlação do aumento das taxas de suicídio na proporção dos niveis de desemprego (Milner and LaMontagne, 2013). Similar conclusão é encontrada em analise realizada com as taxas de suicídio de 54 países durante a crise economica global de 2008 (Chang, Stuckler and Gunnell, 2013). A atual crise economica global já é vista pelo Fundo Monetário Internaciolal-FMI como a mais profunda recessão desde 1930, com a perda de milhões de empregos globalmente. Como efeito da retração econômica, projeções das entidades médicas nos EUA estimam que as taxas de suicídio poderiam subir entre 3.3-8.4 % nos Estados Unidos e até 27% no Canadá (Deady et al, 2020). Os estudos demonstram ainda, que a crise econômica e os seus efeitos para a saúde mental das populações, não afeta todos os grupos igualmente: pessoas mais jovens com empregos temporários ou instáveis e sem rede de proteção social adequada são também as mais vulneráveis. Mais uma vez, a constatação de que não estamos todos no mesmo barco, e que medidas efetivas de cuidado e proteção à grupos vulneráveis devem ser fortalecidas. difusos de ansiedade e depressão como raiva, irritabilidade, baixo nivel de tolerância à frustração e isolamento afetivo (Brooks et al, 2020).

4. Caminhos para estratégias de saúde mental e apoio psicossocial

Proteção social como direito básico

Como descrito anteriormente, o impacto econômico da pandemia para os grupos estruturalmente vulneráveis como trabalhadores jovens, com baixa qualificação, idosos e população imigrante é acentuado, e mais grave, quando comparado à média da população. As medidas de distanciamento social, por outro lado, também comprometeram a capacidade das organizações da sociedade civil nas ações de assistência à parcela mais vulnerável da população. Neste sentido, as iniciativas emergenciais de transferência de renda estão na primeira ordem das medidas essenciais de proteção, como forma de garantir as condições básicas de subsistência, ao mesmo tempo, viabilizar que as pessoas possam cumprir as medidas de distanciamento social, sem a qual todos esforços do setor saúde são inóquos.

Estudos iniciais demonstraram que os programas de transferência de renda e investimento público de proteção do emprego durante a pandemia, sobretudo, para os grupos mais vulneráveis, têm impacto significativo para redução de agravos de saúde mental (Atkinson, 2020), na redução dos índices de violência doméstica e de violência autoinflingida. Em estudo realizado na Europa, em períodos de recessão econômica, ficou demonstrado que ações de proteção de renda contribuíram para reduzir as taxas de suicídio no mesmo período (Stuckler et al, 2009).

Investimento nos serviços de saúde mental

Os sistemas de saúde mental já sofrem cronicamente de subfinanciamento (WHO, 2011). Como desafio adicional, a pandemia impactou a capacidade de oferta dos cuidados de saúde mental, tanto pelas restrições impostas ao funcionamento regular dos serviços especializados, quanto pela demanda extra provocada pelos agravos psicológicos e psicossociais já descritos anteriormente. Essa sobrecarga nos serviços de saúde mental requer investimentos adicionais de recursos humanos especializados, no fortalecimento das redes intersetoriais de cuidado (Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça) e na capacitação em atenção psicossocial para profissionais das redes primárias e secundárias de saúde (incluindo as ações de telesaúde).

Uma parte essencial dos investimentos na rede de saúde mental refere-se à vigilância em saúde para a prevenção do suicídio. Como demonstrado anteriormente, os modelos estatísticos prevêm o aumento considerável das taxas de suicídio nos próximos anos como consequência da pandemia, o que exige ações urgentes da monitoramento e suporte.

O suporte social e comunitário como linha de frente da prevenção e do cuidado

No cenário de avanço global da Covid-19 fica evidente o esgotamento dos serviços emergenciais de saúde. As estruturas hospitalares, sobretudo, os serviços de terapia intensiva, demandam uma grande concentração de recursos materiais e humanos que se esgotam rapidamente diante de uma curva acentuada de casos em curto período. Isso demonstra a necessidade de deslocar a linha de frente do combate à pandemia das estruturas hospitalares para o tecido comunitário e social. No plano da saúde mental, é essencial o investimento na (re)construção de redes comunitárias de apoio e suporte. O exemplo das iniciativas comunitárias de apoio a pessoas idosas, o suporte por telefone oferecido por grupos da sociedade civil e entidades religiosas, bem como, as atividades comunitárias de promoção de saúde realizadas por equipes móveis de saúde, contribuem para o enfrentamento da pandemia e para o acesso do cuidado em saúde mental.

No plano das políticas intersetoriais, os esforços para a inclusão digital devem ser intensificados. A expansão das redes, e redução dos custos de acesso à internet, torna-se essencial e um direito básico, uma vez que a conectividade passa a ser a principal via para os serviços básicos de saúde e proteção social, incluindo os recursos de apoio psicossocial online.

Promoção de solidariedade como recurso de resiliência

Há evidencias que demonstram que o compartilhamento de experiências, e o fortalecimento das redes locais, são mecanismos efetivos de suporte em situações de trauma coletivo, como desastres naturais, conflitos armados e epidemias. Neste sentido, a experiência mostra que as iniciativas de coesão social e solidariedade tem um enorme potencial para a resiliência da população diante de crises coletivas. Em revisão de literatura recente sobre o impacto psicológico do Covid-19, foram confirmadas as evidências que as pessoas que buscaram um sentido de altruísmo nos momentos de maior dificuldade impostos pela pandemia são as mais resilientes aos efeitos de estresse e desgaste emocional (Brooks et al, 2020).

5. Conclusões preliminares e seus limites

A revisão inicial da literatura nos permite delinear as dimensões de impacto da pandemia do Covid-19 para a saúde mental, seja no campo dos agravos clinicos, seja na restrição de acesso aos serviços publicos de saúde (incluindo serviços especializados de saude mental). Estudos mais aprofundados e longitudinais são necessários para entender a amplitude deste impacto, bem como a especificidade da dimensão psicossocial dos agravos, tomando em conta as profundas implicações da pandemia no tecido social. Ainda em relação às limitações da literatura produzida, não foram encontrados estudos relevantes realizados em paises de baixa renda e de economias emergentes, o que limita conhecer e dimensionar as vulnerabilidades onde provavelmente elas são mais acentuadas.

Apesar dos limites das pesquisas atuais, já é possivel identificar os grupos populacionais que são mais vulneráveis por conta das barreiras de acesso impostas pelas medidas de isolamento e pela severa crise econômica atrelada à pandemia, fazendo com que parcelas da população fiquem invisibilizadas na narrativa dos problemas globais. Neste sentido, torna-se urgente o investimento nos serviços de apoio psicossocial e nas redes comunitárias de suporte, associados às medidas efetivas de proteção social.

Bibliografia

Atkinson, J. A., Skinner, A., Lawson, K., Song, Y., & Hickie, I. (2020). Road to recovery: Restoring Australia's mental wealth. Camperdown, NSW: University of Sydney Brain and Mind Centre.

Bridgland, V. M., Moeck, E. K., Green, D. M., Swain, T. L., Nayda, D. M., Matson, L. A., Hutchison, N. P., & Takarangi, M. K. (2021). Why the COVID-19 pandemic is a traumatic stressor. Plos one, 16(1), doi: 10.1371/journal.pone.0240146

Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. The lancet, 395(10227), 912-920.

Chang, S. S., Stuckler, D., Yip, P., & Gunnell, D. (2013). Impact of 2008 global economic crisis on suicide: time trend study in 54 countries. BMJ, 347.

Deady, M., Tan, L., Kugenthiran, N., Collins, D., Christensen, H., & Harvey, S. B. (2020). Unemployment, suicide and COVID-19: using the evidence to plan for prevention. Medical Journal of Australia,213(4):153-154. doi: 10.5694/mja2.50715.

Durcan, G. (2008). From the inside: experiences of prison mental health care. London, Sainsbury Centre for Mental Health.

Fazel, S., Hayes, A. J., Bartellas, K., Clerici, M., & Trestman, R. (2016). Mental health of prisoners: prevalence, adverse outcomes, and interventions. The Lancet Psychiatry, 3(9), 871-881. doi: 10.1016/S2215-0366(16)30142-0.

Hewson, T., Shepherd, A., Hard, J., & Shaw, J. (2020). Effects of the COVID-19 pandemic on the mental health of prisoners. The Lancet Psychiatry, 7(7), 568-570. doi: 10.1016/ S2215-0366(20)30241-8.

IASC - Inter'Agency Standing Committee (2020, June). Operational Considerations for Multisectoral Mental Health and Psychosocial Support programmes during the Covid-19 pandemic. Reference Group on Mental Health and Psychosocial Support.

Mansfield, K. E., Mathur, R., Tazare, J., Henderson, A. D., Mulick, A. R., Carreira, H., & Langan, S. M. (2021). Indirect acute effects of the COVID-19 pandemic on physical and mental health in the UK: a population-based study. The Lancet Digital Health, 3(4), e217-e230. doi: 10.1016/ S2589-7500(21)00017-0.

Milner, A., Morrell, S., & LaMontagne, A. D. (2014). Economically inactive, unemployed and employed suicides in Australia by age and sex over a 10-year period: what was the impact of the 2007 economic recession?. International journal of epidemiology, 43(5), 1500-1507.

Milner, A., Page, A., & LaMontagne, A. D. (2013). Long-term unemployment and suicide: a systematic review and meta-analysis. PloS one, 8(1), e51333.

Numbers, K., & Brodaty, H. (2021). The effects of the COVID-19 pandemic on people with dementia. Nature Reviews Neurology, 17, 69-70. doi: 10.1038/ s41582-020-00450-z.

Oxfam (January, 2021).
The Inequality Virus Bringing together a world torn apart by coronavirus through a fair, just and sustainable economy. Oxfam GB for Oxfam International. doi: 10.21201/2021.6409.

Stuckler, D., Basu, S., Suhrcke, M., Coutts, A., & McKee, M. (2009).
The public health effect of economic crises and alternative policy responses in Europe: an empirical analysis. The Lancet, 374(9686), 315-323.

Taylor, S., Landry, C. A., Paluszek, M. M., Fergus, T. A., McKay, D., & Asmundson, G. J. (2020).
COVID stress syndrome: Concept, structure, and correlates. Depression and anxiety, 37(8), 706-714. doi: 10.1002/da.23071.

Taylor, S. (2019).
The psychology of pandemics: Preparing for the next global outbreak of infectious disease. Cambridge Scholars Publishing.

UN. (2020, July).
Tackling the Inequality Pandemic: A New Social Contract for a New Era. UN Secretary-General's Lecture for Nelson Mandela's International Day. Available from: https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2020-07-18/secretary-generals-nelson-mandela-lecture-%E2%80%9Ctackling-the-inequality-pandemic-new-social-contract-for-new-era%E2%80%9D-delivered.

Van Hoof, E. (2020, April).
Lockdown is the world's biggest psychological experiment-and we will pay the price. In World Economic Forum (Vol. 9). Available from: https://www.newsofbahrain.com/epaper/16-04-2020/single/page-06.pdf



Experiências de Ampliação da Vida na Escola: “bora” jogar?

Pedro Victorino Carvalho de Souza

Psicólogo, coordenador do Serviço Especializado em Abordagem Social/ Assistência Social do Município de Maricá/RJ.

pedro_victorinosouza@hotmail.com

Ranulfo Cavalari Neto

Professor de Educação Física, Secretaria Municipal de Educação (SME) do município de Maricá/RJ.

ranulfo-z3@hotmail.com

Sumário

O texto é fruto de um trabalho realizado junto as alunas e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola de Maricá. A parceria entre profissionais da Assistência Social e da Educação para discutir a temática do álcool e outras drogas com adolescentes e jovens e suas vidas, produziram reflexão para o projeto de vida para cada um. Utilizou-se a perspectiva de ampliação da vida para além do tema do uso abusivo de álcool e outras drogas pelos jovens. O Jogo da Vida foi o recurso elaborado para discutir estas questões com a turma da 8ª fase da EJA, e assim, houve um desmembramento para outros espaços como o Instituto Federal Fluminense Campus Avançado Maricá (IFF-Maricá). Para a efetivação do trabalho foram enfrentados desafios de uma herança das escolas com a Educação Tradicional. Ao final do texto foi explicado mais detalhadamente a proposta do jogo como uma possibilidade de trabalho para outros profissionais re-criarem suas práticas. Este texto traz reflexões sobre o funcionamento da escola para a efetivação de novas práticas, além de uma possibilidade de articulação intersetorial horizontal e participativa voltado à proteção social dos trabalhadores-educandos da escola pública.

Palavras-chave: Escola; Tecnologia Educacional; Projeto de Vida; Álcool e outras drogas; Desigualdade Social;

Os bastidores entre as Secretarias de Educação e Assistência Social

No início do ano de 2019, houve uma reunião intersetorial com representantes do Serviço de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (SAPAD) da Assistência Social e a Gerência da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria de Educação de Maricá. Foi elaborada uma proposta de intervenção junto a EJA, já na temática de álcool e outras drogas, entendendo a possibilidade de se ampliar o olhar para o fenômeno e buscando através de diálogos, estabelecer encontros potentes na perspectiva da ampliação da vida e de uma estrutura de trabalho pedagógico intersetorial, a fim de criar possibilidades de intervenção na/e com as escolas.

Quando partimos do lugar de pensarmos um trabalho Intersetorial educação e assistência social, dentro da temática das drogas, precisamos de algumas reflexões para exercitar o que temos entendido sobre as políticas públicas da Educação e da Assistência Social e o significado de cuidado dentro das mesmas no trato com as questões sobre uso de álcool e outras drogas. Somos convidados a fazer uma série de perguntas nas práticas profissionais, nas construções desses espaços, nas lógicas envolvidas nessa trama para perceber como estão colocados e no que é produzido nesses processos, inclusive em nós.

Ao pensarmos um estabelecimento, tomamos de empréstimo o legado dos analistas institucionais (BAREMBLIT, 1998) na busca de entender quais lógicas são colocadas em funcionamento, e a serviço do que? Achamos interessante trazer para essa reflexão perguntas sobre o que temos chamado de drogas, qual a importância da escola nessa temática e como a Política de Assistência Social é mobilizada nesse processo. Para avançar na análise da experiência que será relatada, precisamos antes reconhecer o imaginário sobre o tema das drogas, e como isso interfere em qualquer intervenção que se propõe a discutir esse tema.

Partimos da ideia (GUATTARI, 2013) da "produção de subjetividade capitalística", onde estamos atravessados por propostas na garantia da função hegemônica de desejar, pensar e "modos de encodificação preestabelecidos" (modos de manipulação e de telecomando). Uma máquina poderosa capitalística que atua na produção de subjetividade, encontrada em todos os níveis da produção e do consumo (produção de subjetividade inconsciente). Pautar a dinâmica interventiva em promoção de "processos de singularização" (GUATTARI, 2013), é fazer oposição à produção de subjetividades capitalística. Recusar e inventar desvios nos modos de produção hegemônicos para construir modos criativos potentes para uma singularização existencial consonante com a construção do mundo que nos encontramos. Nesse caminhar nos debruçamos sobre algumas reflexões, refletindo, analisando e construindo propostas de atuações de profissionais no contexto das políticas públicas (educação e assistência social) em interface.

O imaginário social sobre as drogas e seus panos de fundo

Nosso desejo aqui não é escrever sobre essa dinâmica nos seus pormenores, mas estabelecer alguns pontos importantes, que nos ajudam a caracterizar o plano clínico que se choca nos encontros com pessoas, e o que precisamos desconstruir em nós. Essa desconstrução se faz importante pelo fato de definirem nas práticas das políticas públicas e profissionais, aquilo que estamos chamando de acolhimento, protagonismo, controle social, participação popular, empodeiramento, território, integralidade, democracia, direitos, cidadania e outros elementos que permeiam ou deveriam permear, a construção das políticas sociais. Ao pensar na questão das drogas é necessário entender o que estamos chamando de drogas. O que se tem chamado de drogas nos tempos atuais e o que se coloca em funcionamento ao se definir por exemplo, o que faz bem e o que se faz mal para os seres humanos. Entendendo que essa é uma estrutura de resposta que ao longo da vida humana algumas sociedades projetaram em algumas substâncias. Pois ao investigarmos essa resposta traz um jogo de interesse econômicos, políticos, relações de poder, de domínio e até mesmo de extermínio de certas pessoas.

Refletir sobre o tema tem caráter de construir possibilidades dentro da prática de um psicólogo e de um professor de educação física. Um profissional da secretaria de assistência social e um professor atuante na EJA, no coração de um estabelecimento educacional. Analisando os entraves burocráticos que permeiam o serviço público e buscando-se inventividade na promoção de rotas de fuga para uma prática social possível, onde a cidadania ganhe corpo para além dos anúncios panfletários e politiqueiros.

Alarcon (2012) nos traz a ideia de drogas dentro de um significado historicamente polissêmico, que pode ser entendido como substâncias ingeridas, como alimento e como não alimento apontando inclusive do chocolate a o mate já terem sido considerados drogas. Mas tomamos de empréstimo a termologia psicoativos. Substâncias psicoativas são aquelas que agem alterando o funcionamento do cérebro (medicamentos, café, álcool (drogas lícitas) e maconha, cocaína e heroína (ilícitas)). Já nos cabendo aqui a pergunta de qual motivo existir a proibição de uma gama de substâncias em detrimento de outras serem liberadas?

Souza (2012) ao iniciar seu texto "Crack e classe social: a face química da criminalização da pobreza", cita as ideias de Antonin Artaud (1986), grande artista Francês, que critica a falsa pronúncia do suposto perigo que o ópio poderia acarretar ao conjunto da sociedade, defendendo essas pessoas que faziam uso do ópio.

Através da analise do texto de Artaud, o autor passeia por uma sequência de pontos históricos que parecem ainda vivos em nossa sociedade. Por exemplo, a ideia de que na Europa é contra o ópio que se voltam as primeiras proibições, sendo o oriente nesse momento o maior produtor quando se inicia as primeiras proibições. Como marca do medo "ao orientalismo e tudo que representava moralmente a cultura das colônias", nessa perspectiva de aversão ao orientalismo, se exemplifica que mesmo o uso da cocaína em larga escala na Europa e Estados Unidos da América (EUA), a droga que vai ser prioritária nas primeiras proibições é ópio, é contra ópio, que é parte de um oriente que

se quer educar (SOUZA, 2012). Defender a sociedade de civilizações tidas como "inferiores", medo ao orientalismo, medo aos imigrantes aos diferentes. Nos EUA as primeiras leis proibicionistas tem foco nos grandes bebedores de cerveja e bebidas destiladas, em sua maioria imigrantes, ou ainda a existência da aversão aos diferentes a partir do ponto de vista do que é destacado como cultura WASP (White Anglo-Saxon Protestant).

Ainda podemos encontrar como pano de fundo a presença política dos EUA pós segunda guerra mundial com grande poder de influência que passa a desempenhar no mundo, marcando e amplificando a repressão ao comércio livre de drogas caracterizados na Convenção da ONU sobre entorpecentes (SOUZA, 2012). Presença de discordância que se inicia em relação ao proibicionismo na fotografia do relatório de 2010 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) onde fica estampada a ineficácia do combate quando se existe quase 80% de crescimento na produção do ópio.

O surgimento do crack tem sua popularização e exportação para o mundo nos bairros pobres americanos, que nos traz o alerta que a medida de se proibir produz o inverso da diminuição do consumo e da oferta, mas uma indução ao crime assim como, uma capacidade criativa de produção de estímulos prazerosos e comercialização. Num momento de repressão aos insumos necessários ao refino da cocaína, descobriu-se outros elementos que provocaram a passagem da cocaína ao crack. Na realidade brasileira, destacando-se que as lógicas de políticas adotadas na cidade do Rio de Janeiro que visam enfrentar o problema do uso de crack, tem intencionalidade de estabelecer o ordenamento urbano e não a recuperação, onde se desconsidera em demasiado princípio de direitos humanos. (SOUZA, 2012). A Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack demonstra a título de exemplo "a complexa e intrínseca relação entre vulnerabilidade social e uso do crack" (BASTOS; BERTANI, 2014).

Retomando análise do cenário internacional, as drogas e o terrorismo de alguma maneira, entram num processo de substituição ao comunismo num argumento de ameaça à democracia mundial. A "guerra às drogas" puxada pelos EUA, e incorporado no Brasil, fortalecem a economia bélica e fomentam intervenções militares, por exemplo, na Bolívia, no Panamá e na Colômbia. Esse desenrolar da guerra ganha caráter transnacional e estado contínuo nas sociedades contemporâneas que como aponta Passos e Souza (2011) tem um caráter "difuso" de intensificar o controle social tornando as drogas como encarnação do mal, propondo a humanidade se unir para combater o mal e ao mesmo tempo ficando a mercê das jogadas políticas a liberdade de escolher quem pode ser o inimigo.

No revezamento entre controle social e ampliação da economia neoliberal vamos ter um exercício de poder e de violência no trato com a questão das drogas consideradas ilícitas. A ideologia de combate às drogas não vai considerar a produção de subjetividade consumista, transferindo geograficamente falando, para os países periféricos a fonte causadora dos problemas que o tráfico de drogas vai gerando. Intensifica-se a responsabilização de favelas e países periféricos por um mercado sustentado por uma lógica de consumo e investida pelos países de primeiro mundo. O que veremos na realidade brasileira é que ao focalizar nas periferias algo transnacional, o que é colocado em prática é o controle militar das camadas pobres. Transformando o combate às drogas em repressão da democracia. Veremos, por exemplo, práticas de tortura muito utilizadas na época da ditadura, agora investidas nas cenas de repressão em comunidades pobres. (PASSOS; SOUZA, 2011).

Ao entrar em contato com o trabalho realizado por Orlando Zaccone intitulado "Acionistas do nada: quem são os verdadeiros traficantes de drogas", somos surpreendidos por um delegado de polícia analisando de maneira crítica uma realidade que vivenciamos como ocupantes de terras brasileiras, onde segundo o delegado estamos diante de uma política criminal irracional que produz danos maiores do que aquilo que pretende proteger, camuflando em nome de proteger a sociedade sua função de punir pobres. Zaccone vai identificar como

"acionistas do nada" os varejistas das drogas ilícitas, pessoas em estado de miserabilidade, alvos fáceis da repressão policial que superlotam presídios. "esticas", "mulas" e "aviões" recebem parte pouca dos lucros do tráfico de drogas, onde não serão contemplados com o valor real do que esse negócio produz. Ficando para nós o entendimento de que o modelo bélico de guerra às drogas ilícitas, se encontra ao serviço de punir os pobres, segregados os estranhos do mundo globalizado, como postulou o autor.

Essa análise sobre o que se busca esconder e produzir com a "guerra às drogas" nos traz a certeza de que não existem respostas simples para uma questão tão complexa.

No que tange a questão dos tratamentos, se temos um "mal" a ser combatido, necessariamente abstinência é prerrogativa às liberdades de escolha. Passamos a considerar que o inverso de drogas, seria a abstinência. Abstinência vai ser o "eixo articulador entre justiça, a psiquiatria e a moral religiosa" (PASSOS; SOUZA, 2011). Garcia, Leal e Abreu (2008) apontam o grande interesse existente de maneira implícita no narconegócio, por exemplo, a grande indústria bélica, exploração camponesa, mercado financeiro, indústria farmacêutica, indústria de bebidas alcoólicas, indústria do fumo e outros. As autoras apontam a relação de forças existente entre a repressão da oferta (quando se configura uma questão de segurança), e quando se torna uma questão de saúde pública onde vai ser tencionado o esforço da repressão da demanda por um lado e as práticas da redução de danos que irão considerar as liberdades, ou seja, a redução de danos é a estratégia que considera demanda e oferta algo real, não deixarão de existir. Esse cenário de interesses e lógicas que não queremos aprofundar nesse texto, estarão traduzidos nas maneiras de entender o fenômeno, de propor práticas e políticas públicas.

No sentido de novas estratégias, Dan Small (2018) propõe que trabalhar com construção de serviços para usuários de drogas é ter início com um olhar duro e frio para nós mesmos e para o que acreditamos, antes de examinar algum grupo alvo. O que acreditamos determina como

abordaremos o assunto. Ter esse olhar duro, para Dan é uma espécie de "auditoria cultural". Assim, esse é o início de qualquer análise que possa ser feito para a especulação de algum trabalho. A disponibilidade para repensar nossos valores e crenças é uma tarefa necessária para atuar na escola e em qualquer outra instituição, como foi o caso dessa experiência, reconhecendo a abordagem de Redução de Danos a mais coerente com a perspectiva de Justiça Social e de Educação Libertadora.

Em uma conversa entre Domiciano Siqueira e Antônio Lancetti sobre Redução de danos vamos acompanhando o desenho das práticas sobre redução de danos e expectativas alcançadas ao logo de um trajeto iniciado na produção de cuidados ao público usuário de drogas ilícitas (LANCETTI, 2014). Primeiramente é necessário entender que por conta da ilegalidade, passa a se construir algumas exposições por conta do uso de drogas proibidas. Pessoas precisam se esconder para usar, passam a consumir substâncias sem nenhuma perspectiva preventiva educacional a respeito do que estarão consumindo, além de não saberem informações sobre o produto a ser consumido que estará em contato com o corpo que consome. O grande consumo de drogas injetáveis é um exemplo. Sem informações, muitas pessoas compartilhavam seringas o que facilitava a transmissão de doenças, assim como a prática sexual realizada sem preservativos. Nos dois exemplos estamos diante de realidades onde, as pessoas não deixam de se relacionar sexualmente por conta do risco de se contaminarem, assim como ninguém deixa de usar uma substância por ela ser proibida. Estamos diante de duas exposições que pela informação e construção por dentro das realidades, temos exemplos de possibilidades possíveis no cuidar da vida.

Pelo fato de entender que o compartilhamento de seringas entre usuários faziam dos mesmos vulneráveis a doenças, pensou-se na possibilidade de se entregar seringas, para que cada pessoa usa-se sua própria seringa. Mas o que o ato de entregar seringas nos coloca sobre as realidades brasileiras vivenciadas por Lancetti e Domiciano?

O ato de entregar uma seringa para a pessoa que deseja usar uma substância ilegal, já tem teor subversivo para ambos (quem entrega e quem consome), se estamos enquadrados nos moldes reproduzidos

com toda essa gama de questões que elucidamos acima e que de alguma maneira podem ser ponto de partida para essa reflexão Superada e colocada em exercício essa auditoria cultural (Dan Small) entregar seringa tinha característica de acolhimento, de não repressão, desvio da culpa, liberdade e preocupação com um dano anunciado e possível de ser evitado.

Essa gama de práticas dialogada por Lancetti e Domiciano (LANCETTI, 2014) substitui a centralidade das intervenções nas drogas, para focar nas pessoas. Nas pessoas e nos territórios afetivos/existenciais e geográficos de uma comunidade e como era a vida nas mesmas. A clareza da importância de se conhecer essas realidades para estabelecer o cuidado faz com que se pense numa ampliação do cuidado, trazendo a crítica de Lancetti no que diz respeito ao nome "reduzir danos", nos colocando a ideia de que o trabalho não é reduzir os danos que uma substância pode trazer, mas ofertar possibilidade de ampliar a vida de uma pessoa, que antes estava centrada na droga, para que ela tenha outros significados, outros relacionamentos, outras possibilidades. Daí ela possa também mudar a maneira de se relacioanar com aquela substância que em outro momento foi um problema. Nessa mesma obra (LANCETTI, 2014) o autor narra uma experiência com meninos em situação de rua usuários de crack onde uma equipe faz um convite para esses meninos passarem um final de semana no sítio de um dos técnicos, ouvem música clássica e conseguem construir uma gama de relacionamentos e afetos diversos, ficando como exemplo a questão da música clássica como um possibilidade de algo diverso para esses meninos. A questão então não esta no reduzir danos, mas no ampliar a vida, de uma maneira real e possível para quem é cuidado e para quem cuida muito mais baseada na escuta, na construção do vínculo, na oferta de cuidados com caráter de garantir direitos desses usuários de acessar serviços mesmo sob efeito de alguma droga, garantindo-se universalidade, equidade, integralidade e outros princípios básicos nessas políticas públicas no qual estamos amparados. Por isso escolhemos nesse texto substituir o nome "redução de danos" por "ampliação da vida".

Por dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) existe um entendimento e uma expectativa quanto à questão das vulnerabilidades. As mesmas são tratadas dentro do SUAS como desencadeadoras de situações que colocam famílias e comunidades em situações de fragilidades e riscos sociais. A intervenção prevista nesse sistema está ligada ao entendimento de proteção social, que tem seu percurso na noção de Assistência Social como direito de todos que assim necessitarem, e dever do Estado como garantidor desse direito. Dentro dessa proposta de construção onde assistência social é um direito do cidadão e dever do estado, fica previsto os mínimos sociais para atendimento das necessidades básicas (BRASIL, 1993). Teremos a partir desse conjunto de leis e diretrizes um sistema – SUAS, que estarão balizando a construção das práticas de assistência social no âmbito dos municípios brasileiros.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. Se faz importante entender a diversidade sócio cultural das famílias para construção de trabalhos que possibilitem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O PNAS ainda aponta algumas características para pensar na questão da matricialidade. Por exemplo: entender a diversidade sócio cultural das famílias. Entender que as transformações ocorridas na sociedade contemporânea ajudaram nas novas formas das famílias se organizarem. Nesse percurso como aconteceu um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e o quanto isso se relaciona com a questão da vulnerabilidade à pobreza. Mostrando o quanto é necessário investir na convivência familiar e comunitária. Pensando

na família, nas comunidades e nos territórios não poderia deixar de fora a questão intersetorial, que coloca o SUAS, dentro de seu objetivo, necessitando integrar uma gama de possibilidades que dependem da intersetorialidade. Em outras palavras a "matricialidade sociofamiliar" só pode ser pensada junto com a prática da intersetorialidade:

> *[...] a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos (BRASIL, 2004, p. 42).*

Essa articulação na qual trata as diretrizes podem ser realizadas por meio dos equipamentos com propostas direcionadas pela própria política, ou podem ser reinventadas. No caso dessa experiência, essa articulação entre Assistência Social e Educação vieram por entender que o segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) traz uma especificidade no campo das políticas públicas educacionais de restabelecer o acesso a escola de famílias marcadas pela impossibilidade no passado de frequentar a escola. Devido a isso, nós e alguns outros autores entendemos a EJA como política de ação afirmativa, que busca a realização de algumas funções na sociedade.

De acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 11/2000 que delibera as diretrizes curriculares da EJA essas funções estão fundamentadas a partir do reconhecimento de que direitos civis que foram negados. A função reparadora da EJA significa que o sujeito possui o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento de igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Busca-se uma sociedade menos desigual e mais justa, não podendo confundir a noção de reparação com o de suprimento. Já a função equalizadora:

> *[...] vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização. (BRASIL, 2000, p. 9)*

Tal função afirma que é preciso de equidade nas oportunidades, os desfavorecidos devem receber mais para garantir acesso e permanência no espaço escolar. Portanto, a permanência é também um fator a ser pensado, exemplo, garantindo alimentação para esses estudantes, escola perto de suas residências, projetos dentro da escola que os motivem a participar de forma ativa no cotidiano escolar, e outros.

Por último, a função permanente ou qualificadora, é o sentido da EJA. A busca pela criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. Essa função, também se configura, um apelo para as instituições para pensar na produção adequada de material didático, de modo permanente e constante, mutável na variabilidade de conteúdo e contemporânea no uso e acesso das tecnologias.

Estas funções são as bases de uma EJA de qualidade, que pensa seu processo de ensinar constantemente. Por esse motivo quando surge o interesse de articulação intersetorial busca-se o aparato de ferramentas pedagógicas condizentes com o princípio da justiça social, entendendo os contextos políticos, econômicos e sociais que atravessam nesse caso o tema das drogas.

Atuar dentro das escolas com a população que vive em situação de vulnerabilidade social, na especificidade da EJA, é garantir os direitos sociais básicos de acordo com o SUAS, porém não de qualquer forma, mas de modo aliado por um desejo pela educação transformadora e libertária. Foi nesse sentido, que propomos essa experiência baseada na criação de um jogo de perguntas e respostas que problematiza questões sociais presentes no dia-a-dia desses trabalhadores que estudam.

A experiência dentro da escola

O projeto inicia com a metodologia de pensar o universo institucional escolar em suas lógicas de funcionamento, com possibilidades de reforçar o pensamento hegemônico ou de criar a partir dele. Havendo ainda a possibilidade mais frequente que é aquela de co-existirem dentro de um mesmo sistema educacional. Para tanto, o mesmo se organiza na possibilidade de trocas com diferentes agentes educacionais (direção, funcionários e educandos). Assim, buscou-se entender o funcionamento das lógicas institucionais, para refletir sobre esses estabelecimentos, e portanto, provocar reflexões que favoreçam o processo de produção de garantia de direitos.

No ano de 2019, a EJA era ofertada em apenas três escolas de Maricá, localizadas em 3 distritos diferentes: 1º-Maricá (centro); 2º- Inoã e 3º- Itaipuaçu. Neste mesmo ano, houve a decisão pelo fechamento de turmas dessa modalidade de ensino, porém o movimento de encerrar turmas e escolas que ofertam EJA não acontece somente em Maricá, vem acontecendo em outros municípios brasileiros. Também foi no ano de 2019, que o presidente da república recém-eleito anunciou o contingenciamento das verbas destinadas a Educação, e já previstas dentro do orçamento federal, para todos os segmentos da Educação Básica e do Ensino Superior Federal. Assim, essas medidas colaboram para um sucateamento das escolas públicas sem precedentes até então, e fortalece uma política que compreende a Educação enquanto um gasto, e não enquanto investimento. Desse modo, prejudicando a garantia de um direito fundamental que é o de acesso a educação pública e de qualidade.

A realidade de Maricá perante seus educandos da EJA vem de uma realidade que não é exclusiva somente desse município. Esses sujeitos, em sua maioria, são trabalhadores que estudam. Educandos que trabalham durante o dia, e alguns que ainda não trabalham, mas são "convidados" a frequentarem as turmas de EJA no período noturno devido a distorção da idade em relação a série escolar. Esse fenômeno é chamado pelos pesquisadores de juvenilização e é tratado como efeito colateral das políticas de responsabilização da escola, diante da expulsão de jovens em defasagem idade-série da escola regular (PEREIRA; OLIVEIRA, 2018).

Nesse processo de fechar a proposta para atuar dentro das escolas foram feitas reuniões com as diretoras das 3 escolas. Para não identificar as escolas, utilizaremos pseudônimos para cada uma das escolas, de acordo com as funções da EJA: Equalizadora, Reparadora e Qualificadora. Na Escola "Equalizadora" o encontro ocorreu somente com professores. Já na Escola "Reparadora" esse encontro ocorreu com a recepção da diretora para uma primeira conversa, e em seguida, com mais duas conversas com grupo de professores, que culminou numa palestra da Assistência Social apresentando o funcionamento da secretaria para toda a escola. Após essa movimentação, ficou decidido que o encontro com alunos seria em grupos reduzidos para ganhar na qualidade dos diálogos. Foi sinalizado nessa escola que o bairro não apresenta muitas oportunidades para os jovens e para a população. Uma professora relata com bastante emoção nos olhos, "perdemos um aluno por semestre".

Já na Escola "Qualificadora" foi o local onde o projeto mais se estendeu. Houve a aceitação de alguns professores, por outro lado, outros entendem que a presença da Assistência Social significa aumento de trabalho. Alguns professores demandaram informações sobre outras secretarias, outro professor sugeriu formação, entre outras demandas.

O trabalho se estendeu por mais dois encontros em horários diferentes para atender maior parte dos profissionais. Realizamos uma explanação sobre a política de assistência social e a redução de danos. Foi esclarecido o papel da Assistência Social e seus equipamentos e

serviços distribuídos pela cidade, e assim, fazendo interface com a educação. Porém houveram dúvidas relacionadas sobre qual seria a proposta efetivamente a ser realizada na escola, tal movimento gerou a impressão de um pedido de fórmula mágica. O que sabemos que a única formula mágica existente que produz mudança é o trabalho em conjunto, compartilhando saberes e assim, pensando em ações coletivas e democráticas dentro e fora da escola. Porém essa ideia ficou confusa para grande parte dos professores.

Jogo da Vida: recurso educacional de diálogo sobre o uso prejudicial de álcool e outras drogas na Escola "Qualificadora"

A utilização dos jogos para o diálogo sobre questões de saúde são dispositivos que já vem sendo utilizados há algum tempo (DIAS; BORGES; PEREIRA, 2016; VASCONCELLOS; CARVALHO; ARAUJO, 2018). Nesse sentindo, após a parceria dos profissionais da Assistência Social e de um professor da Escola "Qualificadora" foi identificado em diálogo com uma das turmas da 8ª fase da EJA a necessidade da discussão do tema álcool e outras drogas.

Após algumas conversas para pensar nas possibilidades de trabalho em parceria com um dos professores de Educação Física da escola, fica decidido usar a estratégia do Jogo da Vida. Um jogo de perguntas e respostas, no formato de um quiz, que emergem a partir da realidade das alunas e alunos da turma. As perguntas surgiram a partir de um questionário aplicado aos alunos sobre suas experiências, desejos e motivações. Após a aplicação os dados foram compilados e utilizados como fonte para a criação das perguntas do jogo.

Para a realização da atividade, contou-se com o apoio da direção da escola e demais funcionários. Foi avisado que seria utilizado o espaço do refeitório da escola, pois seria um ambiente que pela disposição dos bancos e mesas poderia ser um facilitador para o diálogo entre os alunos para discutirem sobre a resposta correta das perguntas. Porém, no dia combinado a equipe diretiva não "lembrou" do combinado realizado, o que levou a um atraso para a organização do equipamento necessário

(notebook e projetor). Enquanto isso, as merendeiras iam preparando a pipoca, que foi servido durante o Jogo da Vida.

Durante a organização da atividade, foi percebido que os inspetores no pátio se relacionam com esses alunos de uma maneira bem preconceituosa, com pouco afeto, e um comportamento totalmente reproduzido pela educação tradicional. Em algum momento um desses inspetores no meio dos educandos me diz: "Não deixe sua mochila em qualquer lugar, eles costumam pegar as coisas!"

A dificuldade na organização estrutural para realizar uma atividade que foge do comum na escola, expõe uma força institucional que esse algo diferente aconteça na escola. Mas de fato esse analisador é fundamental para entender como o estabelecimento escolar nesse contexto está organizado. Pouca interação e pouca coletividade entre professores, alunos e direção. Grupos paralelos e distantes, entre os que trabalham na escola e os alunos, intitulados em alguns momentos como "eles". O relacionamento mesmo no serviço público parece bem empresarial, direção manda e funcionários obedecem. Essas características são percebidas a partir da Cultura Escolar, marcada pela lógica da transmissão de informações, do controle sobre o fluxo comunicacional. Já a Cultura Digital, concepção adotada nas intervenções, é marcada pela horizontalidade, pelos fluxos rizomáticos, que vem instituindo em tornas das tecnologias digitais. (BONILLA; PRETTO, 2015)

A atividade do Jogo da Vida se inicia com apresentação da proposta dentro do refeitório. Os educandos chegam muito eufóricos por conta do futsal que jogavam na quadra anteriormente. Na entrega da pipoca a merendeira dificulta o acesso ao sal, o que leva a uma série de tumultos evitáveis. O cenário da atividade era o de pouco silêncio, dificuldade no entendimento das perguntas projetadas na parede. O professor da escola transita no caos da turma, ao pedir os alunos ouvem.

Um aluno ao ler uma pergunta sente muita dificuldade na decodificação, outro não quer ler – é possível que não saiba. Contudo a atividade não tem a participação e a interatividade esperada. Mas no sentido de se pensar o trabalho, a discussão sobre o tema de álcool

e outras drogas, e de estabelecer uma aproximação dos serviços da Assistência Social à disposição desses educandos, e tentativas que se iniciavam naquele momento. No final ainda houve tempo de diálogo com um casal de alunos que falaram sobre seus projetos de vida e seus sonhos. Esse foi apenas o primeiro encontro da turma com o jogo específico, a partir desse surgiram outros.

O trabalho não se encerrou com a atividade do Jogo da Vida, combinou-se de dar continuidade, recepcionando e criando uma roda de conversa com os alunos em grupos menores. Seria um desafio, até por conta do horário estipulado: antes do horário das aulas. Professor e alunos teriam uma combinação para além do horário programado, demonstrando uma maneira de analisar as implicações e as potencialidades.

Depois dessas reflexões em grupo maior, houveram alguns encontros para combinar como seria preparado as rodas de conversa com educandos da turma da 8ª fase da EJA. Vale mencionar que por várias noites o psicólogo da Assistência Social transitou pela escola, observando que os professores que se dedicam a projetos não recebiam o apoio, e sim, a autorização para trabalhar. Nas oficinas menores, a proposta era estimular a projeção dos projetos de vida desses educandos.

O primeiro grupo de seis alunos foi acolhido no dia 05/06/2019. Os alunos chegaram mais cedo, às 18h, o professor trás o jantar e realizamos junto o jantar. Nessa primeira roda de conversa, a gerente da EJA em Maricá participa para conhecer a atividade e interagir com os alunos e alunas que ali estavam. Expectativas de emprego melhor, ser engenheiro e de uma escola mais aberta foram algumas das demandas que foram externalizadas pelos estudantes. Um dos temas da conversa foi sobre a apropriação da escola, entendendo-a um direito social conquistado e a representação da EJA nesse sistema. Uma das questões lançadas aos alunos foi o que acham do relacionamento na escola, com os funcionários e professores e todos os alunos se sentiam gratos por eles. O professor da escola realça a essa questão do direito: "A escola só muda se fizermos ela mudar". Durante a roda de conversa pensamos coletivamente na possibilidade das Secretarias de Trabalho e Economia Solidária apresentarem suas atuações para essa escola, o que não aconteceu naquele momento.

No dia 12/06/2019 mais um grupo foi convidado para a roda de conversa para trabalharmos o projeto de vida. Nota-se que os alunos que no grupo maior estavam agitados, no grupo menor sentem muita vergonha de conversar, um aluno fica com uma mochila escondendo seu rosto, mas chegaram antes do horário da aula às 18h, conforme combinado. Conversamos sobre os projetos, os mesmos parecem não terem tantos espaços para essas reflexões e por isso, havia uma dificuldade em expressar seus desejos ou projeções para o futuro. O professor relata uma outra postura dos adolescentes naquele espaço, muito tímidos e pouco falantes, o que não era comum.

Nesse segundo dia, com o segundo grupo de estudantes, o que mais surpreendeu foi o momento do jantar na cozinha. Diferente do primeiro grupo em que o professor levou os pratos até a sala, dessa vez fomos juntos buscar na companhia de um aluno que chegara antes do resto do grupo. Faltando cerca de 10 minutos para o horário combinado dos alunos jantarem, ao entrar conosco no refeitório esse aluno é humilhado e convidado a se retirar, quebrando com a lógica amigável de acolhimento e com nosso combinado. A reação da inspetora ao ver o aluno foi como se não fosse permitido estar ali, naquele momento, mesmo com a explicação do professor em relação a atividade fora do horário habitual de aula, a mesma não se convenceu. O que apenas reforça o efeito da dinâmica existente entre alunos e alunas e os funcionários da escola.

Algo que chama a atenção no discurso dos alunos em ambos os grupos foi da dificuldade em encontrar emprego, muitos realizam bicos, ajudam parentes que já possuem alguma ocupação, muitas vezes, no âmbito não formal para conseguir alguma renda. Todos que participaram afirmaram estarem na escola para conseguirem um "futuro melhor". O que significa um futuro melhor para estudantes que frequentam a EJA? O que o Estado provem para esses jovens e adultos que não tiveram as condições para concluir seus estudos na idade respectiva?

O Jogo da Vida enquanto recurso educacional: Instituto Federal Fluminense Campus Avançado Maricá (IFF-Maricá)

No dia 5/06/2019 houve uma outra oficina do Jogo da Vida na IV Semana de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do IFF-Maricá. A proposta foi pautada em uma roda de conversa, onde os alunos participaram do Jogo da Vida (jogo de perguntas e respostas). Em seguida foram convidados a colocar na roda de conversa seus pensamentos e opiniões sobre as problemáticas presentes dentro do Jogo da Vida (preconceito, racismo, uso de álcool e outras drogas, violência, emprego, entre outros). A partir dessa realidade pautada pelos alunos e alunas, houve um momento de finalização onde o foco foi uma conversa sobre os sonhos, as motivações e os desejos a partir da questão "Que escola e sociedade é preciso para alcançar esses sonhos?"

Assim que chegamos ao local, percebemos que alunos estavam participando da organização. O que já demonstra uma outra lógica de apropriação da escola e o pertencimento desses alunos e alunas ao ambiente. No início propomos o jogo com interação de alguns cartões temáticos sobre momentos da vida e acontecimentos, além da música "Não é sério", do Charlie Brown Jr. Os cartões seriam usados após o jogo na estratégia de quando os participantes partilhassem seus projetos de vida, tentar construir na interação com os cartões. Dois grupos de alunos foram divididos, e ao chegarem outros alunos eles iam se incorporando aos grupos já formados.

O professor vai escrevendo a correspondência de perguntas e respostas, e se houve acerto ou erro do grupo. No meio do jogo uma educanda pega a caneta e pede para ela mesma anotar. Houve muita interação nas perguntas, questionamentos, novas elaborações do início ao fim do momento do jogo.

No que pode se analisar a estratégia como disparadora, criticam algumas perguntas, que faz transbordar a ordem do certo e errado no construir juntos na hora, nova ordem instituinte.

Para definir qual grupo iria responder a última pergunta, o professor de Educação Física propõe uma interação para fora da sala de aula onde ocorria a oficina, os alunos aceitam e é feita uma corrida com um representante de cada equipe, aonde quem chegasse a pergunta primeira, ganharia o direito do seu grupo responde-la. Nesse momento houve muita euforia, os alunos e alunas se organizam para uma contagem regressiva para que seus amigos iniciem a corrida. Nesse instante, a euforia incomoda uma professora que estava ali no local.

No retorno trabalhamos os projetos de vida. Uns falam de coisas realizadas em coletivo. Um aluno relata na busca pelo futuro de se conhecer melhor, explorar um contato mais íntimo emocional com ele mesmo. Outro o desejo de viajar e conhecer possibilidades. Outro quer construir projetos sociais. Outros com um objetivo mais próximo de concluir o curso técnico integrado no IFF. Sonhos futuros, sonhos presentes.

Tal experiência mostrou o quanto aquele ambiente e aqueles alunos e alunas possuem perspectivas para o futuro. De modo, reflexivo construíram uma oficina onde o protagonismo deles estavam presentes, e além disso, podiam reconstruir perguntas e refletir sobre as respostas associando com conhecimentos adquiridos em outras esferas da vida. É necessário destacar que o ensino federal pode ser o condutor para instigar tais projeções para o futuro e dinâmicas de vida, para além de um "futuro melhor".

Concepção Do "Jogo Da Vida"- Uma Possibilidade De Trabalho!

Essa experiência traz uma concepção do jogo enquanto recurso pedagógico, para atuar com outras frentes de trabalho no campo educacional, aliando a cultura digital. O primeiro passo, foi conhecer esses alunas e alunos, para isso existem várias metodologias, nesse contexto utilizamos um questionário com perguntas abertas e fechadas, porém pode ser feito em uma roda de conversa, com um dinamizador e um relator. As perguntas do questionário foram as seguintes:

- O que te levou a frequentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

- Como você se autodeclara no quesito raça/etnia? Se preto ou pardo já sentiu/sofreu racismo ou discriminação por conta da sua cor?

- Como você avalia sua motivação para vir à escola?

- Escreva sobre a sua história de vida.

- Você já consumiu algum tipo de droga? Como por exemplo, o álcool, calmantes, cigarro, maconha e outras.

- Você reside em qual bairro de Maricá? O que você tem a dizer sobre ele? Existem espaços de lazer (praças, parques, quadras esportivas, campo de futebol)?

Essas perguntas tem o propósito de conhecer aspectos sociais e da vida dos alunos, após esse panorama isso pode ser ampliado e utilizado no quiz do Jogo da Vida. Assim, como a área de conhecimento da Educação Física foi privilegiado, onde as perguntas passavam por questões sobre a acusação de doping por atletas, uso de anabolizantes, questões de gênero relacionados ao esporte. Além disso, perguntas sobre qual a droga mais consumida no Brasil e no mundo, a diferenciação entre drogas lícitas e ilícitas, entre outras. São inúmeras as possibilidades de atuação frente ao assunto de álcool e outras drogas, assim, essa experiência pode ser reproduzida em todas as áreas de conhecimento, em maior ou menor grau de desenvolvimento. Na Figura 1 é possível ver a interface do Jogo da Vida.



A partir dessa realidade e das perguntas o diálogo deve ser instigado, contribuindo de forma a privilegiar os argumentos dos alunos e alunas, e na tentativa de que isso seja problematizado dentro do seu projeto de vida. Como essas questões, para além da droga, interfere no meu projeto de vida?

Considerações finais

Atualmente, trabalhar no ambiente escolar tem se tornado cada vez mais desafiador. Em meio aos desafios o compromisso ético-político de cada professor/a, direção e demais profissionais precisa ser reafirmado diariamente para que não se perca no pessimismo e na reprodução. Por isso, uma forma de manter vivo este compromisso ético-político é estabelecer parceiros que o auxiliem a pensar e a executar ações junto e não para os estudantes. Não basta boa vontade, precisa-se de estabeler vínculo e confiança, mesmo imerso no caos de dentro da sala de aula. A educação cada vez mais está indo para um caminho de culpabilização do alunado pelo seu desempenho, ou seja, a equipe pedagógica paralisa frente as dificuldades e propõe pouco alternativas. Se a responsabilidade é do coletivo, não deveria sair de dentro do coletivo as propostas para a solução do problema? Qual a análise profunda de educação temos no século XXI? O que de novo estamos fazendo? Apagando incêndio ou transformando vidas?

A educação herdou um lugar tão elevado na arena de quem sabe mais, que nenhum professor/a consegue admitir suas fraquezas e ou reconhecer que não sabe! O tema do uso de álcool e outras drogas cabe nessa reflexão. Dialogar somente sobre os efeitos negativos do uso dessas substâncias licitas e ilícitas já não é suficiente dentro da escola, pois não é só uma questão biológica, mas sim permeia o campo de complexidade macropolítico da sociedade, como exemplificamos nesse texto. Por isso, ensina-los a apreender torna-se mais importante do que dar respostas (modelo de transmissão de conhecimento). O sucesso do aluno vem da sua capacidade criativa de investigação da vida, e na busca por respostas que perturbam sua tranquilidade, mobilizado constantemente pela curiosidade.

Pensar nas alunas e alunos da EJA é refletir a história da desigualdade social do Brasil, constantemente, marcada pela fome ou pela falta – falta de recursos, falta de acesso, falta de oportunidades. Visto isso, porquê reproduzir o método de ensino que auxiliou nessa condução e os fizeram chegar nesse lugar? Recuperar a autoestima dos alunos/as da EJA é o primeiro passo para avançar junto no campo das aprendizagens.

Este texto apenas coloca uma alternativa de trabalho, uma outra possibilidade de linguagem que qualifica temas vividos por nós e por eles. A reflexão a partir do diálogo foi o produto do Jogo da Vida. O lugar do protagonismo não estava na figura do professor, pois as respostas do Jogo da Vida foram retiradas das respostas daquele coletivo. O papel dos mediadores, na figura do professor e do psicólogo, foi o de trazer o que o mundo e os dados científicos das ciências biológicas e das ciências humanas (política, economia, história, sociologia, entre outros) contribuíam para o debate sobre o tema.

Por último, uma reflexão importante nesse texto passa pela mudança cultural que precisamos destacar, que é a ideia do fatalismo presente nos sujeitos oprimidos (FREIRE, 2018). Tal sentimento do fatalismo é aquele que imobiliza, e que reforça a sociedade de classes, produto da exploração na qual se segue uma "desordem organizada". E o pior resultado disso é expresso quando um sujeito que veio das classes populares, busca a educação para "ter uma vida melhor", ou viver o sonho em busca dos padrões e do modo de vida do opressor. Assim, precisamos pensar na pedagogia da solidariedade em nós e com quem trabalhamos, em perspectiva de não precisar mais passar pela falta ou pela necessidade e contribuir para que outras pessoas façam o mesmo movimento.

Referências

ALARCON, Sérgio.

Drogas psicoativas: classificação e bulário das principais drogas de abuso. In: Alarcon, Sérgio e Jorge, Marco Aurélio Soares (Orgs.). Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

ARTAUD, Antonin.

Escritos de Antonin Artaud. Coleção rebeldes e Malditos. Porto Alegre: L&PM. 1986.

BAREMBLITT, Gregorio F. (Orgs.). (2002)

Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática, 4ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1998.

BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson De Luca.

Política educativa e cultura digital: entre práticas escolares e práticas sociais. Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 499-521, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/36433/31292>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 1988, Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Política Nacional de Assistência Social, 2004.

DIAS, C. M.; BORGES, C. F.; PEREIRA, A. M.

Construção de jogo como dispositivo para a aprendizagem colaborativa: algumas estratégias. In: SIMPÓSIO SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA MATERNA E LÍNGUA ESTRANGEIRA (SILID), V SIMPOSIO SOBRE MATERIAIS E RECURSOS DIDÁTICOS (SIMAR), IV, 2016. Disponível em: www.proceedings.blucher.com.br/article-details/22590. Acessado em: 3 de Março de 2020.

FREIRE, Paulo.

Pedagogia do Oprimido. 65 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. 256 pp.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti.

A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. Psicol. Soc., Porto Alegre , v. 20, n. 2, p. 267-276, Agosto. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200014&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 Abril 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli.

Micropolíticas: cartografias do desejo. 12 ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2013 Parecer 11/2000. Brasilia.2000.

BASTOS, Francisco Inácio, BERTONI, Neilane.

Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula.

Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". Psicol. Soc. [online]. 2011, vol.23, n.1. pp.154-162. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100017&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 Abril 2020.

PEREIRA, Talita Vidal; OLIVEIRA, Roberta Avoglio Alves

Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. Estud. Aval. Educ., São Paulo, v. 29, n. 71, p. 528-553, maio/ago. 2018

SMALL, Dam. Criando zonas de aceitação: Ajustando serviços a pessoas em vez de pessoas a serviços. In: ALEXANDER, Bruce K., MERHY, Emerson Elias, SILVEIRA, Paulo (Orgs.).

Criminalização ou acolhimento? Políticas e práticas de cuidado a pessoas que também fazem o uso de drogas [recurso eletrônico] /1.ed. – Porto Alegre : Rede UNIDA, 2018. 733 p. : il. – (Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde)

SOUZA, A. M. de. Crack e Classe Social: A face química da criminalização da pobreza. In: Elizabeth Serra Oliveira ; Paula Vargens. (Org.).

Desafios educativos do fazer cotidiano: diferentes olhares. 1ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012, p. 39-55.

VASCONCELLOS, Marcelo Simão de; CARVALHO, Flávia Garcia de; ARAUJO, Inesita Soares de (Orgs.).

O jogo como prática de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. 134 p. (Coleção Fazer Saúde)



Saúde E Vida Digna Dos Povos

Vivian Camacho Hinojosa

Diretor Nacional de Medicina Ancestral Tradicional do Ministério da Saúde do Estado Plurinacional da Bolívia.

Comissário de Alto Nível "Alma Ata 40 anos" da Região das Américas para a Organização Pan-Americana da Saúde.

Coordenador da Saúde dos Povos Bolívia, ex-representante da Região Andina na Coordenação Latino-Americana dentro do

Movimento Mundial pela Saúde dos Povos.

Parteira quechua, promotora do parto respeitado e parteira ancestral.

Mestre em Agroecologia e Cultura e Desenvolvimento Endógeno na América Latina.

Promotora de Salud Popular junto com comunidades camponesas Comunicador indígena membro da Rede Abya Yala de Comunicação Indígena.

Cirurgião Especialista em Interculturalidade e Saúde, promotor do conhecimento ancestral dos povos indígenas

camachovivian@gmail.com

Resumo

A construção social da saúde deve nos levar a refletir sobre as condições de vida a que as populações estão submetidas, diretamente relacionadas à injustiça social.

Cada evento saúde-doença está diretamente relacionado ao ambiente social, à resposta dos estados às crises de saúde, além de ser diretamente afetado pela presença ou ausência de relações organizacionais comunitárias.

Conhecimento popular em saúde, cuidar das comunidades; o conhecimento ancestral dos povos indígenas está em vigor dentro dos sistemas locais de saúde.

Cada conhecimento é complementado a partir de seu próprio contexto, em um diálogo de respeito ao conhecimento que, em conjunto, se fortalece.

Palavras-chave: Interculturalidade e Saúde, Macrocultura Dominante Hegemônica, Diálogo do Conhecimento, Complementaridade, Justiça Social, Dignidade e Poder popular

Introdução

Como proposta urgente para a saúde das comunidades emerge a possibilidade do encontro de saberes, do diálogo entre as culturas, milhares de culturas coexistem neste momento no mundo; Os povos indígenas possuem conhecimentos acumulados ao longo da história que merecem reconhecimento e promoção; em resposta a crises globais que tornam nosso ambiente natural doente e poluente.

A saúde que queremos é inclusiva, livre de racismo, respeitadora das cosmovisões ancestrais, humana pelo afeto e serviço, intercultural pelos saberes que se complementam e se fortalecem, cuidando da Mãe Terra e se constrói a partir de condições de vida dignas para nossos povos.

Interculturalidade contra-hegemônica em saúde.

Entendemos Interculturalidade como a valorização e o respeito pelo outro, um processo de troca baseado na diversidade e complementaridade.

De um ponto de vista crítico e emancipador, precisamos de uma abordagem intercultural que vá além das relações mercantis de saúde (por exemplo, dialogar com essa cultura em sua linguagem para vender novos produtos de saúde ou impor programas de saúde alheios à realidade cultural); as relações de poder econômico injustas e dolorosamente assimétricas no mundo impõem uma interculturalidade mercantil; que deve ser superada por uma Interculturalidade Contra-hegemônica que transforma a ordem dominante da injustiça social, para um novo processo histórico do mundo onde a dignidade humana e o respeito pela diversidade da vida são o componente central.

A interculturalidade contra-hegemônica torna-se facilitadora do diálogo de respeito entre saberes e práticas entre as diversas visões de mundo, que não só dialogam entre diferentes pessoas, mas também se

complementam e fortalecem seus próprios mecanismos e ações em favor dos povos, que de forma equilibrada procuram conviver em harmonia e respeito.

"A interculturação envolve um processo triplo: afetivo (tratamento humano, não discriminatório), cognitivo (compreender o significado das diferenças culturais e metabolizá-las) e político (empoderamento das comunidades ...)"

A complementaridade surge dessa proposta não apenas como conceito, mas como premissa de ação emancipatória em favor das comunidades.

Saúde é um direito humano, não uma mercadoria.

A saúde é um reflexo do compromisso que uma sociedade assume em defender a equidade e a justiça. A saúde e os direitos humanos devem prevalecer sobre os interesses comerciais globais.

Do grupo de trabalho de Saúde Global, encontramos vários representantes da sociedade civil. Esclarece e projeta o papel da sociedade civil na tomada de decisões sobre políticas públicas globais, "que não fazem por nós, sem nós". Representantes da sociedade civil como observadores e devem ser consultados para o planejamento e a defesa dos direitos humanos, especificamente o direito à saúde. De uma visão comprometida em buscar soluções ou sempre de acordo com o respeito aos direitos humanos, para tomar melhores decisões; livre de conflitos de interesses e da influência do setor privado que só zela pelo lucro sem considerar a saúde um direito, visto que a trata como uma mercadoria.

Vemos as iniciativas de filantropia privada com preocupação, não são organizações democráticas, são um clube fechado de pessoas poderosas com alto poder econômico. Há um grande risco de que o filantrocapitalismo, juntamente com o setor privado, ganhe mais espaço para decisões dentro da OMS.

Apesar de várias observações e questionamentos feitos à OMS, ela precisa da sociedade civil para ter legitimidade, fortalecer a voz da sociedade civil e reorientar a OMS para a Democratização da Governança da Saúde, conseguir uma participação formal da sociedade civil.

Desde as denúncias sobre o direito à saúde, há novamente questões pendentes no sul global; os programas HIV, Tuberculose, Dengue, Chagas, Malária, entre outros, que denotam fortemente uma grande barreira não só de acesso à saúde, mas a iniquidade faz parte desses problemas.

A pandemia traz questões que foram ignoradas ou tornadas invisíveis na sociedade em geral, como o abandono e a injustiça social em que vivem hoje milhões de habitantes. Vários serviços essenciais de saúde foram abandonados devido à pandemia, o acesso a medicamentos foi restringido pela quarentena, graves injustiças sociais agravaram as condições de vida e saúde de milhões de seres humanos durante a pandemia. Denotando que o direito à saúde continua sendo violado no mundo.

Celebração da diversidade da vida: Saberes Ancestrais para o cuidado comunitário da Pachamama

Respeito pelo conhecimento ancestral da comunidade.

É necessário gerar pontes de diálogo de saberes que proporcionem respostas colaborativas e abrangentes, considerando os saberes ancestrais.

Para nos aproximarmos da compreensão da ancestralidade viva nas comunidades andinas, tomo como exemplo para este texto o povo Quechua que faz parte do Tawantinsuyu, , devemos primeiro revisar algumas afirmações, tais como:

O universo, o mundo, o ser humano constituem uma unidade harmoniosa e equilibrada. O equilíbrio se estabelece entre opostos complementares como: quente-frio, feminino-masculino, noite-dia, cima-baixo, velhice-juventude, sol-lua.

A terra é a fonte da vida. Você não luta contra a natureza, mas faz parte dela e por isso a respeita, compreende e aprecia como Mãe.

Todas as coisas se comunicam entre si. Dentro dessa visão de mundo, há um paralelo entre os processos humanos-sociais e os processos ecológicos naturais. Há também um paralelo entre os processos naturais e sobrenaturais entendidos a partir da própria espiritualidade ancestral.

As antigas civilizações pré-colombianas organizaram seus territórios com base nos movimentos do cosmos, tendo como referência principal o Sol (Tata Inti), a Lua (Mama Quilla), o Cruzeiro do Sul (Chakana), sumados a una serie de constelaciones y figuras estelares que involucran a la Vía Láctea y todos los movimientos de estos, alrededor de la Tierra. Logrando identificar centros rituales ceremoniales como observatorios de los somados a uma série de constelações e figuras estelares que envolvem a Via Láctea e todos os movimentos destas, ao redor da Terra. Conseguiram identificar centros rituais cerimoniais como observatórios das estrelas.

Identificando também os ciclos de vida de todos os seres vivos dentro desses ciclos, tanto é que o calendário agrícola ritual de semeadura e colheita ainda está em vigor, as celebrações rituais de nascimentos e mortes continuam em vigor, temos até a festa de "Todos Santos" quando recebemos as almas dos nossos antepassados que nos visitam e abençoam a nossa vida.

É nesse contexto complexo e cultural que se faz necessário buscar a construção de pontes de diálogo a partir das concepções do mundo moderno hegemônico convencional e das visões do mundo indígena ancestral, da revalorização dos saberes ancestrais que constituem a identidade e resistência cultural, além de contribuir para a diversidade que nutre e fortalece o tecido da vida comunitária.

Diálogo de Saberes entre a medicina acadêmica convencional e a medicina ancestral tradicional.

A partir de experiências de trabalho comunitário em aprendizagem mútua e coordenação com a academia, o Diálogo Intercultural e Inter-científico se propõe a fortalecer as ciências dos povos indígenas, para encontrar as formas mais ótimas de compartilhar sabedoria, conhecimento e sentimentos, podendo desenvolver um atitude de maior respeito e sentimento para com outras formas de conhecimento com humildade e solidariedade, que nos ensina a construir a partir da diversidade biocultural.

A partir dessas abordagens, podemos avançar para a construção desse diálogo a partir da pluralidade de visões de mundo, com valores e métodos próprios nas diferentes comunidades de conhecimento, tanto na academia quanto nos territórios indígenas.

Um exemplo duro e direto da necessidade de complementaridade de conhecimentos é um momento crítico e delicado como o atendimento ao parto e nascimento, devido à violência obstétrica institucional (muitas vezes de atitude racista), muitas irmãs indígenas preferem ficar em suas comunidades sem comparecimento ao pré-natal, muito menos ao atendimento institucional ao parto; No entanto, existem exemplos de sucesso em que parteiras e parteiros fazem parte do sistema de saúde em complementaridade de conhecimento e respeito mútuo com o pessoal de saúde institucional.

Um exemplo institucional pioneiro na Bolívia é o trabalho da Direcção de Medicina Tradicional da Caja Petrolera de Salud, que envolveu prestadores de serviços de Medicina Tradicional Ancestral a nível nacional.

Na revista informativa de Medicina Tradicional da Caja Petrolera de Salud, são mencionados os serviços prestados pela Clínica de Medicina Tradicional, havendo actualmente estudos de casos e estudos epidemiológicos das etnopatologias detectadas em consulta; com o seguinte portfólio de serviços:

- Aconselhamento e orientação sobre a utilização dos recursos naturais: plantas medicinais, produtos minerais e outros de origem animal para o tratamento de diversas doenças.

- Aplicação de terapias de harmonização ancestral em casos de: mau humor, susto, infortúnio e problemas de ordem não específica mas que afetam a saúde.

- Diagnóstico de problemas de saúde pelo método ancestral relacionado a costumes, crenças e tradições.

- Aconselhamento e orientação nutricional para a prevenção de diversas doenças.

- Diagnóstico e tratamento de doenças relacionadas ao aparelho digestivo, aparelho respiratório, fígado, rins, dores no abdômen inferior ou abdômen, defesas inferiores, nervos, coração e outras dependendo do caso.

- Aplicação de terapias e fricções no tratamento de dores ósseas, musculares e articulares.

- Aplicação de massagens em caso de: stress, ansiedade, depressão, dor de cabeça, mal do vento ou paralisia facial.

A Medicina Ancestral Tradicional está contemplada desde a Declaração de Alma Ata 1978, reafirmada no documento de Recomendações da Comissão de Alto Nível Alma Ata 40 anos 2019, promovido a partir da Política de Etnicidade e Saúde da OPAS, como parte dos Direitos dos Povos Indígenas pra respeitar a identidade cultural e o uso da medicina ancestral dentro da Convenção 169 da OIT e dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU.

A partir destes acordos internacionais firmados pelos países da região, é um compromisso e uma dívida social para com os povos indígenas, trabalhar pelo reconhecimento e respeito junto à Medicina Tradicional Ancestral como parte dos Sistemas Universais de Saúde de cada país. Saúde como Direito Humano com identidade cultural, diálogo de saberes desde a Interculturalidade e complementaridade.

Conclusões e recomendações.

Desde tempos milenares, os conhecimentos profundos que nos comunicam com o mundo invisível, de outro paradigma de vida e visão de mundo ou cosmovisão, permanecem na memória dos nossos povos; lembrar que somos seres cósmicos e planetários, somos da Mãe Terra, ela nos cuida, nos nutre e nos protege.

Na Bolívia, no contexto atual da população majoritariamente indígena, essas memórias feitas de práticas e saberes atuais permanecem vivas; Somos gratos pela vida, pelo nascimento, pela semente, pela água, pela semeadura, pela colheita, até mesmo pela festa das almas dos nossos ancestrais que vêm nos visitar em novembro; agradecer, então, torna-se não apenas uma palavra, mas um ato sagrado e ritual; existem várias formas de agradecimento, vários momentos e celebrações dentro do calendário de produção e reprodução da vida, é então um quotidiano ritualizado dentro deste calendário agrícola-ritual; que renova nossa

força, alegria, o compromisso de apoiar o nascimento de um mundo digno, livre e solidário.

A ciência ocidental moderna dominante precisa aprender com humildade dos povos camponeses que preservam sua espiritualidade e ritual para redescobrir o humano, com cuidado, com afeto, com ser uma comunidade.

Ainda representa um grande desafio para a comunidade científica, aprender a olhar com respeito para outros saberes, de outras culturas, de outros paradigmas; Por isso, o Diálogo do Saberes, o Diálogo Inter-científico, é urgente, superar o racismo e o individualismo para redescobrir caminhos que nos conduzam a um mundo digno com justiça social e equilíbrio com a Mãe Terra.

Este tempo de pandemia global reflete inquestionavelmente para nós que a injustiça social é uma das primeiras doenças que devemos erradicar , não basta um vírus ameaçar a vida; antes da pandemia, o mundo já estava sob a ameaça de destruição pela ganância capitalista corporativa global; a fome e a dor humana alimentam a necropolítica do poder no mundo de hoje. O fascismo reemergente no mundo, conquistando lugares de decisões públicas em alguns países, reflete para nós que ainda há um longo caminho a percorrer para superar o racismo e o complexo de superioridade da supremacia branca, que é simplesmente a mutilação para o sentido de beleza, crescimento e força que a diversidade traz para toda a vida.

Somos a mesma humanidade, vivendo juntos em uma casa comum, é hora de redescobrir as forças, os caminhos, agregando amor e esforços de nossas comunidades de vida para transformar realidades dolorosas em futuros viáveis para aqueles que vierem depois de nós. Nossos avós e avós, as forças ancestrais, semearam para nós um caminho de beleza e dignidade, é hora de dar as mãos e percorrê-lo juntos.



SALUD Y VIDA DIGNA DE LOS PUEBLOS

Viviana Camacho Hinojosa

Directora Nacional de Medicina Tradicional Ancestral del Ministerio de Salud del Estado Plurinacional de Bolivia.

Comisionada de Alto Nivel “Alma Ata 40 años” de la Región de las Américas para la Organización Panamericana de la Salud.

Coordinadora de Salud del Pueblo de Bolivia, ex representante de la Región Andina en la Coordinación Latinoamericana dentro del Movimiento Mundial por la Salud de los Pueblos.

Partera quechua, promotora del parto respetado y partera ancestral.

Maestría en Agroecología y Cultura Endógena y Desarrollo en América Latina

Promotora de Salud Popular junto a comunidades campesinas

Comunicadora indígena miembro de la Red de Comunicación Indígena Abya Yala.

Médico Cirujano Especialista en Interculturalidad y Salud, promotor de los saberes ancestrales de los pueblos indígenas

camachovivian@gmail.com

Resumen

La construcción social de la salud debe llevarnos a reflexionar sobre las condiciones de vida a las que son sometidas las poblaciones, directamente relacionadas con la injusticia social.

Cada evento de salud-enfermedad está directamente relacionado con el entorno social, la respuesta de los estados a las crisis de salud, además de estar directamente afectado por la presencia o ausencia de relaciones organizacionales comunitarias.

Saberes populares en salud, cuidado de las comunidades; los conocimientos ancestrales de los pueblos indígenas están presentes en los sistemas de salud locales.

Cada saber se complementa desde su propio contexto, en un diálogo de respeto al saber que, en conjunto, se fortalece.

Palabras clave: Interculturalidad y Salud, Macrocultura Dominante Hegemónica, Diálogo de Saberes, Complementariedad, Justicia Social, Dignidad y Poder Popular

Introducción

Como propuesta urgente para la salud de las comunidades emerge la posibilidad del encuentro de saberes, de un diálogo entre las culturas, coexistimos miles de culturas en este tiempo en el mundo; los pueblos indígenas poseemos saber acumulado a través de la historia que merece reconocimiento y promoción; en respuesta a las crisis globales que enferman y contaminan nuestro ambiente natural.

La salud que queremos, es inclusiva libre de racismo, respetuosa de las cosmovisiones ancestrales, humana desde el cariño y el servicio, intercultural desde los saberes que se complementan y fortalecen mutuamente, cuidando la Madre Tierra y se construye desde las condiciones de vida digna para nuestros pueblos.

Interculturalidad Contrahegemónica en Salud.

Entendemos Interculturalidad como la valoración y el respeto del otro, un proceso de intercambio desde la diversidad y la complementariedad.

Desde una mirada crítica y emancipadora necesitamos un abordaje de Interculturalidad que supere las relaciones mercantilistas de salud (ejm. Dialogo con esta cultura en su idioma para venderle nuevos productos de salud o imponer programas de salud ajenos a la realidad cultural); las relaciones de poder económico injustas y dolorosamente asimétricas en el mundo, han impuesto una interculturalidad mercantil; que debe ser superada desde una Interculturalidad Contrahegemónica que transforma el orden dominante de injusticia social, hacia un nuevo proceso histórico del mundo donde la dignidad humana y el respeto por diversidad de la vida son el componente central.

La Interculturalidad Contrahegemónica se torna en facilitadora del diálogo de respeto entre los saberes conocimientos y prácticas entre la diversidad de miradas de mundo, que no solamente dialogan entre diferentes, sino que se complementan entre sí y fortalecen sus

propios mecanismos y acciones en favor de los pueblos; que de manera equilibrada buscan convivir en armonía y respeto.

"La interculturación implica un triple proceso: afectivo (trato humano, no discriminatorio), cognitivo (entender el sentido de las diferencias culturales y metabolizarlas) y político (empoderamiento de las comunidades…)"

Desde esta propuesta emerge la Complementariedad no solamente como concepto sino como premisa de acción emancipadora en favor de las comunidades.

Salud es Derecho Humano no Mercancía.

La salud es un reflejo del compromiso que una sociedad toma para abogar por la equidad y la justicia. La salud y los derechos humanos deben prevalecer por encima de los intereses mercantiles globales.

Desde el grupo de trabajo de Salud Global, nos reunimos varios representantes de la sociedad civil. Para aclarar y proyectar el rol de la sociedad civil dentro de la toma de decisiones sobre las políticas públicas globales, "que no hagan para nosotros, sin nosotros". Los representantes de la sociedad civil como observadores y deben ser consultados para la planificación y abogacía de los derechos humanos, del derecho a la salud específicamente. Desde una visión comprometida buscar soluciones o siempre acorde al respeto de los derechos humanos, para tomar mejores decisiones; libres de conflictos de interés y de la influencia del sector privado que solamente vela por el lucro y la ganancia sin considerar la salud como derecho, ya que la trata como mercancía.

Vemos con preocupación las iniciativas de filantropía privada, estas no son organizaciones democráticas, son un club cerrado de poderosos que tienen elevado poder económico. Existe un gran riesgo de que el filantrocapitalismo junto al sector privado gane mayores espacios de decisión dentro de la OMS.

Pese a diversas observaciones y cuestionamientos que se le hace a la OMS, esta necesita de la sociedad civil para tener legitimidad, fortalecer la voz de la sociedad civil y reorientar la OMS hacia la Democratización de la Gobernanza en Salud, lograr una participación formal de la sociedad civil.

Desde las denuncias respecto al derecho a la salud nuevamente quedan temas pendientes en el sur global; los programas de HIV, Tuberculosis, Dengue, Chagas, Malaria entre otras, que denotan fuertemente una gran barrera no solamente de acceso a la salud, sino que la inequidad es parte de estos problemas.

La pandemia trae asuntos que fueron ignorados o invisibilizados dentro de la sociedad en general, como el abandono y la injusticia social en el que viven millones de habitantes hoy día. Varios servicios esenciales de salud fueron abandonados por causa de la pandemia, el acceso a medicamentos se ha restringido por la cuarentena, la severa injusticia social empeoró las condiciones de vida y salud de millones de seres humanos durante la pandemia. Denotando que el derecho a la salud continúa siendo vulnerado en el mundo.

Celebración de la diversidad de la vida: Saberes ancestrales para el cuidado comunitario de la Pachamama

Revalorización de saberes comunitarios ancestrales.

Se hace preciso generar puentes de diálogo de saberes que proporcionen respuestas colaborativas e integrales, considerando los saberes ancestrales.

Para acercarse a la comprensión de la ancestralidad viva dentro de las comunidades andinas tomo como ejemplo para este texto al pueblo Quechua que es parte del Tawantinsuyu, debemos primeramente revisar algunos enunciados, como ser:

El universo, el mundo, el ser humano conforman una unidad armónica y en equilibrio. El equilibrio se establece entre opuestos complementarios como: cálido-frío, femenino-masculino, noche-día, arriba-abajo, vejez-juventud, sol-luna.

La Tierra es la fuente de la vida. No se lucha contra la naturaleza sino se es parte de ella y por ello se la respeta, entiende y aprecia como a una Madre.

Todas las cosas se comunican unas con otras. Dentro de esta cosmovisión existe un paralelismo entre los procesos humanos-sociales y los procesos naturales-ecológicos. Existe también un paralelismo entre los procesos naturales y sobrenaturales entendidos desde la propia espiritualidad ancestral.

Las antiguas civilizaciones precolombinas organizaron sus territorios en base a los movimientos del cosmos, teniendo como principal referencia al Sol (Tata Inti), a la Luna (Mama Quilla), la Cruz del Sur (Chakana), sumados a una serie de constelaciones y figuras estelares que involucran a la Vía Láctea y todos los movimientos de estos, alrededor de la Tierra. Logrando identificar centros rituales ceremoniales como observatorios de los astros. Identificando además los ciclos vitales de todos los seres vivos dentro de estos ciclos, tal es así que aún está vigente el calendario agrícola ritual de siembras y cosechas, aún están vigentes las celebraciones rituales de nacimientos y defunciones, incluso tenemos la fiesta de "Todos Santos" cuando recibimos a las almas de nuestros ancestros que visitan y bendicen nuestras vidas.

Es dentro de este complejo contexto y entramado cultural que se hace preciso buscar la construcción de puentes de diálogo desde las concepciones del mundo moderno convencional hegemónico y las miradas desde el mundo indígena ancestral, desde la revalorización de saberes ancestrales que constituyen identidad y resistencia cultural, además de contribuir a la diversidad que nutre y fortalece los tejidos de vida comunitarios.

Diálogo de Saberes entre la Medicina Académica Convencional y la Medicina Tradicional Ancestral.

Desde experiencias de trabajo comunitario en mutuo aprendizaje y coordinación con la academia, se propone el Diálogo Intercultural e Intercientífico para el fortalecimiento de las ciencias de los pueblos originarios, para encontrar las maneras más óptimas de compartir sabidurías, conocimientos y sentimientos, siendo capaces de desarrollar una actitud de mayor respeto y sentimiento ante otras formas de conocimiento con humildad y solidaridad, que nos enseñe a construir desde la diversidad biocultural.

A partir de estos enfoques podemos avanzar a la construcción de este diálogo desde la pluralidad de visiones de mundo, con sus propios valores y métodos dentro de las diferentes comunidades de conocimiento, tanto en la academia como dentro de los territorios indígenas.

Una muestra dura y directa de la necesidad de complementariedad de saberes es un momento crítico y delicado como es la atención del parto y nacimiento, por causa de la violencia obstétrica institucional (muchas veces desde una actitud racista), muchas hermanas indígenas prefieren quedarse en sus comunidades sin acudir a controles prenatales, mucho menos a la atención del parto institucional; sin embargo existen ejemplos exitosos donde las parteras y parteros hacen parte del sistema atención de salud en complementariedad de saberes y respeto mutuo con el personal de salud institucional.

Un ejemplo institucional pionero en Bolivia es el trabajo de la Dirección de Medicina Tradicional dentro de la Caja Petrolera de Salud, que ha involucrado prestadores de servicio de la Medicina Tradicional Ancestral, a nivel nacional.

En la revista informativa de Medicina Tradicional de la Caja Petrolera de Salud, se mencionan los servicios que ofrece el Consultorio de Medicina Tradicional, contando actualmente con estudios de caso y estudios epidemiológicos de las etnopatologías detectadas en consulta; con la siguiente cartera de servicios:

- Consejería y orientación sobre el uso de recursos naturales: plantas medicinales, productos minerales y otros de origen animal para el tratamiento de diversas enfermedades.

- Aplicación de terapias ancestrales de armonización en casos de: ánimo decaído, susto, infortunio y problemas de orden no específico pero que afectan a la salud.

- Diagnóstico de problemas de salud mediante método ancestral relacionadas con las costumbres, creencias y tradiciones.

- Consejería y orientación nutricional para la prevención de diversas enfermedades.

- Diagnóstico y tratamiento de enfermedades relacionadas con vías digestivas, vías respiratorias, hígado, riñones, dolor en bajo vientre o abdomen, defensas bajas, nervios, corazón y otros de según al caso.

- Aplicación de terapias y fricciones para el tratamiento del dolor de huesos, músculos y articulaciones.

- Aplicación de masajes en caso de: estrés, ansiedad, depresión, dolor de cabeza, mal de aire o parálisis facial.

La Medicina Tradicional Ancestral, es contemplada desde la Declaración de Alma Ata 1978, reafirmada en el documento de Recomendaciones de la Comisión de Alto Nivel Alma Ata 40 años 2019, promovida desde la Política de Etnicidad y Salud de la OPS, como parte de los Derechos colectivos de los pueblos indígenas al respeto a la identidad cultural y empleo de la medicina ancestral dentro del Convenio 169 de la OIT y los Derechos de los Pueblos Indígenas de la ONU.

Desde estos convenios internacionales signados por los países de la región, es un compromiso y deuda social con los pueblos indígenas, trabajar en reconocimiento y respeto junto a la Medicina Tradicional Ancestral como parte de los Sistemas Universales de Salud de cada país. Salud como Derecho Humano con identidad cultural, diálogo de saberes desde la Interculturalidad y complementariedad.

Conclusiones y Recomendaciones.

Desde tiempos milenarios quedan en la memoria de nuestros pueblos, saberes profundos que nos comunican con el mundo invisible, desde otro paradigma de vida y visión de mundo o cosmovisión; para recordar que somos seres cósmicos y planetarios, somos de la Madre Tierra, ella cuida de nosotros, nos alimenta y resguarda.

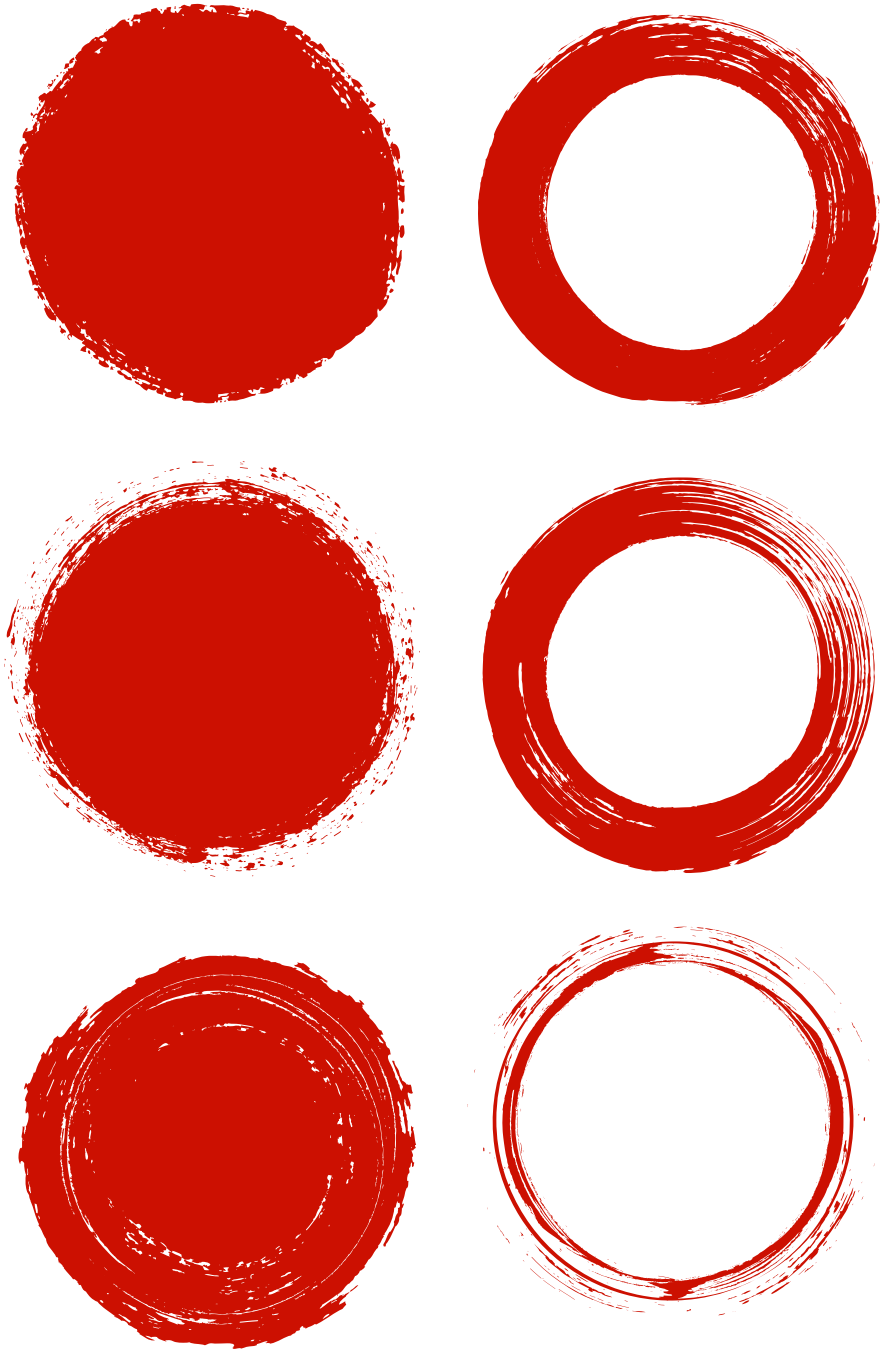
En Bolivia, dentro del actual contexto de población mayoría indígena, quedan vivas estas memorias hechas prácticas, saberes y conocimientos vigentes; agradecemos por la vida, por el nacimiento, por la semilla, por el agua, por la siembra, por la cosecha, incluso por la festividad de las almas de nuestros ancestros que llegan a visitarnos en Noviembre; agradecer se torna entonces no solamente una palabra, sino un acto sagrado y ritual; existen varias maneras de agradecer, varios tiempos y celebraciones dentro del calendario de producción y reproducción de la vida, es entonces una vida cotidiana ritualizada dentro de este calendario agrícola-ritual; que nos renueva las fuerzas, la alegría, el compromiso de apoyar a nacer un mundo digno, libre y solidario.

La ciencia moderna occidental dominante, necesita aprender con humildad de los pueblos campesinos que conservan su espiritualidad y ritualidad propia para reencontrarnos con lo humano, con el cuidado, con el cariño, con el ser comunidad.

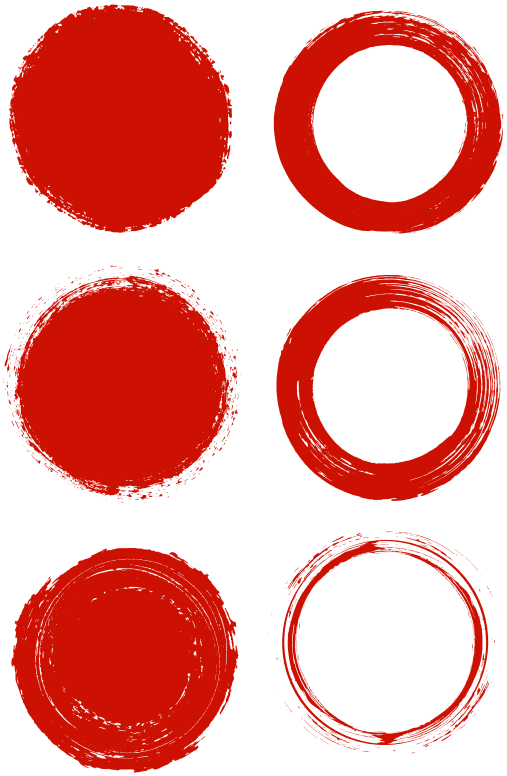
Representa todavía un gran reto para la comunidad científica, aprender a mirar con respeto otros conocimientos, de otras culturas, de otros paradigmas; por esto mismo es urgente el Diálogo de Saberes, el Diálogo Intercientífico, superar el racismo y el individualismo para poder reencontrar caminos que nos lleven a un mundo digno con justicia social y equilibrio con la Madre Tierra.

Este tiempo de pandemia global, nos refleja indiscutiblemente que la injusticia social es una de las primeras enfermedades que debemos erradicar, no basta con que un virus amenace la vida; antes de la pandemia ya estaba el mundo bajo la amenaza de destrucción por causa de la codicia capitalista corporativa global; el hambre y el dolor humano alimentan la necropolítica del poder en el mundo actual. El facismo reemergiendo en el mundo, ganando sitios de decisiones públicas en algunos países, nos refleja que aún queda mucho camino por recorrer para superar el racismo y el complejo de superioridad de la supremacía blanca, que es simplemente la mutilación para el sentido de belleza, crecimiento y fortaleza que aporta la diversidad a la vida entera.

Somos una misma humanidad, conviviendo en una casa común, es tiempo de reencontrar las fuerzas, los caminos, sumando cariños y esfuerzos desde nuestras comunidades de vida para transformar realidades dolorosas, en futuros viables para quienes vienen después de nosotros. Nuestros abuelos y abuelas, las fuerzas ancestrales, sembraron para nosotros un camino de belleza y dignidad, es tiempo de tomarnos las manos y recorrerlo juntos.



Registros



“Rat Park” e o Futuro das Pesquisas sobre Adições

Bruce K. Alexander
Professor Emérito, Simon Fraser University,
Vancouver, Canadá

alexander@sfu.ca

Resumo

Os experimentos do Rat Park ocorreram há quatro décadas. Eles mostraram que ratos alojados em um ambiente social relativamente normal beberam pouco de uma solução de morfina, mesmo quando foram forçados a consumir grandes quantidades de morfina antes do início do experimento.

Em contraste, os ratos alojados em isolamento social consumiram grandes quantidades da solução de morfina. Esses experimentos, junto com muitos outros estudos experimentais e clínicos em animais e seres humanos realizados desde então, mostram que as drogas opióides não causam dependência incontrolável em animais ou pessoas.

Esses experimentos levantam a possibilidade revolucionária de que o vício humano possa ser controlado, garantindo que as pessoas vivam em ambientes que fornecem necessidades básicas e conexão social, como o Rat Park.

Apresentei alguns dados de aborígenes canadenses e países nórdicos para indicar o tipo de pesquisa que pode ser necessária para avaliar e estender essa conclusão esperançosa.

Palavras-chave: parque dos ratos, drogas, adições, pesquisas, dependentes químicos, viciados

Você já deve ter ouvido falar de "Parque dos Ratos". É uma série de experimentos com ratos e drogas que podem causar adição que meus colegas e eu realizamos há quatro décadas na Universidade Simon Fraser em Vancouver, Canadá.

Recentemente, o Parque dos Ratos tornou-se um tema popular em livros, artigos e documentários na América do Norte e Europa (por exemplo, Hari, 2015; Hot Docs, 2019). Há até uma excelente história em quadrinhos de ciência sobre Parque dos Ratos (McMillan, 2013)! Quando pesquisei "Parque dos Ratos "no google, na semana passada, encontrei mais de 250.000 resultados de pesquisa. Mas 30 ou 35 anos atrás os resultados teriam sido bem diferentes, já que os experimentos do Parque dos Ratos tinham desaparecido do domínio público depois que foram publicados por volta de 1980. Eles só foram recentemente redescobertos e popularizados, à medida que as atitudes públicas em relação a adição mudaram.

Hoje, os experimentos do Parque dos Ratos são frequentemente discutidos e elogiados na mídia popular e, por vezes, simplificados demais e super generalizados. Claro que agradeço os elogios e sei que a super generalização faz parte de qualquer discussão vigorosa. No entanto, quero usar este artigo para reexaminar os experimentos do Parque dos Ratos com muita precisão (embora em linguagem não técnica). Vou contar a história de uma forma que sugere uma direção revolucionária para futuras pesquisas sobre a adição humana, que, na minha opinião, pode fazer parte da missão do novo Observatório da Adição que está voltando à vida no Brasil.

A história começa com minha própria educação infantil sobre a adição em drogas na América do Norte nos anos 50. Meus pais, ministros, professores e até histórias em quadrinhos infantis estavam todos aterrorizados com adictos em heroína durante o pânico da adição em heroína naquela época. A primeira lição que me lembro agora começou com uma história em quadrinhos de super-heróis em 1950. Batman, meu herói favorito, estava bravamente lutando contra o crime, como sempre. Ele perseguiu criminosos em uma localidade ruim de Gotham City, onde eles estavam atacando violentamente um "drogado"

– uma palavra que eu ainda não entendia já que era apenas uma criança de 10 anos, apesar de eu já ter ouvido isso antes. Batman se escondeu atrás de um prédio e esperou até que os vilões tivessem espancado o "drogado", o deixando inconsciente. Alguns dias depois, Batman os prendeu enquanto roubavam um banco e os entregou à polícia. Tudo estava bem de novo em Gotham City!

No entanto, um problema sério persistia no meu juvenil entendimento. Batman sempre vinha para o resgate quando alguém estava sendo ferido! Por que ele não salvou aquele "drogado" e prendeu os criminosos enquanto eles estavam batendo nele? Além disso, o que exatamente era um "drogado"?

Virei-me para o meu mais alto modelo moral, meu pai, para esclarecimentos. Meu pai explicou que os "drogados" eram tão irremediavelmente adictos em uma droga chamada heroína, que eles se referiam como "lixo", já que ninguém se importava com o que aconteceu com eles, nem mesmo o Batman. Os "drogados", ele disse, cometerão crimes terríveis porque uma vez que eles começam a usar heroína, eles não se importam com mais nada. Eles vão cometer qualquer tipo de crime ou perversão para obter a droga deles! A geração do meu pai trancou pessoas que eram adictas em heroína em uma história de adição em que o único fato realmente importante era que a droga produzia uma transformação demoníaca naqueles que se atreveram a experimentá-la. Eu chamo essa história de "mito das drogas demoníacas".

Perguntei ao meu pai se ele se importava quando os gângsteres batiam num drogado. Ele hesitou, e então respondeu: "Não." Eu ainda me lembro perfeitamente daquele momento chocante de 70 anos atrás - ele sabia que estava me chocando, e ele se importava com isso. Mas ele sempre contava a verdade, como ele sabia. Ele rapidamente acrescentou que em seu estado "drogado", eles provavelmente não sentiriam nenhuma dor, então eu não deveria me preocupar com eles.

Depois de muitas lições semelhantes da minha cultura sobre adição, eu finalmente cheguei na graduação em psicologia no início da década

de 1960. Lá, me ensinaram o mesmo mito de drogas demoníacos sobre a adição só que em linguagem mais científica. A maioria dos psicólogos profissionais do início da década de 1960 acreditava seriamente que os adictos em heroína não tinham preocupações reais além de seu incontrolável apetite por heroína, porque seu uso de drogas os infectara com torturantes sintomas de abstinência que os escravizavam. Eles também acreditavam que métodos de pesquisa empírica, particularmente pesquisas comportamentais em ratos, controlariam a adição através de alguma forma de "contra condicionamento".

Na década de 1970, quase todos no Canadá – incluindo eu – apoiavam entusiasticamente a "Guerra às Drogas". O mito das drogas demoníacos fez a guerra às drogas parecer totalmente lógica. Uma vez que a droga demoníaca transformou seres humanos normais e inocentes em "drogados" sem esperança, é claro que nenhuma contramedida pode ser muito severa! Nenhuma punição poderia ser muito grande para aqueles indivíduos ou gangues que estavam dispostos a espalhar a praga para jovens inocentes, destruindo suas vidas. Uma vez que as pessoas se tornavam adictas, é claro que tinham que ser forçadas a fazer tratamento, porque nunca o escolheriam voluntariamente. Nenhuma propaganda para assustar as pessoas de experimentar drogas pode ser muito exagerada, porque "é tão bom nem tente uma única vez" (Murphy, 1922/1973; Smith & Gay, 1972).

Naquele momento, o mito da droga demoníaca estava sendo espalhado por políticos, líderes religiosos e ativistas antidrogas bem intencionados, incluindo alguns dos meus colegas de psicologia. Estava sendo divulgado incessantemente na televisão, nos filmes e nas revistas populares.

A adição demoníaca da heroína foi demonstrada pela pesquisa psicológica daqueles dias sobre sintomas de abstinência e "condicionamento comportamental" em ratos e seres humanos. O cérebro era a base orgânica do condicionamento, e havia muitas ideias concorrentes sobre os "mecanismos cerebrais" envolvidos. Psicólogos e outros alegaram que a adição tinha finalmente sido compreendida com precisão pela ciência, embora os métodos científicos fossem precisos, as

conclusões eram realmente muito vagas e difíceis de entender (Wikler & Pescor,1967). Mas isso estava prestes a mudar...

Um mecanismo neuroquímico amplamente aceito foi adicionado com entusiasmo à explicação científica da adição em meados da década de 1970. Era dito que a heroína imitava os efeitos dos neurotransmissores de sensação de bem estar natural do cérebro, "endorfinas", criando uma insensibilidade à ocorrência natural de endorfinas e uma necessidade incontrolável de encontrar mais heroína de alguma maneira. Naquele momento, o mito da droga demoníaca estava a caminho de se tornar não apenas uma teoria psicológica, mas um credenciado" modelo de doença cerebral da adição".

Ainda mais dramaticamente, a história da droga demoníaca foi colocada em uma base científica mais segura por pesquisas em ratos e macacos confinados em câmaras de condicionamento operante, que "auto-administravam" grandes quantidades de opiáceos e outras drogas apenas pressionando pequenas alavancas na parede que produziam uma injeção imediata em suas veias jugulares através de um tubo ligado ao topo da câmara. Nesses experimentos alguns dos ratos esqueciam de comer quando tinham acesso a drogas que podem causar adição, e alguns morreram de fome. Essas descobertas foram amplamente utilizadas para provar que todos os mamíferos, incluindo os seres humanos, inevitavelmente perderiam o controle se as drogas opiáceas estivessem disponíveis para eles. A Guerra contra as Drogas deve continuar!

O governo americano divulgou esta versão cientificamente reforçada da história da droga demoníaca a toda velocidade, e o governo canadense e a mídia se juntaram. A linguagem da pesquisa era científica, embora os filmes e programas de televisão da época apresentassem imagens poderosas de "drogados" que pareciam imagens bíblicas de pessoas possuídas por demônios.

Não havia razão para eu desafiar o mito das drogas demoníacas. Eu tinha crescido com ele e agora tinha apoio universal cultural, baseado em métodos de pesquisa que eu tinha aprendido durante a graduação.

Eu acreditava na ciência na época, e eu ainda acredito, mesmo quando é controverso como a ciência de hoje em torno de Covid-19 e a mudança climática global. (Acredito especialmente na pesquisa global de clima hoje assim como acredito em escrever esta frase em setembro de 2020, em uma espessa nuvem de fumaça que vem em mega incêndios florestais sem precedentes na costa oeste da América do Norte!)

Eu acreditava no que os cientistas da adição estavam me dizendo, mas até então, eu não tinha conhecido uma única pessoa que era adicta em drogas! Eu precisava de informações em primeira mão para que eu pudesse fazer minhas palestras sobre adição na universidade. Então, eu me voluntariei como terapeuta em uma agência local de prescrição de metadona no coração da área de uso de heroína de Vancouver. Minha tarefa na agência era convencer os usuários de heroína, que estavam recebendo manutenção de Metadona, para parar de cobrir suas prescrições legais de Metadona com heroína ilegal, e gradualmente se desmamar da manutenção da Metadona.

Esta foi uma tarefa fascinante para um jovem psicólogo. E isso exigia que eu falasse com pessoas adictas em drogas todos os dias. Isso foi bastante assustador para mim, porque me ensinaram que embora os "drogados" fossem doentes e fracos, eles também eram mentirosos sobre-humanos espertos e, como eles não se importavam com nada além de heroína, eles provavelmente me enganariam ou me ameaçariam para conseguir meu dinheiro.

Eu estava aterrorizado no meu primeiro dia de trabalho. Eu me preparei atrás da minha grande mesa de madeira. Então, para minha surpresa, um ser humano entrou no meu escritório, atravessou a sala, sentou-se em uma cadeira, e anunciou que ele seria o "drogado" que eu curaria.

Meu maior choque naquele trabalho foi descobrir que os "drogados" eram na verdade seres humanos com senso de humor, bem como interesses e necessidades além do uso de drogas. Eles estavam felizes em falar sobre si mesmos enquanto eu ouvia e não os dava lições com

teorias de adição que eu havia aprendido com meus professores de Psicologia. Eles pensavam que essas coisas eram estúpidas.

A maioria dos homens e mulheres adictos que se sentou à minha frente naquela mesa era apenas um pouco mais jovem do que eu, mas eles estavam cansados, maltratados e miseráveis de viver como "drogados" em um mundo hostil. Enquanto elaboravam suas histórias muito diferentes, surgia um tema geral que foi totalmente inesperado. Eles geralmente não se imaginavam sob controle de uma droga demoníaca, exceto quando era conveniente pensar dessa forma, por exemplo, quando se falava com um parente ou um juiz. Em vez disso, eles se viam como tendo acesso ao alívio da heroína que ajudava a funcionar normalmente e também lhes dava algum prazer. Também vi por suas histórias coloridas que o uso de heroína estava proporcionando a eles uma vida de aventuras tentando enganar a cidade e a polícia nacional, e muitas vezes tendo sucesso. Muitos deles também viam no uso da heroína, uma maneira de protestar contra a feiura e a hipocrisia da sociedade "não adicta". A maioria deles não manifestou interesse algum em sair da adição. Eles só estavam falando comigo porque era um requisito que eles me encontrassem antes que pudessem receber sua Metadona. Depois que eles tomavam sua Metadona, eles voltavam para suas vidas de aventura que se centravam em encontrar mais heroína.

Embora eles passassem a maior parte do tempo desesperadamente procurando dinheiro suficiente para pagar por esta droga, na maioria das vezes por tráfico, roubo ou prostituição e embora eles fossem brutalmente manipulados pela polícia canadense na diária guerra às drogas e tivessem as cicatrizes para comprovar isso, eles também ganhavam uma importante identidade e sentimento de solidariedade na comunidade de usuários de drogas que também estavam perseguindo heroína e sendo perseguidos pela polícia. A identificação foi ainda mais avançada porque eles podiam se identificar com as celebridades viciadas daquela época. Eles não queriam falar comigo sobre seus problemas psicológicos, mas sim sobre as gangues e o estilo de vida aventureiro, incluindo seus encontros com a polícia! Contradizendo a velha história de drogas demoníacas, eles me disseram de cem maneiras diferentes que eles não estavam fora de controle, mas vivendo as vidas da maneira

mais significativas que poderiam, sendo construtivas, dadas suas inseguranças pessoais, sua falta de educação, e/ou sua adesão à classe menos favorecida, e seu profundo desrespeito pela cultura "não adicta". Claro, eles também me contaram outras histórias conflitantes, mas o tema que surgiu em equilíbrio me pareceu bastante claro. Pesquisas mais recentes com entrevistas sobre usuários de Metadona relataram descobertas semelhantes (Frank, 2018).

Como um novo professor universitário de psicologia, eu estava ansioso para compartilhar essas conversas surpreendentemente complexas com meus alunos, e levantar a possibilidade de que talvez o mito da droga demoníaca poderia não ser toda a história.

Alguns dos meus alunos de graduação estavam muito interessados nessas novas ideias, mas outros me lembravam com raiva que eu estava ignorando a história das drogas demoníacas. Um aluno, na verdade, gritou seu desentendimento da fila de trás de uma sala de aula: "Os caras estão mentindo. Você não sabe sobre os ratos? Por "ratos", ele quis dizer os ratos em câmaras de condicionamento operante, que tinham um apetite ilimitado por drogas. Esse aluno – ainda me lembro de sua voz raivosa e linguagem corporal – sem saber instigou um conjunto de experimentos psicológicos, que chamamos de "Parque dos Ratos".

Os experimentos da Câmara de condicionamento operante, tinham fraquezas lógicas óbvias. O mais óbvio era que os ratos estavam em confinamento solitário e isolamento sensorial, tanto nas câmaras quanto em suas gaiolas. Mas ratos são naturalmente criaturas sociais e curiosas. Talvez estivessem apenas consumindo a heroína para aliviar sua angústia, como pessoas em confinamento solitário ou em dor pós-cirúrgica. O segundo mais óbvio foi que os resultados das Câmaras de condicionamento operante, estavam sendo ridiculamente exagerados. Apenas alguns dos ratos experimentais em circunstâncias especiais morreram de fome! A droga tinha que estar disponível o tempo todo, e os ratos não tinham exatamente nada mais para fazer a não ser pressionar a alavanca na parede. A maioria das pessoas que proclamaram os estudos da Câmara como evidência não tinha conhecimento real dos detalhes experimentais.

Nosso grupo de estudantes e professores pesquisadores da Universidade Simon Fraser, no Canadá, incluindo inicialmente, Patricia Hadaway, Robert Coambs, Barry Beyerstein, e eu propunha investigar experimentalmente como ambientes físicos e sociais afetam o uso de opioides por ratos. Não havia como obter uma bolsa de pesquisa para este tipo de pesquisa, porque todas as bolsas daquela época eram baseadas nas suposições do mito da droga demoníaca. No entanto, nossa universidade generosamente financiou a pesquisa por um tempo. Usamos ratos albinos do laboratório Wistar "Velha Colônia", que são criaturas extremamente sociáveis, curiosas e ativas. Seus ancestrais selvagens, ratos noruegueses, são animais intensamente sociais (Lore e Flannelly 1977) cujas respostas sociais permanecem em grande parte intactas mesmo após centenas de gerações de reprodução laboratorial (Grant 1963). A droga opioide usada nos experimentos do Parque dos Ratos foi o cloridrato de morfina, um sal de morfina que foi usado em tônicos de morfina que foram prescritos para consumo oral no Canadá naqueles dias sob cuidado médico minucioso e rigoroso. Heroína, Oxicodona e Fentanil têm quase exatamente os mesmos efeitos que a morfina em seres humanos, tanto no tratamento médico quanto em ambientes ilícitos, embora difiram no quanto de droga é necessária para produzir esses efeitos. A crise de overdose de opioides de hoje nos Estados Unidos e Canadá fornece um lembrete poderoso de que a injeção não é uma parte necessária da adição em opioides. Um número assustadoramente grande de pessoas tornou-se perigosamente adicto em opioides, como Oxicodona e Fentanil, tomados oralmente (por exemplo, Quinones, 2015).

Projetamos os estudos do Parque dos Ratos para determinar se ratos no isolamento da habitação estéril (ambiente no qual não há atividades a serem desenvolvidas), semelhante ao usado nos estudos da Câmara, ingeririam mais morfina do que animais em ambientes mais naturais. Construímos um ambiente habitacional que imitava o ambiente natural dos ratos e o chamamos de "Parque dos Ratos". Era espaçoso, com cerca de 200 vezes a área de uma gaiola de habitação individual padrão ou de uma Câmara de condicionamento operante. Também foi estimulante: paredes e objetos pintados, como latas e aparas de madeira, para os ratos explorarem e os manipularem. Talvez o mais importante, abrigava uma colônia inteira de ratos ao mesmo tempo: dezesseis a vinte ratos de ambos os sexos, e, com o passar do tempo, muitos ratos bebês andando por lá.



Figura 1. Parque dos Ratos, vista aérea.

Medimos o consumo de morfina de ratos que eram enjaulados individualmente 24 horas por dia simplesmente prendendo uma garrafa de bebida contendo uma solução de morfina ao lado da garrafa de água regular na frente da gaiola. A pesagem de ambas as garrafas fornecia regularmente uma medida de quanta solução de drogas e água sem drogas era consumida todos os dias.

Robert Coambs inventou e construiu um dispositivo mais complexo para medir o consumo individual no Parque dos Ratos. O dispositivo fornecia uma pequena abertura através de um túnel curto no Parque dos Ratos que permitia que um rato de cada vez entrasse. O rato poderia escolher entre os dois dispensadores de gota. Um dispensador continha a solução com a droga e o outro continha a solução de controle inerte. O dispositivo registrava automaticamente quantas vezes cada rato entrava no túnel e ativava cada dispensador de gotas, enquanto uma câmera fotoeletricamente ativada registrava uma marca de identificação de corante na parte de trás do animal (ver Coambs et al. 1980 para descrição completa). Convertemos os dados das taxas de consumo bruto em três medidas do consumo diário de morfina de cada rato: miligramas de solução de morfina, mg morfina/kg (peso corporal) e proporção de solução de morfina por consumo total de fluidos.

As soluções de morfina têm um gosto desagradável e amargo para os seres humanos e também para os ratos. Os ratos rejeitavam as soluções de morfina com os mesmos sinais de aversão que eles mostravam para qualquer solução extremamente amarga, como sulfato de quinina na água. Oferecer uma escolha simples entre a água e a solução de morfina não nos dizia nada, porque os ratos tomavam apenas uma gota ou duas das soluções de drogas e ignoravam-na depois disso. Então tivemos que descobrir uma maneira de superar a resistência natural dos ratos ao gosto amargo da solução de drogas. Felizmente, Khavari et al. (1975) haviam pesquisado misturas de morfina e sacarose que eram doces o suficiente para que os ratos as bebessem em preferência à água em quantidades suficientes para produzir sinais de retirada quando a solução fosse removida.

Consumo de morfina em ratos sem experiência prévia de drogas opioides

O design experimental que tornou nosso experimento padrão do Parque dos Ratos mediu diferenças no consumo de solução de morfina adocicadas entre dezoito ratos (nove de cada sexo) alojados individualmente em pequenas gaiolas, e o mesmo número de ratos que vivem em uma colônia do Parque dos Ratos (Hadaway et al. 1979). Os ratos não tinham experiência com drogas opioides antes do experimento.

Para determinar se os dois ambientes habitacionais produziam diferenças na atração pelo sabor do açúcar, a fase inicial do experimento ofereceu aos ratos uma escolha entre água sem sabor e solução de açúcar sem morfina. A segunda fase ofereceu aos ratos uma escolha entre água e uma solução de morfina. Em cinco fases subsequentes do experimento, a solução contendo morfina tornou-se cada vez mais palatável para os ratos em cada fase sucessiva, sendo aumentando a concentração de açúcar ou diminuindo a concentração de morfina. Numa fase final, os ratos novamente tiveram uma escolha entre água pura e solução de açúcar.

Os ratos enjaulados individualmente ingeriram muito mais morfina do que os animais alojados no Parque dos Ratos (ver Figura 1). Os resultados não se devem à preferência pela solução de água com açúcar, pois não houve diferença na preferência por água com açúcar na fase inicial, e os animais do Parque dos Ratos realmente beberam significativamente mais da solução de açúcar na fase final. Nas primeiras fases em que a solução de morfina e açúcar foi usada, alguns ratos em ambos os ambientes não beberam nenhuma solução de morfina. À medida que o sabor ficou mais adocicado e agradável ao paladar, os ratos enjaulados aumentaram drasticamente seu consumo de morfina, enquanto aqueles no Parque dos Ratos aumentaram o consumo de morfina numa quantidade bem menos significativa. As diferenças no consumo de morfina foram estatisticamente significativas em todas as cinco fases em que os ratos tiveram a opção de beber a solução de água, açúcar e morfina ou a solução de água e açúcar.

Esses dados também indicam que ratos fêmeas consomem mais morfina do que os machos. Não discutimos essa diferença de gênero neste artigo, porque estas diferenças apareceram em alguns de nossos experimentos posteriores, mas não em outros. Para nossos propósitos atuais, a diferença entre o consumo de morfina entre ratos isolados e no Parque dos Ratos, que encontramos em ratos de ambos os sexos, é mais importante.

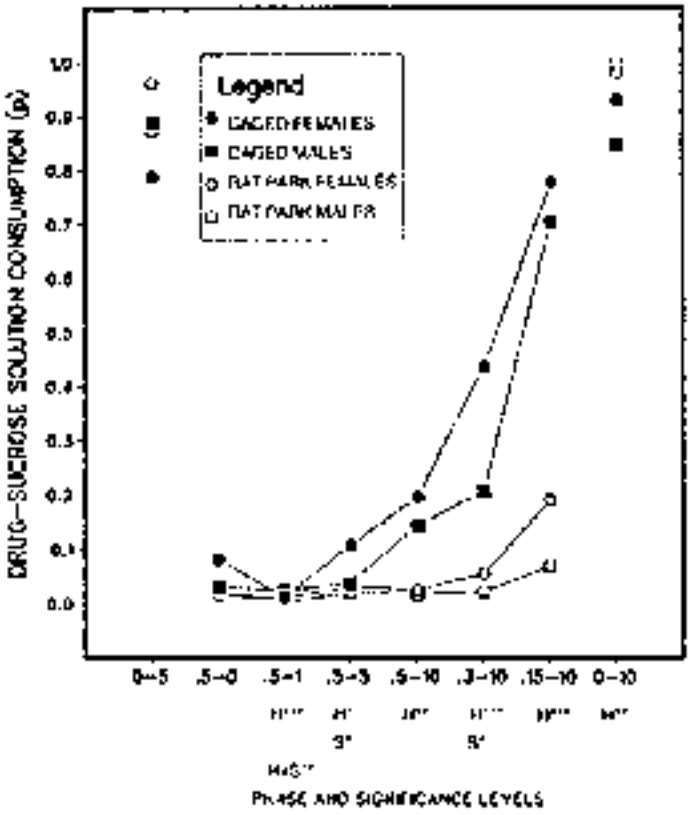


Figura 2. O Experimento padrão Parque dos Ratos (Hadaway et al., 1979).

Consumo de morfina em ratos "pré-adictos"

Os animais do Parque dos Ratos não bebiam tanta solução de morfina quanto os ratos alojados em gaiolas individuais. Mas o que aconteceria se animais do Parque dos Ratos e animais enjaulados estivessem sofrendo de sintomas de abstinência de opioides por que eles já tinham recebido morfina antes do experimento?

Para responder a esta pergunta, demos aos ratos solução de morfina não adocicada (0,5 mg de cloridrato de morfina /ml de água) a única fonte de fluido para ratos individualmente enjaulados e ratos do Parque dos Ratos, por cinquenta e três dias (Alexander et al., 1978). Os ratos odiavam o gosto da solução de morfina, mas não tinham mais nada para beber. Experimentos semelhantes em outros laboratórios indicaram que a quantidade de opioides que esses animais ingeriram foi mais do que suficiente para causar sintomas de abstinência (por exemplo, Fuentes et al. 1978).

Intercalados nesta fase de consumo forçado foram quatro dias escolhidos durante os quais os ratos em ambos os ambientes tiveram acesso tanto à água quanto à solução de morfina. Os ratos teriam que escolher a morfina se fossem evitar sintomas graves de abstinência. No final deste período de 57 dias, os ratos foram colocados em um regime de treinamento projetado por Nichols et al. (1956) para ensinar aos ratos que beber a solução de morfina aliviaria seus sintomas de abstinência. A fase Nichols do experimento consistia em ciclos repetidos de três dias compreendendo um dia sem fluidos, um de apenas solução de morfina, e um de apenas água. Este ciclo foi repetido oito vezes intercalado com quatro dias escolhidos de solução de morfina e água que ocorreram após cada par de ciclos.

No final, "fase de abstinência" deste experimento, toda a morfina foi retirada exceto por dois dias escolhidos para consumirem apenas solução de água e morfina, um a cada duas semanas e cinco semanas após a fase do ciclo Nichols.

Mais uma vez, os resultados foram grandes e estatisticamente significativos. Em todas as três fases do experimento, ratos enjaulados individualmente consumiram mais morfina; durante a fase Nichols, ratos enjaulados consumiram em média cerca de oito vezes mais morfina durante os quatro dias escolhidos do que os ratos do Parque de Ratos e geralmente ingeriram mais à medida que a fase progredia. (Ver Figuras 3 e 4).

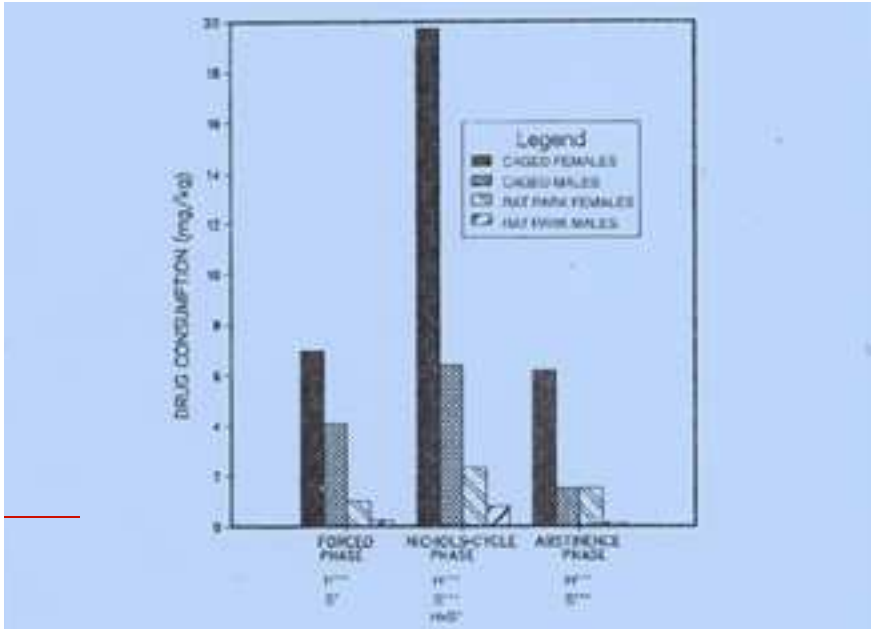


Figura 3. Experimento de Consumo Forçado (Alexander et al., 1978). O consumo de morfina é dado como mg/kg (peso corporal). A significância estatística é indicada como descrito na Figura 1.

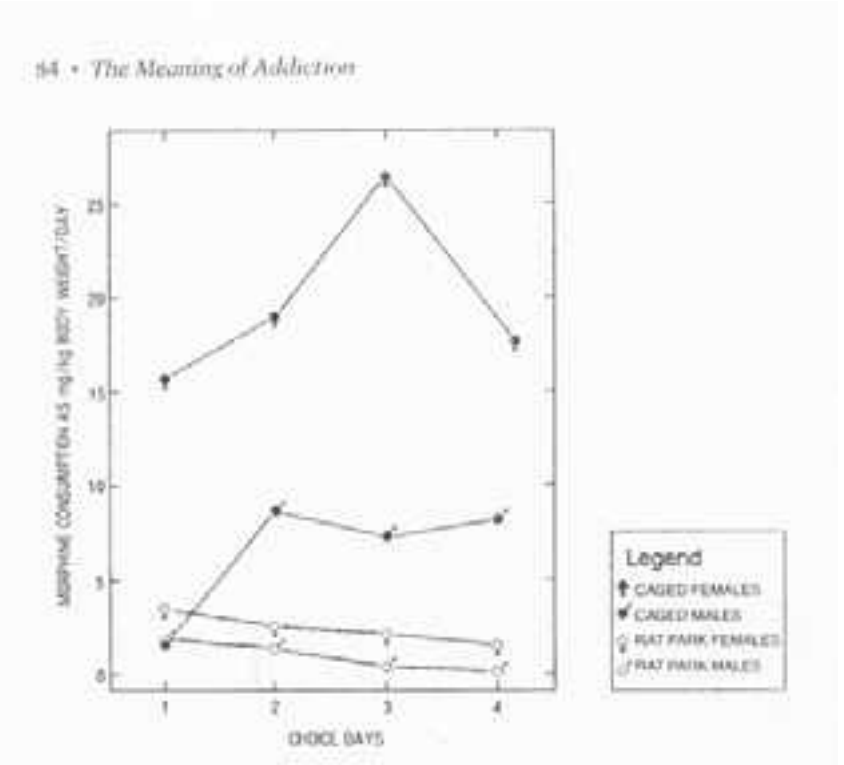


Figura 4. Ciclos Nichols. (Alexander et al., 1978).

O consumo de morfina durante os ciclos sucessivos da fase Nichols é dado como cloridrato de morfina consumido por quilograma de peso corporal. Ao longo de ciclos sucessivos, os ratos individualmente enjaulados – mas não os ratos do Parque dos Ratos – aumentaram substancialmente sua ingestão de morfina.

Os resultados deste segundo experimento do Parque dos Ratos com ratos "pré-adictos" questionaram a versão do mito da droga demoníaca que era convencional naqueles dias: que os sintomas de abstinência eram tão poderosos que eles forneciam um impulso irresistível para a adição em opiáceos. Assim como em seres humanos, a resposta de um rato a ser retirado de um narcótico é influenciada por tudo o que está acontecendo em sua vida. Para ratos alojados no Parque dos Ratos, a necessidade de evitar sintomas de abstinência não era uma irresistível necessidade.

Por que os Experimentos do Parque dos Ratos são importantes

Os Experimentos do Parque dos Ratos que descrevi até agora são os que estão sendo mais divulgados no momento (por exemplo, Hari, 2015). Embora tenham sido ignorados por décadas após serem concluídos pela primeira vez, os tempos mudaram. Muitas pessoas agora os veem como uma grande descoberta na compreensão da adição. Eu também acredito que eles são parte de um grande avanço, embora eu ache que os experimentos foram super-generalizados em alguns aspectos. Depois de explicar por que acho que os experimentos realmente fazem parte de um grande avanço, farei sugestões sobre o tipo de pesquisa sobre seres humanos que eu acho que é necessária agora para ampliar ainda mais nosso conhecimento sobre a adição.

1. Avanço: Contestação do Mito da Droga Demoníaca.

Os experimentos do Parque dos Ratos podem ser considerados um avanço porque ajudaram a refutar o mito das drogas demoníacas que confundiu nossa compreensão da adição desde o século XIX. Meio século atrás, na década de 1970, os experimentos da Câmara de condicionamento que eu discuti anteriormente eram as grandes notícias na cultura popular e na literatura científica. Eles pareciam provar que as drogas que causavam adição no atual momento eram irresistíveis para animais de laboratório sob as condições científicas mais altamente controladas! Quando comparados com experimentos semelhantes com macacos e as histórias sensacionais que estão sendo contadas sobre usuários de drogas humanas, esses experimentos da Câmara de condicionamento pareciam ter estabelecido uma prova científica incontestável para o velho mito: Todos os mamíferos poderiam se transformar em adictos fora de controle quando entravam em contato com a heroína e outras drogas que podem causar adição! A Guerra contra as Drogas deve ser expandida para proteger nossos filhos e netos! (Sem mencionar nossos roedores.)

Mas essa "prova" foi baseada em animais de uma espécie altamente social e curiosa que tinham sido mantidos isolados a partir do momento em que foram desmamados. Se fizéssemos isso com crianças, isso seria considerado como tortura e esperaríamos que as crianças fossem psicologicamente afetadas.

Os ratos que pareciam provar o mito da droga demoníaca tinham sido autorizados a autoadministrar drogas em uma pequena Câmara de condicionamento enquanto ainda estavam completamente isolados, e enquanto amarrados ao topo da câmara com um tubo implantado em sua veia jugular. Não havia praticamente nada para os animais fazerem nesta situação cruel e anormal, exceto pressionar a alavanca na parede que administrava a droga. Mas então os experimentos do Parque dos Ratos mostraram que ratos em um ambiente razoavelmente normal consomem muito menos da droga do que aqueles que foram isolados.

Portanto, Parque dos Ratos ajudou a mostrar por que os experimentos que pareciam naqueles dias fornecer evidências científicas incontestáveis para o mito da droga demoníaca , eram inválidos.

As descobertas experimentais do Parque dos Ratos foram agora examinadas e criticadas de todas as direções por cientistas de laboratório e foram reproduzidas em muitos outros animais de laboratórios, de muitas maneiras que são mais sofisticadas do que nosso simples experimento original. Houve algumas descobertas contrárias, incluindo algumas não-replicações iniciais com uma sub-variedade diferente de ratos em nosso próprio laboratório na Universidade Simon Fraser (Petri, 1985; 1996), mas uma grande quantidade de pesquisas críticas rendeu agora um fato comprovado: ratos de laboratório não acham drogas que podem causar adição, irresistíveis ou mesmo atraentes quando têm a oportunidade de interagir com outros ratos ao invés disso! Como os experimentos originais do Parque dos Ratos pareciam mostrar, os ratos preferem a experiência social às drogas, sejam ou não pré-adictos às drogas antes do início do experimento (Venirro et al., 2018; veja também extensas revisões de literatura por Ahmed, 2019; Khoo, 2020).

Há agora pesquisas mais sofisticadas em animais sob estressores sociais, incluindo não apenas isolamento, mas também exclusão social, e baixa classificação de hierarquia. Esses estressores sociais não só aumentam o consumo de drogas em animais de laboratório e em seres humanos, mas também reduzem a sensibilidade aos efeitos de drogas e produzem alterações neuroquímicas em áreas do cérebro que foram ligadas ao estabelecimento de adições (por exemplo, Schenk, Hunt, Malovechko, Robertson, Klukowski, & Amit, 1986; Solinas, Thiriet,Chauvet, & Jaber, 2010; Whitaker, Degoulet, & Morikawa, 2013; Heilig, Epstein, Nader e Shaham, 2016; Zelikowsky et al., 2018).

Outros experimentos mostraram que confinar ratos em isolamento social produz disfunções de desenvolvimento no cérebro (Lapiz et al, 2003). Os experimentos de comportamentos conduzidos em ratos isolados não podem sequer ser generalizados para ratos normais, muito menos para seres humanos normais!

É claro que a pesquisa animal por si só não pode refutar completamente o mito da droga demoníaca, porque havia algumas evidências humanas para a história de pesquisas clínicas e históricas, embora nenhuma dessas evidências humanas fosse tão convincente na década de 1970 quanto a evidência da Câmara de confinamento de ratos. Além disso, agora está claro que a evidência humana também não prova o mito da droga demoníaca. Há extensas contra evidências para cada parte dela a partir de pesquisas clínicas e históricas (Veja as revisões das evidências humanas contra a história da droga demoníaca e a "Visão Oficial" do vício por Alexandre, 2008, chap. 8 e Alexander, 2014; 2016).

Embora o mito das drogas demoníacos tenha sido recusado, ele continua a dominar a cultura popular de muitos países, incluindo os Estados Unidos, as Filipinas e, talvez, o Brasil, e a servir a vários propósitos políticos, inclusive justificando a perseguição de grupos menos favorecidos. Mesmo na minha cidade de Vancouver, Canadá, onde a Guerra contra as Drogas foi agora encerrada na maioria das maneiras, muitas pessoas ainda assumem que o mito da droga demoníaca é verdadeiro, talvez porque cresceram com ele quando crianças, como eu fiz. A velha história também ganhou nova vida por pesquisas avançadas de neurociência financiadas principalmente pelo Instituto Nacional de Abuso de Drogas nos Estados Unidos. No entanto, mesmo essa frente "Modelo de Doença Cerebral da adição" agora também está na defensiva entre os profissionais de adição, porque muitos neurocientistas influentes e outros pesquisadores estão trabalhando juntos para mostrar que ele também é inválido (Heim, 2014; Heather et al., 2018)

2. Significado político: A adição pode ser controlada pelo controle do ambiente social.

. Há uma segunda maneira de ver os resultados do Parque dos Ratos. Essa interpretação pode ser considerada revolucionária, pois sugere que a solução para os problemas de adição é política, e não criminológica ou médica! Embora essa segunda interpretação seja ainda mais importante do que a primeira, ela é vulnerável ao ser simplificada ou supergeralizada. No entanto, tentarei mostrar que não é necessária uma generalização excessiva para usar esta segunda interpretação dos experimentos do Parque dos Ratos para iluminar uma direção importante para futuras pesquisas sobre a adição.

De acordo com essa segunda interpretação, a adição pode ser controlada através da reorganização da sociedade de maneira que o indivíduo tenha o suficiente para comer, um lugar decente para viver, e uma sociedade segura para criar seus filhos, sendo eles ratos no Parque dos Ratos ou pessoas (Solinas, Thiriet, Chauvet & Jaber, 2010). Em um nível mais abstrato, as pessoas agora costumam dizer que "O oposto da adição é a conexão" (Hari, 2015), sugerindo que a adição pode desaparecer como um problema se as pessoas puderem viver em sociedades mais conectadas sem a pobreza e o isolamento social que é imposto por uma sociedade moderna dominada por enormes corporações que nos organizam apenas para maximizar seus próprios lucros. No sentido mais generalizado, essa interpretação sugere que o profundo mistério da adição é finalmente resolvido! Precisamos de governos esclarecidos que forneçam a todos as necessidades básicas da vida humana em um ambiente cultural acolhedor.

Eu apoio esta segunda interpretação, e eu amo o slogan que "O oposto da adição é a conexão." E, é claro, devemos ter sociedades nas quais ninguém está sujeito às desumanidades da extrema pobreza, exploração econômica e exclusão social. Isto é apenas uma básica decência humana!

No entanto, acredito que a segunda interpretação dos experimentos do Parque dos Ratos pode ser simplificada demais e supergeralizada. Parque dos Ratos não nos diz tudo o que precisamos saber sobre a adição, e não podemos encontrar tudo o que precisamos saber, não importando quantos ratos nós venhamos a estudar. Precisamos de pesquisas precisas de adição em seres humanos em seus próprios ambientes culturais ao redor do mundo se quisermos entender adequadamente o que "conexão" significa para um ser humano. Tenho esperança de que algumas das importantes futuras pesquisas culturais humanas ocorram no novo Observatório!

Por que precisamos de pesquisas sobre os seres humanos? Vou lembrá-lo do óbvio. Os seres humanos são muito diferentes dos roedores no Parque dos Ratos. Todas as sociedades de ratos de laboratório que observei se parecem (e cheiram) da mesma maneira. Por outro lado, as sociedades humanas variam enormemente e as diferenças têm um grande impacto na propagação da adição.

Em sociedades de ratos de laboratório, a vida social entre adultos é bastante simples. Consiste principalmente em dois ratos cheirando cautelosamente as extremidades traseiras um do outro quando eles se encontram e, em seguida, ou acasalar, lutar ou fugir um do outro. Há uma simples ordem de dominância entre os ratos machos, que determina quem primeiramente terá acesso à comida, água e sexo. Quando as fêmeas são sexualmente receptivas, não importa para elas qual macho as engravidará: os machos já lutaram contra isso quando estabeleceram sua hierarquia de dominação. As fêmeas passam a maior parte do tempo grávidas e criando novas ninhadas de 8 a 12 filhotes de ratos cada vez. Muitas vezes as fêmeas criam suas ninhadas perto de outras fêmeas com ninhadas e às vezes os bebês vagueiam de uma ninhada para outra. Bebês de ratos dormem "abraçados" e juntos e são amamentados e cuidados por suas mães, farejando ocasionalmente as extremidades traseiras um do outro em uma aparente antecipação da vida social adulta. Você pode passar intermináveis horas assistindo colônias de ratos – como eu tenho – e eu acho que você vai ver que pouca coisa vai se distanciar desses padrões básicos.

Obviamente, a sociedade humana é infinitamente mais complexa e variada, e as necessidades sociais e espirituais humanas têm uma profundidade e sutileza que é desconhecida pelos ratos. Vou ilustrar essa diferença com algumas pesquisas históricas sobre os povos nativos do oeste do Canadá onde eu moro. A maior parte da história que vou resumir aqui foi montada por antropólogos, sociólogos e missionários ao longo de alguns séculos, mas eu mesmo coletei algumas informações, através de visitas a várias reservas nativas por longos períodos e aprendendo a história contada pelos anciãos tribais.

As sociedades aborígenes que existiram durante séculos no oeste do Canadá antes do assentamento europeu eram muito diferentes das sociedades que foram impostas aos povos aborígenes pelos colonos. Além disso, as tribos nativas pré-coloniais eram distintas umas das outras, embora compartilhassem algumas características comuns, incluindo fortes laços familiares, compartilhamento comum de recursos dentro do grupo tribal, e guerras frequentes e ferozes contra tribos vizinhas. Cada grupo tribal tinha sua própria língua única, cerimônias locais, tradições espirituais, tecnologias de trabalho e economia (por exemplo, Jewitt, 1807/1988; Sproat 1868/1967; Sansão, 2003; Alexandre, 2008, pp. 376-379).

Algumas das economias de grupos tribais nativos pré-coloniais eram baseadas principalmente na pesca de salmão, algumas na caça à baleia e a outras espécies selvagens nas vastas florestas dos interiores do Canadá. Por exemplo, há 150 anos, as tribos baleeiras da costa oeste, perto de onde vivo atualmente, perseguiram e arpoaram baleias enormes em mares abertos através de canoas esculpidas de troncos de árvores, usando arpões com pontas feitas de conchas e contiveram as baleias feridas com cordas tecidas da casca de árvores de Cedro! Diferentes grupos tribais de baleeiros diferem culturalmente nas diversas lendas e nos espíritos que guiavam suas longas viagens oceânicas de caça às baleias e inspiravam seus "Potlaches".

Potlatches eram celebrações de vários dias patrocinadas por uma família que havia acumulado muita riqueza aborígene. No potlatch, sua

riqueza aborígene – peles, gordura de baleia, cobertores, ferramentas feitas à mão e muito mais – era compartilhada com todos da aldeia, incluindo os escravos. Ao mesmo tempo em que todos na aldeia enriqueciam, um maior status social da família anfitriã também era muito alcançado. A redistribuição da riqueza ocorria em meio a dias de canto, dança, oratória, ritual e contação de histórias (Clutesi, 1969).

Esses baleeiros nativos eram admiráveis em muitos aspectos – só agora podemos imaginar a bravura necessária para os homens remarem através de vastas extensões do Oceano Pacífico em canoas de madeira, caçando baleias que eram muitas vezes maiores que suas próprias embarcações! No entanto, essas pessoas corajosas não eram "nobres selvagens". Eles tinham frequentes guerras intertribais sangrentas em que mulheres e crianças eram massacradas junto com guerreiros inimigos. Eles escravizaram os prisioneiros de guerra que eles não mataram em batalha ou mutilaram com tortura. Grupos nativos também tiveram que lidar com falhas individuais, incluindo traições e insanidade às vezes (Jewitt, 1807/1988; Clutesi, 1969). Em outras palavras, eles tinham quase o mesmo conjunto de problemas que os colonos que vieram da Europa para colonizá-los, exceto um. Os registros históricos e histórias contadas sugerem que os povos nativos não tinham praticamente nenhum problema sério de adição até que suas culturas foram esmagadas pelos colonos e as pessoas foram confinadas em pequenas "reservas" enquanto suas antigas terras e mares foram entregues aos colonos. Eles não tinham bebidas alcoólicas ou drogas, mas tinham muitas das características culturais que causam adições nas pessoas agora: jogos de apostas, comida, sexo, poder e riqueza aborígene.

Depois que suas terras e o acesso ao mar foram retirados e eles foram sequestrados em reservas, a adição em álcool e mais tarde a adição em drogas tornou-se quase universal na maioria das tribos. Em muitas das 196 reservas nativas da minha província, praticamente todos os adultos eram alcoólatras, ou adictos em drogas, ou estavam em algum tipo de grupo de recuperação ou regime de tratamento. Junto com o alcoolismo e a adição em drogas, os nativos em reservas também sofriam de problemas que ainda hoje estão associados a adição severa:

suicídio, depressão e violência doméstica. Muitos indivíduos passaram a maior parte de suas vidas adultas em prisões canadenses. Hoje, a adição em álcool e drogas tem permanecido universal em algumas reservas, embora em outras esteja gradualmente sendo controlada.

Os colonos explicavam a adição quase universal do álcool dos povos nativos com uma versão anterior do mito atual das drogas demoníacas. A partir do século XIX, a opinião popular e profissional concordou que os nativos eram simplesmente incapazes de beber álcool de forma civilizada e que se tornaram loucos por guerra e enlouqueciam se pudessem beber. Eu absorvi essa história sobre os povos nativos enquanto crescia, embora o mito das drogas demoníacas tenha sido mais frequentemente aplicado, durante a minha geração, à drogas como heroína e a cocaína tornou-se cada vez mais ameaçadora para a sociedade dominante no século XX.

A versão anterior do mito das drogas demoníacas aplicada ao álcool e aos povos nativos exigia uma versão anterior da Guerra às Drogas. Tudo foi feito para manter o álcool longe dos nativos. A aplicação às vezes era brutal. A anterior guerra contra as drogas, como a última, foi um fracasso total.

E agora o anterior mito das drogas demoníacas também foi recusado. Estudos históricos têm mostrado que, em regiões mais quentes da América do Norte, onde as frutas são mais abundantes e fermentam mais facilmente nos longos verões, muitas tribos nativas sabiam como fazer bebidas alcoólicas e usavam essas bebidas regularmente (e às vezes em rituais tribais, sem qualquer problema significativo de alcoolismo (McAndrew & Edgerton, 1969; Heath, 1987). Outro fato histórico é que naqueles lugares do Canadá onde os comerciantes coloniais trouxeram álcool comercial para os nativos, mas não reivindicaram inicialmente a terra dos nativos e os confinou em reservas, o alcoolismo não emergiu como um problema significativo. Em alguns desses lugares, os europeus normalmente negociavam com nativos no verão, muitas vezes trocando bebidas alcoólicas por suas peles. Os nativos não sucumbiam ao alcoolismo, embora bebessem nos postos comerciais junto com

os comerciantes e levavam parte dele quando retornavam aos seus territórios, e às vezes incorporavam-no em suas cerimônias espirituais nativas. A maioria dos povos nativos continuou a viver através dos rigorosos invernos canadenses à sua maneira tradicional sem qualquer propagação do alcoolismo e sem qualquer aumento significativo no suicídio, depressão, violência doméstica ou criminalidade – até que eles foram forçados a ficar em reservas, o que aconteceu eventualmente a todas as tribos (Sansão, 2003; 2004; Alexandre, 2008, pp. 376-379).

Como agora o mito da droga demoníaca é recusado tanto para os seres humanos quanto para os ratos, devemos procurar em outro lugar para descobrir por que a adição em álcool e drogas se tornou quase universal entre os nativos antes não adictos depois que eles foram colonizados. Parque dos Ratos pode nos ajudar a pensar sobre a situação até certo ponto. Quando os ambientes tribais eram grosseiramente anormais, assim como quando os ratos são isolados durante a maior parte de suas vidas em gaiolas, a propagação de consumo excessivo e adição entre a maioria dos grupos tribais nativos passou de muito baixa para quase universal.

Mas as pessoas da tribo que se tornaram universalmente adictas não estavam isoladas! Eles nem sequer foram "desconectados" no significado normal dessa palavra. Na verdade, eles estavam provavelmente mais conectados às suas famílias e comunidades e por mais tempo do que quando os colonos chegaram, porque antes eles estavam confinados e segregados em pequenas aldeias, em vez de serem espalhados por vastas áreas de terra e mar enquanto se alimentavam de pesca, caça à baleia entre outras.

As reservas impostas pelos colonos tinham culturas complexas, embora grande parte delas tenha sido imposta aos povos nativos pelos colonos e pela polícia, padres e professores. A maioria das reservas tinha comida, abrigo e tratamento médico adequados na maior parte do tempo, embora as crianças em idade escolar fossem retiradas de seus pais e enviadas para "escolas residenciais" onde eram forçadas a falar inglês em vez de suas próprias línguas como parte de um esforço deliberado para extinguir a cultura indígena. A cultura nativa tradicional e os sistemas

econômicos foram tratados com total desrespeito pelos colonos. Por exemplo, os famosos "potlatches" nativos foram considerados ilegais e foram severamente punidos com sentenças de prisão após 1884.

Seus problemas de vício quase universais e os simultâneos problemas de suicídio, violência doméstica e criminalidade entre os povos nativos parecem ser resultado de tradições culturais esmagadoras, da língua e religião nativas e da destruição do espírito de independência feroz que eles conheciam de seu passado aborígene. Esta é uma tragédia muito humana, embora de alguma forma repercute com os experimentos do Parque dos Ratos.

Mas qual das muitas diferenças entre suas vidas atuais e as de seu passado aborígene causou a tremenda mudança na adição de 0% para quase 100%? Precisamos saber exatamente que tipos de privação social produzem pessoas totalmente vulneráveis a adição nas reservas aborígenes do mundo moderno, se quisermos controlar a adição nas culturas modernas de hoje no Canadá e, eu acho, em todo o mundo. Precisamos do mesmo tipo de informação específica para entender as adições e outros problemas de saúde mental da cultura moderna, entre todos os níveis sociais, incluindo as adições da rica cultura colonizadora. Este é um tipo de pesquisa cultural que não pode ser realizada com ratos, porque as necessidades sociais e culturas humanas são muito mais complexas do que qualquer coisa que existe no mundo dos roedores. A pesquisa que precisa ser realizada para entender e controlar a adição no mundo moderno está apenas começando.

Um programa de extensão com pesquisas envolvendo todas as reservas nativas da Colúmbia Britânica por Chandler, Lalonde, Sokol, & Hallett (2003, Seção V) e Hallett, Chandler, & Lalonde (2007) fornece um exemplo do tipo de pesquisa que eu acho que precisa ser feita. Esses pesquisadores se concentraram no suicídio de jovens ao invés do alcoolismo ou adição em drogas, mas seus métodos poderiam ser adaptados à pesquisa sobre adição e os resultados certamente seriam semelhantes, porque o suicídio e o alcoolismo estão tão intimamente associados na cultura nativa. Chandler et al. começaram com a hipótese

de que a atual propagação extraordinariamente alta de suicídio de jovens entre os nativos é provocada pela falta de "continuidade cultural", ou seja, o grau em que as aldeias nativas conseguiram manter de conexão cultural com os ancestrais e tradições de seus grupos tribais, bem como adaptar-se às demandas da economia moderna em que devem viver.

Chandler e seus colegas observaram que o suicídio de jovens entre grupos nativos é extremamente variável. Existem hoje 196 aldeias nativas na Columbia Britânica. Todos eles são sucessores das "reservas" nas quais os povos nativos eram confinados no final do século XIX e início do século XX. Algumas dessas aldeias têm pouco ou nenhum suicídio de jovens, mas algumas têm taxas devastadoramente altas. Chandler et al. usaram estatísticas governamentais para comparar essas aldeias nativas no que diz respeito a medidas específicas de "continuidade cultural". Dizem que as aldeias têm alta continuidade cultural se tivessem: 1) algum sucesso em ganhar título legal de terra para alguns de seus territórios ancestrais, 2) autonomia política dos "conselhos de banda" nativos locais no controle da aplicação da lei local, proteção contra incêndios e administração de escolas e sistemas médicos, em vez de serviços locais sendo administrados pelos governos provincial e federal 3) pelo menos um edifício na aldeia definido especificamente e dedicado às atividades culturais e artesanato tradicionais nativos, e 4) pelo menos 50% das pessoas na aldeia ainda capazes de conversar na língua nativa tradicional de seu grupo tribal. (Simplifiquei o complexo projeto de Chandler et al. para este breve artigo, mas a metodologia completa está disponível nas referências que são citadas aqui).

Os resultados da análise dos dados parecem ser conclusivos. Naquelas aldeias onde todas essas medidas indicavam alta "continuidade cultural", houve pouco ou nenhum suicídio entre jovens. Em aldeias onde todos os marcadores indicavam baixa continuidade cultural, o suicídio entre jovens era frequente, muito acima da norma para o suicídio entre jovens no Canadá como um todo.

Os estudos de Chandler et al. sobre os povos aborígenes indicam que vários aspectos da continuidade cultural podem tornar os indivíduos menos vulneráveis ao envolvimento em comportamentos

autodestrutivos, mesmo que estejam completamente separados de sua base econômica tribal tradicional e tenham completamente sua tradicional autonomia política. Ao contrário do Parque dos Ratos, esses estudos mostram que a mera conexão social não é suficiente para os seres humanos. Pesquisas complexas são necessárias para determinar que tipos de ambiente social protegerão as pessoas de comportamentos autodestrutivos.

É claro que a história cultural dos povos nativos canadenses está longe da história cultural dos grupos nativos brasileiros na Amazônia atual, ou nas cidades brasileiras de alta tecnologia e favelas urbanas marginalizadas. Mas acredito que o principal seja igual. Pesquisas altamente direcionadas à determinados grupos em seu próprio contexto histórico serão necessárias para determinar como ajudar as comunidades locais a se protegerem contra a adição e outros comportamentos autodestrutivos. Este é o tipo de pesquisa que espero que possa surgir ao redor do mundo, e, em particular, no novo Observatório das Adições.

Outro problema que exigirá uma extensa pesquisa no futuro, é o mistério dos países nórdicos. Noruega, Dinamarca, Finlândia e Islândia são exemplos de justiça social e equidade para o mundo. Esses países alcançaram um sucesso invejável no fornecimento de moradia e das necessidades básicas de vida para praticamente todo o seu povo. Eles têm altos níveis de igualdade de renda, suas ruas são seguras, cuidados médicos e educação estão disponíveis para todos.

As pessoas nesses países geralmente confiam em seus governos, como pode ser visto nos resultados da atual pandemia Covid-19. Cada um dos governos desses países pediu e recebeu uma resposta disciplinada de "distanciamento social" de seus cidadãos. Assim, eles "achataram a curva" de casos e mortes de Covid-19 em um nível extremamente baixo em comparação com os Estados Unidos, Brasil e Canadá (Nosso Mundo em Dados, 2020a). Suas economias estão sendo reabertas para o funcionamento pós-pandemia muito mais rápido do que a maioria dos países do Hemisfério Ocidental (Cushman & Wakefield,2020). Esses países têm os regimes de tratamento de adição de drogas mais

esclarecidos do mundo, com redução de danos e tratamento psicológico disponível para todos e quase nenhum traço da Guerra às Drogas.

No entanto, Dinamarca, Noruega, Finlândia e Islândia ainda têm problemas significativos de adição. Por exemplo, suas taxas de mortalidade por alcoolismo são comparáveis, e em alguns casos, maiores do que as dos Estados Unidos, Brasil e Canadá (Nosso Mundo em Dados, 2020b). É claro que as taxas nacionais de mortes por alcoolismo são apenas um indicativo dos níveis de adição em um país, e, em outros indicativos, os países nórdicos estão muito abaixo dos Estados Unidos, do Brasil e do Canadá. Mas por que os países nórdicos têm alguma adição? Eles conseguem fornecer aos seus cidadãos níveis de justiça social e igualdade econômica que são causam inveja no mundo e eles foram abençoados com continuidade cultural de longo prazo. Um "Parque dos Ratos" quase perfeito para seres humanos!

Agora que não podemos mais explicar a adição com a teoria das drogas demoníacas, precisamos de uma nova explicação. Parque dos Ratos nos ajuda, pelo menos de uma forma pequena, a entender a necessidade de encontrar fontes culturais de uma inundação de adição que surgiu em quase todas as partes do mundo. Mas o problema da adição contínua nos países nórdicos mostra que um enorme mistério ainda precisa ser resolvido. O que causa a alta e crescente propagação da adição na sociedade moderna, mesmo quando a moradia é adequada, a justiça social é exemplar, e a continuidade cultural prevalece? As condições adequadas para permitir que os seres humanos resistam a adição são muito mais sutis e complexas do que aquelas que impediram o uso excessivo de drogas no Parque dos Ratos. Acho que parte da resposta pode estar na necessidade de fusão cultural em uma sociedade global emergente (Alexander, 2008, pp. 376-379), mas esse é um tema para outro momento.

Acredito que é onde começa a pesquisa futura sobre a adição. Para mim, a estrada começou com o Parque dos Ratos, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Espero que o novo Observatório no Brasil tenha um papel importante.



Referências

Ahmed, S.H. (2019).
"A walk on the wild side" of addiction: The history and significance of animal models. Routledge Handbook of Philosophy and Science of Addiction, H. Pickard and S.H. Ahmed (Eds.). New York, New York: Taylor& Francis. (pp. 192-203)

Alexander, B.K. (2008).
The Globalization of Addiction: A Study in Poverty of the Spirit. Oxford, UK: Oxford University Press.

Alexander, B.K. (2014).
The Rise and Fall of the Official View of Addiction. Retrieved August 11 2018 from www.brucekalexander.com/articles-speeches/277-rise-and-fall-of-the-official-view-of-addiction-6

Alexander, B.K. (2016).
Replacing the official view of addiction. In J.E. Davis and A.M. González (Eds.), To fix or to heal. New York University Press, pp. 208-237.

Alexander, B.K., Coambs, R.B., and Hadaway, P.F. (1978).
The effects of housing and gender on morphine self-administration in rats. Psychopharmacology, 58, 175-179.

Chandler, M.J., Lalonde, C.E., Sokol, B.W., & Hallett, D. (2003).
Personal persistence, identity development, and suicide: A study of native and non-native North American adolescents. Monographs of the Society for Research in Child Development, 68(2, Serial No. 273).

Clutisi, G. (1969).
Potlach. Sydney, BC: Gray's Publishing.

Coambs, R.B., Alexander, B.K., Davis, C.M., Hadaway, P.F., & Tressel, W.K. (1980).
A drug dispenser to measure individual drinking in rat colonies. Pharmacology Biochemistry and Behavior, 13, 593-595.

Cushman & Wakefield Corporation. (2020).
Global Economy Reopening Tracker. Retrieved October 16 2020 from https://www.google.com/search?as_q=&as_epq=Global+Economy+Reopening+Tracker&as_oq=&as_eq=&as_nlo=&as_nhi=&lr=&cr=&as_qdr=all&as_sitesearch=&as_occt=any&safe=images&as_filetype=&tbs=

Frank, D. (2018).
"I Was Not Sick and I Didn't Need to Recover": Methadone Maintenance Treatment (MMT) as a Refuge from Criminalization. Substance Use and Misuse, 53 (2), 311-322.

Fuentes, V.O., Hunt, W.B., & Crossland, J. (1978).
The production of morphine tolerance and physical dependence by the oral route in the Rat. Psychopharmacology, 59, 65-69.

Grant, E.C. (1963).
An analysis of the social behaviour of the male laboratory rat. Behaviour, 21, 216-221.

Hadaway, P.F., Alexander, B.K., Coambs, R.B., and Beyerstein, B.L. (1979).
The effect of housing and gender on preference for morphine-sucrose solutions in rats. Psychopharmacology, 66, 87-91.

Hallett, D., Chandler, M.J., & Lalonde, C. (2007).
Aboriginal language knowledge and youth suicide. Cognitive Development, 22, 392-399.

Hari, J. (2015).
Chasing the Scream: The first and last days of the war on drugs. London: Bloomsbury.

Heath, D. B. (1987)
A decade of development in the anthropological study of alcohol use:1970–1980. In M. Douglas (ed.), Constructive Drinking: Perspectives on Drink from Anthropology, pp. 16–69. New York, NY: Cambridge University Press.

Heather, N., Best, D., Kawalek, A., Field, F., Lewis, M., Rotgers, F., Wiers, R.W. & Heim, D. (2018)
Challenging the brain disease model of addiction: European launch of the addiction theory network. Addiction Research & Theory, 26(4), 249-255.

Heilig, M., Epstein, D. H., Nader, M. A. and Shaham, Y. (2016)
'Time to connect: bringing social context into addiction neuroscience', Nature Reviews Neuroscience, 17, 592-599.

Heim, D. (2014, 5 March).
Addiction: Not just brain malfunction. Nature 507(7690), 40.

Hoffman and S. Froemke. (2007).
Addiction: Why Can't They Just Stop? New York, New York: Rodale.

Hot Docs (2019).
Films Changing the World: Rat Park, a film by VICE Studios. Retrieved 14 October 2020 from https://boxoffice.hotdocs.ca/websales/pages/info.aspx?evtinfo=102099~fff311b7-cdad-4e14-9ae4-a9905e1b9cb0&epguid=6395d239-7dd9-47d4-a22f-81a783873e12&

Jewitt, J.R. (1807/1988).
A Journal Kept at Nootka Sound. Fairfield, Washington: Ye Galleon Press.

Khavari, K.A., Peters, T.C., & Baity, P.L. (1975).
Voluntary morphine ingestion, morphine dependence, and recovery from withdrawal signs. Pharmacology Biochemistry and Behavior, 3, 1093-1096.

Khoo, S.Y.-S. (2020).
Have we reproduced Rat Park? Conceptual but not direct replication of the protective effects of social and environmental enrichment in addiction. Journal for Reproducibility in Neuroscience, 1(1), 1-9.

Lapiz, M.D.S., Fulford, A., Muchimapura, S. et al. (2003).
Influence of Postweaning Social Isolation in the Rat on Brain Development, Conditioned Behavior, and Neurotransmission. Neuroscience and Behavioral Physiology, 33, 13–29.

Lore, R. & Flannelly, K. (1977).
Rat Societies. Scientific American, 236(5), 106-116

McAndrew, C. and Edgerton, R. B. (1969)
Drunken Comportment: A Social Explanation. Chicago, IL: Aldine.

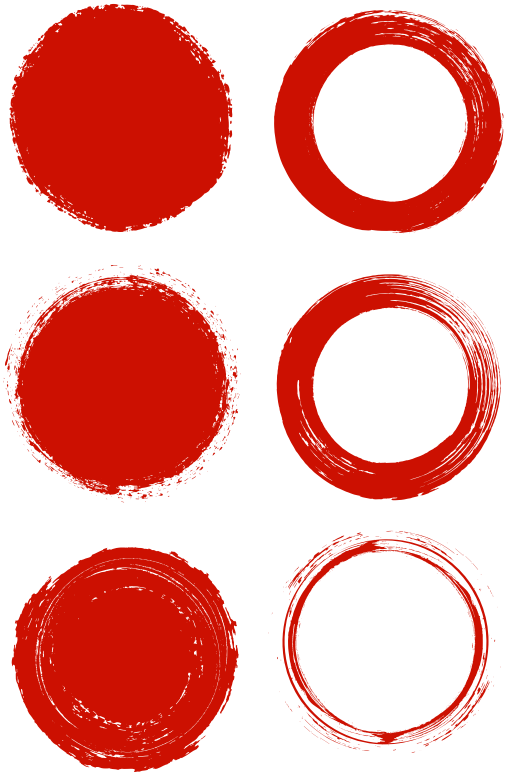
McMillan, S. (2013).
Rat Park. Online science comic book, retrieved 13 October 2020 from https://www.stuartmcmillen.com/comic/rat-park/

Murphy, E. (1973).
The black candle. Toronto, ON: Coles. (Original work published 1922).

Ng Cheong Ton, MJ., Blair, R., Holmes, L., Amit, Z. (1983).
Effects of chronic naltrexone on amphetamine locomotor activity. Substance and Alcohol Actions/Misuse, 331-336.

Nichols, J.R., Headlee, C.P., & Coppock, H.W. (1956).
Drug addiction I: Addiction by escape training. Journal of the American Pharmacological Association, 45, 788-791.

Our World in Data. (2020a, 15 October 2020).
Cumulative Confirmed Covid-19 Deaths. Retrieved 15 October 2020 from https://ourworldindata.org/coronavirus-data-explorer?zoomToSelection=true&time=2020-03-09..latest&country=OWID_



Opening Sheet "Rat Park" and Future Addiction Research

Bruce K. Alexander
Professor Emeritus, Simon Fraser University, Vancouver, Canada

alexander@sfu.ca

Resumo

The Rat Park experiments took place four decades ago. They showed that rats housed in a relatively normal social environment drank little of a morphine solution, even when they had been forced to consume large amounts of morphine before the experiment began. By contrast, rats housed in social isolation consumed large amounts of the morphine solution. These experiments, together with many other experimental and clinical studies of animals and human beings that have been done since, show that opioid drugs do not cause uncontrollable addiction in either animals or people. These experiments raise the revolutionary possibility that human addiction might be brought under control by insuring that people live in environments that provide basic necessities and social connection, like Rat Park. I have introduced some data from Canadian aboriginal people and Nordic countries to indicate the kind of research that might be necessary to evaluate and extend this hopeful conclusion.

You may have heard of "Rat Park." It is a series of experiments on rats and addictive drugs that my colleagues and I conducted four decades ago at Simon Fraser University in Canada. Recently, Rat Park has become a popular topic in books, articles, and documentary in North America and Europe (e.g., Hari, 2015; Hot Docs, 2019). There is even an excellent science comic book about Rat Park (McMillan, 2013)! When I googled "Rat Park" last week, I got over 250,000 "hits." But 20 or 30 or 35 years back the results would have been quite different, because the Rat Park experiments had disappeared from public view after they were published around 1980. They have only recently been rediscovered and popularized, as public attitudes towards addiction have changed.

Today, Rat Park experiments are frequently discussed and praised in the popular media– and sometimes oversimplified and overgeneralized. Of course I welcome the praise of course and overgeneralization is part of any vigorous discussion. However, I want to use this chapter to re-examine the Rat Park experiments very precisely (although in non-technical language.) I will tell the story in a way that suggests a revolutionary direction for future research on human addiction, that, in my opinion, might be part of the mission of the new Addiction Observatory that is coming to life in Brazil.

The story begins with my own childhood education on drug addiction in North American in the 1950s. My parents, ministers, teachers, and even children's comic books were all terrified about heroin addicts during the heroin addiction panic of those days. The earliest lesson that I can remember now began with a superhero comic book in 1950. Batman, my hero, was valiantly fighting crime, as usual. He tracked down the criminals in a bad section of Gotham City, where they were viciously attacking a "junkie" – a word that I did not yet understand as a 10-year-old child, although I had heard it before. Batman hid behind a building and waited until the villains had beaten the "junkie" to a pulp, and left him unconscious. A few days later, Batman apprehended them robbing a bank and turned them over to the police. All was well again in Gotham City!

However, a serious problem lingered in my juvenile understanding. Batman always came to the rescue when somebody was being hurt! Why did he not save that "junkie" and arrest the criminals when they were beating him up? Besides, what exactly was a "junkie"?

I turned to my highest moral role model, my father, for clarification. My father explained that "junkies" were so entirely addicted to a drug called heroin, which they called "junk", that nobody cared what happened to them, not even Batman. Junkies, he said, will commit terrible crimes themselves because once they begin using heroin, they care about nothing else. They will commit any kind of crime or perversion to get their drug! My father's generation had locked people who were addicted to heroin into a story of addiction in which the only really important fact was that the drug produced a demonic transformation in those who dared to use it even once. I call this story the "myth of demon drugs."

I asked my father if he cared when gangsters beat up a junkie. He hesitated, then answered, "No." I still remember that shocking moment 70 years ago vividly now – he knew he was shocking me, and he cared about that. But he always told the truth, as he knew it. He quickly added that in their drugged state, they probably would not really feel any pain, so I shouldn't worry about them.

After many similar lessons from my culture about addiction, I eventually arrived at graduate school in psychology early in the 1960s. There, I was taught the same demon drug myth about addiction in more scientific language. Most professional psychologists of the early 1960s seriously believed that heroin addicts had no real concerns apart from their uncontrollable appetite for heroin, because their drug use had infected them with excruciating withdrawal symptoms that enslaved them. They also believed that empirical research methods, particularly behavioural research on rats, would ultimately bring addiction under control through some form of "counterconditioning."

By the 1970s, almost everybody in Canada – including me – was enthusiastically supporting the "War on Drugs." The demon drug myth made the drug war seem totally logical. Since the demon drug transformed normal, innocent human beings into drug seeking zombies, of course no countermeasures could be too severe! No punishment could be too great for those individuals or gangs who were willing spread the plague to innocent youths, destroying their lives. Once people became addicted, of course they had to be forced into treatment, because they would never willingly choose it. No propaganda to frighten people away from experimenting with drugs could be too exaggerated, because "it's so good don't even try it once" (Murphy, 1922/1973; Smith & Gay, 1972).

At that point, the myth of the demon drug was being spread by politicians, religious leaders, and well-meaning anti-drug activists, including some of my colleagues in psychology. It was being publicized incessantly on television, in the movies, and in the popular magazines.

The demonic addictiveness of heroin was demonstrated by the psychological research of those days on withdrawal symptoms and "behavioural conditioning" in rats and human beings. The brain was the organic basis of conditioning, and there were many competing ideas about the "brain mechanisms" involved. Psychologists and others claimed that addiction had finally been accurately understood by science, although the scientific methods were precise, the conclusions were actually quite vague and hard to understand (Wikler & Pescor, 1967.) But that was about to change…

A widely accepted neurochemical mechanism was enthusiastically added to the scientific explanation of addiction in the mid-1970s. Heroin was said to mimic the effects of the brain's naturally occurring feel-good neurotransmitters, "endorphins," creating an insensitivity to the naturally occurring endorphins and an uncontrollable need to somehow find more heroin. At that point, the demon drug myth was well on its way to becoming not just a psychological theory, but an accredited "brain disease model of addiction".

Even more dramatically, the demon drug story was put on a more secure scientific footing by research on rats and monkeys confined in Skinner boxes, who "self-administered" very large amounts of opiates and other drugs by pressing little levers on the wall which produced an immediate injection into their jugular veins through a tube attached to the top of the box. In these experiments some of the rats forgot to eat when they had access to addictive drugs, and some died of starvation. These findings were widely taken to prove that all mammals, including human beings, would inevitably lose control if opiate drugs were available to them. The War on Drugs must continue!

The American government publicized this scientifically reinforced version of the demon drug story at full speed, and the Canadian government and media joined right in. The language of the research was scientific, although the movies and television shows of the day presented powerful images of junkies that looked like biblical images of people possessed by demons.

There was no reason for me to challenge the demon drug myth. I had grown up with it and now it had universal cultural support, based on research methods that I had learned myself in graduate school. I believed in science then, and I still do, even when it is controversial like today's science surrounding Covid-19 and global climate change. (I especially believe in global climate research today as write this sentence in September, 2020, in a thick smoke cloud that comes unprecedented mega-forest fires on the west coast of North America!)

I believed what the addiction scientists were telling me, but up to that point, I had not met a single person who was addicted to drugs! I needed first-hand information so that I could expand my lectures on addiction at the university. So, I volunteered as a therapist at a local Methadone prescribing agency in the heart of Vancouver's heroin-using area. My assignment at the agency was to convince heroin users who were receiving Methadone maintenance to stop topping-up their legal Methadone prescriptions with illegal heroin, and to gradually wean themselves off Methadone maintenance.

This was a fascinating assignment for a young psychologist. And it required that I actually talk with many drug addicted people every day. This was quite frightening for me, because I had been taught that although junkies were sick and weak, they were also superhumanly clever liars and, since they cared about nothing but heroin, that they would trick me or threaten me to get my money.

I was terrified on my first day on the job. I braced myself behind my big wooden desk. Then, to my amazement, a human being entered my office, crossed the room, sat down in a chair, and announced that he was the junkie that I would be curing of addiction.

My biggest shock in that job was discovering that junkies were actually human beings with senses of humour as well as interests and needs other than using drugs. They were happy to talk about themselves as long as I would listen and not lecture them with theories of addiction that I had learned from my Psychology professors. They thought that stuff was stupid.

Most of the addicted men and women who sat across that desk from me were only a little younger than me, but they were weary, battered, and miserable from living as "junkies" in a hostile world. As they elaborated their very different stories, a general theme emerged that was totally unexpected. They did not usually think of themselves as under control of a demon drug, except when it was convenient to think that way, for example when speaking to a parent or a judge. Instead they saw themselves as having access to relief from heroin that helped to function normally. I also saw from their colourful stories that heroin use was providing them with an adventurous life of trying to outwit both the city and the national police, and often succeeding. Many of them also saw heroin use a way of protesting the ugliness and hypocrisy of "straight" society. Most of them expressed no interest at all in getting off their addiction. They were only talking to me because it was a requirement that they must meet before they could receive their Methadone. After they took their Methadone, they were heading back to adventurous lives that centered on finding more heroin.

Although they spent most of their time desperately seeking enough money to pay for this drug, most often by trafficking, theft, or prostitution and although they were brutally handled by the Canadian police in the drug war of the day and had the scars to prove it, they also gained an important identity and feeling of solidarity in the community of drug users who were also chasing heroin and being chased by the police. Their identity was further advanced because they could identify with the famous celebrity junkies of that era. They didn't want to talk to me about their psychological problems, but about the gangs and the adventurous lifestyle, including their encounters with the police! Contradicting the old demon drug story, they told me in a hundred ways that they were not out of control but living the most meaningful lives they could find construct, given their personal insecurities, their lack of education, and/or their membership in the underclass, and their deep disrespect for "straight" culture. Of course, they told me other conflicting stories as well, but the theme that emerged on balance seemed to me quite clear. More recent interview research on Methadone users have reported similar findings (Frank, 2018).

As a new university professor of psychology, I was eager share these surprisingly complex conversations with my students, and to raise possibility that perhaps the demon drug myth might not be the whole story.

Some of my undergraduate students were very interested in these fresh ideas, but others angrily reminded me that I was ignoring the demon drug story. One student actually shouted his disagreement from the back row of a classroom: "Those guys are lying. Don't you know about the rats?" By "the rats," he meant the rats in Skinner boxes that had an unlimited appetite for drugs. That student – I can still remember his angry voice and body language – unknowingly instigated a set of psychological experiments, which we called "Rat Park."

The Skinner Box experiments had obvious logical weaknesses. The most obvious was the rats were in solitary confinement and sensory isolation both in the Skinner Boxes and in their home cages. But rats are naturally social and curious creatures. Maybe they were just taking

the heroin to relieve their distress, like people in solitary confinement or in post-surgical pain. The second most obvious was that the Skinner Box results were being ridiculously overstated. Only a few of the experimental rats in special circumstances starved themselves to death! The drug had to be available all the time, and the rats had to have exactly nothing else to do but to press the lever on the wall. Most people who proclaimed the Skinner Box studies as evidence had no real knowledge of the experimental details.

Our group of student and faculty researchers at Simon Fraser University in Canada, initially including, Patricia Hadaway, Robert Coambs, Barry Beyerstein, and myself set out to experimentally investigate how physical and social environments affect opioid use by rats. There was no way to get a research grant for this kind of research, because all research grants in those days were based on the assumptions of the demon drug myth. However, our university generously funded the research for a while. We used Wistar "Old Colony" laboratory albino rats, which are extremely gregarious, curious, and active creatures. Their wild ancestors, Norway rats, are intensely social animals (Lore and Flannelly 1977) whose social responses remain largely intact even after hundreds of generations of laboratory breeding (Grant 1963). The opioid drug used in the Rat Park experiments was morphine hydrochloride, a salt of morphine that was used in morphine tonics that were medically prescribed for oral consumption in Canada in those days. Heroin, Oxycontin, and Fentanyl have almost exactly the same effects as morphine on human beings both in medical treatment and in illicit settings, although they differ in how much of the drug is required to produce these effects. Today's opioid overdose crisis in the United States and Canada provides a powerful reminder that injection is not a necessary part of opioid addiction. Terrifyingly large numbers of people have become dangerously addicted to opioids, like Oxycontin and Fentanyl, taken orally (e.g., Quinones, 2015).

We designed the Rat Park studies to determine whether rats in the isolated, barren housing, similar to that used in the Skinner box studies, would ingest more morphine than animals in more natural surroundings. We constructed a housing environment that mimicked the rats' natural

environment and named it "Rat Park." It was spacious, with about 200 times the floor area of a standard individual housing cage or a Skinner box. It was also stimulating: Painted walls and objects, such as tin cans and wood shavings, for the rats to explore and manipulate. Perhaps most important, it housed an entire rat colony at once: sixteen to twenty rats of both sexes, and, as time passed, lots of baby rats toddling about.



Figure 1. Rat Park, aerial view.

We measured the morphine consumption of rats that were individually caged 24 hours each day simply by fastening a drinking bottle containing the morphine solution next to the rat's regular water drinking bottle on the front of the cage. Weighing both bottles regularly provided a measure of how much drug solution and drug-free water was consumed each day.

Robert Coambs invented and built a more complex device to measure individual consumption in Pat Park. The device provided a short tunnel opening into Rat Park that allowed one rat at a time to enter. The rat could choose between two drop-dispensers. One dispenser contained the drug solution and the other contained the inert control solution. The device automatically recorded how many times a rat in the tunnel activated each drop-dispenser, while a photoelectrically activated camera recorded an identifying dye mark on the back of the animal (see Coambs et al. 1980 for full description). We converted the raw consumption data into three measures of each rat's daily morphine consumption: milligrams of morphine solution, mg morphine/kg body weight, and proportion of morphine solution to total fluid consumption.

Morphine solutions taste unpleasantly bitter to human beings and also to rats. Rats reject morphine solutions with the same signs of distaste that they show towards any extremely other bitter solution such as quinine sulphate in water. Offered a simple choice between water and morphine solution tells us nothing, because rats take only a drop or two of the drug solutions and ignore it thereafter. So we had to figure out a way to overcome the rats' natural resistance to the bitter taste of the drug solution. Fortunately, Khavari et al. (1975) had researched mixtures of morphine and sucrose that were sweet enough that rats would drink them in preference to water in quantities sufficient to produce signs of withdrawal when the solution was removed.

Morphine Consumption in Rats Without Prior Opioid Drug Experience

The experimental design that became our standard Rat Park experiment measured differences in the consumption of sweetened morphine solution between eighteen rats (nine of each sex) individually housed in small cages, and the same number of rats living in a Rat Park colony (Hadaway et al. 1979). The rats had no experience with opioid drugs prior to the experiment.

In order to determine whether the two housing environments produced any differences in attraction to the taste of sugar, the initial phase in the experiment offered the rats a choice between unflavoured water and sugar solution without morphine. The second phase offered rats a choice between water and morphine solution. In five subsequent phases of the experiment, the solution containing morphine was made increasingly palatable to the rats in each successive phase by either raising the concentration of sugar or lowering the concentration of morphine. In a final phase, the rats again had a choice between plain water and sugar solution.

The individually caged rats ingested much more morphine than the animals housed in Rat Park (see Figure 1). The results were not due to a preference for the plain sugar water, because there was no difference in preference for sugar water in the initial phase, and the Rat Park animals actually drank significantly more of the sugar solution in the final phase. In the first couple of phases in which morphine-sugar solution was used, some rats in both environments drank no morphine solution at all. As the flavour improved, caged rats increased their consumption of morphine dramatically while those in Rat Park increased theirs by only a small amount. The differences in morphine consumption were statistically significant in all five phases where the rats had a choice of drinking morphine sugar water or plain sugar water.

These data also indicate that female rats consume more morphine than males. We have not discussed this gender difference in this chapter, because the gender differences appeared in some of our later experiments but not others. For our present purposes, the difference between morphine consumption in isolated and Rat Park rats, which we found in rats of both genders, is more important.

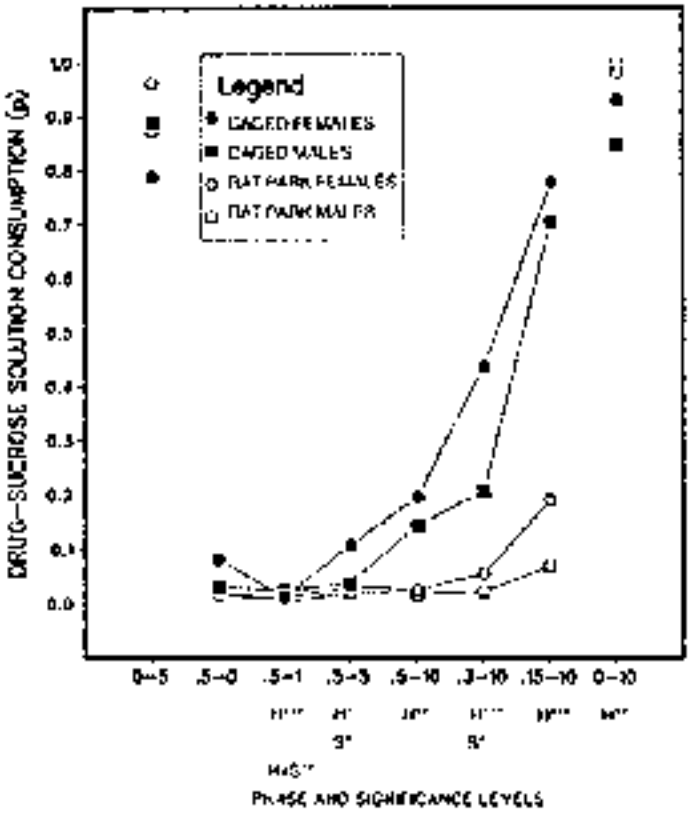


Figure 2. The Standard Rat Park Experiment (Hadaway et al., 1979).

Morphine Consumption in "Pre-Addicted" Rats

Rat Park animals did not drink as much morphine solution as rats housed in individual cages. But what would happen if Rat Park animals and caged animals were both were suffering from opioid withdrawal symptoms because they had been given morphine prior to the experiment?

To answer this question, we gave the rats unsweetened morphine solution (0.5 mg morphine hydrochloride/ml water) the only source of fluid for both individually caged rats and Rat Park rats for fifty-three days (Alexander et al., 1978). The rats hated the taste of the morphine solution, but they had nothing else to drink. Similar experiments in other laboratories indicated that the amount of opioids these animals ingested was more than enough to cause withdrawal symptoms (e.g., Fuentes et al. 1978).

Interspersed in this forced consumption phase were four choice days during which the rats in both environments were given access both to water and to morphine solution. The rats had to choose morphine if they were going to avoid severe withdrawal symptoms. At the end of this fifty-seven-day period, the rats were put on a training regimen designed by Nichols et al. (1956) to teach rats that drinking morphine solution would relieve their withdrawal symptoms. The Nichols phase of the experiment consisted of repeated three-day cycles comprising one day of no fluids, one of only morphine solution, and one of only water. This cycle was repeated eight times interspersed with four morphine-water choice days that occurred after each pair of cycles.

In the final, "abstinence phase" of this experiment, all morphine was withdrawn except for two morphine-water choice days, one each at two weeks and five weeks after the Nichols cycle phase.

Again, the results were large and statistically significant. In all three phases of the experiment, individually caged rats consumed the most morphine; during the Nichols phase, caged rats average about eight times as much morphine during the four choice days as did the Rat Park rats and generally ingested more as the phase progressed. (See Figs. 3 and 4).

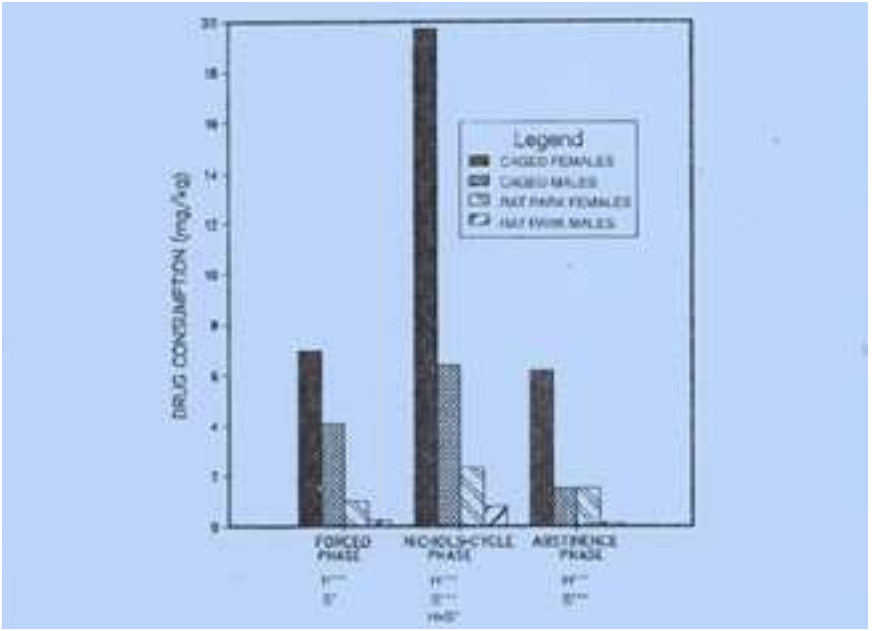


Figure 3. Forced Consumption Experiment (Alexander et al., 1978). Morphine consumption is given as mg/kg body weight. Statistical significance is indicated as described in Figure 1.

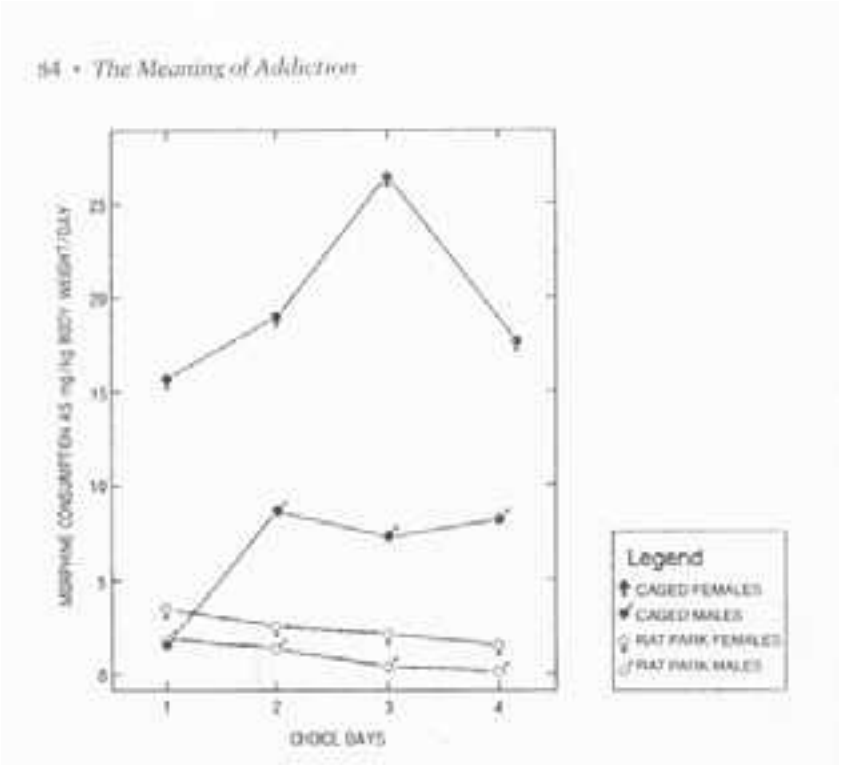


Figure 4. Nichols Cycles. (Alexander et al., 1978).

Morphine consumption during the successive cycles of the Nichols phase is given as morphine hydrochloride consumed per kilogram of body weight. Over successive cycles, the individually caged rats – but not the Rat Park rats – substantially increased their morphine intake.

The results of this second Rat Park experiment with "pre-addicted" rats called into question the version of the demon drug myth that was conventional in those days: That withdrawal symptoms were so powerful that they provided an irresistible impetus to opiate addiction. Just as with human beings, a rat's response to being withdrawn from a narcotic is influenced by all that is happening in his or her life. For rats housed in Rat Park, the need to avoid withdrawal symptoms was not an irresistible imperative.

Why the Rat Park Experiments are Important

The Rat Park Experiments that I have described so far are the ones that are being most publicized now (e.g., Hari, 2015). Although they were ignored for decades after they were first completed, times have changed. Many people now see them as a major breakthrough in understanding addiction. I, too, believe that they are part of a major breakthrough, although I think that I think the experiments have been over-generalized in some ways. After I explain why I think the experiments truly are part of a breakthrough, I will make suggestions about the kind of research on human beings that I think is needed now to extend our knowledge of addiction further.

1. Breakthrough: Disproof of the Demon Drug Myth.

.The Rat Park experiments can be considered a breakthrough because they helped to disprove the myth of demon drugs that has confused our understanding of addiction since the nineteenth century. Half a century ago, in the 1970s, the Skinner Box experiments that I discussed earlier were the big news in popular culture and the scientific literature. They appeared to prove that the addictive drugs of that day were irresistible to laboratory animals under the most highly controlled, scientific conditions! When put together with similar experiments with monkeys and the sensational stories being told about human drug users, these Skinner Box experiments seemed to have established an incontrovertible, scientific proof for the old myth: All mammals could transformed by heroin and other addictive drugs into out-of-control addicts! The War on Drugs must be expanded to protect our children and grandchildren! (Not to mention our rodents.)

But that "proof" was based on animals of a highly social and curious species that had been kept in isolation from the time they were weaned. If we did this to human children it would be considered torture and we would expect the children to be psychologically damaged.

The rats that appeared to prove the demon drug myth had been allowed to self-administer drugs in a tiny Skinner Box while still completely isolated, and while tethered to the top of the box with a tube implanted in their jugular vein. There was virtually nothing for the animals to do in this cruel and abnormal situation except press the lever on the wall that administered the drug. But then the Rat Park experiments showed that rats in a reasonably normal environment consume much less of the drug than those that were isolated. Therefore, Rat Park helped to show why the experiments that had seemed in those days to provide incontrovertible scientific evidence for the demon drug myth were invalid.

The Rat Park experimental findings have now been examined and criticized from every direction by laboratory scientists and they have been reproduced in many other animal laboratories in many ways that are more sophisticated than our original simple experiment. There have been some contrary findings, including some early non-replications with a different sub-strain of rats in our own laboratory at Simon Fraser University (Petri, 1985; 1996), but a great deal of critical research has now yielded an established fact: Laboratory rats do not find addictive drugs irresistible or even attractive when they have the opportunity to interact with other rats instead! As the original Rat Park experiments seemed to show, rats prefer social experience to drugs whether or not they have been preaddicted to the drugs before the experiment begins (Venirro et al., 2018; see also extensive literature reviews by Ahmed, 2019; Khoo, 2020).

There is now more sophisticated animal research on social stressors including not only isolation, but also social exclusion, and low rank in the pecking order. These social stressors not only increase drug consumption in laboratory animals and human beings, but they also lower sensitivity to drug effects and produce neurochemical changes in areas of the brain that have been linked to the establishment of addictions (e.g., Schenk, Hunt, Malovechko, Robertson, Klukowski, & Amit, 1986; Solinas, Thiriet, Chauvet, & Jaber, 2010; Whitaker, Degoulet, & Morikawa, 2013; Heilig, Epstein, Nader, and Shaham, 2016; Zelikowsky et al., 2018).

Other experiments have shown that confining rats in social isolation produces developmental dysfunctions in the brain (Lapiz et al, 2003). Behavioural experiments conducted on isolated rats cannot even be generalized to normal rats, much less to normal human beings!

Of course, animal research alone cannot completely disprove the demon drug myth, because there was some human evidence for the story from clinical and historical research, even though none of that human evidence was as convincing in the 1970s as the Skinner Box evidence on rats. Besides, it is now clear that the human evidence does not prove the demon drug myth either. There is extensive counter-evidence for every part of it from clinical and historical research (See reviews of the

human evidence against the demon drug story and the "Official View" of addiction by Alexander, 2008, chap. 8 and Alexander, 2014; 2016).

Although the demon drug myth has been disproven, it continues to dominate the popular culture of many countries, including the United States, the Philippines, and, perhaps, Brazil, and to serve various political purposes, including justifying persecution of minority groups. Even in my city of Vancouver, Canada, where the War on Drugs is now ended in most ways, many people still assume that the demon drug myth is still true, perhaps because they grew up with it as children, as I did. The old story has been also given new life by advanced neuroscience research mostly funded by the National Insititute of Drug Abuse in the United States. However, even this avant garde "Brain Disease Model of Addiction" is now also on the defensive among addiction professionals, because many influential neuroscientists and other researchers are working together to show that it too is invalid (Heim, 2014; Heather et al., 2018)

2. Political Significance: Addiction Can Be Controlled by Controlling Social Environment.

. There is a second way of looking at the Rat Park results. This interpretation could be considered revolutionary, because it suggests that the solution to the addiction problems is political, rather than criminological or medical! Although this second interpretation is even more important than the first, it is vulnerable to being oversimplified or overgeneralized. I will try to show that no overgeneralization is required to use this second interpretation of the Rat Park experiments to illuminate an important direction for future research in addiction.

According to this second interpretation, addiction can be controlled by re-organizing society so that individual have enough to eat, a decent place to live, and a safe society in which to raise their children, whether they are rats in Rat Park or people (Solinas, Thiriet, Chauvet & Jaber, 2010). On a more abstract level, people often now say that "The opposite of addiction is connection" (Hari, 2015), suggesting that addiction

might disappear as a problem if people can live in more connected societies without the poverty and social isolation that is imposed by a modern society dominated by enormous corporations that organize us solely to maximize their own profits. In the most generalized sense, this interpretation suggests that the deep mystery of addiction is finally solved! We need enlightened governments that will provide everyone with the basic necessities of human life in a welcoming cultural setting.

I support this second interpretation, and I love the slogan that "The opposite of addiction is connection." And, of course we must have societies in which nobody is subjected to the inhumanities of extreme poverty, economic exploitation, and social exclusion. This is just basic human decency!

However, I believe that the second interpretation of the Rat Park experiments can be oversimplified and overgeneralized. Rat Park does not tell us all we need to know about addiction, and we cannot find all that we need to know, no matter how many rats we study. We need precise addiction research on human beings in their own cultural settings around the world if we are to adequately understand what "connection" means for a human being. It is my hope that some of the important future human cultural research will take place in the new Observatory!

Why do we need addiction research on human beings? I will remind you of the obvious. Human beings are vastly different than the rodents in Rat Park. All societies of laboratory rats that I have observed look (and smell) about the same. On the other hand, human societies vary enormously and the differences have a major impact on the prevalence of addiction.

In societies of laboratory rats, socially life among adults is quite simple. It mainly consists of two rats cautiously sniffing each other's rear ends when they meet and then either mating, fighting, or running away from each other. There is a simple dominance order among the male rats, which determines who gets first access to food, water, and sex. When female rats are sexually receptive, it doesn't matter to them

which male impregnates them: The males have already fought that out as they established their dominance hierarchy. The females spend most of their time pregnant and raising new litters of 8-12 baby rats each time. Often females raise their litters close to other females with litters and sometimes the babies wander from one litter to another. Rat babies cuddle with each other and nurse from their mothers, occasional sniffing of each other's rear ends in apparent anticipation adult social life. You can spend endless hours watching colonies of rats – as I have -- and I think you will see very little that goes beyond these basic patterns.

Obviously, human society is infinitely more complex and varied, and human social and spiritual needs have a depth and subtlety that is unknown to rats. I will illustrate this difference with some historical research on the native people from western Canada where I live. Most of the historical story that I will summarize here has been assembled by anthropologists, sociologists, and missionaries over a couple of centuries, but I have collected some information myself, by visiting several native reserves for extended periods and learning the oral history from tribal elders.

The aboriginal societies that existed for centuries in western Canada before European settlement were vastly different from the societies that was imposed on the aboriginal people by the colonists. As well, the pre-colonial native tribes were distinct from each other, although they shared some common features, including strong family ties, communal sharing of resources within the tribal group, and frequent, fierce wars against neighboring tribes. Each tribal group had its own unique language, local ceremonies, spiritual traditions, working technologies, and economy (e.g., Jewitt, 1807/1988; Sproat 1868/1967; Samson, 2003; Alexander, 2008, pp. 376-379).

Some of the pre-colonial native tribal groups' economies were based primarily on salmon fishing, some on whaling, and some on hunting in Canada's vast interior forests. For example, 150 years ago, the whaling tribes of the west coast near where I currently live pursued and harpooned huge whales in the open seas from canoes carved out of tree

trunks using harpoons with points made out of shells and restrained the wounded whales with ropes woven from the bark of cedar trees! Different tribal groups of whalers differed culturally in the diverse legends and the spirits that guided their long ocean whale hunting trips and inspired their "Potlaches."

Potlatches were multi-day celebrations sponsored by a family that had accumulated much aboriginal wealth. At the potlatch, their aboriginal wealth – furs, whale blubber, blankets, hand made tools, and much more – was shared with everyone in their village, including slaves. At the same time that everybody in the village was enriched, while the social status of the host family was greatly enhanced. The redistribution of wealth occurred amidst days of singing, dancing, oratory, ritual, and storytelling (Clutesi, 1969).

These native whaling people were admirable in many ways – we can now only imagine the bravery required for men to paddle across vast expanses of the Pacific Ocean in dugout canoes hunting whales that were many times larger than their boats! However, these brave people were not "noble savages." They had frequent bloody intertribal wars in which women and children were slaughtered along with enemy warriors. They made slaves of the prisoners-of-war that they did not kill in battle or maim with torture. Native groups also had to cope with individual failures, including betrayals and insanity at times (Jewitt, 1807/1988; Clutesi, 1969). In other words, they had almost the same set of problems as the settlers who came from Europe to colonize them, except one. The historical records and oral histories suggest that the native people had virtually no serious addiction problems until their cultures were crushed by the settlers and the people were confined to the tiny "reserves" while their former lands and seas were turned over to the colonists. They had no alcohol or drugs, but they had many of the cultural features that people become seriously addicted to now: gambling games, food, sex, power, and aboriginal wealth.

After their lands and sea access were taken away and they were sequestered on reserves, alcohol addiction and later drug addiction

became almost universal in most of the tribes. In many of my province's 196 native reserves, virtually every adult was either alcoholic, or addicted to drugs, or in some kind of recovery group or treatment regime. Along with alcoholism and drug addiction, the native people on reserves suffered from problems that are still associated with severe addiction today: suicide, depression, and domestic violence. Many individuals spent most of their adult lives in Canadian prisons. Alcohol and drug addiction have remained universal today on some reserves, although others are gradually bringing it under control.

The colonists explained the almost universal alcohol addiction of the native people with an earlier own version of today's myth of demon drugs. Beginning in the 19th century, popular and professional opinion agreed that native people were simply unable to drink alcohol in a civilized way and that they became belligerent and went crazy if they were allowed to drink at all. I absorbed this story about native people as I grew up, although the myth of demon drugs was more often applied during my generation to drugs like heroin and cocaine became increasingly threatening to mainstream society in the twentieth century.

The earlier version of the myth of demon drugs applied to alcohol and native people required an earlier version of the War on Drugs. Everything was done to keep alcohol away from native people. Enforcement was sometimes brutal. The earlier War on Drugs, like the later one, was a complete failure.

And now the earlier demon drug myth has been disproven too. Historical studies have shown that, in warmer parts of North America, where fruit is more abundant and ferments more readily in the long summers, many native tribes knew how to make alcoholic drinks and used these drinks regularly (and sometimes riotously) in tribal rituals, without any significant problem of alcoholism (McAndrew & Edgerton, 1969; Heath, 1987). Another historical fact is that in those places in Canada where the colonial traders brought trade alcohol to the natives but did not at first claim the native's land and confine them in reserves, alcoholism did not emerge as a significant problem. In some of these

places, Europeans typically traded with natives in the summertime, often trading liquor for their furs. The natives did not succumb to alcoholism, although they drank it at the trading posts along with the traders and carried some of it away when they returned to their territories, and sometimes incorporated it into their native spiritual ceremonies. Most of the native people continued to live through the frigid Canadian winters in their traditional way without any spread of alcoholism and without any significant rise in suicide, depression, domestic violence, or criminality – until they were forced into reserves, which happened to every tribe eventually (Samson, 2003; 2004; Alexander, 2008, pp. 376-379).

Because the myth of the demon drug is now disproven for human beings as well as rats, we must look elsewhere to find why the alcohol and drug addiction became nearly universal among previously non-addicted native people after they were colonized. Rat Park can help us to think through the situation up to a point. When tribal environments were made grossly abnormal, just as when rats are isolated for most of their lives in cages, the prevalence of excessive consumption and addiction among most native tribal groups went from very low to almost universal.

But the tribal people who became universally addicted were not isolated! They were not even "disconnected" in the normal meaning of that word. In fact, they were probably connected to their families and communities more of the time than they had been before the colonists came, because they were confined and segregated in small villages, rather than being spread across vast reaches of land and sea when they were feeding themselves by hunting, fishing, or whaling.

The reserves imposed by the settlers had complex cultures, even though much of it was imposed on the native people by the settlers and by police, priests, and teachers. Most of the reserves had adequate food, shelter, and medical treatment most of the time, although school-age children were taken from their parents and shipped to "residential schools" where they were forced to speak English rather than their own

languages as part of a deliberate effort to extinguish indigenous culture. Traditional native culture and economic systems were treated with utter disrespect by the settlers. For example, the famous native "potlatches "– were made illegal and severely punished with prison sentences after 1884.

Their near universal addiction problems and the attendant problems of suicide, domestic violence, and criminality among native peoples appear to be a result of crushing cultural traditions and native language and religion and the destruction of the spirit of fierce independence that they had known from their aboriginal past. This is a very human tragedy, although it somehow resonates with the Rat Park experiments.

But which of the many differences between their current lives and the lives in their aboriginal past caused the tremendous change in addiction from 0% to almost 100%? We need to know exactly what kinds of social deprivation produce people who are totally vulnerable to addiction in the aboriginal reserves of the modern world, if we are to bring addiction under control in today's modern cultures in Canada and, I think, around the world. We need the same kind of specific information to understand the addictions and other mental health problems in the modern culture, among all social strata, including the addictions of the rich settler culture. This is a kind of cultural research that cannot be carried out with rats, because human social needs and cultures far more complex than anything that exists in the world of rodents. The research that needs to be undertaken to understand and control addiction in the modern world is just beginning.

An extended research program involving every native reserve in British Columbia by Chandler, Lalonde, Sokol, & Hallett (2003, Section V) and Hallett, Chandler, & Lalonde (2007) provides an example of the kind of research that I think needs to be done. These researchers focussed on youth suicide rather than alcoholism or drug addiction, but their methods could be adapted to addiction research and the results would almost certainly be similar, because suicide and alcoholism are so closely associated in native culture. Chandler et al. began with the

hypothesis that today's extraordinarily high prevalence of youth suicide among native people is provoked by a lack of "cultural continuity," meaning the degree to which the native villages have managed to maintain a cultural connection with their tribal groups' ancestors and traditions, as well as adapting to the demands of the modern economy in which they must live.

Chandler and his colleagues observed that youth suicide among native groups is extremely variable. There are 196 native villages in British Columba today. All of them are successors to the " reserves" on which native people were confined in the late nineteenth and early twentieth centuries. Some of these villages have little or no youth suicide, but some have devastatingly high rates. Chandler et al. used government statistics to compare these native villages with respect to specific measures of "cultural continuity". Villages were said to have high cultural continuity if they had: 1) some success in gaining legal land title to some of their ancestral territory, 2) political autonomy of the local native "band councils" in controlling local law enforcement, fire protection, and the administration of schools and medical systems, rather than local services being administered by the provincial and federal governments 3) at least one building in the village set specifically dedicated to traditional native cultural activities and crafts, and 4) at least 50% of the people in the village still able to converse in the traditional native language of their tribal group. (I have simplified Chandler et al.'s complex project for this short chapter, but the full methodology is available in the references that are cited here).

The results of the data analysis appear to be conclusive. In those villages where all of these measures indicated high "cultural continuity", there was little or no youth suicide. In villages where all of the markers indicated low cultural continuity, youth suicide was frequent, far above the norm for youth suicide in Canada as a whole.

The studies by Chandler et al. on aboriginal people indicate that several aspects of cultural continuity can make individuals less vulnerable to engaging in self-destructive behaviours, even if they are completely separated from their traditional tribal economic basis and have completely lot their traditional political autonomy. Unlike Rat

Park, these studies that mere social connection is not sufficient for human beings. Complex research is required to determine what kinds of social environment will protect people from self-destructive behaviour.

Of course, the cultural history of Canadian native people is far removed from the cultural history of Brazilian native groups in today's Amazon, or in today's high-tech Brazilian cities and marginalized urban favelas. But I believe that the principal may be the same. Highly targeted research of particular groups in their own historical context will be required to determine how to aid local communities to protect themselves against addiction and other self-destructive behaviours. This is the kind of research that I hope might emerge around the world, and, in particular, in the new Observatory of the Addictions.

Another problem that will require extensive research in the future, is the mystery of the Nordic countries. Norway, Denmark, Finland, and Iceland are role models of social justice and equity for the world. These countries have achieved enviable success in providing housing and the necessities of life for virtually all their people. They have high levels of income equality, their streets are safe, medical care and education are available for all.

People in these countries generally trust their governments, as can be seen in the outcomes of the current Covid-19 pandemic. Each of these countries' governments has asked for and received a disciplined "social distancing" response from their citizens. They have thereby "flattened the curve" of Covid-19 cases and deaths at an extremely low level compared to the United States, Brazil, and Canada (Our World in Data, 2020a) Their economies are being re-opened for post-pandemic functioning much faster than most countries in the Western Hemisphere (Cushman & Wakefield, 2020). These countries have the most enlightened drug addiction treatment regimes in the world, with harm reduction and psychological treatment available to all and almost no traces of the War on Drugs.

Yet Denmark, Norway, Finland, and Iceland still have significant addiction problems. For example, their death rates for alcoholism are comparable, and in some instances, greater than those of the United States, Brazil, and Canada (Our World in Data, 2020b). Of course, national deaths rates for alcoholism are just one indication of the levels of addiction in a country, and, on some other indications the Nordic countries place much lower the United States, Brazil, and Canada. But why do the Nordic Countries have any addiction at all? They manage to provide their citizens levels of social justice and economic equality that are the envy of the world and they have been blessed with long-term cultural continuity. A near-perfect "Rat Park" for human beings!

Now that we can no longer explain addiction with the demon drug theory, we need a new explanation. Rat Park helps us, at least in a small way, to understand the need to find cultural sources of a flood of addiction that has emerged in almost every part of the world. But continuing addiction problem in the Nordic countries show that a huge mystery remains to be solved. What causes the high and growing prevalence of addiction in modern society even when housing is adequate, social justice is reasonable, and cultural continuity prevails? The conditions that are adequate to enable human beings to resist addiction are much more subtle and complex than those that prevented excessive drug use in Rat Park. I think part of the answer may lie in the need for cultural fusion in an emerging global society (Alexander, 2008, pp. 376-379), but that is a topic for another time.

I believe that this is where future research on addiction begins. The road will be long. I hope the new Observatory in Brazil will play a major part.



References

Ahmed, S.H. (2019).
"A walk on the wild side" of addiction: The history and significance of animal models. Routledge Handbook of Philosophy and Science of Addiction, H. Pickard and S.H. Ahmed (Eds.). New York, New York: Taylor& Francis. (pp. 192-203)

Alexander, B.K. (2008).
The Globalization of Addiction: A Study in Poverty of the Spirit. Oxford, UK: Oxford University Press.

Alexander, B.K. (2014).
The Rise and Fall of the Official View of Addiction. Retrieved August 11 2018 from www.brucekalexander.com/articles-speeches/277-rise-and-fall-of-the-official-view-of-addiction-6

Alexander, B.K. (2016).
Replacing the official view of addiction. In J.E. Davis and A.M. González (Eds.), To fix or to heal. New York University Press, pp. 208-237.

Alexander, B.K., Coambs, R.B., and Hadaway, P.F. (1978).
The effects of housing and gender on morphine self-administration in rats. Psychopharmacology, 58, 175-179.

Chandler, M.J., Lalonde, C.E., Sokol, B.W., & Hallett, D. (2003).
Personal persistence, identity development, and suicide: A study of native and non-native North American adolescents. Monographs of the Society for Research in Child Development, 68(2, Serial No. 273).

Clutisi, G. (1969).
Potlach. Sydney, BC: Gray's Publishing.

Coambs, R.B., Alexander, B.K., Davis, C.M., Hadaway, P.F., & Tressel, W.K. (1980).
A drug dispenser to measure individual drinking in rat colonies. Pharmacology Biochemistry and Behavior, 13, 593-595.

Cushman & Wakefield Corporation. (2020).
Global Economy Reopening Tracker. Retrieved October 16 2020 from https://www.google.com/search?as_q=&as_epq=Global+Economy+Reopening+Tracker&as_oq=&as_eq=&as_nlo=&as_nhi=&lr=&cr=&as_qdr=all&as_sitesearch=&as_occt=any&safe=images&as_filetype=&tbs=

Frank, D. (2018).
"I Was Not Sick and I Didn't Need to Recover": Methadone Maintenance Treatment (MMT) as a Refuge from Criminalization. Substance Use and Misuse, 53 (2), 311-322.

Fuentes, V.O., Hunt, W.B., & Crossland, J. (1978).
The production of morphine tolerance and physical dependence by the oral route in the Rat. Psychopharmacology, 59, 65-69.

Grant, E.C. (1963).
An analysis of the social behaviour of the male laboratory rat. Behaviour, 21, 216-221.

Hadaway, P.F., Alexander, B.K., Coambs, R.B., and Beyerstein, B.L. (1979).
The effect of housing and gender on preference for morphine-sucrose solutions in rats. Psychopharmacology, 66, 87-91.

Hallett, D., Chandler, M.J., & Lalonde, C. (2007).
Aboriginal language knowledge and youth suicide. Cognitive Development, 22, 392-399.

Hari, J. (2015).
Chasing the Scream: The first and last days of the war on drugs. London: Bloomsbury.

Heath, D. B. (1987)
A decade of development in the anthropological study of alcohol use:1970–1980. In M. Douglas (ed.), Constructive Drinking: Perspectives on Drink from Anthropology, pp. 16–69. New York, NY: Cambridge University Press.

Heather, N., Best, D., Kawalek, A., Field, F., Lewis, M., Rotgers, F., Wiers, R.W. & Heim, D. (2018)
Challenging the brain disease model of addiction: European launch of the addiction theory network. Addiction Research & Theory, 26(4), 249-255.

Heilig, M., Epstein, D. H., Nader, M. A. and Shaham, Y. (2016)
'Time to connect: bringing social context into addiction neuroscience', Nature Reviews Neuroscience, 17, 592-599.

Heim, D. (2014, 5 March).
Addiction: Not just brain malfunction. Nature 507(7690), 40.

Hoffman and S. Froemke. (2007).
Addiction: Why Can't They Just Stop? New York, New York: Rodale.

Hot Docs (2019).
Films Changing the World: Rat Park, a film by VICE Studios. Retrieved 14 October 2020 from https://boxoffice.hotdocs.ca/websales/pages/info.aspx?evtinfo=102099~fff311b7-cdad-4e14-9ae4-a9905e1b9cb0&epguid=6395d239-7dd9-47d4-a22f-81a783873e12&

Jewitt, J.R. (1807/1988).
A Journal Kept at Nootka Sound. Fairfield, Washington: Ye Galleon Press.

Khavari, K.A., Peters, T.C., & Baity, P.L. (1975).
Voluntary morphine ingestion, morphine dependence, and recovery from withdrawal signs. Pharmacology Biochemistry and Behavior, 3, 1093-1096.

Khoo, S.Y.-S. (2020).
Have we reproduced Rat Park? Conceptual but not direct replication of the protective effects of social and environmental enrichment in addiction. Journal for Reproducibility in Neuroscience, 1(1), 1-9.

Lapiz, M.D.S., Fulford, A., Muchimapura, S. et al. (2003).
Influence of Postweaning Social Isolation in the Rat on Brain Development, Conditioned Behavior, and Neurotransmission. Neuroscience and Behavioral Physiology, 33, 13–29.

Lore, R. & Flannelly, K. (1977).
Rat Societies. Scientific American, 236(5), 106-116

McAndrew, C. and Edgerton, R. B. (1969)
Drunken Comportment: A Social Explanation. Chicago, IL: Aldine.

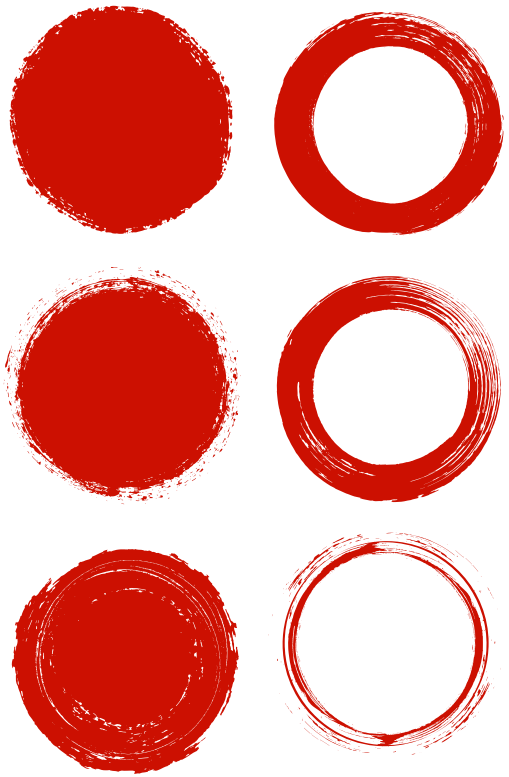
McMillan, S. (2013).
Rat Park. Online science comic book, retrieved 13 October 2020 from https://www.stuartmcmillen.com/comic/rat-park/

Murphy, E. (1973).
The black candle. Toronto, ON: Coles. (Original work published 1922).

Ng Cheong Ton, MJ., Blair, R., Holmes, L., Amit, Z. (1983).
Effects of chronic naltrexone on amphetamine locomotor activity. Substance and Alcohol Actions/Misuse, 331-336.

Nichols, J.R., Headlee, C.P., & Coppock, H.W. (1956).
Drug addiction I: Addiction by escape training. Journal of the American Pharmacological Association, 45, 788-791.

Our World in Data. (2020a, 15 October 2020).
Cumulative Confirmed Covid-19 Deaths. Retrieved 15 October 2020 from https://ourworldindata.org/coronavirus-data-explorer?zoomToSelection=true&time=2020-03-09..latest&country=OWID_



Auto-Ethnografia e Suposições Naturalizadas sobre Drogas e Sociedade:

O Professor e as 4 Gentilezas Pedagógicas

Dr. R. Dan Small
PhD, MPhil Cantab, BA Soc/Anth, BA Psych
Departamento Associado de Antropologia da Universidade da Colúmbia Britânica

dansmall@mail.ubc.ca

Bruce K. Alexander
Professor Emeritus, Simon Fraser University, Vancouver, Canada

alexander@sfu.ca

Resumo

Este capítulo emprega uma abordagem auto-etnográfica para explorar o impacto de um professor nas suposições naturalizadas de um aluno sobre drogas. A autoethnografia é uma técnica utilizada pelos pesquisadores para examinar sua própria experiência em relação ao contexto sociocultural mais amplo (Bryan, 2010). O aluno (autor) descreve importantes princípios do ensino nessa área, denominados bondades pedagógicas, que o inspiraram a assumir um papel de liderança no desenvolvimento de uma gama de serviços de saúde, moradia e apoio voltados ao acolhimento de pessoas com múltiplas barreiras à sua permanência social, incluindo o uso indevido de substâncias, na família humana. Um desses iniciados incluiu a primeira instalação de injeção supervisionada da América do Norte (Insite) localizada em Vancouver, Canadá.

Autoednografia, política de drogas, redução de danos, técnicas pedagógicas para educação de drogas

Este pequeno ensaio excêntrico faz uso de uma abordagem auto-etnográfica para examinar a relação entre um professor e um aluno. A autoetologia é uma técnica metodológica e teórica para um pesquisador se examinar em relação ao contexto sociocultural mais amplo (Bryan, 2010). Por sua própria natureza, examina intencionalmente um conjunto de questões que precisavam ser abordadas no que diz respeito à sua interjetividade inerente dentro de uma determinada área (Hayano, 1979). Baseando-se nesse método, espero explorar o impacto de um professor em um aluno, ao mesmo tempo em que ofereço alguns pensamentos sobre a maneira como os alunos aprendem a desafiar ideias de outra forma tomadas sobre drogas. Embora se relacione com o tema dos problemas sociais contemporâneos, particularmente drogas e vícios, fala de forma mais geral que as ideias importam, e podem ser feitas para importar, na vida cotidiana. Além disso, tenta revelar alguns princípios de ensino nessa área, o que será referido a partir de agora como bondades pedagógicas, que um professor ensinou a um aluno improvável. Dr. Bruce Alexander é o professor e eu sou o aluno.

Conheci o Dr. Bruce Alexander em 1987, quando fiz um seminário de psicologia sobre drogas no terceiro ano da minha graduação na Universidade Simon Fraser. Por meio de formação, fui o primeiro da minha família a ir para a universidade. Meu pai era um policial da Polícia Montada Real Canadense. Meu pai tinha sido responsável por crimes graves e seções de aplicação de drogas em seu destacamento policial. Foi a partir dessa última capacidade que sua visão sobre drogas ilícitas e suas características negativas afetaram drasticamente minha visão na área. Como o destino acabaria por tê-lo, dr. Alexander se tornaria ainda mais influente no meu pensamento em relação ao meu entendimento sobre drogas e vício. Na verdade, ele os viraria do avesso e, em última análise, me daria a chance de contribuir para a bolsa pública de uma forma que eu não poderia ter imaginado todos esses anos atrás.

Naquela época da minha vida, minha visão sobre drogas era infundida com o senso comum da época. Esse senso comum sustentava que algumas drogas particularmente perigosas, como heroína ou cocaína, tinham qualidades viciantes intrínsecas que poderiam, por

si mesmas, assumir o controle de uma pessoa. Essa visão comumente mantida, em suma, poderia ser resumida coloquialmente da seguinte forma: primeiro uma pessoa toma uma droga viciante e, em seguida, com o tempo, uma droga viciante leva uma pessoa. O foco, dentro dessa construção narrativa, estava no nível do indivíduo, tanto na droga em si quanto na pessoa que a tomou. Policiais, como meu pai, eram os guardiões da sociedade e, nesta capacidade, eram protetores da segurança pública. Como tal, eles estavam engajados na linha de frente de uma guerra travada pela sociedade contra as drogas e seus perigos para os cidadãos. Pessoas más fornecêuram drogas ruins para pessoas que tomaram más decisões. As pessoas más e as drogas ruins eram alvos lógicos da aplicação e policiais como o meu pai.

Na base da minha orientação de bom senso estava a ideia de que as consequências para as pessoas que tomavam drogas perigosamente viciantes eram terríveis. As pessoas seriam essencialmente tomadas e controladas pelas propriedades intrínsecas viciantes dessas drogas. Em essência, as drogas tinham propriedades fisiológicas que criavam uma espécie de escravidão biológica que era mantida por sintomas de abstinência quase intransponíveis e desejos avassaladores. Esta foi, em suma, a essência do meu entendimento do vício: a escravidão psico-fisiológica ao pó branco.

Na primeira sessão do seminário sobre psicologia das drogas, comecei a me sentir desconfortável quando o Dr. Alexander me apresentou uma perspectiva que sutilmente desafiou minhas ideias sobre drogas e vício. Essencialmente, ele ofereceu uma perspectiva rival para a abordagem da guerra contra as drogas que poderia ser resumida, coloquialmente como: as pessoas tomam drogas, as drogas não levam as pessoas. As pessoas são muitas vezes viciadas em mais do que apenas pó branco; eles podem ser viciados em poder, corrida, sexo, jogo e muitas outras atividades e experiências que podem não ser classificadas como "drogas" no sentido tradicional. Além disso, a guerra contra as drogas, argumentou o Dr. Alexander, ignorou em grande parte o contexto sociológico dos problemas sociais contemporâneos. Talvez o mais comovente, ele ilustrou isso com um estudo, agora conhecido como

"Rat Park" (Alexander & Hadaway, 1980). O estudo essencialmente colocou ratos em duas condições, uma em que os pequenos animais eram individuais confinados a pequenas gaiolas de laboratório e outra onde viviam, coletivamente, em um parque com a oportunidade de brincar, socializar, correr e se envolver em todas as atividades normais da vida de ratos. Com acesso igual e amplo aos opiáceos, os ratos nas gaiolas usavam grandes quantidades de drogas, enquanto os ratos no ambiente do parque usavam muito pouco. Este estudo desafiou a noção de drogas com qualidades intrinsecamente viciantes e obrigou o leitor a contemplar o efeito do contexto, das adversidades e do sofrimento sobre o uso de drogas mesmo nos mamíferos mais simples.

É importante entender que as perspectivas que eu tinha naquela época sobre drogas não eram conhecidas por mim como perspectivas. Eram, para mim, verdades universais que eram tão claras quanto o ar que eu respirava. Eles tinham sido tecidos no tecido da realidade evidente. Mas eu não sabia.

Irritado com o que parecia ser um desafio quase imprudente aos fatos importantes sobre drogas e seus perigos, uma espécie de fogo acadêmico começou a se acotoar dentro de mim. Alexander tinha selecionado um rascunho de seu livro ainda não publicado examinando criticamente a Guerra às Drogas, Medidas Pacíficas, como o texto do curso. Li cada linha do livro com um compromisso desenfreado em desafiar sua crítica à Guerra às Drogas. Na classe, tornei-me seu crítico mais feroz e implacável de cada elemento de seu argumento: linha por linha, parágrafo por parágrafo e capítulo por capítulo.

Cada vez mais, comecei a caracterizar o Dr. Alexander como um acadêmico etéreo, em grande parte removido da vida cotidiana das drogas e do vício, cujas ideias, embora intelectualmente desafiadoras, eram totalmente infundadas. Em certo ponto, como parte do meu esforço para ilustrar e sublinhar claramente a desconexão entre o mundo acadêmico e "real" das drogas, sugeri à classe que talvez meu pai, que era o então chefe do Esquadrão de Drogas para um destacamento do RCMP, seria um participante convidado adequado

para uma sessão do seminário. Como penso nisso agora, me encolho de constrangimento, pois me lembro de ter oferecido que meu pai viesse à aula para ajudar a reforçar minha oposição à perspectiva de um professor. Para minha surpresa, o Dr. Alexander não riu, mas imediatamente aceitou minha sugestão e convidou meu pai para participar da próxima aula. Ele fez isso.

E assim aconteceu que meu pai, um homem que nunca se formou no ensino médio, mas que tinha 30 anos de experiência como policial, veio como convidado para uma aula universitária do quarto ano, a fim de compartilhar suas perspectivas com um dos principais estudiosos do mundo na psicologia do vício. Alexander foi tão incrivelmente respeitoso enquanto ouvia as contribuições do meu pai para o seminário e, ao fazê-lo, me ensinou algo que eu não sabia que estava aprendendo. Essa foi a primeira gentileza pedagógica: o respeito pela experiência dos povos e a compreensão de que todos, mesmo um estudante de graduação ou um policial sem qualquer formação universitária, podem ser eles mesmos, uma fonte de conhecimento e inovação.

Minha crítica infalível ao rascunho do livro do Dr. Alexander, suas ideias e suas implicações foram em grande parte derivadas do coração em vez de proficiência acadêmica. Tive a ideia na época de que as ideias eram mais importantes do que questões técnicas e, como tal, meus trabalhos estavam repletos de erros gramaticais, tipográficos e de formatação. A nota final que eu ganharia neste curso teria que ser baseada em uma avaliação de pura tenacidade em vez de talento acadêmico.

Quando terminei o seminário, lutei muito durante todo o período pela minha perspectiva alternativa. Eu não tinha convencido ninguém a acreditar na minha visão sobre drogas e vício mas eu tinha sido mais envolvido com uma questão acadêmica do que eu pensava possível. Eu tinha aprendido a aguçar meus argumentos-chave e fortalecê-los com qualquer evidência que eu pudesse encontrar, seja experiencial ou erudita. Eu tinha me convencido de que as ideias acadêmicas importavam na vida cotidiana. Apesar da apresentação não polida do meu trabalho

e da minha constante crítica às suas ideias, o Dr. Alexander concedeu um A ao seu mais ardente, e talvez menos talentoso, crítico. Depois disso, ele me encorajou a entrar no programa de honras e me convidou para ser seu aluno de honra. Além disso, ele sugeriu que minha tese de honra poderia ser focada em desenvolver ainda mais a minha crítica de sua teoria e reforçar meus esforços para provar que sua teoria está incorreta. Essa foi a segunda gentileza pedagógica: incentivar a análise crítica de todos os setores e ver potencial de contribuição acadêmica mesmo quando não era óbvio.

Meu pai queria desesperadamente que eu seguisse uma carreira na advocacia. Influenciado por sua experiência trabalhando no sistema de justiça criminal, ele via os advogados como profissionais de prestígio e sucesso. Apesar de ter escrito meus exames de direito e ter sido admitido na faculdade de direito, abandonei esse sonho, que era do meu pai, não meu, e decidi que precisava cursar pós-graduação nas ciências sociais. Esta busca vocacional foi em grande parte inspirada pelas minhas interações com o Dr. Alexander. Fiquei entusiasmado com a percepção de que mesmo não acreditando na teoria dele, este professor acreditou em mim.

Eu carreguei minha abordagem crítica para engajar professores em um programa de mestrado em psicologia. Um dia, depois de uma interação tipicamente mal-humorada com um dos meus professores, fui abordado pelo professor após a aula. Ele me levou de lado e disse: "olha, há duas coisas que você faz com a psicologia: ou (A) você estabelece tijolos de conhecimento acadêmico e científico ou (B) você tenta fazer mudanças no mundo. Se você está interessado no último, eu sugiro que você dar o fora da psicologia. Eu fiz.

No dia em que saí do programa de mestrado, literalmente limpei minha caixa de correio e assistente de ensino e me preparei para sair de férias para contemplar o que fazer a seguir. Na realidade, eu não estava me sentindo inspirado pelo campo da psicologia naquele momento, e não estava, como resultado, me aplicando ou indo muito bem no programa de qualquer maneira. A verdade é que eu estava muito triste e

estava tendo uma espécie de crise de identidade acadêmica. Pouco antes de ir para o meu carro, atravessei a rua do departamento de psicologia e entrei no clube do corpo docente em busca do Dr. Alexander. Como eu queria que ele fosse meu supervisor para o meu trabalho de pós-graduação, eu estava muito preocupado com a interpretação dele da minha decisão. Dei-lhe uma versão resumida da história e disse-lhe que estava deixando o programa de mestrado e, quando terminei, me senti perdido e um pouco sobrecarregado pela tristeza. Enquanto olhava para meus pés, o Dr. Alexander virou-se para mim e disse: "As pessoas mais inteligentes sempre saem, Dan. Eu gostaria, quando eu era jovem, que eu teria que ter coragem para sair, também. Esta foi a terceira bondade pedagógica: acreditar incondicionalmente no potencial dos alunos e aceitá-los onde eles estão e não onde você pode querer que eles estejam.

Depois de deixar o mestrado em psicologia, o presidente do meu departamento acadêmico me disse que eu nunca mais seria capaz de entrar em outro programa de pós-graduação. Eu me vi querendo uma mudança dramática do ambiente acadêmico. Comecei a trabalhar no instituto psiquiátrico forense, um hospital para pessoas que não eram culpadas por motivo de insanidade (hoje essa designação legal foi alterada para Não Criminalmente Responsável devido ao Transtorno Mental). Lá eu estanco um jornal de pacientes, com uma orientação anti-psiquiátrica, como parte de um programa de reabilitação. Senti que estava fazendo a diferença no cotidiano das pessoas reais. Enquanto estava lá, ainda ansiava pelo conhecimento acadêmico, então busquei consolo nas disciplinas de sociologia e antropologia. Completei um segundo curso de graduação com especialização em sociologia e antropologia com uma tese de honra com foco em saúde mental enquanto trabalhava no campo. Depois disso, completei um mestre em filosofia examinando o abuso de álcool e determinantes sociais da saúde. Finalmente, completei um doutorado em antropologia médica com foco na experiência da doença.

Ao longo do caminho, enquanto ainda trabalhava no hospital psiquiátrico forense, percebi que os pacientes enfrentavam múltiplos estigmas, incluindo: doença mental e conflito com a lei. Isso ficou especialmente evidente quando os pacientes estavam finalmente recebendo alta do hospital. Praticamente nenhuma clínica de saúde mental, programas, centros ou projetos habitacionais os aceitaria como clientes porque estavam em conflito com a lei. Eles foram percebidos, implicitamente ou explicitamente, como perigosos e indignos. Houve duas exceções: dois programas no centro de Vancouver, no centro da cidade. Decidi que um dia investigaria esses dois programas socialmente conscientes.

Enquanto estava na pós-graduação e trabalhando em saúde mental comunitária, busquei uma posição em ambos os dois projetos de habitação comunitária. Ambas eram organizações sem fins lucrativos que operavam hotéis de ocupação de quarto único para pessoas com múltiplas barreiras ao seu mandato social. Nessa época, eu já tinha trabalhado na área da saúde mental por 7 anos, tendo desenvolvido e gerenciado uma série de programas de saúde mental, mas queria entrar na linha de frente desses dois programas extraordinariamente inclusivos para aprender sobre sua abordagem em primeira mão. Sem que eu soubesse, o Dr. Alexander fazia parte do Conselho de Administração de uma das organizações. Depois de terminar uma entrevista para um trabalho, o gerente que me entrevistou trouxe meu pedido ao Conselho de Administração para entrada. Naquela época, me disseram, Dr. Alexander instruiu o gerente: "Não, sob nenhuma circunstância, contrate esse indivíduo. " Felizmente para mim, ele estava brincando e eu acabei trabalhando para essa organização por vinte anos.

A essa altura, meu paradigma tinha sido completamente alterado pelo Dr. Alexander no que diz respeito à política de drogas. Não só concordei com suas ideias teóricas em sua fundação, como senti que era hora de testá-las no chão. Nos vinte anos seguintes, ajudei a desenvolver e operar uma gama de saúde, habitação e empreendimentos sociais para populações marginalizadas, incluindo: a primeira instalação de injeção supervisionada da América do Norte (Insite), um supermercado

comunitário para pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, um banco do centro da cidade, uma galeria de arte, redução de danos (por exemplo, distribuição de seringas, kits de crack mais seguros, álcool gerenciado, tratamento de antibióticos intravenosos e um centro de recursos para usuários de drogas), uma clínica odontológica, desintoxicação e loja de chocolate East Van Roasters para mulheres em recuperação. Fiz com que fosse meu objetivo profissional usar a análise sociocultural para desempacotar narrativas profissionais e institucionais, a fim de ajudar a criar abordagens mais centradas nas pessoas para os problemas sociais contemporâneos. Descrevi este trabalho, suas lutas e princípios centrais em outros lugares e não o repetirei aqui (Dan Small, 2012, 2016, 2018; D. Small, Palepu, & Tyndal, 2006).

Agora, todos esses anos depois, meu foco mudou, em grande parte, para o ensino e a escrita. Ensinando nas áreas de sociologia e antropologia no nível universitário, me encontro pensando em como minhas perspectivas de senso comum sobre problemas sociais contemporâneos, como drogas e vício, foram desafiadas pelo meu professor, Dr. Alexander, todos esses anos atrás. Hoje não é mais o Dr. Alexander, mas Bruce, e eu, emprestei uma série de metáforas para descrever a abordagem de um professor de tomar verdades certas, naturalizadas dentro da sala de aula. Vou comentar sobre essas metáforas por sua vez e embora Bruce nunca as tenha usado diretamente, foi ele quem primeiro me encorajou a questionar minha teia de compreensão. Esta é a quarta bondade pedagógica: incentivar gentilmente os alunos a serem reflexivos sobre as ideias que damos como certa.

A Fase Desconcertante

Como ensino sobre drogas e vício hoje, um dos meus objetivos centrais é incentivar os alunos a examinar criticamente o quadro dado como garantido de sua compreensão sobre questões sociais contemporâneas. Ao pedir aos alunos que considerem criticamente a veracidade das ideias nessa área (como a noção de que as propriedades inerentes às drogas causam o vício) é necessário "orquestrar perplexidade" como descrito pelo historiador Varnedoe (1992: 12) ao descrever o propósito da arte:

> *"Mas o fato forte das artes não é entregar mensagens específicas e incitar ações concretas. A arte pode, em vez disso, ser a mais poderosa — e mais desconfortável para os autoritários de todas as listras — quando orquestra perplexidade, não se conforma com o que você já sabe e, em vez disso, o envia temporariamente desorientado, mas recentemente sintonizado com a experiência de maneiras que talvez sejam ainda mais poderosas, porque são vagas, desonestos e indeterminadas."*
> *(Varnedoe, 1992)*

Aqui, nos estágios iniciais do ensino sobre drogas, os alunos são encorajados a lidar com a perplexidade das noções alternativas, até mesmo novas realidades, sobre drogas e vício. Neste ponto da jornada acadêmica, digo com cautela aos alunos que meu papel, como instrutor universitário, é gerar perguntas em vez de respondê-las. A fase perplexa para os alunos, a meu ver, é um aspecto essencial de uma pedagogia eficaz em relação às drogas.

A Fase de Unmaking

Intimamente relacionado com a fase perplexa para os alunos que aprendem sobre drogas é o processo pedagógico de desfaze. Empresto essa metáfora do reino da antropologia médica onde ela é tipicamente aplicada à forma como o senso de si mesmo de uma pessoa é desfeito por sérias interrupções em sua saúde (Bom, 1996) e, por outro lado, como eles intencionalmente se reescrevem à medida que se curam (Dan Small, 2017). Ao ensinar sobre o vício, a desfantecer verdades naturalizadas sobre drogas e como abordá-las é um resultado essencial da fase perplexa. Precisamos desfazer nossas ideias de vício para chegar à terceira fase do aprendizado sobre drogas e vício onde a arte da ciência social é revelada.

A Fase Artful

A ciência social, também, tem seu lado astuto. A beleza de sua arte, em minha opinião, está em sua capacidade de expor a natureza socialmente construída das questões sociais contemporâneas e, em última instância, entrar nesse reino socialmente construído. A maioria das pessoas está familiarizada com a sugestão de Oscar Wilde (1891 [2019]: 52) de seu ensaio A Decadência da Mentira: Uma Observação onde a personagem Vivian afirma que "A natureza, não menos que a Vida, é uma imitação da arte". É a resposta, pelo segundo personagem, Cyril, a que eu normalmente me refiro ao concluir um curso de ciências sociais examinando drogas:

"Onde, se não dos impressionistas, temos aquelas maravilhosas neblinas marrons que vêm rastejando pelas nossas ruas, borrando as lâmpadas de gás e transformando as casas em sombras monstruosas? A quem, se não para eles e seu mestre, devemos as belas névoas de prata que ninhada sobre o nosso rio, e recorrer a formas fracas de curva de graça desbotada e barcaça balançando? (Wilde, 1891 (2015))

A arte das ciências sociais (aqui estou pensando em sociologia, antropologia e psicologia), ao ensinar sobre drogas, está em sua capacidade de chamar nossa atenção para as neblinas em nosso entendimento, para descobrir suas névoas, e, em última instância, em fornecer-lhes uma forma mais clara, eles também não podem ajudar a enfrentá-los de forma mais eficaz?

Sou muito grato pelas gentilezas pedagógicas que Bruce me mostrou e me ensinou ao longo dos 30 anos que o conheço como professor, mentor e amigo. Ele me inspirou, mais do que qualquer outra figura, a levar o conhecimento acadêmico para as ruas e, em seguida, todos esses anos depois, para tomar as ruas de volta à academia.

Referências

Alexander, B., & Hadaway, P. (1980).
Rat Park Chronicle. Bc Medical Journal, 22(2), 54-56.

Bryan, B. (2010).
De Boston a Brixton: Uma conta autoenográfica de educação da Jamaica para o Reino Unido. Trocando inglês, 17(2), 141-152.

Bom, B. (1996).
Medicina, Racionalidade e Experiência: Uma Perspectiva Antropológica (3ª ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Hayano, D.M. (1979).
Autho-Ethnografia: Paradigmas, Problemas e Perspectivas. Organização Humana, 38(1), 99-104.

Pequeno, D. (2012).
A mais alta corte do Canadá unchains usuários de drogas injetárias; implicações para a redução de danos como padrão de saúde. Revista de Redução de Danos, 9(34), 1-11.

Small, D. (2016).
Alquimia Cultural e Injeção Supervisionada: Ativismo Antropológico e Aplicação. Prática de Antropologia, 39(2), 26-31.

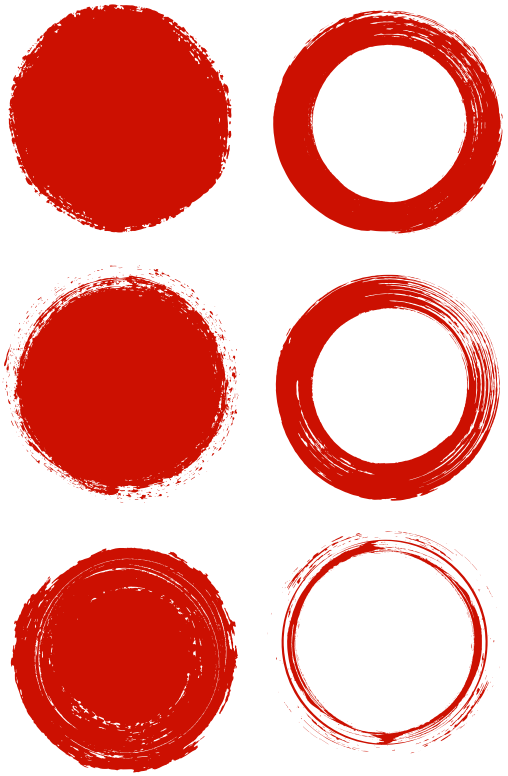
Small, D. (2017).
Momentos decisivos e momentos de cura: "Eu tenho câncer; Ele não me tem". Comunicação em Saúde, 1-3. doi:10.1080/10410236.2017.1418190

Small, D. (2018).
Criando zonas de aceitação: ajustando serviços para pessoas em vez de pessoas para serviços. Em B. Alexander, E. E. Murphy, & a. P. Silveira (Eds.), Criminalização ou Acolhimento? (pp. 429-468). Porto Alegre, Brasil: Editora Redeunida.

Small, D., Palepu, A., & Tyndal, M. W. (2006).
A criação do primeiro centro de injeção supervisionada sancionada pelo Estado da América do Norte: um estudo de caso sobre mudança de cultura. International Journal of Drug Policy, 17(2), 73-82.

Varnedoe, K. (1992).
Curador Varnedoe: A arte em seu mais poderoso pode induzir desorientação, perplexidade. Relatório do Campus, 12 a 13 de junho.

Wilde, O. (1891 (2015)).
As intenções. Boston: Referência móvel.



Auto-Ethnography and Naturalized Assumptions about Drugs and Society:

The Teacher and the 4 Pedagogical Kindnesses

Dr. R. Dan Small

PhD, MPhil Cantab, BA Soc/Anth, BA Psych
Research Associate Department of Anthropology,
University of British Columbia

dansmall@mail.ubc.ca

Bruce K. Alexander

Professor Emeritus, Simon Fraser University,
Vancouver, Canada

alexander@sfu.ca

Summary

This chapter employs an auto-ethnographic approach to explore the impact of a teacher on a student's naturalized assumptions about drugs. Auto-ethnography is a technique used by researchers to examine their own experience in relation to the wider sociocultural context (Bryan, 2010). The student (the author) describes important principles of teaching in this area, termed pedagogical kindnesses, which inspired him to take a leadership role in developing a range of healthcare, housing and support services aimed at welcoming people with multiple barriers to their social tenure, including substance misuse, into the human family. One of these initiates included North America's first supervised injection facility (Insite) located in Vancouver, Canada.

Key Words: Auto-ethnography, drug policy, harm reduction, pedagogical techniques for drug education

This eccentric little essay makes use of an auto-ethnographic approach to examine the relationship between a teacher and a student. Auto-ethnography is both a methodological and theoretical technique for an investigator to examine themselves in relation to the wider sociocultural context (Bryan, 2010). By its very nature, it intentionally examines a set of issues that needed to be addressed with regard to their inherent inter-subjectivity within a particular area (Hayano, 1979). Drawing on this method, I hope to explore the impact of a teacher on a student, while also offer some thoughts on the way that students learn to challenge otherwise taken-for-granted ideas about drugs. While it relates to the topic of contemporary social problems, particularly drugs and addiction, it speaks more generally to way that ideas matter, and can be made to matter, in everyday life. Beyond that, it attempts to reveal some principles of teaching in this area, what will be referred to hereafter as pedagogical kindnesses, that one teacher taught to an unlikely student. Dr. Bruce Alexander is the teacher and I am the student.

I first met Dr. Bruce Alexander in 1987 when I took a psychology seminar on drugs in the third year of my undergraduate degree at Simon Fraser University. By way of background, I was the first one in my family to go to university. My father was a police officer within the Royal Canadian Mounted Police. My father had been in charge of both the serious crimes and drug enforcement sections in his police detachment. It was from this latter capacity that his views on illicit drugs and their negative characteristics dramatically affected my views in the area. As fate would ultimately have it, Dr. Alexander would become even more influential on my thinking in relation to my understanding of drugs and addiction. In fact, he would turn them inside out and, ultimately, give me a chance to contribute to public scholarship in a way that I could not have imagined all those years ago.

At that time in my life, my views on drugs were infused with the common sense of the time. This common sense held that some particularly dangerous drugs, such as heroin or cocaine, had intrinsic addictive qualities that could, in and of themselves, take control of a person. This commonly held view, in short, could be colloquially

summarized as follows: first a person takes an addictive drug and, then, in time, an addictive drug takes a person. The focus, within this narrative construction, was at the level of the individual, both on the drug itself and the person that took it. Police officers, like my father, were the gatekeepers of society and in this capacity, they were protectors of public safety. As such, they were engaged in the front line of a war waged by society against drugs and their dangers to citizens. Bad people provided bad drugs to people that made bad decisions. The bad people and bad drugs were the logical targets of enforcement and police officers like my father.

At the foundation of my common-sense orientation was the idea that the consequences for people that took dangerously addictive drugs were dire. People would be essentially taken over by and controlled by the intrinsic addictive properties of these drugs. In essence, drugs had physiological properties that created a kind of biological slavery which was maintained by almost insurmountable withdrawal symptoms and overwhelming cravings. This was, in short, was the essence of my understanding of addiction: psycho-physiological enslavement to white powder.

In the first session of the seminar on the psychology of drugs, I began to feel uneasy as Dr. Alexander introduced me to a perspective that subtly challenged my ideas about drugs and addiction. Essentially, he offered a rival perspective to the war on drugs approach which could be summarized, colloquially as: people take drugs, drugs do not take people. People are often addicted to more than just white powder; they might be addicted to power, jogging, sex, gambling and many other activities and experiences that may not be classified as "drugs" in the traditional sense. Moreover, the war on drugs, Dr. Alexander argued, largely ignored the sociological context of contemporary social problems. Perhaps most poignantly, he illustrated this with a study, now famously referred to as "Rat Park" (Alexander & Hadaway, 1980). The study essentially placed rats in two conditions, one where the small animals were individual confined to tiny laboratory cages and the other where they lived, collectively, in a park with the opportunity to play, socialize, run and

engage in all the normal activities of rat life. With equal and ample access to opiates, the rats in the cages used copious amounts of drugs while the rats in the park-like environment used very little. This study challenged the notion of drugs having intrinsically addictive qualities and forced the reader to contemplate the effect of context, adversity and suffering on drug use even in even the simplest of mammals.

It's important here to understand that the perspectives that I had at that time about drugs were not known to me as perspectives at all. They were, to my mind, universal truths that were as plain as the air that I breathed. They had been woven into the fabric of self-evident reality. But, I didn't know it.

Irritated by what felt like an almost reckless challenge to the important facts about drugs and their dangers, a kind of academic fire began to smoulder within me. Dr. Alexander had selected a draft of his as yet unpublished book critically examining the War on Drugs, Peaceful Measures, as the course text. I read every single line of the book with an unbridled commitment to challenging his critique of the War on Drugs. In the class, I became his fiercest and most unrelenting critic of each and every element of his argument: line by line, paragraph by paragraph and chapter by chapter.

Increasingly, I began to characterize Dr. Alexander as an ethereal academic, largely removed from the everyday life of drugs and addiction, whose ideas, while intellectually challenging, were entirely baseless. At one point, as part of my effort to illustrate and clearly underline the disconnection between the academic and "real" world of drugs, I suggested to the class that perhaps my father, who was the then head of the Drug Squad for an RCMP detachment, would be a suitable guest participant for a session of the seminar. As I think about it now, I cringe with embarrassment as I recall having offered to have my father come to class to help bolster my opposition to a professor's perspective. To my surprise, Dr. Alexander did not laugh outright but instead immediately accepted my suggestion and invited my father to join the next class. He did.

And so, it came to pass that my father, a man who never graduated from high school but who had 30 years of experience as a police officer, came as a guest to a fourth-year university class in order to share his perspectives with one of the world's leading scholars in the psychology of addiction. Dr. Alexander was so incredibly respectful as he listened to my father's contributions to the seminar and, in so doing, taught me something I didn't know that I was learning. This was the first pedagogical kindness: respect for peoples experience and an understanding that everyone, even an undergraduate student or a police officer without any university background, can be themselves, a source for knowledge and innovation.

My unfaltering criticism of Dr. Alexander's book draft, his ideas and their implications were largely derived from the heart rather than scholarly proficiency. I had the idea at the time that ideas were more important than technical issues and, as such, my papers were replete with grammatical, typographical and formatting errors. The final grade that I would earn in this course would have to be based on an appraisal of sheer tenacity rather than academic flair.

When I finished the seminar, I had fought hard throughout the term for my alternative perspective. I hadn't convinced anyone else to believe my view on drugs and addiction but I had been more engaged with an academic issue than I thought possible. I had learned how to sharpen my key arguments and bolster them with whatever evidence I could find, whether experiential or scholarly. I had become convinced that academic ideas mattered in everyday life. Despite the unpolished presentation of my work and my constant critique of his ideas, Dr. Alexander awarded an A to his most ardent, and perhaps least talented, critic. Following this, he encouraged me to enter the honours program and invited me to be his honours student. Moreover, he suggested that my honours thesis could be focused on further developing my critique of his theory and to bolster my efforts to prove his theory incorrect. This was the second pedagogical kindness: encouraging critical analysis from all sectors and seeing potential for academic contribution even where it wasn't obvious.

My father desperately wanted me to pursue a career in law. Influenced by his experience working in the criminal justice system, he saw lawyers as prestigious and successful professionals. Despite having written my law entrance exams and being admitted into law school, I abandoned that dream, which was my father's, not mine, and decided that I needed to pursue a graduate education in the social sciences. This vocational pursuit was largely inspired by my interactions with Dr. Alexander. I was buoyed by the realization that even though I didn't believe in his theory, this teacher, believed in me.

I carried my critical approach to engaging professors into a master's program in psychology. One day, after a typically feisty interaction with one of my professors, I was approached by the professor after class. He took me aside and said: "look, there are two things that you do with psychology: either (A) you lay down bricks of academic and scientific knowledge or (B) you try to make changes in the world. If you're interested in the latter, I suggest you get the hell out of psychology." I did.

On the day that I left the master's program, I literally cleared out my mailbox and teaching assistant office and prepared to go on a short vacation to contemplate what to do next. In reality, I wasn't feeling inspired by the field of psychology at that point, and wasn't, as a result, applying myself or doing very well in the program anyway. The truth of the matter was that I was quite sad and was having a kind of academic identity crisis. Just before heading to my car, I walked across the street from the psychology department and into the faculty club in search of Dr. Alexander. As I intended him to be my supervisor for my graduate work, I was quite worried about his interpretation of my decision. I gave him an abridged version of the story and told him I was leaving the master's program and, when I was done, I found myself feeling lost and a little overwhelmed by sadness. As I looked down at my feet, Dr. Alexander turned to me and said: "the smartest people always leave, Dan. I wish, when I was young, that I'd have had to courage to leave, as well." This was the third pedagogical kindness: unconditionally

believing in the potential of students and accepting them where they are rather than where you might want them to be.

After leaving the master's program in psychology, the chair of my academic department told me that I would never be able to enter another graduate program again. I found myself wanting a dramatic change from the academic environment. I began working in the forensic psychiatric institute, a hospital for people that were Not Guilty by Reason of Insanity (today this legal designation has been changed to Not Criminally Responsible Due to Mental Disorder). There I set up a patient newspaper, with an anti-psychiatric orientation, as part of a rehabilitative program. I felt that I was making a difference in the everyday life of real people. While there, I found myself still longing for academic knowledge, so I sought solace in the disciplines of sociology and anthropology. I completed a second undergraduate degree with a joint major in sociology and anthropology with an honours thesis focusing on mental health while working in the field. Following this, I completed a master of philosophy examining alcohol abuse and social determinants of health. Finally, I completed a PhD in medical anthropology focusing on illness experience.

Along the way, while still working at the forensic psychiatric hospital, I came to realize that the patients faced multiple stigma including: mental illness and conflict with the law. This was especially evident when patients were finally being discharged from the hospital. Virtually no mental health clinics, programs, centres or housing projects would accept them as clients because they had been in conflict with the law. They were perceived, implicitly or explicitly, as dangerous and undeserving. There were two exceptions: two programs in Vancouver's downtown eastside. I decided that I would one day investigate these two socially conscious programs.

While in graduate school and working in community mental health, I sought out a position at both of these two community housing projects. Both were non-profit organizations that operated single-room occupancy hotels for people with multiple barriers to their social tenure. By this time, I had already worked in the mental health field for 7 years, having developed and managed a range of mental health programs, but wanted to enter the front-line of these two unusually inclusive programs to learn about their approach first-hand. Unbeknownst to me, Dr. Alexander was on the Board of Directors of one of the organizations. After finishing an interview for a job, the manager that interviewed me brought my application to the Board of Directors for input. At that time, I was told, Dr. Alexander instructed the manager: "Do not, under any circumstances, hire that individual." Fortunately for me, he was joking and I ended up working for that organization for twenty-years.

By this time, my paradigm had been completely changed by Dr. Alexander with regard to drug policy. I not only agreed with his theoretical ideas at their foundation, I felt that it was time to test them out on the ground. Over the next twenty years, I helped develop and operate a range of healthcare, housing and social enterprises for marginalized populations including: North America's first supervised injection facility (Insite), a community grocery store for people living below the poverty line, an inner city bank, an art gallery, harm reduction (e.g. syringe distribution, safer crack kits, managed alcohol, intravenous antibiotic treatment and a drug users resource centre), a dental clinic, detox and East Van Roasters chocolate shop for women in recovery. I made it my professional goal to use socio-cultural analysis to unpack professional and institutional narratives in order to help create more person-centred approaches to contemporary social problems. I have described this work, its struggles and central principles at length elsewhere and won't repeat it here (Dan Small, 2012, 2016, 2018; D. Small, Palepu, & Tyndal, 2006).

Now, all these years later, my focus has shifted, largely, to teaching and writing. Teaching in the fields of sociology and anthropology at the university level, I find myself thinking about how my common-sense perspectives about contemporary social problems, such as drugs and addiction, were challenged by my teacher, Dr. Alexander, all those years ago. Today is no longer Dr. Alexander, but Bruce, and I have borrowed a number of metaphors to describe a teacher's approach to taken for granted, naturalized, truths within the classroom. I will comment on these metaphors in turn and although Bruce never used them directly himself, it was he who first encouraged me to question my inner-most web of understanding. This is the fourth pedagogical kindness: gently encouraging students to be reflective about the ideas that we take for granted.

The Perplexing Phase

As I teach about drugs and addiction today, one of my central goals is to encourage students to critically examine the taken for granted framework of their understanding about contemporary social issues. When asking students to critically consider the veracity of ideas in this area (such as the notion that the inherent properties of drugs cause addiction) it is necessary to "orchestrate perplexity" as described by historian Varnedoe (1992: 12) when describing the purpose of art:

> *"But arts strong suit is not delivering specific messages and inciting concrete deeds. Art may instead be at its most powerful—and most uncomfortable for authoritarians of all stripes—when it orchestrates perplexity, fails to conform to what you already know, and instead sends you away temporarily disoriented but newly attuned to experience in ways that are perhaps even more powerful, because they are vague, rogue, and indeterminate."*
> *(Varnedoe, 1992)*

Here, in the initial stages of teaching about drugs, students are encouraged to grapple with the perplexity of alternate notions, even new realities, about drugs and addiction. At this point of the academic journey, I cautiously tell students that my role, as a university instructor, is to generate questions rather than to answer them. The perplexed phase for students, in my view, is an essential aspect of an effective pedagogy in relation to drugs.

The Unmaking Phase

Closely related to the perplexed phase in for students learning about drugs is the pedagogical process of unmaking. I borrow this metaphor from the realm of medical anthropology where it is typically applied to way that a person's sense of their self is unmade by serious interruptions in their health (Good, 1996) and, conversely, how they intentionally re-author themselves as they heal (Dan Small, 2017). When teaching about addiction, unmaking of otherwise naturalized truths about drugs and how to approach them is an essential outcome of the perplexed phase. We need to unmake our ideas of addiction in order to reach the third phase of learning about drugs and addiction where the art of social science is revealed.

The Artful Phase

Social science, too, has its artful side. The beauty of its art, in my view, is in its ability to expose the socially constructed nature of contemporary social issues and, ultimately, to enter this socially constructed realm. Most people are familiar with the suggestion by Oscar Wilde (1891 [2019]: 52) from his essay The Decay of Lying: An Observation where character Vivian states that "Nature, no less than Life, is an imitation of Art." It is the response, by the second character, Cyril, to which I normally refer when concluding a social science course examining drugs:

"Where, if not from the Impressionists, do we get those wonderful brown fogs that come creeping down our streets, blurring the gas-lamps and changing the houses into monstrous shadows? To whom, if not to them and their master, do we owe the lovely silver mists that brood over our river, and turn to faint forms of fading grace curved bridge and swaying barge?" (Wilde, 1891 (2015))

The art the social sciences (here I am thinking of sociology, anthropology and psychology), when teaching about drugs, is in their ability to draw our attention to the fogs in our understanding, to uncover their mists, and, ultimately, in providing them with clearer shape, can they not also help address them more effectively?

I am so very thankful for the pedagogical kindnesses that Bruce has shown and taught me over the 30 years that I have known him as a teacher, mentor and friend. He has inspired me, more than any other single figure, to take academic knowledge to the streets and then, all these years later, to take the streets back to academia.

References

Alexander, B., & Hadaway, P. (1980).
Rat Park Chronicle. BC Medical Journal, 22(2), 54-56.

Bryan, B. (2010).
From Boston to Brixton: An Autoethnographic Account of Schooling from Jamaica to the UK. Changing English, 17(2), 141-152.

Good, B. (1996).
Medicine, Rationality, and Experience: An Anthropological Perspective (3rd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Hayano, D. M. (1979).
Autho-Ethnography: Paradigms, Problems and Prospects. Human Organization, 38(1), 99-104.

Small, D. (2012).
Canada's highest court unchains injection drug users; implications for harm reduction as standard of healthcare. Harm Reduction Journal, 9(34), 1-11.

Small, D. (2016).
Cultural Alchemy and Supervised Injection: Anthropological Activism and Application. Practicing Anthropology, 39(2), 26-31.

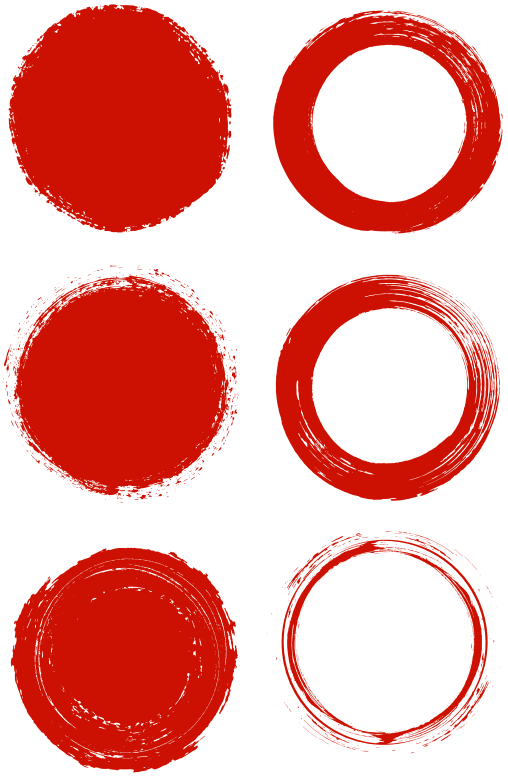
Small, D. (2017).
Defining Moments and Healing Emplotment: "I Have Cancer; It Doesn't Have Me". Health Communication, 1-3. doi:10 .1080/10410236.2017.1418190

Small, D. (2018).
Creating Zones of Acceptance: Fitting Services to People rather than People to Services. In B. Alexander, E. E. Murphy, & a. P. Silveira (Eds.), Criminalização ou Acolhimento? (pp. 429-468). Porto Alegre, Brazil: Editora Redeunida.

Small, D., Palepu, A., & Tyndal, M. W. (2006).
The establishment of North America's first state sanctioned supervised injection facility: a case study in culture change. International Journal of Drug Policy, 17(2), 73-82.

Varnedoe, K. (1992).
Curator Varnedoe: Art at its most powerful can induce disorientation, perplexity. Campus Report, June, 12-13.

Wilde, O. (1891 (2015)).
Intentions. Boston: Mobile Reference.



Instalação de Coletores Solares Térmicos com Materiais Recicláveis em Comunidades de Baixa Renda

Carlos Eduardo Leal
Prof. Associado, Faculdade de Engenharia,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ;
Prof. Titular Universidade Veiga de Almeida – UVA

carlos.leal@eng.uerj.br

José Carlos Xavier
Prof. Adjunto, aposentado Instituto de Física,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

jcxsfis@gmail.com

José Alcino Alano
Inventor Coletor solar com recicláveis Registro de patente INPI

josealcinoalano@ibest.com.br

Sumário

A crescente preocupação mundial a respeito dos impactos ambientais, econômicos e sociais associados às mudanças climáticas globais tem requerido, cada vez mais, o desenvolvimento de novas tecnologias limpas, o uso de recursos naturais renováveis, assim como, mudanças de hábitos da sociedade moderna, de modo a atender a um modelo de sustentabilidade para as gerações futuras.

Apresentamos neste trabalho um projeto de eficiência energética, baseado na construção e implantação de coletores solares térmicos para aquecimento de água, produzidos com materiais recicláveis (PET e TetraPak), e outros materiais de baixo custo, para instalação em residências de comunidades de baixa renda e instituições sociais.

Palavras chaves: Energia solar, Coletor solar térmico, Materiais recicláveis, PET e Tetrapak, Aquecedor solar de baixo custo, Energia limpa, Sustentabilidade, Redução de resíduos, Comunidades de baixa renda, Inclusão social

Os resultados verificados nos relatórios técnicos do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), tem apontado para as ações antrópicas como principais responsáveis pelas mudanças climáticas globais ocorridas nas últimas décadas. O esgotamento dos recursos naturais, a poluição do solo, do ar e dos recursos hídricos, o aquecimento global, entre outros impactos ambientais, tem contribuído para aumentar, ainda mais, o enorme abismo socioeconômico entre os diferentes povos e nações do planeta.

Diante dessa crise ambiental de proporções globais surgiu, em meados da década de 80, o conceito de Sustentabilidade como forma de estabelecer, em escala mundial, um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental. Este conceito introduzido pela Comissão Brundtland no Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987, envolveu de forma holística as dimensões ambiental, social, tecnológica, política, cultural e econômica. Entretanto, a ausência de uma implementação em nível global de ações determinantes e eficazes nessa direção poderá tornar inócua toda e qualquer tentativa humana em reduzir, num futuro próximo, os impactos decorrentes do aquecimento global, o que causará, certamente, danos irreversíveis à qualidade de vida no planeta, à estabilidade social e à economia mundial.

Parte dessa crise mundial pode ser mitigada a partir da substituição das matrizes energéticas atuais, baseadas na queima de combustíveis fósseis, pelo uso de energias renováveis livres de emissão de CO2 e outros gases que contribuem para o aquecimento global. Desta forma, a construção de um cenário de sociedade sustentável, i.e., economicamente próspera, socialmente justa e ambientalmente responsável, passa prioritariamente pela utilização de fontes alternativas de energias renováveis, juntamente com a adoção de programas de eficiência energética.

Paralelamente a isso, verifica-se a necessidade de um desenvolvimento de tecnologias de baixo custo que venham a atender as pessoas que vivem em condições economicamente precárias e que não têm como pagar pelos benefícios das inovações tecnológicas do mundo atual. Neste sentido, uma das propostas estruturantes na construção da

sustentabilidade em nível global deva ser a inclusão tecnológica dessas pessoas. Além disso, outro ponto em destaque para a melhoria da qualidade de vida no século XXI é a necessidade de se construir soluções para a situação problema água-energia.

Neste sentido, apresentamos, ao longo deste trabalho, o desenvolvimento de um dispositivo de captação de energia solar (coletor solar) e sua conversão em energia térmica para aquecimento de água, para banho e uso em cozinha, utilizando materiais recicláveis e outros materiais de baixo custo. Cabe ressaltar, que o domínio da tecnologia utilizada na construção, instalação e uso desses coletores solares térmicos de baixo custo é bastante simples. E por esse motivo sua implantação em comunidades carentes pode se tornar uma excelente fonte de geração de oportunidades de trabalho e de renda para seus moradores assim como, um elemento de ressocialização direta e indireta de pessoas excluídas do mercado de trabalho, de adictos e de pessoas que vivem em situação de rua.

Apesar de estar bastante difundida a tecnologia de construção de aquecedores solares industriais, com uma forte tendência de redução de custos nos dias atuais, sua adoção em comunidades de baixa renda, ainda se mostra inviável economicamente, pois os custos para residências com quatro moradores têm sido da ordem de US$ 1.300, (US$ 1,00 ≈ R$ 5,50), e com retorno do investimento para mais de cinco anos. Com cerca de 80% das residências brasileiras fazendo uso de chuveiro elétrico, no caso das residências de comunidades de baixa renda esse consumo de energia para aquecimento de água chega a representar até 45% dos gastos com eletricidade, Embora, o cenário seja favorável ao desenvolvimento de fontes renováveis, o fator econômico, o período de retorno do investimento, e principalmente, a falta de uma política pública de incentivo à adoção uma matriz energética limpa são fatores limitadores de desenvolvimento e de uso, em grande escala, dos equipamentos de energia solar em nosso país.

Diante desse cenário, apresentamos uma proposta de construção de um modelo de coletor solar térmico, para aquecimento de água para banho e uso em cozinha, produzido com materiais recicláveis e de baixo custo (tubos de PVC, caixas acartonadas Tetrapak e garrafas PET pós-consumo) e que apresenta uma relação custo/benefício extremamente competitiva se comparado aos modelos industriais.

Nas Figuras 1, 2, e 3, apresentamos os elementos básicos utilizados na fabricação de um tipo de coletor solar térmico de baixo custo, com base no modelo original inventado por um dos autores (J.A.A.), com registro de patente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, e disponibilizado para o público em geral.

O projeto de fabricação do coletor solar com garrafas PET e caixas acartonadas Tetrapak, vencedor do Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local 2007/2008, apresenta como única restrição de uso, segundo o seu inventor, de que eles não sejam produzidos em escala industrial por empresas, mas, apenas, por associações ou cooperativas de catadores e instituições sociais, como forma de gerar renda complementar para as famílias envolvidas em sua produção.



Figura 1 – Tubos de PVC (20 mm)



Figura 2 – Caixas acartonadas Tetrapak



Figura 3 – Garrafas PET.

A Figura 4 apresenta a montagem básica do modelo de coletor solar com as garrafas PET e caixas Tetra Pak, conforme Manual Aquecedor Solar 2008.

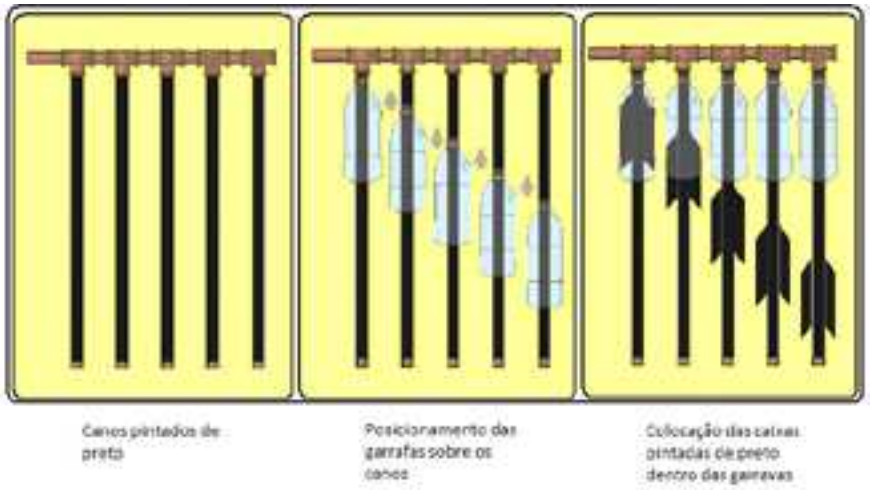


Figura 4 – Etapas de montagem de um coletor solar com materiais recicláveis e de baixo custo. Fonte: J.A.A (2004)

A análise dos fenômenos físicos que caracterizam o aquecimento da água num coletor solar térmico produzido com esses materiais recicláveis é bastante simples: o primeiro é o processo físico conhecido como radiação de corpo negro, que envolve a absorção da radiação solar nas placas acartonadas das embalagens Tetrapak e na tubulação de PVC, ambos pintados com tinta esmalte fosca a base de água na cor preta. Em seguida, se verifica um efeito estufa, no qual a radiação ultravioleta (UV) proveniente do sol, após penetrar através das garrafas PET, é absorvida pelas placas acartonadas. Parte dessa radiação é refletida na forma de radiação infravermelha (IV), a qual, por sua vez, não atravessa de volta a camada do plástico, ficando retida no interior das garrafas PET na forma de calor. Assim, essa energia térmica é então, transferida para a massa de água que circula nas colunas de PVC do coletor (tubos e conexões) que acaba fluindo para o reservatório de água, por meio do processo de termosifão.

A Figura 5 mostra a construção de um coletor solar, de quatro módulos (100 garrafas PET) feito com os materiais recicláveis descritos acima, adequado ao consumo diário de uma residência com 2 (dois) moradores.



Figura 5 – Coletor solar com materiais recicláveis – 100 garrafas PET (quatro módulos). Foto dos autores

Esse sistema além de simples e de baixíssimo custo, quase não necessita de manutenção, sendo que a circulação, nesse caso, ocorre com o aquecimento da água que se dilata, tornando-se menos densa, sendo então empurrada, naturalmente, pela água fria, para cima, até o reservatório térmico, onde é armazenada. O processo ocorre continuamente sempre que a água do coletor estiver em uma temperatura superior à do reservatório térmico.

O dimensionamento e o posicionamento das estruturas a serem instalados nos telhados das residências, assim como a quantidade de material utilizado na fabricação dos coletores, devem atender às características e demandas existentes no local da instalação, tais como: a posição do coletor solar em relação ao norte geográfico, o ângulo de inclinação em relação à latitude local, a insolação diária em cada época do ano, e a temperatura inicial da água para o aquecimento. Outro fator fundamental a ser considerado no dimensionamento dos coletores é a área de absorção de energia solar dos coletores, que deve ser diretamente proporcional ao número de pessoas que utilizarão água aquecida para uso doméstico, principalmente para banhos.

Da mesma forma, comunidades que sofrem com o não atendimento regular do fornecimento de energia elétrica convencional, podem ser, também, objeto de estudo para instalação desses coletores solares térmicos e/ou outras fontes de energias. Neste sentido, a implementação do projeto de coletores solares com materiais recicláveis atende basicamente às seguintes questões:

- substituição do uso do chuveiro elétrico por um coletor solar térmico, de baixo custo, para aquecimento da água para banho e/ou cozinha;

- redução do consumo de energia elétrica convencional e sua substituição por fonte de energia renovável;

- redução do gasto com conta de energia elétrica, por parte dos moradores, aumentando a renda familiar;

- melhoria da climatização no interior das residências, pela absorção/emissão do calor incidente nos telhados, pelos coletores;

- reutilização de materiais descartáveis PET e Tetra Pak, segundo a metodologia dos 3R´s;

- diminuição do montante da destinação final dos resíduos sólidos (garrafas PET e embalagens acartonadas do tipo Tetra Pak);

- aumento do tempo de vida dos aterros sanitários/ controlados ou lixões, onde são despejados esses resíduos;

- contribuição para o fortalecimento do conceito de sustentabilidade nas localidades, onde o projeto for implementado.

A Tabela 1 apresenta as características e propriedades físicas de um coletor solar térmico construído com materiais recicláveis e dimensionado com 2 (dois) módulos, para o consumo de 50 (cinqüenta) litros de água, para o banho de 1 (uma) pessoa. Um aspecto importante no dimensionamento do coletor solar em relação ao volume do reservatório de água, diz respeito à necessidade de limitação da temperatura da água no coletor em 55°C, de modo a não ultrapassar a capacidade de rigidez dos tubos de PVC, o que poderia implicar num amolecimento dos tubos comprometendo a estrutura do coletor solar, causando vazamentos e conseqüentemente reduzindo a eficiência do dispositivo. Neste sentido, é utilizada cola para canos e conexões de PVC para a parte superior do coletor.

Tabela 1 - Especificações de um coletor solar com materiais recicláveis com dois módulos

Área de absorção do coletor solar - 2 módulos	1,0 m2
Quantidade de garrafas PET (2,0 l)	50
Quantidade de caixas tipo Tetra Pak	50
Quantidade Tubos PVC (20 mm)	12 m
Quantidade de Conexões PVC tipo T (20 mm)	20
Quantidade de Conexões PVC tipo Tampão (20 mm)	1
Quantidades de Conexões PVC tipo L (20 mm)	1

Na Tabela 2 são apresentadas algumas relações entre o número de módulos de coletores solares, a quantidade de garrafas PET e de caixas Tetrapak, a área de absorção do coletor e o número de pessoas a se beneficiarem de água aquecida com uma média de um banho por dia. As estimativas de custos para a confecção dos módulos dos coletores já contemplam lata de tinta e tubo de cola para tubos de PVC.

Tabela 2 – Características dos coletores solares construídos em relação ao número de pessoas beneficiadas

Nº de Módulos	Nº de garrafas PET e caixas Tetrapak	Área do coletor	No pessoas atendidas	Volume da caixa d´água	Custo médio de fabricação US$ 1,00 ≈ R$ 5,50
2	50	1,0M²	1	50 litros	US$ 35,00
4	100	2,0M²	2	120 litros	US$ 60,00
8	200	4,0M²	5	300 litros	US$ 120,00
20	500	10,0M²	15	800 litros	US$ 250,00
40	1000	20,0M²	40	2000 litros	US$ 500,00

Embora cada projeto de construção dos coletores solares deva atender às características específicas de cada região e do próprio local a ser instalado, é possível dimensionar a eficiência dos coletores a partir de uma proporção inicial mínima igual a 1:1:1, i.e., 1 garrafa PET e 1 caixa Tetrapak para cada 1 litro de água a ser aquecida. Entretanto, a medida em que se tem um número crescente de módulos instalados, o coletor passa a apresentar uma maior eficiência.

Como exemplo de uma iniciativa integradora de tecnologias de baixo custo e de responsabilidade social, em 2008, foi instalado um conjunto de coletores solares com 1.000 (mil) garrafas PET e caixas Tetrapak na Creche Chico Mendes, no bairro Monte Cristo, em Florianópolis, SC. Para isso, um dos autores J.A.A. contou com o apoio do Programa de Responsabilidade Social da empresa catarinense de distribuição de energia - CELESC Distribuição S.A. A creche Chico Mendes, inserida em uma região formada por comunidades carentes, atendia, na época, cerca de 130 (cento e trinta) crianças de 1 a 6 anos, com uma média de 30 a 40 banhos/dia e servindo aproximadamente 550 (quinhentos e cinquenta) refeições diárias a essas crianças.

A Figura 6 apresenta a montagem dos coletores, na creche, enquanto a Figura 7 exibe a estrutura final instalada e já em funcionamento, desde o início de 2008.



Figura 6 – Montagem dos coletores na Creche Chico Mendes, Florianópolis, SC. Foto do autor



Figura 7 – Coletores solares, com 1.000 garrafas PET, instalados na Creche Chico Mendes, Florianópolis, SC. Foto do autor

Com uma área efetiva de absorção solar de cerca de 20 m2, os coletores solares foram dispostos numa configuração em série sobre a área livre de um dos telhados da creche. Esse dimensionamento e a sua disposição permitiram o atendimento eficaz de água aquecida para um reservatório de 2.000 litros de água, que supriu tanto a necessidade de água aquecida para banhos como também para as atividades da cozinha da creche.

O desenvolvimento e uso de coletores solares de baixo custo com materiais recicláveis, semelhante a proposta desenvolvida para a creche Chico Mendes, SC, tem sido replicada em mais de 5.000 residências, estabelecimentos comerciais, e em instituições sociais, no Brasil e no exterior.

Ao longo deste trabalho, introduzimos a metodologia de construção de coletores solares térmicos de baixo custo, produzidos com materiais recicláveis, e um exemplo de sua utilização para fins de aquecimento de água em uma creche. Os benefícios associados ao desenvolvimento desses coletores solares térmicos de baixo custo em comunidades carentes se refletem diretamente na diminuição da dependência

do fornecimento deficiente de energia elétrica nessas localidades, na redução dos impactos ambientais devido a destinação final inadequada de resíduos sólidos em lixões, na diminuição do consumo de energia elétrica nos lares, no atendimento ao programa de eficiência energética local, na melhoria da qualidade de vida dos moradores, na sensibilização da comunidade local acerca dos problemas ambientais globais e suas implicações no dia-a-dia da sociedade, no incentivo ao desenvolvimento de boas práticas de sustentabilidade, assim como, na possibilidade de geração de renda e trabalho para pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Nesse sentido, a implementação de projetos socioeducativos envolvendo o desenvolvimento de tecnologias de baixo custo e de práticas sustentáveis, tais como, a adoção de coletores solares de baixo custo em comunidades carentes e para públicos socialmente excluídos, é de grande importância segundo a filosofia de "Incluir para não Excluir".

Para isso, é importante que sejam estabelecidos programas de educação ambiental com a formação de oficinas com aulas e atividades práticas para a fabricação e montagem desses coletores solares com garrafas PET e caixas Tetrapak, destinadas aos membros das comunidades onde o projeto seja implementado. Desta forma, além de fonte de desenvolvimento profissional e de geração direta de renda, objetiva-se estimular o sentimento de pertencimento à sociedade, tanto de moradores da comunidade, como de adictos e pessoas que vivem em situação de rua.

Por fim, entendemos como fundamental a participação conjunta da sociedade civil organizada, assim como, o apoio de empresas privadas e de instituições governamentais, de modo a viabilizar a concretização de iniciativas em prol da melhoria da qualidade ambiental, do bem-estar das pessoas, da eficiência energética, da responsabilidade social, e do desenvolvimento sustentável local, no sentido de fortalecer o conceito de um sociedade economicamente próspera, socialmente mais justa e ambientalmente equilibrada, na qual, segundo o pensamento sistêmico, o todo seja maior do que a soma das partes.

Agradecimentos

O autor J.A.A. agradece ao apoio da CELESC Distribuição S.A.

Bibliografia

ALANO, José Alcino. (2004).
Manual sobre a Construção e Instalação do Aquecedor Solar com Descartáveis. Disponível em: < http://josealcinoalano.vilabol.uol.com.br/manual/manual.pdf>.

ALANO, José Alcino. Água Quente para Todos: Aquecedor Solar Produzido com Materiais Recicláveis. (2008).
4ª ed. Curitiba. Disponível em: < http://www.meioambiente.pr.gov.br>.

CAPRA, Fritjof. (2008).
A Teia da Vida, Cultrix – Amana Key, 14ª ed. São Paulo.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1988).
NOSSO FUTURO COMUM, Rio de Janeiro: FGV.

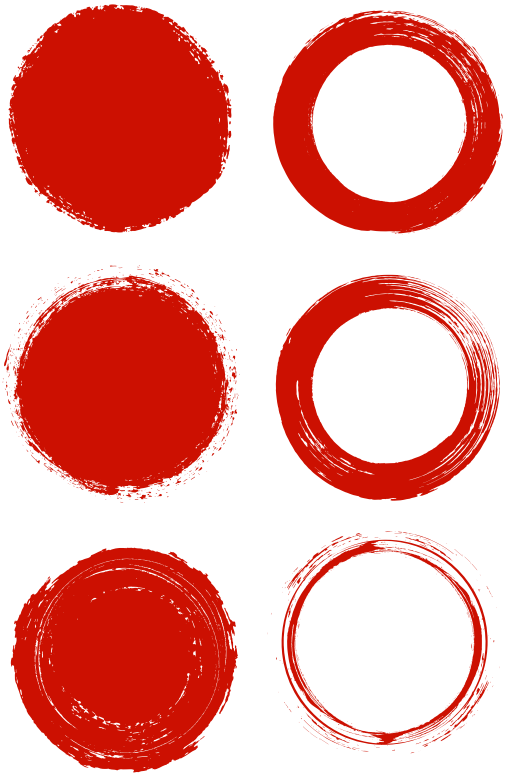
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. (2020). Disponível em <https://www.ipcc.ch/>.

LEAL, Carlos Eduardo dos Santos; CHIGANER, Luis; XAVIER, José Carlos; HENRIQUES, Anna Carolina; FARIA, Rodrigo; CARNEIRO, Luisa Tinoco. (2007).
Construção e Instalação de Coletores Solares produzidos com Materiais Recicláveis na Comunidade de Vila Dois Rios, Ilha Grande, RJ. Proceedings SHEWC 2007, Santos-SP.

Manual Aquecedor Solar. (2008).
Programa Celesc de Responsabilidade Social, Celesc Distribuição S.A.

PALMA, Fábio Alexandre; ROSADO, Victor Orlando Gamarra. (2011).
Aperfeiçoamento de um Coletor Solar construído com Materiais Recicláveis. Revista Ciências Exatas, UNITAU, Vol. 17, Nº 2, 2011.

SOUZA, T. M.; BERTOLETI, P. H. F.
Dimensionamento de um Aquecedor Solar de Água Feito com Garrafas PET. Centro de Energias Renováveis – UNESP, Campus Guaratinguetá.



Ouvindo vozes de sujeitos (in)visíveis:

Narrativas e vivências em uma cena de uso de crack no Rio de Janeiro

Cristiane Cavalcante da Silva

Assistente social do Ministério da Saúde, lotada no Hospital Federal Cardoso Fontes e Coordenadora da Comissão de Humanização Hospitalar e Assistente Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, atuando na Secretaria Municipal de Assistência Social. Pós-Graduada em Terapia de Família e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio.

email: crishfcf@gmail.com

Sumário

Nesse artigo, discutimos aspectos do cotidiano de uma cracolândia, a partir das narrativas e vivências de sujeitos que a frequentam, para além do uso da droga. Trata-se de pessoas em situação de rua historicamente excluídas e silenciadas. Partindo do conceito de subcidadania, de Jessé Souza, analisamos os sentidos atribuídos por esses sujeitos ao seu cotidiano e aos seus direitos, identificando elementos que caracterizam um sentido de subcidadania introjetado em suas falas, contribuindo para a naturalização da desigualdade social vivenciada diariamente. A reflexão nos permite compreender que a cracolândia é também espaço de encontros e um refúgio para aqueles que não têm para onde ir, recheado de histórias singulares contadas aqui por seus próprios autores.

Palavras chaves: população em situação de rua, subcidadania, cena de uso de drogas

Este artigo traz um recorte da minha dissertação de mestrado, cujo objetivo geral foi compreender o cotidiano de uma cena de uso de drogas, a partir dos sentidos atribuídos a esse espaço pelos sujeitos que o frequentam, e pelos profissionais que ali atuam, tendo como foco as práticas de proteção social em execução, no campo da Assistência Social.

A referida pesquisa foi realizada em 2019 e 2020, sendo nosso campo empírico a cena de uso conhecida como Bandeira II, na zona norte do Rio de Janeiro; e nos diversos encontros nesse espaço, foi possível vivenciar experiências extremamente complexas.

Nossas reflexões partiram desse lugar e de nossa inserção nessa realidade. E, diante dessa moldura fática, contruiu-se uma trajetória acadêmica, tendo como pilar a escolha de estar entre eles. Isso nos afetou diretamente, resultando em uma experiência singular enquanto pesquisadora, profissional e pessoa.

O termo cracolândia agrega preconcepções, valores negativos, que entendemos como limitadores de possibilidades de reflexões que busquem romper com práticas dominantes e que, de fato, contribuam para posturas de visibilidade social desses sujeitos, enquanto portadores de direitos, justificando nossa recusa por ele, na maior parte deste estudo. Entendido como “cena”, estamos utilizando o conceito socioantropológico, que se refere a um espaço de congregação e interação social, presente na literatura em ciências sociais (FIOCRUZ, 2014, p. 13).

Tendo essa conceituação como uma referência para análise, empregaremos o termo cenas de uso, em substituição à cracolândia, frequentemente aplicado pelo senso comum e grande mídia. Embora nossa preferência esteja justificada por uma escolha hermenêutica, é um posicionamento crítico da pesquisa, frente a um vocábulo que estigmatiza e inferioriza seus sujeitos. Entretanto, não deixaremos de utilizar a palavra cracolândia, em itálico, por aparecer nas narrativas de nossos entrevistados de forma recorrente.

Buscamos, através de uma pesquisa participativa, observar e analisar esse território, dialogando com os conceitos de espaço público e subcidadania, articulando-os com as práticas de proteção social já em execução no campo da Assistência Social. Entretanto, para este artigo, centralizamos nossa discussão no diálogo com o conceito de subcidadania e a interpretação dos sentidos atribuídos pelos sujeitos ao espaço da cena e alguns aspectos desse cotidiano.

Para isso, concentramos nosso olhar nas narrativas de um grupo específico, que vivencia o uso abusivo de crack em uma cena de uso de drogas, onde diariamente sofre processos de exclusão social e que, reconhecidos pela ideologia hegemônica como subcidadãos, têm suas vozes quase sempre silenciadas e apagadas de nossa história, assim como direitos violados.

Embora a legislação, que regulamenta a Política Nacional de Assistência Social traga na proteção social o campo para atendimento a essa população específica, enquanto um direito social e não uma benesse, na prática, percebe-se que isso não é facilmente vivenciado.

"A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras."
(Brasil/MDS, 2004, p. 22).

Construção social da subcidadania: sujeitos sem direitos e processos excludentes

Historicamente, a população em situação de rua já faz parte da nossa cultura, reconhecida por diversos nomes, exercendo funções sociais distintas conforme a época. Diante da crise estrutural do capital, se produziu na atualidade uma verdadeira agudização das desigualdades

sociais, como aponta Boschetti (2017). Com severas perdas de direitos da classe trabalhadora, num cenário cada vez mais envolto de barbáries no cotidiano da população pobre e negra, e em especial sobre a parcela da população em situação de rua, resultando numa verdadeira desproteção social.

Cabe neste momento sinalizar a complexidade de se conceituar pessoas em situação de rua, diante de suas características históricas, heterogêneas e dinâmicas. Embora, nosso interesse neste artigo não perpasse sobre o objetivo em traçar o perfil dessa população, não podemos desconsiderar as alterações na composição desse público.

Tomaremos como base o conceito de Silva (2009, p. 29), que se aproxima das nossas reflexões, onde não consideramos uma situação resultante de um processo individual, descolado do contexto social: "[...] uma situação ou condição social, que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana [...] mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital".

As contribuições dessa autora foram utilizadas, inclusive, no texto do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, conceituando essa população, em seu parágrafo único do art. 1º:

> *"Para fins desse Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaços de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória."*
> *(Brasil, 2009).*

Nosso interesse é ir além do conceitual, com relação ao que se denomina população em situação de rua, e para isso dialogaremos com o sociólogo Jessé Souza (2018) e seu pensamento sobre construção social de subcidadania.

A obra de Jessé e suas argumentações foram um importante pilar para avançar na análise do cotidiano vivenciado por essa parcela da população, reconhecida pela sociedade como parte integrante dos cidadãos de 2ª classe, que os coloca em uma posição de subalternidade e inferioridade.

> *"A visão do brasileiro como vira-lata da história e lixo do mundo, que retira a autoestima e a autoconfiança de todo um povo, só se tornou a ideia hegemônica entre nós porque se traduz em dinheiro e hegemonia política para a ínfima elite que nos domina há séculos."*
> *(Souza, 2018, p. 16).*

Olhar para o cotidiano de uma cracolândia e para seus sujeitos, rompendo com o pensamento liberal e meritocrático, é libertador. Entretanto, é um grande desafio, é caminhar na contramão do senso comum de "fracasso individual", que centra a responsabilidade por sua situação de exclusão social na dimensão e escolhas individuais.

Esse exercício reflexivo nos possibilita compreender de forma macro e mais profunda uma posição ideológica, que busca a manutenção da desigualdade social e da miséria humana, em prol de privilégios de uma elite. Souza (2018) reforça que "a realidade social não é visível nem compreensível a olho nu. Pode-se ver a pobreza e a miséria de muitos e desconhecer as causas que produzem esse estado".

Portanto, a subcidadania permanente, definida por Jessé Souza, a qual essa grande massa da população brasileira está atrelada, é "resultante de um processo histórico que impossibilitou aprendizados sociais e políticos decisivos" (2018, p. 223) e que fortalece a naturalização da desigualdade e da sub-humanidade.

Partindo das análises desse autor sobre racismo estrutural, é possível identificar as expressões cruéis desse fenômeno quando aproximamos o seu pensamento sobre a realidade vivenciada pelos sujeitos em uma cena de uso de drogas.

Cotidianamente, quase não se dá destaque aos pobres e negros quando suas vidas são ameaçadas, pelo contrário, é reforçado pela grande imprensa seu caráter ameaçador à ordem econômica, contribuindo para um verdadeiro extermínio dos descartáveis sociais, fortalecidos por um discurso institucional que legitima essas práticas abusivas e de poder.

Ratificando esse pensamento, reportamo-nos a outro termo, que se aproxima do nosso campo e da nossa construção teórica para descortinar esse fenômeno, o de "sujeitos indesejáveis", defendido por Gatto (2017), em sua tese de doutorado, com base em um estudo voltado para práticas abusivas, direcionadas ao enfrentamento do público infantojuvenil no Rio de Janeiro (RJ).

Embora o recorte da referida pesquisadora sejam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sua definição apresenta elementos que se aproximam do público deste estudo. A autora defende que na atualidade existe um tipo de ideologia dominante, pautada no abuso de poder sobre um "grupo social composto por pessoas em situação de rua, negros e pobres oriundos das periferias".

Dialogando com Jessé Souza (2018), este reconhece, no racismo estrutural, um tipo de posicionamento da atualidade, e defende a urgência em enfrentarmos esse sério problema de frente. Em suas análises da construção social da subcidadania, ficam claros para Souza (2018) a separação e distanciamento entre classes, onde a humanidade é dividida entre humanos e sub-humanos. O subcidadão é um produto da ação das elites brasileiras, composto pela ausência do componente econômico e sociocultural. Assim, a própria classe popular se vê como inferior, naturalizando processos desiguais e até violentos, não acarretando, desta forma, ameaça ao capital e à ideologia dominante.

"O domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam como 'inferiores', preguiçosas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas, precisamente o que reencontramos em todas as entrevistas. Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade não existe dominação social possível."
(Souza, 2013, p. 152).

Acerca desse aspecto, podemos trazer a construção social de estereótipos sobre esses grupos, como de sujeitos perigosos, provocando no outro a sensação de medo e insegurança. Através desse estigma, que recai sobre o pobre, negro, "cracudo", o sentimento de que ele é um criminoso em potencial gera, simultaneamente, processos de exclusão social e de violação de direitos desses sujeitos.

Cabe aqui adentrar na discussão sobre cidadania e, em especial, a sua trajetória na sociedade brasileira, sendo esse um campo que necessita de reflexão. Temos importantes estudiosos do tema com posições diferentes e até antagônicas. Embora não haja um consenso, buscamos, nas análises da nossa herança escravocrata, a construção da cidadania brasileira, um reforço teórico.

Para ampliar essa análise, recorremos ao historiador José Murilo de Carvalho e seus estudos sobre a trajetória da cidadania brasileira, onde encontramos sua definição de cidadania negativa e que muito se aproxima da subcidadania, também abordada por Jessé Souza.

Entender um fenômeno atual, através de um olhar para uma cena de uso de drogas e para seus sujeitos, requer uma retrospectiva histórica de como a cidadania se constituiu em nossa nação. Tanto Souza (2018) como Carvalho (2009) defendem claramente a influência da escravidão para nosso processo de democratização.

Carvalho (2009) analisa que, não podemos simplesmente considerar que no Brasil a cidadania se constituiu como na Europa, através, por exemplo, do modelo de T.H. Marshall, a partir da tipologia com três momentos distintos, primeiro com os direitos civis, e posteriormente com os políticos e sociais, de forma lenta e sequencial. "O percurso inglês foi apenas um entre outros. A França, a Alemanha, os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção".

No contexto de retrocessos e desmonte de políticas sociais, vivenciados diariamente pela população em vulnerabilidade, analisando em especifico os direitos sociais, ou a ausência destes, requer compreender a própria trajetória do surgimento da cidadania e consequentemente dos direitos no Brasil. Diferente de outras nações, não se constituiu de forma gradual e oriunda de grandes revoluções sociais, onde havia uma consciência de conquista pelos direitos. Podemos dizer que, para Carvalho, nossa cidadania ainda se apresenta como um desafio.

"O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania... Inicio a discussão dizendo que o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido...O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego."
(Carvalho, 2009, p. 8).

Para Carvalho (2009), é importante esclarecer duas importantes diferenças na constituição da cidadania brasileira. A primeira com relação à valorização dos direitos sociais em detrimento dos políticos e civis, e a segunda na alteração da sequência em que os direitos no Brasil foram adquiridos pelos cidadãos, aqui os sociais procederam aos demais.

A análise dessas diferenças traz profundas mudanças na concepção de cidadania, instaurada em nosso território, pois a relação entre cidadão e Estado-nação não foi construída a partir da noção de pertencimento. Para o autor, não quer dizer que não haja cidadania, mas podemos considerá-la passiva pela fragilidade, como houvera na participação social em nossa história.

Em consonância com esse pensamento, recorremos à definição de Gohn in Paiva (2012): "cidadania ativa requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da história de seu tempo", onde os direitos sejam resultados de conquistas e de lutas, não somente uma lei que lhes assegure. E no decorrer deste artigo, entenderemos a importância dessa afirmação durante a análise de algumas narrativas.

As barbáries vivenciadas cotidianamente pelas pessoas em situação de rua, cercadas pela ausência de quase tudo, moradia, higiene, alimentação, direitos básicos à sua sobrevivência, são reconhecidas neste estudo como frutos de uma ideologia dominante, que as colocam em uma posição de subalternidade, na qual até sua humanidade encontra-se em xeque. Nossa história escravocrata e colonial, vivida durante três longos séculos, foi um terreno nada fértil para a constituição da nossa cidadania. Tanto Souza como Carvalho acreditam ter sido a escravidão uma das características mais negativas desse percurso e concordamos com essa reflexão.

Carvalho (2009) acrescenta que, após esse período, o legado deixado foi uma grande "massa analfabeta, uma sociedade escravocrata", sem concepção de Estado-nação, nem de Pátria. Embora a Constituição

de 1988 seja conhecida como Constituição Cidadã, nosso povo não desenvolveu ao longo da história o sentido pleno da cidadania, a noção de igualdade de todos perante a lei.

A existência de leis que preveem essa igualdade não alcança de fato a inclusão de todos, e, mesmo com o direito ao voto, continuamos a ser governados por um grupo que defende interesses próprios, não de uma nação.

> *"A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e desprivatização do poder público é tema da agenda atual das reformas."*
> *(Carvalho, 2009, p.45)*

"A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e desprivatização do poder público é tema da agenda atual das reformas." (Carvalho, 2009, p.45)

A partir do diálogo com esses dois importantes autores sobre a influência de nossa herança colonial e escravocrata para os dias atuais, evidencia-se que, mesmo após a abolição, tanto os ex-escravos como outros segmentos da sociedade brasileira ainda eram considerados não cidadãos. De fato, não foram incorporados no exercício da cidadania.

A construção de uma identidade e consciência cidadã não havia

sido atingida. Segundo Carvalho (2009), isso se explica pelo fato dos "valores da escravidão serem aceitos por quase toda a sociedade". E ainda hoje presenciamos posturas e discursos marcados por essa influência, inclusive ideológicos e políticos.

Para Jessé Souza (2018), sua tese evidencia que houve a mudança do racismo implícito, centrado na cor da pele, para o racismo científico, tão perverso quanto, porém mais perigoso, e que explica em parte esse cenário atual, permanecendo a ideia central de que existem seres superiores a outros, porém agora mascarados por "falsas" teorias científicas, como ressalta Souza (2018).

Traçar essa dimensão histórica sobre a constituição e trajetória da nossa cidadania sob o olhar da escravidão nos possibilita ampliar a reflexão sobre o tema e adentrar na rotina de uma cena de uso de drogas, tendo como parâmetro o nosso encontro com sujeitos de direitos, que lutam cotidianamente para exercitar seu "direito a ter direitos", como defendido pelo pensamento arendtiano.

Concordamos com Jessé Souza quando ressalta que somos marcados por uma ideologia disseminadora de discursos que fortalecem a concepção de classes inferiores, desclassificando os indivíduos, que legitimam práticas frequentes de exploração e humilhação em uma sociedade separada entre humanos e não humanos.

Nesse cenário de violações de direitos, vemos uma crescente postura de criminalização da pobreza perante o Estado, um retorno a antigas práticas institucionais controladoras e discriminatórias, ante novas configurações.

Embora reconhecemos a existência de práticas inclusivas e de proteção social a Rua continua sendo alvo de intervenções estatais higienistas, com ações que não buscam a superação das desigualdades sociais, mas que mantêm o sistema capitalista vigente em segurança a qualquer custo, sob o viés da violência.

Narrativas de sujeitos (in) visíveis

Nosso objetivo para este artigo está em trazer algumas reflexões em torno das narrativas coletadas durante a realização das entrevistas para a pesquisa, com os sujeitos que vivenciam o cotidiano da cracolândia da Bandeira II. Podemos destacar algumas particularidades dessas narrativas, como a perspectiva dada por eles na necessidade de falar de suas trajetórias pessoais. Respeitamos esse momento, pois não cabia calar esses sujeitos, que historicamente resistem contra um processo constante de silenciamento.

Percebemos que, embora centrassem suas falas em suas próprias histórias de vida, estas forneciam elementos suficientes para contribuir com nossas análises, trazendo singularidades e percepções importantes para ampliar a compreensão desse complexo espaço que é a rua, sem desconsiderar nesse processo os risos e choros, que permearam nossos encontros.

Durante a pesquisa, também entrevistei alguns profissionais do Sistema Único de Assistência Social, que atuam no CREAS da região, porém, para este artigo, trarei apenas o recorte de alguns eixos de análise, extraído das narrativas dos sujeitos que vivenciam esse espaço de uso comum da droga e/ou como moradia muitas vezes.

A concepção de subcidadania, fortalece e propaga a ideia de que existe um grupo de pessoas reconhecidas enquanto cidadãos de 2° classe, tratados como inferiores e subalternos, vivendo em condições desumanas. Nas falas, claramente identificamos o que Souza (2018) descreve como fruto de uma ideologia de massa, produzida pela elite ao longo de décadas.

A vergonha atrelada à imagem negativa construída em torno desses sujeitos também contribui como importante elemento que dificulta o acesso aos seus direitos enquanto cidadãos, reproduzindo e naturalizando o entendimento de que, para um grupo específico da sociedade, com cor e classe predeterminadas, são considerados subcidadãos.

Identificamos, nos trechos abaixo, a importância dada por eles à rede de apoio que se constrói nesse cotidiano, tanto com as igrejas locais como com os próprios moradores e pessoas que circulam pelo território. Através da aproximação, passam a chamá-las de "pai e mãe", como estratégia de rede de apoio social, constituindo um elo de vinculação e solidariedade, buscando com isso garantir possibilidades de sobrevivência e de inclusão social.

"Na rua eu tenho liberdade, eu brinco com todo mundo, falo com todo mundo. Todas as pessoas que passa aqui são meu pai e minha mãe. Eu tenho 3 avós, dessa igreja, 3 idosa que chamo de avó. Elas vêm, uma traz o meu café de manhã, a outra avó deixa minha empadinha paga e a outra vai ali e compra minha comida, quase todo dia. E meu pai da Comlurb traz minha comida quando ele pega lá."
(S.F.2).

"Tem as pessoas da igreja que também ajuda que também vai lá levar comida, é durante a semana toda. Uma tá dando comida aqui, apareceu outra, a outra começou e já tem outra lá, entendeu? Que nem café da manhã, café da manhã, as vezes, tem três igrejas servido café da manhã."
(S.M.1).

"Poder público, ele não entra ali, o que entra ali são as igrejas que vêm pra ajudar, as igrejas que vêm te levar para o centro de recuperação, eles levam alimento, eles dão a palavra, eles tentam te tirar dali.... Tem gente ali que não consegue ir no posto, tem um senhor lá que tá com a perna, quase perdendo a perna, dois quase perdendo a perna, quem vai lá? A igreja que ajuda, a igreja que vai lá fazer um curativo..."
(S.M.1).

Como apoio social, estamos considerando tanto a presença das igrejas como da sociedade civil, que muitas vezes compõem redes paralelas de proteção social, como alternativa à ausência do Estado ou sua ineficiência. Embora não seja nosso objeto de estudo, não podemos desconsiderar a forte presença que estas redes têm nas cenas de uso de drogas.

Reportando ao título da coletânea "Incluir para NÃO excluir", encontramos na fala de um dos nossos entrevistados a sua percepção que, de forma muito consciente e crítica, retrata a sensação de pleno abandono social pelo Estado: "Não há política mais pra mim" (S.M.3).

Esse pequeno trecho nos trouxe uma valiosa reflexão, pois resume a indignação de muitos que se encontram em situação de rua e de total exclusão social, cuja invisibilidade e violação de direitos estão presentes em seu cotidiano.

É comum ouvir nos relatos a exclusão que essa população vive diariamente, deixando clara a diferenciação existente em nossa sociedade, fortalecendo o lugar de não cidadão entre aqueles que de alguma maneira se encontram em situação de extema vulnerabilidade social. Quanto mais desprotegidos mais se afastam da condição de sujeitos de direitos perante a sociedade moderna, pessoas sem lugar no mundo, sujeitos sem direitos.

"Desde 2016 estou na rua, mas antes eu tinha uma vida, tinha uma casa."
(S.M.1).
"Aí chegou num ponto que eu vi que... Foi desgastando, desgastando, o J. que eu era, que eu era, acabou."
(S.M.1).
"Tem gente que não gosta de morador de rua."
(S.F.2).
"A sociedade desfaz de você, te discrimina, só porque você tá ali, você não é mais nada."
(S.M.1).

Na rua, os sentimentos de perda de pertencimento e identidade social são reforçados com a indiferença, vergonha e exclusão. E assim, como debatido por Jessé Souza, esses elementos sustentam e fortalecem a concepção de subcidadania construída para esse público, cristalizando-os em processos permanentes de exclusão social, dia após dia, deixando esses sujeitos entregues à própria sorte.

Com base no processo histórico da construção das Políticas Nacionais de Assistência Social, trajetória perpassada por lutas e conquistas, podemos considerar que a PNAS de 2004 trouxe importantes avanços, quando assegura em seu bojo de atuação, como público-alvo, cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco ou vulnerabilidade social, dentre elas, o uso de substâncias psicoativas.

Como aponta Alchorne (2016) sobre a temática, podemos citar a mudança de interpretação quanto aos usuários da política, passando de destinatários dos serviços para sujeitos de direitos, com papel protagonista dentro dessa PNAS. Durante o levantamento de material produzido academicamente para a pesquisa, voltado para as práticas de proteção social pela perspectiva da Assistência Social, especificamente nos territórios das cracolândias, pouco é encontrado, demonstrando certa fragilidade existente dentro do campo da Política de Assistência Social.

Quando refletimos sobre as ações estatais brasileiras, é notório o quanto ainda precisamos avançar na implementação de políticas públicas que, de fato, promovam a inclusão dessa população.

No material produzido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Infância (CIESPI/PUC-Rio, 2017), encontramos esse tema de forma detalhada em sua Base de Dados Bibliográficos com foco sobre a população infantil e juvenil em situação de rua (www.ciespi.org.br). Este material ajuda a correlacionar a expressão da questão social com o sistema capitalista, e como o Estado se apresenta de forma repressora e punitiva frente esse fenômeno, contrariando a lógica da proteção social. Como aponta Irene Rizzini,

"A questão da população em situação de rua constitui um fenômeno de caráter multideterminado que exige uma resposta integral, articulada e intersetorial por parte das políticas públicas. Todavia, historicamente, a equação que combina de forma desigual "controle e bem-estar" da população tem sido a principal forma de lidar com pessoas em situação de rua. Como agravante, a orientação neoliberal vigente e as medidas de austeridade aprofundadas em contextos de crise econômica vêm gerando encolhimento no campo da proteção social, forçando uma regressão de direitos, embora mantendo progressivos investimentos em políticas de segurança, caracterizando o que vem sendo nomeado como "nova gestão da miséria".
(Rizzini et al, 2017, p. 5).

Sendo assim, não poderia deixar de citar neste artigo a narrativa de um dos nossos entrevistados sobre uma ação de reordenamento público vivida por ele durante a realização da pesquisa

"Oh vamos levantar aí galera, eu já tava em pé, pessoal tá vindo aí já, tá chegando pra levar tudo aí, veio aqui avisar vocês, vamos juntar tudo, pega o que vocês tem que pegar aí" isso já veio o pessoal da Prefeitura junto e, aí a rapaziada saiu e ficou só aqueles grandão da Prefeitura, todo mundo apressado e arranca daqui, tira dali e, meu Deus, aquela confusão toda, eu pegando umas malas, mais um outro amigo. Só sei que foi uma correria danada, a gente tirando, eles também tirando ((risos)) aí fui pra ladeira. Minhas malas, minha roupa, correria, eu acho que deixei meu celular, bateria, essas coisas de eletrônico, eletrônico. Aí, dei uma mexida, quando eu reparei tava tudo dentro da droga do caminhão, aí meu Deus do céu."
(S.M.1).

No trecho acima, fica evidente a associação dada aos pertences de uma pessoa, que se encontra em situação de rua com "lixo". E, em uma busca por higienizar os espaços pelo Estado, seus objetos são descartados sem nenhuma cerimônia. Conforme refletido aqui, se esses sujeitos são considerados pela sociedade enquanto descartáveis e desnecessários, consequentemente seus pertences ganham o mesmo tratamento.

Alguns entrevistados tiveram a mesma impressão negativa dessa ação, onde a truculência dos atores públicos aparece de forma latente nas narrativas, expressando uma postura já conhecida pelo Estado, centrada em respostas imediatistas e midiáticas, cujo objetivo é atender somente um lado da população. "Já vieram rasgando tudo. O cara já veio chutando, xingando a gente, tirando nossa lona toda. Eles jogaram tudo no lixo, só tirei um travesseiro, um colchão e uma coberta só. E uma roupa que tava no corpo" (S.F.2).

Outra percepção que encontramos nesse universo tão permeado de exclusão foi o sentimento de pertencimento sentido pelos usuários, quando recebem algum tipo de atendimento realizado, por exemplo pela equipe do CREAS do território, e o significado de inclusão que os encaminhamentos prestados para a rede de serviços passam a ter.

> *""Com esse papel branco não sou mais um indigente, já sou um cidadão...só com esse papel branco já me sinto um cidadão. Vou abraçar essa oportunidade... Agora eu encaro qualquer um. (risos)."*
> *(S.M.4).*

> *"Eu já fui atendido lá com eles, até que um dia, no mesmo dia eles ia me levar para algum lugar, mas sendo que nesse dia não podia, não podia, acabou que foi rolando, rolando, muita coisa aconteceu, aí foi acontecendo. Mas graças a Deus, Deus também é bom que hoje tá sendo tudo resolvido, eu saio daqui com a vitória."*
> *(S.M.1).*

> *"EU: Esse papel tem um significado pra você?"*
> *"Tem, pra eu acordar hoje, disposto e "vou fazer isso" e no meio do caminho encontrar obstáculos pra você não fazer. Não chegar no destino que você quer, você fala: "não, calma ae", sai atravessando tudo e vou que vou, cheguei aqui e vim andando a pé."*
> *(S.M.1).*

O fato de receberem um simples encaminhamento, em uma folha de papel, se transforma em uma quebra de invisibilidade social. Durante nossa observação no campo, um dos entrevistados que acabava de ser atendido pela equipe do CREAS local pediu que tirássemos uma foto dele e seu encaminhamento, como forma de registrar aquele momento tão signigitivo pra ele.

Como já dito no início deste artigo, sobre concepções de cidadania, apreendemos com esse estudo que não basta ter acesso a direitos para considerar a existência de uma cidadania ativa, é necessário que, para o alcance dessa dimensão, minimamente, esse sujeito esteja inserido em um sistema protetivo, e a rua precisa ser considerada enquanto espaço de cuidado, além da existência de equipamentos de proteção social que a incluam, bem como a participação de seus sujeitos em seu processo de trabalho.

A vulnerabilidade social, vivenciada por esse público, se apresenta de maneira tão degradante, que de fato nos remete a um nível agudo de ausência de um Estado protetor, que não vem assegurando um mínimo de cuidado e tampouco proteção social.

Percebemos que, durante a realização da pesquisa, esses sujeitos quando atendidos se sentem "cuidados" pelos profissionais, tanto da política da assistência social como da saúde, sendo possível nitidamente identificar o vínculo construído ao longo do trabalho. Essa análise reflete, o caráter positivo da presença desses agentes públicos no território, construindo propostas de intervenção que promovam inclusão social.

Outro ponto que nos chama a atenção nas narrativas foi a percepção recorrente desses sujeitos quanto à naturalização da dimensão envolvendo a culpabilização individual, pela sua condição de exclusão social, centrando a responsabilidade unicamente no sujeito para sair e romper com os processos excludentes.

"Tem que acontecer é as pessoas terem força de vontade de sair daquele mundo, é isso. Aproveitar essa oportunidade aqui, entendeu? Aproveitar e sair desse mundo porque tem pessoas que não querem, não querem, eu já ouvi já pessoas falarem: "eu amo isso aqui, eu amo o crack, eu amo essa vida aqui. Eu amo essa vida aqui", pessoal da igreja chegar e: "meu irmão, minha vida é isso aqui, eu amo isso aqui, eu gosto disso aqui, você tá vendo? É aqui que eu vou ficar, tá no sangue, o que tá correndo aqui é isso aqui" e é isso aí, agora pessoas que tem vontade de sair mesmo, sai pô, dá um primeiro passo na sua vida." (S.M.1).

"Quero dar orgulho pra minha família e pra conseguir isso preciso ter juízo." (S.M.3).

"Não adianta o governo fazer se a pessoa não quer ser ajudada. Agora sim ajudar quem quer ser ajudado." (S.M.4).

Dialogando com o conceito de subcidadania, visualizamos nitidamente nas falas dos nossos interlocutores o que Souza nos traz de reflexão, sobre a construção social introjetada de forma a naturalizar a desigualdade social, enquanto fruto de insucessos individuais.

Na medida em que não se transpõe essa ideologia hegemônica de massa, que criminaliza a pobreza e transfere a responsabilidade pela superação das desigualdades de classes, em cada indivíduo, encontraremos nesses obstáculos dificuldade em avançar na defesa dos direitos para todos os cidadãos.

Reafirmamos a urgência de elaboração de estudos, que partam de experiências concretas, executadas pela Política de Assistência Social em territórios agudizados, considerando também as percepções que orientam essas práticas, pelos próprios agentes institucionais em campo.

A riqueza trazida nessas narrativas, cujas trajetórias de vida são marcadas por processos de exclusão social, oferece aos profissionais que atuam com essa população a possibilidade de exercitar uma prática de proteção social pautada na liberdade, a partir dessa relação horizontal entre os sujeitos envolvidos na ação.

Considerações finais
O que apreendemos dessas narrativas

Antes de finalizar estas linhas, precisamos contextualizar o momento histórico que assola a humanidade. Desde final de dezembro de 2019, foi identificado um novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador de uma doença respiratória aguda, de rápida transmissão, Covid-19.

Em junho de 2020, no Brasil, já haviam sido registrados mais de um milhão de infectados, e aproximadamente 50 mil mortos, e, em março de 2021, já ultrapassávamos a margem de mais de 277 mil mortos, segundo dados oficiais. E assistimos nosso Sistema Único de Saúde entrando em colapso, em diversas regiões do Brasil, por causa da má gestão de nossos políticos.

Compondo esse triste cenário, onde vidas estão sendo perdidas para a Covid-19, escândalos envolvendo corrupção e desvio de dinheiro público, vem à tona mais uma reflexão, que tornou este estudo mais significativo, como nossa vulnerabilidade enquanto humanos. E, diante desse contexto, é urgente repensar as práticas de proteção social voltadas para uma população considerada descartável.

De todas as recomendações de saúde pública divulgadas pelos organismos internacionais, a principal foi o isolamento social. E daí minhas indagações: para as pessoas que não têm casa e encontram na rua sua única possibilidade de moradia, como seguir esse isolamento? Qual será a proposta de política pública para essa população? É evidente que as respostas do Estado vieram tardiamente e de forma pontual ou fragmentada por região.

Mais uma vez, presenciamos a fragilidade das políticas sociais e da ineficiência do Estado na garantia da proteção social para aqueles que vivenciam um cotidiano de exclusão e de vulnerabilidade social. Diante desse devastador cenário social e de grandes desafios, encontramos nas falas dos "invisíveis", inspiração para seguir estudando e aprendendo com esse público como resistir a esse sistema perverso.

Identificamos, através das narrativas dos nossos entrevistados durante a pesquisa, que a concepção de direitos se apresenta de diversas formas. Encontramos ideias associadas ao não reconhecimento, enquanto cidadãos de direitos, não pertencentes a um sistema protetivo. E consideramos esse um grande desafio, o exercício da cidadania por uma parcela da população, que se encontra ainda reconhecida pela sociedade como subcidadãos, sem direito a ter direitos.

Em nossa trajetória construída enquanto profissional da Política de Assistência Social do Rio de Janeiro e amadurecida durante o mestrado, temos a certeza do quanto é rica e vasta a temática que envolve a população em situação de rua e, de forma despretensiosa, trouxemos para este artigo apenas um recorte da pesquisa realizada.

Destaca-se como uma das mais valiosas aprendizagens colhidas nesse processo a possibilidade de imersão em uma cena de uso, por um ângulo diferente do que estamos habituados a presenciar, e, através dos seus próprios sujeitos, roborar o pensamento de que ela é mais que um espaço de consumo de drogas.

Envolvendo a participação dos indivíduos na construção de estratégias de resistência e de fortalecimento de experiências de proteção social, pautadas na cidadania, esses sujeitos afirmam o que muitos insistem em negar, que suas vidas importam. Através do reconhecimento da rua enquanto espaço potencial para exercício da liberdade e da participação de seus sujeitos, podemos exercer proteção social.

E como intitulado nesta obra, precisamos de práticas sociais que atuem como uma engrenagem, com movimentos frequentes e vigorosos, sustentando a visibilidade e a inclusão que forem conquistadas, que "incluam para NÃO excluir" ainda mais esses sujeitos.

Bibliografia

Alchorne, S. C. A. (2016).

Assistência Social: análise de normativas. O Social em Debate 01: Assistência Social: política e pública.

Boschetti, I. (2017).

Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.128, 54-71, jan./abr.

Brasil. (2004).

Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil. (2009).

Decreto nº 7.053, de 23 de dez. de 2009.

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/>

Carvalho, J. M. (2009).

Cidadania no Brasil: o longo caminho. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Coimbra, C. M. B. (2006).

Direitos Humanos e criminalização da pobreza. In: I Seminário Internacional de Direitos Humanos, violência e pobreza: situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, UERJ, Rio de Janeiro.

Gatto, M. (2017).

Os indesejáveis: das práticas abusivas e ideologia dominante no enfrentamento aos sujeitos indesejáveis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 395p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Paiva, A. R. (Org.). (2012).

Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos; Rio de Janeiro: Pallas.

Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? (2014).

quantos são nas capitais brasileiras? / organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ.

Revista Serviço Social e Sociedade. (2004).

Assistência Social: políticas e direitos. v. 77, São Paulo: Cortez.

Rio de Janeiro (Município). (2016).

Resolução SMDS n.º 64 de 12 de abril de 2016. Cria e Regulamenta o Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social, no âmbito das ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Rio de Janeiro (Município). (2018).

Plano de Assistência Social, 2018-2022. Cidade do Rio de Janeiro.

Rizzini, I. et, al. (2003).

Vidas nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

Rizzini, I.; Vale, J.B.; Couto, R.M.B. (2017).

Cadernos CIESPI – Pesquisa & Políticas Públicas - Contextos de vulnerabilidade na América Latina, PUC-Rio, n. 4. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/Publicacoes/Pesquisa-e-politicas-publicas-16?from_info_index=11>. Acesso em: 14 mar. 2019.

Silva, C. C. da. (2020).

Um olhar para além da droga: Reflexões sobre o espaço público em uma cena de uso no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 124p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, PUC-Rio.

Silva, M. L. L. da. (2009).

Trabalho e População em Situações de Rua no Brasil. São Paulo: Cortez.

Souza, I. P. et al. (2016).

Criminalização da pobreza no Brasil: uma compreensão necessária na busca de uma melhor atuação profissional.

Souza, J. (2013).

Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. Revista Brasileira de Sociologia, v.1, n.1. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/455908>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Souza, J. (2018).

Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro, Rio de Janeiro: LeYa.

Souza, N. R. O. Q. et al (Orgs.). (2011).

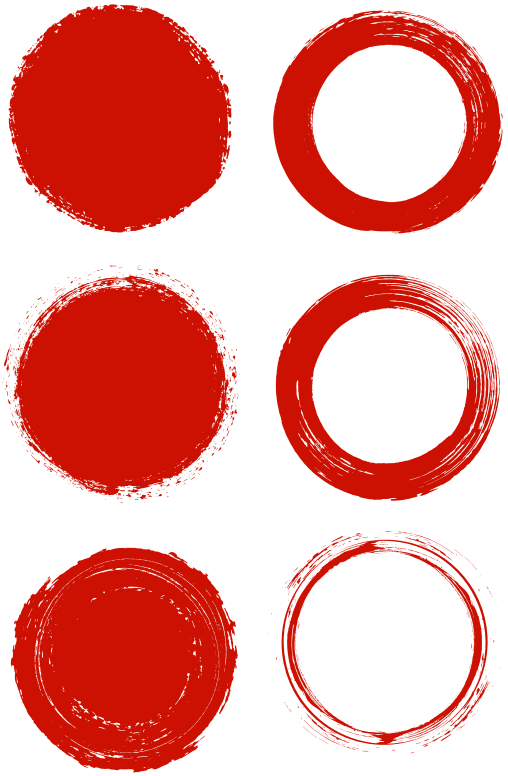
Política de Assistência Social no Brasil: desafios para o assistente social. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Comaer.

Varanda, W.; Adorno, R. C. F. (2004).

Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para as políticas de saúde. Saúde Soc., São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69.

Vasconcelos, E. M.; Lima, R. C. C. (Org.). (2019).

Religiões e o paradoxo apoio social: intolerância, e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas. 1. ed. São Paulo: Hucitec.



Reflexões sobre violência endêmica em uma prisão segurança máxima em Jalisco, México

Danielle Strickland

Professora em tempo integral/pesquisadora
Departamento de Psicologia, Educação e Saúde
ITESO, Universidade Jesuíta de Guadalajara, México

Coordenadora do Programa de Intercâmbio
Prisional no México

danielle@iteso.mx

Resumo:

Este texto aborda a história do crime organizado no México e como ele tem contribuído para uma crescente cultura de violência que engole principalmente a juventude empobrecida. A análise baseia-se em depoimentos e narrativas autobiográficas de homens presos na Penitenciária Metropolitana do Estado de Jalisco por crimes de alto impacto relacionados a operações de cartel. As páginas a seguir exploram como a violência estrutural e direta os levou a se envolverem no crime organizado, os estigmas sociais que enfrentam e como o projeto de educação transformadora que nos uniu tem impactado suas identidades e as formas como eles respondem ao serem estigmatizados.

Palavras-chave: Violência, crime organizado, cartéis, sistema prisional mexicano, aprendizagem transformadora, estigma, conscientização, reflexão crítica, exclusão social

Referências de práticas de distanciamento social para evitar a disseminação do Covid-19 como "o novo normal" sendo a segunda vez que notei o uso indevido deste termo no México. O primeiro surgiu com a Guerra às drogas, iniciada pelo ex-presidente Felipe Calderon, responsável por centenas de milhares de assassinatos na última década. Desde então, frequentemente falamos da "normalização" da violência no país. A descoberta de valas comuns clandestinas, marchas e protestos para dezenas de milhares de pessoas desaparecidas e tiroteios com grupos de cartéis dificilmente são "dignos de notícia" hoje em dia.

No entanto, o uso da palavra "normal" em referência a qualquer uma dessas crises revela uma aceitação submissa dos problemas, seja cedendo ou desistindo. Uma das muitas consequências dessa atitude relacionada aos trágicos níveis de violência no México é o estigma daqueles que foram acusados de cometer crimes violentos. Assim como o vírus Covid-19, eles tendem a serem vistos como uma praga social, incapazes ou relutantes em abandonar a criminalidade, e, portanto, devem ser presos ou mortos. Raramente os associados aos cartéis são vistos como indivíduos dignos de perdão, muito menos como membros valiosos da sociedade.

Para reforçar a gravidade desse estigma, tire um momento para lembrar a pior coisa que você já fez. Agora imagine que todos com quem você interage enxergam essa ação antes mesmo de qualquer outra parte de você. Esta é a realidade enfrentada pela maioria dos homens encarcerados na Prisão Metropolitana de Jalisco, México (a Metro), todos acusados de crimes de alto impacto relacionados com o cartel. Mesmo aqueles que "cumpriram seu tempo" e estão aptos a sair da prisão são obrigados a apresentar um boletim de ocorrência quando preenchem formulários de escolas ou de emprego. A ideia de deixar o crime no passado e ser capaz de se reintegrar com sucesso na sociedade parece virtualmente impossível.

Ter tido a oportunidade de ministrar cursos universitários na Metro desde 2017 me levou a compreender melhor a gravidade desse problema, não só para aqueles que são estigmatizados, mas também

para a sociedade em geral. A crença errônea de que os condenados por crime inevitavelmente continuarão a atormentar a sociedade com delinquências contribui para a "normalização" da violência e complica os esforços para fortalecer as comunidades.

Utilizando a teoria de Erving Goffman, neste artigo, eu vou explorar como rotular as pessoas fortalece a violência endêmica. Começo com uma visão geral da história do crime organizado no México e especificamente do estado de Jalisco, sede do Cartel Jalisco Nova Geração, atualmente a organização criminosa mais poderosa do hemisfério ocidental. Isso servirá como base para examinar a violência cultural no México, grande responsável pela pavimentação do caminho para a prisão para muitos participantes do projeto de educação transformadora que coordeno na Metro, conhecido como Rompemuros. Ao longo do capítulo, depoimentos e trechos de histórias de vida da revista literária produzida neste projeto serão usados para enriquecer as reflexões.

A história do crime organizado no México

A produção de maconha e ópio começou no México no final do século XIX, e o tráfico de drogas para os EUA foi documentado pela primeira vez na décadade 1920. Nesta mesma década, o México aprovou suas primeiras leis contra substâncias ilícitas, iniciando a "Guerra às Drogas". No entanto, mesmo as primeiras gravações do tráfico mexicano notam a participação de políticos e líderes militares (Nieto, 2018). Apesar dos esforços legislativos, em meados da década de 1900 o México havia estabelecido uma posição firme no comércio internacional de drogas da América.

Os EUA entraram em guerra com o lançamento da "Operação Intercept" em 1969 para combater a produção e o tráfico de maconha no México, e os primeiros cartéis mexicanos foram fundados no início da década de 1970. A redução do mercado de maconha para os Estados

Unidos gerou um aumento na demanda por cocaína produzida na Colômbia. Em 1990, a Região Andina produzia mil toneladas de cocaína por ano, sendo a maioria traficada para os EUA através de vários cartéis mexicanos (O'Neill e Fogarty-Valenzuela, 2015).

Desde então, o governo dos EUA investiu mais de um trilhão de dólares para combater o tráfico de drogas no México. No entanto, o crime organizado está mais poderoso do que nunca. Anualmente, estima-se que cerca de 213.000 armas chegam ao México a partir dos EUA e que os cartéis mexicanos geram lucros de aproximadamente US$ 6,6 bilhões por ano, somente dos 55 milhões de consumidores nos Estados Unidos (Linares, 2018).

Apesar da crescente demanda e diversificação de drogas traficadas por cartéis mexicanos, 'El narco' (o narco) foi um fenômeno relativamente isolado e controlado no México até a presidência de Felipe Calderón (2006-2012), quando as taxas de violência relacionadas à produção e venda de substâncias ilícitas aumentaram drasticamente. A nova "Guerra às Drogas" iniciada durante seu mandato aumentou os gastos públicos com segurança para sete vezes o montante da administração anterior, afetando o orçamento de outros programas públicos e, portanto, aumentando a violência estrutural contra as classes mais baixas. "Os gastos de 197.000 milhões de pesos em segurança pública para 2010 representaram praticamente o mesmo montante — 93% — do orçamento para a educação pública, e excederam o montante destinado à saúde e ao desenvolvimento social" (Azaola, 2012, p.20).

Sugados pela crescente cultura do narco, as crianças e adolescentes começaram a se concentrar menos na escola.

"Eu frequentei [o ensino fundamental] com muitos problemas, faltando várias vezes à escola e com muitos tapas dos chinelos da minha mãe, porque eu odiava a escola... Quando eu tinha 10 anos, me tornei amigo de um garoto mais velho do bairro que me pediu para fazer uma missão para ele: ir à casa do primo pegar uma caixa de ferramentas, para a qual eu disse que sim. Ele me emprestou uma bicicleta e me disse para não abrir a caixa no caminho. Eu já sabia onde era aquela casa, então cheguei rápido e imediatamente voltei com a encomenda para a casa do meu amigo. Ele a abriu na minha frente e tirou alguns sacos com um pó que parecia farinha. Quando ele abriu um deles com uma faca, ele fez duas linhas e com um canudo ele colocou-os em seu nariz. Então ele tirou dez pesos e me deu como pagamento pela missão. Então eu continuei trazendo as caixas, pegando meus dez pesos e vendo como meu amigo cheirava as linhas até o nariz dele, até que um dia eu peguei a caixa e fui direto para minha casa, abri, peguei pó de um saco, fiz duas linhas como meu amigo fez e aspirei. Eu gostei de como eu me senti e foi aí que meu vício em 'coca' começou, e eu comecei a precisar de mais dinheiro para a minha adição."
(Fernando, RM2, p.20)

De acordo com dados oficiais apresentados pelo governo mexicano, havia aproximadamente 70.000 'narco-execuções' e mais de 26.000 pessoas 'desaparecidas' durante o mandato de Felipe Calderón. A estratégia de eliminar os 'capos' resultou na fragmentação de vários cartéis e no envolvimento de mais jovens no crime organizado em todo o país.

"Aquela noite foi minha iniciação em uma linha de trabalho não convencional. Cheguei em casa espantado, com minha adrenalina bombeando, o cheiro de sangue e pólvora estava impregnado no meu nariz e as imagens queimavam na minha memória. "
(Pedro, RM2, p. 30)

Além da expansão do tráfico de drogas, a guerra levou a uma diversificação de atividades ilícitas em operações de cartel, incluindo sequestros, extorsão, tráfico humano e 'huachicol' (roubo de combustível). Durante o governo de Calderón, o sequestro aumentou 83%, os homicídios intencionais aumentaram 34% e os roubos com violência aumentaram 31% (Azaola, 2012).

Em 2007, um ramo do Cartel del Milenio (Cartel do Milênio) chamado 'Gente Nueva' (Gente Nova) foi formado para lutar contra o Cartel Zeta pelo controle da costa leste do México. Devido ao seu sucesso, em 2008 este grupo ficou conhecido como ' Mata-Zetas'. A morte de Óscar Nava, líder do Cartel do Milênio, em agosto de 2009 gerou uma fragmentação do grupo, do qual surgiu o Cartel Jalisco Nova Geração (CJNG), majoritariamente composto por "mata-zetas". O órgão de polícia federal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos encarregado da repressão e controle de narcóticos (DEA) recentemente classificou o CJNG como a terceira organização criminosa mais poderosa do mundo (depois da máfia russa e das tríades chinesas) (CastilloGarcía, 2020).

A Nova Geração cresceu sob a liderança de Nemesio "El Mencho" Oseguera Cervantes, deportado dos Estados Unidos após uma sentença de cinco anos de prisão. Ao chegar ao México, Oseguera serviu na polícia estadual de Jalisco antes de se juntar ao Cartel do Milênio. Sob seu comando, o cartel se expandiu com incrível velocidade e agilidade, incorporando membros de outros cartéis fragmentados (em grande parte devido à estratégia do governo para eliminar os líderes), bem como 'ex-condenados' deportados dos Estados Unidos, e membros de gangues e outros grupos de jovens em territórios tomados pelo cartel (Flores, 2016).

"Um dia, em 2008, o cartel 'L-V' chegou e eles me acolheram. Eles me fizeram trabalhar para eles, me dando sacos de dez centavos com etiquetas e crack em cápsulas... Esses eram os dias em que eu tinha acabado de me mudar com minha namorada, eu tinha 19 anos, e eu mal fazia o suficiente para alugar um quarto no bairro e colocar comida na mesa. Decidi não vender sacos de dez centavos e disse aos chefes que queria colar com os cachorros grandes."
(Fernando, RM2, p.20)

O rápido crescimento do CJNG e de outros cartéis está diretamente relacionado com a corrupção do governo mexicano. Como explica marcial (2015, p. 21) "Mais inteligentes que o Estado mexicano, os criminosos se tornaram mais fortes e violentos, além de serem capazes de se infiltrar em partidos políticos e governos locais, provinciais e federais". Os danos até agora são inúmeros, com uma contagem de vidas perdidas que supera muitas guerras civis. Mais de 250.000 mortes e 40.000 desaparecimentos foram registrados durante as presidências de Calderón e Peña Nieto. Para encontrar uma solução, foram registrados mais 53.628 homicídios nos primeiros 18 meses da atual gestão do presidente Andrés Manuel López Obrador (Ángel, 2020).

A continuação das chamadas " narco-execuções" e a aceitação do poder que os grupos do crime organizado exercem (ou em conjunto com) o Estado deixam pouca esperança para o governo mexicano. Enquanto os EUA buscam fortalecer a segurança de sua fronteira sul, a violência ligada aos mercados locais de tráfico de drogas aumenta. As batalhas territoriais do cartel para controlar "um crescente mercado interno de drogas, extorsão, roubos e sequestros parecem ter criado uma "indústria do crime" que recruta jovens com pouca esperança de mobilidade social" (Bergman, 2012, p.73).

"Eu tinha apenas 16 anos e uma pessoa mais velha do que eu queria me intimidar me batendo, ao que eu respondi e joguei ele no chão. Mas depois de um segundo, senti um imenso frio correndo pelo meu corpo quando vi que ele estava apontando uma arma para mim. Fiquei paralisado, mas não mudei de posição, meu rosto não mostrou medo, só coragem... Ouvi alguém gritar: "Deixe o garoto em paz, seu desgraçado, aquele garotinho tem mais bolas que você"... um homem de pele clara, de olhos verdes, robusto se aproximou de mim e deu uma tapinha nas minhas costas dizendo "está tudo bem". Ele me ofereceu uma cerveja e perguntou de onde eu era... ele me ofereceu dinheiro, me disse que tinha um bom sentimento sobre mim e me ofereceu um emprego sem me dar muitos detalhes, embora com o pouco que ele disse que eu poderia imaginar o que aquilo implicava."
(Alberto, RM3, p.21)

A expansão do CJNG em todo o país, juntamente com as constantes batalhas entre mais de 200 grupos para controlar aos territórios urbanos e rurais, refletem a expansão maciça do mercado nacional de drogas que representa uma fonte de renda cada vez mais significativa para os cartéis (Nieto, 2018). De acordo com a Pesquisa Nacional de Consumo de Drogas, Álcool e Tabaco (ENCODAT) 2016-2017, o uso de drogas no México aumentou 47% desde a aplicação da pesquisa cinco anos antes. Em relação ao consumo de adolescentes entre 12 e 17 anos, os dados mostram um aumento de 125% no mesmo período. Esse aumento acompanha o crescente poder dos cartéis que controlam bairros urbanos e cidades ao redor do país. O estabelecimento de uma 'narcotienda' (farmácia) em sua casa é uma prática empreendedora que é cada vez mais comum para cobrir as despesas das famílias em um país onde o emprego formal atinge apenas aproximadamente 40% da população.

De acordo com dados do mesmo levantamento, Jalisco ocupa o primeiro lugar nacional no consumo de drogas ilícitas. O aumento do uso de drogas no estado deve-se à fácil entrada de pseudoefedrina da China através dos portos do Pacífico para produzir metanfetaminas, o grande número de laboratórios de drogas sintéticas na região e, ao baixo preço e fácil acesso ao cristal de metanfetamina (López, 2017).

> *"O país está neste momento esperançoso em relação às pessoas desaparecidas. As pessoas estão procurando por seus entes queridos com paixão, esperança, fervor e determinação alimentadas pelo coração, guiadas pelo cérebro e pelo fígado e atados pela falta de resultados. E aqueles que estão desaparecidos devido a uma adição, chegam ao hospital, ou a cadeia? Ou aqueles que não conseguem satisfazer seu apetite e, consequentemente, vagam pela rua com um olhar perdido ou uma overdose, basta enviá-los para o descanso eterno? Por que ninguém os procura com tanto zelo inesgotável? Esse assunto não termina quando um morre, porque outro membro da família provavelmente será engolido pela adição."*
> *(Jorge, RM3, p.16)*

Atos de violência contra pessoas com vícios e membros mais jovens de grupos do crime organizado que ocupam as fileiras mais baixas tendem a ser universais. Um estudo sobre violência urbana no norte da Filadélfia, Karandinos, Hart, Montero e Bourgois (2015) refere-se ao conceito de violência simbólica de Bourdieu, explicando como aqueles que controlam "os territórios" exploram vendedores ambulantes de baixo nível, que assumem os riscos de violência para defender os interesses do grupo por razões de autorrespeito. Em outras palavras, a ligação com o poder do crime organizado, como parte de sua identidade, justifica a violência que sofrem.

A instalação de grupos do crime organizado nas comunidades tem se tornado cada vez mais comum em todo o México. Esses grupos impõem seus próprios sistemas de justiça e políticas sociais nos territórios que controlam, promovendo uma legalidade paralela com seus próprios recursos, códigos, normas e rituais" (García Canclini, 2010, p. 435). A preferência de tantos jovens "excluídos dos sistemas educacional e trabalhista, da informação e do entretenimento jurídico" para a "nova ordem" da "legalidade paralela" revela como as instituições e normas do Estado mexicano "estão perdendo sentido, uma vez que não são capazes de oferecer o que a sociedade precisa"(García Canclini, 2010, p. 435)

> *"Infelizmente, há sempre algo para comprar e, portanto, não há limite de quanto dinheiro ganhar... as chances de cair em tentação crescem ao analisar os ganhos de um trabalho com 'previdência social' para um trabalho com a possibilidade de obter vastos recursos, de forma rápida e fácil."*
> *(Jorge, RM3, p.12)*

A 'narcocracia' do México

Em vez de ver o crime organizado como um sistema paralelo de poder, Luke Dowdney (2003, p. 71) o apresenta como uma "presença simultânea" que explora as fraquezas do Estado. Os cartéis oferecem serviços e oportunidades que o governo, por omissão ou corrupção, não fornece mais. Em outras palavras, a "narcocracia" está substituindo a democracia no México, devido às falhas e deficiências do Estado.

Com tanta corrupção, o respeito pela lei é limitado no México. Por conseguinte, as distinções entre formal e informal, bem como legal e ilegal, devem ser reconsideradas, reconhecendo a fusão dessas dicotomias quando o mesmo político cujas campanhas foram financiadas por um cartel lidera a guerra às drogas. Como explica José Manuel Valenzuela (2012), a 'legalidade paralela' se intensifica com a colaboração entre membros do cartel e policiais designados para controlar os mesmos espaços territoriais

"Eles me fizeram puxar as pessoas [para o cartel] com a ajuda dos chefes de polícia da área... tivemos que nos livrar de sua mercadoria e tê-los trabalhando para o cartel; se eles não quisessem participar, eles iriam para a prisão com mercadorias que plantamos sobre eles. (Fernando, RM2, p.21)

Além da corrupção, outras deficiências estruturais contribuíram para a extrema ineficiência do sistema de justiça criminal mexicano. Infelizmente, a mais recente Reforma Constitucional da Justiça fez pouco progresso nos últimos 12 anos. Em todo o país em 2019, 89,6% dos homicídios ficaram impunes (Impunidada, 2020). No estado de Jalisco, considerando todos os crimes de jurisdição comum cometidos, apenas um de cada 250 é sancionado criminalmente (Zepeda y Jiménez, 2017). O México continua sendo um dos países com maiores índices de impunidade do mundo, superado apenas pelas Filipinas, Índia e Camarões. Em 2020, 99,3% dos crimes cometidos no México ficaram impunes (UDLAP, 2020).

Em grande parte, a impunidade se deve a falhas na investigação de crimes relatados, mas o mais relevante é o fato de que 94,8% dos crimes nem sequer são denunciados à polícia, revelando uma falta de confiança geral no sistema de justiça mexicano (Zepeda y Jiménez, 2017).

Desde 2008, os EUA têm investido bilhões de dólares através da Iniciativa Merida para combater o fluxo de drogas de sua fronteira sul. No entanto, a corrupção de tantos políticos mexicanos, que respondem aos interesses dos cartéis com maiores incentivos econômicos diretos e ameaças, limitou muito o impacto do programa. Embora as políticas e operações que complicam a entrada de drogas nos EUA tenham tido algum sucesso, pouco foi feito para impedir a entrada de armas no México. Nas palavras de Alejandro Madrazo, "Se os postos de controle que hoje procuram drogas nas estradas que vão de sul a norte estivessem procurando armas que fluíssem de norte a sul, outro galo estaria cantando" (Madrazo, et al., 2018, p. 178).

A propagação da violência através da narcocultura

Basta ligar a Netflix para notar a crescente popularidade da "narcocultura". A grande maioria das séries e filmes produzidos neste novo gênero são baseados no México e estão cheios de violência. Além disso, uma ampla gama de literatura, de biografias a best-sellers fictícios, videogames, quadrinhos e uma indústria musical multimilionária de' narcocorridos' glorificam a narcocultura. Como apontam Becerra e Hernández (2019), sua popularidade reside no fato de representarem pessoas que, apesar de virem de um contexto de pobreza e injustiça social, se tornam ricas e poderosas ao ousar se envolverem com o tráfico de drogas. No entanto, acima de tudo, as pessoas são fascinadas pelo seu sucesso no que García Canclini chama de "nova ordem", revelando a corrupção e a ineficiência do Estado.

"Ele ficava me dizendo, "veja como eu vivo, se você trabalhar comigo nós faremos ainda melhor." Tudo parecia ser real, tudo era uma festa, eu não o via fazendo nada difícil. Por dois anos ele insistiu e minha recusa foi firme, mas sem um emprego minha visão foi distorcida e eu comecei a rolar com ele. Uma parte de mim queria participar, eu estava tentado pela aventura, pela emoção, pela adrenalina e pelo dinheiro... é fácil desviar-se do caminho quando há possibilidades de acelerar um processo, tendo um sonho no meio. Você pode perder seu sonho no caminho e você também pode perder o seu caminho desejando um sonho. (Jorge, RM2, p.25)

Enquanto os narcocorridos datam da década de 1940, outras indústrias do entretenimento começaram a entrar a bordo na década de 1970. Atualmente, a narcocultura mistura elementos da cultura popular mexicana com os do hiperconsumismo capitalista, que tendem a exaltar a opulência, transgressão, impunidade e poder (Becerra e Hernández, 2019, p.261).

A ligação direta entre a narcocultura e o capitalismo é fundamental para compreender o fascínio desse estilo de vida, especialmente pela juventude empobrecida. O México é um dos países com a distribuição mais injusta de riqueza do mundo. Aproximadamente 40% da população vive abaixo da linha de pobreza e 10% da população controla 42,2% de toda a renda. Isso explica como os recursos relacionados à narcocultura são tão atrativos para jovens empobrecidos em busca de reconhecimento, aceitação e inclusão social.

"Com o passar do tempo, me vi trabalhando com eles, desfrutando de muitos luxos, dinheiro, mulheres, carros e drogas, caprichos para realizar todos os meus desejos."
(Alberto, RM3, p.21)

Pedro descreveu sua "casa" enquanto trabalhava com os Mata-Zetas no sudeste do México:

"A casa onde eu morava era um dos benefícios do trabalho. Tinha uma piscina. 10 metros de comprimento e 5 metros de largura, com uma jacuzzi embutida. O quarto onde ele dormia era o quinto no final do corredor do segundo andar, com ar central, com vista para o jardim que tinha várias árvores ficus aparadas como figuras de pomba, arbustos de rosas de várias cores e oito palmeiras anãs que forravam o caminho até a entrada. A parede estava coberta com flores de jasmim, do tipo que te intoxica com seu cheiro fresco quando chove. A garagem cabe dois caminhões Lobo, um Trail Blazer, um Cheyenne e uma Avalanche..."
(Pedro, RM2, p.30)

No entanto, ele diz que se pudesse voltar no tempo ele nunca teria se envolvido. "Eu daria qualquer coisa para poder andar pelo calçadão de Veracruz com minha família sem ter que cuidar das minhas costas", confessou em uma de nossas últimas conversas. Além do medo constante de perder a vida de algum de seus entes, o poder do crime organizado vem com o preço de ser estigmatizado por grande parte da sociedade.

Estigma

O estigma social aumenta a probabilidade de um indivíduo agir de uma certa maneira (Goffman, 1963). Em outras palavras, rotular alguém como um "delinquente" aumenta a probabilidade de que ele ou ela cometa um crime. Quando os homens encarcerados são rotulados como 'narcos' ou 'sicarios', é mais provável que eles assumam os rótulos como partes permanentes de sua identidade, em vez de lutar para superar o estigma e 'reintegrar-se' na sociedade.

"[Quase imediatamente após chegar à prisão] comecei a sentir os olhares que me diziam que eu não era mais o mesmo de quando estava livre. Comecei a sentir que estava em outro mundo..."
(Richard, RM3, p.41)

Após vários debates sobre o propósito e a realidade do sistema prisional no seminário Rompemuros que eu coordeno com estudantes universitários e homens que estão encarcerados na Metro, agora geralmente usamos o termo 'reintegração' para nos referirmos à relação entre aqueles que estão ou foram encarcerados e a sociedade, considerando todos os envolvidos no processo como sujeitos ativos. Vários participantes têm argumentado que a visão liberal bem-intencionada que rotula as pessoas encarceradas como "vítimas excluídas" da sociedade ignora a decisão consciente de muitos de se juntarem aos cartéis e prejudicarem outros. No entanto, as limitadas oportunidades educacionais e de emprego para mexicanos de classe baixa, reforçadas por estigmas e práticas discriminatórias, não devem ser esquecidas.

"... E foi assim que minha vida aqui começou capturando a cena dos horrores da prisão, onde você deve se preparar para buscar a vitória e seguir em frente, não se deixando vencer pela cor laranja [do uniforme] que lhe dá uma identidade perante a sociedade."
(Fernando, RM3, p.20)

Confrontando estigmas através da educação

Nos últimos 25 anos, mais de 38.000 estudantes de sete países diferentes participaram do Programa de Intercâmbio Prisional. Através deste Programa, cursos de faculdades são ministrados em prisões com grupos combinados de encarcerados e de estudantes com base no campus. Por meio da diversidade do corpo discente e de uma pedagogia baseada no diálogo, o programa busca promover o pensamento crítico e reduzir as barreiras da exclusão social.

Até hoje, o sistema penitenciário de Jalisco é o primeiro e único na América Latina a oferecer o Programa de Intercâmbio. Comecei a implementar o programa em Jalisco em 2016. Desde então, outros professores de diferentes universidades foram certificados como instrutores de Intercâmbio e aderiram ao movimento. No final de 2017, alunos de um curso que ensinei na Metro apresentaram uma proposta para continuar com o programa, criando uma revista literária. Tanto a revista quanto o seminário permanente tornaram-se conhecidos como Rompemuros.

Um dos principais objetivos de Rompemuros é "humanizar", e assim "destigmatizar" os autores compartilhando suas narrativas pessoais e outras escritas reflexivas. Isso, por sua vez, visa reduzir estereótipos e a discriminação da população geral de pessoas com antecedentes criminais.

"Cientes de que atualmente as posições no diálogo [entre aqueles que estão encarcerados e aqueles que não estão] são desiguais e meramente exponenciais, consideramos que cada texto ajude a quebrar as paredes, não as materiais, mas as paredes que nos impedem de nos ver como parte da mesma sociedade."
(Lucy, Jesús & Richard, RM1, p.17)

O desenvolvimento de narrativas autobiográficas no curso é elogiado por outras atividades de classe que promovem reflexão crítica e mudanças na percepção de processos dos estudantes. Os participantes também relataram mudanças na forma como se enxergam e em seus projetos de vida, graças ao programa. Por meio da escrita e do diálogo, ampliam sua compreensão de problemas pessoais e sociais e muitas vezes reconhecem como isso os levou a considerar novas possibilidades em suas vidas.

"Socializar com pessoas diferentes tem sido uma terapia psicológica que me convida a escrever, me fortalece, me deixa otimista, me dá ferramentas para criar meu escudo emocional contra o ressentimento social e os rótulos imaginários que existem em minha mente, devido à injustiça, abuso e abandono [que já experimentei], onde a corrupção pode ser cheirada e a ilegalidade fede."
(Fernando, RM4, p.36)

"Fazer parte deste projeto me dá grande satisfação e... permitiu que eu me reconectasse com pessoas fora da prisão. O mais importante é continuar aprendendo. Isso me faz sentir mais seguro porque eu posso dizer a mim mesmo que eu quero continuar seguindo em frente no meu desenvolvimento pessoal e não ficar estagnado como as outras pessoas, mesmo que eu viva preso, pagando por um erro que cometi há mais de 15 anos. "
(Luis, RM4, p.28)

O projeto também visa estimular transformações sociais, abordando estereótipos de pessoas na prisão através de diversos canais. Como Fernando explicou na apresentação do segundo volume da revista,

> *"Nos três anos desde que o programa de Intercâmbio começou na Metro, inúmeros alunos e graduados passaram por suas salas de aula, pessoas da vida política e camaradas do mundo da literatura, que com suas crônicas e narrativas enriqueceram nossa escrita... E com eles, nossas palavras e pensamentos cruzaram as paredes, eles foram libertados. Essas mulheres, homens e jovens os levaram embora. Eles foram publicados na revista Rompemuros e em seu site... O sucesso deste projeto baseia-se nos encontros que foram facilitados, presencialmente e através de publicações, onde nossas ideias e palavras são ouvidas por outros."*
> *(Fernando, 2019)*

Como pode ser visto com as citações de Rompemuros neste artigo, os textos permitem que os leitores vejam os autores como seres humanos complexos, em vez de limitar suas percepções desses homens ao crime pelo qual foram acusados. Isso, por sua vez, pode reduzir a tendência de rotular outros antes de conhecê-los.

Aprendizado transformador atrás das grades

Além de compartilhar suas histórias, que nos ajudam a entender os problemas sociais subjacentes que têm possibilitado o crescimento exponencial do crime organizado no México, outros textos em Rompemuros revelam a conscientização promovida pelo programa. Os sinais iniciais dessas transformações podem ser notados com novas ideias sobre os efeitos da violência estrutural e da corrupção na sociedade. Como explica Jon Mezirow, a aprendizagem transformadora

refere-se ao raciocínio metacognitivo que "enfatiza a percepção sobre a fonte, estrutura e história de um quadro de referência, bem como julgar sua relevância, adequação e consequências"(2003, p.61). Isso é exemplificado no trecho a seguir de um dos textos de Pedro:

> *"Somos testemunhas de como alguns que estão em posições de poder não aprendem com o passado, eles repetem a triste e patética história dos outros e tropeçam nas mesmas pedras. E o que é pior, eles sem desculpas decepcionam milhões que acreditavam neles e que merecem viver em um país melhor. Como cidadãos, temos que participar mais ativamente das leis propostas, pois elas podem servir para alcançar o bem-estar comum que queremos."*
> *(Pedro, RM1, p.9)*

Muitas outras pessoas têm manifestado como elas se enxergam agora: "agentes de mudança", empoderados com conhecimento que pode ser usado para motivar transformações positivas na sociedade.

> *"O passar dos anos e as aulas me ajudaram a ser outra pessoa. Meus pensamentos e meus conselhos agora são muito diferentes, acredito e sinto que agora sou útil fora da prisão."*
> *(Richard, RM3, p.43)*

Assim, podemos ver uma mudança de consciência que não só reflete uma transformação pessoal, mas também um compromisso de abordar alguns dos problemas sociais que examinamos no seminário. Como explicam McWhinney e Marcos (2003, p.32), "o valor da transformação [está] no desenvolvimento de uma população mais consciente e envolvida de adultos". Ser parte de um movimento coletivo dedicado a abordar um problema social que afeta a todos nós, também foi reconhecido várias vezes em Rompemuros como parte significativa dessa transformação.

"Aqueles de nós que estão aqui neste incrível projeto de Intercâmbio, têm um grande compromisso onde sonhamos que o povo precisa de unidade, e todos podem fazer sua parte, ajudando a mudar o sistema, para que no futuro possamos talvez ter leituras onde a demanda social por justiça não seja sentida."
(Fernando, RM4, p.37)

A ideia de 'agência' pessoal que foi enfatizada na decisão coletiva de usar o termo 'reintegração' ao se referir à relação entre aqueles com antecedentes criminais e a sociedade como um todo também está presente nessas reflexões. Da mesma forma que as pessoas na prisão não devem ser estigmatizadas com rótulos negativos, a participação desses homens em Rompemuros de forma alguma garante que seus laços com o crime organizado foram cortados ou que eles não cometerão outro crime.

"Muitas coisas podem ser ditas sobre a prisão, algumas de nós mudam para melhor, outras para pior, a diferença está em como cada um quer passar o tempo e se vale a pena permanecer no mesmo caminho."
(Marcos, RM3, p.32)

Seja qual for o caso, todos os participantes expressam remorso pela dor e agonia vivenciadas por suas famílias devido à sua prisão. Muitos deles afirmam que essa dor supera a tortura física e psicológica que experimentaram.

"Minha infância passa pela minha cabeça e embora eu possa não ter notado isso na época, sinto que estava feliz, com pais amorosos que introduziram valores em mim e, graças a Deus, eles ainda estão comigo. Não sei quando me perdi. Eu subi de um pequeno erro para este que me custou muito e arrastei toda a minha família pelo caminho, sem perceber."
(Eduardo, RM3)

"Para mim estar atrás das grades não é uma punição, a punição é ver minha família sofrer, ver o que perdemos por estarmos aqui, percebendo que tínhamos tantas coisas boas na vida que tomamos como certa. Nunca nos preocupávamos com as coisas que são realmente importantes. Muitas vezes me lembro da voz do meu filho me dizendo o quanto ele me amava. Ele e a mãe eram tudo para mim. É claro que não posso apagar o passado ou as cicatrizes que ele deixou em mim, e embora seja muito doloroso eu só posso aprender com isso, mudar as coisas que não são boas e seguir em frente."
(Alberto, RM3, p.25)

Reflexões Finais

Uma das atividades que uso para promover o pensamento crítico nos cursos de Intercâmbio, começa apresentando uma citação de Lori Pompa, diretora fundadora do programa: "O crime é um problema, mas também é um sintoma de um problema social muito mais profundo, uma disfunção social em que cada um de nós, por comissão ou omissão, desempenha um papel". No caso do México, essa "disfunção social" evoluiu para violência endêmica, esperada e aceita não só de membros do cartel, mas também de policiais e outros agentes do serviço público, vigilantes e qualquer cidadão disposto a intervir e preencher o vazio deixado pelo sistema falido incapaz de responder à escalada dos índices de criminalidade. A tendência crescente de usar a impunidade como justificativa da violência foi notada pelo observatório dos cidadãos Jalisco Cómo Vamos (2018) em uma pesquisa aplicada em toda a região metropolitana de Guadalajara, na qual 28,4% da população afirmou que "fariam justiça pelas próprias mãos" se um crime fosse cometido contra eles.

No jornal de hoje (8 de janeiro de 2021), uma manchete diz "Não há interesse em se mover contra a tortura em Jalisco" (Osório, 2021). O artigo explica como a legislação aprovada em 2017 exige que o Estado estabeleça um Ministério Público autônomo para atender acusações de tortura. Não só este escritório ainda não existe, como o item foi apagado do orçamento do Estado. No entanto, todos os autores de Rompemuros foram torturados pela polícia quando foram presos, interrogados e/ou processados na prisão.

"Toda a primeira noite passamos por perguntas, e as únicas pausas foram as mudanças de turno. Policiais chegaram com sua força renovada, ou talvez minha energia diminuída os percebeu dessa forma. As instalações da "14ª" [delegacia] têm a capacidade de produzir memórias obscuras, desagradáveis que tendem a retornar."
(Jorge, RM2)

"No terceiro dia [depois que me prenderam], cheguei a um lugar chamado 'Arraigo' (enraizamento), que nada mais era do que uma casinha onde cerca de 50 pessoas moravam... Passei 28 dias naquele lugar, entre interrogatórios, rosários e música nos fins de semana, já que em frente é um lugar chamado 'La Penca' (a penca) onde eles faziam festas todas as sextas-feiras. Era um terror constante porque todos os dias diferentes agentes chegavam para 'interrogatórios' e todos queríamos nos esconder um atrás do outro em uma sala de 3m²."
(Eduardo, RM3)

"892 tira suas roupas, seu corpo tremem debaixo da cueca, as vozes o atordoam, sua cueca cai no chão, sua pele eriçada do frio. Ele obedece. 892 vai para as etapas que foram chamadas de Rampa. 892 nunca esteve tão vulnerável como hoje. Ele toca as pontas dos dedos do pé. Hoje ele descobre quem está no comando."
(Marcos, RM3)

O sonho de unidade revelando a transformação de Fernando por meio de sua participação no projeto, e a esperança de muitos de mais uma vez viverem em uma sociedade pacífica, parece cada vez mais distante da realidade quando reconhecemos como o sistema se baseia em responder à violência com mais violência. Além da violência direta infligida a esses homens a partir do momento em que são levados sob custódia da polícia, eles continuam a ser vítimas de violência estrutural. As violações dos direitos humanos são a norma nas prisões mexicanas (CNDH, 2019). Uma vez libertados, eles são bloqueados de inúmeras oportunidades educacionais e de emprego por causa de seus registros criminais.

Apesar de todos os danos infligidos e por diferentes membros da sociedade, falar de violência "normalizada" só piora as coisas. Assim como o vírus Covid-19, a violência é um dos problemas mais graves que o México enfrenta hoje. Ambos os vírus requerem um esforço coletivo consciente se esperamos superar a crise atual. Como todos os grupos que conheço para refletir sobre a citação de Lori chegaram a concluir, todos nós podemos, e devemos, fazer algo para fazer a diferença. Para conhecer os autores de Rompemuros, todos os quais foram rotulados como "criminosos perigosos", lendo suas narrativas provavelmente nos levará a perceber que temos muito mais em comum com esses homens do que poderíamos imaginar. Além disso, muitos leitores passarão a reconhecer estereótipos e estigmas escondidos em seu subconsciente.

As histórias de vida desses homens me levaram a ver como suas decisões, e a cultura do crime organizado em geral, são baseadas nos mesmos valores do capitalismo neoliberal que dominam o resto do mundo ocidental. Feltran (2019) apresenta uma etnografia incrível que exemplifica como as contribuições de 'dinheiro sujo' são essenciais para o sucesso dos negócios transnacionais. No entanto, a relação simbiótica é ignorada por aqueles que buscam o sucesso econômico dentro do campo da "legalidade". Seguindo o mesmo sonho, os pobres acabam na prisão enquanto os ricos ganham fama e fortuna.

Ao contrário do seu propósito de criar uma sociedade mais segura e pacífica, o sistema de justiça criminal no México, como em muitos países latino-americanos, desempenha um papel fundamental na perpetuação da violência. No entanto, Rompemuros e outros programas de educação prisional têm sido capazes esculpir rachaduras nas paredes da prisão, através das quais um raio de luz é capaz de germinar as sementes de aprendizagem, cura e consciência, nutridas por conexões intrapessoais mais fortes do que barreiras prisionais e estigmas sociais. São essas relações que promovem uma apreciação coletiva da vida humana e podem parar a disseminação do ressentimento e do medo sobre os quais a violência endêmica do México prospera.

Bibliografia

Ángel,A. (2020, 22 de junio).
18 meses con AMLO: han asesinado a más de 5.800 mujeres y 1.800 menores. Animal Político. https://www.animalpolitico.com/2020/06/18-meses-amlo-muertos-asesinados-mujeres-menores/

Azaola, E. (2012).
La violencia de hoy, las violencias de siempre. Desacatos, 40, 13-32.

Becerra, A. y Hernández, D. (2019).
Fascinación por el poder: consumo y apropiación de la narcocultura por jóvenes en contextos de narcotráfico. Interstício Sociales 9(17), 259-286.

Bergman, M. (2012).
La violencia en México: algunas aproximaciones académicas. Desacatos,40, 65-76.

Castillo García, G. (2020, 04 de outubroubre).
El cártel Jalisco ya es el tercero más peligroso del mundo: DEA. La Jornada. https://www.jornada.com.mx/ultimas/politica/2020/10/04/el-cartel-jalisco-ya-es-el-tercero-mas-peligroso-del-mundo-dea-6113.html

Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH). (2019).
Diagnóstico Nacional de Supervisión Penitenciaria (DNSP). https://www.cndh.org.mx/sites/all/doc/sistemas/DNSP/DNSP_2019.pdf

Dowdney, L. (2003).
Children of the drug trade: A case study of children in organised armed violence in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:7Letras.

Feltran, G. (2019).
(Il)licit Economies in Brazil: An Ethnographic Perspective. Journal of Illicit Economies and Development, 1(2), 145-154. doi: 10.31389/jied.28.

Flores Pérez, C. (2016).
Cártel Jalisco Nueva Generación: elementos a considerar sobre la reconfiguración de las organizaciones del tráfico de drogas en México. R. Benítez Manaut & Aguayo Quezada, S. Atlas de la Seguridad y la Defensa de México. México: Instituto Belisario Domínguez del Senado de la República.
http://bibliodigitalibd.senado.gob.mx/handle/123456789/3418.

García Canclini, N. (2010)
Epílogo. La sociedad mexicana vista desde los jóvenes. En Reguillo, R. (coord.) Los Jóvenes en México (pp. 430-443). México: Fondo Cultural Económico.

Goffman, E. (1963).
Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity. Simon & Schuster.

Impunidad Cero. (2020, noviembre).
Impunidad en homicidios dolosos y feminicidios: Reporte 2020. https://www.impunidadcero.org/articulo.php?id=142&t=impunidad-en-homicidio-doloso-y-feminicidio-reporte-2020

Jalisco Cómo Vamos (JCV). (2018a).
Encuesta de percepción ciudadana ¿Cómo nos vemos los tapatíos? http://www.jaliscocomovamos.org/encuesta2018.

Karandinos, G., Hart, L.K., Montero Castrillo, F. y Bourgois, F. (2015).
The Moral Economy of Violence in the US Inner City in J. Auyero, F. Bourgois y N. Scheper-Hughes (eds.). Violence at the Urban Margins. New York: Oxford University Press. 41-72.
Linares, A. (2018, 5 de febrero).
Cada año, 213.000 armas llegan ilegalmente a México desde Estados Unidos, según informe. New York Times.
https://www.nytimes.com/es/2018/02/05/cada-ano-213-000-armas-llegan-ilegalmente-a-mexico-desde-estados-unidos-segun-un-informe/.

López Villalobos, I. (2017, 18 de octubre).
Crece el consumo de drogas en Jalisco. El Occidental. https://www.eloccidental.com.mx/local/crece-el-consumo-de-drogas-en-jalisco.
Madrazo, A., Monárrez, J.E., Camus, M. & Maldonado, S. (2018).
Discrepancias en torno a la Ley de Seguridad Interior. Encartes Antropológicos, 1(1), 169-181. https://www.encartesantropologicos.mx/la-ley-de-seguridad/.

Marcial, R. (2015).
"Fue el Estado": El caso de los jóvenes desaparecidos de Ayotzinapa y la crisis política en México. DESIDADES-Revista Eletrônica de Divulgação Cientifica da Infância e Juventude, (6).
https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2614.

McWhinney, W. y Marcos, L. (2003, Jan).
Transformative Education. Across the Threshold. Journal of Transformative Education 1 (1). Pp. 16-37.

Mezirow, J. (2003, Jan).
Transformative Learning as Discourse. Journal of Transformative Education 1 (1). Pp. 58-63.

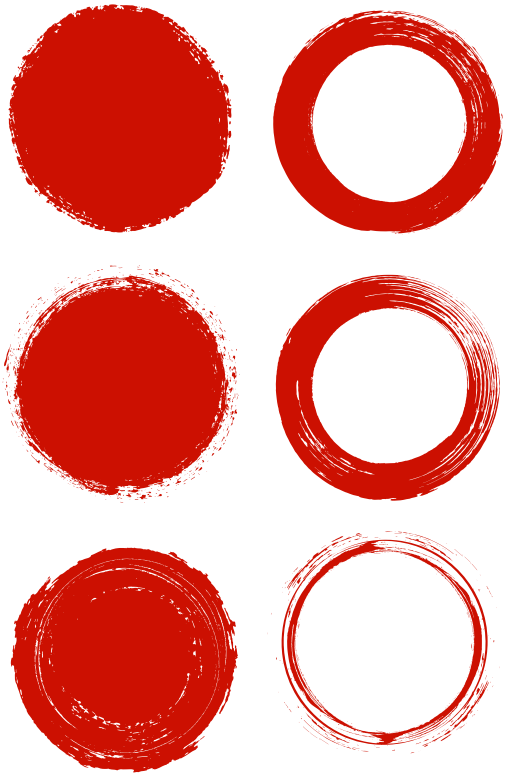
Nieto, N. (2018).
The development of narcotrafficking and corruption in Mexico. Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, 6, 213-234.

O'Neill, K.L. & Fogarty-Valenzuela, B. (2015).
On the Importance of Having a Positive Attitude. En Auyero, J., Bourgois, P. & Scheper-Hughes, N. (Eds.), Violence at the Urban Margins (pp. 73-92), New York: Oxford University Press.
Osorio, E. (2021, 08 de enero).
No interesa ir contra tortura en Jalisco. Mural. https://www.mural.com.mx/no-interesa-ir-contra-tortura-en-jalisco/ar2101998?referer=--7d616165662f3a3a6262623b727a7a7279703b767a783a--

Strickland, D. (2019)
Jóvenes, violencia y miedo. La (in)seguridad del Cerro del Cuatro. El Colegio de Jalisco.

UDLAP. (2020).
Índice Global de Impunidad 2020. https://www.udlap.mx/cesij/files/indices-globales/0-IGI-2020-UDLAP.pdf

Zepeda, G. y Jiménez, P. (2017).
Buenas prácticas para que Jalisco desarrolle el potencial del nuevo sistema de justicia penal, en M.P. Moloeznik y A. Rodríguez Sumano (coords.) Seguridad y Justicia en Jalisco. Guadalajara, UdeG/Coecytjal. 370-395.



Reflections on endemic violence from a high security prison in Jalisco, Mexico

Danielle Strickland

Full-time professor / researcher
Department of Psychology, Education and Health
ITESO, Jesuit University of Guadalajara, México

Coordinator of the Inside-Out Prison Exchange Program in México

danielle@iteso.mx

Summary

This text addresses the history of organized crime in Mexico and how it has contributed to a growing culture of violence that primarily engulfs impoverished youth. The analysis is based on testimonies and autobiographical narratives of men imprisoned in the Metropolitan Prison of the State of Jalisco for high-impact crimes related to cartel operations. The following pages explore how structural and direct violence led them to become involved organized crime, the social stigmas they face, and how the transformative education project that has brought us together has impacted their identities and the ways they respond to being stigmatized.

Key words: Violence, organized crime, cartels, Mexican prison system, transformative learning, stigma, conscientization, critical reflection, social exclusion

References to social distancing practices to prevent the spread of covid-19 as 'the new normal' is the second time I have noted the misuse of this term in Mexico. The first came about with the War on Drugs initiated by ex-President Felipe Calderon, responsible for hundreds of thousands of murders over the past decade. Since then, we often speak of the 'normalization' of violence in the country. The discovery of clandestine mass graves, marches and protests for tens of thousands of missing persons and shoot-outs with cartel groups are hardly even 'newsworthy' nowadays.

However, the use of the word 'normal' in reference to either of these crises reveals a submissive acceptance of the problems, giving in or giving up. One of the many consequences of this attitude in relation to the tragic levels of violence in Mexico is the stigma of those who have been accused of committing violent crimes. Much like the covid-19 virus, they tend to be seen as a societal plague, unable or unwilling to leave criminality behind, and thus should either be locked up or killed. Rarely are those associated with the cartels seen as individuals worthy of forgiveness, much less as valuable members of society.

To reinforce the severity of this stigma, take a moment to recall the worst thing you have ever done. Now imagine that everyone you interact with sees that action before noticing any other part of you. This is the reality faced by most men incarcerated in the Metropolitan Prison of Jalisco, Mexico (the Metro), all accused of high-impact cartel-related crimes. Even those who have 'done their time' and are able to leave prison are required to present a police report with applications for schools or employment. The idea of leaving the crime in the past and being able to successfully reintegrate into society seems virtually impossible.

Having had the opportunity to teach college courses in the Metro since 2017 has led me to better comprehend the severity of this problem, not only for those who are stigmatized but for society in general. The erroneous belief that those convicted of crime will inevitably continue to plague society with delinquency contributes to the 'normalization' of violence and complicates efforts to strengthen communities.

Using Erving Goffman's theory, in this paper I will explore how labeling people fortifies endemic violence. I begin with an overview of the history of organized crime in Mexico and specifically the state of Jalisco, home of the Cartel Jalisco Nueva Generación, currently the most powerful criminal organization in the western hemisphere. This will serve as a foundation to examine cultural violence in Mexico, largely responsible for paving the path to prison for many participants in the transformative education project that I coordinate in the Metro, known as Rompemuros (Wall-breaker). Throughout the chapter, testimonies and excerpts from life-stories from the literary journal produced in this project (in italics) will be used to enrich the reflections.

The history of organized crime in Mexico

The production of marijuana and opium began in Mexico at the end of the 19th century, and trafficking these drugs to the US was first documented in the 1920s. In this same decade, Mexico passed its first laws against illicit substances, initiating the "War on drugs." However, even the first recordings of the Mexican drug trade note the participation of politicians and military leaders (Nieto, 2018). Despite legislative efforts, by the mid-1900s Mexico had established a firm position in America's international drug trade.

The US entered the war with the launch of 'Operation Intercept' in 1969 to combat marijuana production and trafficking in Mexico, yet the first Mexican cartels were founded in the early 1970s. The reduction in the marijuana market for the United States generated an increase in the demand for cocaine produced in Colombia. By 1990, the Andean Region was producing one thousand tons of cocaine a year, most of which was trafficked to the US through various Mexican cartels (O'Neill and Fogarty-Valenzuela, 2015).

Since then, the US government has invested more than a trillion dollars to combat drug trafficking in Mexico. However, organized crime is more powerful than ever. Annually, it is estimated that approximately

213,000 weapons arrive to Mexico from the US and that Mexican cartels generate profits of approximately $6.6 billion dollars a year solely from the 55 million consumers in the States (Linares, 2018).

Despite the growing demand and diversification of drugs trafficked by Mexican cartels, 'el narco' was a relatively isolated and controlled phenomenon in Mexico until the presidency of Felipe Calderón (2006-2012), when the rates of violence related to the production and sale of illicit substances rose dramatically. The new War on Drugs initiated during his term increased public spending for security to seven times the amount of the previous administration, affecting the budget of other public programs and, therefore, increasing structural violence against the lower classes. "The spending of 197,000 million pesos on public security for 2010 represented practically the same amount —93 percent — as the budget for public education, and exceeded the amount assigned to health and social development" (Azaola, 2012, p.20).

Sucked into the growing narco culture, thousands of children and adolescents began focusing less on school.

"I attended [elementary school] with a lot of problems, a lot of skipping school and a lot of slaps from my mother's flip-flops, because I hated school… When I was ten years old, I became friends with an older boy from the neighborhood who asked me to run an errand for him going to his cousin's house to pick up a toolbox, to which I said yes. He lent me a bicycle and told me not to open the box on the way. I already knew where that house was, so I arrived quickly and immediately returned with the order to my friend's house. He opened it in front of me and pulled out some bags with a powder like flour. When he opened one of them with a knife, he made two lines and with a straw he put them up his nose. Then he took out ten pesos and gave them to me as payment for the errand. So I continued bringing him the box, collecting my ten pesos and seeing how my friend

snorted the lines up his nose, until one day I picked up the box and went straight to my house, opened it, took powder from a bag, made two lines like my friend did and took it in. I liked how I felt and that's where my addiction to 'coke' began, and I started needing more money for my addiction."
(Fernando, RM2, p.20)

According to official data presented by the Mexican government, there were approximately 70,000 'narco-executions' and an additional 26,000 'disappeared' persons during Felipe Calderón's term. The strategy of eliminating the 'capos' resulted in the fragmentation of several cartels and the involvement of more young people in organized crime around the country.

"That night was my initiation into an unconventional line of work. I arrived home astonished, with my adrenaline pumping, the smell of blood and gunpowder was impregnated in my nose and the images burned into my memory."
(Pedro, RM2, p. 30)

In addition to the expansion of drug trafficking, the war led to a diversification of illicit activities in cartel operations, including kidnappings, extortion, human trafficking and 'huachicol' (fuel theft). During Calderón's administration, kidnapping increased 83 percent, intentional homicide went up 34 percent, and robbery with violence rose by 31 percent (Azaola, 2012).

In 2007, a branch of the Cartel del Milenio called 'Gente Nueva' (New People) was formed to fight the Zeta Cartel for control of Mexico's eastern coast. Due to their success, in 2008 this group became known as the 'Mata-Zetas' (Zeta Killers). The death of Óscar Nava, leader of the Cartel del Mileno, in August 2009 generated a fragmentation of the group, from which the Cartel Jalisco Nueva Generación (CJNG) emerged, largely made up of 'Mata-Zetas'. The

US Drug Enforcement Administration (DEA) recently ranked the CJNG as the third most powerful criminal organization in the world (after the Russian mafia and the Chinese triads) (Castillo García, 2020).

The Nueva Generación has grown under the leadership of Nemesio "El Mencho" Oseguera Cervantes, deported from the United States after a five-year prison sentence. Upon arriving in Mexico, Oseguera served on the Jalisco state police force before joining the Cartel del Milenio. Under his command, the cartel has expanded with incredible speed and agility, incorporating members of other fragmented cartels (largely due to the government's strategy to eliminate the leaders), as well as 'ex-convicts' deported from the United States, and members of gangs and other groups of young people in territories taken over by the cartel (Flores, 2016).

"One day in 2008 the cartel 'L-V' arrived and they took me in. They made me work for them, giving me dime bags with labels and crack in capsules…Those were the days when I had just moved in with my girlfriend, I was 19 years old, and I was barely making enough to rent a room in the neighborhood and put food on the table. I decided to get out of selling dime bags and told the bosses that I wanted to roll with the big dogs."
(Fernando, RM2, p.20)

The rapid growth of the CJNG and other cartels is directly related to the corruption of the Mexican government. As Marcial (2015, p. 21) explains, "More intelligent than the Mexican State, criminals became stronger and more violent, in addition to being able to infiltrate political parties and local, provincial and federal governments." The damages to date are innumerable, with a count of lives lost that surpasses many civil wars. More than 250,000 murders and 40,000 disappearances were registered during the presidencies of Calderón and Peña Nieto. Far from finding a solution, an additional 53,628 homicides were registered

during the first 18 months of the current administration of president Andrés Manuel López Obrador (Ángel, 2020).

The continuation of so-called 'narco-executions' and the acceptance of the power that organized crime groups exercise over (or in conjunction with) the State leave little hope for the Mexican government. While the US seeks to strengthen security of its southern border, violence linked to local drug trafficking markets increases. Territorial cartel battles to control "a growing internal market for drugs, extortion, robberies and kidnappings seems to have created a 'crime industry' that recruits young people with little hope of social mobility" (Bergman, 2012, p.73).

> *"I was only 16 years old and a person older than me wanted to intimidate me by hitting me, to which I responded and threw him to the ground. But after a second, I felt an immense chill run through my body when I saw that he was pointing a gun at me. I was paralyzed, but I did not change my position, my face did not show fear, only courage…I heard someone yell: "Leave the kid alone, you bastard, that little boy has more balls than you"…a light-skinned, green-eyed, robust man approached me and patted my back saying "everything's fine." He offered me a beer and asked where I was from…he offered me money, told me that he had a good feeling about me and offered me a job without giving me many details, although with the little he said I could imagine what it entailed."*
> *(Alberto, RM3, p.21)*

The expansion of the CJNG throughout the country, along with constant battles between more than 200 groups to control urban and rural 'plazas' (territories), reflect the massive expansion of the national drug market that represents an increasingly significant source of income for the cartels (Nieto, 2018). According to the National Survey of Drug, Alcohol and Tobacco Consumption (ENCODAT) 2016-2017, drug use in Mexico increased by 47 percent since the application of the survey

five years earlier. Regarding consumption among adolescents between the ages of 12 and 17, data show an increase of 125 percent during the same period. This increase goes hand in hand with the growing power of the cartels that control urban neighborhoods and towns around the country. The establishment of a 'narcotienda' (drugstores) in one's home is an entrepreneurial practice that is increasingly common to cover household expenses in a country where formal employment only reaches approximately 40 per cent of the population.

According to data from the same survey, Jalisco ranks first nationwide in the consumption of illicit drugs. Increased drug use in the state is due to the easy entry of pseudoephedrine from China through the ports of the Pacific to produce methamphetamines, the large number of synthetic drug laboratories in the region and, thus, the low price and easy access to crystal meth (López, 2017).

> *"The country is at this moment expectant regarding missing persons. People are looking for their loved ones with passion, hope, fervor, and determination fueled by the heart, guided by the brain and the liver knotted up by the lack of results. What about those who are missing due to an addiction, arrive at the hospital, jail? Or those who can't satisfy their appetite and consequently wander down the street with a lost gaze or an overdose sends them to eternal rest? Why doesn't anyone 'look for' them with such inexhaustible zeal? This matter does not end when one dies, because another member of the family will likely be swallowed up by addiction."*
> *(Jorge, RM3, p.16)*

Acts of violence against people with addictions and the younger members of organized crime groups who occupy the lower ranks tend to be universal. With a study on urban violence in North Philadelphia, Karandinos, Hart, Montero, and Bourgois (2015) refer to Bourdieu's concept of symbolic violence, explaining how those who control the plazas exploit low-level street vendors, who assume the risks of violence

to defend the interests of the group for reasons of self-respect. In other words, the link with the power of organized crime, as part of their identity, justifies the violence they endure.

The installation of organized crime groups in communities has become more and more common throughout Mexico. These groups impose their own systems of justice and social policies on the territories they control, promoting 'paralegality', "a parallel order with its own resources, codes, norms and rituals" (García Canclini, 2010, p. 435). The preference of so many young people "excluded from the educational and labor systems, from information and legal entertainment" for the "new order" of paralegality, reveals how the institutions and norms of the Mexican State "are losing meaning, since they are not capable to offer what society needs "(García Canclini, 2010, p. 435)

> *"Unfortunately, there is always something to buy and therefore there is no limit on how much money to make...the chances of falling into temptation grow when analyzing the earnings from a job with 'social security' to a job with the possibility of obtaining vast resources, quickly and easily."*
> *(Jorge, RM3, p.12)*

Mexico's 'nacrocracy'

Rather than seeing organized crime as a parallel system of power, Luke Dowdney (2003, p. 71) presents it as a "concurrent presence" that exploits the weaknesses of the State. Cartels offer services and opportunities that the government, due to omission or corruption, no longer provides. In other words, the 'narcocracy' is replacing democracy in Mexico, due to the failures and shortcomings of the State.

With so much corruption, respect for the law is limited in Mexico. Therefore, the distinctions between formal and informal, as well as legal and illegal, must be reconsidered, recognizing the fusion of these dichotomies when the same politicians whose campaigns were funded by a cartel lead the war on drugs. As José Manuel Valenzuela (2012) explains, the 'paralegality' intensifies with the collaboration between cartel members and police assigned to control the same territorial spaces.

> *"They had me pull people in [to the cartel] with help from the area police chiefs...we had to get rid of their merchandise and have them work for the cartel; if they didn't want to join, they would go to prison with merchandise that we planted on them."*
> *(Fernando, RM2, p.21)*

In addition to corruption, other structural deficiencies have contributed to the extreme inefficiency of the Mexican criminal justice system. Unfortunately, the most recent Constitutional Reform of Justice has made little progress over the past 12 years. Throughout the country in 2019, 89.6% of homicides went unpunished (Impunidad Cero, 2020). In the state of Jalisco, considering all the crimes of common jurisdiction committed, only one of every 250 is criminally sanctioned (Zepeda y Jiménez, 2017). Mexico continues to be one of the countries with the highest impunity ratings in the world, only surpassed by the Philippines, India and Cameroon. In 2020, 99.3% of crimes committed in Mexico went unpunished (UDLAP, 2020).

In large part, impunity is due to failures in the investigation of reported crimes, but more relevant is the fact that 94.8% of crimes are not even reported to the police, revealing the general lack of confidence in the Mexican justice system (Zepeda y Jiménez, 2017).

Since 2008, the US has invested billions of dollars through the Merida Initiative to combat the flow of drugs from its southern border. However, the corruption of so many Mexican politicians, who respond to the interests of the cartels with higher direct economic incentives and

threats, has greatly limited the impact of the program. While policies and operations that complicate the entry of drugs into the US have had some success, little has been done to prevent the entry of arms into Mexico. In the words of Alejandro Madrazo, "If the checkpoints that today are looking for drugs on the roads that go from south to north were looking for weapons that flow from north to south, another rooster would be crowing" (Madrazo, et al., 2018 , p. 178).

The spread of violence through narcoculture

One has only to turn on Netflix to note the growing popularity of 'narcoculture'. The vast majority of series and films produced in this new genre are based in Mexico and are filled with violence. Additionally, a wide array of literature, from biographies to fictional best-sellers, videogames, comics and a multi-million-dollar music industry of 'narcocorridos' glorify narcoculture. As Becerra and Hernández (2019) point out, their popularity lies in the fact that they represent people who, despite coming from a context of poverty and social injustice, become rich and powerful by daring to get involved in drug trafficking. However, above all, people are fascinated by their success in what García Canclini refers to as the 'new order', revealing the corruption and inefficiency of the State.'reintegrate' into society.

"He kept telling me, "see how I live, if you work with me we will do even better." Everything seemed to be real, everything was a party, I didn't see him doing anything difficult. For two years he insisted and my refusal was firm, but without a job my vision was distorted and I started rolling with him. A part of me wanted to participate, I was tempted by the adventure, the excitement, the adrenaline and the money…it is easy to deviate from the path when there are possibilities to accelerate a process, having a dream in between. You can lose your dream on the way and you can also lose your way longing for a dream."
(Jorge, RM2, p.25)

While narcocorridos date back to the 1940s, other entertainment industries began to get on board in the 1970s. Currently, the narcoculture mixes elements of Mexican popular culture with those of capitalist hyperconsumption, which tend to exalt opulence, transgression, impunity, and power (Becerra and Hernández, 2019, p.261).

The direct link between narcoculture and capitalism is fundamental for comprehending the fascination of this lifestyle, especially by impoverished youth. Mexico is one of countries with the most inequitable distribution of wealth in the world. Approximately 40% of the population lives below the poverty line and 10% of the population controls 42.2% of all income. This explains how the resources related to narcoculture are so attractive to impoverished youth in search of recognition, acceptance and social inclusion

"As time passed I found myself working with them, enjoying many luxuries, money, women, cars and drugs, whims to fulfill my every desire."
(Alberto, RM3, p.21)

Pedro described his 'home' while working with the Mata-Zetas in southeast Mexico:

"The house where I lived was one of the benefits of work. It had a pool. 10 meters long and 5 meters wide, with a built-in Jacuzzi. The bedroom where he slept was the fifth one at the end of the second-floor hallway, with central air, overlooking the garden that had several ficus trees trimmed as dove figures, rose bushes of various colors and eight dwarf palm trees that lined the path to the entrance. The wall was covered with jasmine flowers, the kind that intoxicate you with their fresh scent when it rains. The garage fit two Lobo trucks, a Trail Blazer, a Cheyenne, and an Avalanche..."
(Pedro, RM2, p.30)

However, he says if he could go back in time he never would have gotten involved. "I'd give anything to be able to walk down the Veracruz boardwalk with my family without having to watch my back," he confessed to in one of our last conversations. Aside from constant fear of losing one's life, the power of organized crime comes with the price of being stigmatized by much of society.

Stigma

Social stigmatization increases the probability that an individual will act a certain way (Goffman, 1963). In other words, labeling someone as a 'delinquent' increases the probability that he or she will commit a crime. When incarcerated men are labeled as 'narcos' or 'sicarios', it is more probable for them to assume these labels as permanent parts of their identity, rather than struggling to overcome the stigma and 'reintegrate' into society.

> *"[Almost immediately after arriving to the prison] I started to feel the looks that told me that I was no longer the same as when I was free. I began to feel like I was in another world…"*
> *(Richard, RM3, p.41)*

After multiple debates on the purpose and reality of the prison system in the Rompemuros seminar I coordinate with college students and men who are incarcerated in the Metro, we now generally use the term 'reintegration' to refer to the relationship between those who are or have been incarcerated and society, considering everyone involved in the process to be active subjects. Several participants have argued that the well-meaning liberal vision that labels incarcerated people as 'excluded victims' of society ignores the conscious decision of many to join cartels and harm others. Nonetheless, the limited educational and employment opportunities for lower-class Mexicans, reinforced by stigmas and discriminatory practices, must not be forgotten.

> *"… And that's how my life here began, capturing the scene of prison horrors, where you must prepare to seek victory and get ahead by not letting yourself be won over by the orange color [of the uniform] that gives you an identity before society."*
> *(Fernando, RM3, p.20)*

Confronting stigmas through education

During the past 25 years, over 38,000 students in seven different countries have participated in the Inside-Out Prison Exchange Program. Through Inside-Out, college courses are taught in prisons with combined groups of incarcerated and campus-based students. Through the diversity of the student body and a dialogue-based pedagogy, the program seeks to promote critical thinking and reduce barriers of social exclusion.

To date, the Jalisco State Penitentiary System is the first and only in Latin America to offer Inside-Out. I began implementing the program in Jalisco in 2016. Since then, several other professors from different universities have been certified as Inside-Out instructors and have joined the movement. At the end of 2017, students from a course I taught at the Metro presented a proposal to continue with the program by creating a literary magazine. Both the journal and the permanent seminar have become known as Rompemuros.

One of the main objectives of Rompemuros is to 'humanize', and thus 'destigmatize' the authors by sharing their personal narratives and other reflective writing. This, in turn, aims to reduce stereotypes and discrimination of the overall population of people with criminal records.

> *"Aware that currently the positions in the dialogue [between those who are incarcerated and those who are not] are unequal and merely exponential, we consider that each text helps to break down the walls, not the material ones, but the walls that prevent us from seeing ourselves as part of the same society."*
> *(Lucy, Jesús & Richard, RM1, p.17)*

The development of autobiographical narratives in the course is complimented by other class activities that promote critical reflection and changes in the students' perception making processes. Participants have also reported changes in how they see themselves and in their life projects, thanks to the program. Through writing and dialogue, they expand their comprehension of personal and societal problems and often recognize how this has led them to consider new possibilities in their lives.

> *"Socializing with different people has been a psychological therapy that invites me to write, strengthens me, makes me optimistic, gives me tools to create my emotional shield against social resentment and the imaginary labels that exist in my mind, due to the injustice, abuse and abandonment [I have experienced], where corruption can be smelled and illegality stinks."*
> *(Fernando, RM4, p.36)*

> *"Being part of this project gives me great satisfaction and…has allowed me to reconnect with people outside of prison. The most important thing is to keep learning. It makes me feel more secure because I can tell myself that I want to keep moving forward in my personal development and not stagnate like other people, even though I live locked up, paying for a mistake I made more than 15 years ago."*
> *(Luis, RM4, p.28)*

The project also aims to stimulate social transformations by addressing stereotypes of people in prison through various channels. As Fernando explained in the presentation of the second volume of the journal,

> *"In the three years since the Inside-Out program began in el Metro, countless students and graduates have passed through its classrooms, people from political life and comrades from the world of literature, who with their chronicles and narratives have enriched our writing ... And with them, our words and thoughts have crossed the walls, they have been liberated. Those women, men and young people have taken them away. They have been published in the Rompemuros journal and on its website … The success of this project is based on the encounters that have been facilitated, in-person and through publications, where our ideas and words are heard by others."*
> *(Fernando, 2019)*

As can be seen with the citations from Rompemuros in this paper, the texts allow readers to see the authors as complex human beings, rather than limiting their perceptions of these men to the crime for which they were accused. This, in turn, may reduce the tendency to label others before getting to know them.

Transformative learning behind bars

In addition to sharing their stories, which help us to understand the underlying social problems that have enabled the exponential growth of organized crime in Mexico, other texts in Rompemuros reveal the conscientization fostered by the program. Initial signs of these transformations can be noted with new ideas regarding the effects of structural violence and corruption in society. As Jon Mezirow explains, transformative learning refers to metacognitive reasoning that "emphasizes insight into the source, structure, and history of a frame of reference, as well as judging its relevance, appropriateness, and consequences" (2003, p.61). This is exemplified in the following excerpt from one of Pedro's texts:

> *"We are witnesses to how some who are in positions of power do not learn from the past, they repeat the sad and pathetic history of others and stumble over the same stones. And what is worse, they inexcusably disappoint millions who believed in them and who deserve to live in a better country. As citizens, we have to participate more actively in the proposed laws, as they can serve to achieve the common welfare that we want."*
> *(Pedro, RM1, p.9)*

Many others have manifesting how they now see themselves as 'agents of change', empowered with knowledge that can be used to motivate positive transformations in society.

> *"The passing of the years and the classes have helped me to be another person. My thoughts and my advice now are very different, I believe and feel that now I am needed outside prison."*
> *(Richard, RM3, p.43)*

Thus, we can see a change in consciousness that not only reflects a personal transformation, but also a commitment to address some of the social problems we have examined in the seminar. As McWhinney and Marcos explain (2003, p.32), "the value of transformation [is] in developing a more conscious and involved population of adults." Being part of a collective movement dedicated to addressing a social problem that affects us all, has also been recognized several times in Rompemuros as a significant part of this transformation.

> *"Those of us who are here in this amazing Inside-Out project, have a great commitment where we dream that the people need unity, and everyone can do their part, helping to change the system, so that in the future we can perhaps have readings where the social demand for justice is not felt."*
> *(Fernando, RM4, p.37)*

The idea of personal 'agency' that was emphasized in the collective decision to use the term 'reintegration' when referring to the relationship between those with criminal records and society as a whole is present in these reflections, as well. In the same way that people in prison should not be stigmatized with negative labels, the participation of these men in Rompemuros by no means guarantees that their ties with organized crime have been severed or that they will not commit another crime.

> *"Many things can be said about imprisonment, some of us change for the better, others for the worse, the difference is in how each one wants to spend the time and if it is worth it to stay on the same path."*
> *(Marcos, RM3, p.32)*

Whatever the case may be, all participants express remorse for the pain and agony experienced by their families due to their imprisonment. Many of them claim that this pain surpasses the physical and psychological torture they have experienced.

> "My childhood crosses my mind and although I may not have noticed it at the time, I feel that I was happy, with loving parents who instilled values in me and, thank God, they are still with me. I don't know when I got lost. I climbed from one minor error to this one that has cost me a lot and I dragged my whole family along the way, without realizing it." (Eduardo, RM3)

> "For me being behind bars is not a punishment, the punishment is seeing my family suffer, seeing what we lose by being here, realizing that we had so many good things in life that we took for granted. We never worry about the things that are really important. I often remember my son's voice telling me how much he loves me. He and his mother were everything to me. Of course I cannot erase the past or the scars it has left on me, and although it is very painful I can only learn from it, change the things that are not good and move forward." (Alberto, RM3, p.25)

Final Reflections

One of the activities I use to promote critical thinking in the Inside-Out courses I facilitate begins by presenting a quote from Lori Pompa, founding director of the program: "Crime is a problem, but it is also a symptom of a much deeper social problem, a societal dysfunction in which every one of us, by commission or omission, plays a part." In the case of Mexico, this 'societal dysfunction' has evolved into endemic violence, expected and accepted to come not only from cartel members, but also from police and other public service agents, vigilantes and any citizen willing to step in and fill the void left by the failed system unable to respond to escalating crime rates. The growing tendency to use impunity as a justification for violence was noted by the citizens' observatory Jalisco Cómo Vamos (2018) in a survey applied throughout the Guadalajara metropolitan area in which 28.4% of the population affirmed that they would 'take the law into their own hands' if a crime was committed against them.

In today's newspaper (January 8, 2021), a headline reads 'No interest in moving against torture in Jalisco' (Osorio, 2021). The article explains how legislation passed in 2017 requires the state to establish an autonomous prosecutor's office to attend accusations of torture. Not only does this office still not exist, the item has been erased from the state's budget. However, all of the authors of Rompemuros were tortured by the police when they were arrested, interrogated and/or processed into prison.

> *"The whole first night passed through questions, and the only breaks were the shift changes. Policemen arrived with their strength renewed, or perhaps my diminished energy perceived them that way. The facilities of the "14" [police station] have the capacity to produce murky memories, unpleasant ones that tend to return." (Jorge, RM2)*

> *"The third day [after they arrested me], I arrived at a place called 'Arraigo', which was nothing more than a tiny house where about 50 people lived ... I spent 28 days in that place, between interrogations, rosaries and music on weekends, since in front of it is a place called 'La Penca', where they held parties every Friday. It was constant terror because every day different agents arrived for 'interrogations' and we all wanted to hide behind one another in a 3x3mt square room." (Eduardo, RM3)*

> *"892 takes off his clothes, his body trembles under his underwear, the voices stun him, his underwear falls to the ground, his skin bristles from the cold. He obeys. 892 goes to the steps that have been called the Ramp. 892 has never been more vulnerable than today. He touches the tips of his toes. Today he discovers who's in charge." (Marcos, RM3)*

The dream of unity revealing Fernando's transformation through his participation in the project, and the hope of so many to once again live in a peaceful society, seem more and more distant from reality when we recognize how the system is based on responding to violence with more violence. In addition to the direct violence inflicted upon these men from the moment they are taken into police custody, they continue to be victims of structural violence. Human rights violations are the norm in Mexican prisons (CNDH, 2019). Once released, they are blocked from countless educational and employment opportunities because of their criminal records.

Despite all the harm being inflicted on and by different members of society, to speak of 'normalized' violence only makes things worse. Like the covid-19 virus, violence is one of the most serious problems facing Mexico today. Both viruses require a conscious collective effort if we hope to overcome the current crisis. As every group I have ever known to reflect on Lori's quote has come to conclude, we all can, and should, do something to make a difference. Getting to know the authors of Rompemuros, all of whom have been labeled as 'dangerous criminals', by reading their narratives will likely lead us to realize that we have much more in common with these men than we ever could have imagined.

Furthermore, many readers will come to recognize stereotypes and stigmas hidden away in their subconscious.

These men's life stories have led me to see how their decisions, and the culture of organized crime in general, are based on the same values of neoliberal capitalism that dominate the rest of the Western world. Feltran (2019) presents an incredible ethnography the exemplifies how the contributions of 'dirty money' are essential for the success of transnational businesses. However, this symbiotic relationship is ignored by those pursuing economic success within the realm of 'legality'. By following the same dream, the poor end up in prison while the rich gain fame and fortune.

Contrary to its purpose of creating a safer, more peaceful society, the criminal justice system in Mexico, as in many Latin American countries, plays a fundamental role in perpetuating violence. However, Rompemuros and other prison education programs have been able to chisel cracks in the prison walls, through which a ray of light is able to germinate of seeds of learning, healing and awareness, nourished by intra-personal connections stronger than prison barriers and social stigmas. It is these relationships that foster a collective appreciation of human life and may stop the spread of resentment and fear on which the endemic violence of Mexico thrives.

Bibliografía

Ángel, A. (2020, 22 de junio).
18 meses con AMLO: han asesinado a más de 5, 800 mujeres y 1,800 menores. Animal Político. https://www.animalpolitico.com/2020/06/18-meses-amlo-muertos-asesinados-mujeres-menores/

Azaola, E. (2012).
La violencia de hoy, las violencias de siempre. Desacatos, 40, 13-32.

Becerra, A. y Hernández, D. (2019).
Fascinación por el poder: consumo y apropiación de la narcocultura por jóvenes en contextos de narcotráfico. Intersticios Sociales 9(17), 259-286.

Bergman, M. (2012).
La violencia en México: algunas aproximaciones académicas. Desacatos,40, 65-76.

Castillo García, G. (2020, 04 de octubre).
El cártel Jalisco ya es el tercero más peligroso del mundo: DEA. La Jornada. https://www.jornada.com.mx/ultimas/politica/2020/10/04/el-cartel-jalisco-ya-es-el-tercero-mas-peligroso-del-mundo-dea-6113.html

Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH). (2019).
Diagnóstico Nacional de Supervisión Penitenciaria (DNSP). https://www.cndh.org.mx/sites/all/doc/sistemas/DNSP/DNSP_2019.pdf

Dowdney, L. (2003).
Children of the drug trade: A case study of children in organised armed violence in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:7Letras.

Feltran, G. (2019).
(Il)licit Economies in Brazil: An Ethnographic Perspective. Journal of Illicit Economies and Development, 1(2), 145-154. doi: 10.31389/jied.28.

Flores Pérez, C. (2016).
Cártel Jalisco Nueva Generación: elementos a considerar sobre la reconfiguración de las organizaciones del tráfico de drogas en México. R. Benítez Manaut & Aguayo Quezada, S. Atlas de la Seguridad y la Defensa de México. México: Instituto Belisario Domínguez del Senado de la República. http://bibliodigitalibd.senado.gob.mx/handle/123456789/3418.

García Canclini, N. (2010)
Epílogo. La sociedad mexicana vista desde los jóvenes. En Reguillo, R. (coord.) Los Jóvenes en México (pp. 430-443). México: Fondo Cultural Económico.

Goffman, E. (1963).
Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity. Simon & Schuster.

Impunidad Cero. (2020, noviembre).
Impunidad en homicidios dolosos y feminicidios: Reporte 2020. https://www.impunidadcero.org/articulo.php?id=142&t=impunidad-en-homicidio-doloso-y-feminicidio-reporte-2020

Jalisco Cómo Vamos (JCV). (2018a).
Encuesta de percepción ciudadana ¿Cómo nos vemos los tapatíos? http://www.jaliscocomovamos.org/encuesta2018.

Karandinos, G., Hart, L.K., Montero Castrillo, F. y Bourgois, F. (2015).
The Moral Economy of Violence in the US Inner City in J. Auyero, F. Bourgois y N. Scheper-Hughes (eds.). Violence at the Urban Margins. New York: Oxford University Press. 41-72.

Linares, A. (2018, 5 de febrero).
Cada año, 213.000 armas llegan ilegalmente a México desde Estados Unidos, según informe. New York Times.
https://www.nytimes.com/es/2018/02/05/cada-ano-213-000-armas-llegan-ilegalmente-a-mexico-desde-estados-unidos-segun-un-informe/.

López Villalobos, I. (2017, 18 de octubre).
Crece el consumo de drogas en Jalisco. El Occidental. https://www.eloccidental.com.mx/local/crece-el-consumo-de-drogas-en-jalisco.

Madrazo, A., Monárrez, J.E., Camus, M. & Maldonado, S. (2018).
Discrepancias en torno a la Ley de Seguridad Interior. Encartes

Antropológicos, 1(1), 169-181. https://www.encartesantropologicos.mx/la-ley-de-seguridad/.

Marcial, R. (2015).
"Fue el Estado": El caso de los jóvenes desaparecidos de Ayotzinapa y la crisis política en México. DESIDADES-Revista Eletrônica de Divulgação Cientifica da Infância e Juventude, (6).
https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2614.
McWhinney, W. y Marcos, L. (2003, Jan).
Transformative Education. Across the Threshold. Journal of Transformative Education 1 (1). Pp. 16-37.

Mezirow, J. (2003, Jan).
Transformative Learning as Discourse. Journal of Transformative Education 1 (1). Pp. 58-63.

Nieto, N. (2018).
The development of narcotrafficking and corruption in Mexico. Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, 6, 213-234.

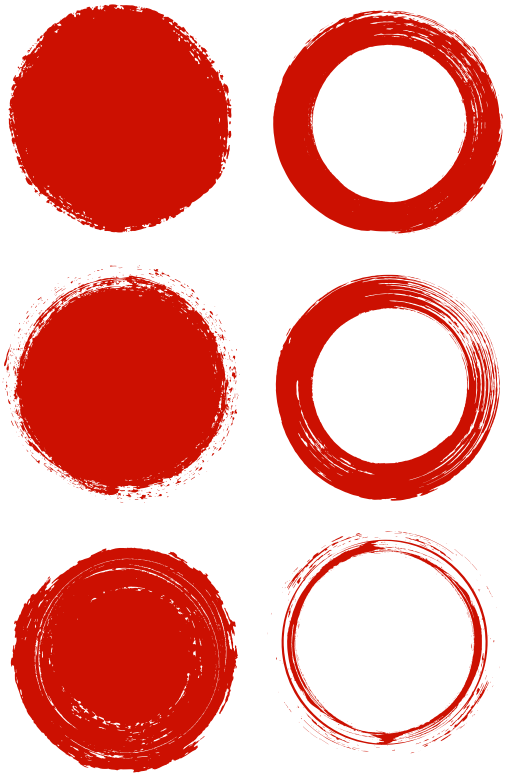
O'Neill, K.L. & Fogarty-Valenzuela, B. (2015).
On the Importance of Having a Positive Attitude. En Auyero, J., Bourgois, P. & Scheper-Hughes, N. (Eds.), Violence at the Urban Margins (pp. 73-92), New York: Oxford University Press.

Osorio, E. (2021, 08 de enero).
No interesa ir contra tortura en Jalisco. Mural. https://www.mural.com.mx/no-interesa-ir-contra-tortura-en-jalisco/ar2101998?referer=--7d616165662f3a3a6262623b727a7a7279703b767a783a--

Strickland, D. (2019)
Jóvenes, violencia y miedo. La (in)seguridad del Cerro del Cuatro. El Colegio de Jalisco.

UDLAP. (2020).
Índice Global de Impunidad 2020. https://www.udlap.mx/cesij/files/indices-globales/0-IGI-2020-UDLAP.pdf

Zepeda, G. y Jiménez, P. (2017).
Buenas prácticas para que Jalisco desarrolle el potencial del nuevo sistema de justicia penal, en M.P. Moloeznik y A. Rodríguez Sumano (coords.) Seguridad y Justicia en Jalisco. Guadalajara, UdeG/Coecytjal. 370-395.



Convocar o Vento e Mostrar o Crachá:

dilemas de certificação e reconhecimento em processos de saúde intercultural

Diana Marcela Agudelo Ortiz

Docente investigadora, Área Salud, conocimiento médico y sociedad, Centro de Investigaciones sobre Dinámica Social –CIDS-, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas. Universidad Externado de Colombia.

diana.agudelo@uexternado.edu.co

Resumo

Neste artigo se apresentam algumas reflexões referentes aos dilemas da regulação dos saberes ancestrais no encontro intercultural com as estruturas administrativas dos ministérios de saúde, especificamente nos processos que tem sido desenvolvido em Equador e Bolívia. Esta reflexão surge da investigação feita durante os anos de 2013 ao 2015, onde foram feitas entrevistas semiestruturadas e visitas ao centro de saúde, hospitais e centro administrativos relacionados aos serviços de saúde intercultural. Além disso, foi realizada uma revisão documental das produções de normativas a este respeito nos dois países. Os resultados mostram que, apesar da geração de algumas estratégias e processos jurídicos para o reconhecimento do trabalho daqueles que realizam o saber ancestral e, inclusive, para abrir caminho a sua remuneração económica, ainda existem grandes tensões em relação a quem, como e até onde podem chegar estes intentos de regulação. O exercício da certificação, frente a ampla diversificação das práticas que ficam escondidas baixo a reduzida categorização médica tradicional, deixa evidente a necessidade de ampliar a complexidade das análises quando se quer compreender o cenário da saúde intercultural na América Andina.

Palavras-chave: : Medicina indígena, certificação professional, sistema de saúde, saúde intercultural.

Introdução

O panorama da interculturalidade na América Andina em 2013 já revelou vários elementos de reflexão após a mudança constitucional da Bolívia e do Equador para a plurinacionalidade. Embora se possa garantir que falar de interculturalidade nos dois territórios tem um antes e um depois disso, localizar o nascimento da interculturalidade como um processo nesse cenário seria errôneo. O que é certo é que o mandato constitucional para estes dois países estava impregnando as instituições estatais com uma indicação clara: o trabalho deve ser intercultural.

Mas como surge a interculturalidade?

O que acontece quando não é mais um processo marcado pela participação social, mas sim pela administração de um Estado com essas características?

As mudanças introduzidas pela interculturalidade como critério apartir de cima no cenário normativo e administrativo influenciam muito a forma como as diferentes experiências e serviços de saúde são organizados e gerenciados, agora sob o mandato de "fazer interculturalidade". Isto é especialmente sensível quando se refere aos processos de reconhecimento e certificação de conhecimentos que não correspondem à lógica da biomedicina.

Além disso, para entender este panorama, é necessário levar em conta que a medicina ancestral sempre foi um dos pilares na demanda pela reivindicação dos direitos fundamentais destes povos e nacionalidades. Isto é de grande importância porque tem a ver com as diferentes formas de tensão e relacionamento que existem entre a prática e a institucionalização do processo.

Nesta pesquisa, reconhecemos que a interculturalidade não implica uma relação equitativa e harmoniosa, mas a recuperação de seu desenvolvimento histórico na América Latina, supõe um projeto de

transformação e dignificação que parte das tensões e conflitos históricos dos povos, pelo que sempre implica como prática decolonial1 um sério questionamento ao atual modelo de sociedade proposto pela corrente da interculturalidade crítica desenvolvida por autores como Jorge Viaña, Catherine Walsh e Luis Tapias, ao afirmar que a interculturalidade se situa no campo epistêmico, em um espaço onde a relação do conhecimento se estabelece com a própria vida e o bem viver2.

Aspectos metodológicos

O campo da saúde intercultural é aqui pensado como uma abertura para a compreensão do processo social resultante da virada para uma concepção plurinacional do Estado em ambos os territórios, de modo que uma metodologia foi estabelecida para permitir o acesso a este campo em três níveis: um que corresponde ao campo administrativo e ao discurso oficial da interculturalidade através de documentos e elaboração normativa e jurídica desenvolvidos em ambos os países; o segundo nível corresponde às experiências que são chamadas de serviços de saúde interculturais, por isso foi proposta a abordagem etnográfica de cinco experiências em cada país; e finalmente, um nível de aproximação às percepções e narrativas que construíram diferentes agentes que participam desses serviços e processos, para os quais foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e etnográficas.

Tabela 1. Cidades e territórios visitados durante o trabalho de campo no Equador e na Bolívia.

ECUADOR	Cuenca, Nabón, Cañar, Guayaquil, Otavalo, Ilumán, Ibarra, Cotacachi, Quito, Latacunga, Saquisilí e Saraguro no planalto; avançando em direção à costa Valle del Chota e San Lorenzo, Esmeraldas e Rio Verde; e Zamora, Gualaquiza, Macas, Puyo, Tena, Coca, Dayuma e Loreto na Amazônia.
BOLIVIA	La Paz, El Alto, Charazani, Curva, Potosí, Tinguipaya, Patacamaya e Sucre na zona andina; Cochabamba e seus vales, Santa Cruz às margens do rio Paraí; Camiri na região do Chaco, e Sorata, Mururata e Tocaña.

Para conversar com os diferentes agentes envolvidos nos processos de saúde intercultural, foram entrevistadas 95 pessoas no Equador e 71 na Bolívia, cuja caracterização é apresentada a seguir nas Tabelas 2 e 3, respectivamente. A busca por todas essas conversas implicou não apenas na visita a centros de saúde de diferentes níveis de complexidade, centros de medicina alternativa e clínicas de medicina ancestral, e escritórios administrativos de Saúde Intercultural, em sua maioria Diretorias de Saúde Provinciais, bem como cenários de promoção da medicina indígena:

Tabela 2. Caracterização da população de trabalho de campo do Equador.

	Médico tradicional/ Partera(o)	Médico- Terapeuta Alternativo	Médico/ Enfermeiro (a)	Administrativo/ MSP	Promotor Salud Intercultural	ONG (a)	Investigador	Organización comunitaria	Paciente	TOTAL
Mujeres	19	1	6	16	7	2	1	4	3	61
Hombres	3	5	3	9	1	3	3	3	1	34
TOTAL	22	6	9	25	8	5	4	7	4	95

A abordagem explorou um amplo panorama, enriquecido pela discussão entre os diferentes níveis de análise. Neste sentido, a triangulação metodológica é fundamental para o objetivo de analisar, à luz de experiências concretas, as tensões do cenário da mudança constitucional em direção a estados plurinacionais sem se reduzir a eles.

Portanto, embora o trabalho de campo seja vasto, não há aqui a intenção de ser exaustivo, mas sim de ilustrar algumas das tensões mais visíveis através destes casos específicos. Também não buscamos um equilíbrio de experiências em cada país, reconhecendo que, embora em transições semelhantes, as especificidades históricas de cada território tornam qualquer tipo de comparação impensável.

Resultados

Há uma necessidade crescente de regular e controlar todos os serviços de saúde pelas autoridades sanitárias, em correspondência com a intenção progressiva de articular os conhecimentos ancestrais e seus

recursos terapêuticos nos sistemas nacionais de saúde como estratégias fundamentalmente orientadas à atenção primária e consideradas dentro do que poderia ser agrupado como medicamentos integrativos e complementares.

Certificar, credenciar, reconhecer e regular. O problema de quem é quem na prática da medicina ancestral no Equador

No Equador, abrir a porta do Estado às práticas de saúde intercultural trouxe grande preocupação em relação à questão da proliferação de "charlatães" nos espaços da medicina ancestral, referindo-se a pessoas que, sem ter o conhecimento, fingem saber. Assim, as questões do reconhecimento e, sobretudo, da certificação se tornaram vitais nesta discussão. Hoje, vários anos depois, ainda se procuram opções para validar a certificação, com tímidos passos em direção aos mecanismos comunitários, que já foram reconhecidos na Bolívia em 2014.

Embora seja evidente que não faz sentido pedir a uma parteira, a um yachak (médico ancestral e autoridade tradicional das comunidades indígenas) ou a um "sabedor" um título que os credencie como tal, muitos dos espaços da medicina ancestral que foram visitados durante o trabalho de campo estão repletos de pequenos e numerosos diplomas e certificados de participação em eventos de diferentes organizações e instituições ao lado de peles de animais, pedras e plantas.

Assim, embora existam conhecidos mecanismos de credenciamento comunitário que podem levar em conta a experiência e o trabalho destes agentes tradicionais, estes não foram levados em conta, e o que existe é um processo um tanto quanto sem convicção, que gera e tem gerado expectativas e frustrações há anos entre estes agentes tradicionais.

Iniciativas como a criação de bancos de dados que incluem todos esses "sabedores" pelas entidades responsáveis são comuns nos territórios e, de fato, o credenciamento do Ministério foi proposto como uma etapa subseqüente à identificação e construção desses bancos de dados. O objetivo era manter um registro que desse alguma idéia do número de médicos tradicionais e de pessoas com conhecimentos presentes nas diferentes províncias. Por exemplo, em Tena havia os seguintes dados: "128 xamãs, 93 sobadores, 150 parteiras, 60 promotores e, além disso, há 39 TAPS (Primary Health Care Technicians)". (Entrevista com o Oficial de Saúde Intercultural em 18 de outubro de 2013 em Tena, Equador).

Na maioria dos lugares visitados durante o trabalho de campo, estas bases de dados haviam sido coletadas e enviadas para o nível central em Quito, mas não houve sistematização das mesmas. Talvez a não realização desta atividade possa estar relacionada ao fato de que, entre as mudanças permanentes de pessoal e escritórios que a instituição estava passando na época, muitas vezes os materiais de Saúde Intercultural se encontravam guardados nas caixas que enfeitavam os cantos dos espaços institucionais do Ministério da Saúde (MSP).

No início, foi dito às pessoas que o trabalho de registro levaria à certificação. É por isso que muitos dos médicos e parteiras ancestrais não entendem o que aconteceu com o que lhes foi dito há vários anos, constando uma reclamação sobre isso. Ninguém explicou a eles que a orientação do nível central havia mudado e que o processo havia parado. Ninguém lhes havia dito porque tinham que continuar a participar de oficinas de treinamento e, em muitos casos, prestar contas aos centros de saúde sem sequer receber um cartão para mostrar que haviam colaborado com o Ministério da Saúde.

A questão da carnetização e do credenciamento é bastante tênue e variada. Em lugares como Cotopaxi, as pessoas foram ao escritório de Saúde Intercultural para confirmar se alguém estava registrado no banco de dados, também para fazer reclamações. Em outras palavras, o banco de dados tinha se tornado um mecanismo regulador e funcionava apesar de não ter sido mais sofisticado ou digitalizado.

Mas em outros casos as pessoas ficaram muito chateadas, falaram de maus tratos e em muitos casos, seus rostos mostraram frustração e até tristeza. O fato é que o processo de incorporação da TAPS não passou despercebido por eles, e a maioria deles eram jovens interessados em trabalhar com as comunidades. Havia muito desconforto porque era visto como uma nova forma de discriminação e ignorância não só dos conhecimentos e práticas ancestrais, mas também de toda a história de ajudar e trabalhar com a saúde das comunidades, como afirmou um dos líderes da Associação de Promotores de Saúde da OCKIL na Amazônia Equatoriana:

"Em Loreto temos 68 promotores cuja experiência acumulada não foi levada em conta para este programa TAPS. Os promotores estão ligados ao RIOS e à Cruz Vermelha Suíça, mas não há vínculos com o MSP. (Entrevista realizada em 4 de dezembro de 2013 em Loreto, Equador).

O critério de alfabetização para a seleção deste pessoal não é novo e expressa o conflito sempre latente atravessado pelo sistema de credenciamento do conhecimento ocidental com relação ao conhecimento em outros sistemas médicos complexos que não baseiam sua credibilidade e credenciamento na ciência moderna ou na academia3. Vemos como neste caso aparece como uma exigência no processo de seleção da TAPS e acaba impondo uma subalternização do conhecimento destas pessoas, que dedicaram suas vidas ao trabalho de saúde da comunidade.

"Dos TAPS que agora trabalham aqui com MSP, apenas cinco fazem parte dos promotores reconhecidos na comunidade, estamos vendo para que os outros terminem o ensino médio e possam ter acesso a isso". (Entrevista com a pessoa encarregada da Saúde Intercultural, 5 de dezembro de 2013 em Loreto, Equador).

A questão de quem é quem nos processos de certificação envolve um duplo questionamento: embora em princípio o foco esteja em quem satisfaz certos requisitos para ser considerado "suficientemente qualificado", por outro lado há também a questão de quem é capaz de estabelecer esses requisitos ou quem está autorizado a distinguir quem pode ser reconhecido na medicina ancestral. A questão é ainda mais delicada quando falamos também de reconhecimento. A simples menção desta palavra parece se referir à questão do pagamento financeiro. E embora isto seja parcialmente o caso, não se limita a isto, pois quando as pessoas são questionadas sobre este ponto, o tema do charlatanismo aparece recorrentemente.

Este é o argumento mais repetitivo no discurso institucional do MSP, ligando o exercício da certificação, o cuidado e a necessidade de proteger as pessoas que ficariam a cargo dessas pessoas sábias:

"Agora há um grande problema com os charlatães, que eu sou um yachak, que sou uma parteira, que sou um sobador... e como você sabe que eles são, porque isso também se tornou como um meio de trabalho. Se você tem as habilidades e o conhecimento, tudo bem, mas e se você não tiver? Eles são seres humanos com quem você está trabalhando, você está trabalhando com suas vidas, e não podemos colocá-los em risco, mesmo que sejam representantes de uma comunidade... e essa é a fraqueza da medicina ancestral". (Entrevista com o diretor de Saúde Intercultural, 23 de setembro de 2013 em Quito, Equador).

Como vemos, várias coisas estão implícitas nestas palavras: em princípio, a questão do charlatanismo está profundamente ligada ao problema da validação das práticas em virtude de seu próprio apoio ancestral. Ou seja, não se julga mais a eficácia ou suficiência do próprio conhecimento, mas também se desconfia de seu portador, não se sabe se está autorizado, e o que permanece no subtexto é mais complicado, que é o fato de não estar claro de onde tal autorização viria ou onde tal reconhecimento poderia ser afirmado. Nisso reside a importância

de um sistema de reconhecimento comunitário como os que começam agora a ser levados em conta, que recuperam seus próprios sistemas de transmissão de conhecimento, bem como os fundos de conhecimento que têm sido cada vez mais afetados pelos movimentos populacionais e deslocamentos, pelo trânsito entre gerações e pela vontade de aprender, apropriar-se e fortalecer o que é próprio destas comunidades.

Um segundo elemento aparece no cenário de disputa com não menos força: a problematização da possibilidade ou não de a medicina ancestral ser um meio de trabalho. Alguns argumentos reprovam o fato de que o agente de saúde faz parte da comunidade e ao mesmo tempo é pago por ela, como se o papel da comunidade isentasse esses agentes de apoiar suas famílias como qualquer outra pessoa.

O elemento transversal nos problemas de certificação, credenciamento e reconhecimento que, embora diversos, permanecem conectados, é o da regulamentação das práticas, que permanece em uma espécie de vazio devido à falta de uma instância autorizada para tal fim. Mas é um vácuo somente na medida em que a comparação com o modelo biomédico é estabelecida como um ponto de partida. Ou seja, o vácuo existe na medida em que, ao fazer a comparação com a biomedicina como modelo padronizado e universal, não existe nenhuma entidade como as instituições acadêmicas que concedem o credenciamento de um processo de treinamento e, portanto, parece que isto é uma falta, fraqueza e até mesmo um fracasso no campo da medicina ancestral.

A certificação e o credenciamento são materializados em certificados ou diplomas, assim como em cartões de identificação; enquanto o cenário de reconhecimento se materializa mais fortemente na consideração econômica. O charlatanismo coloca em tensão apenas o ponto de convergência dos dois lados do problema: o charlatão seria a figura de alguém que não apenas carece do conhecimento, ou pelo menos da autorização ou legitimidade para exercê-lo, mas também lucra com isso em detrimento do bem-estar das pessoas que ele trata.

Assim, sobrecarregado pelo número de pedidos, e diante da impossibilidade de credenciar e reconhecer alguns dos especialistas, o MSP continuou a optar por não reconhecer nenhum deles, o que por sua vez reforçou os sentimentos de desapontamento entre os agentes, expressos por esta líder de parteiras na Amazônia: "Todo funcionário ganha, mas nós, como pequenos animais, não ganhamos nada [...] que nos deixa ressentidos". (Entrevista com uma líder de parteiras na Amazônia equatoriana, 18 de outubro de 2013 em Napo, Equador).

Dilemas de reconhecimento: entre fama, eficácia e falta de remuneração

A ênfase dada às parteiras no trabalho de saúde intercultural pelos ministérios e agências de saúde regionais e provinciais é marcante. A presença de parteiras tornou-se uma constante no discurso e em diferentes publicações do MSP, em numerosas fotografias, com seus trajes coloridos, suas plantas medicinais e jardins. Embora existam algumas experiências com yachaks e outros homens sábios, a presença dessas mulheres se destaca como parte de diferentes estratégias quando se fala em mostrar resultados em saúde intercultural.

Isto tem acontecido em paralelo com os processos de adaptação cultural dos serviços de cuidado materno-infantil e o esforço para reduzir os índices de mortalidade materna, que têm sido insistentemente ligados à população indígena nos países andinos. O caso das parteiras do Hospital San Luis em Otavalo é de longe o mais famoso do Equador e pode ajudar a entender como funcionam essas tensões de reconhecimento.

Uma espécie de conhecimento de vitrine forma o coração paradoxal da tensão no reconhecimento dessas mulheres, que ainda hoje são consideradas insuficientemente qualificadas para participar do evento principal do parto. No momento do trabalho de campo, as parteiras indicaram que poderiam lubrificar, acomodar a criança antes do

parto, preparar refeições e águas medicinais, dar massagens e apoio emocional, mas não estar encarregadas do parto. O fato de estarem ali não era necessariamente sinônimo de simetria e, embora as hierarquias epistemológicas do pensamento modernizador nunca mudassem, falavam de reconhecimento na medida em que as parteiras recebiam apoio econômico para seu trabalho e, claro, porque as fotografias estavam ali como evidência.

Na época da pesquisa, as parteiras mantiveram ali os vínculos, mas o projeto havia sido encerrado devido à falta de financiamento. Das 13 mulheres que começaram com o projeto em 2008, apenas uma estava freqüentando a sala adequada para o parto intercultural em 2013. As outras começaram a trabalhar no Dispensatório Médico com financiamento da Prefeitura. O jornal equatoriano La Hora noticiou o fato em seu site4:

> *"As parteiras não trabalharão mais no Hospital Otavalo: Com indignação lembraram que há dois meses o Equador recebeu três prêmios regionais e dois da Organização Pan-Americana da Saúde [...] o segundo no nível de 22 países, foi pela implementação de um parto culturalmente apropriado, dentro das boas práticas de maternidade segura".*
> *(18 de outubro de 2012)*

O que é perturbador é que ainda hoje se fala desta experiência como uma referência em saúde intercultural. Devemos nos perguntar para quem é considerada uma experiência de sucesso, uma vez que quando falamos com as parteiras o que encontramos é a frustração de ter sido útil para outros fins, enquanto elas continuam a resistir junto com as mulheres que atendem e a organização que consolidaram entre si, a partir da qual obtiveram o credenciamento que de outra forma não conseguiram obter com o MSP. Esta, como outras organizações comunitárias, está trabalhando para obter status legal e outros tipos de ferramentas legais para o trabalho de parteiras e homens médicos, abrindo novos aspectos na luta pela legitimação e credenciamento de suas profissões.

Paradoxos das organizações e do credenciamento entre pares na Bolívia

A experiência boliviana em relação aos processos de credenciamento e certificação permite revelar alguns elementos em relação às organizações indígenas, especialmente as de detentores de conhecimentos ancestrais, que são de longa data. Vale ressaltar que a Sociedade Boliviana de Médicos Tradicionais -SOBOMETRA- surgiu já em 1984.

É possível que esta longa experiência de organização de pessoas de conhecimento ancestral na Bolívia tenha a ver com os enormes avanços representados tanto pelos comitês de certificação que operam através dos serviços de saúde departamentais - SEDES - quanto pela lei de Medicina Tradicional de dezembro de 2013, que buscava criar legalmente os cargos que permitissem a contratação de todos esses agentes.

Os comitês são um exemplo de como a prática comunitária entre pares no cenário da medicina indígena é uma das alternativas aos múltiplos dilemas e tensões que temos apontado com relação à certificação, acreditação e regulamentação dessas práticas. Nestes espaços, através de um mecanismo simples, são os outros sábios que decidem pelo Vice-Ministério da Medicina Tradicional quem pode ser certificado. Tudo o que é necessário é apresentar os documentos de identificação e de suporte da comunidade de origem da pessoa que procura ser endossada. Em outras palavras, é, em última instância, o reconhecimento de seu próprio trabalho pela comunidade que possibilita o endosso do comitê.

No início de 2014, a SEDES teve um grande número de reconhecimentos concedidos, conforme expresso por um de seus funcionários: "até hoje, no departamento de Potosí existem 423 médicos tradicionais credenciados pelo comitê" (Entrevista realizada pelo pesquisador em 27 de janeiro de 2014 em Potosí, Bolívia).

O comunitário é, assim, profundamente político, no sentido em que se torna a base para a legitimação do conhecimento que se baseia nas cosmovisões dos povos, além das lógicas institucionais de aprendizagem que estão presentes no caso da biomedicina.

No entanto, em contraste, falando de interculturalidade e descolonização como princípios de Estado, embora seja notável o fato de já existir um vice-ministério de medicina tradicional, existe um conflito entre as entidades e os centros de tomada de decisão que tem a ver com a representação legítima dos conhecedores, ou seja, a eleição de um vice-ministro ou um diretor que é reconhecido como interlocutor de todos os médicos tradicionais.

Um grande número de organizações representam diferentes especialidades de conhecimentos e práticas indígenas em saúde na Bolívia, caracterizando-se por sua grande diversidade e riqueza: os Kallawayas, amautas, jampiris, yatiris, xamãs, pajés, ossosetters, parteiras, chifleras, materos, naturistas, alternativos; para que Aymara, Quechua, Ipayes, Trinitarios, Guarayos e Mojeños, entre outros, encontram um lugar nestes espaços. Neste sentido, é essencial ressaltar que a "medicina tradicional" é uma categoria muito restrita para a multiplicidade de conhecimentos que fazem parte da vida cotidiana do povo boliviano e de suas diferentes nacionalidades.

Não obstante, as organizações têm se dividido devido a diferentes desentendimentos e interesses diversos. Diz-se que só na área do Departamento de La Paz, em 2014, havia mais de 50 organizações diferentes de medicina tradicional, portanto, não foi nada fácil chegar a qualquer tipo de acordo sobre quais deveriam ser as diretrizes para o trabalho na medicina tradicional e na saúde intercultural. Também não foi fácil trazer toda essa diversidade sob a regulamentação do vice-ministério, como explica Alberto Camaqui: "Tivemos vários vice-ministros e muitos tropeços. É por isso que há pouco progresso na medicina tradicional, porque todas essas mudanças prejudicam o processo" (Entrevista com o Vice-Ministro em 6 de fevereiro de 2014 em La Paz, Bolívia). Paradoxalmente, a relação aqui entre o comunitário e o político se torna um espaço de fragmentação, e implica antes uma politização da organização comunitária que acaba trabalhando contra ela.

Por outro lado, a Lei da Medicina Tradicional é um enorme avanço normativo para o mundo no que diz respeito à profissionalização destes sistemas de conhecimento e práticas. Na Bolívia, antes da promulgação desta lei, não era possível contratar qualquer pessoa com conhecimento como tal, pois a figura não existia, ou seja, eram contratados como assistentes, guardas e jardineiros entre outras figuras, mas nunca como médicos tradicionais, o que gerava tensões constantes em relação à legitimidade e ao reconhecimento da sociedade em relação a tal conhecimento.

Embora a inclusão desses agentes nos serviços de saúde tenha tido um alto impacto na comunicação entre os médicos desses serviços e os pacientes indígenas, já que os médicos naturopatas e as parteiras também atuavam como tradutores quando estavam disponíveis, a questão da remuneração gerou cenários de confusão e ilegalidade em relação ao seu papel dentro desses espaços. Embora na maioria dos "projetos" a importância do pagamento para essas pessoas tenha sido incluída, em algumas experiências isso ainda não foi possível. Durante o trabalho de campo foi possível conversar com pessoas que colaboraram com um serviço hospitalar por mais de dez anos sem receber um centavo em troca.

Considerações finais

Um dos cenários que reúne e destaca as tensões da interculturalidade em saúde é o da certificação, credenciamento e reconhecimento de pessoas com conhecimento, especialmente se isso implica em reconhecimento econômico. Falar sobre sua integração nos sistemas de saúde também envolve o problema de regulamentação e controle. Quem controla e como o faz é uma das questões mais importantes e tensas neste campo da saúde intercultural; aqui as tensões epistêmicas, políticas e econômicas são mistas. As formas pelas quais estas tensões são resolvidas

dão muitas pistas sobre as concepções que se encontram no subtexto destes encontros interculturais em tempos de plurinacionalidade. Logo, é importante considerar um exercício de ir e vir entre o panorama geral e a discussão acerca de experiências concretas para que elas não passem apenas como pequenas e circunstanciais anedotas.

O que se apresenta aqui é um ponto de entrada para uma extensa amálgama de disputas multiníveis em cada uma das quais a interculturalidade pode assumir diferentes formas de acordo com a escala e dimensão abordadas, enquanto as questões e tensões que se abrem entre lógicas, epistemologias e cosmologias não deixam de surgir em cada contexto de uma forma particular e de acordo com a trajetória histórica das pessoas envolvidas em cada encontro.

Alguns elementos para a problematização têm a ver com o fato de que parece haver uma compreensão instrumentalizadora do conhecimento da parteira, reduzindo sua complexidade a uma série de ações como o "manteo", o uso de infusões para a redução da dor ou mesmo o acompanhamento psicológico das mulheres, quando na realidade a parteira (obstetricia tradicional ou ancestral) constitui todo um cenário ritual de reprodução da vida das comunidades que conhece, articula e reproduz os rituais, símbolos e significados que sustentam a vida da comunidade, além de representar uma liderança respeitada por seu próprio povo.

Por outro lado, pode-se argumentar que existe uma flexibilidade que procura abordar práticas aparentemente mais próximas, como a obstetrícia e a naturopatia, e que vem desenvolvendo o diálogo com outros agentes e sujeitos de conhecimento que excedem os limiares de "tolerância" dos serviços médicos, o que questiona profundamente a disposição para um encontro intercultural crítico, capaz de questionar as noções fundamentais com as quais entendemos os processos de saúde e doença. Destaca-se o fato de que quanto mais distantes as expressões do conhecimento ancestral estão da figura do yerbatero, mais tensão há com a versão institucional da saúde intercultural.

Uma coisa é realizar o asseio, massagens, prescrever banhos ou infusões, todos eventos toleráveis em um centro médico, e outra bem diferente é realizar rituais com incenso ou animais. Sem mencionar o uso de substâncias como o sangue ou elementos como o fogo como parte de um procedimento. A discussão sobre certificação com outros agentes ainda é incerta e, além disso, parece não haver reconhecimento de que a grande diversidade de expressões de conhecimento ancestral excede em muito a estreita categoria de praticante tradicional estabelecida em parte pela disciplina antropológica. Portanto, mesmo que saibam convocar o vento, desde que não mostrem o cartão...

Os avanços na regulamentação da prática de medicamentos ancestrais poderiam proporcionar uma saída para esta questão de regulamentação e reconhecimento destas práticas, um exercício que neste contexto excede as ações de vigilância e controle, para abrir uma porta que também contempla a proteção do conhecimento ancestral através de seu reconhecimento oficial.

Por outro lado, a criação do item, como no caso da Bolívia, mostra novas tensões e preocupações típicas destes processos, que têm a ver com a relação entre os agentes tradicionais e os serviços de saúde. Embora não exista uma forma única de pensar sobre a saúde intercultural, é verdade que o espaço e a lógica dos próprios serviços de saúde está longe da forma como o conhecimento ancestral concebe o bem-estar.

De uma forma talvez muito simples, diríamos que existem centros de saúde para lidar com o sintoma, o desconforto e a doença, enquanto o conhecimento médico das populações étnicas lida com o bem-estar amplo e integral da vida em comunidade, com o território e com uma complexa rede de elementos e agentes que estão presentes no cotidiano de nossas vidas. Este não é um fato menor, mas um elemento fundamental que está cada vez mais presente nos processos de saúde interculturais, e que é freqüentemente perdido de vista na busca de eficácia na cura de doenças.

As experiências do Equador e da Bolívia em relação a estes processos de certificação e reconhecimento mostram de diferentes perspectivas que não há pontos bons ou ruins nestes processos, mas sim dimensões complexas de um mesmo problema, múltiplas formas nas quais uma subalternização dos conhecimentos médicos dos povos é quebrada, transformada ou mantida, que só podem ser compreendidas e trabalhadas atendendo à especificidade histórica de cada experiência e território. Ou seja, não existem fórmulas para a interculturalidade, portanto o fato de que ela seja estabelecida como um critério a partir de cima (top-down) é em si um grande desafio.

Portanto, embora tenham sido feitos progressos significativos na prestação de serviços culturalmente apropriados e nos esforços para salvar a vida de muitas mulheres e crianças, concentrando-se na redução dos atrasos nos cuidados com as mulheres, cujo impacto generalizado nas taxas de mortalidade materna foi identificado; em termos estritos do encontro humano e epistêmico que a saúde intercultural implica, muitos desafios permanecem abertos para o futuro, pois aqui a garantia de alguns direitos das comunidades étnicas poderia estar ameaçando o conhecimento que dá sentido à sua sobrevivência, como no caso dos medicamentos ancestrais e suas diversas expressões.

É comum as publicações acadêmicas sobre partería (obstetrícia ancestral) manterem o discurso de que são práticas que devem sua existência à falta de cobertura ou de barreiras culturais. Em tempos de desenvolvimento de modelos interculturais, esses argumentos devem se tornar mais complexos para sair da lógica do conhecimento como falta. Na verdade, muitas comunidades permanecem vivas até hoje porque têm seus próprios recursos de saúde, e se não fosse por eles, muitas delas certamente teriam sido extintas no esquecimento e na indiferença do estado. Justamente por essa razão, estes recursos constituem sua maior riqueza, pois condensam a história da experiência de muitas gerações de homens e mulheres que foram desenvolvendo esse conhecimento para a vida. Isso é de grande relevância no caso de estados plurinacionais que

se impõe o desafio de reconhecer várias histórias, memórias, tradições, linguagens e costumes; assumindo o desafio da sua autonomia. Hoje, o que continua ameaçando as comunidades não é a contínua dependência de seus próprios agentes e recursos em vez de serviços médicos, mas nossa falta de compreensão da natureza holística de seu pensamento e sua relação com a saúde e o bem-estar: sua interação com os diferentes planos da realidade através dos antepassados e espíritos; sua integração com o território, com as águas, com a comida ancestral e as sementes nativas; o sentido da norma como uma norma coletiva de vida, entre muitas outras.

Referências

Castro Gómez, S y Grosfoguel, R. (eds.)

El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 308.

Walsh, Catherine.

Interculturalidad crítica y educación intercultural, en Jorge Viaña, Luis Tapia y Catherine Walsh, Construyendo Interculturalidad Crítica, La Paz, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010, p. 75 - 96.

Good, Byron.

Medicina, racionalidad y experiencia. Una perspectiva antropológica. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2003, 375 pp.

Moll, L. C.

Vygotsky, la educación y la cultura en acción. En: Álvarez, A. (Ed.): Hacia un currículum cultural. La vigencia de Vygotski en la educación. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 1997, pp. 39-53.

Diario La Hora. Tomado de: https://lahora.com.ec/noticia/1101409411/parteras-ya-no-trabajarc3a1n-en-el-hospital-de-otavalo. Consultado el 14 de mayo de 2018

Asamblea Legislativa Plurinacional. (19 de diciembre de 2013). Ley de Medicina Tradicional Ancestral Boliviana (Ley 459 de 2013).

Thaddeus S, Maine D.

Too far to walk: Maternal mortality in context. Soc Sci Med. (1994) 38: 1091- 1110

Carvajal Barona, R., Gómez Gómez, M. C., Acuña, N. R., Varela Arévalo, M. T., Navarro Valencia, M. C., & Angulo Valencia, E. S. (2018).

Panorama académico y político que enfrentan las parteras tradicionales en América Latina. Revista Cubana de Salud Pública, 44(3), 1–16. Retrieved from: http://basesbiblioteca.uexternado.edu.co:2048/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=asn&AN=131396998&lang=es&site=eds-live

Aponte, Mauricio y Agudelo, Diana Marcela.

Construcción de diálogos en torno a los saberes médicos: un campo de tensiones y oportunidades. En Aponte, Mauricio y Agudelo, Diana Marcela (eds.) Saberes y prácticas: miradas diversas en torno a procesos de salud y enfermedad, Bogotá: Universidad Externado de Colombia, págs. 19 – 92, 2016.

Laza, Celmira.

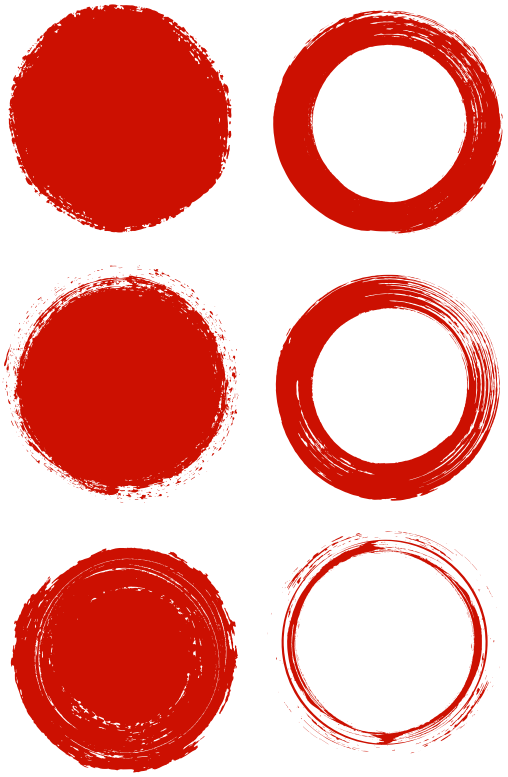
An approach to the state of traditional midwifery in Colombia. Index de Enfermería, 2012, 21(1-2), 53-57. Disponible en: https://dx.doi.org/10.4321/S1132-12962012000100012

García, A. J., Navarro, C. C., Varela, Y. P., Ferreira, K. D. B., & Brito, Y. L. F.

La partería tradicional. Revista Cubana de Enfermería, 2018, 34(2), 1. Retrieved from http://basesbiblioteca.uexternado.edu.co:2165/login.aspx?direct=true&db=asn&AN=132091987&lang=es&site=ehost-live

Yalanda, Marleny.

Origen de la sabiduría y conocimientos de la norma de vida ancestral misak-misak y sus interrelaciones con la salud y la enfermedad integral del macrocosmos Cauca, Colombia. Tesis de grado Antropología, Universidad Externado de Colombia, 2016, 162 pp.



A Força do Afeto

Paulo Silveira

Militante do movimento “respeito é BOM e eu gosto!” e gestor institucional do Observatório das Adições Bruce K. Alexander.

psilveira@observatoriodasadicoes.com.br

Resumo:

Ao longo dos últimos anos, a vida vem tecendo uma teia que une pessoas de diferentes origens e a lógica nos diria que eram absolutamente improváveis que se conhecessem, mas, o imponderável fez com que eles mais do que se conheçam, eles se reconhecem uns nos outros e fossem descobrindo complementariedades que fortalecem uns aos outros viabilizando a realização de uma série de objetivos que isoladamente eles não teriam como fazê-lo.

Poderíamos resumir a trajetória desse grupo, com uma célebre frase de Lenin, a qual tem um forte vínculo com uma das mais improváveis revoluções de nossa história: a revolução bolchevique:

Palavras-chave: : amizade, cumplicidade, conhecimento, drogas, parque dos ratos, acolhimento, usuários de drogas

Lá pelos anos 2011 descobri casualmente um crime praticado por integrantes do Estado brasileiro, principalmente membros do poder judiciário, que é o rapto de bebês filhos de famílias que insistem em nos mostrar outras formas de viver (índios, quilombolas, populações em situação de rua etc), principalmente de mães identificadas como usuárias de algumas poucas drogas consideradas proibidas, com foco maior ainda em usuárias de crack. Na tentativa de nomear esse crime, que tinha raros registros em nossa sociedade, denominei-o de "Adoção Compulsória" tentando vinculá-lo assim, ao programa de internação compulsória em curso na ocasião.

A prática desse crime chegou a mim durante os anos de 2011 e 2012, véspera dos grandes eventos que aconteceriam nos anos seguintes na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil:

- 2013, Jornada Mundial da Juventude Católica, primeiro evento internacional que o Papa Francisco participou;
- 2014, Copa do Mundo de Futebol;
- 2016, Olimpíadas;

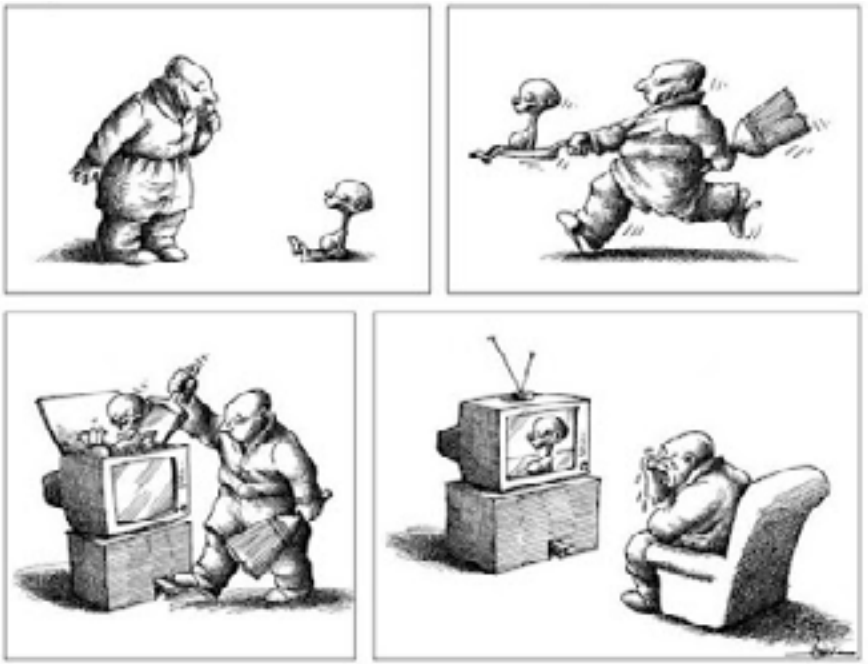
Mas como realizar eventos desse porte, gastando-se bilhões de dólares com sua implantação, em uma cidade onde era comum encontrar crianças e adolescentes nas ruas da cidade com fome, frio, alvo de todo tipo de violência praticadas principalmente por agentes do Estado?

A solução veio rápido: a grande mídia rapidamente difundiu o mito de que as crianças e adolescentes em situação de rua estavam dominadas pela droga chamada crack, que ao ser usada pela primeira vez já provocava a dependência em seu usuário e a única forma de tratá-los era promover a internação deles em clínicas especializadas.

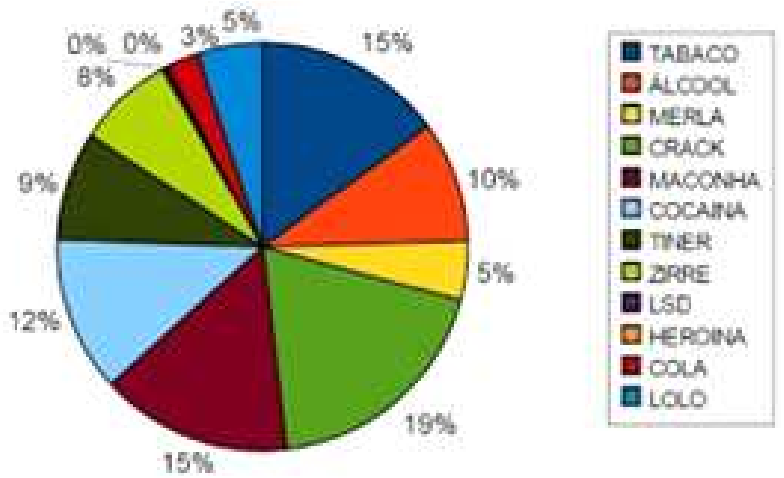
A partir daí o que se viu foi uma barbárie completa praticada pela Prefeitura com a complacência de todos as instituições que compõe o Estado Brasileiro e organismos internacionais, inclusive a Igreja Católica (Silveira:2019).

‘

Essa charge a seguir retrata fielmente o que vivemos naquela ocasião: aparentemente todos estavam muito preocupados com as crianças, desde que elas fossem mantidas a distância.



Para se ter uma noção da barbárie praticada pelos governantes brasileiros com apoio dos organismos internacionais envolvidos nesses eventos, uma pesquisa realizada pela própria Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro apontou que apenas 19% das crianças e adolescentes recolhidas haviam experimentado o crack pelo menos 1 vez na vida (veja no gráfico a seguir as drogas preferências das crianças e adolescentes internadas compulsoriamente)!



Acontece que entre as crianças e adolescentes recolhidas começaram a surgir meninas grávidas. O que fazer com as meninas e seus bebês?

A juíza responsável por zelar pelos direitos dessas crianças, uma mulher negra e ex trabalhadora doméstica, mandou um comunicado para todas as maternidades públicas que esses bebês recém-nascidos deveriam ser separados de suas mães (sequestrados) e encaminhados para instituições da Prefeitura que os encaminhariam para adoção, após passarem pelo tratamento contra a dependência do crack. Assim, se criaram 2 abrigos da Prefeitura responsáveis por receberem esses recém-nascidos que ficaram conhecidos como “os filhos do crack”!

E as mães?

Sim as mães, crianças em sua imensa maioria negras como a juíza e com idades entre 12 a 16 anos, eram devolvidas as ruas como se fossem lixo!

Para completar o show de horror, tudo isso era justificado pela

mentira de que “filhos de mulheres que usassem crack durante a gravidez nasceriam viciados em crack” e teriam que passar por um longo processo de desintoxicação, sofrendo consequências pelo resto de suas vidas.

A grande mídia, por sua vez, passou a vincular com imensa frequência fotos e filmes de bebês recém-nascidos apresentando diversos distúrbios atribuídos ao uso de crack pelas mães durante a gravidez, além de vídeos recolhidos na WEB gravados por médicos e “cientistas” brasileiros falando de suas experiências comprobatórias dos danos causados ao feto pelo uso de crack por suas mães antes e durante a gravidez.

Mas, nada disso fazia sentido para mim, eu sabia que tinha algo errado embora eu não soubesse o que, pois dentre a população brasileira, quem mais consome drogas (tanto lícitas quanto ilícitas) é elite (), inclusive cocaína e seus derivados, onde entra o crack.

Por que nas maternidades que atendem famílias ricas não havia bebês que nasciam com distúrbios? Por que nessas maternidades não havia setores dedicados a atenderem a esses bebês filhos de mulheres que usaram crack ou cocaína durante a gravidez? Será que a medicina seria relapsa exatamente com os filhos das classes dominantes. Com certeza havia algo de podre nessa história!

No Brasil não existia biografia a esse respeito e, embora eu tivesse tentado muito, não consegui falar com nenhuma das pesquisadoras que tinham postados vídeos na WEB sobre isso. Em minhas visitas a maternidades daqui da cidade do Rio de Janeiro, um dos maiores centros consumidores de cocaína do Brasil, nunca vi nenhum espaço dedicado aos bebês filhos de mães usuárias de cocaína ou crack. Conversei com diversos pediatras que fazem parto e todos eles só conheciam casos de bebês que nasciam com efeitos colaterais devido ao uso de crack durante a gravidez por suas mães em hospitais públicos, ou seja: filhos de mães marginalizadas, subnutridas, excluídas socialmente, ...

Mas eu sou um cara teimoso e não desisto.

Um belo dia soube por acaso que haveria um debate sobre o crack organizado por um grupo de estudiosos que eu respeito muito.

Como eu cheguei atrasado para a primeira palestra do tal debate, fiquei meio por fora da abordagem dada ao tema em questão, mesmo assim, arrisquei a pergunta sobre os bebês filhos de mães que usaram crack durante a gravidez. A mesa foi unanime em afirmar que eram notórios seus problemas, embora ninguém conhecesse pesquisa específica a esse respeito.

A segunda palestra era com um canadense chamado Bruce K. Alexander, sobre o qual já havia ouvido falar, mas nunca tinha me aprofundado em ler e estudar suas teorias, até porque seus pensamentos eram pouco difundidos aqui no Brasil.

A palestra era via skipe e de repente surge na tela um idoso muito calmo, tranquilo falando uma série de coisas que para mim faziam um enorme sentido. Quando ele começou a falar sobre a experiência “parque dos ratos” que ele idealizou e realizou ainda na década de 1970, pronto tudo se esclareceu para mim. Era ele que eu procurava há anos e não sabia onde encontrar.

Quando os organizadores do evento permitiram que a plateia fizesse perguntas eu fui o primeiro e, lógico, perguntei sobre os bebês filhos de mães que usaram crack durante a gravidez”.

Bruce começou sua fala dizendo que o bebê não sofria nenhum efeito colateral devido ao uso de crack ou cocaína pela mãe durante a gravidez e eu e ele estabelecemos um diálogo como se fossemos velhos amigos e não houvesse mais ninguém no recinto. Depois de um bom tempo de conversa, um dos organizadores pediu a palavra de volta e eu e Bruce combinamos que eu pegaria seu email com os organizadores e depois continuaríamos nosso papo.

Eu fiquei excitadíssimo, parecia uma criança que tinha ganho de Natal o presente esperado durante todo o ano.

Na hora do almoço resolvi ir encontrar um amigo meu, João, um senhor mais ou menos da minha idade (68 anos), que morava na rua e durante o dia costumava estar no Campo de Santana, uma praça muito bonita vizinha onde o evento estava ocorrendo.

Logo que encontrei João, fomos almoçar no nosso botequim predileto. Como sempre nos sentamos numa mesa no fundo do bar e logo comecei a contar minha conversa com Bruce. João deu uma bela gargalhada. Eu não entendi nada e perguntei o que estava acontecendo. Ele me disse que se eu tivesse perguntado isso antes para ele, ele já tinha me esclarecido todas as minhas dúvidas.

A resposta de João me deixou completamente sem palavras, aturdido e ele começou a me contar sua história.

A atual companheira dele, Zefa (nome fictício) que eu não conhecia, era de uma cidade pequeninha do interior do Estado de Minas Gerais e ainda adolescente (com 13 anos) foi encaminhada ao convento.

Logo que chegou teve que passar por um ritual para tirar o diabo do corpo com um padre durante toda uma noite. Resultado: pouco tempo depois estava grávida e, segundo lhe falaram, grávida do diabo que de vingança por ela ter feito o ritual para expulsá-lo de seu corpo, havia deixado seu filho no interior dela. Para resolver isso, ela foi encaminhada para um convento na cidade do Rio de Janeiro, onde iria passar por outro ritual secreto para tirar o filho de satanás de seu corpo. Mas tudo isso só seria possível se ela não contasse nada para ninguém, tudo teria que ser mantido em segredo.

Pouco tempo depois ela chegava na cidade do Rio de Janeiro, com uma pequena mala, vestida em trajes extremamente simples, sem dinheiro e apenas com o nome do convento que ela deveria procurar.

Da rodoviária da cidade do Rio de Janeiro saiu andando e perguntando a todos onde seria o tal convento, o que obviamente ela nunca achou, pois, mais tarde descobriu que nunca existiu.

Passou a primeira noite na rua, com fome, frio e muito medo, chorando sem parar. O pouco que conseguiu dormir, ao acordar descobriu que tinham roubado sua pequena maleta.

No dia seguinte, já com muita fome, começou a pedir esmola pelas ruas, até que encontrou uma mulher de meia idade que parou para escutar sua história e lhe ofereceu abrigo.

Era uma cafetina, que durante alguns anos lhe deu casa comida e trabalho, muito trabalho. Em troca Zefa era sua escrava sexual sem direito a sair do puteiro, a dizer "não" para qualquer solicitação dos clientes a qualquer dia ou hora e sem receber nada em troca, somente tinha direito a roupa do corpo, a mesma que usava para trabalhar.

O primeiro filho de Zefa foi vendido pela cafetina, o que ela só descobriu mais tarde.

Logo aprendeu os truques da profissão para evitar novas gravidez e, além disso, a beber muito bebidas alcoólicas para poder suportar aquela vida.

Com muita dificuldade, Zefa conseguiu juntar, com as gorjetas que recebia dos clientes, dinheiro suficiente para comprar uma passagem de ônibus para voltar para sua cidade natal. Já fazia mais de 2 anos que ela não via seus parentes e a saudade era grande.

Fugiu de seu quarto ainda de madrugada, com a roupa do corpo e foi direto para rodoviária. Quando o ônibus saiu, ela caiu em prantos, parecia que toda aquela vida seria abandonada.

Acontece que ao chegar na casa de seu pai, descobriu que as freiras tinham dito que ela tinha fugido com o jardineiro do convento, preferindo o sexo a deus! Por causa disso a família, que era muito pobre, ainda teve que pagar uma multa para cobrir as despesas que o convento

teria tido com ela. Seu pai estava indignado e após dar-lhe uma surra a expulsou de casa.

A única pessoa que a acolheu foi sua irmã mais velha, mas logo na primeira noite ela acordou com seu cunhado (o marido da irmã) em sua cama e saiu de casa na mesma hora para não ter que encontrar sua irmã e contar para ela.

Na cidade (seus pais moravam em um pequeno sítio nos arredores da cidade) Zefa descobriu que na cidade vizinha tinha um puteiro e foi para lá. No mesmo dia já estava trabalhando, até que juntou dinheiro suficiente para voltar para o Rio de Janeiro.

Chegando no Rio de Janeiro, procurou a cafetina que a recebeu de braços abertos, pois os clientes estavam sentindo sua falta. Numa das primeiras noites apareceu um velho cliente seu que lhe fez uma oferta: ele a compraria da cafetina e a levaria para uma casa noturna onde ia ganhar muito mais dinheiro, com a condição que ele fosse o agente dela.

Ela topou e dias depois já estava de trabalho novo, em Copacabana, onde ganhava muito melhor. Rapidamente foi apresentada a cocaína pelo seu agente e passou a consumi-la regularmente, pois assim conseguia trabalhar muito mais.

Logo comprou um telefone celular o que a permitiu manter contato com sua irmã mais velha, a mesma que a havia acolhido em casa e passou a ter notícias dos seus parentes.

Nem um ano depois seu pai faleceu e ela passou a enviar dinheiro para a mãe através da irmã.

Nesse meio do caminho ela foi apresentada ao crack, droga mais barata e mais eficaz para o seu trabalho, pois trazia uma euforia o que a fazia parecer alegre e feliz. Passou a usá-lo diariamente e a trabalhar cada vez mais. Ela tinha muitos clientes, alguns inclusive fixos. Eram policiais, políticos, gente muito rica. A essa altura ela já não tinha local de trabalho, atendia a chamados pelo telefone em locais designados pelos clientes ou por seu agente. Ganhava bem, o suficiente para guardar algum.

Algum tempo depois descobriu que estava grávida e resolveu que não ia abortar, pois acreditava ser do grande amor de sua vida até ali, um jovem cliente bastante regular que lhe dava uma atenção especial.

Telefonou para a irmã e combinou com ela que teria esse filho/a lá em sua cidade natal e depois o deixaria com ela para que ela cuidasse dele, enviando-lhe dinheiro regularmente.

Numa das primeiras visitas a cidade para fazer o pré-natal, Zefa descobriu que a irmã ficava com a maior parte do dinheiro que ela enviava para a mãe. Isso fez com que Zefa rompesse com a irmã e se reaproximasse da mãe. Com isso, o acordo que havia feito com a irmã, passou a valer com a mãe: o filho dela seria criado pela mãe com o dinheiro que ela enviaria mensalmente.

E assim foi feito, com o primeiro, o segundo e o terceiro filho de Zefa, que ela acreditava serem filhos do mesmo pai, o amor de sua vida.

O tempo passou, ela continuava usando crack, até que seu agente faleceu e ela ficou sem trabalho. Pegou todo o dinheiro que tinha e mandou para mãe, pois tinha medo de gastá-lo e deixar seus filhos desamparados.

Com isso acabou nas ruas, fazendo programas por qualquer dinheiro a base do crack, que nunca abandonou. Seu filho mais velho tinha uns 10 anos quando eu a conheci. Estudava numa escola pública da sua cidade natal, assim como todos os seus irmãos.

Tudo isso ficou circulando em minha cabeça e eu me sentia num imenso roda moinho, e não conseguia parar de pensar nas coisas que eu tinha vivido com Bruce e com João.

O rodamoinho só piorou depois que conheci Zefa por telefone, e conversei com ela. Nesse mesmo dia eu tive a oportunidade de ter uma longa conversa com a diretora da escola onde os filhos de Zefa estudavam. Nessa conversa soube que os filhos de Zefa eram “crianças como outras quaisquer”, como me disse a diretora da escola, sem qualquer problema comportamental ou cognitivo, tinham ótimas avaliações na escola e eram adorados por suas professoras, funcionários e amigos (que aliás

tinham muitos, e todos com os quais conviviam). Ainda conversei com a mãe de Zefa que me disse que eles eram a benção da vida dela, pois não lhe davam trabalho algum e ainda cuidavam dos afazeres do pequeno sítio em que moravam.

Nesse dia eu havia chegado em casa tarde da noite, mas não perdi tempo. De imediato escrevi um email para Bruce fazendo mais perguntas ainda. Como resposta Bruce me enviou o seguinte link:

Bebês do crack: uma mentira da Guerra as drogas
https://www.youtube.com/watch?v=cWtLAfw1Ses

Eu vi esse filme não sei quantas vezes seguidas.

Não consegui dormir durante a noite toda.

Para mim era inconcebível tanta maldade e irresponsabilidade. Tudo que eu havia descoberto já era público há anos. Tudo que vivíamos no Brasil já havia acontecido nos USA no início dos anos de 1980, com pesquisas realizadas, documentadas e fartamente divulgadas. Copiou-se no Brasil a receita adotada por Ronald Reagan quando assumiu a presidência dos USA durante uma crise financeira enorme e consequentemente com as ruas das grandes cidades lotadas de cidadãos e cidadãs e crianças e adolescentes abandonados pelo poder público: culpabilizou uma droga recém-chegada aos USA, o crack, pela miséria promovendo o recolhimento compulsório dessa população sob a justificativa que precisavam serem internadas compulsoriamente para serem tratadas da adição.

Quantas vidas foram desperdiçadas?

Quantos bebês receberam tratamento inadequados?

O que esses bebês "filhos do crack" e suas mães precisavam era serem acolhidos e não de medicamentos ou de serem separados e, menos ainda, das mães serem culpabilizadas por algo que sequer existia e os acusadores tinham a obrigação de saberem. Tudo que os bebês NÃO precisavam eram serem isolados em incubadoras e medicados contra "a adição do crack" com remédios com uma série de efeitos colaterais por causa de uma "doença" que não existia!

No dia seguinte, ao acordar, a primeira coisa que fiz foi escrever um email para Bruce solicitando a ele que me mandasse alguma indicação de livros, artigos enfim algum material para eu estudar sobre o tema.

Dias depois ele me respondeu com uma carta assinada por ele e por Dan Small (Small & Alexander: 2019).

Como eu já estava tentando organizar uma Audiência Pública no Senado Federal sobre o "rapto de bebês descendentes de famílias sem capacidade de reivindicação de seus direitos", combinei com Bruce dele participar via skipe. Infelizmente, uma semana antes do dia marcado da audiência, os senadores conservadores alteraram toda a dinâmica da audiência e fui obrigado a desmarcá-la.

Mas essa experiência, mesmo que frustrada, abriu a possibilidade de Bruce fazer palestras via skipe. Na ocasião eu já militava há muito tempo no movimento "respeito é BOM e eu gosto!"().

Uma das atividades regulares do no movimento "respeito é BOM e eu gosto!" era organizar palestras mensais na sede do Ministério Público Federal 2ª instância aqui da cidade do Rio de Janeiro, acolhidos pelo procurador federal Marcelo Freire. De imediato, convidei Bruce para fazer uma palestra lá e ele topou, sugerindo a presença de Dan Small também, o amigo dele que havia assinado a carta.

A palestra foi um sucesso e ali nascia uma bela amizade entre mim, Bruce e Dan.

Foi um debate singular porque o tema era exatamente "bebês filhos de mães usuárias de crack". Nós convidamos pessoas com formações diversas, mas, principalmente, membros do poder judiciários, profissionais da área de saúde e eu tive a preocupação de distribuir para eles, dias antes da palestra, a carta de Bruce e Dan sobre o tema.

Bruce me pediu que começássemos o debate com o filme "Bebês do crack, uma mentira da guerra as drogas". Quando acabou o filme e, principalmente depois da fala do Bruce e do Dan o silêncio era total. Se escutava o barulho de uma mosca voando no interior da sala.

Na tentativa de iniciar o debate propriamente dito fiz a pergunta sobre "qual a sugestão deles para o Estado Brasileiro enfrentar a questão dos filhos de mães usuárias de drogas".

Ao final da resposta de Bruce e Dan, de novo silêncio. Eu ainda perguntei se alguém tinha alguma questão e ninguém se manifestou. Para não criar uma situação ainda mais constrangedora, sugeri encerrarmos o debate. Todos se levantaram e foram embora num silêncio espantoso.

Dias depois, conversando com alguns dos participantes, entendi o que tinha acontecido: a fala e a postura de Bruce e Dan são muito simples e diretas, sem o uso de termos mais sofisticados o que torna extremamente fácil entendê-los, embora o que eles exponham seja muito sofisticado e complexo para quem vive no Brasil. Para aquelas pessoas, em especial, todas as "verdades" que conduziram sua postura profissional até ali tinham se dissolvido igual a sal em água.

Como entender que as tão temidas drogas não viciam ninguém, que é a ausência de relações afetivas que levam as pessoas a buscarem alternativas de vida, dentre elas o uso ininterrupto de substância que as transportem para outras vivências. É importante observar, por exemplo, que o hábito de usar determinadas substâncias se torna, com o tempo, um fator agregador, algo em comum com outro que também nutre o mesmo tipo de sentimento de rejeição, exclusão, solidão etc.

Para mim, em particular, que tenho um filho que apresenta distúrbios psicossociais devido ao uso abusivo de drogas na adolescência, foi uma mudança completa de perspectiva na relação com ele. Deixei de vê-lo como um doente e passei a entender que são escolhas de vida que ele faz, muito difíceis de entender, como as da grande maioria da população mundial. Como entender, por exemplo, que nós humanos somos a espécie com maior capacidade de intervenção no planeta e que estamos construindo um planeta que se tornará, em breve, inapropriado para nós?

Eu já sabia que a ausência da relação afetiva entre pai e filho é um elemento facilitador para o uso de substâncias psicoativas na adolescência (Musa:1996).

> *"Não tenho dúvida de que a minha tarefa primordial de pai, amoroso da liberdade, mas não licencioso, zeloso de minha autoridade, mas não autoritário, não é manejar a opção partidária, religiosa ou profissional de meus filhos "guiando-os" para este ou aquele partido ou esta ou aquela igreja ou profissão."*
> *(Freire)*

Embora eu sempre tenha tido consciência da importância do afeto nas relações com meus filhos, eu não consegui estabelecer a relação que desejava com nenhum dos 4. Minha relação com eles só foi próxima do que eu desejava até a adolescência deles, mas quanto mais foram crescendo, principalmente depois de jovens, mais difícil foi ficando a relação, a ponto de pura e simplesmente eu não ter relações com alguns e nem conhecer um dos meus netos.

É como se eu tivesse um buraco dentro de mim, buraco esse que me faz procurar a tampa em cada passo que dou na vida e que a relação com Bruce e Dan tem me ajudado a compreendê-lo, o que torna o buraco menos assustador.

Exercer a paternidade para mim, a que eu desejava ter exercido, é possibilitar que nossos filhos se relacionem com a realidade sem precisar deixar de sonhar.

Quando se sonha não se precisa de drogas para passear por outros mundos, o sonho nos viabiliza isso. Mas para se sonhar é preciso se conviver com a realidade para se poder distinguir entre um e outro e para isso é preciso ter uma relação com alguém que nos gere confiança, para termos a certeza que poderemos alternar entre o sonho e a realidade na medida da nossa vontade.

"É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de comparar escrupulosamente nossos sonhos com nossa realidade. Sonhos, acredite neles."
(Lenin)

Aquela palestra no Ministério Público Federal me deu uma noção da força da carta assinada por Bruce e Dan. Providenciei uma tradução precisa dela e passei a distribuí-la por minhas redes sociais, principalmente por uma rede no WhatsApp que tratava especificamente do rapto de bebês filhos de famílias sem capacidade de reinvindicação de seus direitos, composta, principalmente, de Defensores Públicos de diversos estados no Brasil, denominada também de "Adoção Compulsória".

A repercussão foi enorme, a ponto de em Belo Horizonte, capital de um importante estado brasileiro, Minas Gerais, um movimento chamado "Mães Órfãs" ter conseguido mobilizar a ONU e o Conselho Nacional de Justiça, o que provocou uma intervenção em uma vara judicial da capital (Belo Horizonte), contra a prática sistemática de retirada de bebês de mães usuárias de drogas, principalmente crack.

Paralelamente a tudo isso, retomei contatos que tinha nas mídias e começaram a surgir matérias a esse respeito nas principais mídias do Brasil, fazendo com que essa e outras práticas similares (ligadura de trompas involuntárias, instalação de DIUs em meninas sob a custódia do Estado Brasileiro etc) se tornassem matérias em nossas mídias e passassem a ser de conhecimento público o que fez com que tais crimes se reduzissem muito ().

Minha relação com Dan e Bruce cada vez se aprofundava mais e as atividades iam se consolidando progressivamente.

A possibilidade de discutir com eles sobre a experiência feita por Bruce na década de 1970, "Parque dos Ratos" (Bruce:2019), foi revolucionária para mim. Tudo ali faz o mais completo sentido para mim o que permitiu que gerássemos uma sintonia que parece que somos amigos íntimos há muitos anos.

Nesse meio tempo surgiu mais uma amiga de Bruce, Susan Boyd, que veio a acrescentar muito a nossa relação, uma vez que ela trabalha especificamente com o tema "Mulheres, Drogas e Poder" () (Susan:2019), uma das muitas pessoas do relacionamento de Bruce, pesquisadora e PhD da Faculdade de Desenvolvimento Humano e Social da Universidade de Victoria.

A disponibilidade deles darem palestras me possibilitou organizar debates em diferentes ambientes, mas com o passar do tempo começamos a sofrer cada vez mais resistência dos conservadores, até porque nossa opção sempre foi atender os mais excluídos e, principalmente, usuários. Nosso público cada vez mais eram pessoas que moravam nas ruas, as quais eram recebidas em ambientes pouco frequentados por eles e sem nenhuma discriminação ou julgamento.

Isso começou a incomodar a muita gente, desde lideranças deles mesmos, até o meio universitário que perdia o lugar do saber absoluto, passando a ser questionado pela presença desse trio.

A essa altura surge a possibilidade de organizarmos um livro sobre o tema do "rapto de bebês filhos de famílias sem capacidade de reivindicação de seus direitos" com Emerson Merhy, um querido amigo meu, e Bruce.

Acontece que Bruce e Emerson ampliaram muito a discussão ao convidarem autores de diversas nacionalidades com pesquisas e dados já consolidados.

Com a leitura dos artigos que eram enviados para o livro e uma pequena pesquisa que fiz ficou evidenciado que esse crime era

globalmente praticado e os bebês raptados eram matéria prima utilizada em diversas finalidades.

No rastro de minhas pesquisas descubro que o tráfico humano é um dos crimes mais lucrativos em curso na humanidade. Hoje, em pleno século XXI temos mais escravos no mundo do que quando a escravidão era legalizada. A Organização Internacional do Trabalho (OIT / ONU) estima que em 2016 havia 40 milhões de pessoas vítimas de escravidão (OIT:2017). Eles incluem, em seus cálculos, pessoas que estavam em trabalho forçado (25 milhões) e aqueles que estavam em casamento forçado (15 milhões). Vinte e cinco por cento das vítimas da escravidão moderna são crianças (menores de 18 anos). Setenta por cento das vítimas da escravidão moderna eram mulheres.

Devido a quantidade de artigos que recebemos, decidimos que faríamos um livro especificamente sobre o tema das diferentes formas ilegais e imorais para provocar o extermínio de populações que insistem em nos mostrar outras formas de viver, algo praticado pelo nazismo, mas atualmente feito com muito mais requinte e tendo o uso de drogas pelas mulheres como a principal justificativa. Todo o trabalho de Susan Boyd, nesse sentido, contribuiu muito para isso.

Assim, em novembro de 2018 lançamos o livro "Criminalização ou Acolhimento, Políticas e práticas de cuidados com pessoas que também fazem o uso de drogas", pela editora virtual Rede Unida, garantindo o livre acesso a publicação, tendo como foco central a questão das drogas, mas também abordando outros temas que dialogam com o tema central.

A publicação do livro aproximou ainda mais a mim, Dan, Bruce e Susan divulgando o nosso trabalho entre novos militantes sociais, abrindo possibilidades de construção de novas parcerias.

Os debates no Ministério Público Federal seguiam mensalmente, com um público pequeno, mas bastante participativo. Um belo exemplo da qualidade dos debates foi quando um psiquiatra considerado uma grande liderança nessa área de atendimento de usuários de drogas, dono de uma clínica que atende a elite aqui da cidade, foi fazer uma palestra

e saiu completamente desmoralizado com as perguntas que lhe foram feitas por moradores de rua e usuários, perguntas essas baseadas nos debates anteriores com o trio Bruce, Dan e Susan.

Ao mesmo tempo que avançávamos nas reflexões com o grupo mais frequente aos debates, a resistência por parte dos conservadores aumentava gradativamente, a ponto do debate que organizamos com Susan numa favela chamada de Rocinha, aqui na cidade do Rio de Janeiro, a maior da América do Sul e uma das maiores do mundo, ter sido boicotado pela polícia. O debate, sobre o tema "Drogas, mulheres e maternidade", foi organizado com a associação dos moradores de lá que fez uma grande divulgação em toda a comunidade, com cartazes, anúncios na rádio comunitária etc.

Uma hora antes de começar o debate, a polícia resolveu fazer uma "operação" na região onde se encontrava a associação de moradores, o lugar que íamos fazer a palestra, provocando um grande tiroteio e impedindo as pessoas de chegarem à palestra.

Foi uma pena, porque uma meia hora depois que acabou o tiroteio, chegaram umas 15 mulheres interessadas no debate, mas aí já tínhamos desarmado todo o equipamento de transmissão e Susan já não estava mais conectada.

Mas quanto mais resistência encontrávamos, mais forte ficava nossa parceria.

Em abril de 2019 eu, Neyla Mendes e Emerson Merhy lançávamos o livro "Extermínio dos Excluídos", também pela editora Rede Unida, para garantir o livre acesso a todes que se interessarem pelo tema.

Nesse livro Dan publicou um artigo (Dan:2018) muito bonito e decisivo na minha formação e opção pelo caminhar a ser seguido por mim.

Como minha formação originária é de engenheiro mecânico, embora já tenha feito muitas outras coisas na vida, sou uma pessoa que preciso ver as coisas acontecerem, não consigo ficar só na teoria. Como Dan é uma pessoa que também tem essa dinâmica de vida, se dedicando a vida toda a ações que proporcionem a inclusão social, fomos nos aproximando lenta, mas consistentemente. Essa aproximação nos permitiu construir um forte alicerce em nossa relação, o que nos trouxe liberdade de agir e ser um com outro.

Felizmente nosso objetivo é o mesmo, ou seja: a formulação teórica é secundária em relação a busca pela sensibilização de todos que pretendem conviver com adictos seja lá em que for. Não podemos nunca esquecer que estamos cuidando de um ser humano que tem vontade, cultura, identidade própria etc, ser esse que é único nesse universo, como outro ser humano qualquer.

O que na realidade buscamos é conhecer e aprender sobre o mundo que esse adicto vive. Que mundo maravilhoso é esse que ele prefere viver poucos momentos nele sob o efeito da sua adição ao invés do mundo sem a adição?

Assim, os debates com Dan cada vez mais se transformaram em conversas com ele, onde os presentes se sentem à vontade de fazer perguntas, de se manifestarem sem que com isso fossem julgados ou qualificados seja lá pelo motivo que for.

Nesse momento se juntou a nós um novo amigo que tem sido essencial na construção de todo esse processo: João Luiz. João, dentre muitas coisas que faz na vida, domina o inglês e, com uma sensibilidade apurada, passou a fazer as traduções das palestras deles e logo desenvolveu uma relação de proximidade com todes três, Bruce, Suzan e Dan. Isso foi muito bom, uma vez que Bruce, Dan e Susan passaram a se sentir cada vez mais à vontade e os debates fluíam de uma forma mais harmônica entre nós.

A emoção se tornou cada vez mais presente e nós (eu e Dan) passamos a adotar a estratégia que após o término da conversa de Dan (algo em torno de 2 horas) fazemos uma roda de conversa em que refletimos com todes sobre o tema debatido e acalmamos um pouco a plateia.

A dificuldade em continuar organizando os debates no Ministério Público Federal me fez transferi-los para a Defensoria Pública, tendo a enorme vantagem de ser um espaço muito frequentado pela população em situação de rua.

Ali os debates ganharam corpo e parecia que iam se consolidar. Acontece que, depois de alguns debates muito ricos que aconteceram lá, num domingo, véspera do debate com Dan (na segunda feira), um homem foi assassinado num bairro de elite da cidade, o que causou enorme repercussão na mídia. O assassino foi logo identificado como fazendo parte da população em situação de rua o que gerou diversas declarações fascistas de nosso prefeito na ocasião e de autoridades policiais, como a ameaça de promover recolhimento compulsório em massa dessas pessoas, algo ilegal, mas largamente praticado aqui no Brasil.

Resultado: o debate com Dan se tornou um ponto de encontro de militantes de direitos humanos e da população em situação de rua. Compareceram mais de 100 pessoas ao debate, embora no auditório só coubessem 100. Tinha gente sentado no chão, nas escadas, em todo o lugar que se olhava havia alguém. Eu e Dan ainda tentamos organizar o debate, mas foi impossível.

Uma das lideranças presentes pediu a palavra e fez um discurso muito bonito, convocando a todos para irem para a porta da sala do Defensor Público Geral, convocando-o para vir participar do debate conosco. Foram muitos e começaram a chamar pelo defensor, a bater na porta da sala, enfim a manifestarem sua revolta enfaticamente.

Quando vi que corria o risco da manifestação tomar rumos que não seria interessante para a própria população de rua, tomei a frente e sugeri que fossemos para as ruas, o que foi feito.

Assim, na porta do prédio da Defensoria Pública ocorreu uma pequena, mas bela manifestação.

Tudo parecia que caminhava bem e que eu Dan estávamos perto de alcançar nosso primeiro objetivo: o de criar um espaço onde os excluídos socialmente pudessem se manifestar e buscarem soluções para seus próprios problemas.

Ao término da manifestação já marcamos a palestra seguinte, no mesmo local e fui para casa feliz.

Acontece que no dia seguinte recebo um telefonema da Defensoria Pública me avisando, sem nenhum espaço para diálogo, que não havia mais disponibilidade por parte deles de cederem o espaço para nossos debates. Ainda tentei através de vários canais encontrar uma solução, mas o argumento era sempre que eu não controlava o público participante do debate e o número de pessoas estava crescendo muito, colocando em risco a idoneidade da instituição.

Contra isso eu não tinha argumento e nem queria ter. Nossa proposta era e é exatamente essa, produzir autonomia, relações sociais entre aqueles que são excluídos da sociedade formal e para isso eles e elas têm que aprender a se organizar. E na nossa visão, minha e do Dan, a organização passa necessariamente pelo caos, assim como o claro pelo escuro, o silêncio pelo barulho, em resumo o yin pelo yang.

Mas não é isso que o sistema deseja, o que eles desejam são cidadãos submissos que se culpem pelas suas situações sociais sem perceberem que são frutos de um sistema podre, carcomido que sobrevive a partir da miséria (nos mais diversos sentidos) alheia.

Nosso objetivo é mudar o foco de nossa análise dos indivíduos isoladamente para incluir o contexto social em que ele se encontra e, a partir dessa análise, construir soluções com todos os envolvidos. Utilizando como ilustração a ocorrência do rapto de filhos de famílias sem capacidade de reinvindicação de seus direitos, ao invés de focar

no comportamento aparentemente fora das normas dessa família, pretendemos incluir nessa análise a violência estrutural da sociedade contra as famílias e, a partir daí, promover intervenções sociais, programas e práticas profissionais mais eficazes e acolhedoras.

Esperamos advogar um tipo de contabilidade sociocultural dentro das intervenções sociais relacionadas aos problemas sociais contemporâneos. Esta contabilidade sociocultural visa expor valores implícitos e explícitos que conduzem abordagens de outra forma naturalizadas que contribuem para a violência social contra pessoas que se comportam fora dos padrões ditos "normais" de nossa sociedade.

> *"A violência estrutural é uma metáfora poderosa que nos leva a procurar a brutalidade em arranjos tidos como certos. A noção de que envolve estruturas sociais 'pecaminosas' atribui culpa e urge uma resposta moral, mas como podemos caracterizar este pecado (como avareza, interesse próprio, gula, orgulho, racismo, ignorância, agressão?) quando há tantos pecados em exibição? A linguagem moral deve nos encorajar a pensar sobre onde, quando e por que pecamos."*
> *(https://doi.org/10.1093/bmb/ldh006)*

Ao nos engajarmos na análise sociocultural da "contabilidade" das abordagens sociais, programáticas e de profissionais, esperamos poder trabalhar seriamente em direção ao nosso objetivo de "adequar os serviços às pessoas em vez de as pessoas aos serviços". Aqui, pretendemos mudar a análise de seu foco tradicional nos outros para o foco em nós mesmos?

Nesse sentido, as lideranças da própria população em situação de rua cada vez mais fazia resistência ao nosso trabalho até mesmo por se sentirem ameaçadas, inclusive porque não desfrutavam de nenhum privilégio nos debates, muito pelo contrário, as diferenças eram cada vez mais explicitadas e as "lideranças" não gostavam nem um pouco.

De novo estávamos sem espaço, mas cada vez mais fortes. Estava mais evidente que nossa metodologia de trabalho produzia os resultados que ambicionávamos (estimular a relação entre os marginalizados e alguns intermediários e o Estado), criando possibilidades reais de políticas públicas criadas com seus público-alvo, os futuros usuários das políticas públicas em questão. Lógico que tudo era e ainda é muito insipiente, mas cada vez mais possível.

A busca por espaço me fez conversar com diversas pessoas que também militam com a mesma questão e numa dessas conversas, um grande amigo e que respeito muito sua militância e trabalho, Marcelo Jaccoud, me convidou para assistir um debate que ele ia participar em um abrigo para população de rua na cidade vizinha, Niterói.

Lá conheci duas pessoas que passaram a ser decisivas em minha caminhada a partir dali: Alexandre Trino e Arlete Inácio.

Alexandre Trino é coordenador do programa de consultório na rua da Prefeitura de Niterói e Arlete é antropóloga, funcionária da Prefeitura de Niterói e trabalha diretamente com população de rua. Ambos reúnem qualidades extremamente raras para quem trabalha com essa população: conhecimento teórico, vivencial, determinação, ética e acreditam no que fazem.

No dia da palestra, eles dividiram a mesa com Marcelo e no final fui apresentado a ambos. Conversamos muito e na saída do evento eu e Alexandre tivemos uma conversa que seria decisiva para o nosso projeto com Dan, pois Alexandre se predispôs a articular com funcionários da Prefeitura de Niterói a organização dos debates com Dan e Bruce em Niterói.

E assim foi feito, iniciamos uma série de debates, que perdurou durante aproximadamente 1 ano e só foi interrompido devido a pandemia, para os quais demos o nome de “Drogas e Inclusão Social”.

No primeiro debate tiveram presentes umas 50 pessoas, em sua grande maioria funcionários da Prefeitura de Niterói e assim foram se sucedendo os debates mensais, sempre as terceiras terças feiras de cada mês.

A cada debate nós éramos obrigados a mudar de lugar, pois nossa postura confrontava (como sempre) com os poderes locais, mas quanto mais dificuldades apareciam mais forte eu sentia minha relação com Dan e Bruce.

Houve um debate com Bruce, na câmara dos vereadores de Niterói, que foi decisivo para mim, quando abordamos as perspectivas de mudança de postura do Estado brasileiro em relação a questão das drogas e Bruce relatou como foi a luta no Canadá, onde ele por diversas vezes deu palestras sobre o tema para pouquíssimas pessoas.

Na medida que os debates iam acontecendo, minha relação com Arlete se consolidava, se ampliando de uma relação meramente profissional para uma amizade real. Nossa relação sempre teve uma característica especial: parece que nos conhecemos há muito tempo, tal a nossa intimidade e cumplicidade.

Pela primeira vez encontrei uma pessoa que sua metodologia de trabalho se aproxima muito da minha, onde questões pessoais ficam em segundo plano e o que move o trabalho é a curiosidade de aprender com o outro, alguém aparentemente muito diferente de nós e, consequentemente, com quem temos muito a aprender,

No meio desse turbilhão surge um convite para eu participar de um debate em Maricá e sugiro a participação de Susan, com o tema “Drogas, mulher e poder”, e de imediato eles toparam.

O debate foi um sucesso, com intensa participação da plateia, principalmente de um grupo de jovens denominados de “ruasia” ou seja: se dedicavam a construir poesias que falem do cotidiano deles.

Ao final do encontro surge uma jovem que lança um desafio para Susan: participar de um debate com mulheres brasileiras escolhidas por ela para discutirem a realidade da mulher brasileira. De imediato eu topei, independente de Susan e marcamos a data de tal debate.

O debate nunca aconteceu, até porque a jovem sempre tinha uma justificativa para não o realizar. Mas isso acabou sendo ótimo, por que gerou uma necessidade de uma permanente conversa com Pedro o que me aproximou muito dos fazeres de Maricá.

De imediato conheci também Laura, subsecretária de Assistência Social na ocasião, pessoa de relacionamento muito fácil, tranquila, que nos deu enorme autonomia, possibilitando que produzíssemos um curso com Dan Small sobre cuidados com pessoas fragilizadas.

A ideia era produzir um ciclo de debates para funcionários da Prefeitura de Maricá que trabalhassem diretamente no atendimento dessas pessoas ou que se dedicassem a construir políticas públicas para eles.

Incialmente pensamos um turmas em torno de 20 pessoas e produzimos um convenio com a Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Psicologia de tal forma que aqueles que concluíssem o curso recebessem diplomas.

Os debates seriam as 2ª sextas feiras de cada mês, no auditório da OAB local, que tinha lotação para 80 pessoas. Para facilitar a administração do curso criamos um grupo no whatzapp.

Doce ilusão, logo havia 130 pessoas inscritas no grupo e os 80 lugares do auditório da OAB ficavam lotados, com pessoas sentadas pelo chão.

O sucesso era grande e logo começamos a ter dificuldades em administrá-lo, pois não havia infraestrutura para tal.

Mas mesmo com todos os imprevistos, a relação entre nós que compúnhamos o grupo se fortalecia de uma forma impressionante. De repente passamos a ser 130 pessoas "amigas de infância" criando soluções para problemas diversos como falta de luz, de internet, de espaço para realizar as reuniões entre risos, brincadeiras e amizade, muita amizade.

Esse clima de amizade tornou possível para os participantes cada vez mais se sentissem a vontade para dividirem suas intimidades com o restante do grupo. A partir daí se formaram diálogos / vivências muito ricas como, por exemplo, o depoimento de um professor que compunha o grupo que já se declarara "viciado" (termo usado por ele) em cocaína e que tinha passado por inúmeros "tratamentos". Durante um debate com Dan e os demais participantes sobre "dependência química", esse professor ao se deparar com o fato que a "dependência química" é mais uma das muitas criações da "ciência" para nos manter escravos das supostas verdades (), caiu em prantos e chorando afirmava repetidamente: "Se eu soubesse antes que eu não era um doente sem cura eu já tinha abandonado essa merda há muito tempo!"

Cabe ressaltar que no nosso próximo encontro, ou seja, um mês depois mais ou menos, ele chegou eufórico, pois estava "limpo" sem usar álcool ou cocaína desde o nosso último encontro e tinha levado sua esposa para testemunhar o fato!

Segundo ele, ele tinha descoberto o sentimento de um escravo ao ser liberto, finalmente ele se sentia livre!

O que ficava cada vez mais claro era que o grande diferencial que existia ali naquele grupo, naquele trabalho era acolhida que nós nos dávamos e essa acolhida contagiava a todes que lá chegavam, pois, também, aqueles que discordavam iam embora ou não voltavam para o próximo encontro espontaneamente.

Ao mesmo tempo os debates na Biblioteca Pública de Niterói também avançavam, agora já sem a necessidade da presença dos canadenses. A população presente era em sua grande maioria composta de trabalhadores das ruas (camelos, prostitutas, pop rua propriamente dita etc.) e os debates eram intensos, com muita emoção presente, mas dentro de um clima de amizade, cumplicidade e respeito admiráveis. Sinto muitas saudades daqueles debates.

Tivemos encontros memoráveis, em especial um conduzido por Emerson Merhy, sobre "sinais que vem das ruas", em que ele adotou uma dinâmica simples, mas absolutamente surpreendente (como quase tudo eu Emerson faz) e outro conduzido por Ygor Alves, um antropólogo que realizou uma belíssima pesquisa no espaço conhecido como "cracolândia" em SP e comentou que durante a pesquisa usou umas 10 vezes crack e não se sentiu dependente da droga em momento algum (vídeo https://tinyurl.com/56dcxpva).

Tudo caminhava muito bem, os trabalhos de Maricá e de Niterói se consolidavam e aumentava a repercussão deles, surgindo novos públicos e demandas até que um dia a Subsecretária de Assistência Social de Maricá, a Laura, me chama e me pede sugestões para políticas públicas para usuários de drogas a serem implantadas em Maricá.

Tivemos uma longa conversa e expressei minha opinião que a questão das drogas não é algo a ser resolvido por um município isoladamente. Segundo pesquisa realizada pela FIOCRUZ em 2013, 78% dos usuários crack deseja ser acolhidos, mas não tem onde (https://tinyurl.com/25t9amha).

Assim, quanto maior for a excelência do serviço, maior vai ser o fluxo de pessoas em procura desse acolhimento e nenhum município do Brasil conseguirá suprir a essa demanda. O grande exemplo que temos no Brasil é o programa "de Braços Abertos" (https://www.scielo.br/j/csp/a/ds5Zrm3RqvnPPQpxv9Tzhxn/?lang=pt), implantado pela Prefeitura de São Paulo, uma belíssima iniciativa que obviamente não resolveu a questão até mesmo devido a interrupção do mesmo pelos

governos que o sucederam ao que o implantou e que retornaram a velha e fracassada estratégia da "guerra as drogas"().

A partir dessa conversa com Laura surgiram outras, onde expus o programa do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT)() criado no mesmo momento em que foi implantado o Mercado Comum Europeu para minimizar as diferenças que surgiriam no acolhimento de pessoas que também usam drogas nos países que compõe essa região, estimulando a implantação de políticas públicas a partir dos mesmos princípios, porém respeitando a cultura e recursos de cada local.

Em uma dessas nossas conversas Laura lançou o desafio de criarmos um Observatório em Maricá.

De imediato me apaixonei pela ideia e minha vida se transformou totalmente.

Desde desse dia, a realização do Observatório das Adições Bruce K. Alexander é meu objetivo de vida, o que só tem sido possível graças ao apoio de meu irmão Guilherme.

Bibliografia

Alexander, Bruce K & Small, Dan
Extermínio dos Excluídos, ed. Rede Unida: 2019

Boyd, Susan
Extermínio dos Excluídos, ed Rede Unida: 2019

Freire, Paulo
Pedagogia da Indignação; ed UNESP: 2000

Klemperer, Victor
A Linguagem do III Reich, ed Contraponto: 2009

Musa, Gilson M.
Exercício da Paternidade, ed Rede Unida:1998

Silveira, Paulo
Criminalização ou Acolhimento; ed Rede Unida:2018

Small, Dan
Criminalização ou Acolhimento; ed Rede Unida: 2018